



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

LÍVIA MARIA TIÉDE

**UNIÃO DA RAÇA: FREDERICO BAPTISTA DE SOUZA E A MILITÂNCIA NEGRA
PAULISTA NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO (1875 – 1960)**

CAMPINAS
2023

LÍVIA MARIA TIÉDE

**União da Raça: Frederico Baptista de Souza e a
milîtância negra paulista no Brasil pós-abolição (1875 – 1960)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em história na Área de concentração História Social, âmbito do Acordo de Cotutela firmado entre a Unicamp e a Rice University – EUA.

Doctoral dissertation presented to the Institute of Philosophy and Human Sciences of the State University of Campinas as part of the requirements for obtaining the title of Doctor in History in the area of Social History, under the Cotutela Agreement signed between Unicamp and Rice University – USA.

Orientadora: Profa. Dra. Lucilene Reginaldo

Coorientador: Daniel Barros Domingues da Silva

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
LÍVIA MARIA TIEDE, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. LUCILENE REGINALDO.

**CAMPINAS
2023**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P44u Tiéde, Livia Maria, 1980-
União da raça : Frederico Baptista de Souza e a militância negra paulista no Brasil pós-abolição (1875-1960) / Livia Maria Tiéde. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientadores: Lucilene Reginaldo e Daniel Barros Domingues da Silva.
Coorientador: Daniel Barros Domingues da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Em cotutela com: Rice University.

1. Souza, Frederico Baptista de, 1875-1960 - Biografia. 2. Movimento negro. 3. Imprensa. 4. Negros - São Paulo (SP). 5. Negros - Brasil - História. I. Reginaldo, Lucilene, 1967-. II. Domingues da Silva, Daniel Barros. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. V. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Race united : Frederico Baptista de Souza and the black activism in São Paulo in post-abolition Brazil (1875-1960)

Palavras-chave em inglês:

Souza, Frederico Baptista de, 1875-1960 - Biography

Black movement

Press

Blacks - São Paulo (SP)

Blacks - Brazil - History

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Lucilene Reginaldo [Orientador]

Mario Augusto Medeiros da Silva

Antonio Sergio Alfredo Guimarães

Kim Diane Butler

Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Data de defesa: 30-01-2023

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0755-7018>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0803014803322428>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de janeiro de 2023, considerou a candidata Livia Maria Tiède aprovada.

Prof. Dra. Lucilene Reginaldo

Prof. Dr. Daniel Barros Domingues da Silva

Prof. Dr. Mario Augusto Medeiros da Silva

Prof. Dr. Antonio Sergio Alfredo Guimarães

Prof. Dra. Kim Diane Butler

Prof. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Em 1954, a menor Roquilda, lavadora de pratos, se apaixonou por Paulo, garçom. Como resposta, sua mãe lhe disse que na família dela não entrava preto e, mandou a menina embora de casa. Desse conturbado enlace nasceram Arminda e Sueli, irmãs muito próximas, a quem nem a pobreza extrema separou. A vida era cruel com a prole, e Roquilda foi obrigada a voltar para a casa da mãe apenas com as filhinhas. Sueli cresceu sofrendo abusos e humilhações da avó italiana, que dizia que “a negrinha não era neta dela”. Essa tese é para você, tia Sueli, que vive na solidão racial de ser a única mulher de cor em uma família tipicamente paulista: imigrante, branca e racista.

Agradecimentos

Por todas as fases da minha pesquisa, gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e à Rice University, em especial ao departamento de História de ambas as instituições. Além disso, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por financiar todo o meu doutorado. [FAPESP-Processo nº: 2017/12859-7 e, BEPE-Processo nº: 2018/22875-2]. Sem financiamento público não existe ciência no Brasil, e sou imensamente grata a todos os funcionários, professores e pareceristas anônimos que mantem a esperança de fazermos desse país um lugar mais digno para todas as pessoas. Obrigada. Também aproveito para agradecer todas as alunas e alunos que tive em diversas escolas do estado de São Paulo, e aos mais de mil jovens com quem ensinei e aprendi no Projeto Alquimia Jovem da Rhodia/Solvay entre 2007 e 2017. Meus alunos foram, são e sempre serão meus maiores motivadores. A vocês meu muito obrigada.

Tenho uma dívida de gratidão com a minha orientadora Lucilene Reginaldo. Ela me acolheu e me indicou caminhos. Foi extremamente generosa em dividir comigo seu imenso conhecimento intelectual e sua inteligência arguta, e seu olhar precioso sobre a experiência das pessoas negras. Da mesma maneira, agradeço a Daniel Barros Domingues da Silva, meu orientador na Rice University, com quem aprendi a fazer leituras mais ternas e compreensivas, sem perder o rigor necessário à produção acadêmica. Meus professores de doutorado nas duas instituições foram base de apoio e motivo de admiração, e lhes sou completamente grata; Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Ricardo Figueiredo Pirola, Fernando Teixeira da Silva, Edgar Salvadori de Decca (*in memoriam*). Especialmente agradeço o professor Robert W. Slenes, que foi quem primeiro me incentivou a fazer o Duplo Diploma e a investir na pesquisa sobre “elevação racial”, muito obrigada. Sou grata também a Sidney Chalhoub, que foi meu professor na graduação, e topou dar palestras na Rice a meu convite em 2020, obrigada por essa e outras “cousas”.

Também de maneira muito especial, agradeço à professora Silvia Hunold Lara que além de ler meu quarto capítulo com presteza, foi quem primeiro orientou os caminhos dessa pesquisa, no longínquo ano 2000. Quando eu era apenas uma jovem (muito) atrevida, a Silvia me observou com olhos de mestra e orientou minha forma de pensar, escrever, pesquisar e, principalmente, fazer perguntas. Se hoje a história do Frederico está sendo contada, foi graças ao trabalho da Silvia enquanto eu ainda estava na graduação, e depois no mestrado, há mais de vinte anos atrás. O mestrado, entretanto, foi uma fase difícil da minha vida pessoal, e depois dele eu optei por me

afastar da academia. Dez anos depois, encontrei a Silvia por acaso, e ela novamente me notou e motivou a voltar para a universidade. A Silvia sempre será uma das pessoas mais importantes da minha trajetória, e ousa a dizer de muita gente que faz pesquisa em história social. Silvia, obrigada por tudo.

Na Rice, agradeço a meus professores e comentadores de trabalho, James Sidbury, Randal L. Hall, Paula Sanders, Moramay López-Alonso e Fay Yarbrough. Agradeço especialmente a minha banca de defesa nos Estados Unidos; Dr. Alexander Byrd, Fabíola López-Durán, e em especial a Alida Metcalf, que me deu o melhor presente que um estudante pode querer: fez uma leitura atenta e rigorosa da minha tese final em inglês.

Agradeço a banca de qualificação no Brasil, ao brilhante professor Mário Augusto Medeiros com quem tenho trocas intelectuais muito generosas. A perspicaz professora Kim Butler que leu, comentou e ofereceu ótimas sugestões. Para a defesa final, afora eles, agradeço também a professora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, de quem sou profunda admiradora. Além de ser muito qualificado, o professor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é um acadêmico denso e objetivo, e tê-lo em minha banca de defesa é motivo de orgulho. Aos professores suplentes Ana Flávia Magalhães Pinto, Matheus Gato de Jesus e Fernanda Oliveira da Silva meu muito obrigada por aceitarem o convite. As obras deles são inspirações evidentes nesta tese.

Obrigada professores, vocês são os melhores exemplos que eu poderia querer e merecem todo o carinho e consideração.

Aproveito o ensejo para agradecer todos os funcionários das bibliotecas, arquivos e instituições de ensino por onde passei, por meio das pessoas de Daniel Hatamoto (Unicamp), Flávia Peral (CECULT) e Lydia Westbrook (Rice University), sem vocês nada acontece, meu muito obrigada.

Muitos amigos e colegas, gente boa e dedicada, contribuíram em diferentes momentos para esse trabalho ganhar forma. Agradeço a meus colegas de turma na Unicamp; Laila Correa e Silva, William Lucindo, Thamires Regina Sarti Ribeiro Moreira, Sebastião de Castro Junior, Jonas Brito, Alexandre Rocha da Silva, Guido Santos e Bruno R. Lima. Meus colegas na Rice também foram imprescindíveis; Bryson Kisner, Bruno Buccalon, Dru Sanders, John Crum, José Ferreira da Silva Júnior e Melissa Benatti, Lynne Lee, Nina Nevill, Obi Dennar, Olivier Péloquin, Rachael Pasierowska, Rebecca Earles, Serena Barbieri, Miller Wright, Leo Alexander III e Sreehari Saju. A todos vocês, no Brasil e nos Estados Unidos, muito obrigada. Outros historiadores afiadíssimos

também fizeram parte dos meus estudos e debates, e tenho uma dívida de gratidão com eles; Ana Flávia Cernic Ramos, Aline Najara da Silva Gonçalves, Noemi Santos, Rodrigo Camargo de Godoi, Melina Kleinert Perussato e Pamela Beltramin Fabris (*in memoriam*). Pela primeira fase do meu trabalho em inglês agradeço imensamente a Mariana Musa de Paula e Silva, e Silvio Henrique Ravelli por lerem e corrigirem meus originais. Da mesma maneira, agradeço a meu amigo, o professor Valdemir Lopes de Carvalho por ajudar a revisar meu projeto e parte do material bruto da tese. De maneira carinhosa, eu também gostaria de agradecer a Thaís Tavares Lima, uma estudante de Direito brilhante, de quem a irmã era minha aluna, a querida Bianca. A Thaís se compadeceu da minha dificuldade de encontrar algumas informações e usou da sua astúcia e boas relações para me dar ingresso a documentos que, de fato, eram públicos, mas que não estavam acessíveis. Obrigada, Thaís, jamais esqueci sua solidariedade.

Tenho a felicidade de ter amigos do peito que também são pensadores preciosos com quem eu troco afeto e trabalho. Agradeço imensamente a meus companheiros de debate intensos: Jonatas Ribeiro, o teórico brilhante, Rafael Coca Campos, o criativo profundo, Júlio César Bataiote (Zorel) o *punk* acadêmico, Bruna Zanolli a artista *hacker*, e Deborah Fontenelle, a geógrafa primorosa. Mais que amigos, vocês são *the best*. E falando nos melhores, eu não poderia deixar de mencionar Letícia Gregório Canelas. Eu tenho a sorte de dizer que ela é minha melhor e mais fiel amiga por mais de vinte anos, e além de tudo é uma historiadora finíssima. De quebra agradeço a família dela, especialmente o Paulo José Lara (Pajé), que ouvindo minhas histórias sobre o Frederico me apresentou a música do Jorge Ben Jor que grudou na minha mente, e que uso como epígrafe. Agradeço também a nossa querida Rita Canelas Lara, minha primeira sobrinha do mais fundo do coração. Outros dois amigos também fizeram mais que possível para me ajudar na empreitada da pesquisa. O historiador Uassyr de Siqueira dividiu comigo documentos imprescindíveis quando os arquivos estavam fechados devido a pandemia de COVID-19, lhe devo gratidão imensa. E a minha amiga extraordinária, educadora e bióloga, Anne Binder, que mesmo não sendo historiadora divide a paixão pela trajetória de Frederico, e foi até o arquivo copiar material quando eu estava impossibilitava. Eu tenho sorte de ter vocês na minha caminhada, obrigada.

Como eu tenho muitos bons amigos, eu tenho muito que agradecer. A todas as pessoas fundamentais do grupo das “flans”, Carolina Virillo, Patrícia Gimeno, Gabriel Mazotti, Natália Nascimento, Alessandra Penha, Juliana Santos Piovesan (e sua mãe, dona Janu, que me enviou seu livro), Luciana Aparecida Palharini e nossa querida Clara Palharini de Moraes, minha segunda

sobrinha do coração; a vocês meu muito obrigado. Agradeço também as minhas “minas”; Isabela Ruiz, Renata Branco, Fernanda Scissere. Obrigada a minhas ex-alunas que se tornaram amigas, Mariana Cavanha Fonseca, Jane Eyre Piego, Aline Azevedo Rocha. E a meu amigo, também ex-aluno, William Pereira, obrigada por me acompanhar nesta e em outras jornadas. Célia Harumi Seki e seu companheiro Edgar Steffen Jr., e o pequeno Max, também são parte de todo esse carinho. Mariana Sombrio, Daniel Magalhães (Big) e a pequena Olivia estão sempre no meu coração. A meu amigo indispensável, Tiago Oliveira, que sempre me brinda com seu entusiasmo. A Rafael Moreno Castellani, companheiro de Alquimia Jovem, meu muito obrigado. Após a defesa, Marina Jorge Berriel fez em sua casa uma elegante recepção para meus convidados, o carinho dela foi imperativo. Obrigada.

Eu sou abençoada e tenho mais de uma família. Primeiro agradeço à biológica, que é pequena, mas muito amada: a minha avó Roquilda Domingues Paes, *because she rocks a lot*, minha mãe e amiga Arminda Maria Prado, meu irmão e cúmplice Tiago Tiéde e sua noiva querida Renata Arbol, minha tia preferida Sueli Maria Prado, minha prima Jaqueline Ortwein e seu esposo Ricardo Arruda, e agora nosso mais novo amor, Erick José Ortwein Arruda, meu sobrinho tão adorado. Amo vocês. Agradeço meu pai Eduardo de Oxóssi, a mãe Iara de Oxumarê, e mãe Júlia de Oxum, e a todos meus irmãos do *Ile àlákétú àşę odę ti awõn ọna wà*. Que o pai Oxalá abençoe todos vocês que me dão amor, força e axé para nunca desistir do que importa. Nesses anos de doutorado, eu tive a felicidade de ganhar mais uma família; agradeço ao pops, Terry Lee Myers, as minhas cunhadas Trish Specter e Nicole Frost, e evidentemente meus dois sobrinhos, Maggie e Benjamin Myers Frost. Como não poderia deixar de ser, sou muito grata pelo companheiro maravilhoso que a vida me deu. Ele é um africanista de primeira, e possivelmente a pessoa mais dedicada do planeta, mas nada disso se compara ao seu amor e companheirismo. James Tiéde-Myers, obrigada por tudo, te amo.

Por último tenho um agradecimento especial para a família Baptista. Um dia eu resolvi visitar a rua com o nome do filho do Frederico, José de Moura Baptista, lá no bairro da Penha. Perguntei para um morador que passava se ele conhecia o homenageado. Ele não conhecia, mas me disse que a neta dele morava em uma casa mais abaixo. Na cara de pau eu bati no portão, e quase caí das pernas quando uma mulher linda, que era a cara do Frederico, veio em minha resposta. Foi assim que eu conheci a Laura Grigas Baptista e sua filha Hannah. Ela me apresentou o prezadíssimo Glauber Baptista Ramalho e a sua prima Simone Baptista. Por sua vez eles me

colocaram em contato com a Nancy Baptista Andrade Ramos, neta do homem que originou essa tese. Acredito que eles vão gostar do trabalho e até se surpreender com algumas coisas. Procurei manter o respeito, a crítica, e algum distanciamento para escrever essa tese com toda precisão que o vô Ico e a vô Luiza esperariam. Esse trabalho também é para eles. Muito obrigada por tudo.

Não desanima, João

Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
 Pois você é um menino
 Que já não precisa mais sofrer
 Pois a Lei do Ventre Livre
 Veio lhe salvar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
 Vai poder descansar
 Sem corrente para atrapalhar
 Vai poder brincar feliz
 Vai poder estudar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
 Pois você é um menino
 Que já não precisa mais sofrer
 Pois a Lei do Ventre Livre
 Veio lhe salvar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
 Preto velho, sim
 Está cansado, precisa descansar
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
Não, não, não, não desanima, não, viú, João
 Não desanima, não, João
 Não desanima, não, João
 Não desanima, não, João

BEN JOR, Jorge (Jorge Duílio Lima
Meneses). Não desanima, João. Rio
de Janeiro: Philips
Records/Companhia Brasileira de
Discos Phonogram, 1964. Disco
Sonoro, (3:13 min).

Resumo

Esta tese demonstra as mudanças e continuidades do movimento negro paulista por meio da vida de Frederico Baptista de Souza (1875-1960). Embora ele seja mencionado em estudos anteriores, este é o primeiro trabalho escrito inteiramente sobre ele. Trabalhos acadêmicos antecedentes reduziram a trajetória de Frederico ao ativismo na imprensa negra, entre 1916 e 1924. Ao expandir essa perspectiva, meu trabalho traz contribuições inéditas para a compreensão da mobilização negra brasileira; faz isso oferecendo um novo olhar sobre a linha do tempo e os fundamentos conceituais do movimento. Ao explicar o ativismo de Frederico, mostro que o movimento negro brasileiro não foi um fenômeno isolado no pós-abolição, pois se originou diretamente do catolicismo liberal dos abolicionistas do século XIX. A partir dessa ideia, Frederico e outros “homens de cor” formaram o Grêmio Kosmos, uma organização exclusivamente para negros brasileiros – fato que ilustra as agudas tensões raciais entre esse grupo e os imigrantes europeus. Frederico foi o principal líder desse grêmio desde sua fundação em 1908 até suas últimas atividades em 1932. Além disso, avanço na produção existente ao mostrar que o ativismo de sujeitos como Frederico não terminou nas primeiras décadas do século XX. Ele participou de sindicatos, partidos políticos, clubes recreativos e contribuiu para vários jornais negros até o final de 1930. Frederico coordenou, produziu e editou jornais, e também – ao lado de ativistas mais jovens – organizou uma coalizão de sociedades de negros brasileiros. Antes da formação da Frente Negra Brasileira (1931), ele buscou meios democráticos de reunir associações negras divergentes para criar a “união da raça”. Frederico defendeu o “levantamento”, ou em inglês *uplifting*, durante uma época em que a grande imprensa posicionava Booker T. Washington como um exemplo de que o legado da escravidão não impedia o avanço social dos negros brasileiros. É verdade que, em comparação com a mãe que foi uma mulher escravizada, o trabalho de Frederico rendeu sucesso econômico, ainda que modesto. No entanto, sua história de vida mostra como os brasileiros negros cada vez mais reconheceram que seguir o exemplo de Booker T. Washington era insuficiente para progredir social e economicamente. A elite brasileira retratou Booker T. Washington como o “grande líder negro”, mas Frederico afirmou que, apesar da igualdade legal, os negros brasileiros não gozavam de justiça social. Não foi a incapacidade – como alegavam os eugenistas – que levou à desvantagem social dos negros, mas foi a consequência da cidadania não compensada que acompanhou a abolição. O afastamento de Frederico do liberalismo de Booker T. Washington e do hiper nacionalismo da Frente Negra Brasileira evidencia a natureza pluralista e dinâmica do ativismo negro brasileiro no século XX. Por fim, ao traçar a vida de Frederico, ilustro como as ideias de combate ao racismo evoluíram ao longo do tempo. Argumento que decifrar a experiência dele é fundamental para compreender o movimento negro brasileiro. Isso porque sua história mostra como as conexões com outras partes da diáspora negra foram reinventadas e apropriadas de acordo com as necessidades locais na luta contra o preconceito.

Palavras-chave: Movimento Negro; Biografia; Imprensa; Associativismo Negro; Pós-Abolição

Abstract

In my dissertation I demonstrate the changes and continuities of São Paulo's early Black movement through the life of Frederico Baptista de Souza (1875-1960). While Souza is mentioned in previous studies, this is the first work written entirely about him. These prior works reduced his trajectory to his activism in racial social clubs, and in the Black press, between 1916 and 1924. By expanding upon this limited perspective, my work brings unprecedented contributions to our understanding of Brazilian Black mobilization; it does so by offering a new perspective on the movement's timeline and conceptual underpinnings. Through explicating Souza's activism, I show that the Black Brazilian movement was not an isolated post-abolition phenomenon, as it drew directly from the liberal Catholicism of nineteenth century abolitionists. Building upon this foundation, Souza and other "men of color" formed the Kosmos Guild, an organization exclusively for Black Brazilians – a fact that illustrates acute racial tensions between this group and European immigrants. Souza was the primary leader of this guild from its foundation in 1908 until its last activities in 1932. Additionally, I advance existing scholarship by showing that the activism of subjects like Souza did not end in the first decades of the twentieth century. He participated in unions, political parties, recreational clubs, and contributed to several Black papers until the end of 1930. He not only coordinated, produced, and edited newspapers, but he also – alongside younger activists – organized a united coalition of Black Brazilians. Prior to the formation of the Brazilian Black Front (1931), Souza sought a democratic means of bringing together divergent Black associations to create a "race united." He consistently advocated for Black self-determination during a time when the mainstream press positioned Booker T. Washington as a validating example that slavery's legacy did not impede the social advancement of Black Brazilians. It is true that, compared to his mother who was an enslaved woman, Souza's hard work yielded (modest) economic success. However, his life story shows how Black Brazilians increasingly recognized that following Washington's example was insufficient to progress socially and economically. The Brazilian elite portrayed Washington as the "great Black leader," but Souza asserted that, despite legal equality, Black Brazilians did not enjoy social justice. It was not incapacity – as eugenicists alleged – that led to Black people's social disadvantage, but rather it was the consequence of the uncompensated citizenship that accompanied abolition. Souza's departure from both Washington's liberalism and the Black Brazilian Front's hyper-nationalism evidences the pluralistic, dynamic nature of Brazilian Black activism in the twentieth century. Ultimately, through tracing the trajectory of Souza's life, I illustrate how ideas about combating racism evolved over time. I argue that understanding Souza's experience is critical to comprehending the larger Black Brazilian movement. This is because his story embodied how connections with other parts of the Black diaspora were reinvented and reappropriated according to local needs in the fight against prejudice.

Keywords: Black Movement; Biography; Press; Black Associativism; Post-Abolition

Lista de Imagens

Figura 1 – Família Baptista em 1942	20
Figura 1.1 – Ruas do Triângulo	65
Figura 1.2 – Rua Sinimbu, antiga rua da Fábrica	68
Figura 1.3 – Recorte de mapa histórico da rua Sinimbu (rua da Fábrica) em 1930	69
Figura 1.4 – Mapa da Sé e Liberdade	70
Figura 1.5 – Recorte de dos tipos de casas para proprietários apresentada por Guilherme M. Ruage à Câmara Municipal em 1897	72
Figura 1.6 – Planta da Casa da Lapa	76
Figura 1.7 – Recorte de mapa histórico com destaque às ruas Conselheiro Crispiniano e Florêncio de Abreu, 1930	117
Figura 1.8 – Sargento Joaquim Cambará	123
Figura 1.9 – Booker T. Washington em Revista	135
Figura 2 – Booker T. Washington e Frederico	141
Figura 2.1 – Doações durante a gripe	152
Figura 2.2 – Doações: Teatro São Paulo	153
Figura 2.3 – Mapa histórico do centro	154
Figura 2.4 – Irineu B. Silva em 1917 e 1952	157
Figura 2.5 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	159
Figura 2.6 – Igreja N. S. dos Remédios	159
Figura 2.7 – Igreja dos Remédios	160
Figura 2.8 – Trincheira na rua Sete de Abril	196
Figura 2.9 – Batalhão Legalista	196
Figura 3 – Mapa detalhe em Penha	197
Figura 3.1 – Florêncio de Abreu, Bombas (a)	200
Figura 3.2 – Florêncio de Abreu, Bombas (b)	200
Figura 3.3 – Mariquinhas Silva	209
Figura 3.4 – Abigail N. do Valle	211
Figura 3.5 – Um tronco bem-aventurado	213
Figura 3.6 – Mulher urbana e racismo	215
Figura 3.7 – Nair e Mariquinhas	221
Figura 3.8 – No Largo S. Bento	227
Figura 3.9 – Formosura Getulina	236
Figura 4 – Jockey Clube	239
Figura 4.1 – Família Brum	240
Figura 4.2 – Criada Negra	242
Figura 4.3 – Criada Branca	242
Figura 4.4 – Entre Pretas Minas	243
Figura 4.5 – Jacy Torres, mãe de Isaura	249
Figura 4.6 – Josephine Baker em pessoa	250
Figura 4.7 – Frederico e Daisy, 1940	251
Figura 4.8 – Jacinta no caixão	256
Figura 4.9 – Anúncio do Congresso	269
Figura 5 – Getúlio Prestes	274
Figura 5.1 – A ironia de um Congresso	276
Figura 5.2 – Mania de discurso	278
Figura 5.3 – Faquirizada pela indolência	279
Figura 5.4 – Romaria de 13 de maio	297
Figura 5.5 – Vencemos	299
Figura 5.6 – Telegrama	314
Figura 5.7 – O popular preto Leôncio	315
Figura 5.8 – Frederico Baptista de Souza	321

Lista de Tabelas

Tabela 1. 1 – Fundadores do Grêmio Kosmos.....	109
Tabela 1. 2 – Exemplares do jornal O Alfinete.....	145
Tabela 1. 3 – Números do jornal <i>A Liberdade</i>.....	147

Sumário

<i>Resumo</i>	12
<i>Abstract</i>	13
<i>Lista de Imagens</i>	14
<i>Introdução</i>	18
<i>Capítulo 1 – Herdeiros do Abolicionismo</i>	46
Um menino negro em Taubaté em fins do século XIX.....	46
Educação, Cultura e os Primeiros Trabalhos.....	56
Chegando em São Paulo em 1900	64
<i>Capítulo 2 – Associativismo Negro e Uplifting</i>	81
O Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos.....	81
A fundação do Grêmio Kosmos e suas origens no movimento operário.....	102
Booker T. Washington nas folhas do Brasil.....	129
Frederico Baptista de Souza e Booker T. Washington: Simetrias internacionais	138
<i>Capítulo 3 – União da Raça</i>	143
Os jornais da imprensa negra anteriores a 1930: um breve cálculo	143
“Hespanhola:” os homens de cor paulistanos e a epidemia de gripe em 1918.....	149
A Confraria Nossa Senhora dos Remédios e um irmão caifás.....	155
A palavra impressa: quando verdadeira ela nos eleva, ou nos esmaga	168
Frederico “Observando” o <i>Kosmos</i>	180
Os homens de cor e a Revolução de 1924	194
<i>Capítulo 4 – Mulheres negras sob o olhar de um homem de cor</i>	202
As filhas do ventre livre	202
Uma busca por respeito: a mulher de cor nas páginas, nos salões e nas ruas	206
Valorização das patricias de cor e a beleza dentro da raça.....	231
A mulher de cor e imagem de trabalhadora doméstica	239
Durvalina: a filha do homem de cor e os limites da respeitabilidade.....	247
Frederico e a patricia Jacinta, a “múmia da Faculdade de Direito”	253
<i>Capítulo 5 – De homem de cor a negro</i>	260
Frederico e a união com a mocidade negra.....	260
O Congresso da Mocidade Negra e o racismo da <i>Folha da Manhã</i>	268
Frederico, silencioso presidente da Sociedade Cooperadora “O Clarim da Alvorada”	287
Nos corredores da Arcádia: o conturbado processo de aposentadoria de Frederico	309
Outros sujeitos negros e o racismo na Faculdade de Direito	314

<i>Conclusão.....</i>	<i>322</i>
<i>Referências.....</i>	<i>326</i>
Fontes de Arquivo	326
Livros, Artigos, Teses e Dissertações.....	329
ANEXO A- ÁRVORE GENEALOGICA DA FAMILIA BAPTISTA	348

Introdução

Este trabalho traça a vida de Frederico Baptista de Souza e demonstra sua contribuição para a história do ativismo pelos direitos das pessoas negras no Brasil do início do século XX.¹ Como jornalista, Frederico foi responsável por importantes títulos da imprensa negra paulistana, como *O Alfinete*, *A Liberdade*, *O Kosmos*, e até mesmo o *Clarim da Alvorada*. O *Kosmos* foi o jornal oficial do grêmio de mesmo nome que Frederico ajudou a fundar e dirigir. O Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos operou em São Paulo entre 1908 e 1932, tornando-se o clube negro mais antigo da cidade antes do estabelecimento da Frente Negra Brasileira em 1931. Durante esse tempo, o Kosmos sediou eventos sociais e ofereceu oportunidades culturais aos negros residentes em São Paulo.²

Frederico Baptista de Souza, nascido no município de Taubaté em 1875 e falecido em 1960 na cidade de São Paulo, foi o homem cuja vida e obra constituem o fio condutor desta tese. É a partir do indivíduo e de suas experiências que busco compreender os alcances e limites de atuação de uma parcela da comunidade dos “homens de cor.”³ Nesse caso, a biografia é vinculada tanto às investigações nominais, quanto à micro história, na medida em que tenho o desejo de “fazer perguntas amplas a partir de recortes menores.”⁴ Pois um dos atributos de métodos biográficos é que ao explicitar o indivíduo, se faz tangível a agência dos sujeitos.⁵ Este não é, contudo, um trabalho biográfico no sentido tradicional; o principal objetivo proposto é, por meio de sua

¹ BUTLER, Kim, “Up from Slavery: Afro-Brazilian Activism in São Paulo, 1888-1938,” *The Americas* 49, no. 2 (1992): 179–206. George Reid Andrews, **Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988** (Madison: University of Wisconsin Press, 1991), 141.

² PASCHEL, Tianna S., “Rethinking Black Mobilization in Latin America,” in FUENTE, Alejandro de la; George Reid Andrews, (Orgs.), **Afro-Latin American studies: an introduction**, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2018., 230.

³ Termo de autorreferência utilizado pela comunidade negra, especialmente até meados dos anos de 1920, que será mantido, enquanto pertinente, ao longo da tese. Entendo “comunidade”, conforme elaborado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães: etnias ou raças que desenvolvem um sentimento de pertença comunitária, que reivindicam uma origem e um destino político comum. Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**, São Paulo: Editora 34, 2021, p. 28.

⁴ JOYNER, Charles W., **Shared traditions: Southern history and folk culture**, Urbana: University of Illinois Press, 1999, p. 1. GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico, O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico, in: **A micro-história e outros ensaios**, Lisboa: Difel, 1889, p. 169-178.; GINZBURG, Carlo, Conjunctive Anomalies: A Reflection on Werewolves, **Revista de Estudios Sociales**, n. 60, p. 110–118, 2017.

⁵ RENDERS, Hans; DE HAAN, Binne; HARMSMA, Jonne, The Biographical Turn: Biography as critical method in the humanities and in society, in: **The Biographical Turn: Lives in History**, London - New York: Routledge, 2017, p. 4.

trajetória, apresentar uma tessitura social negra que se constituiu na cidade de São Paulo, especialmente durante a primeira metade do século XX.

O método biográfico aliado com a história social foi utilizado aqui para pensar, investigar, organizar e narrar a história de vida de Frederico, que apesar de individual, diz respeito e reflete as ideias de diversos sujeitos, mulheres e homens negros, que se organizaram de muitas maneiras para enfrentar o racismo após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888.⁶ Por esse motivo, antes de adentrar o debate historiográfico que a vida de Frederico suscita, dedico algumas linhas para observar uma fotografia da família Baptista, que apresenta meu trabalho. Ela traz informações muitas vezes ocultas das fontes escritas. Tirada em cinco de abril de 1942, vê-se ao centro Frederico, atrás de todos os demais familiares. Impecavelmente vestido em terno completo, aos sessenta e sete anos, o patriarca da genealogia apoia a mão direita em um pilar. A sua frente, e de ambos os lados, Frederico está cercado por mulheres.⁷ Alinhado ao seu corpo está Luiza de Moura Baptista, a sua companheira durante toda a vida.

⁶ LINDSAY, Lisa A. e SWEET, John Wood eds., **Biography and the Black Atlantic, Early Modern Americas**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, 4–14. Ver também: LORIGA, Sabina e SCHEIBE, Fernando, **O pequeno x: da Biografia a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. RENDERS, Hans e HAAN, Binne De, eds., **Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory and Life Writing** (Leiden - Boston: Brill, 2014). RENDERS, Hans. “The Biographical Method.” In **Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory and Life Writing**, 222–26. Leiden; Boston: Brill, 2020. OLIVEIRA, Maria da Glória de, “Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida,” *Topoi (Rio de Janeiro)* 18, no. 35, Julho, 2017: 429–46. DEL PRIORE, Mary, “Biografia: quando o indivíduo encontra a história,” *Topoi (Rio de Janeiro)* 10, no. 19, Dezembro, 2009: 7–16.

⁷ Respectivamente, da esquerda para direita, Leopoldina, Chiquinha e Luiza de Moura Baptista. Leopoldina Barbosa apareceu diversas vezes no jornal *Kosmos* desempenhando funções variadas no Grêmio, usualmente junto de Luiza. Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” - 1^o. sessão da Diretoria – 03/01/1923, **O Kosmos**, 01/1923. Grêmio “Kosmos”, **Elite**, 20/01/1924, Reunião Íntima, **O Kosmos**, 20/02/1924. Grêmio Kosmos, **O Kosmos**, 25/01/1925.

Figura 1 – Família Baptista em 1942



Fonte: Acervo da família Baptista.

Descrição original no verso da imagem: em casa do genro José Arruda, à rua Pérsio Azevedo, nº 15, Penha, na antiga chacinha “D. Maria Carlota”. No 1º. Plano, da esquerda para à direita: Frederico, Inez (neta) e Rosaura (filha), 2º. Plano: Leopoldina e Chiquinha (amigas), Luiza (esposa), Daisy (neta), Durvalina (filha), 3º. Plano: Wilton (criança), Arruda (genro), Waldete (bebê) e Ivone (neta).

A esposa de Frederico, Luiza de Moura Baptista, se encontra no centro da imagem.⁸ Na fotografia, se pode verificar que Luiza está olhando para baixo, com cabeça virada à direita. Com as mãos, ela circunda e abraça o próprio ventre, posicionado no meio do grupo. O abdome de Luiza, que já tinha dado luz à cinco filhos, informa a origem de todos os jovens ali presentes. É possível que sua cabeça voltada para o chão fosse um ato de submissão, mas, essa não é a única explicação. Ainda que olhe para baixo, ele não parece tímida ou fraca, e seus lábios entreabertos sugerem que ela dava alguma coordenada àqueles que estavam posicionados abaixo. O foco de Luiza sugere que este é um registro de alguém acostumada a atender às crianças. Revela também o caráter reflexivo de uma mulher que desviava a atenção da câmara, e, portanto, de si mesma, para encarar os cuidados com os inabilitados.

⁸ Tal como a mãe de Frederico, a mãe de Luiza também fora escravizada, pois, Luiza era “filha da escrava Benedicta”. Foi assim que ela foi apresentada em uma notícia de 1973, que a homenageava pelos seus cem anos de idade: “Luiza, filha da escrava Benedicta, fez ontem um século”, **O Estado de São Paulo - Suplemento: Gente**, 15/11/1973.

Frederico, ao contrário, encara a câmera com firmeza, mas há igualmente vagues: ele olha para além do seu espaço e entorno. Sua expressão se repete na face dos outros homens que compõe o quadro; ele aperta as pálpebras, como quem força os olhos para enxergar melhor. Poderia ser a luz do sol atingindo-lhe diretamente as vistas, ou, uma das consequências do cansaço, de quem, entre tantas outras coisas, era o alicerce de uma imagem idealizada de família negra e patriarcal, forjada a partir do ventre das mulheres que a compõe.

Essas mulheres tiveram papel fundamental em criar e manter a estrutura familiar que possibilitou que homens como Frederico se tornassem os porta-vozes da raça. A vida dos chamados “homens de cor” ia além das sedes dos jornais e das tipografias, dos círculos onde os senhores de casaca fumavam cachimbos. Não foi apenas na saída da Faculdade de Direito, ou nas rodas masculinas dos bailes que as ideias foram forjadas e sustentadas. No quintal, com as crianças, rodeados por familiares e amigos, Frederico e Luiza construíram uma história de perseverança e conquistas partilhadas por muita gente; por toda a “classe dos homens de cor”.

Corroboro aqui o estudo de Jonatas Ribeiro, que faz um esforço epistemológico de definir “classe de cor”, termo utilizado por esses homens e mulheres negros no pós-abolição. Para o historiador, “classe de cor” diz respeito a um recorte racial e político com objetivo de constituir uma unidade entre seus ativistas. Como apontado por Ribeiro, há questões de pertencimento ao mundo do trabalho ensejadas pela expressão, afinal, classe de cor também se refere a uma “ontologia de combate ao racismo”, que empresta o conceito de “consciência de classe” para a percepção da autoafirmação racial.⁹ O mundo do trabalho e do ativismo, essenciais para a compreensão das desigualdades sociais brasileiras, alarga o próprio entendimento ao considerar as conceitualizações feitas pelos agentes históricos negros e, femininos. Nesse sentido, acredito que a fotografia da família Baptista se soma a essas forças, ao fazer visível que a “classe de cor”, da qual Frederico fazia parte, estava sendo construída e mantida não apenas pela presença, mas pelo trabalho feminino.

Certamente, apenas reconhecer que as mulheres de cor fizeram todo o trabalho não remunerado – e pouco reconhecido – de cozinhar, limpar, lavar e cuidar não é o suficiente para reabilitar a importância delas para a história social dessa comunidade negra. Reforço que além das tarefas do lar, muitas ideias e protagonismos ficaram por se registrar. A partir dessa fotografia,

⁹ RIBEIRO, Jonatas Roque, **A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022, p. 22–23.

contudo, quero lembrar que a comunidade dos homens de cor inscrita e descrita por Frederico, que ele representava e dava voz, era também dirigida e pensada nesse coletivo amplo, mais feminino do que usualmente se aparenta. Frederico esteve cercado por mulheres fortes, companheiras de associativismo, filhas, netas e bisnetas, que como sua esposa Luiza, e sua mãe Silvéria, tiveram pouco espaço nas memórias deixadas pelos companheiros.

Padrão muito comum entre as mulheres de seu tempo e condição, Luiza não escreveu artigos na imprensa negra. Isso não significa que ela não fizesse parte do associativismo negro. Luiza, e outras mulheres negras de seu tempo, militaram em prol da respeitabilidade e da elevação, pensamentos chave para se entender as ações dos homens de cor dessa comunidade negra paulistana. Esses dois conceitos, elevação – chamado nos Estados Unidos de *uplifting* – e respeitabilidade são fundamentais para a interpretação que faço das vidas dos indivíduos mobilizados pelo associativismo negro no século XX. A respeitabilidade é evidente na fotografia da família Baptista: por meio do modo recatado de vestir das mulheres, dos penteados dos cabelos, da reunião familiar e da presença das crianças. Como pretendo demonstrar ao longo da tese, esses todos são aspectos da presença feminina que são permanentes na trajetória de Frederico.

A prevalência da ideologia de elevação – *uplifting* – entre os ativistas brasileiros nos permite reconsiderar a relação entre gênero e ativismo racial. Como um princípio central de elevação, a respeitabilidade era de suma importância para o ativismo das mulheres negras. Prescrevia a prática do pudor como escudo moral contra ações discriminatórias e sexualmente abusivas. Por isso, a pesquisa sobre “mulheres da raça” da historiadora Brittney Cooper também indica um caminho interpretativo para o meu trabalho.¹⁰ Ela mostra como a respeitabilidade ofereceu uma ferramenta para as mulheres negras influenciarem a opinião pública sobre a sexualidade feminina. Assumindo certa compostura, mulheres de cor pautaram debates sociais, reivindicaram direitos e criaram mecanismos de proteção contra o racismo sistêmico. Minha tese se baseia nas conclusões de Cooper. Enfrentando a vulnerabilidade sexual gritante sob o sistema racial pós-abolição, as mulheres negras em clubes e jornais de São Paulo, assim como suas correspondentes americanas, estavam cientes de como a retórica e a prática da respeitabilidade poderiam proteger a si mesmas e suas famílias do racismo.

¹⁰ COOPER, Brittney C., **Beyond Respectability: The Intellectual Thought of Race Women**, Urbana: University of Illinois Press, 2017.

Em uma perspectiva biográfica mais ampla ecoam as vozes de outros sujeitos que estiveram ao redor do indivíduo do qual a trajetória se pretende narrar. Mulheres e homens, adultos, crianças, adolescentes e membros sêniores da comunidade negra estavam, desde meados do século XIX, articulando clubes e agremiações de ajuda mútua, estabelecendo redes de compadrio, se congregando em irmandades religiosas, se engajando em partidos, assumindo compromissos de diversos tipos para fortalecer os laços entre pares. Afora as particularidades da experiência de cada sujeito, a história de Frederico tem muito em comum com aquela de indivíduos negros em outras partes das Américas, que foram compelidos a viver nas terras para onde seus ancestrais foram traficados a partir do comércio transatlântico de escravos.

O estudo mais recente de Paulina Alberto fornece um exemplo perspicaz de como a biografia de um indivíduo pode ser usada para entender uma sociedade e seus processos raciais. A autora explora a vida de Raúl Grigera, uma celebridade afro-argentina durante os anos 1900 em Buenos Aires. A história é uma narrativa que utiliza a vida de Grigera para demonstrar o branqueamento e o silenciamento da realidade negra argentina durante o século XX. Além disso, Alberto investigou como Grigera deixou de ser uma lenda para ser ostracizado e ridicularizado devido ao crescente racismo contra os negros no país. Raúl Grigera e Frederico Baptista de Souza são personagens muito diferentes, mas ambos ilustram o quanto sujeitos negros importantes foram ignorados na América Latina como parte de um programa político e demográfico de supremacia branca.¹¹

¹¹ ALBERTO, Paulina L., **Black Legend: The Many Lives of Raúl Grigera and the Power of Racial Storytelling in Argentina**. New York: Cambridge University Press, 2022. Para outros exemplos de biografias historiográficas no contexto brasileiro, ver: REIS, João José, **Domingos Sodré, Um Sacerdote Africano: Escravidão, Liberdade e Candomblé na Bahia do Século XIX** (São Paulo: Companhia das Letras, 2008), 16-17; DANTAS, Carolina Vianna, Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República, **Afro-Ásia**, n. 41, p. 167–209, 2010. REIS, João José, “From Slave to Wealthy African Freedman: The Story of Manoel Joaquim Ricardo,” in **Biography and the Black Atlantic**, 131–45. REGINALDO, Lucilene. “André do Couto Godinho: Homem Preto, Formado em Coimbra, Missionário no Congo em Fins do Século XVIII.” **Rev. hist.** (São Paulo), n. 173, p. 141– 174, 2015; GOMES, Flávio dos Santos e DOMINGUES, Petrônio, eds., **Experiências da Emancipação: Biografias, Instituições e Movimentos Sociais no Pós-Abolição (1890–1980)** (São Paulo: Selo Negro Edições, 2011); PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira, “De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2014; SILVA, Luara dos Santos, “‘Etimologias Preto’: Hemetério José dos Santos e as Questões Raciais de seu Tempo (1888-1920)” Dissertação de Mestrado, CEFET, 2015); MATTOS, Hebe, “De Pai para Filho: África, Identidade Racial e Subjetividade nos Arquivos Privados da Família Rebouças (1838-1898),” in **Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês** (Séculos XVII–XX), ed. COTTIAS, Myriam, Brésil / France, Marseille, 2016; 2-33; SILVA, Mário Augusto Medeiros da, “Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um Escritor Negro pelos Jornais (1913–1969),” *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 30, no. 62 (Dezembro 2017): 597–622; GRINBERG, Keila, **A Black Jurist in a Slave Society: Antônio Pereira Rebouças and the Trials of Brazilian Citizenship**, trans. Kristin M. McGuire, Chapel Hill: University of North Caroline Press, 2019.

Contudo, não parto da excepcionalidade de Frederico. Tampouco, quero narrar feitos prodigiosos de sua vida e obra, por si só. As formas de posicionamento social e político adotadas por ele não foram únicas, mas sim partilhadas por muitos sujeitos de cor, que involuntariamente, e por muito tempo, não fizeram parte das narrativas da história brasileira.¹² Ao se considerar que Frederico não foi um homem excêntrico, entretanto, a justificativa para a sua vida ser tomada como meio para análise de um contexto social específico, primeiramente está no fato de que ele se dedicou por muitas décadas a reunir e interpretar as motivações e propostas dos homens de cor. Sendo a sua trajetória considerada exemplar apenas quando acionada coletivamente, Frederico pode ser descrito como um “sujeito catalizador”, que, conforme definido por Ana Flávia Magalhães Pinto, são aqueles que “ganham sentido porque são endossados, tensionados, apoiados ou confrontados por sujeitos com interesses comuns, interesses partilhados”.¹³

Dentre as inúmeras coisas que fez ao longo de 85 anos de vida, de atividades cotidianas ordinárias às ações militantes arrojadas, Frederico persistentemente trabalhou pela união da raça. Quando jovem, esse ideal era difuso: aparecia sob a retórica da necessidade de as pessoas de cor se afiliarem as associações negras. Mais maduro, Frederico refinou o argumento e passou a entender a busca, o processo, e a aquisição de melhores níveis educacionais, trabalhistas e morais como contribuição essencial do indivíduo para si, e para o desenvolvimento da comunidade. Excelência acadêmica, capital cultural, e poder aquisitivo – ainda que mantidos como caminhos fundamentais para a conquista da cidadania plena – aos poucos foram compreendidos como componentes insuficientes para catapultar a condição de vida das pessoas negras em geral, e mais especificamente, para romper com os impedimentos gerados pelo preconceito racial. Frederico voltou o foco para a coalizão, e reivindicou que as agremiações negras também se unissem em torno de uma formação política uníssona que observasse as potencialidades e os direitos das pessoas de cor em face aos obstáculos raciais oriundos da dissimulação característica do racismo brasileiro.

Por meio desses esforços incansáveis, Frederico procurou unir um grupo mais amplo de organizações negras em São Paulo para promover as causas do ativismo negro. Essa ênfase na

¹² PASCHEL, Tianna S., **Becoming Black Political Subjects: Movements and Ethno-Racial Rights in Colombia and Brazil**, Princeton: Princeton University Press, 2016, p.14.

¹³ PINTO, Ana Flávia Magalhães, “Temporalidades, História e Memória,” in **Insumos Para Ancoragem de Memórias Negras**, ed. SANTANA, Bianca e CARNEIRO, Natália, São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021, p. 8–47.

solidariedade organizacional surgiu de sua crença de que a unidade racial era um meio essencial para os negros brasileiros garantirem os direitos civis e o bem-estar social. É inspirada nesses esforços para criar o que ele chamou de “a união da raça” que intitulo minha tese *União da Raça: Frederico Baptista de Souza e a militância negra paulista no Brasil Pós-Abolição (1875 – 1960)*.

Nada disso, entretanto, foi exposto metodicamente por Frederico, que não deixou diário ou biografia. Ele também não escreveu livros, nem produziu coletâneas. Seu ideário, projetos e métodos estão dispersos em formulações que pude captar a partir da leitura e da organização sistemática de seus artigos publicados ao longo de décadas na imprensa negra paulista. Esses artigos não foram divulgados ao acaso, e certamente refletem o avanço e a capacidade intelectual de Frederico. Mas, é importante notar que ele não se definiu como um acadêmico, e, portanto, não ordenou os conceitos que representam suas opiniões. Presença e participação contínua são os aspectos que reforçam a importância de Frederico no associativismo negro.

Nesse sentido, para definir associativismo negro, remeto aos trabalhos das historiadoras Lúcia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier.¹⁴ Entendo o associativismo negro como o movimento e a criação de grupos organizados especificamente em torno da raça. Ele se manifesta em ações coletivas realizadas por e para pessoas negras, que podem ou não incluir pessoas de outras raças e etnias. Ocorre entre amigos, conhecidos, parentes, parceiros, colegas, companheiros de trabalho e moradores da mesma área. Os objetivos podem incluir a) proteção contra o racismo; b) celebração da cultura e/ou religião afro-brasileira; c) apoio social e econômico recíproco; e d) obtenção, manutenção e extensão de direitos civis, políticos e trabalhistas. É uma plataforma pelo meio da qual as organizações leigas podem se expressar, como clubes, grêmios e sindicatos. Também funciona em instituições religiosas como irmandades, casas de candomblé e centros de umbanda. Desse modo, pode-se dizer com segurança que o associativismo negro não foi fruto de ações esparsas e aleatórias. Vinha sendo construído e conjecturado coletivamente por sujeitos negros há mais de cem anos, e progrediu em proporção e dinâmica durante o século XX. Nestes termos, esta tese não dissocia a trajetória individual de Frederico das lides coletivas.

Não foi por acaso, portanto, que já em 1918, Frederico fez um balanço das ações dos clubes negros paulistanos dos anos anteriores, com vistas à “união da raça.” A essa altura ele já havia ofertado muito do seu esforço às diferentes frentes do associativismo negro. Tal empreitada

¹⁴ SILVA, Lúcia Helena Oliveira e XAVIER, Regina Célia Lima, “Historicizando o Associativismo Negro: Contribuições e Caminhos da Historiografia,” **Mundos do Trabalho**, 11, no. 0, Dezembro 17, 2019: 1–15.

lhe associou a grande número de sujeitos, que o instruíram e foram também aperfeiçoados por ele. Esses coletivos reafirmaram e refinaram os diálogos das comunidades negras, e multiplicaram as possibilidades de interpretação política da realidade vivida. Inserir as ações de Frederico na chave interpretativa do associativismo negro, acima de tudo, reforça que ele foi um homem prático de quem ficou registrado o envolvimento com a luta contra o racismo. Foi dirigindo clubes, organizando irmandades, estabelecendo regras, cobrando mensalidades, pagando impostos, tratando de finanças, secretariando reuniões, fazendo contratos, dialogando com instituições públicas, brigando com proprietários racistas, enfim, organizando o movimento, que ele deixou sua pegada no mundo. Escrever artigos era mais uma das funções de quem estava envolvido com o associativismo negro até o pescoço.

É intrigante que um ativista tão dedicado quanto Frederico tenha passado quase despercebido pela academia. Talvez a própria natureza principalmente utilitária de sua contribuição, ou a característica um pouco espasmódica de sua escrita nos jornais negros responda por isso. Frederico figurou nas produções acadêmicas, brasileiras e internacionais, como uma personagem desvanecida; nem completamente ausente para se dizer inédito, nem apreciado o suficiente para ter suas ideias avaliadas em profundidade.¹⁵

O fazer biográfico indaga, reposiciona e contesta saberes tidos anteriormente como inequívocos, mas também, e ao mesmo tempo, comprova, ampara e avança esses conhecimentos, além de propiciar o surgimento de novas formulações.¹⁶ Como assinalam os editores do volume *The Biographical Turn*, Hans Renders, Binne de Haan e Jonne Harmsma¹⁷, o método contribuiu para “a correção de imprecisões sobre o entendimento e a interpretação do passado”.¹⁸ Desse modo,

¹⁵ FERRARA, Mirian Nicolau, **Imprensa Negra Paulista (1915-1960)**, São Paulo: FFLCH/USP, 1986, p. 54. ANDREWS, George Reid, **Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988**, Madison: University of Wisconsin Press, 1991, p. 298, nf.9. ALBERTO, Paulina L., **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011, p. 34–35. FAGUNDES, Ana Maria; GOMES, Flávio dos Santos, Por uma “Anthologia dos Negros Modernos:” Notas sobre Cultura Política e Memória nas Primeiras Décadas Republicanas, **Revista Universidade Rural**, v. 29, n. 2, p. 72–88, 2007. CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco, **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)**, Itajaí: Casa Aberta, 2012, p. 53-59.

¹⁶ RENDERS; DE HAAN; HARMSMA, Introduction, p. 5–6.

¹⁷ RENDERS, Hans, The Biographical Method, in: **Theoretical discussions of biography: approaches from history, microhistory and life writing**, Leiden - Boston: Brill, 2020, p. 225.

¹⁸ RENDERS; DE HAAN; HARMSMA, Introduction, p. 5–6.

tais deslocamentos que emergem da trajetória dos indivíduos, agem como “lente ou microscópio” para a retificação¹⁹, aspecto que corrobora a experiência investigativa deste trabalho, como procuro demonstrar a seguir.

Frederico Baptista de Souza foi um militante da igualdade racial. Ainda que este seja o primeiro trabalho sistemático sobre a sua trajetória, memorialistas, estudos sociológicos e historiográficos mencionaram a sua dedicação à luta incessante pelo direito à cidadania das pessoas negras.²⁰ O reconhecimento nominal mais notório da importância de Frederico como ativista está nas memórias de José Correia Leite, compiladas por Luiz Silva Cuti, no precioso livro *...E disse o velho militante José Correia Leite*. Nele, Leite se refere carinhosamente a Frederico como “Sr. Ico”, e o qualifica como um “lutador incansável”.²¹ Noto que havia entre os dois uma diferença de vinte e cinco anos de idade. Em 1924, quando Correia Leite e Jayme Aguiar lançaram o jornal *O Clarim*, Frederico tinha quarenta e nove anos e já havia dedicado mais de vinte ao associativismo negro. Ressalto que a diferença geracional tem implicância na forma como ambos entendiam os clubes e jornais negros. Mas mesmo com essas diferenças, Frederico Baptista de Souza e José Correia Leite trabalharam juntos na militância nas décadas de 1930 e 1940, fato que tinha ficado esquecido das produções acadêmicas, e que busco recuperar nesta tese.

Roger Bastide fez uma primeira investigação dos jornais da imprensa negra²², e Florestan Fernandes, um acadêmico branco que foi membro honorário da Associação Cultural do Negro²³, juntou forças com Correia Leite, e com outros militantes dessa mesma geração “e outros mais de cem informantes” para reunir materiais, fontes históricas, realizar entrevistas e produzir um material analítico sobre a história sociológica do negro em São Paulo.²⁴ Esse trabalho gerou

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 256–257. FERRARA, Mirian Nicolau, *Imprensa Negra Paulista (1915-1960)*, São Paulo: FFLCH/USP, 1986, p. 54. ANDREWS, George Reid, *Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison: University of Wisconsin Press, 1991, p. 298, nf.9. ALBERTO, Paulina L., *Terms of Inclusion*, p. 34–35. FAGUNDES, Ana Maria; GOMES, Flávio dos Santos, Por uma “Anthologia dos Negros Modernos:” Notas sobre Cultura Política e Memória nas Primeiras Décadas Republicanas, *Revista Universidade Rural*, v. 29, n. 2, p. 72–88, 2007. CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco, *A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)*, Itajaí: Casa Aberta, 2012.

²¹ José Correia Leite, Luiz Silva, *...E disse o velho militante*, p. 49.

²² BASTIDE, Roger, *Imprensa Negra do Estado de São Paulo*, *Estudos Afro-Brasileiros*, v. 2, p. 50–72, 1951.

²³ SILVA, Mário Augusto Medeiros da, *Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)*, *Lua Nova*, n. 85, p. 227–273, 2012.

²⁴ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan, *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 13–17.

diversos resultados importantes, como a criação de um acervo e a preservação de uma memória da imprensa negra paulista e o desenvolvimento de um pensamento sociológico sobre o negro brasileiro.²⁵

Sobre a sociologia do negro e da imprensa negra é, portanto, inegável a importância das obras *Estudos afro-Brasileiros* de Roger Bastide²⁶, e *A integração do negro na sociedade de classes*²⁷ de Florestan Fernandes, e especialmente o segundo volume deste estudo, que aborda os movimentos sociais no “meio negro”. Como quase quatro décadas antes da publicação das memórias de Correia Leite, Fernandes teve amplo contato com militantes negros e colheu seus depoimentos, a sua interpretação sobre o surgimento da imprensa negra, bem como sobre a criação de clubes associativos, é também fortemente alicerçada nas opiniões desses “informantes”.²⁸

Para Fernandes, a imprensa negra anterior a criação do *Clarim da Alvorada* em 1924 foi entendida como um momento inicial de adaptação à sociedade capitalista que se apresentava: “correspondendo ansiosamente às expectativas assimilacionistas da sociedade inclusiva”.²⁹ Algumas das conclusões apresentadas por Fernandes, contudo, se solidificaram em trabalhos de outros pesquisadores como evidências inequívocas. A primeira, é de que o associativismo negro em São Paulo anterior à 1924 não conformou um movimento negro organizado e reivindicatório, e que não estava conectado com as mobilizações que vieram posteriormente. Outra, é de que, por supostamente não articularem reivindicações combativas, as organizações negras paulistas não eram racialmente conscientes; eram “apolíticas” e se dedicavam a práticas consideradas fúteis ou de menor relevância, como festas e bailes. A terceira ideia equivocada é a de que o movimento abolicionista havia morrido sem deixar legado, despreocupando-se da condição social do negro após a liberdade.³⁰ Essa afirmação também implica que depois da abolição teria ocorrido um hiato na luta antirracista até pelo menos meados da década de 1920.

²⁵ QUEIRÓZ, Maria Isaura de, Coletividades negras. Ascensão socioeconômica dos negros no Brasil e em São Paulo, *Ciência e Cultura*, v. 29, n. 6, p. 647–663, 1977; FERRARA, *Imprensa Negra Paulista*, São Paulo: FFLCH, 1986; MOURA, Clóvis; FERRARA, Mirian Nicolau, *Imprensa negra. Estudo crítico de Clóvis Moura*. legendas de Miriam N. Ferrara, 2a. edição (fac-smile). São Paulo: Imprensa Oficial, 2002; BICUDO, Virgínia Leone; MAIO, Marcos Chor, *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010; MAIO, Marcos Chor (Org.), *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

²⁶ BASTIDE, Roger, *Estudos afro-brasileiros*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

²⁷ FERNANDES, Florestan, *A Integração do negro na sociedade de classes*, 3. ed. São Paulo: Dominus, 1978, p. 5.

²⁸ *Ibid.*, p. 2.

²⁹ *Ibid.*, p. 5.

³⁰ BASTIDE; FERNANDES, *Branços e negros em São Paulo*, p. 126.

Nada disso significa que esses estudos não têm valor, muito pelo contrário, afinal a tese central de que não haveria integração, nem democracia enquanto existisse racismo e discriminação ainda se sustenta. Mais ainda, o próprio Frederico entendia ao final da década de 1930 que a aquisição de liberdade, e de direitos civis era sozinha insuficiente para colocar o negro em lugar de igualdade social. Mesmo assim, há espaço para reajustar algumas conclusões.

A estima pelos militantes da imprensa que colaboraram com estudos sociológicos deu, por um lado, visibilidade acadêmica para os jornalistas do *Clarim*. Por outro lado, subestimou a agência histórica de indivíduos da comunidade de Frederico Baptista de Souza, que se esforçaram para manter as tradições de escrita e de organização criadas durante o período abolicionista. Veteranos de Frederico já tinham escrito jornais e fundado clubes antes de José Correia Leite nascer. Leite tem um lugar garantido, e merecido, na história brasileira: foi intelectual, militante, escritor, narrador e conservacionista. Nascido em 1900, entretanto, Leite pode ter escutado sobre, mas não viveu as experiências negras das décadas anteriores, como o velho Sr. Ico. A imprecisão da compreensão sobre período entre 1888 e 1924, pode repousar na escassez de fontes para o entendimento do período, mas também é resultado da leitura que as escolas sociológicas tiveram condições de fazer, quando as perguntas não apontavam para as conexões entre movimento negro do século XX e as lutas por liberdade de fins do século XIX.

A importância demográfica e política da presença de livres e libertos de cor na população brasileira desde meados do século XIX também aponta um caminho para a ampliação da compreensão do ativismo negro nos primórdios século XX. Muitos sociólogos e historiadores têm feito averiguações que cruzam informações de documentos diversos a fim de estabelecer um panorama mais amplo de biografias de sujeitos negros no Brasil. Reforço que a compreensão sobre o passado pode ser ajustada com o uso das lentes corretivas de métodos biográficos, que auxiliam a acertar melhor o foco: as narrativas que a vida de Frederico faz emergir possibilitam uma compreensão mais aprofundada da história social e cultural do associativismo negro em São Paulo. Fragmentos biográficos, tal qual foram investigados por Ana Flávia Magalhães Pinto, ajudam a refletir e minimizar a invisibilidade de sujeitos esquecidos pelo tempo e pelas pesquisas que não deram visibilidade a seus nomes e ações.³¹ Para a narrativa dessas biografias, Magalhães Pinto reconstrói parte de um cenário político e social que aponta para as relações entre a imprensa

³¹ PINTO, Ana Flávia Magalhães, **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**, Campinas: Unicamp, 2018.

abolicionista e os jornais negros.³² A autora indica que durante as últimas décadas do século XIX foram criados vínculos entre pensadores da comunidade negra, como intelectuais e jornalistas, que se estenderam na forma de redes de sociabilidade durante o século XX. O estudo da vida de Frederico confirma uma dessas conexões com um dos biografados de Magalhães Pinto, Theóphilo Dias de Castro, que foi o fundador de um dos primeiros jornais negros de São Paulo.

A experiência de Frederico desvenda e destaca outra questão historiográfica: a continuação e evolução do ativismo abolicionista após a emancipação. Frederico fez parte de uma geração de ativistas que tinha uma ligação inescapável com a escravidão; homens e mulheres que nasceram antes da abolição em 1888. Chegando à idade adulta por volta da virada do século, essa geração cresceu na esteira da escravidão. É claro que, além das heranças do racismo e da desvantagem econômica, o legado da instituição continuou a se manifestar nas estruturas sociais do país. A própria resistência das organizações negras que se originaram durante os séculos XVIII e XIX para aliviar e/ou desafiar a escravidão é uma prova desses efeitos. Como notou Maria Helena P. T. Machado, as confrarias, como a Confraria dos Remédios, eram baluartes espirituais e morais na luta pela liberdade.³³ Na segunda metade do século XIX, os Remédios serviram de sede para Antônio Bento e os Caifazes, entidade que “assistia a fugas coletivas”, como foi apontado por Antônia Quintão e, posteriormente por Ângela Alonso.³⁴ A Confraria dos Remédios também era sede do principal jornal abolicionista do país, o *Redenção*. Ativistas negros, como Frederico, permaneceram ativos nessas irmandades religiosas negras que se originaram nos séculos XVIII e XIX. Eles cultivaram cargos, mantiveram organizações e procuraram proteger as personificações físicas das irmandades – agora igrejas centenárias. Esses esforços não foram meros produtos de coincidência, pois garantir a sobrevivência de tais instituições preservou o *ethos* abolicionista entre

³² Magalhães Pinto se debruçou sobre trajetórias de intelectuais negros que, em fins do século XIX, circularam em São Paulo e no Rio de Janeiro. A pesquisa amplia os horizontes sobre a atuação desses sujeitos, e restabelece uma espacialidade compartilhada. Os intelectuais pesquisados pela historiadora são: Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theóphilo Dias de Castro. A tese de Magalhães Pinto, **Fortes laços em linhas**, foi transformada em livro; PINTO, Ana Flávia Magalhães, **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora Unicamp, 2018, 234–235.

³³ MACHADO, Maria Helena P.T., **O Plano e O Pânico: os Movimentos Sociais na Década da Abolição** (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), (2010). Ver também: QUINTÃO, Antônia Aparecida, **Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência (1870-1890)** (São Paulo: Annablume, 2002); MULLER, Liane Susan, **As contas do Meu Rosário São Balas de Artilharia** (Porto Alegre: Pragmática, 2013); REGINALDO, Lucilene, “Irmandades”, 268, In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos; SILVA, Alberto da Costa e (Orgs.), **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**, São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2018.

³⁴ QUINTÃO, **Irmandades Negras**, 82–84, ALONSO, **The Last Abolition**, 208, MACHADO, **O Plano e o Pânico**, 146.

os ativistas negros. Ao manterem essas práticas associativas, assumiram a posição de herdeiros do abolicionismo e sucessores na sua luta pela melhoria das condições de vida de suas comunidades.³⁵

Frederico não foi o único irmão a manter práticas associativas leigas e religiosas. Ao longo da investigação de sua vida encontrei outros sujeitos comungando das mesmas ações, como Irineu Benedicto da Silva, um dos fundadores do Grêmio Kosmos, que foi irmão na Venerável Irmandade Nossa Senhora do Rosário por cinquenta anos, a mesma frequentada e pesquisada por Raul Joviano do Amaral.³⁶ A eles somavam-se outros irmãos que eram militantes dos jornais e dos clubes negros: Theóphilo Dias de Castro, dona Luiza de Moura Baptista, maestro Tenente Viríssimo da Glória... foram muitos os sujeitos de cor que cruzavam as pontes espirituais que davam acesso ao passado abolicionista. Homens e mulheres que deram continuidade a uma imprensa negra desenvolvida durante o século XIX³⁷, e que, ademais, botaram à prova as estratégias e ideias de seus predecessores em seu próprio tempo vivido.

Redes desenvolvidas durante a fase abolicionista permaneceram no início do século XX, ocasionando ganhos e proteções, mas também gerando e perpetuando idiossincrasias.³⁸ Foram tessituras marcadas pelo pluralismo político, em que coexistiam a difusas chefias do movimento, quando, muitas vezes, mais de um indivíduo estabelecia diferentes agendas. Em maior ou menor grau, o liberalismo constituiu o patamar para o objetivo comum, dando a tônica do foco e alicerçando o otimismo frente à nova ordem social. Mas diferentes políticas raciais estiveram em debate: aquelas vindas de comunidades negras de outras partes do Atlântico, e formulações nacionais, mais ou menos liberais. Para entender o pensamento intelectual dos anos de 1900, afirmo ser necessário dois tipos de investigação: uma do conteúdo político da imprensa negra, e, sobretudo, outra que leve em consideração as demais atividades dessa comunidade paulistana, em comparação com as soluções encontradas por lideranças de outras partes do Atlântico negro.³⁹

³⁵ RIBEIRO, Jonatas Roque, **A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022, p. 33–121.

³⁶ AMARAL, Raul Joviano do, **Os pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos**, São Paulo: Edições Alarico, 1953.

³⁷ PINTO, Ana Flávia Magalhães, **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**, São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 16–20.

³⁸ Antônia Aparecida Quintão cita a participação de trabalhadores urbanos, incluindo italianos, como colaboradores dos caifazes, auxiliando a buscar nas fazendas pessoas escravizadas, escondê-las e protegê-las contra violência senhorial enquanto não era efetivada a liberdade definitiva. QUINTÃO, Antônia Aparecida, **Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)**, São Paulo: Annablume, 2002, p. 82–84.

³⁹ RATTIS, Alex; NASCIMENTO, Maria Beatriz; CARNEIRO, Sueli, **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**, São Paulo: Instituto Kuanza: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007; GILROY, Paul, **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**, São Paulo: Editora 34, 2001.

Pensando em conexões atlânticas, os estudos americanos sobre raça e racismo no pós-abolição brasileiro foram avigorados pelos trabalhos de George Reid Andrews. O autor demonstrou como os brasileiros negros e brancos vivenciaram condições fundamentalmente diferentes nesse período. Andrews mostra como a mobilização negra começou com a imprensa afro-brasileira, culminando em ações afirmativas no final do século XX. Ele explica como a predominância de imigrantes brancos na maioria dos aspectos da vida paulista influenciou fortemente a ascensão da política eugênica e do racismo antinegro. Além disso, pesquisando os arquivos da *Jafet Company*, Andrews ilustra o padrão consciente de capitalistas contratando brancos em vez de negros em fábricas têxteis. Sua obra é um dos pilares da área que influencia fortemente os estudos pós-abolição no Brasil.⁴⁰

Kim Butler contribuiu substancialmente para o entendimento das demandas da comunidade negra paulistana neste início de século. A obra de Butler apresenta uma leitura minuciosa do conteúdo da imprensa negra paulista, e prova que esses escritores nunca foram, em nenhum momento, avessos aos debates raciais. Pelo contrário, ela ilustra como os jornais negros nasceram dentro de clubes negros. Butler relata que esses jornais negros contribuíram para a consolidação de uma identidade entre a população afropaulista. Ao longo da investigação, Butler discute diversos temas que foram cruciais para a comunidade negra paulistana. Essas preocupações incluem – entre outras – nacionalismo, migração, acesso à educação, busca por unidade, respeitabilidade e relações transnacionais entre jornais negros brasileiros e americanos. A autora coloca em perspectiva como muitas das estratégias encontradas pelos afro-brasileiros eram comuns a outras comunidades afrodescendentes do Atlântico negro.⁴¹ Quando se coloca em perspectiva a produção monumental da imprensa negra norte-americana e a gigantesca tradição acadêmica que envolve os jornais negros dos Estados Unidos, fica límpido como água que os problemas, e muitas

⁴⁰ ANDREWS, George Reid, **Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988** (Madison: University of Wisconsin Press, 1991). Andrews também examinou as implicações transnacionais do conceito brasileiro de “democracia racial”, estabelecendo comparações e conexões com Estados Unidos, Argentina e Uruguai. ANDREWS, “Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint,” *Journal of Contemporary History* 31, no. 3 (1996): 483–507; ANDREWS, “Racial Inequality in Brazil and the United States: A Statistical Comparison,” *Journal of Social History* 26, no. 2 (1992): 229–63. ANDREWS, **Los Afroargentines de Buenos Aires**. Colección Aquí mismo y hace tiempo (Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989). ANDREWS, **Negros en la Nación Blanca: Historia de los Afro-uruguayos, 1830-2010**; tradução de Betina González Azcárate. (Montevideo: Linardi y Risso, 2011); ANDREWS, “African-Diaspora Thought and Practice in Montevideo, Uruguay y 1830-2000,” *The Americas* 26, no. 1 (2010).

⁴¹ BUTLER, Kim, **Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador** (New Brunswick: Rutgers University Press, 1998), 68–128.

das soluções encontradas pelos sujeitos negros em São Paulo, e quiçá no Brasil, eram comuns às demais comunidades negras diaspóricas ao norte do Atlântico negro.

Explico; nos Estados Unidos mantem-se preservada uma enorme imprensa tanto abolicionista, quanto posterior a emancipação. A primeira revista negra foi *Freedom's Journal* editada por Samuel E. Cornish em 1827, em Nova Iorque, cidade que foi central para abolicionismo norte-americano. Antes da Guerra Civil (1861-1865), foram editados pelos menos quarenta títulos diferentes de norte a sul do país, incluindo o “*deep South*”, lugar onde a escravidão foi absolutamente dominante. Apenas em 1847 o *North Star* foi criado por Martin R. Delany e pelo herói nacional Frederick Douglass, que publicou diversos títulos ao longo de sua vida. Passada a fase abolicionista pós-guerra, especialmente durante a Reconstrução (1865-1877), houve uma verdadeira corrida da imprensa negra americana, quando surgiram jornalistas negros em todo o país, incluindo mulheres como Ida B. Wells. É no século XX, contudo, que vão triunfar nomes como o de T. Thomas Fortune, um dos mais influentes homens da imprensa negra americana, que foi, entre muitas coisas, chefe do *New York Age*, e o de William Monroe Trotter, editor do *Guardian*, de Boston.⁴² Na região norte, o grande Robert S. Abbott fundou o *Chicago Defender* em 1905, que junto ao *Negro World*, são os exemplos dos jornais negros mais conhecidos da academia brasileira, em virtude de suas conexões com o *Clarim d'Alvorada*, que foram detalhadamente exploradas por Almicar Araújo Pereira e Flávio Thales Francisco Ribeiro⁴³, aspecto que também foi revisitado pelos historiadores Petrônio Domingues e Tiago de Melo Gomes.⁴⁴

⁴² WOLSELEY, Roland Edgar, *The Black press, U.S.A.*, 2nd ed. Ames: Iowa State University Press, 1990, p. 24–57; BULLOCK, Penelope L., *The Afro-American periodical press, 1838-1909*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981; DANIEL, Walter C., *Black journals of the United States*, Westport: Greenwood Press, 1982; SUGGS, Henry Lewis (Org.), *The Black press in the South, 1865-1979*, Westport: Greenwood Press, 1983; SUGGS, Henry Lewis (Org.), *The Black press in the Middle West, 1865-1985*, Westport: Greenwood Press, 1996; SIMMONS, Charles A., *The African American press: a history of news coverage during national crises, with special reference to four black newspapers, 1827-1965*, Jefferson: McFarland & Co, 1998; VOGEL, Todd (Org.), *The Black press: new literary and historical essays*, New Brunswick: Rutgers University Press, 2001; HUTCHINSON, George; YOUNG, John K. (Orgs.), *Publishing blackness: textual constructions of race since 1850*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

⁴³ PEREIRA, Amilcar Araújo, “*O mundo negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010; FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro, *Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal Clarim da Alvorada (1924-1932)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

⁴⁴ DOMINGUES, Petrônio, A visita de um afro-americano ao paraíso racial, *Revista de História* 155, p. 161–181, 2006; GOMES, Tiago Melo, Afro-Brasileiros e a Construção da ideia de Democracia Racial nos Anos 1920, *Linhas*, v. 8, n. 1, 2007.

Não seria possível no escopo desta tese dar conta de um panorama completo dos jornais negros norte-americanos, mas ressalto que essa produção consolidada, em termos quantitativos e qualitativos, faz entender de maneira convicta que muitas das questões e problematizações, métodos e soluções, forjados pelo movimento negro brasileiro precedente ao jornal *Clarim*, são análogos àqueles observadas nos periódicos norte-americanos. Isso porque não foi preciso que homens como Frederico estivessem em contato direto com os jornalistas afro-americanos para que as trocas culturais acontecessem. Como foi explorado por Micol Seigel, a ideia de que comunidades e sujeitos periféricos eram isolados durante o século XX, subestima homens que estavam atentos às comunidades diaspóricas em todo o mundo. Estendo a conclusão de Seigel para Frederico: esses homens foram agentes de trocas transnacionais, e não apenas receptores de ideais estrangeiros. Sujeitos como Frederico forjaram acesso às diversas tecnologias para compreenderem a cultura política de seu tempo.⁴⁵ A autora certifica que o cosmopolitismo da comunidade negra paulistana existia, como era de se esperar, antes da visita de Robert S. Abbott, pois eles já promoviam debates contra a existência consolidada de uma democracia racial no país.⁴⁶ Corroboro tais formulações pois, “veteranos” como Frederico e seu amigo Abílio Rodrigues, criticavam seus pares do norte do continente, e faziam valer de suas próprias percepções acerca do que era e como operava o racismo brasileiro em comparação àquele dos Estados Unidos.

O paralelo entre as imprensas negras norte-americanas e brasileiras, portanto, guardadas as diferenças de quantidade de títulos e preservação de material, apresentam correspondências temáticas, estéticas e de arguição que ratificam o Atlântico negro como argumento.⁴⁷ Paul Gilroy na obra clássica de 1993, ainda que não cite especificamente o Brasil, afirma que, por Atlântico negro entende-se o espaço de circulação oceânico como um todo dinâmico e híbrido, onde os limites nacionais foram superados pelos sujeitos negros. Nesse espaço, os negros ampliaram as fronteiras físicas e intelectuais, alargaram as experiências geográficas e linguísticas, e intercambiaram culturas e economias a partir da mobilidade incidida pela diáspora africana. Quando se identificam essas similitudes nas fontes de aqui e acolá, ficam evidentes as afinidades

⁴⁵ SEIGEL, Micol, **Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States**, Durham: Duke University Press, 2009, p. 3–4.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 179–192.

⁴⁷ GILROY, **O Atlântico negro**, p. 35.

e continuidades, as rupturas e as incertezas que assolavam as comunidades negras como um todo Atlântico.⁴⁸

Alejandro de la Fuente também fez um importante acréscimo aos estudos pós-abolição com seu trabalho sobre a política racial cubana no século XX. Seu estudo nos ajuda a visualizar a mobilização negra através do exemplo das “sociedades afro-cubanas” como uma forma tradicional de autoexpressão. Particularmente, seu exame mostra como os clubes recreativos negros cubanos e as organizações negras brasileiras tiveram origens semelhantes e características comuns. Embora seja pertinente estabelecer que, como afirma o autor, as afro-sociedades cubanas evitavam debates políticos. O autor evidencia que isso ocorreu como resultado de sua raça e origem, porque eles eram normalmente vistos pelo viés da criminalidade.⁴⁹ Não foi o caso do clube Kosmos de Frederico, que debatia abertamente visões políticas que iam da monarquia à democracia. Eles denunciaram equívocos nacionais e internacionais sobre as condições enfrentadas pelos negros brasileiros. Com o tempo, Kosmos e Frederico tornaram-se mais ousados, chegando a se opor ao nacionalismo de direita das lideranças negras paulistanas, que ganharam primazia na década de 1930.

Seguindo o mesmo tipo de interpretação, Paulina Alberto oferece uma importante investigação sobre como intelectuais e ativistas negros no Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador – administraram e moldaram os debates sobre raça no século XX. Alguns dos conceitos fundamentais apresentados por Alberto se justapõem à minha pesquisa sobre a vida de Frederico. Alberto reforça que Frederico, especificamente, exemplificava os anseios de sua geração, chamados por ela de “Homens de Valor,” na defesa de uma conduta moral que os blindasse dos pressupostos e ações racistas.⁵⁰ Logo, Frederico fez parte da primeira imprensa negra de São Paulo durante o período em que a política de respeitabilidade era central. No entanto, como meu trabalho

⁴⁸ Conectar ideologias e práticas negras de diferentes regiões, e especialmente da América Latina, é o que Alejandro de la Fuente e George Reid Andrews vem incentivando ao fazer uma coleção que remonta um quadro mais amplo das relações raciais nas Américas. Esses trabalhos sustentam uma escola de pensamento que é sintetizada na publicação **Afro-Latin American Studies: An Introduction**. Em última análise, a obra mostra o estado dos estudos históricos e sociológicos sobre os afrodescendentes na América Latina. Acima de tudo, enfatiza a importância de compreender as sociedades pós-abolição da América Latina a partir de uma perspectiva transnacional. FUENTE e ANDREWS, “The Making of a Field: Afro-Latin American Studies,” in **Afro-Latin American Studies**, 1–24. Ver também: BUTLER, Kim D., Defining Diaspora, Refining a Discourse¹, **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 10, n. 2, p. 189–219, 2001.

⁴⁹ DE LA FUENTE, Alejandro, **A nation for all: race, inequality, and politics in twentieth-century Cuba**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001., 161-163.

⁵⁰ ALBERTO, Paulina L., **Terms of Inclusion**, p. 23–69.

mostra, seu envolvimento continuou enquanto o ativismo negro se afastava de sua ênfase anterior na masculinidade, alfabetização e sociabilidade formal. Em vez de operar como uma “classe de homem de cor”, Frederico e seus compatriotas passaram a se concentrar em uma perspectiva mais ampla de “raça”. Enquanto Alberto restringe o envolvimento de homens como Frederico à geração anterior e mais limitativa do ativismo, seu trabalho oferece importantes percepções sobre gênero e nacionalidade que influenciam profundamente minha pesquisa.⁵¹

A democracia racial confortava os brancos privilegiados e representava um sério problema político para os negros; as preocupações destes últimos foram parcialmente silenciadas pela repreensão condescendente de que os afro-brasileiros deveriam ser gratos por sua suposta igualdade racial.⁵² Ao coagir as pessoas a acreditar que não precisavam de mais direitos, as elites brancas esperavam manter o *status quo*. Embora estudiosos recentes tenham percorrido um longo caminho para desvendar o mito da democracia racial, é preciso ir além da mera crítica para estabelecer avaliações mais significativas das questões raciais no Brasil. Como observa o sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, o simples fato de a democracia racial ser um mito não a impedia de influenciar fortemente o pensamento e o ativismo negro. Embora as desigualdades raciais da sociedade fossem aparentes, líderes negros como Frederico Baptista de Souza, Arlindo Veiga dos Santos, entre outros, levaram as possibilidades de se criar uma democracia racial a sério, e só a rejeitaram completamente por meio do engajamento e da experiência ao longo do tempo.⁵³

Essa multiplicidade de ideias políticas nunca foi um uníssono, e fomentar a união de indivíduos com pensamentos divergentes, ainda hoje, é um desafio. Houve discordâncias, disputas e intenso debate. Sobretudo, a experiência de vida de Frederico traz à tona algo caro que ainda que óbvio, muitas vezes passa despercebido: no início do século XX já existia mais de uma proposta de militância racial entre a comunidade negra paulistana. As incongruências não estavam apenas nas ideias de antagonistas: Frederico mesmo mudou de opinião sobre os rumos do movimento negro por mais de uma vez. Herdeiro do ativismo quando abolição ainda era necessária, ao longo da vida, Frederico viu suas ideias serem superadas frente às novas articulações políticas que ocorriam. Ele não se fechou nas suas interpretações sobre as possibilidades de conquistas para

⁵¹ ALBERTO, Paulina L., *Terms of Inclusion*, p. 33–34.

⁵² ALBERTO, “‘Racial Democracy’ and Racial Inclusion: Hemispheric Histories,” in *Afro-Latin American Studies*, ed. de la Fuente e Andrews (Cambridge University Press, 2018), 264–316

⁵³ GUIMARÃES, Antônio Sérgio, A democracia racial revisitada, *Afro-Ásia*, v. 0, n. 60, 2019.

peessoas negras no arcabouço intelectual do século XIX ou do 1900. Ao se manter ativo no associativismo das décadas posteriores, Frederico dialogou com os mais jovens e se aliou com muitos sujeitos das gerações que lhe sucederam.

Frederico foi secretário da comissão que ergueu uma herma em homenagem a Luís Gama, em 1929, no Largo do Arouche. No início dos anos trinta, o veterano elaborou e ajudou a criar um projeto de união da raça, a partir da criação da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*, junto com José Correia Leite. Viu o projeto da Frente Negra Brasileira se erguer, se tornar hegemônico, e se desmanchar. Frederico passou pelas contingências da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. Perdeu *status* e poder financeiro, situação que por fim o tornou mais isolado durante os anos quarenta e cinquenta. Ele viveu até o início da luta pelos Direitos Civis nos Estados Unidos durante os anos sessenta, o início do processo de descolonização na África e a ditadura militar no Brasil.

É pouco dizer que investigação biográfica complexifica a história porque de perto toda vida carrega contradições. E um mosaico de sujeitos intrincados no Atlântico negro é um emaranhado tão divergente e vasto quanto a própria experiência humana. Entendo, contudo, que os estudos de vida qualificam o conhecimento sobre o passado ao aprofundarem as ideias postuladas pelas conjecturas mais amplas. Para dar conta do conjunto de ações da comunidade negra engendrada pela vida de Frederico, investigo diversas fontes, que descrevo brevemente a seguir. Contudo, a primeira e mais importante delas é sem dúvida a imprensa negra paulista.

A imprensa negra paulista é composta por séries de jornais produzidos por gente negra em diversos momentos do século XX. Há exemplares desses jornais na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp. Elas são oriundas da coletânea “Jornais da Raça Negra”, fruto de jornais que foram guardados por José Correia Leite e cedidos à pesquisadora Miriam Nicolau Ferrara, que por sua vez os doou ao IEB. No entanto, apesar de usualmente serem tidas como iguais, há outras coleções desses jornais com alguns números diferentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), e no Centro de Documentação e Memória da UNESP, esta última, parte do acervo pessoal de Clóvis Moura, que foi doado por ele ao CEDEM. Também encontrei alguns exemplares diferentes de jornais da imprensa negra nas coleções da Benson Latin American Collection, University of Texas (Austin), *Jornais da Imprensa*

Negra – Michael Mitchel Collection, e na Library of Congress (Washington D.C.), sob o título de *The Black Press of Brazil: a collection of 31 titles spanning 1916-1969*. Usei todos os conjuntos disponíveis prevendo que haveria alterações, para poder constituir uma visão mais completa do que existe em termos de imprensa negra paulista. Comparei essas coleções, avaliei repetições e diferenças, e formulei uma listagem total dos exemplares para assim não perder de vista artigos ou debates importantes para investigação da comunidade de Frederico Baptista de Souza.

É verdade que os jornais da imprensa negra paulista já foram bastante investigados. Esses periódicos podem parecer a princípio, um monte de dados curiosos sobre gentes de quem as ideias não se distinguem. A prática de investigar esses jornais sem se atentar para a individualidade dos escritores reforça esse engodo. Ao se folhear páginas da imprensa negra, se repetem os bailes, as críticas e alguma foto pálida do Luís Gama ou da Princesa Isabel, elementos mais ou menos desarmônicos para os leitores do século XXI. Tais conteúdos, todavia, apresentam os fundamentos da experiência negra, trazida para o centro do debate, com vistas para um novo mundo que era gestado após a abolição. A primeira inovação desta tese é, portanto, perseguir o nome e as ações de um escritor por dentre todos os exemplares da imprensa negra ao longo de toda sua existência. Dessa forma, acredito que foi possível entrever os debates e as ideologias ao longo tempo sob o olhar de um membro importante da comunidade. A ideia era retirar os jornais da imprensa negra de classificações temporais e reivindicatórias criadas posteriormente, e tentar averiguar os conteúdos dos jornais negros de forma hermenêutica, privilegiando as ideias apresentadas por Frederico durante o tempo do seu ativismo.

Ademais, foi empregada também a comparação entre os jornais negros de fins da década de 1910 com aqueles que vieram depois, dos quais restaram coleções mais completas. Como um dos pontos cegos da investigação vem de certa limitação dos jornais da imprensa negra paulistana, que são compostos de séries incompletas e números mutilados, exploro também fontes literárias, memoriais, documentos da Faculdade de Direito, e especialmente, os jornais de grande circulação. Utilizei escritos de Monteiro Lobato, contemporâneo nascido e criado na mesma região que Frederico, para contrapor as informações sobre a sua infância em Taubaté. Ainda sobre as fontes literárias, cruzei dados da imprensa negra com escritores de época como Olavo Bilac, tanto em suas crônicas, como na revista produzida e editada por ele na primeira década do século XX. Livros de memorialistas que narram histórias sobre a cidade de São Paulo na primeira metade do século XX também foram utilizados para contestar espaços e informações de jornais.

Os documentos da Faculdade de Direito da USP foram de extrema valia para esta tese, sem os quais muitas informações cruciais da vida de Frederico teriam ficado perdidas. Utilizei sua pasta de funcionário e todos seus documentos trabalhistas. Na mesma instituição, também tive acesso a fontes sobre o Dr. Amâncio de Carvalho, chefe de Frederico nos anos 1910, e médico responsável pelo embalsamamento e exibição do corpo de Jacinta, assunto que discorro melhor no quarto capítulo da tese. Os artigos científicos escritos por Amâncio de Carvalho e publicados na Revista da USP também fazem parte da investigação. No Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM), explorei estatutos e licenças de clubes e associações, e documentos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Ainda sobre documentação de associações utilizei as Atas da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*, que fazem parte do acervo de Clóvis Moura, no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Também pesquisei documentos de habitação e moradia. No Cartório da Penha de França tive acesso a documentação das propriedades de Frederico e de seu filho José Martinho. Para alguns registros de casamento e nascimento recorri a base de dados *online FamilySearch*. Em Taubaté, no Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho, tive acesso a documentos cartoriais e inventários do século XIX, e também, aos jornais da cidade, que por motivo que desconheço, não estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Procurei utilizar o máximo da capacidade da Hemeroteca Digital Brasileira. Para isso desenvolvi diversas maneiras de realizar a pesquisa onomástica no site, insistindo em modificar os meios de procura, tanto temporais quanto nominais. Assim, consegui chegar a resultados mais amplos do que uma primeira busca traz ao pesquisador. Avaliei os principais jornais de grande circulação do período, de São Paulo e de outros estados brasileiros. Pesquisei alguns jornais menores, como periódicos operários e femininos. Também dediquei tempo às revistas paulistanas, especialmente aquelas com conteúdos fotográficos. Acabei por fazer uma curadoria de muitas imagens – fotografias e desenhos de 1900 até 1929 – de pessoas negras retratadas de forma intencional ou não, presentes nessas revistas, muitas delas dedicadas exclusivamente a fotografia. Parte do material está disponível na tese, e a outra parte será utilizada em pesquisas futuras. As publicações da primeira metade do século XX são muito ricas em imagens, é um momento de muita euforia com a reprodutibilidade técnica da fotografia; acredito que deixá-las de lado seria um desserviço a essa importante forma de registro do período. Também utilizei fotografias sobre as guerras e revoltas ocorridas em São Paulo a partir de registros de fontes secundárias, mas dei

destaque aos sujeitos negros nas representações. Ainda sobre imagens, inclui alguns mapas de época e outros georreferenciados, para facilitar a leitura geográfica contemporânea.

Por último, mas não menos importante, tive a feliz ideia de procurar os descendentes de Frederico em uma viela do bairro da Penha de França em São Paulo, que leva o nome de seu filho mais velho, José Martinho de Moura Baptista. Com algum jeitinho, muito carinho e respeito, consegui aproximar-me dos Baptistas: Laura Grigas Baptista, Glauber Baptista Ramalho, Simone Baptista e dona Nancy Baptista Andrade Ramos, bisnetos e neta de Frederico e Luiza. Eles foram absolutamente gentis e me cederam cópias de muitas fotografias de família, como aquela que abre a tese, concedida por Glauber. Eles também se disponibilizaram a conversar comigo muitas vezes, me contando causos e histórias íntimas, guardadas a setes-chaves no coração da família. Com eles aprendi que o “p” do sobrenome não é mudo, e sim pronunciado. Fiquei sabendo que o “vô Baptista” (Frederico) tinha uma linda biblioteca cheia de livros – hoje inexistente – mas, onde os netos se deitavam no chão para observar o capacete que ele guardava das revoluções de outrora. Escutei memórias alegres sobre os deliciosos doces e biscoitos de polvilho que a “vó Luiza” fazia. Ouvi dona Nancy descrever as tristes lembranças do cativoiro que a avó contava sobre a sua mãe, quando escravizada no Vale do Paraíba. Esta tese, infelizmente, não contava com a possibilidade de incluir uma seção de história oral, que por questões éticas precisa ser anunciada ainda na fase de projeto. Portanto, muitas dessas narrativas ficaram de fora do texto final. Se for possível, no futuro pretendo dar forma acadêmica as essas lembranças, que são individuais e coletivas, como foi a vida de Frederico e Luiza.

A tese está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, trato da infância de Frederico, e do início de sua vida adulta em Taubaté e, posteriormente, a mudança para a capital. Apesar da carência de informações para esse período, as fontes primárias existentes e a aproximação bibliográfica permitem recriar o ambiente provável da sua infância. Do mesmo modo, fontes literárias ajudam a recompor o panorama intelectual de Taubaté, do ápice à queda, sem perder de vista as vivências dos sujeitos negros em meio às transformações ocorridas. O mesmo viés interpretativo ocorre às possibilidades de estudo de Frederico na cidade. As memórias de infância escritas quando adulto foram cruzadas com subsídios historiográficos sobre a educação de negros durante a passagem do Império para a República. Desse conjunto de dados somados às

ações de controle das crianças negras depois da Lei do Ventre Livre, vê-se um cenário bastante plausível para se interpretar a formação intelectual do militante.

Investigo também a chegada, o estabelecimento e os primeiros dez anos da família Baptista na Paulicéia do 1900. Nessa parte, o pano de fundo é o desenvolvimento urbano de São Paulo. No entanto, mais do que repetir as noções sobre o crescimento arquitetônico e estrutural da cidade, busco entender a inserção de Frederico e sua família no plano concreto: a partir de dados de jornais e de documentos da Faculdade Direito, destaco a moradia dos Baptista no mapa, e examino as condições financeiras de ascensão econômica e social comparando os ganhos da família com outras categorias de trabalhadores. Afirmo que a sua experiência de classe média foi muito próxima daquelas vivenciadas por operários e trabalhadores domésticos, e que era diferente dos luxos da classe média branca paulistana.

No segundo capítulo investigo os primeiros anos do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, que Frederico ajudou a construir e onde ele consolidou a sua militância. Ao lado de outras associações de cor, como a sociedade 28 de Setembro de Jundiaí, ou o clube José do Patrocínio de Piracicaba⁵⁴, o clube Kosmos foi uma das associações mais profícuas e de longa duração na cidade de São Paulo. Contudo, até o presente momento, ele não havia sido investigado em detalhe. É compreensível o porquê de ele ter sido citado de maneira mais ligeira pela bibliografia; como boa parte do que ocorreu com os demais clubes negros paulistas, restaram poucos documentos da associação. Desse modo, a fim de reconstituir as atividades do grêmio antes de ele aparecer nos jornais negros⁵⁵, cruzo dados dos estatutos da sua fundação com várias citações e pequenas notas publicadas pela grande imprensa paulistana. A bibliografia sobre o período após a abolição e a imprensa negra no Brasil e o movimento operário, bem como a análise das ideias e práticas das comunidades negras diaspóricas, especialmente das estratégias raciais norte-americanas, auxiliam a interpretação sobre as escolhas políticas realizadas pelos membros do Grêmio Kosmos nesse período. Por isso, também examino a proeminência do líder negro Booker T. Washington no território brasileiro, com o intuito de demonstrar que os homens de cor nacionais aproveitaram da

⁵⁴ LUCINDO, William Robson Soares, **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2020, p. 12–24.

⁵⁵ O Grêmio Kosmos foi mencionado pela primeira vez na imprensa negra no jornal *A Rua*, em 24 de fevereiro de 1916. Grêmio Dramático e R. Kosmos, **A Rua**, 24/02/1916.

inspiração liberal negra para articular as suas próprias propostas de “elevação da raça.”⁵⁶ Eles conceberam um *uplifting* racial por meio das ideias que cruzavam o Atlântico, e desse modo comungavam valores liberais com comunidades afro-americanas.

No terceiro capítulo, avalio o período em que Frederico já era reconhecido no associativismo negro como diretor do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos. No bojo da análise da história política, procuro compreender os artigos escritos por Frederico na imprensa negra e a construção da ideia de união da raça. Em paralelo, reflito sobre sua participação na Confraria Nossa Senhora dos Remédios. É uma fase em que a comunidade paulistana enfrentou a carestia de gêneros, oriunda da recessão causada pela Primeira Guerra Mundial, as perdas salariais e as consequentes greves trabalhistas e repressão policial, a crise sanitária e a alta mortalidade geradas pela epidemia de gripe *influenza* (H1N1). A esse quadro nada sereno, à população negra somavam-se o recrudescimento do racismo científico e a consolidação do racismo sistêmico. A população negra nas mais diferentes regiões no globo também lia pasmada as notícias sobre o “ódio de raças” nos Estados Unidos. No Brasil, a imprensa acompanhou linchamentos de adultos e crianças negras, especialmente do sexo masculino, realizada por supramacistas brancos de ambos os sexos. Indivíduos negros foram privados do direito ao voto; processo chamado de *disenfranchisement*, e o Sul institucionalizou a segregação racial. Consequentemente famílias negras buscaram abrigo na migração para o Norte, e ainda assim, ao invés de paz, muitas vezes encontraram *mobs*, isto é, cerco, tumultos e ataques em grupo organizados por pessoas não queriam que gente negra convivesse nos mesmos bairros que brancos.

No capítulo quatro, examino os papéis das mulheres negras nessa comunidade de homens de cor. A historiografia brasileira sobre a imprensa negra costuma assumir que as mulheres negras foram silenciadas e oprimidas pelo machismo de seus parceiros. Com base em conceitos desenvolvidos por estudiosos da história afro-americana, reconsidero como, e se, essas mulheres enfrentaram um machismo intensamente pacificador de seus companheiros.⁵⁷ No caso das mulheres negras paulistas envolvidas na valorização da raça, o desejo de progresso não condizia com a velocidade das oportunidades. Demorou algum tempo para que as “mulheres da raça”

⁵⁶ Kim Butler cita que os jornais da imprensa negra paulistana partilhavam estratégias de *uplifting*. BUTLER, *Freedoms Given, Freedoms Won*, p. 95.

⁵⁷ HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks, *Righteous Discontent: The Women's Movement in the Black Baptist Church, 1880 - 1920* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993). COOPER, Brittney C., *Beyond Respectability: The Intellectual Thought of Race Women* (Urbana: University of Illinois Press, 2017).

fizessem registros escritos explícitos de suas concepções raciais. Apesar desse fato, ao resguardar as distinções de classe econômica, as mulheres negras americanas e brasileiras mantinham importantes semelhanças de expectativas comunitárias. Proponho que as mulheres negras em clubes e jornais, como suas correspondentes americanas, estavam cientes do que a retórica e a prática da respeitabilidade conferiam a elas e a suas famílias. A partir de leituras que cruzam experiências de pensadoras negras do início do século, proponho que essas mulheres não eram simplesmente oprimidas pelo decoro. Elas foram agentes ativos na política de respeitabilidade que serviu de veículo para debates sociais, reivindicações de direitos e proteções contra o racismo sistêmico. Elevação racial e respeitabilidade, mesmo quando narradas por vozes predominantemente masculinas, não eram reflexo de um olhar exclusivamente masculino. As mulheres integrantes desses clubes apoiaram, refutaram, debateram e inovaram em relação aos ideais que circulavam em suas próprias casas e comunidades. Afinal, seus corpos foram os primeiros a serem pegos na mira da eugenia.⁵⁸ Ao traçar conexões com processos políticos semelhantes na diáspora africana, como nos Estados Unidos, podemos ver como as mulheres de cor construíram sistemas culturais para buscar a respeitabilidade, proteção e proeminência que lhes foram negadas após a abolição.

Examino também as ideias de Frederico sobre questões mais amplas do universo das mulheres, para além do seu âmbito familiar. Trata-se de seus artigos sobre a beleza das mulheres negras, e sobre as condições de trabalho femininas, em particular das trabalhadoras domésticas. Ainda no que diz respeito as ideias de Frederico sobre as mulheres, analiso seu artigo sobre o enterro de Jacinta. Em 1929, associações negras se reuniram com os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo para enterrar o corpo de uma “múmia” que ficou exposta por quase trinta anos em uma sala de aula da instituição. A imprensa negra publicou notícias sobre o destino dessa “experiência científica”, também conhecida pelo nome de Raymunda, produto do corpo embalsamado da jovem mulher negra. Para Frederico era fundamental que as pessoas entendessem que Jacinta tinha direito à respeitabilidade da mesma forma que as mulheres negras dos clubes. Hoje, a Jacinta tornou-se um símbolo da violência pública contra pessoas de cor. Nesta história, exploro meios potenciais de trazer o passado à justiça.⁵⁹

⁵⁸ FISCHER, Brodwyn, GRINBERG, Keila, e MATTOS, Hebe, “Law, Silence, and Racialized Inequalities in the History of Afro-Brazil,” in *Afro-Latin American Studies*, 144–48.

⁵⁹ ROQUE, Daniel Salomão, “Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos,” [Ponte Jornalismo](#), 9 de Abril, 2021. ROQUE, Daniel Salomão Roque e TIEDE, Livia, especial

No capítulo final, demonstro que Freerico se afastou do liberalismo em direção a uma perspectiva racialmente consciente que estava mais alinhada com as crenças dos líderes das gerações seguintes. Ao considerar o desenvolvimento ideológico dos primeiros ativistas negros no século XX, é importante estabelecer definições operacionais de conceitos-chave. Embora existam muitas correntes diferentes de liberalismo, dentro dos limites desta dissertação ele é entendido como um sistema de crenças definido por 1) a primazia da igualdade de direitos – para os homens – perante a lei, 2) a centralidade da propriedade privada na gestão dos processos de produção, distribuição e consumo, 3) a priorização do indivíduo como ator político e/ou moral, e 4) a crença de que instituições democráticas e associações voluntárias são desejosas e eficazes na obtenção de bens sociais.

As críticas aos limites do liberalismo como meio de efetuar mudanças significativas nas sociedades pós-abolição são abundantes, e com razão, mas é a partir dessa perspectiva que Frederico e muitos contemporâneos se originaram como ativistas. Isso também não é sem motivo. O abolicionismo dentro e fora do Brasil foi influenciado pelo pensamento liberal, e o programa – pelo menos *prima facie* – poderia solucionar problemas enfrentados por uma população negra livre. Frederico levou esse potencial a sério e perseguiu um programa inspirado no liberalismo durante grande parte de sua vida. No entanto, ao traçar sua evolução ideológica, esta tese também delineia os limites do liberalismo para enfrentar as profundas desigualdades das sociedades pós-abolição. Esses conflitos são exemplificados a partir da tentativa do grupo em que Frederico se inseria nesse momento, o *Clarim da Alvorada*, em estabelecer um Congresso da Mocidade Negra, como meio de fomentar a educação de gente de cor no país. Apesar de muito esforço de jovens com José Correia Leite, Horácio Cunha e Luís de Sousa, – e do apoio irrestrito de Frederico – o congresso sofreu forte repressão da grande imprensa, e criou uma crise dentro do associativismo negro paulistano.

A presença duradoura de Frederico na imprensa e nos clubes sociais (e sua longa vida) nos permite entender melhor as diferenças políticas presentes na formação da Frente Negra Brasileira. Antes da emergência desse grupo como força dominante, Frederico e ativistas mais jovens – como José Correia Leite – tentaram formar uma organização negra de base ampla e alinhada com os princípios democráticos, a Sociedade Cooperadora “Clarim da Alvorada”. Para avaliar essa

para a Ponte Jornalismo, “Memória de Jacinta deve se sobrepor à de Amâncio, diz pesquisadora,” [Ponte Jornalismo](#), 16 de Maio, 2021.

associação me dedico a examinar um conjunto de fontes ainda pouco utilizado, as Atas da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*, manuscrito que acredito ser de grande valia também para pesquisas futuras. Esse esforço desafiou conscientemente a filosofia política de direita da Frente Negra Brasileira, conhecida pelo apoio ao Patrionovismo de seus líderes.⁶⁰ Por fim, volto o olhar também para as suas lutas mais tardias na vida, especialmente contra a pobreza, que foram em grande parte decorrentes da recusa de seu ex-empregador em cumprir suas obrigações previdenciárias. Sua habilidade, lealdade e inteligência beneficiaram a instituição por décadas, mas essa relação simplesmente não era recíproca. Como um homem negro vivendo em uma sociedade racista, seu valor foi amplamente definido pelo trabalho que ele forneceu, e não por sua humanidade inata. Por fim, concluo com uma discussão sobre como sujeitos negros eram vistos e avaliados pela instituição de ensino e pelos estudantes das arcádias.

Como epílogo, arremato sua biografia com uma reflexão sobre como Frederico enfrentou o racismo no decorrer do século XX. Concluo fazendo uma avaliação das suas perspectivas e estratégias, e como elas se confrontam com incertezas que se colocaram em seu caminho. O associativismo negro foi a chave de compreensão para comunidade que Frederico e outros homens e mulheres urbanos, negros e não-brancos, projetaram nos primeiros anos da República. Intelectualmente independentes da necessidade de qualquer assessoria de pessoas brancas, e ao mesmo tempo, bastante cientes de que a liberdade recém adquirida era frágil – especialmente quando comparada aos séculos de exploração escravista – a comunidade negra do novo século se perpetrou, sobretudo, como extremamente ativa e independente na cidade de São Paulo, organizada por meio de coletivos politizados. Fizeram escolhas de combate ao racismo que juntavam tanto as práticas ancestrais, como afiliação em irmandades religiosas, quanto soluções de vanguarda, como o *uplifting* racial. A investigação da trajetória de Frederico visa ampliar o olhar sobre o associativismo negro, já que muitas vezes essas experiências foram investigadas de forma compartimentada. O objetivo é contrapor os aspectos mais destacados da vida do militante em face do que seu ativismo ajudou a construir, além de pensar também sobre as perdas e ganhos de suas escolhas políticas.

⁶⁰ MALATIAN, Teresa, “Pátria Nova: Por Deus, Pelo Brasil e Pelo Imperador,” **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História** 1 (1981); DOMINGUES, Petrônio, “O ‘Messias’ Negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): ‘Viva a nova Monarquia Brasileira; Viva Dom Pedro III!’”, **Vária História** 22 (Dezembro, 2006): 517–36; MALATIAN, Teresa Maria, **O Cavaleiro Negro: Arlindo Veiga Dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015, p. 69–86.

Capítulo 1 – Herdeiros do Abolicionismo

Um menino negro em Taubaté em fins do século XIX

Quando Frederico Baptista de Souza tinha dois anos, em 1877, Francisco de Paula Toledo escreveu *História do município de Taubaté*.¹ O livro, que serve de fonte documental para investigação do passado da cidade, relata os feitos patrióticos dos cidadãos taubateanos, como o envolvimento na guerra contra o Paraguai, ou na Guerra dos Emboabas, quando a cidade teria sido fundamental para a proteção da capitania de São Paulo. Em 1877, Taubaté ainda vivia sob a égide da produção cafeeira, que fez o lucro dos fazendeiros da região do vale do Paraíba paulista, e que começava a declinar quando a agricultura passou para o oeste do estado. O município tinha uma presença massiva e atuante de membros da Igreja Católica que viviam à sombra do Convento Santa Clara. A elite agrária originária do café e do foro religioso fomentavam uma casta familiar de políticos que dominavam o poder local, e eram ativos no governo imperial, como por exemplo, o Visconde de Tremembé. Abaixo dessa elite, existia uma classe média composta de comerciantes e profissionais liberais, e na base social um grande contingente de negros livres, brancos pobres e muitos escravos oriundos da demanda para o trabalho na lavoura.

Segundo dados do IBGE, de acordo com o censo de 1872, o município de Taubaté tinha 20.847 habitantes, quando no mesmo ano a cidade de São Paulo que tinha 31.385 habitantes. Isto reflete o fato notório de que durante os anos de intensa produção de café, Taubaté era consideravelmente mais populosa que outras localidades dentro do estado. Ainda que Toledo não seja muito preciso nos números, de acordo com seu “Quadro Geral da população”, em 1877 pode-se verificar que o total de brancos era de 5.905 pessoas. Entre os livres havia 9.320 habitantes classificados como pardos (4492), pretos (3450) e caboclos (1378). Os escravos, homens e mulheres, somavam 3.708 pessoas, sendo 2.465 pretos e 1.243 pardos. Somando-se livres e escravizados, a população negra, de pretos, pardos e caboclos² era maior que o dobro da branca,

¹ TOLEDO, Francisco de Paula, **História do Município de Taubaté: pelo Bacharel Formado Francisco de Paula Toledo**, São Paulo: Tip. da Província, 1877.

² A indicação de “caboclos”, pode se tratar tanto de indígenas, quanto de mestiços em geral como apresentado no estudo sobre os censos 1872, 1890 e 1990, que investiga especificamente o caso do Mato Grosso quanto a nomenclatura, ver: GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula, Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX, **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 122, p. 99–120, 2013, p. 107.

com 13.028 habitantes.³ Dentre os não-brancos encontravam-se certamente Frederico, ainda bebê, e sua mãe.

Cidades Mortas, de Monteiro Lobato, oferece uma vista singular do Vale do Paraíba paulista em fins do século XIX. Nascido em Taubaté em 1882, como Frederico, o neto do Visconde de Tremembé tinha uma relação próxima com o repertório intelectual racista da época.⁴ Em *Cidades Mortas*, o autor narra a atmosfera decadente de Oblivion e Itaoca, cidades fictícias baseadas em Areias, Bananal, e em Taubaté.⁵ Alguns dos textos que compõem *Cidades Mortas* foram publicados na imprensa paulistana enquanto Lobato era aluno da Faculdade de Direito em São Paulo. O livro foi compilado em 1911, quando não havia mais nenhuma esperança de que o Vale do Paraíba paulista voltasse a produzir café com o mesmo vigor que no século anterior. Nele, o escritor narra a decadência do vale por meio de suas memórias de quando garoto, criado entre os homens da elite cafeicultora local. Patriarcalismo, relações de gênero hierárquicas e inflexíveis, desprezo pelo funcionalismo público, desdém pelas aspirações literárias dos sujeitos locais, e muito elitismo dão a tônica da obra.⁶ Entretanto, nada se compara ao tratamento ofertado às pessoas de pele escura. A obra de Lobato, nascido e criado em Taubaté, reflete a memória de uma cultura que mesclava abuso, paternalismo e racismo. *Cidades Mortas* ajuda a pensar como as pessoas negras eram observadas pelos sujeitos da elite local. Mesmo tendo sido escrita na primeira década do século XX, ela captura uma convenção quase silenciosa de como os negros que permaneceram na região eram entendidos, haja vista que sempre foram apresentados por Lobato como ignorantes e exclusivamente trabalhadores braçais.

As cidades mortas do Monteiro Lobato mantiveram vivas as lembranças e as práticas desdenhosas com os trabalhadores negros. Quase todos os contos trazem alguma menção de ódio às pessoas de pele escura, como se a elas fosse atribuída a culpa pelo fim da cultura do café. Em

³ TOLEDO, **História do Município de Taubaté**, p. 51.

⁴ Para entender o pensamento eugênico de Monteiro Lobato, ver, entre outros: HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia, **Eis o Mundo Encantado que Monteiro Lobato criou: Raça, Eugenia e Nação**, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

⁵ LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida, **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista, 1900-1920**. São Paulo: Editora UNESP, Fundação, 1996, p. 93.

⁶ LOBATO, Monteiro, **Cidades Mortas**, 9. ed. São Paulo, Brasil: Editora brasiliense, 1959. Para se ter uma ideia sobre a misoginia, ver em especial: *Cabelos compridos*, p. 59-65, *Porque o Lopes se casou*, p. 73-79, *O romance do chopim*, p. 119. Sobre o desdém para com funcionários públicos, apesar de existir em diversas passagens, verificar *A Nuvem de Gafanhotos*, p. 241, e para a ridicularização das aspirações científicas e literárias, ver: “*Gens ennuyeux*”, p. 89-97. Este último, obteve o primeiro lugar em um concurso do jornal do Grêmio Onze de Agosto, da Faculdade de Direito, em 1904.

“Touradas”, Lobato recriou os gritos da multidão para um toureiro mulato: “Feche a boca negro! Está com fome?”.⁷ Lobato é mais cioso do sofrimento do touro e outros animais da fazenda do que dos indivíduos de epiderme escura.

No conto “Os perturbadores do silêncio”, Zé Burro, um “sólido preto mina empregado no transporte das coisas pesadas” é comparado ao carrinho que utiliza para o trabalho.⁸ O fato de se tratar de um “preto mina”, evidentemente remete à escravidão. Desumanizando por completa a condição do homem, já atestada pela alcunha de Zé Burro, o escritor afirma que apesar do carrinho ter apenas uma roda e o “preto tem duas pernas”, a roda era “mais bem centrada” que as pernas do sujeito e, dessa maneira, conclui que o carrinho era superior àquele ser humano. O escritor relacionava todo trabalho braçal aos negros, e isso obviamente era um demérito. Em “Porque Lopes se casou”, ao referenciar o excesso de trabalho realizado por Lucas, um personagem branco, Lobato estabelece uma comparação sem remorsos: Lopes tinha um emprego semelhante a “um trabalho de negro cativo (...)”.⁹

Essas são narrativas fictícias de Lobato e, guardada as devidas distâncias que a obra literária enseje quanto a documentação historiográfica¹⁰, o autor de *Cidades Mortas*, em vários momentos, cita nomes e sobrenomes de pessoas das elites, que de fato foram sujeitos reais que viveram nas cidades do Vale do Paraíba. Os relatos de Lobato expõem a enorme indiferença com que as classes abastadas da região desumanizavam e animalizavam as pessoas de cor recém-saídas do cativeiro. O autor, que era sete anos mais novo que Frederico, faz refletir sobre o mundo que ambos viveram na infância, marcado pelo preconceito, e sustentado por hierarquias raciais discriminatórias.

O racismo inquestionável presente nas memórias de Lobato certamente cercou a infância do menino Frederico, um ingênuo no fim do século XIX. No entanto, são poucas as informações sobre a sua infância e sobre seus anos como jovem adulto. Dos poucos dados existentes, atento para as possibilidades de experiências para alguém vivendo em sua condição social e racial, sob a luz do que a historiografia brasileira já descortinou acerca dos sujeitos que enfrentaram situações semelhantes às dele. Em 1942, a Faculdade de Direito transcreveu uma série de informações de

⁷ *Ibid.*, p. 21.

⁸ *Ibid.*, p. 16–17.

⁹ *Ibid.*, p. 73.

¹⁰ ENGEL, Magali Gouveia; RAMOS, Ana Flávia Cernic (Orgs.), A Lei dos Sexagenários nas “Cousas Políticas” da Gazeta de Notícias: os embates acerca da escravidão e da liberdade na imprensa carioca (1884-1885), in: **Os Intelectuais e a imprensa**, Rio de Janeiro: Mauad, 2015.

Frederico com a finalidade de orientar o processo de obtenção de sua aposentadoria. Por meio desses documentos, verifico que até aquele momento, quando Frederico tinha 67 anos, ele não tinha carteira de identidade ou carteira de trabalho.¹¹ Além disso, em maio de 1939, um “Coronel Chefe da 4ª C.R.” confirmou que Frederico estava quite com o serviço militar, apesar de uma certidão nunca ter sido emitida. A escassez de registros formais de identidade não era algo anormal para o indivíduo comum, nascido em condições análogas à de Frederico em fins do século XIX. De qualquer maneira, em meados do século XX, na ocasião da sua aposentadoria, o registro civil passou a exigir dados mais meticulosos quanto à identificação dos cidadãos.¹²

Dessa forma, no prontuário do funcionário público Frederico Baptista de Souza há uma cópia do seu título de eleitor, que foi registrado no distrito da Penha em 12 de janeiro de 1933, quando ele tinha 57 anos.¹³ Esse não foi o primeiro registro eleitoral de Frederico. Antes disso, seu nome apareceu como um dos eleitores alistados no bairro da Consolação.¹⁴ Mais completo do que a listagem eleitoral, o registro reproduzido pela Faculdade trouxe o seu nome inteiro, e a data e local de seu nascimento: 26 de outubro de 1875, na cidade de Taubaté. Ele também traz o nome completo de sua mãe, Silvéria Augustavina de Souza. Esse título de eleitor atestava ainda a sua profissão como “funcionário público” e o seu estado civil, ainda que o nome de sua esposa, Luzia de Moura Baptista, não seja propriamente mencionado. Pode ser que esses dados tenham sido fornecidos pelo próprio Frederico. A Faculdade, porém, buscou mais subsídios para a formalização de seus abonados, e em maio de 1942 um empregado foi enviado a Taubaté para copiar o registro de batismo de Frederico. A cópia foi feita pelo Curato da Catedral na Diocese de Taubaté “*in fide Parochi*,” que encontrou no Livro de assentamento número 31, folha número 24, o seguinte teor:

Frederico – Aos oito de novembro de 1875, o Conego Abreu batizou a Frederico nascido, digo filho de Silvéria, escrava de Mariano Vieira da Cruz; padrinhos Manoel Vaz de Toledo e Umbelina Maria Marques.

¹¹ A primeira Carteira de Identidade do Estado de São Paulo foi emitida pela primeira vez em 1904. Chamava-se “Ficha Passaporte” ou “Cartão de Identidade”. No entanto, ela era requerida apenas para o uso durante em viagens, o que talvez, justifique o fato de Frederico não ter tido uma. **História: Primeira Carteira de Identidade do Estado de São Paulo foi emitida há 100 anos**, Governo do Estado de São Paulo, disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/historia-primeira-carteira-de-identidade-do-estado-de-sao-paulo-foi-emitida-ha-100-anos/>>. Acesso em: 14 dez. 2022. Ver também: ALANIZ, Anna Gicelle García, **Dr. Ricardo Gumbleton Daunt: o homem, o médico e a cidade (Campinas, 1843-1893)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999.

¹² Para a identificação dos sujeitos de cor durante os primeiros anos da república ver: CUNHA, Olivia Maria Gomes da, **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

¹³ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Transcrição do Registro Paroquial apresentado em razão da contagem de tempo para a aposentadoria.

¹⁴ Frederico Baptista de Souza, eleitor sob o número 4151, **Correio Paulistano**, 07/1906.

Pró-pároco Pe. Antônio Moreira de Souza Almada. Nada mais continha o dito assentamento, para aqui, *ipsis verbis*, transcrito.¹⁵

O documento comprova que Frederico foi batizado em oito de novembro de 1875 na cidade de Taubaté. Nascido quatro anos depois da Lei do Rio Branco, Frederico era filho de uma mulher cativa, cujo proprietário, na ocasião do batismo, não deu o seu nome à criança. De Silvéria, reduzida à condição de escrava de Mariano Vieira da Cruz, consta apenas o primeiro nome, e o próprio batizado também tem só uma denominação, uma situação corriqueira nos registros de escravos. O dono da mãe, Mariano Vieira da Cruz, não figurava entre os grandes senhores de escravos listados no Arquivo Municipal de Taubaté. Ele poderia ter sido um pequeno proprietário, com poucos escravos, ou ter comprado Silvéria quando já grávida, uma vez que não era incomum que após a Lei do Ventre Livre que senhores buscassem meios para não se responsabilizarem pelas crianças, e vendessem as gestantes.¹⁶

O certificado – ainda que proveitoso para contar a história do militante – à época em que foi transcrito não trouxe nenhuma informação verdadeiramente relevante para seus empregadores, e serviu tão somente para comprovar que ele vinha de um outro mundo, onde sua mãe tinha um proprietário que podia explorar seu trabalho e seu corpo como bem entendesse. Todavia, depois de mais de quatro décadas de labuta sem um documento comprobatório, esse registro de batismo deve ter sido o suficiente para finalmente atestar a identificação de Frederico.

Essas informações fazem compreender que é provável que Frederico nunca tenha convivido com sua mãe e que isso tenha sido lembrado pela transcrição do registro escravista. Durante a vida adulta, o ativista se mostrou muito preocupado com a defesa da família e com a manutenção de “um tronco bem-aventurado”.¹⁷ Ele e Luiza comemoravam os aniversários de casamento com festanças que iam até o amanhecer. Publicavam os feitos dos filhos e dos netos na imprensa negra, e mais de uma vez o pai ergueu a pena para proteger o primogênito de acusações de improbidade administrativa, quando seu filho era ativo na presidência do Kosmos, grêmio que ficou célebre no meio negro por ter sido uma organização familiar. Como jornalista, Frederico era

¹⁵ Infelizmente não encontrei mais informações sobre a madrinha de Frederico, Umbelina Maria Marques que não aparece arrolada no cartório de Taubaté. Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Transcrição do Registro Paroquial apresentado em razão da contagem de tempo para a aposentadoria.

¹⁶ ABREU, Martha, Slave Mothers and Freed Children: Emancipation and Female Space in Debates on the “Free Womb” Law, Rio de Janeiro, 1871, *Journal of Latin American Studies*, v. 28, n. 3, p. 567–580, 1996.

¹⁷ Uma Vida Vitoriosa, *Alvorada*, 07/1947.

nostálgico, e se rendeu a escrever memórias sobre os amigos, o padrinho e os mentores dos tempos de Taubaté. Apesar disso, Frederico nunca mencionou a mãe em seus artigos, algo notável para alguém como ele, apegado à família, aspecto que confirma que ele não deve ter vivido próximo a Silvéria. Seja como for, em seu título de eleitor de 1933, ambos, mãe e filho, foram registrados com nome e sobrenome: ela como Silvéria Augustavina de Souza¹⁸, enquanto ele carregou vida afora o Baptista de Souza, tendo uma sensível indiferença pela última denominação.

Souza é um sobrenome comum no Brasil. Na região do Vale do Paraíba, os traficantes José e Joaquim de Souza Breves comerciaram milhares de pessoas da costa oeste da África para o litoral carioca, em um território limítrofe entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, região que incluía o Vale do Paraíba. Em especial, depois da proibição do tráfico de africanos para o Brasil, os Souza Breves foram responsáveis pelo abastecimento ilegal de escravos africanos como mão-de-obra para as fazendas de café. Na década de 1870, quando Frederico nasceu, ainda era imensa a escravaria desses traficantes¹⁹. Em suas terras, as crianças nascidas de mulheres escravizadas só passaram a contar como ingênuos em 1875, quatro anos depois de promulgada a Lei do Ventre Livre, como foi apontado pela historiografia.²⁰ Não é exatamente surpreendente que traficantes de escravos tenham desrespeitado a lei que garantia liberdade aos filhos de mulheres escravizadas. Contudo, se antes de 1875, eles mantiveram as crianças sobreviventes como escravizadas, após essa data, a ordem era vender as mulheres que engravidassem, já que de lucro, passariam a dar um

¹⁸ Era raro os escravizados terem sobrenome, já que aquisição dele vinha depois da alforria. Não encontrei indícios de que esse tenha sido o caso de Silvéria. Minha sugestão é de que Frederico tenha provido à mãe um sobrenome fictício na ocasião da oficialização de seus documentos. A ausência de informações sobre a própria mãe é um silêncio imposto pela escravidão, e provavelmente Frederico manteve esse silêncio para não ser questionado publicamente sobre suas origens. Entretanto, como não tem uma história para contar, pode ter feito a escolha subjetiva de lhe atribuir um sobrenome. Ligia Fonseca Ferreira reflete sobre esse tipo de criação de memórias relacionadas aos pais, e, especialmente à mãe, a partir da autobiografia de Luiz Gama escrita como carta a pedido de Lucio Mendonça, em 1880. FERREIRA, Ligia Fonseca, Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça, **Teresa: revista de Literatura Brasileira**, n. 8–9, p. 300–321, 2008.

¹⁹ Monteiro Lobato, em 1907, cita a fazenda dos Breves para enfatizar a opulência de cafeicultores em seu livro *Cidades Mortas*, que relata a decadência econômica das cidades do Vale do Paraíba paulista. “_ Aqui foi o Breves. Colhia oitenta mil arrobas!...”. LOBATO, **Cidades Mortas**, p. 7. Sobre a família Souza Breves e sua relação com os indivíduos depois da abolição, ver a terceira parte do livro, capítulo 14 “A frustração senhorial”, da obra de: MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX**, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 253–270.

²⁰ “Não é exagero afirmar que os irmãos Breves ajudaram a trazer para o Brasil milhares de africanos durante a clandestinidade do comércio negreiro, e que boa parte desses sujeitos foi reduzida ilegalmente ao cativeiro nas escravarias espalhadas pelas fazendas do Vale do Paraíba.” PESSOA, Thiago Campos, O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos, **Afro-Ásia**, n. 47, p. 43–78, 2013, p. 57.

gasto extra com a manutenção do bebê que não exerceria o trabalho forçado quando crescesse.²¹ Silvéria Augustavina de Souza poderia muito bem ter sido o nome cristão de uma mulher africana, escravizada em alguma das fazendas dos Souza Breves. Afinal, entre os habitantes de Taubaté em 1877, havia 137 escravos estrangeiros, certamente de origem africana.²²

Na ausência de dados mais concretos, essa é uma suposição, dentre outras possíveis. Silvéria pode ter vindo do Nordeste por meio do tráfico interno, e ter sido uma entre tantas mulheres trazidas para exercer trabalho forçado no Vale do Paraíba, como as escravas de uma cidade chamada Silveira. Se esse foi o caso, a mãe de Frederico teria trazido o sobrenome Souza de outra região do país.²³ Ou ainda, como seu filho, ela pode ter nascido e crescido no Vale mesmo, e ter sido propriedade de Mariano Vieira da Cruz desde criança.

Como é de se pressupor, o homem que foi proprietário de Silvéria quando Frederico nasceu, jamais foi mencionado nas memórias publicadas pelo jornalista na imprensa negra. Frederico nunca especificou pai algum, menos ainda um pai branco, e a sua negritude e tez clara não foi questionada publicamente por ele mesmo, nem por outros da sua comunidade.²⁴ Ao contrário, com o passar dos anos, Frederico, que se autointitulava “homem de cor,” adotou o termo “negro”.²⁵ E apesar de toda pressão social e psicológica pelo branqueamento das linhagens que ocorria, sobretudo com pessoas negras de pele clara, Frederico casou-se com Luiza, uma mulher de tez significativamente mais escura que a dele. Não pretendo afirmar que a orientação do seu afeto foi política, e que ele deliberadamente escolheu se envolver com uma mulher que mantivesse negros os seus herdeiros. Construída dessa maneira, essa pauta é teleológica. Entretanto, se ele tivesse mantido um casamento com uma mulher branca, ou de pele mais clara do que a dele, isso seria notado e passível de crítica, como foi para outros de sua geração.²⁶ Desse modo, o afeto e a

²¹ Robert Slenes, juntamente com Sheila de Castro Faria, em artigo sobre a família escrava, compara as similitudes e diferenças entre os casos do Oeste paulista e do Vale do Paraíba. O autor percebe que nas duas regiões houve forte interesse em manutenção da unidade conjugal escrava, que possibilitam a permanência dos filhos junto aos pais por mais tempo. Contudo essas taxas de casamentos passam a decair no Vale do Paraíba entre 1872 e 1886. SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro, *Família escrava e trabalho*, **Tempo**, v. 3, n. 6, 1998.

²² TOLEDO, *História do Município de Taubaté*, p. 51.

²³ MOTTA, José Flávio, “O Comércio de Escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras na Década de 1870”, **Estudos Econômicos, São Paulo**, v. 30, n. 2, p. 267–299, 2000. MATTOS, **Das cores do silêncio**.

²⁴ LEITE, ...**E disse o velho militante José Correia Leite**, p. 20. Paulina Alberto também avalia rapidamente as relações de filhos negros com pais brancos a partir de um relato anônimo dado a Florestan Fernandes. ALBERTO, **Terms of Inclusion**, p. 36.

²⁵ SOUZA, Frederico Baptista de, Na Penha - Chamaram me Negro, **O Clarim d’Alvorada**, 28/09/1929.

²⁶ A história mais notável a esse respeito é de Frederick Douglass que, em seu primeiro casamento, desposou uma mulher negra, e no segundo casou-se com uma mulher branca, vindo a ser alvo de muitas críticas no passado,

relação duradora com Luiza demonstra que, mesmo apartado da mãe, uma mulher negra e escravizada, ele não escolheu se afastar de suas origens raciais por meio do clareamento intencional de seus herdeiros, como atribui-se a outros homens negros.²⁷ A observação de que o seu afeto não o afastava das ascendências de sua mãe são importantes na medida em que, no sentido oposto, podemos fazer conjecturas sobre a indiferença com relação ao seu pai.

Frederico não herdou o nome dos padrinhos, nem do proprietário de sua mãe no momento do batismo. Souza, o sobrenome de sua mãe, pode ter sido o nome do proprietário predecessor a seu nascimento, e/ou seu pai biológico. Um caso bastante tradicional da cultura escravista: do senhor de escravos que engravida a mulher sob seu domínio. Essa hipótese faz sentido, quando se observa que Frederico não transmitiu seu último nome a nenhum de seus familiares. Tanto sua esposa, Luiza de Moura (Baptista), quanto seus filhos, José Martinho, Anatolina, Durvalina, Rosaura e Dirceu, e seus mais de dez netos foram registrados apenas com o sobrenome Baptista. Ninguém recebeu o nome de Souza. Tendo sua mãe sido escravizada, faz sentido que Frederico não quisesse deixar para o seu legado a marca nominal de um escravista, ou de um passado que ligasse todos à escravidão.²⁸

Há outro cenário que deve ser considerado: Silvéria com certeza foi explorada, mas como sabemos, opressão não implica necessariamente em aniquilamento do sujeito. Ela pode ter intervindo a favor de seu filho recém-nascido a ponto de lhe garantir uma vida mais próspera que a sua própria,²⁹ e ter interferido na escolha do padrinho do bebê. Manoel Vaz de Toledo Júnior, o padrinho de Frederico, tinha posses. Ele foi escrivão de órfãos vitalício em Taubaté, desde que seu

que persistem nos dias de hoje. Ver por exemplo, FOUGHT, Leigh, **Women in the world of Frederick Douglass**, New York: Oxford University Press, 2017.

²⁷ Obviamente, nem todas as pessoas negras que se envolvem afetivamente com pessoas brancas, e vice e versa, estão em busca de branqueamento racial, reconhecimento social, ou afirmação socioeconômica. Mas é bastante sabido, e discutido, como as mulheres negras foram preteridas dos relacionamentos formais por homens negros e brancos, por razões que vão da aceitação social e econômica ao racismo estrutural, impulsionando o que se chama de “solidão da mulher negra”. SOUZA, Claudete Alves da Silva, **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

²⁸ As notas sobre os registros dos filhos e netos de Frederico e Luiza podem ser observadas em: Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Documentação para fins de contagem do tempo de serviço. Declaração de Família para os efeitos de Montepio Civil.

²⁹ Para a compreensão do debate sobre o conceito de agência ver, entre outros: GENOVESE, Eugene D., **Roll, Jordan, roll: the world the slaves made**, New York: Pantheon Books, 1974. JOHNSON, On Agency. DUNKLEY, Daive A., **Agency of the enslaved: Jamaica and the culture of freedom in the Atlantic world**, Lanham: Lexington Books, 2013. MAZA, Sarah C., **Thinking about history**, Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

pai, que era quem ocupava o cargo anteriormente, faleceu.³⁰ Manoel de Vaz Toledo, o pai, foi um senhor com muitas terras e escravos, e teve vários filhos legítimos e naturais. Ele deixou um inventário abissal, repleto de dívidas como a viúva e os filhos alegaram várias vezes, mas também com muitos espólios, como afirmavam em contrapartida os credores.³¹ Além do nome importante que lhe garantia acesso à elite agricultora, Toledo Júnior possuía fazendas, e em 1887 ele e um parente, possivelmente o irmão, José Manoel Vaz de Toledo, anunciaram o interesse em alocar imigrantes europeus em suas lavouras.³² Antes dessas contratações, pessoas como Silvéria certamente trabalharam nas fazendas do pai ou dos filhos, mas seu nome não apareceu arrolado entre a escravaria do pai, e como sabemos, em 1875 outro homem era seu proprietário.

Existem duas situações possíveis relacionadas ao apadrinhamento de Frederico. Entre os anos de 1870 e 1895 muitas ações de tutela foram realizadas na cidade de Taubaté. Nesse período, os órfãos, os filhos de mulheres pobres – tanto negras, quanto brancas – e ingênuos nascidos sob o resguardo da Lei do Ventre Livre, como Frederico, foram disputados judicialmente pela elite local. Muitos senhores e senhoras da aristocracia taubateana se propuseram a manter a guarda de crianças desprovidas economicamente, alegando “boa intenção” e espírito caridoso. Justificavam que teriam melhores condições para educar os menores e orientá-los ao exercício do trabalho evitando, assim, a vadiagem dos pequeninos, que à época figurava na imprensa local e nos debates parlamentares como um mal a ser combatido. A caridade manifesta, todavia, dissimulava uma evidente intenção: essas crianças serviriam como trabalhadores não remunerados, especialmente, no serviço doméstico. Preencheriam, portanto, uma lacuna gerada pela alta demanda da lavoura cafeeira, perpetuando uma condição análoga à escravidão.³³

³⁰ Sobre o cargo vitalício de escrivão de órfãos de Taubaté de Manoel Vaz de Toledo Junior: **Ecos da Nação**, 07/02/1861.

³¹ S/ Título, **O Constitucional**, 12/05/1861.

³² Em Taubaté..., **O País**, 12/10/1887.

“Em Taubaté na provincial de São Paulo os fazendeiros Manoel Vaz de Toledo Junior, e José Manoel Vaz de Toledo estão tratando da locação de imigrantes em suas fazendas.” Manoel Vaz de Toledo Junior também era envolvido com a política, sendo eleitor conservador durante o período Imperial. Taubaté Eleitores Conservadores, **O País**, 12/02/1887. Manoel Vaz Toledo foi suplente de vereador e como grande parte de seus contemporâneos, dedicado a Ordem do Terceira do Carmo. suplente de vereador, **Correio Paulistano**, 09/08/1895. Em 28 de maio de 1890, *Correio Paulistano* fez uma nota na primeira página sobre a “queimada da esplendida armação de fogos oferecida ao festeiro do divino espírito santo” pelo Manoel de Vaz Toledo Junior. “queimada da esplendida...”, **Correio Paulistano**. 28/05/1890.

³³ PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, **Escravos, libertos e órfãos: a construção da liberdade em Taubaté**, São Paulo: Annablume, 2003, p. 119–140.

Mas as ações de tutela também foram impetradas pelo lado desprivilegiado da sociedade taubateana. Após a Lei do Ventre Livre, mães escravizadas solicitaram ao juiz de órfãos que a guarda de seus filhos nascidos ingênuos fosse direcionada para famílias ou instituições públicas que os pudessem educar. Em troca da guarda cedida, negociavam um compromisso no qual os tutores deveriam garantir a instrução de seus filhos. O escrivão de órfãos Manoel de Vaz Toledo Júnior, legalmente padrinho de Frederico, era quem acolhia os pedidos de tutela em Taubaté, tanto das elites, quanto das mães escravizadas. Em meio aos papéis burocráticos dos processos, ele recebia bilhetes de escravas pedindo que intercedesse a favor de suas aspirações junto ao juiz de órfãos. Muitas vezes essas mensagens eram endereçadas ao Manoel por meio de seu apelido, Maneco, o que, como apontado pela historiografia, denota certa intimidade, ou Sr. Maneco, o que sugere um misto de respeito e familiaridade.³⁴

O fato de Manoel ser um homem de relativas posses, escrivão do juiz de órfãos, e a quem as suplicantes se sentiam de alguma maneira confortáveis para pedir por uma intermediação, mais que camaradagem, acredito, implicava em um certo grau de confiança. Mesmo sendo parte da elite cafeicultora taubateana, ele pode ter sido uma pessoa reconhecidamente justa, ou inclinada à causa do menos favorecidos. Nesse caso, Silvéria pode ter solicitado que o generoso Sr. Maneco fosse o padrinho e o tutor de seu filho, garantindo-lhe educação, que de fato Frederico adquiriu.

As outras versões possíveis para o ajuste da tutela de Frederico são menos benevolentes. Manoel poderia querer um garoto para futuramente o auxiliar no trabalho, e Silvéria era desprotegida o bastante para ter que se resignar com essa situação. Como investigado por ampla bibliografia sobre a Lei do Ventre Livre, havia duas alternativas legais no que concerne à manutenção da criança nascida após 1871. Uma diz respeito ao proprietário da escrava ficar com a criança até os oito anos de idade, e desse modo, depois de a criança finalmente se tornar livre, o mantenedor receberia do Fundo de Emancipação 600\$000 réis para o indenizar pela perda da propriedade e pagar as eventuais despesas que haveria tido com a criança. A outra, era de empregar o ingênuo até os 21 anos de idade, para que ele mesmo arcasse com os custos de sua sobrevivência.³⁵ A maioria dos senhores de escravos da região sudeste do país eram contrários à

³⁴ *Ibid.*, p. 151.

³⁵ A historiadora Marta Abreu escreveu um artigo que apresenta as principais ideias e debates em torno da Lei do Ventre Livre. A autora apresenta as propostas governamentais para a criação do ingênuo. ABREU, “Slave Mothers and Freed Children”, p. 568. Sobre os debates parlamentares e a inexistência de um consenso com relação a Lei do Ventre Livre, ver: também CHALHOUB, Sidney, **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Para os debates acerca da Lei do Ventre Livre, ver

Lei do Ventre Livre, e o Partido Conservador, de que Manoel Vaz de Toledo era afiliado, tentou impedir a aprovação da Lei 2.040. Levando em consideração a afiliação política do padrinho, faz sentido que Frederico, mesmo sendo afilhado e não propriedade de Manoel, tenha trabalhado para ele, aguardando pela liberdade completa que viria ao completar vinte e um anos. Nesse caso, em teoria, ele teria alcançado aos doze anos, em 1888, quando foi feita a abolição da escravidão.

O proprietário da mãe de Frederico, Mariano Vieira da Cruz, pode também ter realizado algum acordo com um dos padrinhos, entregando a criança à revelia da genitora. Como não há no Arquivo Municipal de Taubaté petição de guarda do menor Frederico para a década de 1870, o arranjo pode ter sido feito sem intervenção do poder público. Se Frederico foi criado pelo padrinho, madrinha, pela mãe – o que é bastante improvável – ou ainda se ele cresceu em um orfanato, o fato é que o apadrinhamento de Manoel Vaz de Toledo Junior, como ele declarou décadas depois, moldou a sua moral, e, com certeza, facilitou seu acesso aos estudos formais, essenciais para toda sua trajetória de vida.

Educação, Cultura e os Primeiros Trabalhos

Em um artigo comemorando a promoção que havia recebido em 1919, Frederico agradeceu aos “conselhos dos meus bondosos e chorados padrinhos Manoel Vaz de Toledo Junior e meu professor Antônio José Garcia”.³⁶ Antônio Garcia foi um professor de Instrução Pública em Taubaté e também nas cidades da redondeza, que lecionou em cátedras e nas chamadas escolas isoladas, durante o período imperial.³⁷ Como aconteceu em outras localidades do país no final do século, em 1895, Garcia insistiu com o poder público local para que se abrisse uma classe noturna que atenderia os alunos que trabalhavam durante o dia. Aulas noturnas recebiam muitos alunos

especialmente página 142. Ainda sobre a Lei do Ventre Livre, ver em especial último capítulo de PENA, Eduardo Spiller, **Pajens da casa imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**, Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Para uma análise da história demográfica e quantitativa sobre ingênuos em cidades do Vale do Paraíba, exceto Taubaté, ver: VALENTIN, Agnaldo, O registro de batismo de ingênuos no Vale do Paraíba paulista (1871-1888), **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 25, n. 2, p. 123–144, 2017.

³⁶ SOUZA, Frederico Baptista de, A Meus Amigos, **A Liberdade**, 11/09/1919.

³⁷ Antônio José Garcia aparece na imprensa como professor de Instrução Pública de Taubaté regularmente entre os anos de 1883 até 1892. Taubaté, 354, **Almanaque da Província de São Paulo (1892)**, p. 354, 1892; S/ Título, **O Comércio de S. Paulo**, 17/11/1896. No jornal *A Cidade de Taubaté* há uma nota na página 2 de quem por “decreto do mês corrente foi nomeado o provecto Professor Antônio José Garcia, para reger o curso noturno desta cidade”. S/ Título, **A Cidade de Taubaté**, 20/01/1895. Artigo que menciona Antônio José Garcia conferir em: CUNHA, Tiago Donizette da; GONÇALVES, Mauro Castilho, A (des)organização da educação primária no Vale do Paraíba paulista: entre escolas isoladas e grupos escolares (1893-1908), **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 1, p. 29–39, 2017, p. 37.

negros, escravizados e libertos.³⁸ Quando se deu a criação dessas classes que ocorriam no período noturno, Frederico tinha vinte anos, e já era alfabetizado, pois trabalhava como auxiliar do escrivão de paz.³⁹ Ele recebeu instrução antes de 1895 e, portanto, em outra escola, e não nas classes do professor Garcia. Conhecido por militar pela causa da educação pública, Garcia também era jornalista, e editor de um jornal chamado *O Taubateano*, que advogava questões sobre a educação dos menos favorecidos. A memória afetiva de Frederico sobre o professor pode estar também ligada a relação de ambos com o jornalismo. Garcia, talvez, tenha influenciado o gosto do discípulo pela escrita, edição e defesa dos oprimidos.

Outra possibilidade é de que o menino Frederico tenha sido um aluno de sala de aula regular, junto com estudantes brancos, em uma situação repleta de adversidades, como apontado pela historiografia. Estudos sobre a educação dos negros no Brasil apontaram para a presença de crianças negras nas aulas de instrução pública de São Paulo, e revelaram que os alunos negros de classes inter-raciais sofriam extremo racismo, tanto de colegas como de professores. Informam também que a presença de alunos negros nessas escolas, ainda que não tenha sido corriqueira, não foi desprezível.⁴⁰

O único dado certo sobre a educação de Frederico é de que ele fez o “Curso primário,” sem maiores referências sobre quando, ou em quanto tempo, se ele frequentou uma escola, ou em qual local ele foi escolarizado. Salienta-se, todavia, que ele não teve outra formação além do curso primário em Taubaté.⁴¹ Sendo esse o único diploma de Frederico, é evidente que a autodeterminação foi o caminho percorrido para a ilustração, que lhe proporcionou reconhecimento tanto no trabalho quanto no associativismo. Com uma caligrafia bem-feita e boa redação, ao longo do tempo, Frederico acabou se sobressaindo como secretário em outras organizações além da Faculdade de Direito, como na Confraria dos Remédios e a Associação Beneficente dos Funcionários públicos.⁴²

³⁸ MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 233–253.

³⁹ Questionário, serviços anteriores ao funcionalismo público. 17 de julho de 1942, p.1. Museu e Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo.

⁴⁰ BARROS, Surya Aaranovich Pombo de, A presença negra em escolas públicas de São Paulo (segunda metade do século XIX), *in*: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), **Rascunhos cativos**, p. 139–161.

⁴¹ Questionário, Formação. 17 de julho de 1942, 1. Museu e Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo.

⁴² “Movimento Associativo Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos”, **O Estado de São Paulo**, 27/01/1906.

Se Frederico não estudou em escolas isoladas ou no curso noturno do professor Garcia, outra sugestão plausível é que ele tenha sido aluno do Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Ofícios, planejado em 1887 e fundado em 1888, enquanto Frederico estava em idade escolar.⁴³ Após a Lei do Ventre Livre, e especialmente na década de oitenta, ocorreram no país dezenas de iniciativas para a educação, e, coerção, de crianças negras, que se tornariam indivíduos livres nos anos vindouros. Essas instituições juntavam filantropia às deliberações políticas, e escravagistas se utilizavam da boa imagem que o apoio à educação originava, para explicitar um recente, e cínico, engajamento com o abolicionismo.⁴⁴ É notória a história sobre o Conselheiro Dr. Antônio Moreira de Barros, por acaso, também de Taubaté.⁴⁵ Comprometido com os ideais conservadores, Barros era um escravista ferrenho que afirmava que a abolição seria a causa da futura destruição da lavoura no país. Quando o Instituto Taubateano foi inaugurado em 1888, Moreira Barros mudou abruptamente de posicionamento, e fez um discurso emocionado sobre os benefícios da emancipação dos escravos. Como outros congressistas descarados, ele justificou que nunca havia existido alguém que fosse favorável a escravidão no Brasil, apenas, eram homens preocupados com a agricultura e o desenvolvimento do país. “Na solenidade de inauguração, Moreira de Barros até então considerado escravocrata, declara-se abolicionista, tendo libertado todos os seus escravos na véspera”.⁴⁶ O discurso reverberou na grande imprensa, e foi aplaudido por uns, e achincalhado por outros.

⁴³ Frederico também pode ter estudado nas várias aulas, cursos ou escolas primárias que existiu na cidade por esse período. Muitas delas, certamente, tiveram vida efêmera e não deixaram registros. Poderiam ter sido subsidiadas pela província, império ou município, ou então, organizadas e mantidas por professores ou instituições particulares. Levando em conta que Frederico era livre e foi cuidado por uma família branca de posses e renome, muito possivelmente ele não teve dificuldades para ingressar numa dessas aulas, cursos ou escolas. Sobre essas aulas, cursos e/ou escolas ver especialmente o segundo capítulo da tese: SOUZA, Ione Celeste Jesus de, **Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890**, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006, p. 100–162. Sobre Instituto Taubateano, ver: SOTO, María Cristina Martínez, **Pobreza e conflito: Taubaté, 1860-1935**, São Paulo: Annablume, 2000, p. 210. AZEVEDO, P. V.; São Paulo (Brasil: Estado), **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. São Paulo**, São Paulo: Tip. a Vapor de J. Seckler, 1899. PAPALI, **Escravos, libertos e órfãos**, p. 129; 132. Diversos jornais noticiaram a abertura do Instituto Taubateano. Ver por exemplo: Instituto Taubateano, **O Apóstolo**, 24/12/1888; Instituto Taubateano, **O País**, 05/10/1888.

⁴⁴ MAC CORD; ARAÚJO; GOMES (Orgs.), **Rascunhos cativos**; FONSECA, Marcus Vinícius, **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**, Bragança Paulista: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, Universidade São Francisco, 2002.

⁴⁵ SOTO, **Pobreza e conflito**, p. 210. Notas sobre o discurso e Monteiro de Barros podem ser conferidas em: **Jornal do Comércio**, 24/05/1888; **Gazeta de Notícias**, 5/01/1888, **Gazeta Nacional**, 06/01/1888.

⁴⁶ S/ Título, **Jornal do Povo**, Almanaque Urupês. 21/03/1888; S/ Título, **Jornal do Povo**, Almanaque Urupês. 01/03/1889.

Além de discursos célebres, os homens poderosos de Taubaté também contribuíram financeiramente para o Instituto Taubateano. O padrinho de Frederico, Manoel Vaz de Toledo Junior doou 2000 tijolos para auxiliar na reforma do edifício, em 1887.⁴⁷ Essa não era uma oferta muito generosa, mas o colocava em condições de igualdade com outros membros da mantenedora da instituição escolar, a Sociedade Protetora do Instituto. A Sociedade e o Instituto foram idealizados por três figuras da política local e nacional: o Desembargador Antônio Coutinho, o Reverendo Nascimento Castro e o Visconde de Tremembé, o avô de Monteiro Lobato, famoso político do império, fazendeiro de café e capitalista.

Apenas as doações à Sociedade Protetora do Instituto não garantiam o funcionamento do estabelecimento educacional. Quotas do tesouro provincial foram arranjadas por meio da influência do Visconde.⁴⁸ Mesmo com aporte do império, estudar de graça não era para todos: a isenção de mensalidade ocorria apenas para “alunos reconhecidamente necessitados,” vagas que foram sorteadas na Câmara Municipal. Os demais alunos pagavam: o trimestre para os estudantes internos custava 20\$000, e 2\$000 para externos. Caso a criança que quisesse estudar fosse filho ou tutelado de um membro da Sociedade Protetora do Instituto, esse valor ficava reduzido pela metade, 1\$000, como anunciado em propagandas do jornal *O Liberal Taubateense*.⁴⁹

A doação dos tijolos feita pelo padrinho de Frederico, poderia ser um envolvimento superficial e de baixo custo com a mantenedora, mas pode ter garantido uma vaga para o afilhado estudar. Como foi afirmado, Frederico nasceu quatro anos após a promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, data a partir da qual se consideravam de “condição livre” os “filhos da mulher escrava”.⁵⁰ A Lei do Ventre Livre, contudo, não garantiu a esses ingênuos uma liberdade completa. Nela foram incorporados limites jurídicos e sociais, que permitiram a continuidade do trabalho não remunerado dos menores. Se a tutela legal exigia que Frederico trabalhasse até vinte e um anos a idade, a partir da abolição o menino estaria desobrigado ao trabalho forçado. Logo, uma oferta para estudar no Instituto Taubateano, arranjada por Manoel por meio de doação dos tijolos, poderia prender Frederico a Manoel e ao trabalho, pelo menos até que ele terminasse os estudos. A vaga como estudante no Instituto Taubateano pode ter persuadido o afilhado a permanecer sob

⁴⁷ Mensalidades Instituto Taubateano, *O Liberal Taubateense*, 20/05/1888.

⁴⁸ Sobre quotas do governo Imperial, *Correio Paulistano*, 11/01/1888.

⁴⁹ Mensalidades Instituto Taubateano, *O Liberal Taubateense*, 20/05/1888.

⁵⁰ SILVERIA, Luiz de Souza da, *Anotações a lei, n. 2040, de 28 de setembro de 1871: seguidas de todas as leis e decretos relativos a escravidão, tráfico de africanos, locação de serviços, avisos e decisões dos tribunais, e de um formulário de todas as acções.*

a tutela de Manoel após a abolição. Frederico não foi escravizado como sua mãe, mas pode bem ter vivido em restrita liberdade, em vista dos limites que seu status de ingênuo, e dos sujeitamentos que a tutela condicionada ao trabalho forçado lhe impunha.⁵¹

A proposta pedagógica do Instituto Taubateano tinha disciplinas bem condizentes com os valores que Frederico defendeu quando adulto nos jornais negros. A instituição promovia educação primária, catecismo, ginástica, música, higiene e civilidade. Para alunos internos havia disciplinas profissionalizantes de carpintaria, marcenaria, alfaiataria, sapataria, e noções de agricultura. A ênfase no trabalho vinha da proposta da instituição que, como tantas outras surgidas no Brasil naquele período, corroborava a preocupação das elites com o destino dos libertos. Para os donos do poder, os negros liberados das amarras senhoriais não conseguiriam impor limites à própria liberdade, e se tornariam vagabundos e, portanto, uma ameaça a ordem urbana.⁵² Por isso, depois de anos de escravidão, as elites brasileiras ainda achavam que precisavam ensinar os negros a trabalhar. Em Taubaté, o ócio de negros evadidos das fazendas aterrorizava. As fontes relatam a determinação insidiosa do poder público de Taubaté em coagir qualquer pessoa entendida como sem ofício, e, mormente, em disciplinar sujeitos negros.⁵³ Uma das ferramentas desse controle era o próprio Instituto Taubateano, expoente da nova política social, fundado para garantir a extensão do controle às crianças negras, futuros cidadãos, tais quais o menino Frederico.

No caso dele, a disciplina rigorosa deu frutos. Ele se tornou um adulto comprometido com austeridade: católico veemente, patriota fiel, afeiçoado ao militarismo, defensor do trabalho e da moralidade, e crítico do que lhe cheirava à vadiagem. Mas, à rigidez das ideias se contrapunha o seu confesso amor ao teatro, o apreço pelos bailes, o gosto pela música, o treino da dança e a brincadeira do carnaval. Valores conservadores não são incompatíveis com a sensibilidade artística, mas também não são um estímulo certo às alegrias do espírito. Associação Artística e

⁵¹ Para um panorama sobre a Lei do Ventre e suas implicações na vida de mães e crianças, a partir dos debates parlamentares e de notícias na imprensa, ver: ABREU, Slave Mothers and Freed Children. Sobre a relação de gênero e a Lei do Ventre Livre a partir da perspectiva das mulheres escravizadas, ver: ARIZA, Marília Bueno de Araujo, **Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017, p. 87–138; TELLES, Lorena Féres da Silva, **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018, p. 21–60.

⁵² MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo M., “Nesse grande rebanho de tantas ovelhas más”: O Instituto de Menores Artesãos do Rio de Janeiro corrigindo e produzindo o futuro trabalhador livre, 1861-186, in: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 233–253.

⁵³ SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 - 1886), **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 119–133, 2000.

Literária de Taubaté foi fundada dentro Instituto Taubateano para prover com as artes da leitura e da escrita o duro currículo dos estudantes. Em outubro de 1896, como o jovem secretário (temporário) dessa associação, Frederico assinou uma nota em respeito ao maestro Carlos Gomes, que foi publicada em um jornal da capital.⁵⁴ A conexão entre o Instituto Taubateano e a Associação Literária não garante, mas sugere que Frederico tenha estudado lá.⁵⁵ A dedicação à Associação Artística não contou como tempo de trabalho em seu prontuário da Faculdade, e pode ser que ele tenha se dado ao prazer de exercer uma ocupação por ali, movido pela inclinação às artes que narrou em artigos quando adulto. Até porque, Frederico tinha emprego fixo. Desde 1895, quando se casou com Luiza, ele trabalhava com seu padrinho Manoel, assistindo ao escrivão de paz, profissão que exerceu até 1899.⁵⁶

Um ano depois, Frederico mudou-se para São Paulo, e se estabeleceu profissionalmente como guarda na Faculdade de Direito, quando era por meio de indicação que se entrava no funcionalismo público.⁵⁷ Consequentemente, foi a solidariedade que lhe abriu o caminho para a elevação social, e pode ser que Maneco tenha agido novamente em virtude do afilhado. Na capital, trabalhar no “Templo do Direito” também oportunizava outros vínculos com indivíduos e famílias prósperas, pois a Faculdade era a maior e a mais importante instituição da cidade até pelo menos fins da primeira década do século XX. Ficar sob o amparo de gente poderosa, algumas vezes, facilitava o acesso à melhores condições de ganha-pão, e essa não seria uma situação nova a Frederico. Apesar dessa proteção usualmente ser atribuída a gente branca, sujeitos de pele escura também fizeram parte dos mais variados escalões da Faculdade de Direito desde pelo menos os oitocentos: foram professores e estudantes, e, sobretudo, militantes abolicionistas.⁵⁸ O amparo, portanto, não era necessariamente e exclusivamente da parte de brancos para negros. É legítimo

⁵⁴ Em 1896 Frederico assinou uma nota no jornal *O Comércio de São Paulo* em homenagem ao recém falecido maestro Antônio Carlos Gomes. Antônio Carlos Gomes, **O Comércio de S Paulo**, 10/10/1896.

⁵⁵ Para a ligação do Instituto Taubateano de Agricultura Artes e Ofícios com a Associação Artística e Literária de Taubaté, ver: SOTO, **Pobreza e conflito**, p. 210.

⁵⁶ Questionário, serviços anteriores ao funcionalismo público. 17 de julho de 1942, 1. Museu e Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo.

⁵⁷ AZEVEDO, **Thales de, As elites de cor: um estudo de ascensão social**, São Paulo: Nacional, 1955.

⁵⁸ Ver entre outros: AZEVEDO, Elciene, **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**, Campinas: Editora da Unicamp, 1999; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, **Evaristo de Moraes, tribuno da República**, Campinas: Editora Unicamp, 2007; MACHADO, Maria Helena P.T., **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010; GRINBERG, **A black jurist in a slave society**; ALONSO, **Angela, Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

inferir que as conquistas sociais de Frederico se relacionam com a sociabilidade negra, pois, esse foi um dos maiores e mais longevos investimentos de sua vida.

A historiadora Paulina Alberto problematiza a relação de homens da comunidade e da geração de Frederico com seus benfeitores. Ainda que não cite nenhuma relação de compadrio efetiva, ela afirma que os protetores brancos teriam auxiliado os homens de cor a conseguir melhores oportunidades de trabalho e ascensão social, as custas de sujeição física e moral.⁵⁹ Como mostrei, Frederico teve um protetor, suponho que branco, o Sr. Maneco. Não descarto a hipótese de Alberto: é admissível que o padrinho branco tenha subordinado Frederico a constrangimentos corporais e condicionamentos éticos, quando criança e depois de adulto. Pode ser que até que Frederico tenha ido embora de Taubaté para se livrar dessa submissão. Se essa foi a razão, sobre Maneco, Frederico não escreveu crítica alguma. Ao contrário disso, elogiou Manoel na imprensa negra, a quem dizia dever sua moral. Elogio, pode-se cogitar, conivente com os favores que o juiz de paz concedeu ao homem negro, abrindo-lhe as portas para a educação e o emprego, quiçá ajeitando a vaga de guarda que o jovem pai de família veio a exercer em São Paulo.

Antes da mudança, contudo, veio o primeiro filho do casal, José Martinho de Moura Baptista, o único nascido em Taubaté.⁶⁰ O aumento da família, e dos custos domésticos, devem ter pesado na escolha de migrar para a capital. Nessa época, Taubaté estava longe de ser próspera, e o declínio do café impactou financeiramente os habitantes. O enfraquecimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba enfraqueceu o comércio e minou setores do funcionalismo público. Faço Lobato cronista de novo. Com o desprezo usual, o autor de histórias para crianças – preferencialmente brancas – narra as decisões de João Teodoro, em “Um homem de consciência.” O personagem era um sujeito que não dava nenhum valor a si mesmo, e se considerava um “zé ninguém”, que não fazia esforço algum para que o vissem de outra maneira. Num dado momento, o personagem é apontado para se tornar delegado de Itaoca. Imediatamente, João Teodoro decide ir embora da cidade. Seu argumento era de que se um sujeito como ele, sem nenhuma qualidade, havia sido indicado para o cargo mais importante de Itaoca, era porque o lugar estava acabado de vez. A cidade estava morta, e ele não tinha nada mais o que fazer ali. *Cidades Mortas* é um compêndio de lamúrias sobre a decadência Vale do Paraíba, último choro de uma elite cafeicultora. Lobato mesmo foi embora da região – para estudar Direito na capital – mas os trechos a seguir

⁵⁹ ALBERTO, *Terms of Inclusion*, p. 35.

⁶⁰ Um tronco bem aventurado, *O Clarim d’Alvorada*, 20/07/1931.

exibem o ranço do cronista com os sujeitos que abandonaram a sua terra natal. Todos os errantes, exceto ele próprio, eram débeis, traidores, ou mulheres, categorias que não parecem ter se diferenciado muito para ele:

Atraídos pelas terras novas, de feracidade sedutora, abandonaram-na seus filhos; só permaneceram os de vontade anemiada, débeis, faquirianos.⁶¹

Da geração nova, os rapazes debandam cedo, quase meninos ainda, só ficam as moças – sempre fincadas de cotovelos à janela, negaceando um marido que é um mito em terra assim, donde os casadouros fogem.⁶²

Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudades grandezas de dantes.⁶³

Bom mesmo, só o Lobato, autorizado a buscar formação e erudição, a fazer troça dos que foram e dos que ficaram. O pesar sobre o abandono, que a seu ver contribuiu para a falência de Itaoca ou Taubaté, era pela perda dos bons profissionais liberais, dos filhos de cafeicultores como ele próprio e, sobretudo, o autor chorava a partida dos homens brancos. Mulheres brancas e, claro, gente negra, ele nem considerava capaz. Todavia, migrar para um lugar mais promissor, era exatamente o que Frederico, jovem hábil, inteligente, bem formado e negro fazia. Ele e sua família deixaram Taubaté para trás, sem volta às reações da elite racista, tão bem revelada pelo escritor infantil. Sair de uma Itaoca como Taubaté, uma cidade que não oferecia mais nada além de memórias da escravidão, para se estabelecerem na promissora capital, era também afastarem a si e os seus dos estigmas raciais presentes no Vale, tão evidentes nas páginas de *Cidades Mortas*. Migrar é um recomeço, e as cidades moribundas da região certamente empurraram os indivíduos negros para longe dali.⁶⁴

Esses dados biográficos de Frederico jovem, nascido na Taubaté do Monteiro Lobato, filho da escrava Silvéria, afilhado de Manoel, menino negro na cidade do Visconde de Tremembé, letrado, amante das artes, educado como conservador, todas essas informações fragmentadas como são, colocam em perspectiva o militante que ele se tornou. O Sr. Ico veterano ao Correia Leite, incansável lutador das sociedades negras, ao chegar a São Paulo, ainda estava testando as armas das batalhas, que estava apenas começando.

⁶¹ LOBATO, *Cidades Mortas*, p. 10.

⁶² *Ibid.*, p. 5.

⁶³ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁴ Kim Butler menciona que depois da Primeira Guerra Mundial muitos homens negros se mudaram do Vale do Paraíba para capital. BUTLER, *Freedoms Given, Freedoms Won*, p. 75.

Chegando em São Paulo em 1900

Em 1900, Frederico e sua família não precisou subir a Serra da Mantiqueira a pé ou em lombo de burro. A Estrada de Ferro do Norte, incorporada à Central do Brasil depois da República, recolhia os passageiros na Ferroviária de Taubaté e os deixava na Estação do Norte, no bairro do Brás.⁶⁵ Nesse momento, a região central de São Paulo era cortada por duas estradas de ferro, a Central, e a Rio-Santos, antes chamada de São Paulo Railway, que ligava a Estação da Luz até o litoral sul. As duas ferrovias, que foram inauguradas na segunda metade do século XIX, escoavam o café do norte e do oeste do estado para o porto, de onde partia para o exterior. Junto com a criação das ferrovias veio para a capital um intenso desenvolvimento urbano, expresso pela construção de palacetes para moradia dos capitalistas, prédios de instituições financeiras, edifícios públicos, alargamento de ruas e renovação dos serviços de infraestrutura, como distribuição de água, canalização de esgoto e iluminação pública. Relatos de viajantes confirmam que a cidade era um grande canteiro de obras: nem sempre mais bela do que as cidades do interior, mas, muito impressionante.

Como resultado das alterações arquitetônicas, passaram a existir prédios exuberantes e grandiosos, como a Secretaria do Estado, o Palácio do Governo, o Museu do Ipiranga, e o Teatro Municipal.⁶⁶ Atualmente imersos num oceano de concreto dos mais diferentes estilos, eles criavam, nessa época, um ambiente majestoso, juntamente com os parques, como o Jardim da Luz, e as largas e arborizadas vias, como a Avenida Higienópolis, e as residências de particulares e do comércio de luxo alocadas, especialmente, no chamado “triângulo”, região que compreendia o encontro das ruas São Bento e 15 de Novembro com a Rua Direita, na Praça Antônio Prado.⁶⁷ A

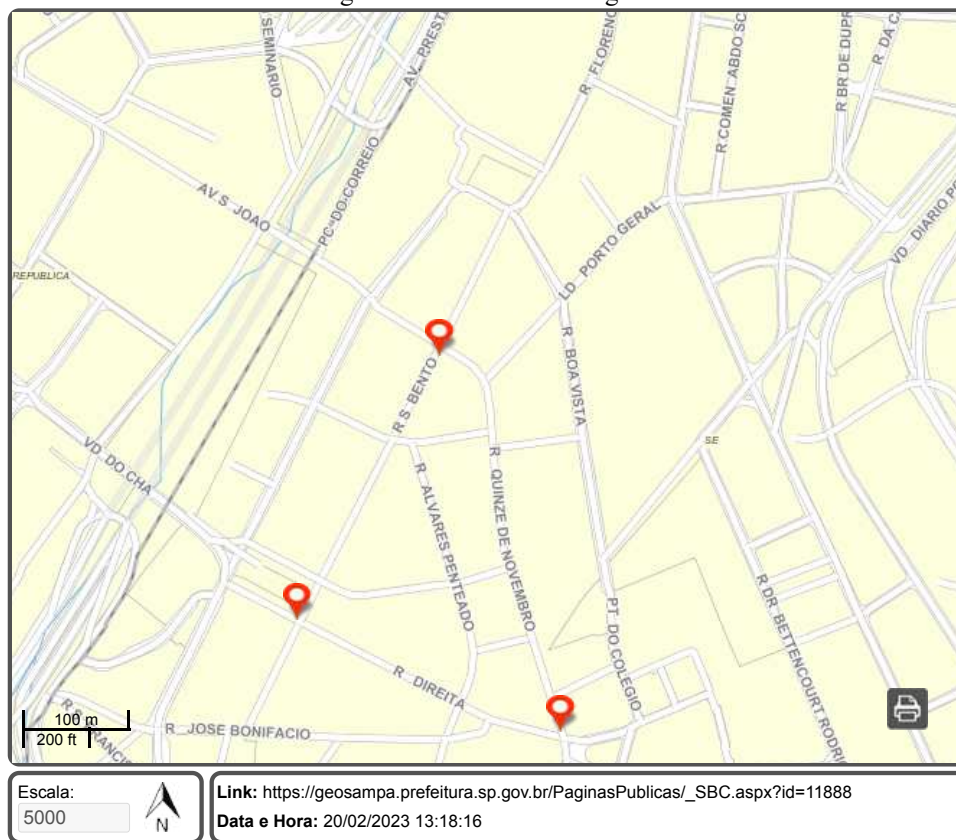
⁶⁵ SAES, Flávio A. M., **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**, São Paulo: Hucitec, 1981.

⁶⁶ O local que configurava as ruas São Bento, 15 de novembro e Praça Antônio Prado era também onde se localizava a antiga igreja e irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, reduto, portanto, de um território negro no centro da moderna “Paulicéia”. David William Aparecido Ribeiro, em “Do Rosário ao Paissandu”, explorara as disputas e conflitos entre o poder público municipal e os membros da irmandade do Rosário, desde fins do século XIX, pelo espaço da igreja, que culminou na sua demolição e posterior transferência para outro espaço da cidade. RIBEIRO, David William Aparecido, **Do Rosário ao Paissandu: Vida, identidade e autorrepresentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo após a abolição (São Paulo, 1888-1908)**, Assis: Unesp, 2009, p. 122–144. Ver também, ROCHA, Fábio Dantas, **Saindo das Sombras: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018, p. 153.

⁶⁷ SOUZA, T. Oscar Marcondes, **O Estado de São Paulo: Physico, Político, Economico e Administrativo**, São Paulo: Estabelecimento Gráfico Universal, 1913, p. 280–296. AMERICANO, Jorge, **São Paulo naquele tempo**, São Paulo: Saraiva, 1957, p. 95–110. MOURA, Paulo Cursino de, **São Paulo de outrora: evocações da metrópole**, São Paulo: Melhoramentos, 1932, p. 9–12; 107–117; 123; 117-126; O memorialista Paulo Cursino Moura faz um relato de cada bairro, e por vezes de ruas de São Paulo entre fins do século XIX e início do século XX. Em especial,

seguir, há um mapa georreferenciado a partir de reproduções da primeira metade do século XX, que mostra a região do triângulo.⁶⁸

Figura 1.1 – Ruas do Triângulo



Fonte: GeoSampa.

O salto numérico de habitantes também foi impressionante, de pouco mais de 30.000 em 1890 para mais de 200.000 em 1902.⁶⁹ A cidade recebeu trabalhadores refugiados dos campos de

sobre a região do triângulo, ver as páginas de 9 a 12. Sobre o bairro da Liberdade, ver as páginas 117 a 126. O cronista também comenta sobre espaços em que escravizados eram martirizados e sobre a ação dos caifazes, nas páginas 107 a 117, quando narra as suas memórias sobre o Pelourinho e a fazenda “quebra-bunda”, onde os castigos físicos eram tão violentos que passaram a serem chamados desse modo, descritos na página 123.

⁶⁸ Para que sejam visíveis as ruas, distritos e regiões referidas neste capítulo, e nos demais, foram utilizados recortes de mapas da primeira metade do século XX feitos a partir do levantamento aerofotogramétrico da SARA. Entre os anos de 1928 e 1933, a *Società Anonima Rilevamenti Aerofotogrammetrici* (SARA) criou, a pedido do prefeito José Pires do Rio (1926-1930), um mosaico cartográfico da cidade de São Paulo, combinado com fotografias aéreas. As informações coletadas e organizadas podem ser pesquisadas e georreferenciadas por meio do [GeoSampa](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx?id=11888). O site possibilita que sejam realizadas marcações no mosaico de mapas antigos, e nos mapas georreferenciados. Desse modo, os balizamentos serão explicitados no texto e nas legendas dos mapas, quando necessário. Para outras informações sobre a utilização de mapas históricos e digitais em São Paulo, ver: KUVASNEY, Eliane, *Uso de mapas históricos na pesquisa sobre a cidade de São Paulo. Predominância de mapas disponíveis digitalmente e mapas autorreferenciais*, *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 48, 2020.

⁶⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza, *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*, São Paulo: Pioneira, 1973, p. 101.

café, e comunidades de imigrantes, especialmente italianos, ávidos para criar uma realidade menos precária do que aquela que viviam na Europa. Ainda que estrangeiros com posses tenham alcançado essa esquina da América, os congressistas paulistas não escondiam a preferência pelo europeu pobre, e despossuído o suficiente para se sujeitar ao trabalho na lavoura, outrora ocupada por homens e mulheres oprimidos pela escravidão.⁷⁰

Essa imensidão de pessoas auxiliou a criar o grande processo de modernização paulistano, que foi amplamente visto e revisto pela historiografia brasileira e internacional.⁷¹ A transformação arquitetônica da cidade de tempos coloniais em metrópole⁷², e depois em megalópole, sorveu rios inteiros, como o Tamanduateí, aterrou lagos e várzeas, como a do Carmo, drenou pântanos e vales, como o do Anhangabaú, planificou montes e derrubou a vegetação nativa.⁷³ Os métodos utilizados quase nunca levaram em consideração as características geomorfológicas da natureza presente, e sim as necessidades do embelezamento do plano Bouvard⁷⁴, de comercialização das terras, do transporte de bens e de transeuntes, e da elevação da cidade à categoria de locomotiva do Brasil. As consequências das mudanças pouco reflexivas quanto ao futuro são intensamente vividas pelos habitantes do século XXI: enchentes e desmoronamentos trágicos, chuvas ácidas, rios completamente mortos e fétidos, poluição visual e sonora, além do ar contaminado, que leva os

⁷⁰ SÃO PAULO, Assembleia, **Os Deputados Republicanos na Assembleia Provincial de São Paulo: sessão de 1888**, São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1888, p. 22–23.

⁷¹ PEREIRA, Paulo César Xavier, Fundação e Surto Urbanístico: Metáforas da Transformação de São Paulo, **Revista Designio**, n. 1, 2004. *Ibid.*; PORTELA, Fernando, **São Paulo 1860-1960: a paisagem humana**, São Paulo: Albatroz, Terceiro Nome, 2004; HANLEY, Anne G., **Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920**, Stanford: Stanford University Press, 2005.

⁷² SOUZA, **O Estado de São Paulo: Físico, Político, Econômico e Administrativo**, p. 287. A autor dessa obra de 1918, foi um Professor de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Escola de Comércio Álvares Penteado. O livro é um pouco exagerado na admiração quanto ao progresso e características físicas e culturais de São Paulo, não economizando o uso de adjetivos. Por isso mesmo acompanha o otimismo desenvolvimentista da época. No entanto, a obra aborda diversas informações enciclopédicas sobre o Estado de São Paulo, e um amplo acervo de imagens raras, ainda que em baixa qualidade.

⁷³ JORGE, Janes, São Paulo das enchentes, 1890-1940, **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 47, p. 1–7, 2011. DINIZ, José Nilo Bezerra, Representações do Tietê na historiografia paulista, **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 8, p. 2013. GOUVEIA, Isabel Cristina Moroz-Caccia, A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos, **Confins: Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, v. 27, n. 27, p. 1–22, 2016. Na obra **São Paulo onde está sua história**, na página 152-153 há uma fotografia panorâmica de 1902 mostrando a inundação da várzea do Carmo ocorrida em novembro (doc. No. 284). Hoje a região compreende o Parque Dom Pedro II. A fotografia tem em primeiro plano uma imensa região alagada, e ao fundo é possível ver toda a cidade, fazendo entender visualmente, que não se tratava de uma pequena inundação. Conferir em: Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, **São Paulo onde está sua história**, São Paulo: Museu de Artes de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 152–153.

⁷⁴ Sobre as reformas plano Bouvard e outro projetos de modernização arquitetônica, ver parte II de *A cidade Ad Mirável: Ecos Haussmannianos*, BARBUY, Heloísa, **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**, São Paulo: EDUSP, 2006, p. 69–91.

habitantes a viverem sob ameaça frequente de doenças pulmonares. O clima também sofreu as interferências humanas; a terra da garoa, que possuía “um clima ameno” em que a temperatura não atingia “no verão a mais de 32° e no inverno raríssimas vezes desce a 0°”, agora reveza entre o calor de estufa e o gelo antártico.⁷⁵ Ainda, São Paulo em nada difere de outras megalópoles da América, como a Cidade do México ou Lima, também estuporadas pela ganância implacável das elites e pela penúria desesperadora dos miseráveis.⁷⁶

Nos anos de 1900, no entanto, os habitantes tinham outras preocupações mais urgentes do que o imprevisível caos urbano e ambiental num futuro distante. Nesse tempo, as chaminés da Mooca e do Brás eram um ícone da civilização que estava sendo erguida a olhos vistos, ao espalhar no céu os gases da queima de carvão.⁷⁷ Mas ao contrário das nuvens de fumaça que se dispersavam, uma consequência mais concreta e imediata do desenvolvimento incontrolável de São Paulo pôde ser sentida imediatamente: a especulação imobiliária e o precário acesso à moradia digna. A habitação, que ainda é um problema da Paulicéia, já era uma conjuntura grave para os menos favorecidos economicamente em 1900.

Frederico e sua família não foram uma exceção. A primeira moradia da família Baptista em São Paulo, apontada no *Almanaque Laemmert* em 1905, foi na rua da Fábrica, que em 1916 passou a se chamar rua Sinimbu, nome que continua até hoje.⁷⁸ No número 39 do logradouro, eles permaneceram pelo menos por seis anos, mas provavelmente por ainda mais tempo, até 1914.⁷⁹

⁷⁵ Para se ter uma dimensão da vegetação, fauna e clima de São Paulo até a primeira década do século vinte, ver, SOUZA, **O Estado de São Paulo**, p. 280–296. Para se ter uma visão acerca das discussões recentes sobre a história das mudanças climáticas, conferir a edição especial: Front Matter, **The William and Mary Quarterly**, v. 72, n. 1, 2015.

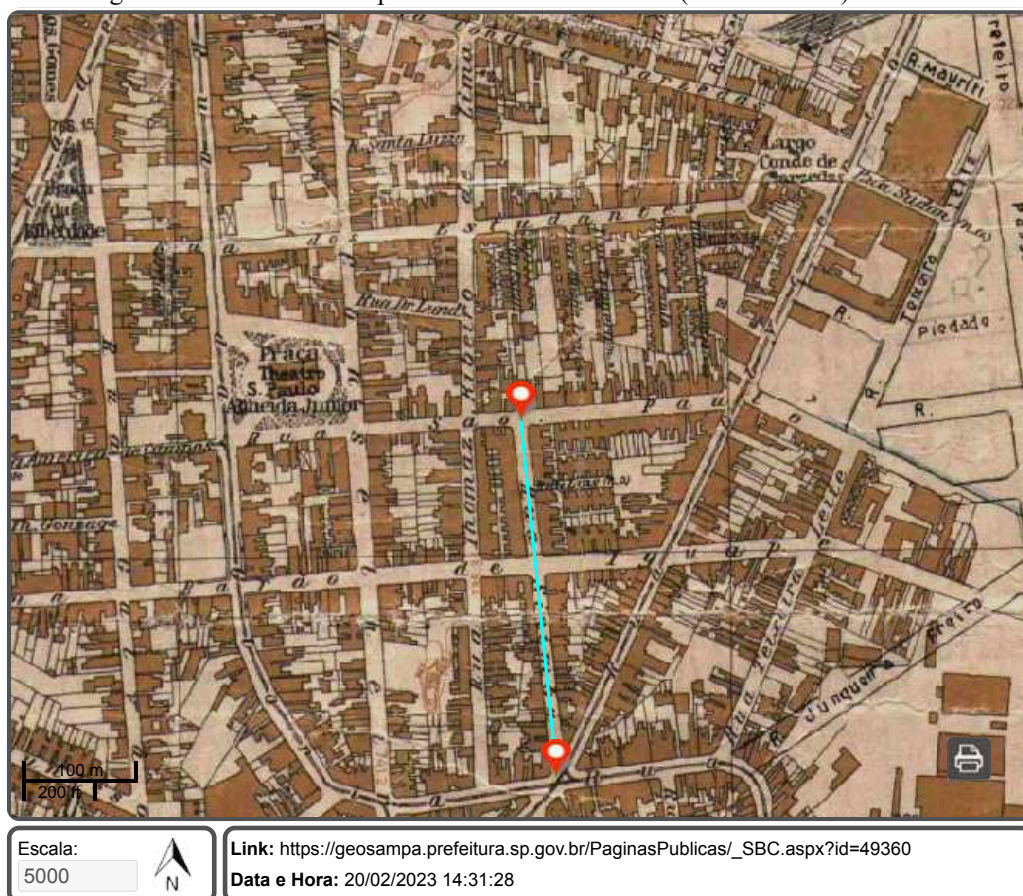
⁷⁶ Uma história cultural da cidade do México que leva em consideração as mudanças ecológicas e climáticas, fazendo um panorama do desenvolvimento arquitetônico e econômico nos idos de 1910: TENORIO-TRILLO, Mauricio, **I speak of the city: Mexico City at the turn of the twentieth century**, Chicago: The University of Chicago Press, 2012, p. 3–93.

⁷⁷ AMERICANO, **São Paulo naquele tempo**, p. 104.

⁷⁸ Segundo o dicionário de Ruas de São Paulo, o nome da rua era porque dava acesso a fábrica de cigarros Sudan. A via ainda possui muitos prédios antigos, incluindo um sobrado de número 39, e uma casa de frente a ele, no número 40, todas elas em péssimo estado de conservação. Ainda hoje em dia, a região tem uma aparência deplorável mostrando o total descaso do poder público, mesmo em se tratando de um local tão central. [Dicionário de Ruas - Sinimbu](https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-sinimbu), disponível em: <<https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-sinimbu>>. acesso em: 7 out. 2020. Não confundir a Rua da Fábrica com o Beco da Fábrica, na Santa Ifigênia, entre as ruas Florêncio de Abreu e os fundos da rua 25 de Março.

⁷⁹ Era comum que o endereço de funcionários públicos fossem inseridos no almanaque. É provável que eles tenham morado na rua da Fábrica até 1914, quando Frederico aparece novamente no *Almanaque* sob novo endereço à rua Alfredo Silvério Motta, nº 3 no Cambuci, e em 1919 muda-se novamente, dessa vez para a rua Vergueiro, nº 124, **Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940**, p. 2.066, 1905; **Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940**, p. 4338, 1911.

Figura 1.3 – Recorte de mapa histórico da rua Sinimbu (rua da Fábrica) em 1930



Fonte: GeoSampa.

O lugar tinha enormes problemas de infraestrutura. Até 1902 não tinha calçamento.⁸¹ No ano seguinte, a prefeitura anunciou a remoção do combustor de gás para alinhamento das guias, o que deixou os moradores sem luz por algum tempo.⁸² A falta de iluminação pública pode não ter promovido, mas seguramente agravou os casos de violência registrados por ali.⁸³ Havia relatos de incêndios devido o excesso de fuligem das chaminés.⁸⁴ Em 1905, moradores dos arredores relatavam que um “muro aberto” acabava por ser depósito de “todas as espécies de imundice” causando um “mau cheiro insuportável”.⁸⁵ Houve no mesmo período problemas com o esgoto, que a prefeitura só arrumaria “se fosse pago 50\$000”, sem propor quem deveria saldar essa conta”.⁸⁶

⁸¹ Proposta de iluminação feita por Hipólito Luís, *O Comércio de S. Paulo*, 1906.

⁸² Alinhamento das guias, *O Comércio de S. Paulo*, 21/02/1903.

⁸³ Guarda freio da companhia sorocabana, que morava a rua da fábrica 40, atacou outro a navalhada., *O Comércio de S. Paulo*, 14/02/1902.

⁸⁴ Fuligem de chaminés, princípio de incêndio, rua da Fábrica, *O Comércio de S Paulo*, 01/04/1903.

⁸⁵ Mau cheiro, *O Comércio de S. Paulo*, 31/05/1905.

⁸⁶ “Se fosse pago 50\$000”, *O Comércio de S. Paulo*, 1906.

Legendas:

- 1 – Teatro Municipal,  Rua Conselheiro Crispiniano, primeira sede do Grêmio Kosmos;
- 2 –  Rua Florêncio de Abreu, segunda sede do Grêmio Kosmos;
- 3 –  Faculdade de Direito, local de trabalho de Frederico;
- 4 –  Praça João Mendes e Igreja Nossa Senhora dos Remédios, sede da Confraria dos Remédios
- 5 –  Rua Sinimbu, antiga Rua da Fábrica, primeira residência da família Baptista;

Os aluguéis de casas em São Paulo na primeira década do século variavam a partir de 25\$000 até 300\$000 réis por mês.⁸⁷ Os valores entre 10\$000 a 25\$000 eram relativos à cômodos individuais, que compartilhavam uma única cozinha coletiva. Geralmente, os cômodos estavam em bairros considerado mais acessíveis justamente por ter menor atenção e recursos do poder público, como o Bexiga. Outros locais com moradias baratas eram os distritos considerados distantes e de difícil acesso, como a Lapa, Penha, Vila Mariana, Butantã e Vila Santana. As casas de aluguel de maior valor e prestígio ficavam em bairros como Campos Elíseos e Vila Buarque, ao noroeste da Sé, região acima da rua da Consolação.⁸⁸ Segundo relatos de época, essas moradias possuíam saguão, sala de visitas, sala de jantar, “vários quartos”, copa, cozinha, banheiro, quarto de criadas, quintal, e paredes forradas com papel.⁸⁹ Para dar um exemplo de moradias intermediárias, que contrastavam tanto com as moradias de “vários quartos”, e com as casas de cômodos de 25\$000, apresento um anúncio de 1900, em que foram divulgadas no bairro industrial

⁸⁷ Os anúncios de aluguéis do período usualmente não traziam o valor mensal requisitado, que deveria ser combinado diretamente com o proprietário. Encontrei algumas exceções, como em 1905, no jornal *Correio Paulistano* que, publicou entre março e abril, um anúncio de que na rua Bocaiuva acertava-se aluguel de casas entre 25\$000 e 300\$000. Cruzei dados de memorialistas, e tabelas de preços para o Rio de Janeiro para ter uma base dos valores em São Paulo. Por exemplo, em 15 08 1900, dormitórios estavam sendo alugados na rua Victoria por 25\$000. Casas entre 25\$000 e 300\$000, *Correio Paulistano*, 1905; Dormitórios, rua Victoria por 25\$000, *Correio Paulistano*, 15/08/1900.

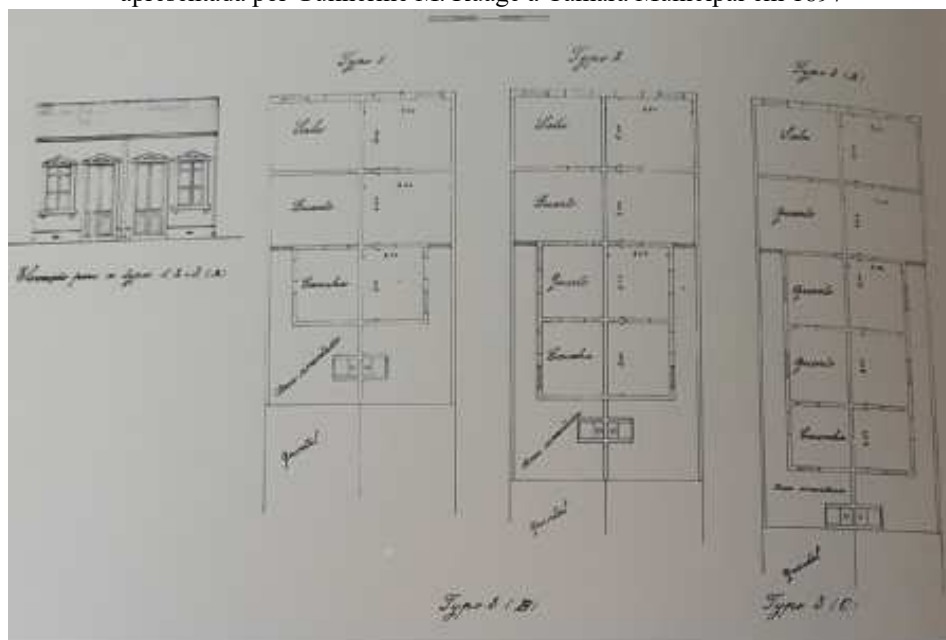
⁸⁸ ROLNIK, *A cidade e a lei*, p. 113. A autora faz uma descrição das diferenças de investimento público, em 1902, entre espaços de circulação da classe média, como as melhorias efetuadas no Triângulo e nos bairros do Campos Elíseos e Vila Buarque, que contrastavam com o quase absoluto descaso para com as regiões do Pari, Quarta e Quinta Paradas, Liberdade, Bexiga, Bom Retiro, Ipiranga, Vila Prudente, Barra Funda e Hipódromo.

⁸⁹ A descrição do ambiente interno das casas do Campos Elíseos e Vila Buarque vem as memórias de Jorge Americano. Segundo ele, se tratava de moradias “da gente de boa sociedade, que não era rica”. O autor traz uma descrição dos gastos mensais da família para o ano de 1910, quando o aluguel da casa custaria 300\$000. AMERICANO, *São Paulo naquele tempo*, p. 51; 85. Obviamente, esse aluguel e essas descrições não dizem respeito a experiência das famílias mais pobres, afinal, a lista orçamentária contém gastos com cozeiras, criadas, lavadeiras, além de professor de piano e de canto para as crianças, tratando-se claramente de uma família senão tão rica quanto as famílias de capitalistas, ao menos com algumas posses. Heloísa Barbuy, “O desenvolvimento da cidade: padrões de reformas em São Paulo” apresenta uma série de plantas dos edifícios comerciais e por vezes e ao mesmo tempo habitacionais, da região central da cidade, em especial do triângulo. BARBUY, *A cidade-exposição*, p. 33–36.

do Bom Retiro duas casas “muito boas para família.” Elas tinham cinco cômodos e uma cozinha cada uma, e eram tratadas a um preço “baratíssimo” segundo o anunciante.⁹⁰

As plantas na imagem abaixo referem-se a “Tipos de habitações para proletários,” realizada segundo o contrato de 1897 entre a câmara municipal de São Paulo e o engenheiro Guilherme M. Ruage. Essas plantas servem como exemplos para se compreender como eram as casas ofertadas para as famílias de proletários, em bairros operários como o Bom Retiro. A planta também nos auxilia a avaliar um imóvel construído por Frederico no bairro da Lapa, em 1910. Do lado esquerdo, a imagem mostra uma casa geminada com duas portas e duas janelas, que correspondiam a uma frente única para duas moradias. Desse modo, cada esquema se refere a duas habitações. A mesma fachada servia para os três tipos diferentes de casas, com um, dois ou três quartos. Note que a cozinha possuía uma área menor que aquela referente a cada quarto, e o que parece ser um tanque, está localizado em uma área provavelmente assoalhada, talvez uma lavanderia.

Figura 1.5 – Recorte de dos tipos de casas para proprietários apresentada por Guilherme M. Ruage à Câmara Municipal em 1897



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, *São Paulo onde está sua história*, p. 136.

Similar à essas casas operárias, eram as duas habitações ofertadas para venda na rua da Fábrica em 1901. O anúncio é um pouco confuso, por isso transcrevo aqui o texto completo:

⁹⁰ Cômodos, *Correio Paulistano*, 13/09/1900.

A 2:000\$000 e 2:500\$000, vendem-se 3 casas, 2 a rua da Fábrica, e uma na rua Barão de Iguape, e no centro da cidade vendem-se duas recentemente construídas, com grande quintal por 36 contos as duas. Trata-se na rua de S. Bento, 2 B.⁹¹

Mesmo a um preço módico como 2 contos de réis, seria difícil para Frederico e sua família comprar uma morada em 1901, ainda mais na região central, por 36.000\$000 réis. O seu salário ainda era muito baixo para pagar os preços da venda de imóveis nessa região. Um aluguel na rua da Fábrica, de acordo com o número de quartos, custava entre 30 e 60 réis.⁹²

Desde 28 de março de 1900, Frederico trabalhava como guarda da Faculdade de Direito⁹³ e tinha um ordenado bruto, sem os descontos dos impostos, de 166\$666 réis.⁹⁴ Esse rendimento não era exatamente alto, mas era significativamente maior que a renda média de um operário fabril, que ganhava de 2 a 4 mil-réis por dia, o que dava entre 60 a 120 mil réis por mês.⁹⁵ O baixo salário dos operários, forçava os filhos, as filhas e as esposas a trabalharem em condições desvantajosas,

⁹¹ A 2:000\$000 e 2:500\$000, **O Comércio de S. Paulo**, 8/11/1901.

⁹² 1 = um real

\$100 = cem réis

1\$000 = um mil réis

100\$000 = cem mil réis

1:000\$000 = um conto de réis

COSTA, Iraci del Nero da; MARCONDES, Renato Leite, A Moeda No Brasil, **Boletim de História Demográfica**, v. 3, n. 10, 1996.

⁹³ BARBOSA, Alexandre de Freitas, O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo, **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 80, p. 91–106, 2008.

⁹⁴ Deve se levar em consideração que as contratações não se davam através de aprovações em concursos, mas sim por meio de indicação formal. Haja vista o recrudescimento do racismo após a abolição, esse não é um aspecto irrelevante. O posto na instituição pública também acarretava prestígio, já que incidia em uma carreira sólida com estabilidade empregatícia e, portanto, dava credibilidade financeira. Ser funcionário público da Faculdade de Direito fez com que Frederico tenha sido noticiado por várias vezes de forma especial nos periódicos da imprensa negra, como referência de comportamento e exemplo a ser seguido. Ele próprio também fez uso da narrativa de sua história pessoal para incentivar os mais jovens a buscarem virtude no trabalho, na família e no caráter. Thales de Azevedo, em pesquisa contratada pela Unesco em 1953, analisa uma série de aspectos das chamadas elites de cor, especialmente na cidade de Salvador, por meio de entrevistas com pessoas que ascenderam socialmente. No capítulo intitulado de “Burocracia”, Azevedo explicita que, ao contrário do comércio que impunha entraves à contratação de “escuros mais pigmentados”, nas repartições públicas “os funcionários públicos eram admitidos por influência de políticos ou membros influentes da própria administração pública.” AZEVEDO, **As elites de cor: um estudo de ascensão social**, p. 95.

⁹⁵ Ao tratar de uma greve que envolveu cinco fábricas da Companhia União Fabril da Bahia, em 1895, Castellucci encontrou a informação de que pedreiros e carpinteiros recebiam diárias de dois mil-réis, e depois de negociações, passariam receber quatro mil-réis por dia, ainda que o patronato tenha recuado da decisão posteriormente. CATELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva, **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 154. Para valores de salários de operários no Rio de Janeiro, ver também, LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer *et al*, Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares, **Revista Brasileira de Economia - RBE**, v. 25, n. 4, 1971, p. 255–256. Para cálculos de outros salários no Rio de Janeiro, ver dos mesmos autores: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Otavio; ELIAS, Zakia Feres, Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930, **Revista Brasileira Economia - RBE**, v. 27, n. 4, p. 129–176, 1973, p. 172–173.

inclusive em turnos noturnos, para a complementar a renda doméstica da família. Isso faz pensar que os Baptistas estavam um pouco mais confortáveis que os operários. Essa diferença salarial pode ter garantido que os filhos de Frederico e Luiza não tenham trabalhado em tenra idade, e que ela mesma pudesse se dedicar aos cuidados dos menores e da economia doméstica, sem precisar enfrentar uma jornada dupla em uma fábrica ou na casa de uma família abastada. As trabalhadoras domésticas, como cozinheiras ou copeiras, tinham uma renda aproximada de 40\$000 mensais⁹⁶, que significava um quarto do salário que Frederico recebia mensalmente. Ele não ganhava mal, e sabia disso: abordou a questão das domésticas nas folhas do *Kosmos*, em 1924, artigo em que relatava as dificuldades de moradia enfrentadas pelas trabalhadoras, que viviam em condições insalubres por causa dos baixos salários que lhes eram pagos.

Em uma conversa ficcional entre patroas, narrada no conto “Sobre Criadas”, escrito pelo memorialista Jorge Americano em 1901, as empregadoras afirmavam que suas empregadas tinham de tudo que precisavam, e que recebiam “limpos 40 mil-réis mensais. Paga dez de quarto, e o marido esbanja o resto.” Segundo as patroas, as trabalhadoras domésticas gastavam apenas 10 mil-réis pelo pagamento de aluguel de um quarto, onde residiam com suas famílias, tinham de pagar 20 mil-réis para alguma vizinha cuidar e dar de comer a seus filhos. Logo, concluía as mulheres da elite, as serviçais podiam guardar 10 mil réis todo mês, que sobrava depois dessas duas únicas despesas. “Com dois [anos] de trabalho,” afirmava a patroa, as empregadas poderiam comprar um “terreno de 200 mil réis, perto da Lapa,” e, em breve, estariam “se aprontando para construir uma casinhola de dois quartos e cozinha.”⁹⁷

Frederico e sua família fizeram exatamente o que as senhoras da crônica “Sobre Criadas” previram em 1901; compraram um terreno na Lapa e construíram uma pequena casa. Só que a

⁹⁶ AMERICANO, *São Paulo naquele tempo*, p. 77. Em 1916, Souza escreveu um longo artigo denunciado a extrema exploração das empregadas domésticas em que confirma, 15 anos depois do conto, que as empregadas continuavam a ganhar os mesmos valores salariais que Americano descreveu em 1901, 40\$000 mil-réis por mês. SOUZA, Não Querem Trabalhar, *O Kosmos*, 16/11/1924. Para se ter uma noção de um panorama da história das criadas no Brasil, ver: CUNHA, Olivia Maria Gomes da, *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*, in: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377–471. LAUDERDALE GRAHAM, Sandra, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950*, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1998. SOUZA, Flavia Fernandes de, *Criados, Escravos e Empregados: O serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2017, p. 26–107.

⁹⁷ AMERICANO, *São Paulo naquele tempo*, p. 77.

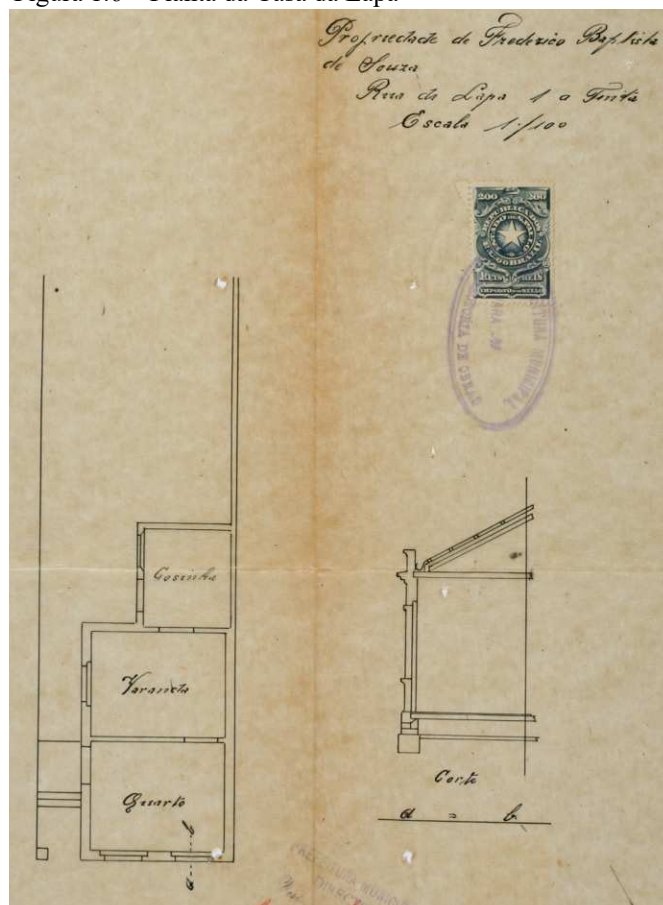
conquista demorou bem mais do que dois anos para ocorrer. As senhoras fictícias da crônica ficariam chocadas em saber que mesmo ganhando quatro vezes mais do que o que elas pagavam às suas empregadas, Frederico demorou dez anos para comprar um terreno de cerca de 200 mil-réis.

Frederico, na primeira década do século, não era um homem da elite, ou um burguês: ele tinha rendimentos significativamente menores que uma família branca de classe média em São Paulo. Mesmo assim, morando em um lugar sem luxo algum como a rua da Fábrica, e com um ordenado razoável, Frederico e a família conseguiram economizar algum dinheiro nos primeiros anos vividos na cidade. Em 1910, ele entrou com um pedido para erguer uma casa de dois cômodos em um terreno de 41.000m² que havia adquirido no distrito da Lapa. Como a região era considerada fora do perímetro urbano, ele precisou da aprovação da planta junto ao alinhamento das guias. Fora a taxa para a padronização em uma rua que sequer existia formalmente, e pagando mais 30% para o engenheiro responsável, em 1910, o alvará todo lhe custou 31\$980 mil réis.⁹⁸ Abaixo observa-se a planta da casa que Frederico pretendia construir no terreno da Lapa.

⁹⁸ Arquivo Municipal Washington Luís, **O.P.** 1910, 001 531, folha 1.

Raquel Rolnik discute as implicações dos alinhamentos dos terrenos em fins do século XIX, e as relaciona com o poder de compra e regularização de propriedades pelos indivíduos mais pobres. Desse modo, ajuda a pensar sobre as aspirações de Frederico e sua família em ter uma propriedade regularizada e reconhecida legalmente. É importante fazer notar, que a busca pela legalização do patrimônio, conquistado a duras penas, mais do que ser uma estratégia de “branqueamento” ou diferenciação, era uma ferramenta de garantia legal de propriedade. Sobre os alinhamentos de terrenos, ver Raquel ROLNIK, **A cidade e a lei**, p. 60.

Figura 1.6 – Planta da Casa da Lapa



Fonte: Arquivo Municipal Washington Luís, O.P. 1910,001 531, folha 2.

Como é possível perceber, a casinha da Lapa é tão ou mais simples que as casas geminadas idealizadas para abrigar os proletários em 1897 pelo engenheiro Guilherme M. Ruage. Trata-se basicamente de um quarto, uma varanda, que parece ser coberta e devia funcionar como sala, e uma cozinha, sem indicação de que haveria uma pia interna ou externa. Como ocorria na casa para proletários, não havia sinal de banheiro, fossa ou privada. A documentação do Arquivo Municipal não traz mais informações sobre a construção. A história de Frederico nos leva a crer que a construção foi finalizada, e que de fato a família teve essa propriedade, que provavelmente foi vendida mais tarde. Entretanto, eles nunca moraram na Lapa. A família residiu na rua Alfredo Silveira Motta, em dois endereços diferentes na rua Vergueiro, também em outros endereços no bairro da Liberdade, entre os anos de 1919 e 1921. Depois disso, mudaram-se para o distrito da Penha de França.

Relações de compadrio devem ter feito a família se mudar para a Penha. Quando nasceu a segunda criança do casal, Anatolina, ela foi batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha

de França⁹⁹, em 1904, quando eles ainda moravam no centro. Como a menina nunca foi mencionada na imprensa negra, e não consta entre os filhos arrolados no documento de Montepio de Frederico, entende-se que ela faleceu ainda pequena.¹⁰⁰ Três anos depois de Anatolina, outra menina veio alegrar a família Baptista, Durvalina Leonarda de Moura Baptista, a Durva, nascida em quatorze de abril de 1907.¹⁰¹ Talvez motivado pela perda da filha mais velha, Frederico era generoso nas demonstrações de orgulho e carinho à Durvalina nas folhas da imprensa negra. A última menininha a nascer foi Rosaura Lydia de Moura Baptista, e bastante tempo depois o menino Dirceu de Moura Baptista, quando a família já tinha saído da rua da Fábrica.

Portanto, moraram no bairro da Liberdade o casal de adultos, o rapaz José Martinho já beirando a puberdade, e as garotinhas. Ainda assim, talvez eles tivessem que dividir o espaço com outros moradores. Em 1904, no mesmo ano que Anatolina nasceu, uma mulher de nome Rosa Lina Oliveira deu como seu o endereço da casa dos Baptista, no número 39 da rua da Fábrica, quando foi medicada na Polícia Central. A nota do jornal afirmava que Rosa Lina estava envolvida em uma briga de rua, e fez distinção de sua cor; ela era uma mulher parda.¹⁰² Pode ser que o número 39 fosse uma habitação coletiva, um cortiço. O certo é que, a presença de pessoas negras na rua da Fábrica era grande. Em 1905, a Sociedade Beneficente 28 de Setembro passou a celebrar bailes e fazer reuniões ali, no número 40, bem na frente do domicílio da família Baptista.¹⁰³ Essa não era uma coincidência: em janeiro de 1904, Frederico tinha sido eleito para o cargo de relator no clube 28 de Setembro.¹⁰⁴

A posição como “repórter” na sociedade 28 de Setembro marca o início da militância de Frederico no associativismo negro da cidade de São Paulo. A data que dá nome a agremiação refere-se evidentemente à Lei do Ventre Livre, e designou várias das sociedades de cunho racial

⁹⁹ Anatolina Baptista de Souza, “Brazil Baptisms, 1688-1935”, disponível em: [FamilySearch](#). Acesso em: 7 out. 2020. A sua madrinha foi uma Julietta Gonsalves de Oliveira, e seu o padrinho Pedro Antônio Barbosa, capitão que havia lutado na guerra contra o Paraguai. Para uma compreensão da participação de escravizados na guerra contra o Paraguai, ver, Denise Moraes Gouveia da Silva, *Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai*, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016. Ver também Ricardo Salles, “A Guerra do Paraguai,” IN: Keila Grinberg; Ricardo Salles, (Orgs.), *O Brasil imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 385-424

¹⁰⁰ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Documentação para fins de contagem do tempo de serviço. Declaração de Família para os efeitos de Montepio Civil.

¹⁰¹ Durvalina Moura Baptista, “Brazil Baptisms, 1688-1935”, disponível em: [FamilySearch](#). Acesso em: 7 out. 2020.

¹⁰² Briga de rua, *Comércio de S Paulo*, 04/04/1904.

¹⁰³ Sociedade Beneficente 28 de Setembro, *O Comércio de S. Paulo*, 07/01/1905.

¹⁰⁴ Movimento Associativo, *O Estado de São Paulo*, 22/01/1904.

brasileiras. Clube Beneficente Cultural e Recreativo 28 de Setembro é o nome da primeira agremiação de pessoas de cor do Estado de São Paulo, fundada em 1897, na cidade de Jundiaí.¹⁰⁵ A sociedade veterana 28 de Setembro tinha importância estratégica, haja vista que congregava pessoas vindas de lugares diferentes em sua sede, e em outras cidades, nas quais promovia festas, bailes e piqueniques. Quem fez parte da sociedade Beneficente 28 de Setembro da capital? Frederico e sua família certamente. Talvez Rosa Lina Oliveira, a mulher parda que morava por ali. É admissível que fossem sócios outros amigos vindos do interior para São Paulo¹⁰⁶, bem como, outros companheiros que ajudaram a estabelecer, posteriormente, o Grêmio Kosmos.¹⁰⁷

Na rua da Fábrica, na primeira década do século XX, estava a família Baptista, e outros moradores negros pertencentes a uma classe trabalhadora não abastada financeiramente, muitos morando de aluguel, em condições precárias por falta de investimento e cuidados públicos. Naquela rua além da agremiação beneficente 28 de Setembro, cujo o nome e objetivos remontam às lutas emancipacionistas, havia outras coletividades: o Grupo União Familiar Estrela Celeste, no número 50; o São Paulo Recreativo Club, no número 37; e no 16, estava o Terpsícore Club, cujo nome remetia à musa grega da dança evidenciando seus objetivos recreativos.¹⁰⁸ A sede social do Cassino Brasileiro funcionava no número seis, local onde também se realizavam ensaios dançantes.¹⁰⁹ Talvez um pouco menos festiva, era a sede provisória do jornal *O Oriente*, folha da maçonaria, que também funcionou no mesmo número seis.¹¹⁰ A sede de um jornal maçônico, ainda que provisoriamente, faz lembrar dos caifazes, que reunidos em torno da Confraria dos Remédios, tinham uma reconhecida presença na maçonaria paulistana.¹¹¹

¹⁰⁵ As informações que apresentadas se encontram nas entrevistas realizadas pelos técnicos do Condephaat. SILVA, Mário Augusto Medeiros da; UNGARETTI, Adda Alessandra Piva; CAPORRINO, Amanda Walter, **Parecer técnico GEI no. 272-2013 – Clubes Sociais Negros de São Paulo**, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2017. Ver também o artigo de Domingues, que também enfatiza a primazia da associação nascida ainda durante o Império, e dá destaque a outras duas organizações, uma delas, o Kosmos: “Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente”. DOMINGUES, Petronio, Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos, **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007, p. 103.

¹⁰⁶ SOUZA, Frederico Baptista de, Marcos dos Santos, **O Alfinete**, 01/04/1919. B.S., Homenagem, **A Liberdade**, 23/11/1919. SOUZA, Frederico Baptista de, O Passado, **O Bandeirante**, 04/1919.

¹⁰⁷ SOUZA, Frederico Baptista de, **A Liberdade**, 08/03/1919.

¹⁰⁸ Grupo União Familiar Estrela Celeste, **O Comércio de S. Paulo**, 03/04/1902. Mais tarde transferiu-se para a Florêncio de Abreu, no número 29. São Paulo Recreativo Club, **O Comércio de S. Paulo**, 25/07/1904, Terpsícore Club, **O Comércio de S. Paulo**, 23/05/1902.

¹⁰⁹ Cassino Brasileiro, **O Comércio de S. Paulo**, 24/01/ 1902.

¹¹⁰ Sede Provisória, **O Oriente**, 09/10/1905.

¹¹¹ Para relação dos caifazes com a maçonaria, especialmente com a Loja América, ver: QUINTÃO, Antônio Aparecida, **Irmandades Negras**, p. 78. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo **O plano e o pânico**, p. 146.;

Sem dúvida, a rua onde Frederico morou era um ponto de atividades recreativas e sociais de pessoas com objetivos diferentes. Benéficas, familiares, dançantes, maçônicas. Andavam pela Liberdade pessoas com um escopo comum: pertencimento a um grupo. O associativismo, entretanto, não se restringia às ruas do sul da cidade. Ao investigar São Paulo nesse período, fica evidente que clubes e grêmios estavam espalhados por todos os lugares, agregando os indivíduos pelos mais diversos motivos. O movimento associativo era mencionado nas colunas dos jornais da grande imprensa, nas revistas da alta sociedade, nos jornais de imigrantes e, obviamente, nos jornais negros.¹¹² De fato, ele ocorreu em várias partes do Brasil, assim como em outras regiões do Atlântico, sendo comum entre as comunidades negras norte-americanas, em Cuba, e no Uruguai.¹¹³

Esses associativismos negros foram herdeiros de práticas abolicionistas. Associações de artesãos que por vezes eram, concomitantemente, organizações mutualistas de categorias diversas, já aglutinavam interesses de trabalhadores negros muito antes da abolição.¹¹⁴ As irmandades religiosas também proporcionaram um espaço de experiência da vida coletiva e associativista, quando desenvolveram certa proteção às práticas culturais trazidas da África, pelo menos desde o

CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.), **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**, São Paulo: EDUSP, 2015.

¹¹² **Vida Paulista**, *Depois do baile*, 1908, p. 17-18; SANTOS, Carlos José Ferreira dos, **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915**, São Paulo: Annablume, 1998.

¹¹³ DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid, *The Making of a Field: Afro-Latin American Studies*, in: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Orgs.), **Afro-Latin American Studies**, Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 1–24. SILVA, Fernanda Oliveira da, **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2017. CHAPEAUX, Pedro Dechamps, **El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX Deschamps Chapeaux**, Havana: Ediciones Revolución, 1963, GORTÁZAR, Alejandro, *La “Sociedad de Color” en el papel: La Conservación y El Progresista*, dos semanários de los afro-uruguayos, **Revista Iberoamericana**, v. LXXII, n. 214, p. 109–123, 2006.

¹¹⁴ BATALHA, Claudio H. M., *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente*, **Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12–22, 2010; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino (Orgs.), **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016; POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz, *Classe, Raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016)*, **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 307–328, 2019.

século XVIII.¹¹⁵ Sem contar as agremiações que deliberadamente vinculavam ambas as práticas: de operários e de irmãos.¹¹⁶

Frederico além de relator na sociedade 28 de setembro, também fez parte de uma agremiação mutualista. Em 1906, quando ainda era guarda na Faculdade de Direito, foi eleito para o cargo de secretário na Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos¹¹⁷, onde havia outros empregados da Faculdade, como professores e lentes.¹¹⁸ Além de proteção em caso de emergência, a sociedade propiciou que Frederico demonstrasse sua capacidade para desempenhar funções mais elaboradas do que aquela a que fora inicialmente designado na Faculdade. Mostrar para os colegas de trabalho um pouco de sua erudição, acumulada nos tempos da Associação Artística e Literária de Taubaté, não era mesmo má ideia, e poderia abrir caminhos para o jovem homem negro, que tinha família e ideais para sustentar. Mas uma das mais importante delas estava por vir, era o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos.

¹¹⁵ A dissertação de Liane Muller evidencia como a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Porto Alegre, que durante o século XIX foi voltada para a compra de cartas de alforria e instrução dos irmãos negros, deu origem a diversas associações recreativas e beneficentes de caráter racial depois da extinção do cativeiro e especialmente durante o século XX. A investigação de Muller ajuda pensar que a dupla pertença de Frederico e de sua família às associações leigas e simultaneamente às irmandades religiosas e aponta, por meio de fragmentos, para as afinidades entre os empreendimentos abolicionistas e as iniciativas que visavam a conquista da cidadania no pós-abolição. MULLER, Liane Susan, **As contas do meu rosário são balas de artilharia**, Porto Alegre: Pragmatha, 2013. REGINALDO, Lucilene, **O Rosário dos Angolas**, p. 232–233.

¹¹⁶ A produção bibliográfica do Sul do Brasil chama a atenção às articulações regionais e os vínculos com as entidades de classe. No trabalho de Beatriz Loner, a autora explora a inserção dos escravos negros trazidos à cidade de Pelotas em associações mutualistas, e entidades profissionais, que não necessariamente explicitavam a identidade étnica, mas cujo amparo e apoio mútuo foram fundamentais na experiência do pós-abolição. LONER, **Construção de classe**. Em Pernambuco, o historiador Marcelo Mac Cord em estudo sobre os artífices da madeira no Recife oitocentista identificou a passagem das ações de proteção e promoção mútuas, da Irmandade São José do Ribamar para a organização em forma de sociedade leiga. MAC CORD, Marcelo, **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**, Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

¹¹⁷ Movimento Associativo Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos. **O Estado de São Paulo**, 27/01/1906.

¹¹⁸ Dr. Amâncio de Carvalho, Lente da Faculdade de Direito, também foi associado da Beneficente. Museu e Arquivo Faculdade de Direito de São Paulo, Documentos para fins de Aposentadoria de Antônio Amâncio Pereira de Carvalho.

Capítulo 2 – Associativismo Negro e *Uplifting*

O Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos

A palavra *kosmos*, escrita com k, era relativamente comum na imprensa nacional na primeira década do século XX. Antes mesmo da fundação do Grêmio, o termo dava nome a estabelecimentos comerciais, como a loja paulistana de roupas finas para senhores, a Casa Kosmos.¹ Era uma referência literária, alusiva à revista carioca *Kósmos*, de alcance nacional, publicada entre os anos de 1904 e 1909, e que tinha entre seus colaboradores nomes ovacionados como Olavo Bilac, Artur Azevedo, Coelho Netto, e Nina Rodrigues.² Kosmos era também o prêmio para o vencedor da corrida de cavalos, o turfe.³ O modismo da palavra, entretanto, é ainda mais antigo e remete a meados do oitocentos. *Kosmos* é o nome de um dos mais importantes trabalhos de ciência popular já publicados: uma obra em cinco volumes que foi escrita pelo cientista e explorador alemão Alexander von Humboldt, entre 1845 e 1862. O estudo é o resultado de suas expedições científicas pela América do Sul e México (1799–1804) e foi uma fonte de inspiração para especialistas notórios, como Charles Darwin.⁴ O objetivo da obra de Humboldt era a descrição do universo físico, assim, cosmos, ou na grafia original em grego *kosmos*, significa “o universo visto como um todo bem ordenado”.

“Um todo bem ordenado”⁵ parece uma definição adequada às aspirações de uma parte dos homens de cor paulistanos no início do século XX. Pode-se inferir que, semelhante à descrição científica de von Humboldt, o Grêmio Kosmos também era um espaço que resguardaria os

¹ BARBUY, A cidade-exposição, p. 184.

² Aos colaboradores do *Kósmos* em 1904, *Kósmos*, revista artística, Científica e Literária, 12/1904.

³ Turf Carioca, *Correio Paulistano*, 23/05/1914.

⁴ Humboldt, Friedrich Heinrich Alexander, Baron von, in: **World Encyclopedia**, Philip’s, BIRCH, Dinah; HOOPER, Katy Hooper, Katy, Humboldt, Alexander von, in: BIRCH, Dinah; HOOPER, Katy (Orgs.), **The Concise Oxford Companion to English Literature**, Oxford: Oxford University Press, 2013; ROGERS, Alisdair; CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob, Humboldt, Alexander von, in: **A Dictionary of Human Geography**, Oxford: Oxford University Press, 2013.

⁵ A definição filosófica de cosmos é “o mundo inteiro, especialmente concebido como ordenado e governado pela lei, seja por destino, sorte, justiça, ordem divina ou necessidade racional.” **cosmos (Greek, *kosmos*, order; cf. *cosmetic*)** The whole world, especially conceived as ordered and law-governed, whether by destiny, fate, justice, divine command, or rational necessity. BLACKBURN, Simon, cosmos, in: **The Oxford Dictionary of Philosophy**, Oxford: Oxford University Press, 2016.

destinos, a sorte ou a lei que orientasse as pessoas de um mesmo universo: no caso do clube, este universo era o meio negro.⁶

Alguns clubes negros demonstravam, por meio da escolha de seus nomes, que buscavam forjar no seio da sociedade paulistana uma aristocracia, cerca de meio século antes da fundação do Aristocrata Clube, em 1961.⁷ Além do Kosmos, outro exemplo de nome distinto foi o Grêmio *Smart*. Considerada associação irmã do Kosmos⁸, a palavra *smart* também era corriqueira nos idos de 1900, e apareceu em diversas publicações brasileiras para designar esperteza e inteligência. Mais ainda, segundo os dicionários de línguas inglesa, *smart* significa “à moda ou elegante na maneira de vestir ou aparência”, e, “atraente para gostos sofisticados: característicos ou frequentados pela sociedade da moda”.⁹ Esse aspecto da elegância, do bem vestir e de ostentar beleza e sofisticação, foi essencial para esses clubes.¹⁰ Por fim, sendo citado nos mesmos espaços, e, portanto, frequentado por pessoas afins, havia também o grêmio Elite, às vezes chamado de Elite Flor da Liberdade. E o nome elite, por si só, vai direto ao cerne da questão: eram os participantes desses clubes negros gente da elite brasileira, ou ainda, será que a intenção de sucesso formou, de fato, uma elite negra em São Paulo no 1900?

A escolha por nomes que indicavam refinamento, ou pertença a uma elite significava, no mínimo, uma intencionalidade de diferenciação. Lélia Gonzales, ao debater as “experiências e tentativas” dos movimentos negros, afirma que no período que se seguiu a abolição, as associações negras recreativas, as quais ela chama de *entidades*, tinham “perspectivas e anseios ideológicos elitistas¹¹.” A socióloga destaca o conteúdo político do movimento negro apenas a partir da criação do jornal o *Clarim da Alvorada* (1924), e da Frente Negra Brasileira (1931).

⁶ “Meio negro” é o termo empregado por José Correia Leite para se referir as pessoas envolvidas nos clubes e associações negras, bem como a sua imprensa. Para uma conceitualização sobre o tema, ver: CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição, **Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1880-1930)**, Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2012, p. 9.

⁷ SOARES, Reinaldo da Silva, **Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 31.

⁸ O Grêmio *Smart* foi presidido pelo funcionário público municipal Gastão Silva, amigo próximo de Frederico Baptista de Souza.

⁹ Kosmos, **Correio Paulistano**, 18/11/1909.

¹⁰ FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso, Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940), **Mosaico**, v. 2, n. 3, p. 40–57, 2010, p. 45–49. BUTLER, **Freedoms Given, Freedoms Won**, p. 90.

¹¹ GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos, **Lugar de negro**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 18–32.

Ao expor os nomes de clubes negros de elite nos Estados Unidos, Willard B. Gatewood, na obra *Aristocrats of Color*, faz um comentário intrigante: “Aqueles [clubes] identificados com a classe alta evitavam nomes que indicavam *status*. Uma indicação clara de que uma organização não era de classe alta era o nome *Elite*, *Select Ton* ou *Bon-Ton*, como muitos clubes eram chamados.” (tradução minha).¹² Obviamente não podemos conferir diretamente e sem restrições o mesmo sentido para os clubes paulistanos, de que o nome do clube confirmava pertença social oposta ou menor a semântica aludida. Mas a bibliografia sobre clubes negros americanos informa outras semelhanças com o clubismo brasileiro, que devem ser colocadas em perspectiva.

Para início de conversa, a primeira similaridade é que entre o fim do século XIX e o início do XX, tal qual no Brasil¹³, houve nos Estados Unidos uma “proliferação de organizações voluntárias”. Independente da classe econômica, a comunidade negra foi a grande responsável pelo desenvolvimento dessas agremiações. Observado por visitantes notórios tais como Alexis de Tocqueville, Lord Bryce e o historiador Arthur M. Schlesinger, o hábito do associativismo na América do Norte teria criado um “vasto e intrincado mosaico de organizações”.¹⁴ Em consonância, podemos refletir que a propagação de organizações voluntárias de cunho racial, o que vem sendo chamado pela historiografia brasileira de associativismo negro, também ocorreu no Brasil no mesmo período.¹⁵

O termo “associativismo negro” foi conceitualizado pelo antropólogo e médico Artur Ramos¹⁶, em 1938, no artigo *O espírito associativo do negro Brasileiro* publicado na Revista do Arquivo Municipal. Nele, o autor define que desde o navio negreiro “houve uma solidariedade de cor, uma associação no sofrimento, por uma compreensão mútua do destino comum.”¹⁷ Essa

¹² “Those [clubs] identified with upper class eschewed names that indicated status. A clear indication that an organization was not upper class was the name *Elite*, *Select Ton*, or *Bon-Ton*, as many clubs were called.” [“Aqueles [clubes] identificados com nomes de classe alta evitavam que seus nomes indicassem *status*. Uma indicação clara de que uma organização não era de classe alta era o nome *Elite*, *Select Ton* ou *Bon-Ton*, como muitos clubes eram chamados.] GATEWOOD, Willard B., *Aristocrats of color: the Black Elite, 1880-1920*, Bloomington: Indiana University Press, 1990, p. 212.

¹³ *Ibid.*, p. 211. BATALHA, Claudio H. M.; et al. (Org.), *Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República*, in: **Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado**, Campinas: Editora Unicamp, 2004.

¹⁴ GATEWOOD, *Aristocrats of color*, p. 210–211.

¹⁵ SILVA; XAVIER, Historicizando o associativismo negro.

¹⁶ Optei por manter a grafia de seu nome sem *h*, como aparece na Revista do Arquivo Municipal. Para um verbete sobre o médico e antropólogo Artur Ramos de Araújo Pereira, ver: **SBHC - Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Boletim 17 - Arthur Ramos: perspectivas de uma trajetória. Acesso em: 25/08/2020.

¹⁷ RAMOS, Artur, *O Espírito Associativo do Negro Brasileiro*, **Revista do Arquivo Municipal**, v. XLVII, p. 105–126, 1938, p. 107.

solidariedade perpetuou-se durante a escravidão por meio de festas religiosas, como as congadas, das irmandades e confrarias, das “*juntas de alforria*”, grupos de trabalho e quilombos.¹⁸ Por uma “necessidade de defesa”, depois da escravidão até o presente em que Artur Ramos escrevia “o negro brasileiro conservou esse espírito de associação.” No entanto, é importante entender que o associativismo é uma forma objetiva de sobrevivência e proteção contra o racismo, e não um espírito inato. Mas, para efeitos comparativos, o antropólogo também traz o exemplo dos Estados Unidos e sintetiza as questões sociais que fizeram americanos desenvolverem um modo parecido de coletividade, ainda que marcado por um fenômeno que se processou de modo diferente, pois:

Embora haja entre nós, preconceitos de cor, em verdade atenuados em relação aos EE.UU. [sic], grupos e associações post-escravidão não tiveram caráter de isolamento e de segregação da comunidade branca. Estas comunidades se interpenetram frequentemente, no exame de problemas comum, de ordem política, econômica ou cultural. (...) Ele não tem necessidade, hoje, de adotar atitudes de defesa extremada, em separação absoluta *vis-à-vis* da comunidade branca. No Brasil, o contato da cultura se processou em nível igual ao contato de raças, negros, mulatos e brancos participam da vida comum, com direitos políticos iguais. Restam, porém, outras reivindicações de ordem econômica e cultural. E aqui é que subsistem alguns preconceitos. O negro sente que algumas oportunidades lhe são recusadas. A curiosidade científica o impulsiona ao exame dos seus próprios problemas étnicos culturais. E é nesse sentido que se tem fundado algumas Sociedades negras, no Brasil contemporâneo, como o Centro Cívico Palmares (1920-1926), a Frente Negra Brasileira (1931-1937) a União Negra Brasileira, com sede em S. Paulo, a Frente Negra Pelotense, o Centro de Cultura Afro-Brasileiro, de Recife fundados por negros e mulatos brasileiros.¹⁹

Note-se que apesar de verificar o mesmo tipo de coletividade em ambos os países, Artur Ramos mantém a ideia de que as reivindicações raciais no Brasil se davam apenas em termos econômicos e culturais, pois a ausência de uma sociedade institucionalmente segregada negaria a discriminação racial. A despeito da atenuação do racismo brasileiro em comparação com os Estados Unidos, o estudioso afirma que a organização dos negros se deu ao longo dos séculos, mas que, as sociedades negras, criadas para vindicar os preconceitos econômicos e culturais, teriam surgido apenas em meados da década de 1920. Ao considerar esse marco cronológico, Artur Ramos dá a entender que teria ocorrido um hiato da luta negra entre fins do século XIX e o início do século XX. Mesmo assim, é importante ressaltar que a afirmação de uma continuidade histórica das lutas de organizações sociais negras inclui e revisa o papel dos negros nas narrativas sobre o passado brasileiro. Tal aspecto de continuidade na longa duração foi expandido, reinterpretado e

¹⁸ *Ibid.*, p. 109–118.

¹⁹ *Ibid.*, p. 124–125.

atualizado por pesquisas sociológicas subsequentes, que avaliaram o associativismo negro brasileiro por meio da existência de múltiplas organizações coletivas das comunidades de cor.²⁰

Em decorrência desses estudos sociológicos pioneiros²¹, nas últimas décadas, historiadores têm se debruçado sobre o associativismo negro no Brasil, e na América Latina como um todo.²² Esses trabalhos, em especial no campo da história social, ampliam a compreensão sobre as sociedades negras, entendendo que as organizações com fins recreativos, também formularam repertórios políticos.²³ As agremiações fundadas em fins do século XIX e início do XX, antes 1920 em diante, foram consequência do clubismo negro, que se expandiu imediatamente após a Abolição no país. E ao contrário do que se supunha, as “reinvindicações de ordem econômica e cultural”, postuladas por Ramos, também eram motivadas por uma consciência racial que se utilizava das possibilidades organizativas dos espaços de recreação para criar estratégias de preservação social frente ao racismo e a violência.²⁴

²⁰ Para um panorama de como os debates sobre o associativismo negro ocorreram, e continuam a se apresentar, tanto no âmbito da sociologia, quanto da história, ver: SILVA, Mário Augusto Medeiros da, Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo, *in*: **ST 22 Pensamento Social no Brasil: novos debates teórico-metodológicos**, Caxambu, 2016, p. 1–27.

²¹ BASTIDE; FERNANDES, **Branco e negro em São Paulo**; FERNANDES, Florestan, **The Negro in Brazilian society**, New York: Columbia University Press, 1969; BASTIDE; FERNANDES, **Branco e negro em São Paulo**; FERRARA, **Imprensa Negra Paulista**.

²² DE LA FUENTE; ANDREWS, **The Making of a Field**.

²³ BUTLER, **Freedoms Given, Freedoms Won**; MULLER, Liane Susan, **As contas do meu rosário são balas de artilharia**, Dissertação de mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1999; SILVA, Lúcia Helena Oliveira, Após o Treze de Maio ... A convivência entre afro-descendentes e imigrantes em São Paulo nas primeiras décadas do século, **Revista Mediações**, v. 7, n. 2, p. 9–33, 2002; SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall, **What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality**, Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 1–21; FERREIRA, Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940); ALBERTO, **Terms of Inclusion**; FAGUNDES; GOMES, Por uma “Anthologia dos Negros Modernos”; SILVA, Fernanda Oliveira da, **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011; CARDOSO, **A luta contra a apatia**; SILVA, Fernanda Oliveira da, A racialização observada pela ótica da experiência dos Clubes e Centros Culturais Negros na Diáspora Negra ao Sul do Atlântico (Brasil-Uruguai) – notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho, **Cadernos do LEPAARQ**, v. XI, n. 22, p. 527–533, 2014; CÔRTEZ, **Branco e negro? almas negras?**; ALONSO, Angela, Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista, **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 166–199, 2011; DOMINGUES, Petrônio, Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930), **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 251–281, 2014; SILVA, Lúcia Helena Oliveira, **Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de cor**, Curitiba: UFPR, 2015; PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (Orgs.), **Os clubes sociais negros no estado do Rio Grande do Sul**, Rio Grande: Editora da FURG, 2017; SILVA, **As lutas políticas nos clubes negros**; PERUSSATTO, Melina Kleinert, **Arautos da liberdade**; RIBEIRO, Jonatas Roque, **Escritos da liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição no sul-mineiro (188-1930)**, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2016; SILVA; XAVIER, Historicizando o associativismo negro; LUCINDO, **Comemorações, cidadania e festas**; SILVA, **Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)**.

²⁴ FAGUNDES; GOMES, Por uma “Anthologia dos Negros Modernos”.

Especialmente na região sul do Brasil, muitos pesquisadores se dedicaram a pensar o clubismo negro como artifício de resistência²⁵, a exemplo, do que fez a historiografia do trabalho, interseccionando as relações entre trabalhadores e raça, para os clubes de origem operária.²⁶ É também do Sul do Brasil que vem uma definição mais precisa de clube sociais negro:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.²⁷

No estado de São Paulo houve muitos clubes negros, além das agremiações já citadas.²⁸ Parte delas tinham nomes que indicavam uma pertinência racial direta, pois homenageavam momentos e indivíduos ilustres da história das pessoas negras no Brasil. Como um exemplo, pelo estado afora fundaram-se várias associações chamadas de 28 de setembro e de 13 maio, que celebravam as datas redentoras da Lei do Ventre Livre e da Abolição da Escravatura.²⁹ Em outras delas, o nome foi atribuído em homenagem a abolicionistas como José do Patrocínio e Luís Gama. O líder revolucionário Henrique Dias³⁰ e a Princesa Isabel não ficaram de fora da onda e designaram mais de um clube negro no estado.³¹ Especialmente no período republicano, outros

²⁵ LONER, Beatriz Ana, **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930**, Pelotas: UFPel, 2001; MULLER, **As contas do meu rosário são balas de artilharia**; ESCOBAR, Giane Vargas, **Clubes sociais negros: Lugares de memória, resistência, patrimônio e potencial**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

²⁶ BATALHA, Claudio H. M., **O movimento operário na primeira república**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio, Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho, **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 8, n. 1, 2016; MAC CORD, **Artífices da cidadania**, BATALHA; ET AL. (Org.), **Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República**.

²⁷ ESCOBAR, **Clubes sociais negros**, p. 14.

²⁸ Como referência para a compreensão de quais são/foram os clubes negros do Estado de São Paulo, ver: SILVA; UNGARETTI; CAPORRINO, **Parecer técnico GEI no. 272-2013 – Clubes Sociais Negros de São Paulo**; SILVA, Mário Augusto Medeiros da; LARA, Silvia Hunold; REGINALDO, Lucilene, **As Cores da Cidadania: Os Clubes Negros do Estado de São Paulo (1897-1952)**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

²⁹ SILVA; LARA; REGINALDO, **As Cores da Cidadania**, p. 12; 18; LUCINDO, **Comemorações, cidadania e festas**, p. 13-16.

³⁰ GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 246-247.

³¹ SILVA; LARA; REGINALDO, **As Cores da Cidadania**, p. 12; LUCINDO, **Comemorações, cidadania e festas**, p. 16.

grupos negros explicitaram o recorte racial do associativismo por meio de títulos como a Federação dos Homens de Cor de Campinas³² e a Federação dos Homens de Cor de São Paulo.³³

O uso de “homens de cor” no lugar de negro e/ou preto após a Abolição, de acordo com Hebe Maria Mattos, reflete uma escolha consciente de dissociação com o termo escravo pois, durante os anos iniciais da República, essas palavras qualificavam a cor dos sujeitos associando-os ao passado escravista.³⁴ Nessa chave de entendimento, pode-se cogitar que também os nomes não racializados dos clubes Kosmos, *Smart* e Elite visavam a essa mesma dissociação com o passado escravista. Afinal, quando esses clubes criaram os seus jornais, empregaram amplamente a autodesignação de “homem de cor”. Ainda que tenha sido alvo de críticas do movimento negro posterior, a utilização de “homens de cor” nos periódicos após a emancipação indica que não havia intenção de se esconder a cor dos associados. Ao contrário, a expressão dentro do seu contexto histórico próprio reafirma os critérios de raça das agremiações. Mas mesmo que a supressão aos signos e às memórias da escravidão tenha sido parte da motivação para a preferência por nomes racialmente neutros para os clubes, ela não dá conta de explicar a conotação social que as palavras *kosmos*, *smart*, e, principalmente, elite sugerem sobre os juízos de classe desses grupos.

George Reid Andrews afirma que, em geral, o nome dessas associações significava como essa classe desejava ser vista e interpretada, ou seja, como uma elite, como pessoas que pertenciam a um grupo dos mais aptos e inteligentes.³⁵ E, de fato, parece que o Kosmos, bem como esses outros grupos do mesmo período, aspirava a constituição de uma elite negra. No entanto, como apontado pelo historiador, esses clubes enfrentaram inúmeras adversidades econômicas para se manterem em funcionamento. Adicionei à essa interpretação, outras causas que deslocam a intenção da realidade material.

³² A Federação dos Homens de Cor, de Campinas, adotou o termo “de cor” para se contrapor a Irmandade de São Benedito, com a qual tinha divergências políticas e econômicas Cleber Maciel. Para um panorama dos clubes negros em Campinas, ver: MACIEL, Cleber da Silva, **Discriminações raciais: negros em Campinas: (1888-1921)**, Campinas: Editora da Unicamp, 1987, p. 74–81.

³³ A Federação dos Homens de cor de São Paulo foi fundada em São Paulo em 1914, afirmava em no primeiro artigo de seus estatutos que tinha por finalidade: “trabalhar pelo desenvolvimento moral, intelectual e social dos seus associados e dos homens de cor do Brasil”, não deixando pairar dúvidas sobre a raça dos associados. Estados Unidos do Brasil Diário Oficial do Estado de São Paulo. 28 de agosto de 1914. Recorte, p. s/n. Ver também: DOMINGUES, Petrônio, Esta “magnânima volição”: a Federação dos Homens de Cor, **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1–29, 2018; SILVA, **Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de cor**.

³⁴ MATTOS, **Das cores do silêncio**, p. 284.

³⁵ ANDREWS, **Blacks & whites**, p. 141.

A direção desses clubes era majoritariamente composta por funcionários públicos, militares, operários e artesãos; vindos, portanto, de uma classe de trabalhadores. Em termos específicos, tanto o Kosmos, quanto os demais grêmios afins, estavam longe de constituírem uma elite. Ocorre que, mesmo sendo de origem desvantajada, humildade e servilismo, de fato, não era o que os dirigentes desses clubes negros buscavam projetar na sociedade paulistana logo após a Abolição.³⁶

O Grêmio Kosmos tinha uma proposta ousada que poderia ser conferida por meio das estrofes de seu hino. A letra vencedora do concurso interno para a escolha da canção foi escrita por Abílio Rodrigues³⁷, importante membro do Kosmos, que em seu tempo e comunidade teve notoriedade como escritor e diretor do Grêmio. A exemplo do que ocorreu com Frederico Baptista de Souza, Abílio Rodrigues também permaneceu no grupo por todas as suas décadas de existência. Apesar de não ser citado, foi esse jornalista do *Kosmos* quem escreveu um referenciado texto³⁸ criticando uma fala de Robert Sengstacke Abbott. Em artigo publicado no jornal carioca *A Pátria*, José do Patrocínio Filho corrobora as impressões de Abbott, diretor do jornal negro americano *Chicago Defender*, sobre a situação racial brasileira. O americano em visita ao Rio de Janeiro em 1923, deu a entender que no país não havia racismo, ao afirmar que no Brasil existia uma “verdadeira democracia”, fundada na “igualdade humana”. Abílio Rodrigues, no artigo “Preto e Branco”, que tomou toda a primeira página do jornal *Kosmos*, fez uma crítica pontual a essa ideia, chamando essa igualdade de “puramente fantástica”. Um dos exemplos apontados por ele para negar que o Brasil seria uma nação igualitária, diz respeito a forma com a qual as possibilidades de trabalho se davam para o negro no Brasil.

Essa igualdade existe aos pretos daqui — fantástica — puramente fantástica.

Nota-se em toda carreira da vida, que o preto carece de um esforço triplo para chegar a conseguir uma posição melhor. Não se lhe tolera a mediocridade e o seu valor é alegada[sic] a cada passo e na conta de extingui-lo foi o desamparo que lhe coube em partilha, desde que há trinta e quatro anos, deu-se-lhe por misericórdia a liberdade!³⁹

Abílio Rodrigues questionou a formulação de Abbott apresentando um fato da realidade das condições de trabalho dos negros paulistas, em que o mérito só se seria reconhecido a partir

³⁶ FERREIRA, Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940), p. 49.

³⁷ Hino aprovado, **O Kosmos**, 15/03/1923.

³⁸ DOMINGUES, A visita de um afro-americano ao paraíso racial, p. 174.

³⁹ RODRIGUES, Abílio, Preto e Branco, **O Kosmos**, 18/04/1923.

de um esforço triplo, o que faz muito sentido entre a comunidade do Kosmos, já que, por exemplo, os homens de cor de origem humilde tiveram de lutar para ter, e manter, posições no funcionalismo público, como vê-se ao longo desta tese. Além dessa crítica, o autor denunciou a ideia corrente de que o negro seria extinto da sociedade brasileira via miscigenação, e foi além, referenciando que na partilha democrática, o ex-escravo não obteve amparo legal algum, em trinta e quatro anos de liberdade. Rodrigues afirmou que era o “desprezo piedoso dos brancos” que dava suporte para a ideia da inexistência de luta de raças no Brasil. Para ele, homens negros notórios, como o Visconde de Jequitinhonha (Francisco Jê Acaiaba de Montezuma), Rebouças, Cotegipe, e Tobias Barreto nunca mais existiram, deixando nas entrelinhas um posicionamento político que sugeria que o regime monárquico tinha sido mais favorável à ascensão social de sujeitos negros.⁴⁰ Para o jornalista do Kosmos, homens negros contemporâneos que tinham algum sucesso em suas carreiras durante o regime republicano – e entre os quais ele citou o deputado Eloy de Souza, o médico Juliano Moreira, e o advogado Evaristo de Moraes – teriam sido exceções, na medida em que para eles “as portas da sociedade só se abrem a contragosto, constrangidos pelo seu insuperável valor mental.” Em sua inquietação intelectual, Abílio Rodrigues afirmou que as palavras de Abbott poderiam até trazer alegria para os negros americanos, que ficariam mais esperançosos ao ver que outra nação republicana seria supostamente livre de preconceito, contudo, essas mesmas palavras eram contraproducentes para o negro brasileiro, que conservaria uma “ilusão da igualdade.”

Apesar da crítica de Abílio Rodrigues ser de grande importância, pois exemplifica como os homens de cor estavam engajados em denunciar e, sobretudo, combater uma ideia irreal de igualdade de raças, raramente seu nome foi reconhecido como do jornalista por detrás da análise. Isso é muito significativo porque o silêncio sobre a autoria do texto ocorre não apenas com Abílio Rodrigues, mas com muitos dos seus contemporâneos, homens de cor que também escreveram sobre temas raciais na imprensa negra paulistana antes do fatídico marco de 1924. Ao colocar as ideias desses jornalistas negros em escrutínio, vê-se de maneira mais ampla como esses pensadores avaliavam o período em que viviam.

Abílio Rodrigues manteve uma postura firme de diálogo transnacional, expondo as implicações negativas das falas de Abbott (e Patrocínio Filho) no combate por justiça após a Abolição no Brasil. É importante notar que esses homens e mulheres negros que criaram clubes e escreveram jornais, na maior parte das vezes, não tiveram a felicidade de deixar uma memória

⁴⁰ GOMES, Flavio dos Santos, **Negros e política: 1888 - 1937**, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 7–27.

autobiográfica tão bem composta quanto aquela feita por José Correia Leite e organizada por Luiz Silva Cuti, em 1992. Textos combativos como esse que foi escrito por Abílio Rodrigues são muitas vezes entendidos como parte de uma massa amorfa e sem nome e, portanto, indistinta. Entretanto, quando arranco Frederico Baptista de Souza do semianonimato, outros sujeitos surgem, com ideias, críticas e análises próprias sobre a condição racial do Brasil. Os artigos desses homens de cor demonstram que independente das dificuldades de tradução, o diálogo entre as comunidades afro-diaspóricas no mundo Atlântico era feito de acordo com a necessidades cotidiana dos sujeitos: apenas aquilo que interessava era incorporado e discutido, de resto não havia razão para se fazer uma rubrica do que os movimentos negros de outras partes do mundo vivenciavam. Desse modo, quando Abílio Rodrigues escreveu o hino do Grêmio Kosmos utilizando um estilo parnasiano, e o ressaltando como um microcosmos da pátria, há que se considerar que tais valores nacionalistas eram parte do que essa comunidade negra considerava como arma para enfrentar os desafios específicos do racismo à brasileira, ainda que nada no hino traga uma identificação racial de maneira objetiva.

Tanto o exame das ideias do jornalista norte-americano Robert Abbott, quanto o hino do Kosmos foram escritos e publicados no mesmo ano de 1923, e no mesmo jornal, *o Kosmos*. No hino, a intenção de Abílio Rodrigues era destacar o Kosmos como uma parte fundamental do país. O ufanismo não deve ser entendido como uma contradição, pois, Rodrigues reconhecia que os limites da cidadania negra brasileira se assentavam justamente na prerrogativa de que os negros muito contribuíam para a grandeza da nação, mas, que eram pouco reconhecidos. Para ele a “raça negra” era “a fonte mais fecunda de grandeza e da prosperidade deste país” e, portanto, tinha direito de partilhar do sonho desenvolvimentista. Por isso, no hino, o Kosmos foi também descrito como um “sonho infinito e adorado” que deixaria uma “lembrança imensa de todo o ideal sonhado”, fazendo ver que o próprio desenvolvimento do Kosmos era parte do crescimento do Brasil. O refrão equiparava o clube com uma vida que nunca seria esquecida por ter realizado “glórias mil fulgentes”. Ufano, o Kosmos seguiria como um barco no imenso oceano rumo a “uma rota de glórias futuras”. Sem perder o tom grandioso, a balada afirmava que o “Kosmos é a imensidade” que perduraria pela eternidade. Na última estância, o clube aparece como uma “aurora que surge risonha” para conduzir à glória contra a “luta medonha”.

Hino do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos

I

Perdura qual sendo uma crença,

Qual sonho infinito e adorado,
Deixando a lembrança imensa
de todo o ideal sonhado.

[refrão] É como a vida,
Nunca esquecida,
De feitos e glórias mil fulgentes,
É como a flor,
Que espalha odor.
Às auras bradas e silentes.

II
É o Kosmos, que segue ufano
Uma rota de glórias futuras
Qual barco no imenso Oceano,
Deslizando em águas seguras,
[refrão] É como a vida, etc.

III
O Kosmos é a imensidade,
É o perfeito reino ideal,
Que perdura na eternidade,
Como lírio e luar de cristal.
[refrão] É como a vida, etc.

IV
É aurora que surge risonha,
Benfazeja e que a glória conduz:
Enfrentando a luta medonha:
Teu nome bem alto seduz
[refrão] É como a vida, etc.⁴¹

O momento otimista que se colocava após a Abolição poderia ser avaliado como a “aurora risonha”, e por conseguinte, as adversidades dessa mesma sociedade emancipacionista poderiam figurar como “a luta medonha”, que os integrantes do clube tinham que enfrentar, mesmo após seus antepassados terem cruzado o “imenso oceano”, durante o tráfico transatlântico. Rumo a um futuro glorioso seguro, e afirmativamente brasileiro, o Grêmio Kosmos seria o “reino” para concretizar o “ideal sonhado”.

Apenas a letra de Abílio Rodrigues apareceu nessa edição de 1923, e a partitura do hino não foi publicada. Mas o jornal deixa saber no número seguinte que ela foi composta pelo maestro Tenente Viríssimo Glória⁴², músico ativo nos clubes e nas irmandades negras paulistanas. José Correia Leite comenta em suas memórias que Viríssimo Glória foi o líder de um grupo musical em que os “componentes dessa banda eram todos negros”. O Tenente maestro era “um mulato muito famoso”, “convidado para tocar nos carnavais e em peças de teatro de revista, onde se

⁴¹ Hino do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, **O Kosmos**, 15/03/1923.

⁴² RODRIGUES, Abílio, Movimento da Tesouraria (vide balanço geral) Hino, **O Kosmos**, 20/01/1924.

dançava o maxixe” e a sua banda era também requisitada para enterros e procissões.⁴³ As palavras do “velho militante” deixam entrever que Viríssimo Glória foi mais um desses sujeitos, como Frederico Baptista de Souza, Abílio Rodrigues, Joaquim Cambará, Gastão Silva, Theóphilo Dias de Castro e Irineu Benedicto da Silva, que circulavam nos mais diversos espaços de sociabilidade negra paulista.

Ainda de acordo com memórias de José Correia Leite, os homens negros intelectualizados dessa geração de Viríssimo Glória, Abílio Rodrigues, e Frederico Baptista de Souza foram influenciados por Olavo Bilac. “No tempo que o Lino Guedes [(1896-1951)] publicava os negros faziam poesia como Olavo Bilac”.⁴⁴ Thomas Skidmore, na obra clássica *Black into White*, demonstra como Coelho Neto, Olavo Bilac, e o deputado Miguel Calmon foram responsáveis por articular um novo tipo de nacionalismo durante os anos de Primeira Guerra Mundial.⁴⁵ Miguel Calmon era o herdeiro da famosa família de políticos baianos, que voltou da Europa em 1915 dando relatos em primeira mão sobre a guerra. Suas opiniões sobre o confronto tinham o objetivo de atacar a falta de uma educação voltada para o cultivo da terra, mas, rapidamente suas ideias foram cooptadas em prol de uma articulação em favor do envolvimento militar do Brasil na disputa.

Para Skidmore, a guerra obrigou os brasileiros a repensarem a identidade nacional, e a fala de Calmon foi incorporada por figuras de maior destaque social, como Olavo Bilac. O autor parnasiano fez uma palestra na Faculdade de Direito de São Paulo em que narrou que a falta de organização e moralidade que imperava no “sertão” brasileiro, deveria ser combatida também através da educação. Contudo, a sua ideia de ensino passava por uma militarização, que traria dignidade e reconhecimento do próprio valor aos brasileiros. O discurso de Bilac ganhou mais publicidade do que a fala de Calmon e o elevou ao *status* de herói nacional, ganhando muitos adeptos, especialmente em São Paulo. Ainda, Skidmore aponta que nessa região somou-se às ideias do nacionalismo militar uma grande dose de liberalismo político, tipicamente paulista.

Um ponto importante da defesa de Calmon sobre a necessidade de uma educação voltada para a produção agrícola, entretanto, é que o político passou a recusar o determinismo geográfico e biológico que culpava o elemento nacional e, especialmente as populações não-brancas pelo

⁴³ LEITE, José Correia, ...**E disse o velho militante José Correia Leite**, p. 26–27.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 38.

⁴⁵ SKIDMORE, Thomas E., **Black into White; race and nationality in Brazilian thought**, New York: Oxford University Press, 1974, p. 152–172.

atraso socioeconômico do país. Influenciado pela descrição dos atos heroicos dos negros e mestiços durante a guerra, Calmon começou a promover o Brasil como um sistema social multirracial. O deputado baiano, bem como outros pensadores e políticos nacionais, rejeitava as afirmações de Gobineau quanto ao racismo científico e visava formular políticas que levassem em consideração uma análise histórica do Brasil, em que as diferenças raciais, embora importantes, não seriam consideradas inerentes e nem determinantes de uma inferioridade persistente. Ao contrário, nessa perspectiva antirracista da época, o mestiço passa a ser compreendido como unificador e promotor do progresso, quando submetido a uma educação que estimulasse as “boas qualidades” e minimizasse os vícios.⁴⁶

As ideias que davam crédito ao elemento nacional como um elo possível para o desenvolvimento do país, debatidas por Calmon, e trazidas a público por meio das palestras e crônicas de Olavo Bilac tiveram grande ressonância na comunidade negra paulistana. A aposta nas ideias de Bilac, era mais que um gosto literário em voga. Olavo Bilac além de muito famoso e respeitado, passou a ditar o comportamento patriótico e, portanto, fica subentendido que os versos rimados do hino do Kosmos também referenciavam as ideias e o estilo do autor. Além da palestra na Faculdade de Direito, as ideias patrióticas de Bilac foram divulgadas na forma de poesia, prosa e música na célebre revista *Kósmos*.⁴⁷ A título de exemplo, em 1904, a revista literária *Kósmos* deu uma página inteira para uma sinfonia composta por Luís Guimarães Filho. Ela apresentava dezessete versos, cada um ordenado por quatro estrofes que, como aquelas do hino do Grêmio Kosmos, formava compassos ritmados muito semelhantes àqueles empregados por Abílio Rodrigues:

Verde esmeralda do Mar Vermelho,
Joia ilusória das amizades,
Quem te contempla vê lagos dentro
Cheios de lírios e Náiades...⁴⁸

A rima elegante apresentada na revista carioca, mas sobretudo o patriotismo, eram parte de uma construção intelectual implementada pela comunidade negra paulistana, para enfrentar a “luta medonha”. Esse ufanismo e o ideal de grandeza projetados pelo hino do grêmio, contrastavam com os reveses financeiros da administração, e por isso foram ironizados por George Reid Andrews,

⁴⁶ *Ibid.*, p. 164–168.

⁴⁷ SCHERER, Marta Eymael Garcia, **Bilac - sem poesia Crônicas de um jornalista da Belle Époque**, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 2008, p. 14; HANSEN, Patrícia Santos, Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 61, p. 122, 2015, p. 13–124.

⁴⁸ GUIMARÃES FILHO, Luís, Sinfonia, **Kósmos**, 04/1904.

que afirmou: “Na vida real, o Kosmos provou não ser nem imenso ou eterno”.⁴⁹ A troça feita pelo historiador se dirige ao hino, mas também a um artigo publicado no jornal do Kosmos sob o pseudônimo de Pery-Kito, em 1924, que reforça ideias patriotas, nacionalistas e de ordem social, chamando o clube de “uma pequena nação”.

Barbara Weinstein afirma que, especialmente incorporado à mítica bandeirante entre 1910 e 1920, o nacionalismo foi realmente importante para os grupos negros, coadunado a excepcionalidade paulista. A autora argumenta que a participação em grupos militares e paramilitares marcadamente durante os combates de 1924 e 1930, 1932, criou uma identidade de força e masculinidade, incorporada aos tipos nativos como algo genuíno e ao mesmo tempo diferenciador frente às demais regiões do Brasil: essa seria identidade paulista, ou como ela se refere, a *paulistanidade*. Indígenas e negros passaram a fazer parte da mítica regional, assumidos como integrantes da raça bravia paulista, retificada pela exacerbação dos padrões associados à figura dos bandeirantes. Desse modo, a modernidade, o progresso, o industrialismo, o patriotismo bairrista e certo grau de xenofobia foram articulados também por indígenas e negros na busca por pertencimento.⁵⁰

O excepcionalismo bandeirante somado evidentemente à ideia de que os negros eram parte fundamental dessa distinção, foi pronunciado pela imprensa negra paulista em diversos momentos; do jornal chamado *O Bandeirante*, à própria Frente Negra Brasileira. O grupo Kosmos, entendido como o jornal e o clube, tinha muitos militares entre os dirigentes e integrantes. Essa particularidade se soma, e acentua, às ideias e às práticas de um determinado tipo de respeitabilidade. O autor do artigo ironizado por Andrews, Pery-Kito, não por acaso alcunha que se refere a ave verde e amarela, não foi o único jornalista a exaltar o nacionalismo e o patriotismo, e demonstrar isso por meio de uma estética parnasiana. Para Andrews, não foi apenas a referência literária, contudo, que passou despercebida. O historiador também afirma que, os clubes de dança, como os Kosmos, “alcançaram nada comparado à longevidade dos mais humildes grupos de carnaval”.⁵¹ Andrews, obviamente, não está errado quanto à vida longa dos clubes carnavalescos.

⁴⁹ ANDREWS, *Blacks & whites*, p. 142.

⁵⁰ WEINSTEIN, Barbara, *The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil*, Durham: Duke University Press, 2015, p. 32–68, 71–110. LUCINDO, *Comemorações, cidadania e festas*, p. 18.

⁵¹ ANDREWS, *Blacks & whites*, p. 142.

Mas essa comparação não dá conta da história que o Grêmio Kosmos constituiu para a comunidade negra.

Isto porque o Grêmio Kosmos não foi uma agremiação de curta duração. Ele permaneceu em funcionamento de 1908 até 1931. Seguramente, este foi um dos clubes negros mais longevos da cidade de São Paulo, criado antes da Frente Negra Brasileira (1931).⁵² Justamente, por ter tido uma vida longa em comparação a outros clubes negros paulistanos criados na primeira década do 1900, o Kosmos ofereceu tanto um espaço de sociabilidade e lazer, quanto propôs questionamentos políticos e raciais à comunidade negra. O patriotismo, nacionalismo e bandeirantismo foram temas debatidos, mas não foram os únicos aspectos ideológicos arguidos nas páginas do jornal. Ainda assim, e não menos importante, é preciso compreender que observar os clubes negros apenas pelas folhas da imprensa negra é circunstancial. Pois, por exemplo, a pesquisa nos jornais da grande imprensa descortinou que o Grêmio Kosmos teve também uma participação intensa no carnaval de rua e de salão na cidade, juntando esforços com clubes de bairros operários⁵³, de onde surgiu. Desse modo, o Grêmio Kosmos não foi um projeto distanciado das classes populares como se pressupôs e, sua projeção de imensidão e riqueza pode ser considerada parte de um projeto mais amplo.

Aqui vale a pena refletir um pouco mais sobre incertezas que o posicionamento social de alguns clubes negros brasileiros já causou. Muito foi questionado sobre as agremiações serem de elite ou não, em estudos sociológicos e historiográficos. Em trabalho realizado ainda durante a graduação, afirmei que tanto a classe profissional dos escritores da imprensa negra, quanto às dificuldades e limitações econômicas vividas por essas pessoas os afastava de qualquer aproximação com o que se compreende por elite no Brasil.⁵⁴ Outros pesquisadores partilham da mesma percepção e confirmaram que a classificação não faz jus à experiência das pessoas negras em diversos locais do país.⁵⁵

⁵² FERREIRA, Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940), p. 51.

⁵³ CACCAVELLI, Bruno, Associações de trabalhadores no bairro paulistano da Mooca entre 1900 e 1920, **Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 145–166, 2015.

⁵⁴ TIEDE, Livia Maria, **Imprensa negra: Espaço de sociabilidade em São Paulo no início do século XX**, Monografia de conclusão de graduação, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002, p. 14.

⁵⁵ SILVA, Fernanda Oliveira da, **As lutas políticas nos clubes negros**, p. 186–187; LUCINDO, **Comemorações, cidadania e festas**, p. 76–80; DOMINGUES, Petrônio, **Protagonismo Negro em São Paulo: história e historiografia**, São Paulo: Sesc, 2019, p. 85–89.

Como bem adjetivou Melina Perussatto, o uso do termo “elite negra” para classificar as diferenças sociais é um verdadeiro imbróglio. Sua tese, que investiga os diretores e fundadores do jornal negro *O Exemplo* de Porto Alegre, perpassa desafios semelhantes àqueles que aqui se apresentam, na medida em que esses homens de cor do Sul do Brasil, como seus contemporâneos em São Paulo, também buscavam melhores condições de vida e de educação, e eram fundamentados por ideais de “boa moralidade, talentos e virtudes”. Como apontado pela autora, a busca pela respeitabilidade não poupava essas pessoas de sofrerem o “preconceito de cor”, e essa é uma chave de compreensão crucial, pois se o crescimento socioeconômico não os blindava do preconceito, isso invalida a tese de uma “elite negra”, já que quando comparada à elite nacional, constata-se que às camadas de cor não dispunham de uma proteção de classe inerente às elites brancas.⁵⁶

Também investigando pessoas com expectativas parecidas de ascensão social, especialmente na região de fronteira entre Brasil e Uruguai, Fernanda Oliveira da Silva faz uma observação potente sobre a celeuma acerca de se chamar ou não essas comunidades de cor de “elite negra”. Para ela, as lutas das pessoas negras por cidadania aconteceram em “plenitude” e entendê-las dentro de um sentido estrito de elite é distorcê-las, diminuindo o potencial criativo dos sujeitos.⁵⁷ Como é possível de se perceber, o termo elite no Brasil suporta mais do que uma categorização econômica, e de certa forma, chamar pessoas negras em vias de crescimento social de “elite” cria uma percepção equivocada sobre o alcance e os limites daquilo que esses indivíduos conquistaram. Concorro com Fernanda Oliveira da Silva sobre a acepção de que o uso do termo elite limita a compreensão das possibilidades e, sobretudo, dos desafios que as comunidades negras brasileiras viveram.

William Lucindo faz um retrospecto importante do debate acerca da conceitualização de elite negra. Sua tese investigou as associações de homens de cor das cidades de Campinas e Piracicaba, entre os anos de 1901 e 1930, enfatizando especialmente as práticas comemorativas do 13 de maio. O historiador aponta que os homens de cor, ao exigir respeito, denunciavam os sujeitos que não acatavam as normas exigidas para o alcance da respeitabilidade. As acusações foram compreendidas pela historiografia como um indício de desejo de diferenciação entre os negros, ditos de elite, com os mais desfavorecidos socialmente. Como referido pelo autor, a prática de

⁵⁶ PERUSSATTO, *Arautos da liberdade*, p. 30.

⁵⁷ SILVA, *As lutas políticas nos clubes negros*, p. 246.

autoproteção contra os desmandos policiais foi muitas vezes interpretada como uma cisão no meio negro, que em último caso, visava o branqueamento e a assunção de ideias burguesas. Lucindo avalia que as agremiações negras de Campinas e Piracicaba buscaram, ao contrário, a união, e não a separação, em especial por meio de atividades esportivas e de lazer, em geral. Para ele, os dirigentes dessas associações “assimilaram valores das classes dominantes”, mas, afirma que isso ocorreu de acordo com a “modernização republicana”, impingida, particularmente, pela repressão policial.⁵⁸

Petrônio Domingues, em livro de 2019⁵⁹, também fez uma revisão de suas ideias sobre o termo “elite negra”, exibidas em sua tese de 2000.⁶⁰ Apresentando uma visão panorâmica de pesquisas sobre o tema, o autor não se posiciona definitivamente quanto ao uso ou não do termo “elite negra”. Contudo, entende-se pelas duas breves biografias que ele oferece nessa sessão, que o intercâmbio entre as classes desfavorecidas e as “elites negras” era recorrente no meio negro. Tal ideia ajuda a entender que as distinções dentro da comunidade negra são importantes, porque a partir delas, os indivíduos podem ser compreendidos como sujeitos plurais. Domingues aposta que as fronteiras entre os grupos eram “plásticas, movediças” e “permeáveis” e, que, portanto, os grupos de elite e da “plebe” se cruzavam.⁶¹

Entretanto, há novas considerações que precisam ser inseridas nesse debate. A primeira diz respeito ao fato de que a compreensão de muitos pensadores sobre esse tema vem adjacente às escolas anglo-saxônica de pensamento, em que a categorização de elite negra traz uma equivalência, intencional ou não, com os grupos de pessoas negras de elite ou como também são conhecidos, aristocratas negros, norte-americanos. A aristocracia de cor, ou os negros de elite, realmente ricos e bem-posicionados socialmente, existiram e continuam a existir nos Estados Unidos. Essa elite é caracterizada por sucessivas gerações de homens e de mulheres capitalistas⁶², muito bem-sucedidos economicamente, proprietários de valiosos empreendimentos comerciais e industriais, e que como qualquer elite, carregam no nome o prestígio e o reconhecimento intrínsecos à posição e ao dinheiro que possuem. Impulsionadas pela moral protestante e pelo

⁵⁸ LUCINDO, **Comemorações, cidadania e festas**, p. 77–79.

⁵⁹ DOMINGUES, Petrônio, **Protagonismo Negro em São Paulo**.

⁶⁰ DOMINGUES, Petrônio, **Uma História não Contada: Negros, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição em São Paulo (1889-1930)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁶¹ DOMINGUES, **Protagonismo Negro em São Paulo**, p. 76–80.

⁶² Ver especialmente páginas 47 e 48, e o terceiro capítulo de: CÔRTEZ, **Branças de almas negras?**, p. 43–

liberalismo econômico, foram tantas as famílias negras que alcançaram esse *status* entre meados do século XIX e XX, que não é possível classificá-las por um viés de excepcionalidade, como ainda ocorre no Brasil, onde a opulência de alguns indivíduos negros, tanto no passado quanto nos dias de hoje, ainda é vista como exceção.⁶³

Antes da Guerra Civil Americana (1861-1865), pessoas livres de cor acumularam posses a partir das mais variadas ocupações profissionais, e criaram as primeiras gerações do que viriam a ser os negros aristocratas. Mantendo os valores da sociedade burguesa, como o bom nome familiar e a respeitabilidade social, transmitiram sobrenomes e fortunas, propriedades tanto subjetivas quanto materiais, e formaram assim uma classe de gente rica e negra, também chamados de “Four Hundred” [quatrocentos] ou “old upper class” [alta sociedade antiga].⁶⁴

Além da antiga aristocracia negra do Norte, outras camadas sociais, de libertos e descendentes diretos de escravos, ascenderam economicamente a ponto de se distinguirem especialmente como classe médias altas, e como novas elites (*newcomers*), ainda que alcançando menor prestígio que as velhas aristocracias negras. Durante o período da Reconstrução⁶⁵, muitas famílias negras ascenderam socialmente de forma promissora. Profissionais liberais de várias áreas, como professores e advogados, se tornaram extremamente ativos politicamente, disputando eleições para cargos administrativos locais.⁶⁶ Subsequente, com o aumento das práticas de

⁶³ Há que se fazer ressalva no que diz respeito à cidade de Salvador, onde há estudos que confirmam constituição de famílias negras de elite, como apontado por Thales Azevedo. Contudo, mesmo no estudo de Azevedo, percebe-se que a maioria das entrevistas fazem/faziam parte de uma classe médica em ascensão. Outras organizações como irmandades negras também trazem referências a uma elite da Bahia. E especialmente, por meio do trabalho de João José Reis, e de Lisa Castilho, pode-se observar sujeitos negros baianos ou radicados em Salvador que desfrutaram de posição social e econômica mais avantajada que a maioria das pessoas de pela escura no Brasil, desde o oitocentos. Ver entre outros: REIS, **Domingos Sodré, um sacerdote africano**; ALBUQUERQUE, Wlamyra, **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009; CASTILLO, L. E., *The Alaketu Temple and its Founders Portrait of an Afro-Brazilian Dynasty*, **Luso-Brazilian Review**, v. 50, n. 1, p. 83–112, 2013.

⁶⁴ GATEWOOD, **Aristocrats of color**, p. 7–29.

⁶⁵ Período após a Guerra Civil Americana quando foram aprovadas as 13 , 14 , 15  emendas na Constituição do Estados Unidos, que aboliram a escravidão nos estados confederados. Durante a Reconstrui  o a União, estados do Norte, passaram a vigiar os estados do Sul para garantir que as imposições feitas aos confederados, como a própria extinção da escravidão, e direitos das pessoas negras fossem protegidos. A prosperidade da população de cor, aliada ao racismo e aos sentimentos revanchistas, gerou a fúria da elite branca e agrária do Sul que pressionou o “disenfranchisement” da população negra (impedimento ao exercício dos direitos políticos) e que por fim a segregação racial institucional.

⁶⁶ A imprensa negra já existia nos Estados Unidos desde 1827, mas a produção e militância dessa classe média negra passou a fomentar   existência de centenas de novos jornais negros produzidos em todos estados. Como um exemplo, o livro de Ann Field Alexander, conta a saga do jornalista negro John Mitchell, filho de libertos, que ascendeu socialmente de forma modesta como professor, e como consequência, buscou participar tanto da política quando da imprensa, vindo a ser o principal nome do jornal *Richmond Planet*, publicado no estado da Virgínia. ALEXANDER,

brutalidade contra os negros no Sul, época que ficou conhecida pelo Jim Crow, centenas de famílias migraram para o norte.⁶⁷ Algumas delas também fizeram nome e fortuna, dando base para o desenvolvimento econômico das próximas gerações.

Essas elites negras americanas, portanto, foram formadas por linhagens diferentes e por vezes divergentes, o que, obviamente, não fazia delas um grupo único ou homogêneo. Gatewood, ao narrar a história dos aristocratas de cor entre 1880 e 1920, afirma que foi em meados do século XIX que os brancos, muitas vezes de forma mordaz, passaram a compreender que os negros não eram uma massa indistinta de pessoas pobres. A existência de estratificação social dentro da própria comunidade negra, ainda que essa elite não fosse tão poderosa quanto a elite branca americana, traz para o diálogo as estratégias que os indivíduos de cor tinham para criar uma tradição e assegurar a sucessão de progresso entre os familiares.⁶⁸

Uma primeira característica comum entre as diferentes elites negras americanas é o investimento em educação superior, formal, acadêmica e intelectual para os seus descendentes.⁶⁹ Para reforçar a sofisticação e o refinamento sociais a elite negra norte-americana enviava os seus filhos para viagens na Europa, e investia em formação em escolas de excelência⁷⁰, estratégia que também foi empregada por famílias brancas. O fato de famílias negras usarem a mesma tática que famílias brancas para enriquecer a educação de seus filhos, não fez, contudo, que elas fossem julgadas sob uma intenção de se branquearem. Numa sociedade abertamente capitalista, e protestante, como a americana, a identificação com aspirações burguesas é menos imputada à classificação racial, e mais observada como um desejo usual dentro do sistema liberal.

A ética protestante que ideologicamente fundamenta a sociedade norte-americana, é, obviamente, partilhada por indivíduos e grupos afro-americanos. Famílias negras prósperas incentivaram o desenvolvimento da comunidade por meio de investimento monetário na criação de instituições privadas que favorecem o coletivo. Igrejas missionárias negras, e vários sujeitos negros abastados deixaram suas heranças para a construção de universidades e instituições de educação exclusivas para negros.⁷¹ Isso não apenas amparou o acesso de jovens negros à educação

Ann Field, **Race Man: The Rise and Fall of the “Fighting Editor”**, Charlottesville: University of Virginia Press, 2002.

⁶⁷ CÔRTEZ, **Branças de almas negras?**, p. 22–43.

⁶⁸ GATEWOOD, **Aristocrats of color**, p. 7.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 247.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 248.

⁷¹ *Ibid.*, p. 260–261.

como fomentou toda uma linhagem de acadêmicos afro-americanos em praticamente todas as áreas do saber. O diferencial que esse tipo de investimento causou especialmente nas ciências humanas, e, especificamente na história, pode ser exemplificado pela produção de especialistas como o historiador Carter G. Woodson⁷² (1875 –1950) que fundou a “Association for the Study of African American Life and History” (Associação para o estudo da vida e da história afro-americana) mesmo sob o jugo da feroz violência nos estados sulistas, no ano de 1915.

Algumas faculdades, tanto do Norte quanto do Oeste recebiam alunos negros, mas elas não tinham vagas suficientes para satisfazer a demanda por educação da população de cor. Por isso, ainda antes da Guerra Civil Americana, foram criadas faculdades e universidades negras, atualmente conhecidas como *historically black colleges and universities* (HBCUs), tais como Cheyney University of Pennsylvania em 1837, Lincoln University em 1854, ambas no estado da Pensilvânia, e Wilberforce University em 1856 no estado de Ohio. A grande maioria das HBCUs, entretanto, foram fundadas no Sul e depois da Guerra Civil Americana.

A elite negra norte americana se via e se entendia como a liderança possível, responsável, capaz e de certa maneira obrigada a guiar os destinos da raça, por meio da instrução. Para ficar apenas nos exemplos mais notórios, homens que eram parte dessa elite, como W. E. B. Du Bois, ou que nasceram pobres mas ascenderam a ela, como Booker T. Washington, e também muitas mulheres, usualmente líderes em igrejas protestantes, como Mary Church Terrell, a despeito das diferenças ideológicas, partiam da mesma premissa: aqueles que tinham acesso à melhores condições de vida, mais educação formal e melhor conhecimento, tinham a obrigação moral, e muitas vezes também espiritual, de *eleva*r os irmãos e de os *estimular* ao crescimento social. Essa é a ideia do *racial uplifting*, i.e., elevação racial ou reerguimento da raça. Uma concepção de que os indivíduos negros mais educados deviam ser responsáveis por induzir o adiantamento social da raça.

A *elevação racial* já foi bastante analisada pela academia norte-americana, e são contundentes as críticas às elites negras que se dedicaram a esse propósito. Sumariamente, elas dizem respeito ao seguinte: a) preconceitos e divisões coloristas de grupos de tez mais clara contra sujeitos de pele escura. Mas também o contrário, de indivíduos de pele escura que desprezavam pessoas miscigenadas, defendendo a pureza racial (e por vezes convivência com ideologias

⁷² DAGBOVIE, Pero Gaglio, **The early Black history movement, Carter G. Woodson, and Lorenzo Johnston Greene**, Urbana: University of Illinois Press, 2007.

eugenistas); b) paternalismo e machismo tanto quanto ou ainda mais proeminente do que o usual, visando conter as mulheres negras, duplamente oprimidas socialmente; c) homofobia, ostracismo e violência, especialmente doméstica, contra homens e mulheres homossexuais; d) condenação de práticas religiosas que não eram cristãs; e) subserviência frente a brancos poderosos e comportamento dúbio frente a negros mais pobres; e por último, mas não menos importante; f) a ideia de que a prática do estímulo (*uplift*) para a elevação (*uplifting*) da raça negra dissimularia ideias higienistas, nas quais o “negro problem” [problema negro] era identificado como uma característica eugênica e intrínseca dos próprios desfavorecidos, e não uma consequência da sociedade racista.⁷³

Esta breve exposição da história e da crítica da elite negra americana serve para avaliarmos comparativamente a existência e os limites de uma elite e/ou classe média negra no Brasil, e mais especificamente em São Paulo. Ter como indicador a aristocracia afro-americana é importante porque as experiências da escravidão e do racismo, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, forneceram balizas e referências teóricas e de ativismo para intelectuais e militantes negros em ambos os países. Os afro-americanos olharam para o Brasil em busca de soluções para suas opressões, tanto quanto os negros brasileiros olharam para os Estados Unidos.⁷⁴

O Brasil miscigenado – onde não havia segregação racial legal nos transportes públicos, escolas, hospitais e igrejas – figurou como uma possibilidade de futuro racial harmônico para os norte-americanos.⁷⁵ Por outro lado, os negros americanos, vistos e entendidos como laboriosos, abastados, conservadores e comprometidos com a fé cristã, também inspiraram comunidades

⁷³ GAINES, Kevin Kelly, **Uplifting the Race: Black Leadership, Politics, and Culture in the Twentieth Century**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995, p. 1–47.

⁷⁴ BRITO, Luciana da Cruz, O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império, **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 199–222, 2019. RODRIGUES VIEIRA, Vinícius Guilherme; JOHNSON, Jacquelyn; REZENDE, Andréia Botelho de (Orgs.), **Pictures and mirrors: race and ethnicity in Brazil and the United States**, São Paulo: FEAUSP, 2009.

⁷⁵ ANDREWS, George Reid, Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint, **Journal of Contemporary History**, v. 31, n. 3, p. 483–507, 1996; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? / Baianos and paulistas, are there two ‘schools’ of racial relationships?, **Tempo Social**, n. 1, p. 75, 1999; GOMES, Afro-Brasileiros e a Construção da ideia de Democracia Racial nos Anos 1920; PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs.), **O Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**, Belo Horizonte: Nandyala, 2009; LIMA, Kátia Regina de Souza, Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes, **Revista Katálisis**, v. 20, n. 3, p. 353–362, 2017; SILVA, Mozart Linhares da, População-sacer e democracia racial no Brasil, **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 593–620, 2017; GUIMARÃES, Antonio Sérgio, A democracia racial revisitada, **Afro-Ásia**, v. 0, n. 60, 2019.

negras brasileiras. As conquistas econômicas dos negros americanos animaram e estimularam as ideias liberais pré-existentes dos seus homólogos brasileiros.

A expectativa de atingir e expandir a cidadania plena a partir da educação, da aquisição de bens e do reconhecimento dos atributos necessários para tais conquistas, bem como a liderança dos mais favorecidos pelo bem dos desprivilegiados, também orientou a comunidade negra paulistana que circulava em torno do Grêmio Kosmos. Apesar dessa expectativa de *elevação racial*, compartilhada por sujeitos como Frederico Baptista de Souza e outros, a conquista material dos homens de cor paulistanos, nos primeiros anos do 1900, não foi suficiente para criar uma classe privilegiada, ou uma elite, economicamente forte o bastante para materializar esse objetivo. De todo modo, os homens de cor paulistas projetaram a riqueza, ou melhor, as conquistas materiais de uma classe trabalhadora, como inspiração para as camadas negras desprivilegiadas.

Além do desejo de expansão de direitos, e da crença na eficácia da ideologia de elevação racial por meio da educação, as origens sociais do grêmio Kosmos diferem bastante das elites norte-americanas. Isso não significa que não houve trocas transatlânticas de referências, mas, indica que é necessário compreender os alicerces específicos dessa comunidade negra paulistana.

A fundação do Grêmio Kosmos e suas origens no movimento operário

Os artigos de Frederico Baptista de Souza, bem como de outros escritores contemporâneos a ele nos jornais negros paulistanos, narram que o Grêmio Kosmos foi fundado em 1908, a partir de uma dissidência ocorrida no Grêmio 18 de Agosto, um clube operário aberto originalmente para membros de qualquer cor e raça. Mas, esses mesmos artigos periódicos, que fazem uma narração “oficial” da história do Grêmio, também silenciam sobre quais foram as causas que geraram a cisão da associação em duas agremiações diferentes. Um exemplo desse sigilo, pode ser verificado no artigo “Lembranças”. Publicado sob o pseudônimo de “S.” no jornal *A Liberdade* de agosto de 1919, seu conteúdo tinha a intenção de promover a memória do clube que a essa altura tinha pouco mais de uma década de existência:

Fundado em 15 de novembro de 1908 por uma dissidência do antigo 18 de Agosto; este Grêmio teve seus dias cheios de entusiasmo, principalmente em 1910, que o ‘Kosmos’ sustentou uma supremacia, elevando o seu ideal, até o orgulho.⁷⁶

⁷⁶ S., Lembrança, *A Liberdade*, 08/03/1919.

Entre os anos de 1910 e 1912, e, especialmente durante o carnaval, os dias de entusiasmo do Kosmos, de fato, foram bastante retratados na grande imprensa. O Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto, de onde o Kosmos se originou, contudo, não teve o mesmo destaque nas folhas paulistanas. Uma exceção é uma nota em que ele foi mencionado no dia 17 de junho de 1908, cerca de dois meses antes da desavença que deu origem ao clube negro. Nela, o 18 de Agosto foi listado entre as associações que “fizeram-se representar na grande assembleia dos operários”, organizada para deliberar sobre a construção de uma herma em homenagem ao Dr. Celso Garcia, morto em maio de 1908.

De acordo com o historiador Uassyr de Siqueira, Afonso Celso Garcia foi um advogado e político que defendeu as causas trabalhistas dos operários em São Paulo. O Grêmio 18 de Agosto, por sua vez, também foi uma associação de “operários e artistas da cidade de São Paulo de honestidade reconhecida e sem distinção”.⁷⁷ Logo, uma primeira observação que merece ser destacada do estudo de Siqueira é que o Grêmio Kosmos se originou de uma agremiação operária, de classe trabalhadora, que reunia negros e brancos, nacionais e estrangeiros.

O fato de o Estatuto mencionar que aceitava pessoas “sem distinção” não seria suficiente para se confirmar a presença de nacionais de cor e brancos europeus em um mesmo grupo. Mas para Siqueira, foram os conflitos étnicos e de nacionalidade que fizeram com que parte dos associados rompesse com o Grêmio 18 de Agosto e formasse o Grêmio Kosmos.⁷⁸ Isso é importante, primeiro, porque indica que houve uma tentativa de união entre operários negros e italianos, moradores do Bom Retiro, em 1908, o que corrobora que, em um período de tensões trabalhistas, a identidade de classe foi crucial e suficiente para a aliança dessas pessoas.

Se o Kosmos veio de um grupo formado por operários negros e brancos, supostamente de origem italiana, isso foi completamente esquecido tanto das narrativas da imprensa negra, bem como das memórias dos militantes negros. Esse silêncio sobre os motivos das desavenças entre os membros do 18 de Agosto, bem como sobre a origem operária do Kosmos, pode, portanto, estar ligado aos conflitos étnicos, como indicado por Siqueira. De acordo com as suas investigações, na primeira formação, o grêmio tinha associados com sobrenomes nacionais, e, também italianos. Já

⁷⁷ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁷⁸ SIQUEIRA, Uassyr de, **Entre Sindicatos, Clubes e Botequins: Identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 104–124.

no segundo pedido de registro da associação, havia uma exigência de que os sócios fossem de nacionalidade brasileira, e os signatários desse documento tinham apenas sobrenomes nacionais. Siqueira conclui que, devido a recusa da polícia em registrar esse novo Estatuto, que excluía os imigrantes, os sócios brasileiros fundaram o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos. Como o Kosmos foi, reconhecidamente, um clube de homens de cor, deduz-se que foram conflitos entre italianos e brasileiros de cor que resultaram na fundação do clube negro.

Os conflitos étnicos entre negros e italianos, podem de fato terem sido cruciais para a dissidência do Grêmio 18 de Agosto, e, portanto, para a criação do Grêmio Kosmos. Partindo da mesma premissa, também comparei os Estatutos do Grêmio 18 de Agosto e do Grêmio Kosmos, cruzando os nomes dos componentes das gestões e das chapas, na intenção de ampliar o que foi proposto por Siqueira, e entender como esses conflitos étnicos ocorreram.

O primeiro Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto foi redigido no dia três de setembro de 1907, e como não há maiores informações sobre a escolha do nome, tudo leva a crer que tratava-se apenas de uma referência a data da fundação do clube. Os artigos do estatuto deliberavam sobre a proposta recreativa do grêmio, sobre as regras para o funcionamento da associação como um todo, e ainda sobre as eleições para os cargos administrativos, que deveriam ser anuais e dadas por “maioria absoluta de votos em Assembleia Geral”.⁷⁹

A assembleia era o único órgão capaz de modificar ou alterar os estatutos, e no segundo artigo do documento, ficou acordado que à associação caberia a programação de um “ano social” entre primeiro dia de janeiro e 31 de dezembro, e assim, cada chapa eleita ficaria em vigor por um ano. Mais adiante, no artigo sexto do segundo capítulo do Estatuto, o registro explica que a eleição seria convocada em dezembro de cada ano. Esse Estatuto, que foi aprovado no dia 30 de outubro de 1907, deu cargo a oito membros da diretoria. Formaram a primeira gestão: José Alves Ferreira (presidente), Alfredo Nery (vice-presidente), Luiz Assumpção Scatena (1º. Secretário), Romeo Moraes (2º. Secretário), Arlindo d’ Assumpção (1º. Tesoureiro), Tancredo Arruda Mello (2º. Tesoureiro), Benedicto Lima (1º. Fiscal), Francisco Custódio (2º. Fiscal), B. Pedrozzo (1º. Procurador), Jarbas Teixeira de Assumpção (2º. Procurador).⁸⁰

⁷⁹ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁸⁰ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

A segunda eleição da diretoria, entretanto, não ocorreu nem em dezembro do mesmo ano, nem no ano seguinte, conforme previsto no primeiro Estatuto. Em agosto de 1908, quando o Grêmio completou um ano de fundação, uma outra diretoria foi votada. Ao tomar posse, a primeira ação dessa administração foi modificar os Estatutos originais. Validando a votação que pôs essa chapa no poder, o novo estatuto mudou justamente as datas para a realização de eleições: ao invés de ocorrerem em dezembro, a partir de então, elas seriam realizadas no aniversário do grêmio, em 18 de agosto.⁸¹

Uma outra mudança crucial, também observada por Siqueira, e provavelmente disparadora da contenda entre os gestores, foi que o Estatuto mais recente passou a exigir que os associados fossem de nacionalidade exclusivamente brasileira.⁸² Essa demanda, contudo, veio acompanhada de uma outra alteração que considero ainda mais importante. Os novos Estatutos não exigiam que os sócios fossem “operários ou artistas” como na primeira versão. Ao contrário, deixavam evidente que os sócios poderiam ser “pessoas de quaisquer profissão [sic], porém nacionais”. Isso indica que, além de étnicos, os choques entre as diretorias podem ter sido também de classe, por questões relativas as oportunidades de trabalho entre negros e brancos, nacionais e estrangeiros. É possível que, ao não restringir a filiação de trabalhadores que não fossem operários, um número maior de indivíduos negros pudesse se afiliar ao Grêmio, já que o acesso aos melhores postos profissionais não se dava de maneira equivalente entre as raças.

Considerando que pelo menos metade da gestão do 18 de Agosto golpeada era de homens negros, a crítica quanto a aceitação de uma única classe de trabalhadores, de operários e artesãos, parece fundamental. No ano da fundação do Kosmos é compreensível que a disputa por empregos, nitidamente intensificada pelos vantagens raciais atribuídas aos imigrantes europeus, tenha impulsionado táticas de organização que ampliavam o pertencimento das categorias de trabalhadores, incluindo em um mesmo grupo operários, trabalhadores domésticos, funcionários públicos, militares e toda a sorte de pessoas empregados em situação informal, pois a articulação da raça, sem dúvida, era mais pungente que a conjuntura de classe.

A historiografia demonstra que a imigração europeia, custeada pelo governo brasileiro, acabou por incitar a disputa por empregos entre europeus e nacionais, especialmente brasileiros de

⁸¹ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁸² SIQUEIRA, *Entre Sindicatos, Clubes e Botequins*, p. 107.

cor. Somadas às práticas racistas da sociedade paulistana, pessoas de pele escura, homens e mulheres, foram preteridos para os ofícios mais bem remunerados, e viveram, assim, uma competição desleal. A historiadora Paulina Alberto afirma que foi justamente essa concorrência causada pela presença branca europeia em São Paulo, que pressionou as pessoas negras a buscarem a reafirmação da identidade por meio do nacionalismo, como uma forma de protegerem-se do jugo de não pertencimento à comunidade brasileira. Segundo a autora, a preferência dada aos europeus, frente aos negros em São Paulo, foi intensa o suficiente para criar uma situação em que os negros paulistas não eram apenas preteridos, mas vistos como estrangeiros dentro do próprio território.⁸³

Desse modo, as questões étnicas e de classe, podem ter sido os motivos por trás da cisão irreconciliável entre a primeira e o que deveria se tornar a segunda gestão do Grêmio 18 de Agosto. O caso foi que após a eleição de um ano do clube, em 1908, o presidente e o secretário da gestão do ano anterior, respectivamente José Alves Ferreira e Luiz Assumpção Scatena, enviaram cada um, sem a ciência da nova administração, um pedido de aprovação dos Estatutos antigos como se fossem atualizados, desprezando completamente o novo conteúdo implementado pela administração dos homens de cor recém-eleitos. Ao manter as regulações anteriores, eles permitiriam a entrada de sócios de quaisquer nacionalidades, e, manteriam a exigência sobre a categoria de trabalho, aceitando apenas operários ou artesãos. Surpreendentemente, o antigo Estatuto, apresentando como revisto, foi aprovado no curto prazo de dois dias pelo Diretor Secretário de Justiça e Segurança Pública, no setor da polícia responsável pela regularização das atividades recreativas na cidade.⁸⁴

Pega de surpresa com essa inesperada aprovação dos Estatutos vencidos, a nova gestão enviou para o mesmo Diretor Secretário de Justiça uma explicação acerca da manobra burocrática feita pelos ex-presidente e ex-secretário, José Alves Ferreira e Luiz Assumpção Scatena, para se manterem na direção do Grêmio. Assinada pelo recém-eleito presidente, Irineu Benedicto da Silva e pelo novo secretário Carmelino Silva, ambos homens negros, essa petição explicava que a antiga diretoria, e especialmente o antigo secretário, Luís Assumpção Scatena, estavam deliberadamente tentando impedi-los de assumir a nova diretoria:

V. Exa. creia que negaram-se [sic] a entregar os livros do Grêmio pois faziam daquilo um monopólio e ultimamente deixaram de cobrar as mensalidades para os da nova diretoria, assim incorrerem na eliminação por falta de pagamento.

⁸³ ALBERTO, *Terms of Inclusion*, p. 55–68.

⁸⁴ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

Os sócios que assinaram na petição feita a V. Exa., para aprovação dos estatutos já não estão mais em exercício e por isso não podem usar de títulos de Diretores sendo os mesmos suspeitos pela maioria dos sócios que se for necessário provarão perante V. Exa. O próprio secretário não é mais o Sr. Luís Assumpção que assinou, mas sim o Sr. Carmelino Silva, como consta no livro de atas do Grêmio.⁸⁵

Como é perceptível, foram diversas as desavenças entre a primeira e a segunda chefia do Grêmio 18 de Agosto. No Estatuto redigido por Luís Assumpção Scatena uma nova eleição deveria ter sido realizada em dezembro. A gestão seguinte foi eleita e tomou posse fora desse acordo, quando o Grêmio completou um ano. Desse modo, Luís Assumpção Scatena e o antigo presidente José Alves Ferreira tentaram impedir a posse do presidente Irineu Benedicto Silva e do secretário Carmelino Silva. E, além disso, descartaram perante o poder público quaisquer novidades implementadas pelos diretores recém-eleitos. A resposta do Diretor da Secretaria de Justiça ao pedido de anulação feita por Irineu e Carmelino, não foi registrada na documentação do clube 18 de Agosto, indicando que eles não foram atendidos.⁸⁶ Assim, a gestão eleita e desprezada, descontente com os rumos do clube, saiu do 18 de Agosto e criou o Grêmio Kosmos.

Os problemas desses homens de cor com a Justiça e a Segurança Pública não cessaram depois da cisão com o Grêmio 18 de Agosto, e da fundação do Kosmos. Cruzando algumas informações da grande imprensa, se percebe que o Kosmos enfrentou constantemente empecilhos burocráticos para legalizar os seus documentos. Não foram volumosos problemas judiciais, mas as idas e vindas entre o Grêmio e o Delegado de Polícia mostram as entrelinhas de um agastamento da relação das diretorias com a força policial. Aqui a agressão, e provavelmente o racismo, se expressaram por meio do controle do Estado, que fez uma punição silenciosa através do vagar com que os processos do clube negro eram encarados.

Como um exemplo, no dia cinco de novembro de 1909, quando Grêmio já tinha mais de um ano, o *Correio Paulistano* anunciou que entre os ofícios e requerimentos despachados estavam aqueles do Clube Kosmos: “pedindo aprovação dos respectivos Estatutos. – Ao segundo Delegado de Polícia para dar parecer o devolver”.⁸⁷ Quinze dias depois dessa cobrança pública feita ao chefe da polícia, os jornais deram o serviço da festa de inauguração do Grêmio, que ocorreu no dia 19 de novembro de 1909. Mas, como sabemos, a data da fundação do grêmio foi dia quinze de novembro de 1908, ou seja, os diretores do clube negro esperaram um ano para receberem os seus

⁸⁵ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁸⁶ Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

⁸⁷ Justiça e Segurança Pública, *Correio Paulistano*, 22/07/1909.

Estatutos aprovados.⁸⁸ Embora não seja uma surpresa que o pedido de aprovação dos Estatutos tenha saído sob pressão da diretoria do clube, e apenas doze meses depois da dita fundação, as tensões entre o Grêmio e a polícia paulistana pareciam não ter fim. Em fevereiro de 1910, o Kosmos enviou a lista dos sócios inscritos durante o mês de janeiro, com o aviso: “ao segundo delegado de polícia, para tomar conhecimento e devolver”⁸⁹ e um ano e meio depois, em julho de 1911, o delegado Orlando Camargo Ignará mandou avisar, também através do jornal, que enviaria um requerimento pedindo a “certidão do inteiro teor dos estatutos do Club Kosmos”.⁹⁰

Comparando o que outras instituições negras suportaram em termos de violência policial, retaliações burocráticas podem não parecer o pior dos mundos. Mas ao longo dos anos, essas rusgas entre o Kosmos e a polícia criaram divergências entre as gestões e confusões quanto à exatidão dos documentos do Grêmio. A diretoria de 1922, por exemplo, teve que refazer todo o Alvará de fundação do clube, e isso não foi exatamente um júbilo entre os diretores. Além do que, o refazimento criou um equívoco na história do clube, pois levou pesquisadores a acreditarem que o Kosmos havia sido fundado apenas na década de vinte.⁹¹ Essas recorrências muito possivelmente se originaram lá em 1908, quando Irineu Benedicto da Silva e Carmelino Silva denunciaram à Justiça e Segurança Pública os desmandos da gestão anterior do Grêmio 18 Agosto, que, em vista da rápida aprovação que tiveram dos Estatutos incorretos, talvez fossem mais próximos do Delegado de polícia, ou, apenas brancos.

A tabela abaixo auxilia a perceber outros fatores: primeiramente, não foram todos os indivíduos que assinaram o Estatuto da segunda eleição do Grêmio 18 de Agosto que romperam com a associação operária para fundar o Grêmio Kosmos. Metade da chapa tomou outra decisão, como por exemplo, permanecer no antigo grêmio ou buscar um clube diferente, entre outras possibilidades.

⁸⁸ Kosmos, **Correio Paulistano**, 18/11/1909; Kosmos, **Correio Paulistano**, 19/11/1909; Kosmos, **Comércio de S. Paulo**, 18/11/1909.

⁸⁹ Atos Oficiais, **Correio Paulistano**, 23/02/1910.

⁹⁰ Justiça e Segurança Pública, **Correio Paulistano**, 22/07/1911.

⁹¹ Florestan Fernandes afirma que o Grêmio Kosmos teria surgido junto a outras associações entre 1927 e 1945. FERNANDES, **A Integração do Negro**, p. 34.

Tabela 1. 1 – Fundadores do Grêmio Kosmos

Membros da segunda chapa do Grêmio 18 de Agosto*	Função no Grêmio Kosmos	
Irineu Benedicto Silva	Fundador	
Carmelino Silva	Fundador	Presidente entre 1908-1909
Lídio dos Anjos**	Fundador	Presidente da 2ª. Chapa em 1910
Pedro Nobre	(não consta como fundador nos Estatutos do Grêmio Kosmos)	Presidente do Kosmos entre 1909-1910
José Guimarães		
Santos Filho	Fundador	
Arsênio Silva	Fundador	
Joaquim Rosa	Fundador	
Francisco Diniz Leite		
Eduardo A dos Santos		
Arthur Rodrigues Alves	Fundador	
José Cypriano Barbosa		
Anatólio de Oliveira M.		
M. dos Santos		
Belarmino dos Santos		

*Por ordem de cargo na chapa

**Seu nome também aparece como Elídio N. dos Anjos

Fonte: Estatuto do Grêmio Dramático e Recreativo 18 de Agosto. 27-10-1908. Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Polícia. AESP. Caixa 3163.

Entre os oito homens que saíram do Grêmio 18 de Agosto para fundar o Grêmio Kosmos, três foram presidentes das gestões iniciais. O primeiro entre eles foi o próprio Carmelino Silva, seguido por Pedro Nobre e Lídio dos Anjos, todos ex-integrantes da associação de operários. A quarta presidência, em 1912, já foi assumida por Frederico Baptista de Souza. Irineu Benedicto da Silva, autor da petição contra antiga chapa do 18 de Agosto, não aparece listado como um dos antigos presidentes do Kosmos. No entanto, ele participou ativamente do grupo, sendo lembrado cerca de dez anos depois como um dos diretores, função ligada às danças de salão, responsável pela manutenção da ordem, e certo de conservadorismo no clube, como se confere nessa nota de 1919, do jornal *Liberdade*, que criticava a “dança da moda”, o *ragtime*:

O que precisamos era uns diretores da têmpera de Joaquim Rosa, José Domingues, Pedro Nobre, Benedicto Prestes, **Irineu Benedicto da Silva** (grifo meu), Alfredo de Castro, **Frederico de Souza** (grifo meu), Marcos dos Santos, Lídio dos Anjos, estes dois de gloriosa memória e alguns mais, para certos modismos de hoje obedecessem a regra geral e não a vontade de cada um, assim como igualmente a do embaraçado.⁹²

⁹² MATUTO, Vagando, **A Liberdade**, 23/11/1919.

Depois da dissidência do Grêmio 18 de Agosto, o Kosmos seguiu um caminho fundamentalmente diferente daquele dos clubes operários. Além de se firmar estatutariamente como uma organização que aceitava apenas brasileiros, o Grêmio Kosmos não esteve presente nas assembleias de classes trabalhadoras de bairros como Bom Retiro, Brás ou Bexiga. Não apoiou greves, nem movimentos operários. A diretoria do Kosmos se manteve distante de causas trabalhistas coletivas e mais explícitas. Na prática, o Kosmos procurou outros espaços, diferentes de sua origem operária, para se afirmar como uma agremiação negra de sujeitos prósperos socialmente.

Para concretizar a presença de indivíduos negros nesse outro mundo, mais afinado com anseios elitistas, o Grêmio fez narrar as suas atividades na grande imprensa durante toda a sua primeira década de existência. Especialmente entre os anos de 1909 e 1919, o Kosmos foi citado com frequência, ainda que sem regularidade, em dois dos principais jornais de São Paulo: o *Correio Paulistano* e o *Comércio de São Paulo*. Em geral, as notícias sobre o Grêmio eram apreciativas e elogiosas, e não houve menções negativas ligadas ao seu nome. Ao contrário, o clube Kosmos era exaltado por ser bem frequentado onde “fazem parte da sua diretoria cavalheiros conceituados da nossa sociedade.”⁹³

E mais um clube de diversões que se inaugura amanhã nesta capital, com os melhores auspícios de vida brilhante, pois fazem parte da sua diretoria cavalheiros conceituados da nossa sociedade. Os seus confortáveis salões, à rua Conselheiro Crispiniano, n. 19, estão cuidadosamente montados e oferecem agradável aspecto. A festa inaugural começará às 9 horas da noite.⁹⁴

Será festivamente inaugurado amanhã, às 9 horas da noite, o novo clube de diversões “Kosmos”, magnificamente instalado à rua Conselheiro Crispiniano, 19. Para assistir ao ato foram distribuídos inúmeros convites.⁹⁵

Conforme noticiamos, realiza-se hoje, às 9 horas da noite, na sua sede social, luxuosamente instalada, à rua Conselheiro Crispiniano, 19, a festa inaugural do clube de diversões “Kosmos”.⁹⁶

O baile inaugural do clube que tinha os melhores auspícios de vida brilhante, deve ter causado uma boa impressão dentro e fora da comunidade negra. Provavelmente, um dos cavalheiros conceituados que receberam um convite para a festa de inauguração foi Frederico Baptista de Souza, pois ele se tornou sócio do Grêmio imediatamente após o evento.⁹⁷ O Kosmos,

⁹³ Kosmos, *Correio Paulistano*, 18/11/1909; Kosmos, *Correio Paulistano*, 19/11/1909; Kosmos, *Comércio de S. Paulo*, 18/11/1909.

⁹⁴ Kosmos, *Correio Paulistano*, 18/11/1909.

⁹⁵ Kosmos, *Comércio de S. Paulo*, 19/11/1909.

⁹⁶ Kosmos, *Correio Paulistano*, 18/11/1909.

⁹⁷ S., Lembrança, *A Liberdade*, 08/03/1919.

bem como o Elite, e o *Smart*, criaram uma composição visual única nas ruas de São Paulo. Pois, mais que mulheres e homens negros bem-vestidos circulando em espaços públicos, eram grupos, dezenas de pessoas negras frequentando os melhores endereços da cidade, marcando uma presença inequivocamente livre, orgulhosa, repleta de autoestima e que por isso, emanava poder.

A exemplo do impacto que a presença dos “negros de salão” causava na comunidade negra, é bem conhecida a passagem de José Correia Leite, que quando jovem, antes de cogitar criar o jornal *Clarim da Alvorada*, viu pela primeira vez um grupo que se dirigira para um baile do Grêmio Elite:

(...) notei que ia começar o baile de uma sociedade negra de nome Elite Flor da Liberdade. Então começaram a chegar moças muito bem-vestidas, aqueles negrinhos bem trajados... Eu fui ficando espantado. (...) Estou perdendo tempo com esses italianos. Eu tenho uma sociedade que é minha, meu povo, minha gente. (...) Assim, comecei a participar do meio negro que até então eu não conhecia.⁹⁸

A memória do militante quando moço, ao descobrir com surpresa e entusiasmo os pares negros organizados em sociedade, e disputando a narrativa sobre a própria existência na cidade, fez com que Leite despertasse para “participar no meio negro.” A impressão que os sócios do Elite causaram no jovem certamente repercutiram em outros indivíduos, negros e brancos. Soma-se a isso que o Kosmos, bem como o Elite, organizava festas especiais com trajes de gala, que se chamava a atenção de observadores como o jovem José Correia Leite, e da imprensa:

Era bonito ver as negras de saias-balão, redondas, engomadas. Cada uma queria ser mais vistosa que as outras. Muitas eram cozinheiras em casas de famílias importantes. Os homens também procuravam se trajar bem, e alguns tinham uma boa situação social. Mas era questão de ser chofer, cozinheiro ou funcionário público (situação que dificilmente passava de contínuo).⁹⁹

A diretoria desta bem frequentada associação está preparando um baile de arrombo para o último dia do ano. Além de muitas surpresas, haverá a “*soirée bleu*”, que, com certeza, constituirá a maior sucessão da elegante festa. Que os ‘habitués’ do ‘Kosmos’ se preparem para a deslumbrante festa em preparativo. E uma boa maneira de despedir-se do venerando ano de 1909.

O Club Kosmos oferece no dia 31 do corrente, aos seus associados, uma *soirée bleu* à fantasia. A melhor fantasia, onde predominará o azul e suas nuances, será oferecido um mimo.¹⁰⁰

Os diretores do Kosmos eram cientes da imagem que os clubes recreativos representavam para a sociedade paulistana. Porque, sempre enfatizando os aspectos requintados do Grêmio, o Kosmos registrava, dava nota e visibilidade para seus eventos sociais nos jornais. As notícias sobre

⁹⁸ LEITE, José Correia, ...E disse o velho militante José Correia Leite, p. 27.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 44–45.

¹⁰⁰ Kosmos, *Correio Paulistano*, 27/12/1909.

a inauguração do Kosmos, por exemplo, embora sucintas, já prenunciavam o prestígio que estabelecer um clube no endereço escolhido para a sede do Grêmio significava.

Ao longo dos três primeiros anos de existência do Kosmos, “magnífico” e outros adjetivos de mesmo teor foram repetidamente associados à sede do salão, que demonstrava que a escolha do local visava precisamente causar boa impressão. A rua escolhida começa na avenida São João, bem de frente ao Largo do Paçandu¹⁰¹, onde hoje fica a Igreja Nossa Senhora do Homens Pretos, e termina nos fundos do Teatro Municipal. Ela estava encravada no que então era o “novo centro” da cidade, endereço de personalidades importantes, tais como o político José Paulino, cuja mansão ficava na mesma via que o Grêmio Kosmos. Foi nessa primeira sede na rua Conselheiro Crispiniano, que o Kosmos realizou ensaios e bailes semanais¹⁰², jantares, saraus¹⁰³, concertos com orquestra¹⁰⁴, festas temáticas¹⁰⁵, festas à fantasia, de réveillon¹⁰⁶ e de bailes de carnaval.¹⁰⁷

Os registros na grande imprensa, sobre cada um dos eventos, salientando os aspectos positivos do clube eram também uma forma de recado à sociedade paulistana. Ao se fazer presente nos principais jornais da cidade, o Kosmos fazia com que a imprensa fosse obrigada a registrar que havia clubes negros com os quais mantinham uma relação diplomática e cordial. Isso era crucial para desmontar quaisquer artifícios de discriminação que pudessem ser levantados contra as pessoas de pele escura que estavam organizadas dentro das associações. Essas notas funcionavam como mensagens cifradas, pois a auto-organização também servia de resposta ao racismo de clubes que impediam a participação de gente negra. Afinal, o respeito às pessoas negras estava longe de ser matéria dada naquela época. Em 1907, apenas um ano antes do Kosmos ser fundado, os diretores da Liga Metropolitana de Sports Atléticos impediam que gente de pele escura participasse de seus quadros. E o *Comércio de São Paulo*, republicou a notícia do jornal da capital, com finalidade de denunciar a ocorrência, e, de reforçar o caráter democrático que se esperava da nação:

Os diretores da Liga Metropolitana de Sports Atléticos pertencem, ao que parece, ao grupo dos pseudos fidalgotes que trazem as mãos enluvadas para ocultar a cor mestiça da raça a que pertencem. Assim se explica a odiosa resolução desses empertigados posenes[sic] vedando a admissão na Liga de pessoas de cor,

¹⁰¹ **Afinal, Paçandu ou Paissandu? - São Paulo, Estadão**, disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,afinal-paicandu-ou-paissandu,70002313249>>. acesso em: 16 jun. 2021.

¹⁰² Kosmos, **Correio Paulistano**, 19/11/1909. Kosmos, **Correio Paulistano**, 01/03/1910.

¹⁰³ Club Kosmos, **O Comércio de S. Paulo**, 18/12/1909.

¹⁰⁴ Kosmos, **O Comércio de S. Paulo**, 18/12/1909.

¹⁰⁵ Kosmos, **Correio Paulistano**, 19/11/ 1909.

¹⁰⁶ Kosmos, **Correio Paulistano**, 19/11/ 1909. Kosmos, **O Comércio de S. Paulo**, 28/12/1909.

¹⁰⁷ Kosmos, **Correio Paulistano**, 02/07/1910.

que iriam, naturalmente, macular a *alvura de jaspe* dos príncipes do esporte... Firmaram esses badamecos o revoltante preconceito da cor com essa estúpida deliberação que absolutamente, não se casa com os moldes democráticos do regime igualitário em que vivemos. O Jornal do Brasil, verberando esse ato revoltante, injusto e mesquinho da Liga Metropolitana, assim conclui:

"O homem de cor pode ser médico, advogado, artista, engenheiro, militar, intendente, deputado, senador, remeiro, negociante, ciclista, tudo, menos sócio de um clube de futebol."

De acordo. Todas as profissões nobres podem ser exercidas sem distinção pelos homens de cor, e brancos há que se envergonham de não poder imitar os chamados filhos de Cã, apesar de trazerem nas veias sangue azul, afidalgado!¹⁰⁸

Contrapor a imagem de grêmios como o Kosmos com a notícia sobre o racismo da Liga Metropolitana de Sports Atléticos é importante porque demonstra o óbvio: que havia agremiações que discriminavam racialmente os indivíduos de cor. Sobretudo, o fato de dois grandes jornais darem atenção ao caso pode ser lido como um pacto de confiança entre a grande imprensa e uma parte da comunidade negra. Por um lado, os jornalistas afiançavam a existência de uma determinada e específica parcela da população negra que merecia respeito e interlocução: os homens de cor. Por outro, os homens de cor, ao exibirem seus modos de existir por meio dos clubes negros que aspiravam à elite, também respondem a esse pacto, na medida que expunham as estratégias contra a marginalização, metaforicamente e fisicamente. Todavia, esse acordo tinha limites. A imprensa não deixou de dar notícia sobre comportamentos impróprios de gente negra infratora, que continuava sendo manchete.¹⁰⁹ O pacto aqui é parcial justamente porque inclui apenas os “homens de cor”, sujeitos que estavam dispostos a confirmar “os moldes democráticos do regime igualitário” em que, vias de fato, não viviam. Ao assinar o acordo da suposta “harmonia racial” o homem de cor estimulava a esperança em um porvir em que ser “médico, advogado, artista, engenheiro, militar, intendente, deputado, senador, remeiro, negociante, ciclista” a despeito do racismo cotidiano, manteria abertas as portas do sucesso econômico e social, bem como dos jornais e clubes sociais para um futuro mais próspero em que de fato, tal harmonia se concretizasse.

O ajuste silencioso em que os homens de cor são retratados de maneira cordial pela imprensa, e, desse modo confirmam uma democracia, de fato, inexistente, parece ter funcionado com maestria para o Grêmio Kosmos durante um período em especial: o carnaval.¹¹⁰ Na

¹⁰⁸ S/Título (Proibição de homens de cor em um clube de futebol), **Comércio de S. Paulo**, 22/05/1907.

¹⁰⁹ Ébria, **Comércio de S. Paulo**, 24/10/1901; Ébria e desordeira, **Correio Paulistano**, 09/06/1903; Ébria e desordeira, **Correio Paulistano**, 25/05/1904.

¹¹⁰ Existe uma vasta produção da história social sobre o carnaval, o samba, e o associativismo durante a Primeira República, especialmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro. CUNHA, Maria Clementina Pereira, **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001; CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.), **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**, Campinas: Editora da Unicamp, 2002; CUNHA, Maria Clementina Pereira, **“Não tá sopa”: sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**, Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

historiografia do carnaval paulista, se sobressai o ano de 1914 com a fundação do cordão carnavalesco da Barra Funda, por Dionísio Barbosa.¹¹¹ Contudo, desde 1857, no bairro da baixada do Glicério e na Liberdade (onde a família Baptista morava), o carnaval em São Paulo era feito por cortejos de foliões como do grupo Zoavos.¹¹² Também em 1910, mas especialmente em 1911 e 1912, quando Frederico era então presidente do Kosmos, e enfrentou problemas de ordem organizativa dentro do Grêmio¹¹³, os jornais paulistas destacaram a participação de muitos clubes associativos nos folguedos de carnaval, associações de gente negra e gente branca, imigrantes e nacionais, de elite e populares, do Brás e do centro, nas ruas e nos teatros. Nesses anos, o Grêmio Kosmos se sobressaiu, estando no centro da folia, junto com clubes como “Os Destemidos do Inferno”, os “Excêntricos”, e “Sport Club”, “Fenianos”, “Grupo Carnavalesco do Bom Retiro”, “Filhos do Inferno”. No enxerto abaixo, todavia, é possível ver a diferença, entre um clube do Brás, e o Kosmos, que nascido no mesmo bairro, saía da marginalização e adentrava o “demi-monde paulistano”:

Os bailes do teatro Colombo continuam dando a nota do carnaval "intramuros".

O caso não é para admirar, pois o Brás tem feito um carnaval todo seu; fez a sua independência... carnavalesca. Por isso, o Colombo se tem mantido repleto, nestas noites de prazer e de loucura, e as damas se prolongam ali até quase a hora do almoço.

Os Destemidos do Inferno, os Excêntricos, os Kosmos e o Sport Club têm realizado, em seus salões, sumptuosos bailes, a que concorreu ostentando luxuosa e finíssimas fantasias, tudo quanto de mais chique existe no demi-monde paulistano.

As danças no Kosmos só tiveram uma pequena interrupção, às 3 da madrugada, quando foi servida lauta ceia, profusamente regada a champanhe.¹¹⁴

No carnaval de 1911, o Grêmio Kosmos aceitou a predisposição à folia e se comprometeu a dar um brinde para o clube de maior destaque.¹¹⁵ As notícias dão vistas a um universo quase paralelo, regado a muito lança perfume no centro de São Paulo, entre as estreitas ruas do Triângulo, onde “as ruas Direita, Quinze de Novembro, S. Bento, praça Antônio Prado e imediações mal puderam conter a massa popular”. As ruas ficaram atravancadas de “carros dos préstitos, carros de praça, automóveis, carruagens particulares” e nesse cortejo, máscaras e fantasias, “algumas de

¹¹¹ SIMSON, Olga R. de Moraes von, **Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano, 1914-1988**, Campinas: Editora UNICAMP, 2007; CARVALHO, Marizilda, Carnaval e samba na terra da garoa, **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 6, n. 1, 2009; MESTRINEL, Francisco de Assis Santana, O samba e o carnaval paulistano, **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 40, 2010.

¹¹² DIAS, Renato, **Origens do Carnaval Paulista**, [Revista Ponto](#). Acesso em: 29/08/2020.

¹¹³ S., Lembrança, **A Liberdade**, 03/08/1919.

¹¹⁴ Os bailes, **Correio Paulistano**, 02/07/1910.

¹¹⁵ Os préstitos, **Correio Paulistano**, 28/02/1911.

muito luxo”, cobriam os rostos e os corpos do “elemento feminino”, dando a “impressão de um deslumbramento momentâneo e rápido como todas as felicidades que assaltam às súbitas”.¹¹⁶ Das quatro horas da tarde até uma hora da manhã, “momento em que a Light restabeleceu o tráfego de seus bondes”, as batalhas de lança-perfume assumiram “tal intensidade e vigor; jamais se divertiu com tamanho entusiasmo e em tão largas proporções”. Um corso na avenida Paulista “marcou uma época e imprimiu uma nota original e elegante no Carnaval de 1911”.¹¹⁷ Mas a descrição de elegância não se sobrepôs “impressão dessa orgia sem limites”, e por dias as recordações fizeram a felicidade dos foliões:

Os leitores que não tiveram a ventura de assistir ao carnaval do presente ano na capital, poderão fazer uma ideia dela através das cifras seguintes:

Os bondes da Light transportaram na terça-feira última cerca de 172.494 passageiros, deixando de lado, no movimento geral da população, a grande massa de pedestres.

Uma casa comercial calculou a renda proveniente dos negócios de lança-perfume feitos na capital em 300 contos de réis. (...)

A palma da vitória coube, porém, aos "Excêntricos", que apesar de ser uma sociedade nova, apresentou um belo préstito, que agradou não só pela natureza de seus carros, como também pelo luxo com que foram confeccionados.

O Club Kosmos conferiu, com razão, o prêmio destinado ao melhor préstito, aos “Excêntricos”.¹¹⁸

O carnaval de 1911 sagrou o clube Kosmos como parte da alegria paulistana que seria lembrada anos depois.¹¹⁹ As noites de loucura e de devassidão, partilhadas pelos cidadãos de várias esferas sociais, não mancharam a honra ou a respeitabilidade do Grêmio, que ia de vento em popa. Ao pensar nesses clubes da década de 1900-1910, é preciso ter em mente que, a despeito das políticas e lutas por direitos, havia o objetivo comum de recreação e divertimento. O destaque dado a atuação do Grêmio Kosmos nas folias dos anos 1910 quebra uma imagem corriqueira, que se cristalizou na imprensa negra, de que tanto o clube, quanto Frederico Baptista de Souza eram rabugentos, especialmente por conta dos artigos que ele escreveu criticando a excessiva atenção que a mocidade dava aos divertimentos e o pouco zelo que ela prestava às causas sociais. Cerca de dez anos depois da marcante folia, Frederico, feito membro benemérito do Grêmio do Kosmos, esforçava-se para manter as regras de ordem do clube, frustrando os desejos dos mais jovens, ansiosos por dançar o Charleston, que ele não aprovava, e que o fez assim adquirir a pecha de

¹¹⁶ CARVALHO, Carnaval e samba na terra da garoa, p. 94; MESTRINEL, O samba e o carnaval paulistano, p. 2.

¹¹⁷ Os préstitos, *Correio Paulistano*, 28/02/1911.

¹¹⁸ Carnaval, *Correio Paulistano*, 03/02/1911.

¹¹⁹ Pela Alegria da vida - O elogio do Vagabundo - Venda clandestina da “Cocaína” e “Morfina” - Usuários - As perseguições inúteis - Pela vida noturna, *O Furão*, 04/05/1916.

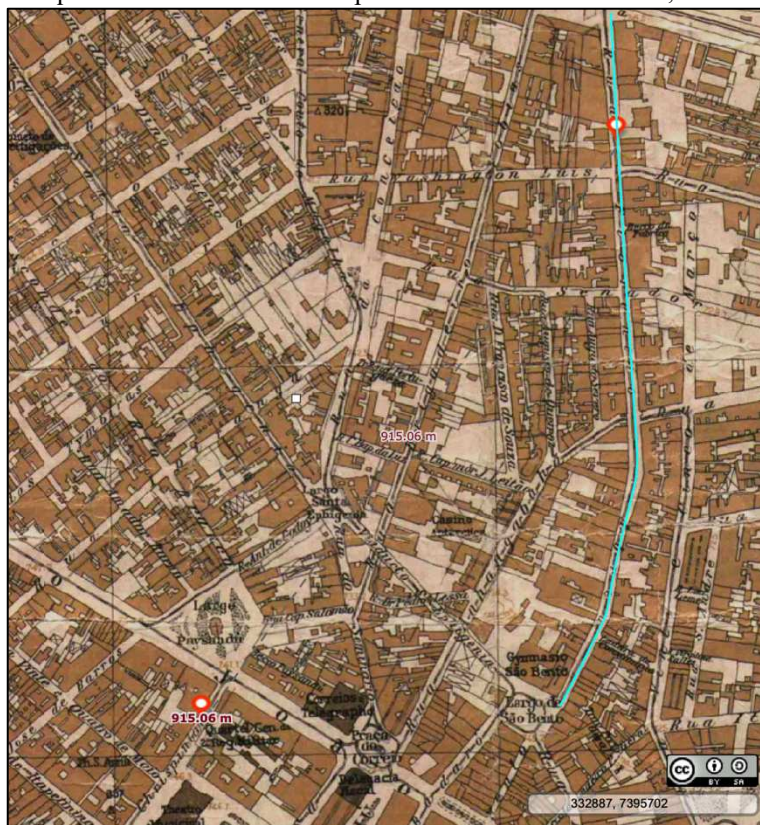
mandão. A essa pecha ele respondia que não lhe cabia, haja vista sua dedicação histórica às festas de carnaval, seu brinquedo favorito.¹²⁰ As memórias que Frederico iria produzir em meados de sua vida adulta trazem à tona personagens que viveram essas alegrias dos anos 1910, mas a satisfação desse tempo foi quase completamente apagada pelas perdas que a comunidade do Kosmos sofreria nos anos seguintes, marcados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise e recessão que o Brasil enfrentaria a partir de então, além das carestias que, entre outras causas, motivaram as greves operárias de 1917, e a epidemia de gripe “espanhola”, que dizimou parte da população mundial, em 1918.

Antes das perdas e do luto, entretanto, o Kosmos viveu um crescente otimismo. O entusiasmo dos sócios nos anos 1910 deu origem a um festival dançante “no casino do Jardim da Aclimação”, e o clube desenvolveu um braço de atividades exclusivas para piqueniques.¹²¹ Em 1912, durante a gestão de Frederico, certamente pressionados pelo término da construção do Teatro Municipal, que inflacionou o preço dos aluguéis na Rua Conselheiro Crispiniano, o Kosmos mudou-se para a rua Florêncio de Abreu n. 45.

¹²⁰ SOUZA, Frederico Baptista de, É Proibido, **Elite**, 20/01/1924; SOUZA, Frederico Baptista de, Observando - Carnaval - Comportamento, **O Kosmos**, 02/10/1924; SOUZA, Frederico Baptista de, Charleston, **O Clarim d’Alvorada**, 15/01/1927.

¹²¹ Convlescote, **Correio Paulistano**, 12/03/1914.

Figura 1.7 – Recorte de mapa histórico com destaque às ruas Conselheiro Crispiniano e Florêncio de Abreu, 1930



Fonte: GeoSampa. Acesso em junho/2021.

Mas a mudança de sede não arrefeceu os ânimos dos diretores. No novo endereço, os integrantes se empenharam em realizar “soirées dramático-dançantes”, encenando peças escritas por Abílio Rodrigues, o mesmo autor do hino do Grêmio. Espetáculos como “Cenas da vida”¹²², “Reconciliados”¹²³ “Valentes e medrosos”¹²⁴ foram todos escritos, produzidos, encenados e aplaudidos pelas gentes negras paulistas que viviam momentos de glória comunitária. Parecia o começo de uma nova era de progresso coletivo em que o homem de cor, respeitado e reconhecido, se erguia rumo ao desejado destino glorioso:

Comemorando o sétimo aniversário de sua fundação, o Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”, realiza hoje, à noite, à rua Florêncio de Abreu, n. 45, um festival, que promete ter todo o brilho. A festa constará de sessão solene, espetáculo e baile.¹²⁵

¹²² Festas e Bailes, **Correio Paulistano**, 02/03/1914.

¹²³ Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, **Correio Paulistano**, 25/07/1914.

¹²⁴ Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”, **Correio Paulistano**, 25/05/1916.

¹²⁵ Crônica Social, **Correio Paulistano**, 13/11/1915.

Essa era de ouro da dramaturgia amadora do Kosmos nunca foi esquecida por Frederico. Amante inveterado das artes, ele se zangava quando, nas décadas seguintes, não conseguia convencer os jovens a darem aos espetáculos a mesma atenção que dedicavam às danças. Seu foco no Grêmio Kosmos era o desenvolvimento cultural, e ele era também um homem de letras do clube, resguardando e mantendo a característica intelectual da agremiação.¹²⁶ Em 1916, Frederico assumiu a função de primeiro secretário na Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos.¹²⁷ Essa notícia foi dada no *Correio Paulistano*, e no mesmo jornal e na mesma coluna que se anunciava a realização de um sonho acalentado por Frederico, e por outros homens de cor: a fundação da biblioteca do Grêmio Kosmos.

Em reunião realizada em 21 do corrente, ficou deliberada a fundação da biblioteca do grêmio, devendo sua inauguração efetuar-se no dia 10 de junho, às 19 horas, à rua Conde Sarzedas, n. 149. Foram nomeados bibliotecários os consórcios Anésio Mendes, José Martinho de Moura Baptista e Frederico Baptista de Sousa.¹²⁸

A biblioteca do Grêmio Kosmos, feita com doações de livros dos integrantes, contava com muito entusiasmo, expresso pelo endereço próprio, separado do clube e por indivíduos comprometidos com a manutenção e organização do acervo. É de se pensar que Frederico juntava os conhecimentos que vinha adquirindo como secretário em outros espaços associativos, como Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos, para estimular o maior acesso à educação para sua comunidade. E certamente, esse otimismo com o futuro da associação, que passava a direcionar esforços para outras ações além da recreação, era incitado por uma presença jovem, marcante, eloquente, e, infelizmente, breve nos quadros da diretoria do Grêmio Kosmos: Joaquim Cambará.

Em 1914, Joaquim Cambará era “sargento ajudante adido à companhia de caçadores” e operava no primeiro Regimento de Infantaria de São Paulo.¹²⁹ O militar, que já tinha servido em outros estados brasileiros, passaria por vários regimentos na cidade, até ser transferido para Caçapava em 1918.¹³⁰ Em 19 de março de 1916, quando tinha 25 anos, Joaquim foi aceito como sócio do Grêmio Kosmos e, imediatamente, assumiu a função de segundo secretário.¹³¹ Em julho

¹²⁶ LEITE, José Correia, ...**E disse o velho militante José Correia Leite**, p. 33.

¹²⁷ Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”, *Correio Paulistano*, 25/05/1916.

¹²⁸ *Ibid.*

¹²⁹ Vida Militar, *Correio Paulistano*, 08/01/1914; Vida Militar, *Correio Paulistano*, 30/04/1914.

¹³⁰ Joaquim Cambará, *O Bandeirante*, 08/1918.

¹³¹ SOUZA, Frederico Baptista de, Homenagens a Joaquim Cambará, *O Bandeirante, órgão de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor*, 09/1918.

do mesmo ano ele foi nomeado vice-presidente do Grêmio. Sua ascensão rápida nos quadros do clube culminou com a eleição para presidente em 1917¹³² e reeleição em 1918.¹³³

Joaquim Cambará, que era dezessete anos mais jovem que Frederico, foi descrito pelo veterano como um potente orador que estava promovendo a “união entre o Kosmos e as sociedades congêneres”. Esse ideal da união das associações negras seria caro a Frederico pela vida toda, e em muitos momentos ele recorreu às lembranças do amigo para legitimar tal ideia. Ele também destacava o “espírito democrata de Cambará; sua dedicação pelo Grêmio e sua fina educação”. Além da presidência do Kosmos, e dos discursos marcantes, o sargento finamente educado deixou contribuições específicas para a sua comunidade em São Paulo.

Cambará foi o principal criador da folha negra *O Bandeirante*. Escreveu um artigo extremamente crítico sobre a política e ao racismo brasileiro, chamado “Deputado de Cor”, e estimulou a participação feminina nos quadros eletivos das associações negras.¹³⁴ Na festa de posse da nova diretoria do Grêmio *Smart* realizada em 10 de maio de 1918, representando o Kosmos, Cambará salientou que exceto pelo presidente, a nova direção era composta de mulheres. A diretriz feminina no meio negro, muitas vezes subestimada nos escritos acadêmicos, sempre existiu. O grêmio Elite Flor da Liberdade, que encantou o jovem José Correia Leite, era um grêmio feminino, gerenciado apenas por mulheres.¹³⁵

A historiografia norte-americana sobre agremiações negras é categórica sobre o papel histórico e fundamental das mulheres na formação de grêmios e associações, especialmente por meio da sociabilidade batista nas igrejas do sul, onde elas eram destacadamente arregimentadoras da comunidade em prol das ações de “elevação da raça”.¹³⁶ O *uplifting* racial, como uma prática educacional e moral baseada no abolicionismo e no Iluminismo cristão¹³⁷, obviamente, nesse caso em sua versão protestante, foi extremamente propagado pelo protagonismo de mulheres negras.¹³⁸

¹³² Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”- eleito Joaquim Cambará, *Correio Paulistano*, 01/04/1917.

¹³³ Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos - reeleito Joaquim Cambará, *Correio Paulistano*, 28/12/1917.

¹³⁴ Flávio Francisco Thales Ribeiro, em sua tese de doutorado, cita positivamente o artigo “Deputado de Cor” como um exemplo de que, de fato, “periódicos de mexerico” tinham preocupações política. Infelizmente, o historiador não dá os créditos do artigo a Joaquim Cambará, mantendo em silêncio o protagonismo desses homens de cor em reafirmar uma postura não apenas de denúncia, mas de combate. FRANCISCO, *Fronteiras em definição*, p. 22–23. Kim Butler, menciona o mesmo artigo de Cambará dando-lhe os devidos créditos. BUTLER, *Freedoms Given, Freedoms Won*, p. 94–95.

¹³⁵ Kim Butler faz um breve levantamento dos clubes que eram chefiados por mulheres negras. BUTLER, *Freedoms Given, Freedoms Won*, p. 83.

¹³⁶ COOPER, Brittney C., *Beyond respectability*.

¹³⁷ GAINES, *Uplifting the Race*, p. 21.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 128–152.

Mais ainda, as mulheres não eram apenas o receptáculo da respeitabilidade negra, como também assumiam o compromisso de manutenção das práticas de elevação da raça por meio da criação dos filhos. Na obra clássica de Evelyn Brooks Higginbotham, *Righteous discontent*, a autora mudou para sempre o debate sobre protagonismo negro no século XX, a colocar as mulheres como principais agentes do *uplifting*:

Por meio do discurso de respeitabilidade, as mulheres batistas enfatizaram a maneira e a moral ao mesmo tempo em que afirmavam as formas tradicionais de protesto, como petições, boicotes e apelos verbais à justiça. (tradução minha).¹³⁹

Quando os homens de cor como Joaquim Cambará expunham a participação feminina majoritária em um clube como *Smart*, eles estavam também sinalizando para uma convivência ideológica entre eles e suas parceiras, no quesito da respeitabilidade. A despeito do que se afirma sobre as mulheres negras não terem escrito artigos de próprio punho na imprensa negra, é preciso considerar que a educação era uma das principais lutas do período após a Abolição, e que se o acesso a alfabetização ainda era limitado para os homens de cor, que dirá para as mulheres. Flavio Gomes e Ana Maria Fagundes ressaltam a importância da oratória e discursos públicos durante os bailes porque muitas vezes quem os frequentava, não necessariamente sabia ler.¹⁴⁰ E esse sujeito que era ouvinte, debatedor de ideias, e participante do meio negro, porém, não lia, era também um sujeito mulher. Quando Joaquim Cambará discursou enaltecendo a presença feminina nos quadros diretivos do Grêmio, ele reforçou o protagonismo, que podia não ser letrado, mas nem por isso era silencioso e silenciado, das mulheres de sua comunidade.

Obviamente, como se tratou de um discurso, não temos acesso às exatas palavras do orador. Mas a postura afirmativa de Joaquim Cambará em oposição ao racismo, sem negá-lo ou escamoteá-lo, pode ser averiguada em *Deputado de Cor*. No artigo escrito em abril de 1915, e publicado no *Bandeirante* de agosto de 1918, Cambará não apenas denunciava o “preconceito de cor” com todas as letras, como afirmava que a soberania do povo brasileiro era um “mito”, usando exatamente essa palavra. Segundo o autor, os direitos civis e políticos dos homens de cor eram garantidos pela Constituição, e a criminalização do voto a um homem negro era um desrespeito às

¹³⁹ “Through the discourse of respectability, the Baptist women emphasized manner and morals while simultaneously asserting traditional forms of protest, such as petitions, boycotts, and verbal appeals to justice.” [Através do discurso de respeitabilidade, as mulheres batistas enfatizavam a maneira e a moral, ao mesmo tempo em que afirmavam formas tradicionais de protesto, como petições, boicotes e apelos verbais à justiça.] HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks, **Righteous discontent**, p. 187.

¹⁴⁰ FAGUNDES; GOMES, Por uma “Anthologia dos Negros Modernos”, p. 75–76.

Leis. Para ele, qualquer um que tentasse invalidar a proeminência histórica do homem de cor, teria de enfrentar a “verdade”. A verdade era que o país tinha uma dívida histórica com o negro, na medida em que a raça havia desempenhado os mais importantes cargos, em todas as camadas sociais, mas não recebia seu quinhão em benesses. Por fim, ele parabenizou o povo sergipano, que havia votado para o deputado de cor, deixando o recado de que aquele não era o primeiro e não seria o último entre eles a ingressar no Congresso Nacional, “graças a nossa **evolução social**” (grifo meu).¹⁴¹

As palavras firmes do jovem sargento demonstram conhecimento das leis e dos direitos civis dos cidadãos brasileiros, expressos por meio de um amadurecimento intelectual sem contrição. A denúncia de racismo, manifestada pelo termo de época “preconceito de cor”, foi feita de forma a demonstrar que todas as conquistas nacionais eram também das pessoas de pele escura, de quaisquer camadas sociais. Cambará evoca a “evolução social” para se referir ao passado e, também, ao tempo vivido. Ainda que nesse artigo “modesto”, como ele se referiu, não haja uma conceitualização de “evolução social”, busco analisá-la a partir da concepção do seu plano pessoal de ação social, o jornal *O Bandeirante*.

Sobraram para o mundo contemporâneo três números desta folha, o segundo, o terceiro e o quarto, que provavelmente foi o último. Sem o primeiro número não podemos avaliar o projeto editorial, mas, o nome do jornal aponta para o patriotismo da *paulistanidade*, já apresentado neste capítulo. Pois bem, o bandeirante negro, acessa a memória paulista e afirma o comprometimento com uma ideia de nacionalidade em que o homem de cor é elemento fundamental, ativo, e propulsor das “glórias militares” do estado.

Sendo Cambará, ele mesmo, um militar no contexto da Primeira República, podemos conjecturar que sua convicção patriótica poderia ser similar àquela apresentada pela Guarda Negra.¹⁴² Como afirmado por Petrônio Domingues, ainda não foi realizado um trabalho específico sobre ela em São Paulo. Então, nesse momento, as investigações sobre a Guarda Negra no Rio de Janeiro fornecem as bases para pensarmos que o investimento de homens de cor na carreira militar durante a República, pode ter sido estimulado pelas memórias da participação de sujeitos negros no Exército Imperial – oficialmente na Guerra do Paraguai, e extraoficialmente em malhas de

¹⁴¹ CAMBARÁ, Joaquim, Deputado de Cor (escrito em: 04/15/1915), *O Bandeirante*, 08/1918.

¹⁴² Ver entre, outros: MIRANDA, Clícea Maria Augusto de, Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos, in: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011. GOMES, Flavio, *Negros e política: 1888 - 1937*, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 12–27.

capoeiras – que lhes deu certo reconhecimento social e alguma representatividade política.¹⁴³ Em São Paulo, pelo menos desde fins de 1899, o *Comércio de São Paulo*, fortalecia a associação do monarquismo com igualdade racial, e, em contrapartida, do republicanismo com “preconceito de cor”. O jornal, que publicava artigos partidários ao antigo regime monárquico, denunciou o “vil preconceito” do chefe do governo no estado. De acordo com os jornalistas Terêncio e Fabrício Pierrot, o republicano Campos Salles havia mandado substituir os marinheiros negros do seu iate por “fortes homens brancos”¹⁴⁴, e consentiu com as exigências da *república* da Argentina, que não aceitava que os marinheiros brasileiros negros fizessem parte de cerimônias navais realizadas entre os dois países.¹⁴⁵ Terêncio afirmava ainda que a República:

(...) procura eliminar a marujada da *farda branca* os homens de cor preta, alvitre que seria irrisório, só não pertence ao terreno da ignomínia, ferindo uma raça que, na marinha de guerra conquistou pela bravura e dedicação o lugar que jamais lhe foi recusado pelos governos do Império.”¹⁴⁶

No trecho vê-se a articulação das práticas racistas com a República e, por outro lado, o vínculo do heroísmo da raça negra, por meio do serviço militar, com o Império. Essa tensão continuou ao longo dos anos iniciais da República, e pode ser observada pelo menos até 1907, quando novamente os marinheiros negros foram ofendidos pelo “chefe da armada”. Segundo o jornal, Cordovil Maurity mandou “desembarcar os marinheiros de cor da tripulação” que zarparia com destino aos “Estados Unidos do Norte”, fazendo uma “seleção de cores”. O artigo ainda mencionava Rebouças como um exemplo de homem negro respeitado pelo Império, fazendo novamente a contraposição entre as ações de um e outro sistema com as relações raciais:

(...) sem apoucar e desmerecer os nossos irmãos que apesar do estigma da cor, possuem nobreza de sentimentos, lealdade e patriotismo para bem amar e defender a república. saibamos ser unidos, sem negar a origem da nossa raça e a história da nossa nacionalidade. Esses negros e esses mulatos, como sensatamente salienta em vibrante editorial o *Correio da Manhã*, nasceram sob o sol que doira e ilumina a nossa pátria - são nossos irmãos!¹⁴⁷

O patriotismo, junto a lealdade e a nobreza de sentimentos dos militares nacionais negros, dispostos a defender a República, são destacados, a despeito do “estigma da cor” inseridos na “história da nossa nacionalidade”, e compartilhado por mais de um jornal. Esse clima de tensão

¹⁴³ Para dados atualizados sobre livros e artigos acerca da Guarda Negra, ver: DOMINGUES, **Protagonismo Negro em São Paulo**, p. 56–57.

¹⁴⁴ PIERROT, Fabrício, Rabiscos, *Comércio de S. Paulo*, 08/07/1899.

¹⁴⁵ TERCENCIO, Últimos Arranjos, *Comércio de S. Paulo*, 17/10/1900.

¹⁴⁶ TERCENCIO, Viagem de Arranjo, *Comércio de S. Paulo*, 19/10/1900.

¹⁴⁷ O vil preconceito, *Comércio de S. Paulo*, 02/10/1907.

entre o governo republicano e oficiais negros dão o tom de algo que seria muito comum nas folhas da imprensa negra paulista: a defesa de figuras históricas do Império. Essas passagens também expõem a imagem dos homens negros militares como afinados com patriotismo, reforçando a ideia da pertença à nacionalidade. Tais características corroboram a postura editorial do jornal *O Bandeirante*, e do próprio Joaquim Cambará como um dos articuladores das qualidades patrióticas, e, sobretudo, paulista, dos homens de cor.

Quando a folha negra foi intitulada de *bandeirante* estava-se recorrendo a essa imagem de heroísmo do militar negro, que vinha desde o Império, mas coadunada ao patriotismo ao nacionalismo dos anos de 1910 e 1920. Ao evocar o “desbravador das bandeiras”, o jornal reforça a ideia de que o paulista trazia em sua gênese qualidades tidas como militares, tais como a dedicação ao trabalho e a virilidade.¹⁴⁸ Kim Butler afirma que ao se posicionar ao lado do nacionalismo em voga na época, os homens de cor reafirmavam a importância das contribuições históricas da população negra ao país, e ainda combatia os estereótipos de inferioridade.¹⁴⁹

Figura 1.8 – Sargento Joaquim Cambará



Fonte: *O Bandeirante*, setembro de 1918.

O segundo número do jornal *O Bandeirante*, em que Cambará publicou seu texto sobre o deputado de cor, tinha o combativo subtítulo de “órgão mensal em defesa da classe dos homens de cor”. Os demais artigos desta edição tiveram um tom lamurioso e de despedida, já que o sargento

¹⁴⁸ WEINSTEIN, *The color of modernity*, p. 1–68.

¹⁴⁹ BUTLER, *Freedoms Given, Freedoms Won*, p. 92.

havia acabado de ser transferido para Caçapava, no Vale do Paraíba. Uma das causas lamentadas pelo remanejamento de Cambará era que se esperava dele uma articulação política entre as associações negras para se criar uma união, que sob sua orientação, parecia estar em vias de ocorrer. Em consonância com o fato, os eventos para sua despedida foram solenes e congregaram muitas agremiações negras da capital e do interior. Frederico Baptista de Souza escreveu textos se mostrando bastante abalado com a interrupção da trajetória promissora do jovem sargento no Grêmio Kosmos. Os diretores resolveram então, a despeito da distância que a mudança implicava, não o afastar Cambará do cargo de presidência do Grêmio, e nem da direção do jornal *Bandeirante*, talvez nutrindo esperança de um breve retorno.¹⁵⁰

A volta de Cambará ao Grêmio Kosmos ou à cidade de São Paulo nunca ocorreu. Quinze dias depois de sua viagem, o clube foi informado que algo “havia se postado em meio da estrada fatal” e que Joaquim Cambará “foi aniquilado, calcou-lhe o formoso coração, imobilizando-o, a mão gelada da Morte!”.¹⁵¹ A sentença dá a entender que foi um acidente que lhe tirou precipitadamente a vida, mas, compreensivelmente, em vista à dor do luto, a notícia não deu detalhes sobre o ocorrido. Os amigos do Kosmos e de outras agremiações, todos muito comovidos, escreveram palavras ternas nas folhas negras, e Frederico em nome do Grêmio Kosmos encaminhou uma mensagem à viúva, dizendo que se ela quisesse voltar para São Paulo, teria auxílio do clube.¹⁵² Eles encomendaram uma missa do trigésimo dia na igreja dos Remédios, refúgio espiritual de muitos dos homens de cor dessa comunidade, e renderam homenagens literárias ao falecido presidente do Kosmos por décadas a seguir.

Outro tributo, mais sutil ao leitor contemporâneo, foi realizado logo após a morte de Cambará no subtítulo do jornal *Bandeirante*. O jornal permaneceu como “um órgão de combate”, mas partir de então, passou a carregar dos dizeres “em prol do reerguimento geral da classe do homem de cor”. Trata-se de uma reverência a Cambará porque o editorial que segue a mudança do subtítulo, e que narra a fatalidade ocorrida, reforçava que o falecido “tanto ansiara pelo nosso **reerguimento geral** (grifo meu), em todos os sentidos”. Assim, fica evidente no artigo que parte do legado de Cambará era a mensagem em prol do “reerguimento” do homem de cor.

¹⁵⁰ CAMBARÁ, Joaquim, *O Bandeirante*, 08/1918.

¹⁵¹ SOUZA, Frederico Baptista de, Homenagem a Joaquim Cambará, *O Bandeirante*, 09/1918.

¹⁵² *Ibid.*

O *reerguimento*, a *elevação*, e o *estímulo* são sinônimos semânticos da tradução de *uplifting*, termos que se referem às expectativas sobre aquilo que os homens de cor deveriam realizar para que a classe, ou seja, o coletivo fosse respeitado. O *racial uplifting* é uma estratégia das comunidades afro-diaspóricas de enfrentamento e resposta às estruturas de poder pós-escravistas dentro de um sistema liberal. O “reerguimento” ou “elevação da raça”, que se originou nas igrejas batistas negras do sul dos Estados Unidos, se espalhou como uma arma prática e teórica importante para a defesa contra a supremacia branca, em especial, na primeira metade do século XX.

A ideia do reerguimento da raça foi globalmente difundida pelo americano Booker Taliaferro Washington (1856–1915)¹⁵³, que foi muito admirado pelos líderes negros paulistanos, e por outras comunidades negras mundo afora. Booker T. Washington, como muitos homens negros brasileiros do início do século XX, nasceu escravo, em uma família sem posses ou recursos, e se consolidou como um homem de cor respeitado por negros e brancos.

Em São Paulo houve um homem de cor homônimo, o brasileiro Théophilo Booker T. Washington, filho de um importante jornalista da imprensa negra paulistana que se formou advogado na Faculdade do Largo São Francisco¹⁵⁴, oportunidade que seu xará norte-americano nunca veio a ter. Ainda antes de se formar em direito e atuar na vara cível da capital, Théophilo Booker T. Washington foi convidado em 1925 a ser colaborador do jornal o *Clarim da Alvorada*.¹⁵⁵ O pai do Théophilo Booker T. Washington foi ninguém menos que Théophilo Dias de Castro (1886–1926) redator-chefe do jornal *O Progresso*, fundado em 1889, e um dos pioneiros da imprensa negra paulistana.¹⁵⁶

Em *Escritos da Liberdade*, Ana Flávia Magalhães Pinto aponta Théophilo Dias de Castro como um dos principais responsáveis pela publicação de “títulos de curta duração que tinham como mote a defesa da cidadania dos negros no imediato pós Abolição em São Paulo”.¹⁵⁷ De acordo com a autora, privilegiado por ser filho legítimo e, funcionário público, Théophilo Dias de Castro teve uma trajetória mais afortunada que outros seus contemporâneos homens de cor,

¹⁵³ NORRELL, Robert J., **Up from history: the life of Booker T. Washington**, Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

¹⁵⁴ PINTO, **Escritos de liberdade**, p. 281.

¹⁵⁵ A colaboração durou apenas até 1926, quando seu pai faleceu inesperadamente aos quarenta anos de idade. Assinando na imprensa negra apenas como Booker, o primeiro artigo do jovem criticava duramente as associações dançantes. Colaborador, **O Clarim da Alvorada**, 25/01/1925.

¹⁵⁶ PINTO, **Imprensa negra no Brasil do século XIX**, p. 125.

¹⁵⁷ PINTO, **Escritos de liberdade**, p. 270.

chegando a comprar alguns terrenos e outros imóveis na capital.¹⁵⁸ Além disso, como outros poucos singulares do seu tempo, ele sabia ler e escrever. Curiosamente, Theóphilo Dias de Castro foi mencionado várias vezes na grande e pequena imprensa junto a Irineu Benedicto da Silva, o homem que fez a dissidência do grêmio 18 de Agosto e fundou o Grêmio Kosmos.¹⁵⁹ Ambos estavam entre os ex-alunos que homenageavam um falecido professor, Manuel Reis.¹⁶⁰ Irineu não se formou advogado, como o filho de Theóphilo Dias de Castro – o Booker T. brasileiro – mas foi membro do Tribunal do Júri de São Paulo por muitos anos.¹⁶¹ Muito antes de adquirir esse *status*, em 1906, e um pouco antes da criação do Kosmos, Irineu Benedicto da Silva apareceu no *Diário Oficial* como “artista”, pertencente, portanto, a classe dos operários.¹⁶² Foi apenas em 1918 que ele se tornou escriturário da Secretaria do Interior, nomeação em que a sua cor não passou despercebida pelos seus colegas operários.¹⁶³ O jornal *O Combate*, não apenas deu nota, como relativizou com certa ironia, a ascensão dos homens de cor a cargos públicos:

Por último registraremos a nomeação do servente Sr. Irineu Benedicto da Silva para o lugar de 3º. Escriturário da Secretaria do Interior, na vaga do sr. Alcebíades Arantes, passando por cima de outros funcionários, até bacharéis em direito.

É que os nossos estadistas evoluem. Há pouco, deixou de ser nomeado para o lugar de lente da Escola Normal de Itapetininga, distinto médico classificado em primeiro lugar, porque a sua ascendência não era completamente isenta de sangue bunda ou mandinga. Agora, acabaram-se, felizmente, com os preconceitos de cor: é tão bão como tão bão...¹⁶⁴

Mesmo adentrando o funcionalismo público, Irineu Benedicto da Silva continuou sendo citado pelo jornal operário nas décadas seguintes, o que confirma que sua origem trabalhista se tornou parte de uma categoria de classe e de pertencimento perenes. *O Combate*¹⁶⁵ publicou várias notas em que o nome de Irineu vem acompanhado da distinção da cor para se fazer valer denúncias contra injustiças raciais, como na citação acima, mas também para destacar feitos importantes de sujeitos negros. Em 1925, Irineu Benedicto da Silva, Justiniano Costa e Horácio Cunha – os dois

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 280–282.

¹⁵⁹ Irmandade do Rosários dos Homens Pretos, *Correio Paulistano*, 01/10/1906.

¹⁶⁰ Manuel dos Reis, *Correio Paulistano*, 28/05/1918.

¹⁶¹ Irineu Benedicto da Silva – Tribunal do Jury, *Diário Oficial*, p. 483, 17/01/1905; Recenseamento Nacional, *Correio Paulistano*, 09/03/1920; Tribunal do Jury, *O Combate*, 26/10/1922; Polícia do Estado, *Correio Paulistano*, p. 6, 02/10/1924; O Fôro, *Diário Nacional*, p. 5, 04/01/1925; Irineu Benedicto da Silva Tribunal do Jury, *Diário Oficial*, p. 1573, 18/02/1927.

¹⁶² Irineu Benedicto da Silva, *Diário Oficial*, p. 1134, 13/06/1904.

¹⁶³ Irineu Benedicto da Silva nomeado escriturário, *Correio Paulistano*, 17/02/1918.

¹⁶⁴ As nomeações no Serviço Sanitário - Injustiças e preterições, *O Combate*, 02/07/1918.

¹⁶⁵ ABREU, Alzira Alves de, Lourenço Lima, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2001.

últimos militantes negros bastante conhecidos por suas atuações na Frente Negra na década de 1930 – formaram um grupo para homenagear José Joaquim Lucas, padre do Rio de Janeiro que ficou temporariamente responsável pelas atividades da igreja e da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos em São Paulo, e que, além disso, inventou uma “máquina de escrever música”, como relata *O Combate*.¹⁶⁶ Além da pertença ao mundo do trabalho, essa presença de Irineu Benedicto da Silva em um importante instrumento da imprensa operária, exemplifica e demonstra as conquistas dos homens negros para a própria classe trabalhadora, dando informação sobre os ganhos, e sobre o desenvolvimento da raça, auxiliando na demonstração do empenho dos homens de cor pelo *reerguimento/elevação* de sua classe específica.

Além de diretor no Grêmio Kosmos, Irineu Benedicto da Silva foi secretário do Grêmio do Comércio de São Paulo, e irmão na Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos e na Confraria dos Remédios. Ele, Theóphilo Dias de Castro e Frederico Baptista de Souza, apareceram em diversas posições na Confraria dos Remédios em toda primeira metade do século XX.¹⁶⁷ Foram homens que articularam a militância no trabalho, no lazer e na religiosidade. Essas interações em comum confirmam a existência de redes de sociabilidade entre os homens de cor do jornal *Progresso* e do grupo Kosmos, e sugerem que a ideia do *reerguimento/uplifting* da raça, publicitada no Brasil pela figura de Booker T. Washington, circulou por todas essas mentes envolvidas nesses mesmos espaços.

Irineu Benedicto da Silva, Joaquim Cambará, Frederico Baptista de Souza, Theóphilo Dias de Castro e Theóphilo Booker T. Washington, todos esses homens partilhavam, além da cor da pele, as ideias atlânticas. Tinham também em comum o fato não apenas de saberem ler e escrever, mas de fazerem uso político da educação, pois liam e escreviam jornais de, e para as gentes negras dos espaços em que viviam. Se para uma parte dessa comunidade, composta, por exemplo, de mulheres, idosos e, gente muito pauperizada, era inacessível o letramento, esses homens negros mais privilegiados, por assim dizer, viram na partilha do capital cultural e intelectual que possuíam, por meio dos eventos sociais nos clubes e associações e na escrita e leitura pública dos jornais, uma forma de fomentar a dita *elevação/reerguimento/uplifting*, e portanto, criar condições de respeitabilidade e reconhecimento da classe dos homens de cor.

¹⁶⁶ Homenagem, *O Combate*, 03/02/1925.

¹⁶⁷ Confraria de N. S. dos Remédios - as exéquias de monsenhor Paula Rodrigues, *Correio Paulistano*, 23/07/1915.

Essas ideias perambulavam de muitas formas, e leitura e escrita foi uma, mas não a única. Mais que citar as teorias, esses homens de cor viviam e exercitavam o *uplifting*, por necessidade de proteção contra os desmandos racistas, mas também por escolha. Fora o conhecimento, formal e informal, que o letramento propiciava a esses homens de cor e, indiretamente as suas comunidades, ler e escrever também dava ingresso direto ao sistema político, já que os alfabetizados podiam se registrar como eleitores e ajudar escolher quem seriam os responsáveis pelas políticas públicas. E, ser eleitor entre fins do século XIX e início do XX, era um acesso à cidadania e uma proximidade com o poder decisório que, ainda que restrito, estava fora do alcance dos homens de cor nos Estados Unidos em termos similares.¹⁶⁸

Quando Joaquim Cambará discursou sobre reerguimento da raça, e escreveu sobre o direito de votar para um deputado de cor, ou quando Theóphilo Dias de Castro editou um jornal chamado *Progresso*, e deu a seu filho o nome de Booker T. Washington, ou quando Irineu Benedicto da Silva homenageou um padre preto inventor da máquina de música, e rompeu com as práticas excludentes do Grêmio 18 de Agosto para fundar o Grêmio Kosmos, e finalmente, quando Frederico Baptista de Souza criou a biblioteca e publicou as folhas do mesmo grêmio, esses homens, por meio de coletivos, e ideias conheciam muito bem os discursos, limites, potenciais e práticas das políticas de e para a raça, tanto no Brasil, quanto em qualquer outra parte do mundo Atlântico, onde negros pudessem fundar um clube ou imprimir um jornal. Assim, não é *sui generis* que indivíduos negros de norte ao sul do continente americano, que nunca se viram, tenham muito em comum.

Em comum com os homens da elite negra americana, Theóphilo Dias de Castro transmitiu ao seu sucessor dois patrimônios inalienáveis: nome de peso e educação em nível superior. Seu filho recebeu o primeiro nome do pai e foi portador durante toda a vida de uma homenagem inequívoca ao líder negro norte-americano Booker T. Washington. Como um dos primeiros jornalistas da imprensa negra paulistana, respeitado e influente entre a comunidade negra letrada de São Paulo, Theóphilo Dias de Castro ajudou a passar adiante as ideias de “reerguimento” da raça negra ao fazer de seu filho um exemplo vivo de suas próprias convicções. Para além da inegável identificação com o líder americano, Theóphilo Dias de Castro não deixou registrado os motivos que levaram a tal homenagem. Mas, por ter sido um dos primeiros jornalistas da imprensa negra paulistana após a Abolição da escravidão e, também, por ter sido um homem próximo aos

¹⁶⁸ GAINES, *Uplifting the Race*, p. 20.

fundadores do Grêmio Kosmos, elaboraremos alguns fatores que dão fundamento às influências e conexões transatlânticas que o levaram prestar esse tributo. Entender a dimensão da popularidade de Booker T. Washington no Brasil, também nos auxilia a basear a importância do *uplifting*/reerguimento para as populações negras diaspóricas.¹⁶⁹

Booker T. Washington nas folhas do Brasil

Publicada nos Estados Unidos em 1901 e destinada principalmente para um público branco, a primeira autobiografia de Booker T. Washington, *Up from Slavery*, narra o esforço hercúleo do menino nascido escravo em busca de educação e desenvolvimento social para si, e posteriormente, para a sua raça. O livro foi um tremendo e instantâneo sucesso, e as lições de valores capitalistas, pautadas na ética protestante, e focadas no comprometimento e autossuficiência por meio do treinamento e do trabalho manual, chegaram a diversas partes do globo. Como exemplo, o livro foi traduzido para o urdu e adotado por professores indianos, fora o imenso sucesso na América Latina. Em especial, a obra despertou os bolsos de indivíduos ricos, angariando muitos recursos para o fomento do Instituto de educação Tuskegee.¹⁷⁰

No Brasil, a obra só foi publicada integralmente em 1940, intitulada *Memórias de um negro*, em tradução de Graciliano Ramos.¹⁷¹ Essa edição brasileira, em meados do século XX, só reafirmaria algo que era sabido do público: seria raro, senão impossível, viver a primeira metade do século XX nas Américas e desconhecer a figura do famoso “pedagogo negro”.

Encontrei mais de uma centena de notícias sobre Booker T. Washington nos jornais da imprensa brasileira. A primeira delas é de 1899, portanto, saiu antes do *Up from Slavery* ter sequer sido publicado nos Estados Unidos. O jornal *República*, de Belém do Pará, fez um panorama da vida e da obra do homem, intitulada de “Um grande negro”.¹⁷² Já que desde fins do século XIX negros dos Barbados, Antilhas e do Caribe, em geral, migraram para a região amazônica¹⁷³, não é de se estranhar que a informação inaugural tenha sido publicada em um jornal de Belém.

¹⁶⁹ GURIDY, Frank Andre, **Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010, p. 17–60.

¹⁷⁰ NORRELL, *Up from history*, p. 221–223.

¹⁷¹ WASHINGTON, Booker T., **Memórias de um negro**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

¹⁷² Um Grande Negro, **República**, 15/09/1899.

¹⁷³ LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto, **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2006, p. 14–37.

No Norte, além de Belém, saíram notícias sobre Booker T. Washington na cidade de Cametá¹⁷⁴, e na capital do Amazonas, Manaus.¹⁷⁵ Mas as notícias não pararam por aí, e estados como Maranhão¹⁷⁶, Paraíba¹⁷⁷, Pernambuco¹⁷⁸, Minas Gerais¹⁷⁹ e Espírito Santo¹⁸⁰ também deram impressão sobre a vida do homem que, outrora escravizado, fora oficialmente recebido por um presidente americano na Casa Branca. Entre jornais e revistas de alcance nacional, a capital da República liderou o número de menções a Booker T. Washington: cerca de meia centena entre 1901 e década de 1940.¹⁸¹ No mesmo período, São Paulo também publicou dezenas de observações envolvendo o nome do líder americano.¹⁸²

Em Porto Alegre encontrei apenas uma citação, no jornal a *Federação* de 1903.¹⁸³ Entretanto, isso certamente não representa a promoção de Booker T. Washington no Rio Grande do Sul, haja vista que a tese já citada de Melina Perussatto, demonstra que o “pedagogo negro” era frequentemente referenciado nas páginas do periódico *O Exemplo*. O modelo educacional de Booker T. Washington foi amplamente discutido pelos intelectuais negros do Sul.¹⁸⁴ Ainda nesse estado, Fernanda Oliveira da Silva investigou as publicações das fronteiras do Brasil com o Uruguai, e, um pouco mais adiante na década de 1930, também percebeu a influência do “líder negro” em jornais da imprensa negra uruguaia, como *Acción*, e na revista *Nuestra Raza*.¹⁸⁵ A incidência do pensador na região sul do país não se confinou ao Rio Grande. Em Curitiba, Booker

¹⁷⁴ O negro na casa branca, **O Industrial**, 07/03/1902.

¹⁷⁵ Solidariedade Humana, **Jornal do Comércio**, 14/07/1904.

¹⁷⁶ Telegramas - Serviço da Pacotilha - Rio, 21, **Pacotilha**, 21/10/1901; Os negros n'América do Norte, **Diário do Maranhão**, 01/03/1902; VIANA, Barbosa, Higiene para todos - Os dentes, **Pacotilha**, 07/10/1919.

¹⁷⁷ O problema do ensino - A propósito do projeto do Sr. Miguel Calmon - O que s. exma. diz em uma entrevista, **O Norte**, 10/08/1912; Uma entrevista com o Dr. Miguel Calmon - Escolas normais nos Estados, criadas e mantidas pela União, **O Norte**, 10/11/ 1912.

¹⁷⁸ Os negros e Roosevelt, **Jornal do Recife**, 23/01/1904; Th. Bentzon, **Jornal do Recife**, 03/02/1907; Estrangeiras, **Jornal do Recife**, 01/12/1907; O pedagogo negro, **Jornal do Recife**, 11/08/1911.

¹⁷⁹ Registro Social, **Farol**, 15/10/1922.

¹⁸⁰ Cidade de Negros, **O Cachoeirano**, 07/04/1902; O Negro na Casa Branca, **Estado do Espírito Santo**, 04/02/1902, Cidade de negros, **Estado do Espírito Santo**, 26/04/1902.

¹⁸¹ Brancos e Negros, **Jornal do Brasil**, 12/04/1901; Tome Nota, **Correio da Manhã**, 2º Caderno. 15/07/1970.

¹⁸² Booker City, **Comércio de S. Paulo**, 13/03/1902; Hon Kelly Miller, **O Clarim d'Alvorada**, p. 4, 28/09/1930.

¹⁸³ O Presidente Roosevelt e a questão dos Negros, **A Federação**, p. 2-3, 23/04/1903.

¹⁸⁴ PERUSSATTO, **Arautos da Liberdade**, p. 92; 225-226; 227-242.

¹⁸⁵ SILVA, **As lutas políticas nos clubes negros**, p. 110-113; 185.

T. Washington foi notícia de 1901 até 1979, sendo que na década de 1960 uma série de quadrinhos foi publicada especialmente para retratar a vida do “Mago de Tuskegee”.¹⁸⁶

Como apontado por Sabrina Gledhill, foi no *Diário da Bahia*, periódico de Salvador, que saiu uma tradução da resenha francesa de Th. Benzon sobre *Up from Slavery*, serializada entre março e abril de 1902.¹⁸⁷ Como demonstrei, contudo, essa não foi a primeira exposição da trajetória do líder negro no território nacional. Nesse momento o público baiano, e ousou dizer brasileiro em geral, já estava bastante familiarizado com Booker T. Washington. É importante ressaltar que a partir da publicação no *Diário da Bahia*, a resenha de Th. Benzon ganhou uma enorme popularidade e foi republicada em diversos jornais nacionais¹⁸⁸, e se tornaram comum as alusões as partes mais tocantes da biografia do homem. Dessa maneira, o que já estava sendo reproduzido nos jornais nacionais desde 1899, acaba por raiair em 1905, no *Almanaque Brasileiro*, publicação de alcance nacional:

Esse homem extraordinário, que na mais tenra idade foi pobre, vivendo a vida mais miserável, é hoje um capitalista riquíssimo e um grande filantropo.¹⁸⁹

Gledhill enuncia em seu quarto capítulo que um dos objetivos de seu trabalho era perceber como “líderes e intelectuais negros entraram em contato com a vida e obra de Washington”¹⁹⁰, mas infelizmente, uma ausência notável é que nenhum título da imprensa negra, brasileira e internacional, foi incluído na lista dos jornais investigados.¹⁹¹ Apenas como exemplo, o jornal o *Clarim* cuja intensa relação com o *Chicago Defender* é conhecida da historiografia brasileira¹⁹², não consta do estudo sobre Booker T. Washington.

¹⁸⁶ Um filósofo preto, **A República**, 24/12/1901; Londres, **A República**, 01/03/1902; Preconceito de Raça, **A República**, 11/02/1905; O ódio de raças, **A República**, 10/08/1910; Histórias verdadeiras: O mago de Tuskegee: 3º. de uma série, **Diário da Tarde**, 1963; São Francisco, **Diário da Tarde**, 06/12/1963; Paradoxo do show business, **Diário da Tarde**, 17/11/1979.

¹⁸⁷ GLEDHILL, Helen Sabrina, **Travessias Racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino**, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p. 142–143.

¹⁸⁸ Th. Bentzon, **Jornal do Recife**, 03/02/1907; Th. Benzon, **Correio Paulistano**, 12/02/1907; Autobiografia, **Diário de Pernambuco**, 20/12/1902.

¹⁸⁹ Booker Washington, **Almanaque Brasileiro Garnier**, n. III, p. 393, 1905.

¹⁹⁰ GLEDHILL, **Travessias Racialistas no Atlântico Negro**, p. 140.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 154–163.

¹⁹² FRANCISCO, **Fronteiras em definição**; FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro, Um olhar sobre a “América”: Experiências afro-americanas nas páginas de O Clarim da Alvorada, **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, v. 2, 2008.

No que diz respeito a biografia de Booker T. Washington, o trabalho do historiador Robert J. Norrell é um estudo inovador sobre a trajetória do líder negro. Ganhador de vários prêmios¹⁹³, o livro *Up from History* faz uma revisão da história de Booker T. Washington para além da ideia de que ele teria sido um inimigo do ativismo negro, surgida especialmente entre historiadores militantes da década de 1960¹⁹⁴, mas que se propagou infundavelmente. Ainda hoje é muito difícil escrever sobre o Booker T. Washington nos Estados Unidos, sem passar por constrangimentos. Por esse, motivo a obra de Norrell é também corajosa. O fato de Norrell ser um homem branco, nesse caso, conta a favor da pesquisa, na medida que, para um acadêmico afro-americano haveria maiores implicações políticas em escrever um livro revisionista sobre a trajetória de Booker T. Washington, já fadado ao julgamento embaraçoso.

Entretanto, a biografia escrita por Norrell não é, nem complacente com as falhas do líder americano, nem o coloca em posição de vítima. Além de apresentar uma pesquisa muito sólida sobre fatos e estratégias que o biografado estabeleceu para dar visibilidade e créditos às pessoas negras, Norrell desmaterializa uma imagem corrente nos Estados Unidos de que Booker T. Washington teria sido um “Benedict Arnold of the Negro Race” ou mesmo uma pessoa de caráter fraco e colaboracionista da raça branca.¹⁹⁵

Up from History contextualiza Booker T. Washington, buscando mostrar como seu ativismo funcionou frente às questões e expectativas de protesto de seu tempo histórico, e não das gerações posteriores¹⁹⁶, ressaltando seu ativismo, relacionando sua formação ética no protestantismo, e seu comprometimento com a elevação/*uplifting* da comunidade negra.¹⁹⁷ Norrell enfrenta as polêmicas em relação as escolhas de Booker T. Washington, incluindo seus conchavos políticos como parte de seus estratagemas. Ele também desmitifica a ideia de que Booker T. Washington tenha sido avesso à educação de nível superior para os negros.

¹⁹³ Prêmios recebidos pelo autor pela obra *Up From History*: Library Journal Best Book of 2009; Booklist Top 10 Black History Non-fiction Book of 2009; The Washington Post Best Book of 2009 (1 of 9); 2009 Honorable Mention, US History and Biography/Autobiography, The Association of American Publishers Prose Awards. <https://history.utk.edu/people/robert-j-norrell/>

¹⁹⁴ NORRELL, *Up from history*, p. 436.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 6–7.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 15.

¹⁹⁷ A leitura do prólogo de *Up From History* é eficiente em apresentar o debate em torno da figura de Booker T. Washington e de demonstrar qual a pretensão, e a metodologia que Norrell utiliza para o empreendimento de reabilitação da imagem frente de Booker T. Washington frente a história das pessoas negras.

W.E.B. Du Bois¹⁹⁸, seu maior crítico, escreveu um conjunto de memórias em 1940, chamado *Dusk of Dawn* [Crepúsculo do Amanhecer] reforçando a imagem negativa de Washington que ele já havia apresentado no *The Souls of Black Folks* (1903), afirmando que, no início do século, a agenda política nos Estados Unidos não se dava sem o consentimento de Washington. De acordo com Norrell, Du Bois exagerou na influência que Washington de fato tinha. Para o historiador o início da peleja entre os dois líderes negros foi percepção de W.E.B. Du Bois de que Washington o teria impedido de conseguir uma posição na superintendência escolar do Distrito de Columbia.¹⁹⁹ Du Bois pediu uma carta de recomendação a Booker T. Washington para a candidatura. Apesar da oposição de seus aliados como Thomas T. Fortune, que associava que algumas das críticas à Booker vinham de Du Bois, ele escreveu a recomendação. Du Bois, no entanto, foi preterido para a posição, e passou a suspeitar que Booker o tivesse traído. Norrell afirma que nada na extensa documentação de Booker confirma a deslealdade. Mas Du Bois nunca aceitou a posição como professor em Tuskegee que lhe foi oferecida.²⁰⁰

Para além das frustrações pessoais, há sem dúvida uma discordância teórica entre os dois, e Du Bois não foi o único ativista crítico à política bookerista. A obra de Norrell é um marco importante na historiografia para uma nova compreensão sobre Booker T. Washington, mas ainda não é o suficiente para reabilitá-lo frente às diversas interpretações historiográficas que reafirmam o acomodacionismo do líder²⁰¹, e essa também não é a intenção por aqui. O objetivo é mostrar que, no Brasil, Booker T. Washington foi uma grande influência por décadas a fio. A mal afamada disputa com W.E.B. Du Bois, bem como as variadas acusações contra Booker T. Washington e, pior, a pecha de traidor da raça negra, se repercutiu por aqui, foi muito pouco, comparado à solidez

¹⁹⁸ ANONYMOUS, W.E.B. Du Bois Papers, *The Journal of Pan African Studies*, v. 10, n. 9, p. 395–399, 2017.

¹⁹⁹ NORRELL, *Up from history*, p. 425–426.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 227–228.

²⁰¹ “The almost universal characterization of Washington as an accommodationist to segregation is also inaccurate. (...) Washington made public protests Jim Crow on railroads, lynching, disfranchisement, disparities in education funding, segregated housing legislation, and discrimination by labor unions. He arranged and partly financed lawsuits challenging disfranchisement, jury discrimination, and peonage. And he campaigned constantly against the pernicious images of blacks projected in the media and popular culture.” [“A caracterização quase universal de Washington como acomodacionista da segregação também é imprecisa. (...) Washington fez protestos públicos contra Jim Crow em ferrovias, linchamentos, cassação de direitos, disparidades no financiamento da educação, legislação habitacional segregada e discriminação por sindicatos. Ele organizou e parcialmente financiou ações judiciais contestando cassação, discriminação do júri e servidão. E fez campanha constantemente contra as imagens perniciosas dos negros projetadas na mídia e na cultura popular”.] *Ibid.*, p. 439.

que seu nome tinha como educador, pedagogo e filósofo.²⁰² É particularmente importante verificar como, e porquê das notícias sobre Washington na grande imprensa do Brasil mantiveram a sua imagem praticamente ileso por décadas, especialmente se comparada com o que ocorreu nos Estados Unidos. Afinal, para se ter uma ideia da importância do líder americano no Brasil, em 1947, cerca de trinta anos após a sua morte, ninguém menos do que José Correia Leite ainda celebrava Washington como um dos maiores líderes negros do mundo.²⁰³

A importância de Washington no território nacional pode ser confirmada com base nas notícias que a grande imprensa publicou sobre o líder, assim como naquelas que citaram seu nome, ou, repetiram um repertório comum de admiração e de exemplo. No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a fama internacional de Booker T. Washington veio, a princípio, da associação com o presidente americano Theodore Roosevelt (1858-1919), que o recebeu para um jantar na Casa Branca, em 16 de outubro de 1901. O fato de um homem negro tomar uma refeição com a família do presidente gerou a fúria implacável dos sulistas norte-americanos, e isso foi amplamente retratado pela imprensa americana e internacional. A popularidade não foi positiva para Roosevelt, e como muitos biógrafos do líder negro expuseram, chegou a abalar as relações entre os dois, minimizando as possibilidades de ação de Booker T. Washington com o governo americano em prol de políticas raciais mais progressistas.

Além do jantar na Casa Branca²⁰⁴, foram publicadas em quase todos os jornais brasileiros notas sobre a “Booker City”, ou, “Cidade de Negros”. Sem adentrar no funcionamento das políticas segregacionistas no sul dos Estados Unidos²⁰⁵, os periódicos brasileiros narraram a fundação de uma cidade “só de negros” no Estado de Alabama, chamada de Booker City. Os jornais afirmavam que esta era “a terceira do gênero” e que “tomou o nome de Booker T. Washington, o famoso educador negro”, e que se localizava “no ramal de Kansas, Memphis e Birmingham, da rede de S. Francisco, a cerca de 10 milhas de Birmingham”. As notícias também enfatizavam que a primeira cidade negra estabelecida no Alabama havia sido Hobson City, “que já existe há algum tempo e é

²⁰² STEIN, Judith, “Of Mr. Booker T. Washington and Others”: The Political Economy of Racism in the United States, *Science & Society*, v. 38, n. 4, p. 422–463, 1974; NORRELL, *Up from history*.

²⁰³ LEITE, José Correia, ...*E disse o velho militante José Correia Leite*, p. 250–251.

²⁰⁴ O Negro da Casa Branca, *Diário de Pernambuco*, 05/02/1902; Conflito de Raças, *Jornal do Brasil*, 25/09/1903.

²⁰⁵ Em 1896, com o caso *Plessy v. Ferguson*, a Suprema Corte americana decidiu dar apoio à segregação racial a partir da doutrina do “separados, mas iguais” [“*separate but equal*”].

povoada e administrada exclusivamente por negros” e que a segunda foi Douglass, no subúrbio de Pratt City.²⁰⁶

“Cidade de negros”, “Booker City”, “filósofo preto”, “um grande negro”, “o negro mais inteligente do mundo”, “o negro da Casa Branca” eram todas expressões recorrentes da imprensa brasileira e que deram notoriedade absoluta a Booker T. Washington. Se no começo, a sua sofrida infância como escravo pobre e maltrapilho, as conexões com Roosevelt, e o chamado “ódio de raças” davam o tom das notícias, ao longo do tempo, a imprensa passou a focar na mensagem de autossuficiência do “líder da raça”.

A forte imagem de uma criança escravizada e pobre, que se tornou um “capitalista riquíssimo” foi projetada na imprensa nacional de maneira frenética, e certamente estimulou, para dizer o mínimo, sujeitos negros a seguirem seu exemplo. Se trajetória de sucesso de Booker T. Washington gerou esperança social e econômica entre a comunidade negra brasileira, certamente, esse espaço de projeção não passou despercebido pelo “mago de Tuskegee”.²⁰⁷

Figura 1.9 – Booker T. Washington em Revista



Fonte: *Revista Careta*, 31 de maio 1913.

Washington observava atentamente a política brasileira. Quatro anos antes de Joaquim Cambará se indignar com o racismo levantado pela eleição do deputado sergipano, Monteiro Lopes foi eleito o primeiro homem negro a ocupar um cargo como deputado federal (pelo 1º distrito da capital federal, Rio de Janeiro) sob o Partido Republicano Democrata, em 1909. Sua eleição e a posse no cargo se deram sob intensos protestos racistas de diversos setores da sociedade brasileira. A imprensa nacional fez uso de bastante escárnio quanto à tonalidade escura de sua pele,

²⁰⁶ Booker City, *Comércio de S. Paulo*, 13/03/1902; Booker City, *Comércio do Espírito Santo*, 05/07/1902.

²⁰⁷ O pedagogo negro, *Jornal do Comércio*, 31/12/1911; Brancos e Negros, *Jornal do Comércio*, 04/06/1913; Booker Washington, *Fon Fon*, 02/05/1916.

provocando um mal-estar generalizado entre as comunidades negras e antirracistas que se posicionaram a favor do deputado.²⁰⁸

Dr. Monteiro Lopes, cuja eleição para a Câmara dos Deputados foi reconhecida na semana passada, é o primeiro negro a ter assento na casa. Ele recebeu os parabéns do Dr. Booker Washington, o conhecido líder negro nos Estados Unidos. (tradução minha).²⁰⁹

A revista americana *The Brazilian Review*, publicada em inglês no Rio de Janeiro, salientou o fato, confirmando que o primeiro “homem de cor” a ocupar um cargo na câmara federal havia recebido o reconhecimento do “conhecido líder Dr. Booker Washington”. Apenas no Recife, o *Jornal Pequeno*, publicação editada pelo americano Thomé Gibson, deu a notícia do sobre a mensagem de Booker T. Washington para Monteiro Lopes. Ironicamente, o líder negro americano, que era amplamente retratado pela imprensa brasileira, ao aprovar a eleição de um congressista negro no Brasil, dessa vez, não recebeu a atenção costumeira.²¹⁰

Note-se que a *Brazilian Review* não entra nas polêmicas, e, principalmente, não explora as demonstrações de racismo que a eleição de Monteiro Lopes suscitou no território nacional. A nota demonstra apenas a legitimação que o líder negro norte-americano dava para o político negro brasileiro. Não há informações sobre como essa parabenização ocorreu, se foi por telegrama ou fala pública. O décimo volume publicado das correspondências de Booker T Washington, referentes aos anos de 1909-1911, não mencionam esse fato especificamente.²¹¹ As relações entre Booker T. Washington e as autoridades brasileiras serão investigadas mais adiante. O importante nesse momento é notar que Washington estava atento e tinha interesse na política brasileira. Além disso, ele estava disposto a utilizar a sua fama e respeitabilidade internacional para validar a ascensão de negros, como Monteiro Lopes, ao poder na América do Sul.

É conhecido pela historiografia brasileira o fim trágico do político Monteiro Lopes. Pressionado pelo racismo descarado e violento da imprensa nacional, ele mal completou esse seu

²⁰⁸ DANTAS, Carolina Vianna, Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República, *Afro-Ásia*, n. 41, p. 167–209, 2010; DOMINGUES, Petrônio, “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política, *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 95, p. 59–81, 2013.

²⁰⁹ “Dr. Monteiro Lopes, whose election to the Chamber of Deputies was recognized last week, is the first colored man to sit in the House. He has received the congratulations of Dr. Booker Washington, the well-known colored leader in the United States.” [“Dr. Monteiro Lopes, cuja eleição para a Câmara dos Deputados foi reconhecida na semana passada, é o primeiro homem de cor a se sentar na Câmara. Ele recebeu os parabéns do Dr. Booker Washington, o conhecido líder negro nos Estados Unidos.”] Congratulations of Booker T Washington to Monteiro Lopes, *The Brazilian Review*, p. 478, 05/11/1909.

²¹⁰ Da “Brazilian Review”, *Jornal Pequeno*, proprietário e director - Thomé Gibson. 24/05/1909.

²¹¹ WASHINGTON, Booker T.; HARLAN, Louis R., *The Booker T. Washington papers. Vol. 10: 1909-11*, Urbana: Univ. of Illinois Press, 1981.

mandato, falecendo precocemente em 1910. A morte do deputado impactou a comunidade negra paulistana que prestou suas últimas homenagens ao político de cor. Pode-se aventar que, com Monteiro Lopes, morria parte das esperanças de partilha do jogo político durante a Primeira República. Vários clubes sociais paulistanos, incluindo o Grêmio Kosmos, e também seu antigo rival 18 de Agosto, estiveram entre as comissões que se fizeram representar na missa de sétimo dia da morte do deputado, organizada pelo Centro da Federação dos Homens de Cor:

Na igreja de S. Francisco foi celebrada anteontem, às 8 horas e meia da manhã, a missa de sétimo dia, mandada rezar pelo Centro da Federação dos Homens de Cor, por intenção do deputado Monteiro Lopes. O presidente do Estado fez-se representar pelo seu ajudante de ordens, capitão Arthur Godoy, vendo-se também numerosa assistência, além dos sócios da Federação, comissões do Club 13 de Maio, Grêmio Recreativo Kosmos, S. Paulo Recreativo Club, Heliotrópio Club, Dezoito de Agosto, Quinze de Novembro, Amigos da Pátria e uma delegação da Federação Paulista dos Homens de Cor, de Campinas.²¹²

Como não deve ser surpresa para ninguém, os clubes e sociedades dançantes e recreativas da cidade de São Paulo sabiam muito bem quem tinha sido ele, e qual era a sua importância para a causa negra em 1910. Da mesma forma, ou talvez até de maneira mais incisiva, é impossível que, os brasileiros de cor organizados em agremiações não tivessem ciência de quem era o líder negro em escala mundial, Booker T. Washington. Para uma parte significativa dos brasileiros, o líder americano não foi “apenas” o nome do filho do fundador do *Progresso*, Theóphilo Dias de Castro. Washington foi significativo de Norte ao Sul do Brasil. Um questionamento que esta tese busca responder ao longo dos próximos capítulos refere-se ao porquê de Booker T. Washington ter sido tão presente na grande imprensa nacional, ao passo que outros líderes como W.E.B Du Bois, Ida B. Wells, Thomas T. Fortune, eram quase ausentes.

Em 1910, a percepção sobre a liderança de Booker T. Washington extrapolava muito os limites dos Estados Unidos. As notícias, então, posicionavam o líder americano como o guia da raça negra, em geral, mundialmente. O historiador Frank Guridy inovou ao apresentar a dimensão internacionalizante do pensamento de Washington.²¹³ A partir da investigação nas correspondências oficiais de Washington, além de outros documentos de Tuskegee, ele aponta que o plano do “mago” era tanto trazer alunos negros de outros lugares para estudar no Alabama, quanto expandir as fronteiras da sua própria instituição, criando filiais do seu estabelecimento em

²¹² Missa Fúnebre, *Correio Paulistano*, 22/12/1910.

²¹³ GURIDY, *Forging Diaspora*, p. 47.

países com população negra expressiva, tais como aqueles do Caribe e América do Sul²¹⁴, proposta que foi estendida a países africanos.²¹⁵

De acordo com Guridy, a internacionalização das ideias de Booker T. Washington atingiu amplamente o Caribe, por meio da extensão de seus projetos educacionais para os alunos cubanos.²¹⁶ A proximidade dos Estados Unidos com Cuba certamente favoreceu os intercâmbios entre o Instituto Tuskegee e jovens cubanos, onde foi publicada em espanhol uma tradução completa de *Up from Slavery*, em 1902, intitulada de *De Esclavo á Catedrático*.²¹⁷ Da mesma forma, a adjacência do Norte do Brasil com o Caribe, e ainda, a própria imigração de pessoas negras de outras partes do globo para lá, certamente, contribuiu para a disseminação da biografia de Booker T. Washington nessa região. Essas políticas de internacionalização tinham um objetivo maior, pois, Washington entendia “o projeto de elevação racial como global”. Guridy afirma que Washington, por meio da escola de Tuskegee, buscava empreender sua metodologia educacional de “regeneração” para toda a diáspora.²¹⁸ Assim, houve mais de um projeto por parte de líderes norte-americanos para a América Latina negra, e, especificamente para o Brasil, relativos a implementação de um modelo educacional e racial a exemplo do Instituto Tuskegee.

Frederico Baptista de Souza e Booker T. Washington: Simetrias internacionais

Frederico Baptista de Souza, nessa primeira década do século XX, participou dos carnavais, foi presidente no Kosmos (1912), irmão na Confraria do Remédios, continuou a trabalhar como bedel na Faculdade de Direito, comprou um terreno, mudou de residência, aumentou a família, instalou uma biblioteca do Kosmos e, cada vez mais foi assumindo funções diretivas no grêmio. Frederico, todavia, não escreveu sobre Booker T. Washington. Mesmo assim, considero que, sendo ele um homem de cor negra nascido durante a escravidão e feito adulto após

²¹⁴ *Ibid.*, p. 35.

²¹⁵ Oriunda desse desejo de transnacional de expansão surgiu a expedição Tuskegee no Togo, quando oficiais da colonização alemã utilizaram a expertise da escola do Alabama para aumentar a produção camponesa de algodão. WEST, MICHAEL O., *The Tuskegee Model of Development in Africa: Another Dimension of the African/African-American Connection*, **Diplomatic History**, v. 16, n. 3, p. 371–387, 1992; ZIMMERMAN, Andrew, *A German Alabama in Africa: The Tuskegee Expedition to German Togo and the Transnational Origins of West African Cotton Growers*, **The American Historical Review**, v. 110, n. 5, p. 1362–1398, 2005; ZIMMERMAN, Andrew, **Alabama in Africa: Booker T. Washington, the German empire, and the globalization of the new South**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

²¹⁶ GURIDY, **Forging Diaspora**, p. 27–42.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 22; 34.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 47.

a abolição, era um sujeito atlântico.²¹⁹ Frederico nunca escreveu sobre Booker T. Washington, mas, visto a pesquisa nos jornais da grande imprensa, ele certamente conhecia as referências sobre elevação e reerguimento da raça. Como um homem atlântico, Frederico estava ciente do que ocorria em outras partes do mundo em termos de cultura, expressão, inteligência, e desenvolvimento dos povos outrora escravizados.

Um pouco adiante na década de 1930, jornalistas da grande imprensa brasileira afirmavam que comemorar a Lei do Ventre Livre, celebrar o 13 de maio – data da abolição da escravatura –, ou mesmo homenagear nomes de abolicionistas, fomentava um ódio racial que não existia no Brasil. Eles acusaram os negros envolvidos em tais atividades de tentar transformar o Brasil em um lugar tão violento quanto os Estados Unidos. Nessa visão, os negros tinham o direito de lembrar o sofrimento do passado, mas nada mais era aceitável porque a abolição havia criado igualdade legal entre negros e brancos. Não havia necessidade legítima de fazer comemorações; ações em contrário eram uma ameaça à harmonia nacional.²²⁰

É nesse contexto que a elite branca brasileira fez de Booker T. Washington o arquétipo a ser imitado por todas as comunidades negras; em essência, o líder americano era a prova de que o passado da escravidão não era um impedimento para o crescimento social dos negros. Sua vida supostamente mostrava que todos aqueles que saíram da escravidão eram capazes de alcançar o sucesso econômico apenas pela força de vontade. Apesar dos esforços para fazer de Booker T. Washington um modelo para os negros brasileiros, exemplifico a seguir como os ativistas em São Paulo fizeram suas próprias avaliações críticas do “Mágico de Tuskegee”. Desmantelar a imagem de Booker T. Washington não era uma alternativa viável, pois isso “confirmaria” a suposição racista de que os negros brasileiros não podiam ou não queriam ter sucesso em uma sociedade livre. Em vez disso, a imprensa negra apoiou duas representações de Booker T. Washington que alavancaram sua imagem impecável para seus próprios fins.

Em primeiro lugar, para combater a falácia de que o sucesso de Booker T. Washington ofuscava aqueles de seus contemporâneos brasileiros, eles traçaram paralelos entre Booker T. Washington e homens de sucesso, como Frederico Baptista de Souza. Ao fazer isso, os escritores

²¹⁹ RATTS; NASCIMENTO; CARNEIRO, *Eu sou atlântica*, p. 72.

²²⁰ Essas notícias foram analisadas no quinto e último capítulo, quando avalio a importância do Congresso da Mocidade Negra. São elas: Alexandre Vieira, “A ironia de um Congresso,” **Folha da Manhã**, 18/01/1930; “A ironia de um Congresso - ‘A mocidade negra - disse-nos um dos ex-batalhadores da causa - pretende realizar um congresso sem programa definido,’” **Folha da Manhã**, 1/12/1930; “A ironia de um Congresso Reconstituição de fatos e de fins - O Professor Vicente Ferreira mostra-se pessimista,” **Folha da Manhã**, 16/01/1930.

negros demonstraram que indivíduos como ele não eram exclusivos dos Estados Unidos. Assim como Booker T. Washington, Frederico Baptista de Souza foi um exemplo de homem negro que – também nascido antes da abolição – obteve educação formal, ascendeu socialmente como trabalhador urbano, constituiu família respeitada no meio negro, tornou-se editor na imprensa negra e atuou como diretor de clubes negros. Ao traçar comparações entre Booker T. Washington e ativistas negros brasileiros, esses escritores usaram o poder retórico da imagem de Booker T. Washington para combater visões racistas sobre o progresso das comunidades negras após a abolição no Brasil.

Em segundo lugar, os jornalistas negros entenderam que o exemplo abstrato de sucesso liberal de Booker T. Washington por si só não era suficiente para os negros brasileiros ascenderem socialmente. Mudanças práticas e institucionais eram necessárias, e eles viam suas atividades como prova disso. Divergindo das representações de Booker T. Washington na grande imprensa, os escritores negros se concentraram no papel dele como educador. Eles argumentaram que a fundação de uma instituição educacional projetada para negros, semelhante ao Instituto de Washington, seria um passo crítico para tirar a raça da pobreza por meio da educação em massa. Essa ênfase permitiu que os escritores usassem a imagem de Booker T. Washington como um pedido de apoio à educação negra por parte do estado e da sociedade em geral. Em outras palavras, se o exemplo de Booker T. Washington fosse seguido corretamente, seria necessário mais do que a força de vontade dos negros: o investimento institucional era necessário.

A seguir, estão a terceira e a segunda páginas do periódico *Alvorada*, jornal negro paulista de 1947, fundado por José Correia Leite. Uma imagem de Booker T. Washington intitulada “Levantou o Véu da Ignorância” está na terceira página. A segunda página traz uma foto de Frederico Baptista de Souza, com a legenda “Uma Vida Vitoriosa”. Como esses dois artigos são considerados em conjunto, há uma sensação de continuidade entre esses dois tipos de notícia. Com base na afirmação do jornal, Booker T. Washington ajudou a “levantar o véu da ignorância”, e Frederico mostrava que a dedicação ao trabalho e à família valeriam a pena, levando a uma “vida vitoriosa”.

Figura 2 – Booker T. Washington e Frederico



Fonte: *Alvorada*, julho de 1947.

Segundo o jornal, as notícias sobre Washington espelhavam o que foi publicado no periódico *Negro World*²²¹. Ela relatava a inauguração do (altamente controverso) monumento “Lifting the Veil” de Washington – em Tuskegee. Ainda que extraída de um jornal americano, o editor do *Alvorada* ofereceu sua própria perspectiva sobre a importância de Booker T. Washington para a população negra mundial. Eles explicam que a matéria não pretendia criar inveja nos negros brasileiros, mas sim inspirá-los pelas ações do líder americano que foi um “cruzado” pela educação dos negros em todo o mundo. O jornal afirmava:

Revelamos esses fatos, não apenas como estímulo, mas na função específica de nossa orientação. É, em todo o caso, uma explicação mais útil para certas pessoas que não compreendem este bom senso do nosso permanente; e eles calculam que estamos bajulando ou fazendo um trabalho para fazer inveja aos negros do Brasil. Nada disso. Se não, vejamos agora um exemplo marcante, de um fato digno de ser narrado por todos os negros e brancos do mundo.

Sessenta e seis atrás, em 4 de julho de 1881, foi propriamente falando, que Booker T. Washington iniciou sua cruzada educacional, marcando aquela época, a fase de verdadeira redenção para os negros norte-americanos. Hoje, o “Instituto Tuskegee” é um monumento de trabalho que é um orgulho de perseverança para qualquer homem de qualquer cor na nação do mundo
 “Alvorada” presta esta singela homenagem ao grande e imensurável trabalhador²²².

Outra simetria está na segunda página do *Alvorada* que noticia o aniversário de casamento de Frederico Baptista de Souza. A matéria, da mesma edição de 1947, apresentava Frederico à nova geração de leitores, expondo seus esforços incansáveis na imprensa negra e como o principal diretor do Grêmio Kosmos. Reforçava o tradicionalismo representado por Frederico, afirmando que ele era um homem de “família e trabalho”. Especificamente, eles destacavam o valor de seu

²²¹ Jornal do líder Marcus Garvey, responsável pela organização Universal Negro Improvement Association and African Communities League (UNIA). TAYLOR, Ula Y., **The veiled Garvey: the life & times of Amy Jacques Garvey**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

²²² *Alvorada*, 07/1947.

trabalho na Faculdade de Direito. Mas evitaram mencionar que naquela época, Frederico estava enfrentando problemas substanciais para receber o salário de sua aposentadoria – talvez também na esperança de que a notícia chegasse os seus antigos patrões e os sensibilizasse. O texto termina da mesma forma que o artigo da página três, indicando que o *Alvorada* viu a necessidade de homenagear Frederico em nível semelhante ao de Booker T. Washington.

O nome de Frederico Baptista de Souza representa uma tradição. Ex-funcionário da “Faculdade de Direito”, embora aposentado, ainda presta seu valioso serviço, no exercício de seu cargo, naquela antiga casa de ensino superior.

Frederico Baptista de Souza, com mais de meio século, teve sua vida ligada a todas as atividades associativas dos negros paulistas, no mais alto sentido de seus princípios. No entanto, a associação que mais estimava era a Sociedade Dramática e Recreativa do Grêmio “Kosmos” que, entre muitas outras, marcou época nos anais da nossa vida social.

“Alvorada” presta, hoje, esta singela homenagem à figura patriarcal de Frederico Baptista de Souza — matriculado na A.N.B. [Associação Negra Brasileira] — e que ainda acompanha todos os nossos movimentos.²²³

Fica evidente que, no geral, Washington foi entendido no Brasil como a personificação de uma esperança de ascensão dos negros na sociedade pós-abolição. O que também está nítido é que essa imagem poderosa – que foi veiculada universalmente pela grande imprensa – incluía a capacidade de, metafórica e literalmente, ofuscar estratégias mais radicais de combate ao racismo. Enquanto os ativistas evoluíram com o tempo, a natureza embutida da ideologia de elevação e seus limites continuaram a afetar a luta pela equidade. Frederico, como um homem negro nascido durante a escravidão, amadurecido após a abolição, pode ser visto como um paralelo de Washington em suas realizações, e também em suas limitações.

²²³ *Ibid.*

Capítulo 3 – União da Raça

Os jornais da imprensa negra anteriores a 1930: um breve cálculo

Jornais negros paulistanos começaram a ser publicados ainda no século XIX, como *A Pátria* de 1889, de João China, e o *Progresso*, editado em 1899 pelo precursor Theóphilo Dias de Castro¹. Em 1903, no interior do estado, em Campinas, circulou o *Baluarte*. Houve na cidade de São Paulo outras folhas publicadas e destinadas aos homens de cor, como o pouco referenciado *O Propugnador*, cujo segundo número – e único disponível para estudos – data de julho de 1907², e os bem conhecidos o *Menelik*³, de 1915, e a *Rua* e o *Xauter*, de 1916.

Na capital, o jornal o *Bandeirante*, que tinha como alvo de “reerguimento” e a defesa da classe dos homens de cor, e a folha o *Alfinete* foram fundados em 1918. A partir de julho de 1919, começou a circular o periódico a *Liberdade*. Em 1920, surge a *Sentinela*, do qual sobrou apenas um exemplar. O *Kosmos* data de 1922, e, em 1923 é fundado o *Getulino*⁴, de Campinas. Depois deles vieram o *Elite* e o *Clarim*, que passou a ser chamado de *Clarim d’Alvorada* ainda em 1924. E, a eles seguiram outros títulos, como outro jornal *Progresso*, editado a partir de 1928, e, no mesmo ano, o *Auriverde*. O *Chibata* já é de 1932, e se tratava uma folha de protesto específico contra a Frente Negra Brasileira. O periódico da FNB, a *Voz da Raça*, foi criado apenas em 18 de março de 1933.

Rememorar esses títulos iniciais tem algumas razões. A primeira é reconhecer que todos esses jornais, ainda que assumissem posturas diferentes tanto politicamente, quanto no que diz respeito a luta pela igualdade racial, faziam parte de um contexto em que os editores não apenas se conheciam e dialogavam. Eles também se referenciavam, e como é de se esperar, tiveram debates e disputas, além uma longa história conjunta, que remonta ao século XIX, e segue muito adiante. Pensar que Theóphilo Dias de Castro, o principal editor do jornal *Progresso* de 1899, teve um filho – Theóphilo Booker T. – que mais tarde passou a escrever uma coluna para o *Clarim d’Alvorada*, dá dimensão da longevidade, e das muitas camadas dessa luta.

¹ PINTO, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, p. 123–125.

² LUCINDO, *Comemorações, cidadania e festas*, p. 182–184.

³ CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição, “Leitoras:” Gênero, Raça, Imagem e Discurso em O Menelik (São Paulo, 1915-1916), *Afro-Ásia*, n. 46, 2012.

⁴ GUIRRO, Leandro Antônio, *Intelectualidade e Imprensa Negra Paulista os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)*, Dissertação de Mestrado, Assis, 2013, p. 45.

Muitos jornalistas negros tiveram vida longa nos periódicos de cor. A trajetória de Deocleciano Nascimento, exemplifica isso. Ele foi um poeta que contribuiu com quase todos os títulos de jornais negros paulistanos, fundou o *Menelik* em 1915, e, em 1933, foi o primeiro redator do *A Voz da Raça*.⁵ Esse fato corrobora o quanto essas vozes não eram apenas múltiplas, tinham visões políticas próprias, muitas vezes dissonantes, e sobretudo, mudaram ao longo do tempo. Deocleciano Nascimento, Abílio Rodrigues, Joaquim Domingues foram editores da imprensa negra que, como Frederico, tanto pela atuação, quanto pela longevidade, mereciam ter suas biografias e ideais políticos mais bem compreendidos pela historiografia. Por ora, vale mencionar que esses homens, como qualquer indivíduo que dedique parte de suas forças ao fazer intelectual, tinham contradições; não foram, como ninguém é, seres perfeitos, sem dilemas ou escolhas difíceis. Frederico mudou algumas vezes de opinião ao longo de sua via, e assim também fizeram outros homens de cor. Os jornais negros paulistas apresentam traços dessas trajetórias, ainda que não devam ser considerados fontes únicas, sob o risco de, a partir de fragmentos, se criar uma história simplista, pois há vários números faltantes nas coleções dessas folhas, que implicam em questões metodológicas.

Os jornais da imprensa negra que existem hoje em dia não condizem necessariamente com o montante de exemplares que foram publicados. Ao avaliar a numeração em contraposição a periodicidade dos exemplares, percebe-se lacunas entre as publicações. Antes da criação da folha do Grêmio Kosmos, Frederico contribuiu com os jornais *Alfinete* e a *Liberdade*. As tabelas abaixo têm a função de demonstrar o quanto de fato se conhece sobre essas duas publicações e o quanto se perdeu. É um cálculo ligeiro, para que seja possível criar um panorama um pouco mais claro da imprensa negra a partir de 1918. Da forma como foi compreendida até o momento, muitas vezes essa imprensa parece uma coleção de títulos publicados em datas próximas, porém distintas. Uma das razões desse cálculo é mostrar que alguns desses jornais foram publicados ao mesmo tempo. Se a investigação sobre essas folhas não esclarece isso imediatamente, é porque muitos números dos jornais foram ou estão perdidos, o que não significa que não tenham sido publicados. Segue abaixo uma tabela que contém as datas de publicação e os números do pasquim o *Alfinete*, editado por A. Oliveira. Frederico publicou textos de sua autoria nessa folha desde o princípio de 1918,

⁵ A página *Imprensa Negra* da USP aponta o nome de Gastão Silva como redator do jornal a **Voz da Raça**, entretanto, esta informação está incorreta, e Deocleciano Nascimento foi o redator responsável pela maior parte das publicações do jornal da FNB. *A Voz da Raça*, Imprensa Negra Paulista, Universidade de São Paulo.

passando a ocupar o cargo de secretário em 1921, quando o periódico, no seu 75º. número, começou a ser publicado mensalmente.

Tabela 1. 2 – Exemplares do jornal O Alfinete

Título do Jornal	Arquivo	Dia	Mês	Ano	Número
<i>O Alfinete</i> , 1918-03-09	AESP	3	9	1918	2
<i>O Alfinete</i> , 1918-22-09	BN 00003	22	9	1918	3
<i>O Alfinete</i> , 1918-12-10	BN 00004	12	10	1918	4
<i>O Alfinete</i> , 1919-01-04	BN 00005	4	1	1919	5
<i>O Alfinete</i> , 1919-03-09	BN 00008	9	3	1919	8
<i>O Alfinete</i> , 1921-28-08	BN 00074	28	8	1921	74
<i>O Alfinete</i> , 1921-09-25	BN 00075	25	9	1921	75
<i>O Alfinete</i> , 1921-30-10	BN 00076	30	10	1921	76
<i>O Alfinete</i> , 1921	BN 00077	Mutilado	Mutilado	1921	77

Fontes: Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) e Biblioteca Nacional.

No caso do jornal *O Alfinete*, como se observa na tabela acima, entre os anos de 1918 e 1921, entre os exemplares da coleção do Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP) e da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN), há apenas oito números disponíveis para a pesquisa. O primeiro exemplar existente, é o de número dois, portanto, o segundo a ser publicado. Do primeiro ano, 1918, há apenas três números, embora tenham sido feitas quatro edições diferentes. No segundo ano, 1919 há também dois números, o quinto e o oitavo, o que significa que foram publicados outros dois exemplares: os de número seis e o sete. Depois disso, a falta é enorme, pois não há um exemplar sequer de 1920. Em 1921, a única edição disponível (a de número 74) é do mês de agosto, e, o que significa que há uma lacuna do número 8 ao 74. A periodicidade do *Alfinete* se tornou mensal a partir do número 75, para qual há uma sequência de quatro edições – sendo que a última, de número 77 está bastante mutilada. Nesse caso, a periodicidade foi quinzenal até o número 74, logo, o cálculo da maior ausência de números publicados leva em consideração cerca de duas publicações por mês.

Em suma, foram publicados 66 números do jornal *O Alfinete*, que não existem mais hoje em dia, ou não foram localizados até agora. Para 1919, faltam jornais para 9 meses e meio. No ano de 1920 estão faltando 24 edições. Em 1921, o primeiro exemplar que ainda existe é de fins de agosto, faltando, portanto, oito meses e meio de jornais. Isso totaliza 30 meses de lacuna,

referentes a 66 exemplares. Não é sabido se *O Alfinete* parou de ser publicado no exemplar de número 77, de 1921, mas para efeitos de cálculo, considere-se que sim, que esse tenha sido o último número publicado. Sendo esse o caso, 85% dos exemplares do jornal *O Alfinete* está ausente das coleções contemporâneas, o que é uma parte bastante significativa de sua produção, do qual se conhece cerca de 15%. As 77 edições diferentes do *O Alfinete*, editadas durante três anos, faz desse pasquim uma publicação muito mais consistente do que os oito números que sobraram fazem parecer.

Sendo feita a mesma estimativa para outros títulos, considerando que o jornal não tenha sido mais publicado a partir do último número ao qual ainda há acesso – situação hipotética que provavelmente não ocorreu com todas as folhas, mas que ajuda a fazer uma aproximação – segue uma rápida avaliação de outros títulos de jornais negros paulistas que começaram suas publicações antes de 1930.

Desses, entre os mais longevos, esteve o *Kosmos* com cerca de 30 números, dos quais são conhecidos 21. Do jornal o *Clarim*, entre primeira, segunda e terceira fases há 74 exemplares, ou seja, três menos do que o *Alfinete*. Mesmo assim, também faltam edições do *Clarim*: na primeira fase, que vai do número 1º. ao 35º., faltam 5 edições: 9, 10, 11, 29 e 32. Na segunda fase, que vai do 1º. ao 42º., não constam os números 24 e 27. Quando voltou a ser publicado em 1935, saíram pelo menos mais quatro números, contudo, nenhuma das coleções conhecidas guardam o primeiro e o terceiro exemplar. Em 1940 foi publicado um único exemplar. Dessas fases do jornal, existe hoje em dia um total de 74 exemplares, de modo que, nove edições que foram publicadas, não foram localizadas ou preservadas.

Do jornal *Progresso*, inicialmente editado por Lino Guedes e Argentino Wanderley, apenas da fase entre o primeiro número de 1928 e a edição 48, publicada em 1932, faltam pelo menos dez exemplares, fora as lacunas entre os números 48º. e 52º. Isso apenas para citar os títulos tidos como mais profícuos. Mas também faltam muitos exemplares do *Menelik*, restando apenas quatro, de um total de 14. As coleções que foram entendidas como pequenas menores, tal qual do *Baluarte*, *Propugnador*, *Bandeirante*, *Elite*, *Auriverde* e *A Liberdade* também carecem de parte de seus originais.

No caso do jornal *A Liberdade*, há sequências um pouco mais completas: além dos dois primeiros números, do 5 ao 10, do 12 ao 16 e um exemplar de número 18. As edições que faltam às coleções são, portanto, terceira e quarta, décima primeira e décima sétima. Quatro exemplares

desapareceram, de um total de dezoito publicados, considerando que o jornal tenha parado de ser publicado em outubro de 1920.

Tabela 1. 3 – Números do jornal *A Liberdade*

Título do Jornal	Arquivo	Dia	Mês	Ano	Número
<i>A Liberdade, 1919-14-07</i>	BN 00001	14	7	1919	1
<i>A Liberdade, 1919-03-08</i>	AESP	3	8	1919	2
<i>A Liberdade, 1919-28-09</i>	BN 00005 (1)	28	9	1919	5
<i>A Liberdade, 1919-12-10</i>	BN 00006	12	10	1919	6
<i>A Liberdade, 1919-11-09</i>	BN 00007 (1)	9	11	1919	7
<i>A Liberdade, 1919-11-23</i>	BN 00008	23	11	1919	8
<i>A Liberdade, 1919-12-14</i>	BN 1919\6 (1)	14	12	1919	9
<i>A Liberdade, 1919-12-28</i>	BN 00010	28	12	1919	10
<i>A Liberdade, 1919-02-01</i>	BN 00012	1	2	1920	12
<i>A Liberdade, 1919-03-07</i>	BN 00013	7	3	1920	13
<i>A Liberdade, 1919-04-04</i>	BN 00014	4	4	1920	14
<i>A Liberdade, 1919-05-09</i>	BN 00015	9	5	1920	15
<i>A Liberdade, 1919-09-12</i>	BN 00016	9	12	1920	16
<i>A Liberdade, 1919-10-31</i>	BN 00018	31	10	1920	18

Fontes: Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) e Biblioteca Nacional.

Sendo feita essa mesma estimativa para esses títulos, considerando que cada jornal não tenha mais sido publicado a partir do último número conhecido, essa rápida avaliação dos títulos anteriores a 1930 mostra que a atividade da imprensa negra paulistana foi muito maior do que aparenta seus resquícios materiais.

Que os pesquisadores trabalham com fragmentos dessa produção não é novidade. Mas esse cálculo auxilia a perceber que esse jornalismo foi maior e mais abrangente, ao menos em quantidade de números, do que usualmente é considerado. Isso redimensiona a imprensa negra paulista, na medida em que, por exemplo, pode ser verificado que durante a sua existência, o *Alfinete* foi tão vigoroso quanto o jornal *Clarim d'Alvorada*, do qual se preservou uma coleção mais completa.

É preciso dizer que os jornais da imprensa negra devem ser vistos como componentes de um movimento maior. As causas da liberdade, de pertencimento à pátria e do progresso eram parte

desse mundo, em que a consciência da cor da pele, e suas implicações de opressão e de luta, conotam uma questão global. Entre fins do século XIX e início do século XX jornais negros com títulos que remetiam a *liberdade*, *pátria* e *progreso* foram recorrentemente publicados em territórios diaspóricos. No final do século XIX, foram editados em Cuba, *El Patriota*⁶, de 1898, cujo nome lembra seu anterior paulistano *A Pátria*, de 1889. Em 1887, 1888, 1898, diferentes jornais com o nome de *El Progreso*⁷ foram fundados em diversas cidades da ilha, à semelhança de São Paulo, que teve *O Progreso* do Theóphilo Dias de Castro em 1899, e anos mais tarde, mas precisamente, em 1928, *Progreso*. Homônimo do pasquim paulistano a *Liberdade*, em 1887, foi publicada em Havana *La Libertad*.⁸ As causas expressas nos títulos de jornais cubanos, também apareceram em outros lugares. Como por exemplo, o jornal *A Libertad*, publicado no final da década de 1910, em São Tomé e Príncipe, para quem a cidadania dos naturais/negros era reivindicada.⁹ Se São Paulo tinha *O Kosmos*, no estado americano de Virginia havia o planeta no título de *Richmond Planet*.¹⁰ As referências astronômicas, espelho, talvez tivessem a função de exteriorizar que as vindicações dos negros extrapolavam as barreiras geográficas conhecidas,

⁶ “*El Patriota*, 1898 Tampa, E.U. Semanario, Diretor Emilio Planas y Hernandez. Fundado con la colaboracion de Juan Gualberto Gómez, Contó com la colaboration de Juan Bonilla Julian Gonzalez y otros.” [“*O Patriota*, 1898 Tampa, E.U. Semanalmente, Diretor Emilio Planas e Hernandez. Fundado com a colaboração de Juan Gualberto Gómez, contou com a colaboração de Juan Bonilla Julian Gonzalez e outros.”] Chapeaux, Pedro Deschamp. **El negro em el Periodismo Cubano em el siglo XIX**, p. 91.

⁷ *Cienfuegos de 1882: Em el mês de abril de 1887, Gregorio González, solicito autorization para reanudar su publicación como órgano de la sociedade “El Progreso”*. (p. 97) *El Progreso 1888 Placetas. Periódico bissemanal, literário y de intereses generales. Diretor: José Estrada. Comezó a publicarse em el mês de octubre, impiéndose em el taller de “El Iris”. Daba acogida em sus páginas a noticias locales. Contó entre sus colaboradores a: José Margarito Gutiérrez, Policarpo Madriga. Justo Ladesma Machado, Rafael “Veja” u otros. Circulo durante los años 1888, 1889 y 1890 em que peso siendo dirigido entonces por Domingo Echemendia. Em el mês de abril de 1887, Gregorio González, solicito autorization para reanudar su publicación como órgano de la sociedade “El Progreso”*. [Cienfuegos, 1882: No mês de abril de 1887, Gregorio Gonzalez, solicitou autorização para retomar sua publicação como órgão da sociedade “El Progreso”. (p. 97) **El Progreso** 1888 Placetas. Jornal quinzenal, literário e de interesse geral. Direção: José Estrada. Começou a ser publicado no mês de outubro, sendo impresso na oficina “El Iris”. Hospedava notícias locais em suas páginas. Contou entre seus colaboradores: José Margarito Gutiérrez, Policarpo Madriga. Justo Ladesma Machado, Rafael “Veja” ou outros. Circulou durante os anos de 1888, 1889 e 1890 em que peso, sendo então dirigido por Domingo Echemendia. No mês de abril de 1887, Gregorio Gonzalez, solicitou autorização para retomar sua publicação como órgão da sociedade “El Progreso”.] Chapeaux, Pedro Deschamp. **El negro em el Periodismo Cubano**, p. 97

⁸ **La Libertad** 1887 Habana (p. 80). *Se publico un solo numero, que se repartio el dia 1º de enero, en la procesion Civica celebrada com motivo de la abolicion de la esclavitud. Constaba de ocho eginas pequenas. Se imprimió en el taller “El Retiro”*. De San Rafael No. 28. [Foi publicado um número único, que foi distribuído a 1 de janeiro, no cortejo cívico realizado pela abolição da escravidão. Consistia em oito pequenas páginas.] Chapeaux, Pedro Deschamp. **El negro em el Periodismo Cubano**, p. 97

⁹ ROSA, Jéssica Cristina, **Entre as promessas da República e a imposição do Império: Projetos, Disputas, Sujeitos e Identidades no A Libertad, de São Tomé e Príncipe (1920-1923)**, Monografia de conclusão de graduação, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2020.

¹⁰ ALEXANDER, **Race Man**.

estendendo-se globalmente. Fora os subtítulos que traziam as bandeiras de “defesa”, como o [Chicago] *Defender*, e *A Voz da Raça*, dedicados à classe, ao reerguimento, ao *uplifting*.

As lutas por justiça, dignidade e respeito abrangem mais do que uma nação, e a ideia de pertencimento a uma pátria, depois da diáspora forçada dos ancestrais africanos, parece ter sido um manto sob o qual muitas comunidades negras tentaram se proteger durante a era dos nacionalismos. Nikhil Pal Singh, em *Black Is a Country*¹¹ traça sistemas de crença de raça, nação, cristianismo, democracia, liberdade e liberalismo como complexas tradições da formação da luta por direitos civis. A partir dos Estados Unidos, o autor amplia esses conceitos para uma compreensão global, já que também as imputações racistas de criminalidade, monstruosidade, e desvio foram suspeições e aniquilamentos que se estenderam, mesmo com as particularidades de cada Estado-Nação, para além das fronteiras políticas e geográficas. Os jornais negros brasileiros precisam ser avaliados nesse contexto maior, de uma luta antirracista global da qual fizeram e fazem parte incontáveis sujeitos, de diferentes gêneros, sob epidermes de diversas cores, com múltiplas vozes, em uníssono, mas também polifônicas.

Focarei nos jornais em que Frederico escreveu artigos de opinião, especialmente esses que circularam de 1918 em diante. Marcaram o período as mortes causadas pela fome, doença, guerra e peste. Essas experiências deixam entrever as contradições e necessidades de sujeitos cuja vida se fazia por meio do processo de criação de uma terra de oportunidades, livre, republicana e autoproclamada vanguarda da modernidade brasileira.

“Hespanhola:” os homens de cor paulistanos e a epidemia de gripe em 1918

Já em fins de 1917, quando o Brasil decidiu quebrar a neutralidade e se posicionar ao lado dos países Aliados, a população pobre e de classe média de São Paulo vinha sofrendo com a escassez. A desolação não era um fenômeno individual: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocasionou a baixa da venda do café, e junto com a queda dos preços no comércio internacional veio a carestia de artigos de primeira necessidade no mercado interno. Em julho de 1919, houve uma forte geada no estado, que atingiu as lavouras de várias cidades. A fome passou a acompanhar as manchetes da guerra.

¹¹ SINGH, Nikhil Pal, **Black is a country race and the unfinished struggle for democracy**, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005, p. 1–14.

Desde março do ano de 1918, a grande imprensa comentava sobre uma gripe misteriosa que matava mais jovens na Europa e na África que a própria guerra. A *influenza hespanhola*¹², nome atribuído a aquela epidemia de H1N1, por se acreditar equivocadamente que a epidemia havia começado na Espanha, chegou a São Paulo em outubro, trazendo também o prenúncio de um caos sanitário, a exemplo do que já ocorria na capital da República¹³. Ao pânico e à incerteza somavam-se tenebrosas descrições de corpos apodrecendo a olhos vistos nas ruas do Rio de Janeiro, onde as covas e os cemitérios não eram suficientes para abrigar o último destino de grande parte daqueles que adoeciam.¹⁴

Em São Paulo, foi fatídico o mês de outubro, quando se tornou rotina o jornal *Correio Paulistano* publicar uma página inteira dando o serviço da cidade para conter a epidemia. Em uma época em que exercer ofício remotamente não era possível nem mesmo aos mais privilegiados dos trabalhadores, o Serviço Sanitário ordenava que os cidadãos não transitassem nas ruas após às 18 horas. Com a mesma intenção, requisitavam que os grupos de lazer cessassem suas atividades para conter a transmissão por aglutinamento de pessoas. Entretanto, com a crise econômica agravada, alguns estabelecimentos, como os cinemas, se recusavam a fechar as portas. Em vistas do crescimento vertiginoso de doentes e mortos, as organizações coletivas passaram a mudar suas práticas. Em 25 de outubro, o Grêmio Dramático e Recreativo 28 de Setembro suspendeu a festa que daria no dia seguinte. No mesmo dia, os diretores do Grêmio Kosmos e do Smart cancelaram todas as suas atividades, atitude que o jornal chamou de exemplar:

Um exemplo a imitar

Os diretores do Grêmio e Dramático Recreativo Kosmos, à rua Florêncio de Abreu, 45, e o centro Recreativo Smart, no largo do Riachuelo, 56, comunicaram ontem ao Sr. Dr. Thyrsos Martins, delegado geral, a suspensão dos seus ensaios e reuniões, como medida de defesa sanitária.¹⁵

¹² GAMBLE, Vanessa Northington, “There Wasn’t a Lot of Comforts in Those Days:” African Americans, Public Health, and the 1918 Influenza Epidemic, *Public Health Reports*, v. 125, n. Suppl 3, p. 114–122, 2010; HUMPHRIES, Mark Osborne, Paths of Infection: The First World War and the Origins of the 1918 Influenza Pandemic, *War in History*, v. 21, n. 1, p. 55–81, 2014; JONES, Esyllt Wynne, *Influenza 1918: disease, death, and struggle in Winnipeg*, Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 2007; ØKLAND, Helene; MAMELUND, Sverre-Erik, Race and 1918 Influenza Pandemic in the United States: A Review of the Literature, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 16, n. 14, 2019.

¹³ Para um vídeo de 1918, que mostra uma parada nacional na cidade de São Francisco na Califórnia, em que as pessoas usavam máscaras para se proteger da pandemia de influenza, ver: [\[Gould can 5314 – Extra.5\]](#), 1918. Acesso em: 19 dez. 2022.

¹⁴ BERTUCCI, Liane Maria, *Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*, Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 90–173; HUMPHRIES, Paths of Infection.

¹⁵ Um exemplo a imitar, *Correio Paulistano*, 25/10/1918.

O exemplo do Kosmos e do Smart publicita um compromisso com a saúde pública e demonstra que esses homens de cor estavam organizados e atentos ao combate à epidemia, pois o fechamento dos clubes era parte importante das medidas sanitárias. A pequena nota explicita o apoio das organizações dos homens de cor à população paulistana em um momento crítico, contudo, no geral, a grande imprensa deu mais atenção às colônias de imigrantes europeus do que aos nacionais de cor.

As associações de estrangeiros europeus, cujas comunidades foram fortemente afetadas pela gripe, a Liga Nacionalista, e a Cruz Vermelha formaram mutirões de atendimento aos flagelados. A falta de médicos e demais profissionais de saúde era sentida de maneira intensa, especialmente nos bairros operários, onde a doença ceifava mais vidas. Os jornais ressaltaram que a participação feminina foi saliente, especialmente no cuidado com os incapazes e na distribuição de sopas e mantimentos.

A revista *A Vida Moderna*, em edição de 26 novembro de 1918, foi totalmente dedicada as ações no combate à doença em São Paulo.¹⁶ Como uma revista de variedades, o seu foco era a ilustração e a fotografia, e por essa razão esse número apresenta um verdadeiro álbum da epidemia. Imagens dos grupos que formavam as comissões solidárias, de sepultamentos de pessoas ilustres, caminhões repletos de caixões mortuários empilhados e leitos dos hospitais provisórios fazem parte de tais registros. Apesar da tragicidade da edição, a composição visual é sempre harmônica, e as pessoas posavam para a câmera. Chama à atenção a quase ausência de sujeitos negros, em contraposição a muitos homens e mulheres brancos muito claros, europeus e descendentes. A exceção para duas imagens, analisadas a seguir. Essas fotografias são importantes porque ajudam a refletir sobre o impacto da epidemia na comunidade negra paulistana, e, sobre a representação e o silenciamento visual das comunidades negras.¹⁷

¹⁶ A gripe hespanhola em São Paulo, *A Vida Moderna*, 26/11/1918, p. 10–26.

¹⁷ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*, Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 115–136; PAREYSON, Luigi, *Os problemas da estética*, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 201–242; BARTHES, Roland, *A Câmera Clara: nota sobre a fotografia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 58–71.

Figura 2.1 – Doações durante a gripe



Fonte: *A Vida Moderna*, 1918.

Na fotografia em que se vê a porta de entrada do teatro S. Paulo, há uma placa que anunciava a distribuição de alimentos. Nela, estava escrito em letras garrafais “aos pobres”, e do lado esquerdo, abaixo, estão três senhoras em primeiro plano. A primeira figura de perfil, da esquerda para a direita, está ao lado de um cãozinho cabisbaixo, a mulher porta um embrulho, e é perceptível se tratava de uma jovem negra. As outras duas estão de costas, ambas com lenços amarrados na cabeça, e uma delas traz um xale, ou pano da costa. A disposição dos sujeitos sugere que a inscrição diz respeito à essas mulheres. No entanto, no segundo plano a direita, ao lado de alguém que porta uma sombrinha, há uma mulher cujas pernas abaixo da barra do vestido são brancas. O que nos faz entender em uma segunda leitura visual, que havia indivíduos não-negros buscando a assistência também, como era de se esperar.

A fotografia, que não foi assinada, traz uma legenda destacando que distribuição de comida era feita por famílias “distintas e caridosas” do bairro. Ora, nesse momento, a região era moradia de famílias negras, tais como os Baptistas. Uma boa parte da comunidade negra que habitava e sociabilizava nas proximidades da Liberdade não era parte da afortunada elite paulistana, tampouco, estavam em condições financeiras desfavorecidas. As mulheres negras de classe média podem ter participado das ações solidárias. Suas experiências e técnicas de sobrevivência fazia delas articuladoras de saberes imprescindíveis em tempos que o cuidado era

essencial para se salvar vidas. Mas se sujeitos negros serenaram as necessidades dos doentes, foram, entretanto, matizados das imagens.

Figura 2.2 – Doações: Teatro São Paulo



Fonte: *A Vida Moderna*, 1918.

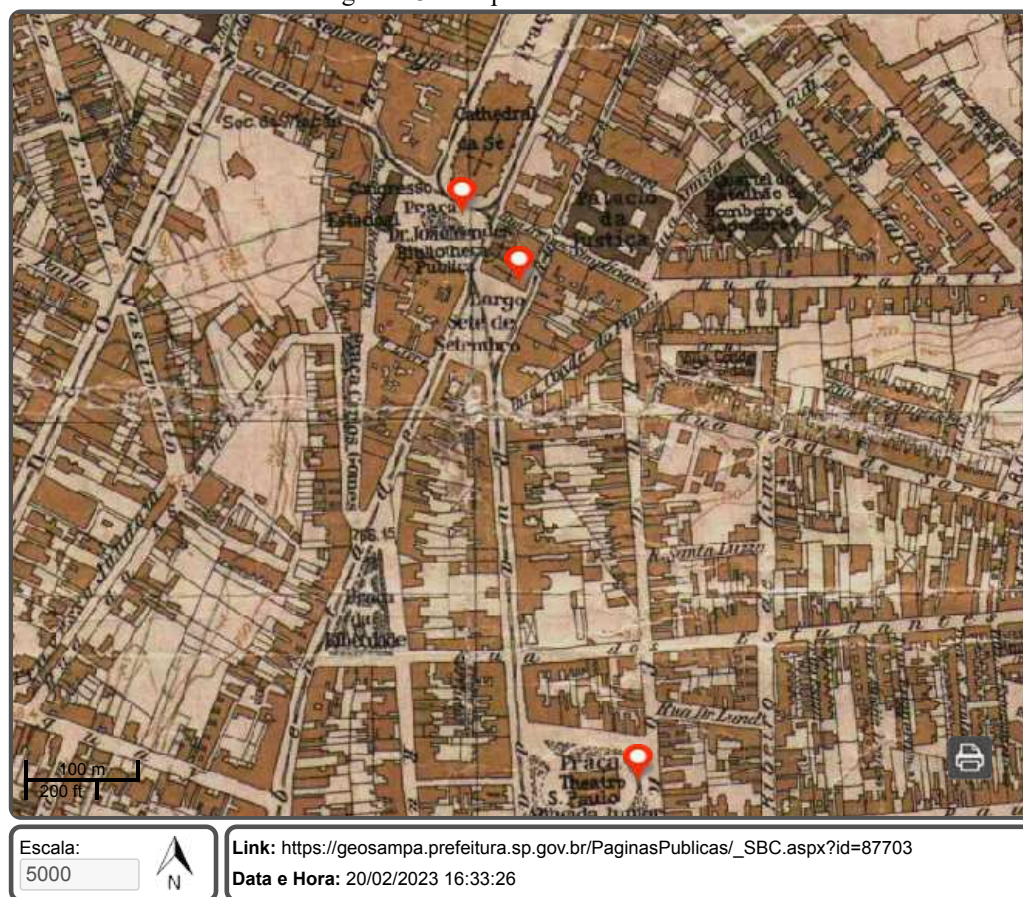
A segunda fotografia, também da mesma área da cidade, é ainda mais explícita quanto a disposição racializada dos indivíduos. Ao centro há gente branca, rodeada por pessoas de pele mais escura, o que novamente reafirma a centralidade de um grupo em detrimento do outro, acentuado pela divisão etária dos indivíduos. Olhando mais atentamente a imagem ao lado direito, vê-se que há pelo menos quatro sujeitos adultos de pele escura, em meio as crianças, infantilizados. Além de duas mulheres jovens, talvez adolescentes, há um senhor de chapéu e longos bigodes, e uma mulher vestida de branco, com um lenço na cabeça, carregando um bebê. A composição estética entre as vestimentas e corporeidade desses dois indivíduos remetem a consolidada imagem de trabalhadores negros escravizados, ainda que o ano seja de 1918. Respeitosamente, o homem traça um terno, mas sem gravata e menos alinhado que os homens brancos a seu redor. Ele também estava um pouco arqueado, com a coluna dobrada pelo peso da idade talvez. Ela, escondida em meio às crianças, sequer encara a câmera, toda de roupa clara, portando um lenço na cabeça e um bebê à tiracolo, relembra as representações de mucamas de noventa e poucos anos.

Essas imagens da epidemia questionam a posição de sujeitos negros durante a crise sanitária. Qual seria o papel desses indivíduos durante a distribuição de alimentos? Quem limpava e cuidava das crianças enquanto as ‘famílias distintas’ dedicavam-se à caridade? Será que enquanto as pessoas destacadas no centro da imagem trabalhavam em prol dos doentes e famélicos, as mulheres negras cuidavam dos seus filhos e homens negros faziam o serviço pesado? Eram as crianças presentes na fotografia órfãos assistidos em sua pobreza, que moravam por ali? E, afinal,

por que temos tão poucos dados sobre a população negra durante a epidemia de gripe no Brasil? Será que os documentos escritos, bem como essas fotografias, infantilizaram e relegaram a uma segunda posição a comunidade de negra e suas ações durante a epidemia?

Uma observação deve ser contraposta à essas indagações, que pode indicar um caminho sobre a participação das comunidades negras no combate à epidemia. Frederico e sua família, bem como outros sujeitos negros de seu convívio, eram extremamente atuantes na Confraria dos Remédios, localizada na região central da cidade, onde hoje fica praça João Mendes.

Figura 2.3 – Mapa histórico do centro



Fonte: GeoSampa.

Legendas:

- 📍 Praça João Mendes;
- 📍 Igreja Nossa Senhora dos Remédios;
- 📍 Abaixo, Teatro São Paulo onde houve doação de alimentos durante a epidemia.

A historiografia sobre irmandades negras no Brasil nos confirma que desde os tempos coloniais o auxílio em tempos de morte e doença era confiado as essas organizações religiosas.¹⁸ A documentação da Confraria dos Remédios, entretanto, é escassa, e infelizmente, resta apenas a especulação sobre como pode ter sido a atuação das irmandades negras durante a crise de gripe. Uma coisa é certa, no início do século XX a romanização limitava o exercício das práticas centenárias de auxílio dessas associações.¹⁹ A perda do espaço ancestral como viés de ação beneficente foi sentida por Frederico, ainda que sua observação, calcada na moral e nos bons costumes, tenha sido direcionada para o “reerguimento da classe dos homens de cor” e buscado culpados dentro da própria comunidade negra para a assistência falha aos mais necessitados.

A Confraria Nossa Senhora dos Remédios e um irmão caifás

Até o final do século XIX, enquanto Antônio Bento era provedor da Confraria dos Remédios, eram comuns os anúncios nos jornais paulistanos intitulados de “A’ pobreza” que notificavam que a irmandade dava caixão e mortalha de todas as invocações, devidamente bentas, à qualquer pessoa que quisesse fazer enterramento a pé, mediante alguma esmola.²⁰ Ao longo do tempo, entretanto, as atividades da irmandade foram se tornando cada vez mais devocionais e apenas missas, novenas, procissões, “Te Deum”, enfim, os festejos do calendário dos santos foram mantidos na agenda. Evidentemente, as missas fúnebres continuaram a ser realizadas século XX adentro, mas com a laicização dos cemitérios, além dos espaços simbólicos, a Confraria perdeu lugares físicos. Em 1904, por exemplo, quando a necrópole da Vila Mariana estava sendo terminada, a Confraria dos Remédios requisitou à prefeitura um terreno para o enterramento dos irmãos da Ordem. A resposta do prefeito foi de que o pedido era contrário a legislação em vigor, e que, para ceder terras à irmandade, seria necessário o pagamento da taxa estabelecida.²¹ A impossibilidade de adquirir sepulcros por valores menores, tornou a oferta de enterros mediante esmolas inviável.

¹⁸ REIS, João José, **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁹ AQUINO, Mauricio, O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação, **Horizonte**, v. 11, n. 32, p. 1485–1505, 2013; MARIN, Jérri Roberto, História e historiografia da romanização: reflexões provisórias, **Revista de Ciências Humanas**, n. 30, p. 149–169, 2001.

²⁰ BENTO, Antônio, À Pobreza, **O Comércio de S Paulo**, 22/05/1897.

²¹ Concessão de área para enterramento, **Correio Paulistano**, 02/06/1904.

Em 1910, Frederico integrava oficialmente os quadros da Confraria dos Remédios. Seu nome não consta da mesa do ano anterior, e em 1911 ele foi reeleito para o cargo de mesário. Antes disso, em 1906, quando o arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Arcoverde, fez uma visita à cidade de São Paulo²², nenhum dos homens de cor que eram parte de associações negras – e próximos a Frederico, como Irineu Benedicto da Silva ou Theóphilo Dias de Castro – constaram da lista dos presentes na cerimônia. Em menos de uma década, portanto, esses homens de cor ascenderam nas irmandades negras e obtiveram prestígio e influência religiosa na cidade de São Paulo.

Frederico subiu de cargo, foi eleito para secretário da irmandade em 1913. De acordo com os estatutos, a função estava abaixo apenas do provedor e do capelão, postos mais altos da associação. A agenda da Confraria era repleta de atividades devocionais semanais e mensais, e como secretário, Frederico foi responsável por diversos afazeres. A ele competia presidir a mesa na falta do provedor, fazer a escrituração dos Livros, Atas e Listas, redigir cartas para as procissões, rubricar as contas do tesoureiro e provedor, apresentar lista de devedores, ler os estatutos em todas as reuniões, informar os nomes de irmãos falecidos ao capelão, e manter em seu poder a chave do cofre da entidade. Em troca de seus serviços, o secretário era isento de pagar a joia.²³

Além dessas obrigações, o calendário religioso era igualmente intenso, e evidencia que Frederico passou a dedicar tempo considerável à Confraria dos Remédios. A energia depositada na irmandade pode responder o porquê de ele não ter se dedicado, ao mesmo tempo, a outros espaços religiosos. Dois de seus companheiros dos primeiros momentos da imprensa negra e do Grêmio Kosmos – Theóphilo Dias de Castro e Irineu Benedicto do Santos – por exemplo, se filiaram à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Frederico, tal qual muitos homens do período, foi ativo concomitantemente em mais de um clube de homens de cor, mas, apesar de seu nome ter aparecido eventualmente em encontros públicos da Irmandade do Rosário, ele de fato só foi membro e atuante nos Remédios.

No mesmo ano em que Frederico assumiu a secretaria da Confraria dos Remédios, seus dois companheiros da imprensa negra e do Kosmos passaram a ocupar cargos de destaque na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da capital. Theóphilo Dias de Castro foi provedor entre 1911 e 1912, posição de maior destaque e responsabilidade na agremiação católica. Irineu

²² Cardeal Arcoverde, *Correio Paulistano*, 28/08/1906.

²³ **Estatutos da Confraria de Nossa Senhora do Remédios de São Paulo**. Art. 16. De acordo com as informações do acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, os Estatutos de 1736, atualizados em 1836, ficaram em vigor até 1934.

Benedicto da Silva, que como mencionado no capítulo anterior foi um dos fundadores do Grêmio Kosmos, assumiu o mesmo cargo que Frederico ocupava nos Remédios, se tornando secretário na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.²⁴

Irineu, que foi “artista”²⁵, e depois escriturário da Secretaria do Interior²⁶, ficou conhecido no Grêmio Kosmos como um diretor exigente que mantinha o respeito durante os bailes e ensaios. Mas ao longo do tempo, sua presença no clube esmaeceu. A sua postura austera deve ter sido bem aproveitada nos muitos anos de dedicação na Irmandade do Rosário. Graças ao inestimável livro *Os pretos do Rosário de São Paulo* é possível verificar que Irineu deixou lembrança na irmandade. A obra de Raul Joviano aponta que ele ingressou em 1892, quando era muito jovem e passou por todas as funções e cargos da casa.

Figura 2.4 – Irineu B. Silva em 1917 e 1952



Fonte: *Os pretos do Rosário de São Paulo...* s/n.

Em 1917, Irineu foi condecorado com o jubileu de prata por seus 25 anos de dedicação. Mas sua história ali foi além, e em 1952 Irineu foi festejado por seus sessenta anos de irmandade. Ele foi homenageado por ser “decano da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.” Raul Joviano incluiu duas fotografias de Irineu no seu livro, registros dos dois momentos celebrativos. Quando Irineu, Theóphilo e Frederico alcançaram os postos mais altos dessas entidades religiosas, as duas irmandades negras paulistanas partilhavam algumas atividades, e mandavam representantes uma para a outra nos momentos importantes. Nas exéquias do Monsenhor Paula Rodrigues realizadas na Confraria dos Remédios em 1915, além da presença de irmãos assíduos como Frederico, sua esposa Luiza, e o maestro Veríssimo da Glória, Irineu

²⁴ AMARAL, *Os pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos*, p. 163.

²⁵ *Diário Oficial*, 16/06/1904, p. 1134.

²⁶ *O Combate*, 07/02/1918, *Correio Paulistano*, 07/02/1918.

também esteve representando o Rosário.²⁷ Ressalto esse aspecto de uma congregação solidarizar-se com outra porque, na falta de outros registros que atestem o estreito relacionamento, são fortes evidências de que as irmandades negras paulistanas da região central eram bastante próximas. Cerimônias, alegres ou tristes, tinham o potencial de congregar comunidades de organizações distintas, e a formação de laços entre associações foi uma das bandeiras de luta de Frederico ao longo dos anos seguintes. Os clubes associativos negros, a exemplo do Kosmos, 28 de Setembro, Smart, Bandeirante e Elite, entre muitos outros da capital e do interior, se frequentavam e se prestigiavam não somente em momentos de luto, mas também no lazer, durante festas e bailes.

A falta de informações mais detalhadas sobre a dinâmica social dessas irmandades negras, e sobre as suas relações com outros setores da sociedade, gera consternação especialmente porque as sedes que as abrigavam foram demolidas, a da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos em 1903, e da Confraria dos Remédios em 1942.²⁸ No caso da Igreja dos Remédios foi o Plano de Avenidas de Prestes Maia, que em 1939, desapropriou o quarteirão da Praça João Mendes.

Segundo Andrew G. Britt, desde 1938, quando se tornou prefeito da capital, Prestes Maia tentava uma negociação com o provedor Carlos Corrêa de Toledo. Mas a prefeitura tentava pagar um valor de 3,000 milhões de Cruzeiros, enquanto o provedor esperava receber pelo menos 3,500 milhões. O provedor afirmava que não era apenas pela localização privilegiada, mas também o capital simbólico que a igreja representava, por ter sido historicamente o local de resistência abolicionista, que justificava um valor maior do que o oferecido pela prefeitura. Mário de Andrade, então secretário de cultura, foi envolvido nas tentativas de transação, e apesar de ser contra demolição, evidenciou em sua correspondência que o poder público não renunciaria à demolição. As contendas só aumentaram, e Carlos Corrêa de Toledo se recusava a receber ajuda de advogados, buscando negociar sozinho, prevendo que devido a importância histórica da igreja, seria possível conseguir o montante esperado. No entanto, a demolição ocorreu em 1942, e estima-se que a irmandade recebeu entre 1,2 e 1,4 mil cruzeiros. A prefeitura decidiu pagar menos metade do valor previsto, evidenciando o desgaste e o racismo do plano de obras de Prestes Maia.²⁹

²⁷ Confraria de N. S. dos Remédios - as exéquias de monsenhor Paula Rodrigues, **Correio Paulistano**, 23/06/1915.

²⁸ ARROYO, Leonardo, **Igrejas de São Paulo: Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade**, 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 183–184.

²⁹ BRITT, Andrew G., Spatial Projects of Forgetting: Razing the Remedies Church and Museum to the Enslaved in São Paulo's 'Black Zone', 1930s–1940s, **Journal of Latin American Studies**, p. 1–32, 2022.

Abaixo estão duas fotografias [negativo de vidro] de Militão Augusto de Azevedo, realizadas durante o século XIX, que retratam ambas as igrejas originais. Comparativamente, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos parece mais urbana, cravada no meio da cidade, enquanto a Igreja dos Remédios ficava em um grande jardim, que atribuía certa distinção a sede dos Caifazes.

Figura 2.5 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Militão Azevedo, *et al.*, 2012, p.145.

Figura 2.6 – Igreja N. S. dos Remédios



Fonte: Militão Azevedo, *et al.*, 2012, p. 100.

No entanto, a especulação imobiliária e os planos de renovação urbanística que ocasionaram a queda das igrejas negras parece não ter atingido da mesma maneira outras igrejas antigas paulistanas, de comunidades majoritariamente brancas, que permanecem em regiões centrais da cidade os tempos atuais. Os quase quarenta anos que distanciam a demolição da Igreja Nossa Senhora dos Rosário dos Homens Pretos da Igreja dos Remédios parecem terem tido consequências diferentes para as respectivas comunidades também. Se por um lado, a sede da

Irmandade do Rosários dos Homens Pretos caiu primeiro, por outro, seus dirigentes conseguiram negociar a aquisição do terreno e da construção de uma nova igreja no Largo do Paiçandu, que até hoje é referida à comunidade negra. No caso da Confraria dos Remédios, seus documentos e imagens se dissiparam, a identificação com a comunidade negra esmaeceu, e até mesmo a herança imaterial, como a memória dos abolicionistas do jornal *Redenção*, que funcionou no seu prédio da praça João Mendes, é difícil de acessar.³⁰ A fotografia abaixo, publicada no jornal *Correio Paulistano*, expressava sem pesar, que a igreja, construída em 1727, deveria dar lugar às necessidades do tráfego de veículos. Os jardins e os abolicionistas de outrora estavam ficando para trás.

Figura 2.7 – Igreja dos Remédios



Fonte: *Correio Paulistano*, 19/03/1939.

Apesar da queda da igreja, tal qual Irineu no Rosário, Frederico e Luiza permaneceram fiéis à Confraria dos Remédios por décadas. Décadas antes da demolição, Frederico foi reeleito secretário da irmandade por diversas vezes, e até pelo menos 1929 foi citado entre os três primeiros responsáveis, e mais importantes membros da instituição.³¹ Como secretário, ele publicou notas sobre as atividades devocionais da confraria na imprensa paulistana e nos jornais negros. Na grande imprensa, no fim dos anos dez, Frederico assinava as convocações para as atividades

³⁰ SANT'ANNA, Nuto, Livros Novos - A Marcha, por Afonso Schmidt, Editora Anchieta, São Paulo, 1941, *Correio Paulistano*, 29/11/1941; MARILÚ, Nossa Senhora dos Remédios, *Correio Paulistano*, 04/12/1942; VIEIRA, Lelis, Templo que desaparece, *Correio Paulistano*, 19/12/1942; O Edifício do Congresso, *Correio Paulistano*, 21/11/1942; O velho porteiro Epaminondas vive no passado - Revelações dum homem que há vinte anos lida com mestres e estudantes de Direito - "Invencionices de estudantes..." - A velha academia e a Igreja dos Remédios - Outras notas, *Correio Paulistano*, 22/09/1943; MELLO, Dirce de, Vitrais - Tradições que morrem, *Correio Paulistano*, 01/10/1944; A.P., Ruas e Praças de São Paulo, *Correio Paulistano*, 16/10/1945; À procura de casa, *Correio Paulistano*, 20/06/1945; CASTELLOS, Crônica da cidade, *Correio Paulistano*, 07/12/1947; Despindo um Santo, *Correio Paulistano*, 20/06/1947; GUIMARÃES, João Nery, História da imprensa de S. Paulo, *Correio Paulistano*, 24/10/1943; Uma ideia infeliz, *Correio Paulistano*, 11/09/1947.

³¹ Confraria N. S. dos Remédios, *Correio Paulistano*, 27/09/1911; Confraria dos Remédios, *Correio Paulistano*, 1913; Confraria N. S. dos Remédios, *Correio Paulistano*, 1915. Monsenhor Ezequias Galvão da Fontoura, *Correio Paulistano*, 1929.

litúrgicas, e convidava jornalistas e membros da comunidade para as missas de louvor. Nessa época, muitas delas foram ofertadas a São Sebastião, que de acordo com a fé católica é o protetor da humanidade contra a fome, peste e guerra, três males acintosos em fins da década de 1910.³² Mais tarde, já nos anos vinte, os jornais da imprensa negra em que ele atuava, como *A Liberdade* e *O Kosmos*, frequentemente davam espaço para o culto católico, quando se sobressaíam as festividades da Confraria dos Remédios.³³ A partir de 1924, o jornal *O Kosmos* passou a dar mais espaço para a fraternidade religiosa. Foi criada uma coluna que registrava notas litúrgicas e falecimentos, além de acompanhar bem de perto a vida de pessoas ligadas diretamente aos Remédios, como o provedor Coronel Carlos de Toledo, frequentemente citado em notas rubricadas pelo “irmão secretário.”³⁴

Entretanto, salta aos olhos a dissociação, nesse momento, as atividades religiosas e litúrgicas e aquelas constituintes da vida associativa, como obras beneficentes. As narrativas sobre a igreja, mais do que sobre a irmandade, passam a destacar os ritos católicos, praticamente desaparecendo as atividades de ajuda mútua ou assistência aos pobres. Processo não incomum devido a romanização, os enterramentos, prezados outrora, viraram memória, e os abolicionistas ativos no século XIX, pareciam povoar apenas as lembranças por meio de missas em suas homenagens. A ausência de filantropia acaba sendo sentida. Frederico, entretanto, culpa os frequentadores dos clubes pela falta de interesse e dedicação ao benefício mútuo. Na mesma época em que a irmandade assume uma posição cada vez mais distante de suas práticas assistenciais, Frederico também busca insistentemente chamar a atenção para os excessos de bailes e divertimentos, em comparação ao que descrevia como desapego aos benefícios. Ele passou a carregar sua pena com um tom amargo, culpando especialmente os jovens, cujo comportamento nitidamente o irritava. Frederico atacava a contradição entre a disponibilidade individual em se gastar recursos financeiros com bailes, rifas de flores – cujo vencedor poderia dançar com determinada dama – ou ainda entradas nos cinemas, mas ao mesmo tempo, o pouco alinhamento com a “caridade”, em prestar os “socorros de homens de nossa classe” para “minorar um sofrimento.”

³² SOUZA, Frederico Baptista de, Confraria N. S. dos Remédios, **Correio Paulistano**, 19/01/1916.

³³ Notícias: Confraria dos Remédios, **A Liberdade**, 31/10/1920; Confraria dos Remédios, **A Liberdade**, 31/10/1920; Confraria dos Remédios - Semana Santa, **O Kosmos**, 16/03/1924; Confraria dos Remédios, **O Kosmos**, 20/04/1924; Confraria dos Remédios, **O Kosmos**, 10/02/1924; Confraria dos Remédios, **O Kosmos**, 16/03/1924.

³⁴ **O Kosmos**, 16/03/1924; **O Kosmos**, 20/04/1924; **O Kosmos**, 18/05/1924.

O artigo “É Doloroso”, publicado no *Alfinete* em 1918, depois reimpresso no jornal *Kosmos* de setembro de 1922, apresenta muitas das ideias do jornalista sobre a discrepância entre recreação e caridade. Frederico destacava que era complicado conseguir que “os homens de nossa classe” dessem socorro a um enfermo. Além dos males diretos que a falta de solidariedade ocasionava, para o autor, havia um aspecto secundário sobre como essas atitudes da sua comunidade eram percebidas por outros indivíduos: “apreciamos a liberdade nos atos e nos feitos, sem pensarmos que a sociedade em geral nos olha (grifo meu) (...)”. A ideia de que a “sociedade em geral” observava a atitude dos homens de cor pode ser encontrada com certa regularidade nas entrelinhas dos artigos dessa imprensa, mas nessa passagem ela está evidente. À preocupação com o olhar sobre as ações de homens de cor soma-se o enfrentamento ao racismo. Frederico e outros jornalistas da imprensa negra demonstravam consternação diante das atitudes da comunidade, visando protegê-la das imputações associadas ao racismo e a eugenia. Era também parte desse discurso a noção de que negros podiam contar apenas com a sua própria comunidade, e se não se organizassem para o auxílio mútuo, a ajuda não viria de outros. A ideia de que quem estava bem no presente poderia necessitar de assistência no futuro, reforça a autonomia desses sujeitos, que ademais, não esperavam ajuda do poder público. Para esses indivíduos, o pouco-caso das autoridades, especialmente do governo republicano, não era novidade em 1918, pois tinham se passado trinta anos da abolição sem nenhuma reparação aos ex-escravos e seus descendentes.

Os homens de cor, como Frederico, se adequaram ao liberalismo e à meritocracia, assumindo que o “reerguimento” partiria deles para eles mesmos, da mesma maneira que o *uplifting* nos Estados Unidos. A diferença é que no Brasil havia duplo reforço da falácia do *negro problem* – de que a culpa pelo “fracasso” econômico e social estava na falta de aptidão do sujeito de cor, já que por aqui o “preconceito de cor” não seria um impeditivo para o crescimento, devido a suposta “harmonia racial”. A ausência de políticas públicas de reparação à escravidão não era um questionamento posto por homens como Frederico. Nesse caso, a superação das necessidades da classe dos homens de cor era voltada para a própria comunidade.

É doloroso

Quando temos necessidade de abrir mão de um baile ou espetáculo dramático, para socorrer um enfermo ou manter uma causa de utilidade, e precisante estes socorros de homens da nossa classe, custo conseguir! (...) Porém, é preciso notar, não somos senhores de gozar desregradamente dos direitos que em nossas casas podemos gozar.

Para minorar um sofrimento, enxugar uma lágrima, apelamos para o concurso das almas generosas não podemos, porém, oferecer-lhes, para isso, plena liberdade para fazerem o que bem lhes parecer.

Poucos são os que entendem o contrário.

É lamentável, mas é verdade.³⁵

A afirmação que as pessoas negras não eram “senhores de gozar desregradamente dos direitos que em nossas casas podemos gozar”, novamente, demonstra como Frederico se sentia na obrigação de relembrar aos leitores que eles eram fiscalizados. O espaço privado do lar, segundo ele, era onde os direitos podiam ser gozados. Em contraposição, o espaço público era restrito, porque os divertimentos não podiam fugir às regras sociais. Frederico e outros homens de cor do período eram consistentes em relatar e manter o aspecto regulador dos clubes negros. Viver vigiado é uma experiência típica do mundo da escravidão, que, de acordo com o biografado, se repete nessa liberdade assistida, após a emancipação. Esses homens e mulheres de cor construíam um recinto comum próprio por meio dos clubes e sociedades, mas seguir certas regras de bem viver era mandatório para a proteção da comunidade. A imagem de regramento e sobretudo de riqueza dessa “elite” – oriunda da classe trabalhadora, entretanto – só se sustentava se fosse também capaz de minimizar as calamidades públicas que cercavam os seus iguais, as pessoas negras que não partilhavam da mesma condição social.

No mesmo artigo, Frederico ainda afirma: “É preciso pensar que a Caridade não tem preconceitos e que seria muito maior a nossa satisfação em prestar um benefício aquele de quem não temos em conta de nossa simpatia (...)”. Ele corrobora que a comunidade dos homens de cor podia até se projetar como uma elite, todavia, não estavam ou queriam estar apartados dos desfavorecidos. Por meio do ideal cristão de caridade, um líder negro desse período, ao contrário do que foi afirmado, se posicionava declaradamente a favor da intersecção e solidariedade entre negros de classes econômicas diferentes.

Sobretudo após um momento de crise sanitária como a epidemia de gripe, o desdém pela sorte dos menos afortunados reabria feridas. Muitos pereceram durante a epidemia, dentre eles, sócios do Kosmos. Em 1919, Frederico ainda não se conformava com a partida, com poucas honrarias, do último fundador vivo do Grêmio, Marcos dos Santos. Ele faleceu de gripe “*hespanhola*” no ano anterior, e apesar de Frederico mesmo explicar os motivos de poucos terem comparecido no funeral – uma medida necessária durante a epidemia – insistia para que os mortos não fossem esquecidos.

Se o dia do falecimento desse veterano, não coincidissem com a **força da epidemia**, teríamos a certeza de que o Grêmio Kosmos por sua Diretoria, prestaria homenagens dignas, com as honras de Presidente, ao seu

³⁵ SOUZA, Frederico Baptista de, É Doloroso, **O Alfinete**, 10/12/1918.

grande sócio fundador e veterano, **como souberam prestar ao inesquecível Joaquim Cambará**, porquanto no seio desse grêmio ainda encontramos paixões, tendo em vista os deveres sociais. Sirvam estas linhas de sincera homenagem ao amigo particular e social.³⁶

Frederico demorou a superar o luto. Cambará continuava presente em sua memória e os seus artigos ainda demonstravam comoção. A angústia da morte sintetizava o aborrecimento com as causas coletivas. Para ele, a falta de consideração com o sofrimento alheio não era algo novo, e sua preocupação era de que em algum momento, todos seriam atingidos ou acabariam na miséria.

Qual o resultado? Um belo dia cai doente: Se não encontra uma alma caridosa que o trate, fica na penúria, quase abandonado pelos próprios consócios de danças: luta e morre na miséria. Temos o “Centro Smart” que, a despeito das demais congêneres, deu uma prova de seu saber: tendo o seu presidente Gastão Silva, criado uma caixa beneficente, anexa ao Centro. Perguntau, porém, quanto são os contribuintes? Será desnecessário responder. Precisamos mostrar que não é somente *One-steps*, *Ragtime* e *Picadinho*, que sabemos cultivar, também sentimos amor e boa vontade para as cousas instrutivas. Os bons livros de literatura, poesia e moral.³⁷

Esse trecho aponta que as propostas de beneficência não vinham apenas de um sujeito, havia outros grupos engajados em angariar auxílios para os mais necessitados. Mas o momento não parecia propício, depois da guerra e da gripe, o desejo mais imediato era de diversão. Os artigos de Frederico, como esse intitulado *O Passado*, combinam o luto com a memória recente sobre um tempo que as associações dançantes se avolumavam em São Paulo, mas ainda conviviam com organizações que tinham outros objetivos além da recreação, como as irmandades negras, quando eram mais orientadas para a beneficência.

Contudo, Frederico não atrelou diretamente a diminuição da filantropia aos efeitos da romanização sobre as associações leigas católicas. Talvez sua expectativa fosse de que a insistência sobre a necessidade de caridade tocassem os sujeitos para além de afeições espirituais particulares. Fato é que não havia comentários sobre outras religiões nessas folhas, e, considerando a vigilância racista que havia sobre a comunidade negra – que ousava sair do espaço de pobreza supostamente destinado aos descendentes de escravos – exposições de fé de outras denominações tinham potencial de atrair atenção e coibição indesejada.³⁸ A crença no cristianismo, bem como a demonstração do envolvimento em igrejas dessa natureza, era parte importante da respeitabilidade

³⁶ SOUZA, Frederico Baptista de, Marcos dos Santos, **O Alfinete**, 01/04/1919.

³⁷ SOUZA, *O Passado*, **O Bandeirante**, 04/1919.

³⁸ REIS, **Domingos Sodré, um sacerdote africano**; SOUZA, Juliana, Candomblé Repressão através dos jornais no século XX História da Bahia, **História da Bahia**, v. 3, n. 1, 2010; CASTILLO, The Alaketu Temple and its Founders Portrait of an Afro-Brazilian Dynasty; LOPES, João Paulo, Nota de Pesquisa: Clio negra para uma nação multicolor: A escrita da história na Imprensa Negra 1926-1937, **Transversos: Revista de História**, n. 8, p. 1–16, 2016, p. 10.

negra na diáspora, não apenas no Brasil.³⁹ Dentro da mesma lógica, fazer críticas públicas a irmandades – que nitidamente perdiam a habilidade de ajudar os pobres – não configurava uma solução razoável, haja vista o esforço do poder público em derrubar igrejas negras em São Paulo durante o século XX. Assim, levar a comunidade a uma reflexão paralela às práticas de lazer, parecia um caminho melhor para tocar a alma e os bolsos daqueles que frequentavam os bailes.

Frederico juntava o desinteresse pela prática beneficente à falta de empenho em outras ações “instrutivas”. A recreação foi tão presente nessas folhas negras quanto no meio acadêmico, por algum tempo, tais jornais foram julgados como folhas exclusivas de “mexericos”. Em um tempo diferente do presente do biografado, esse olhar dos intelectuais sobre os jornais negros confirma o receio que Frederico tinha de que sua comunidade fosse vista como fútil, caso não demonstrassem valores para além da diversão. No afã de expor e propor atos mais nobres que o lazer, Frederico criticou bastante o comportamento coletivo. Ao longo dos anos, essas críticas foram refinadas para a ideia de “união da raça”, outrora levantada por Joaquim Cambará. Contudo, esse foi um processo intelectualmente turbulento.

Distribuindo as culpas quanto as ausências de ações em prol do bem comum, Frederico atacava de forma genérica aqueles que buscavam o clube apenas para dançar. Depois da beneficência, as atividades dramáticas do Grêmio Kosmos passaram, também, a ser uma rusga constante. Jovens ansiosos para bailar reclamavam que as apresentações de teatro eram longas e que a qualidade dos amadores era insuficiente. Frederico replicava com uma defesa apaixonada do teatro, condicionando os divertimentos dançantes à assistência aos espetáculos.

Mas o público se aborrecia e deixava evidente que não estava satisfeito em ter que esperar o fim dos espetáculos para dançar. No texto “Ilusão”, publicado no *Alfinete*, em 1919, Frederico articulou vários argumentos contra a desconsideração dos sócios com o teatro. Afirmava que a atividade era garantida pelo estatuto do Grêmio. Que os amadores se apresentavam a cada três ou quatro meses e que utilizavam recursos próprios para fazerem ensaios. Indignado, declarava que as sociedades carregavam o título de “dramáticas” apenas no nome, e o Kosmos “lutando com dificuldades, esforça[va]m-se em proporcionar esses divertimentos a alguns de seus associados e convidados, digo alguns, porque, no nosso meio social, raros são os apreciadores dessa arte”. Apesar do “grande número de Sociedades de homens de cor” as famílias que frequentavam o

³⁹ HIGGINBOTHAM, *Righteous discontent*; SKOCPOL; LIAZOS; GANZ, *What a mighty power we can be*; GAINES, *Uplifting the Race*.

Grêmio sequer observavam atentamente o trabalho dos amadores antes de criticá-los, o que por sua vez, também deixava os amantes da arte dramática desestimulados.⁴⁰

E a partir do teatro, Frederico trazia outro drama à comunidade, a necessidade de instrução para o alcance do progresso: “precisamos progredir e para isso precisamos sustentar uma escola e biblioteca.”⁴¹ Para o jornalista, as artes dramáticas se enquadravam na mesma categoria das escolas e bibliotecas. Nesse mesmo artigo, Frederico rememorava que havia inaugurado uma biblioteca no Grêmio Kosmos anos antes, em 1919 ele era categórico quanto as decepções:

(...) quando o Kosmos inaugurou uma biblioteca teve de pedir o fechamento por falta de leitores, notando-se que os sócios não faziam despesa alguma com a manutenção da mesma, poderia obter entretanto tudo se todas as Sociedades unissem para esses fins, incutir o espírito de seus associados, esse princípio de progresso, fazendo com que os associados adquirissem amor as coisas úteis; por quanto, não é raro encontrar um grande número de rapazes, que (infelizmente) exibem 5 ou 6 recibos de sociedades dançantes, e esquecem, (porque não possuem) um só de uma sociedade Beneficente.⁴²

Nessa passagem, ele reafirma a decepção com os rapazes, mas articula que a união das associações negras era o caminho para o desenvolvimento, para o progresso por meio da educação. Onze anos após a fundação do Grêmio Kosmos, Frederico era um sócio benemérito que tinha servido à presidência do clube em diversos momentos, e uma referência ainda viva sobre importância do modo de agir daquela associação. Ele se comportava como o elo entre o passado e o presente, e estava sob sua responsabilidade fazer os jovens perceberem que o Grêmio não era apenas um clube de dança. Da memória e dos ideais de Joaquim Cambará, dedicado que foi a união, Frederico era mantenedor. O pesar pela morte do amigo, intensificado pela epidemia que carregou mais alguns, certamente pesou na frustração das suas expectativas quanto ao futuro do Kosmos como articulador da união das sociedades negras paulistas. O progresso, ou a elevação da raça, outrora tangível através das palavras do então presidente Joaquim Cambará, era um sonho cada vez mais distante. O Grêmio Kosmos parecia em desordem e Frederico calculava as perdas: de amigos, dos ideais, do progresso, do futuro das associações, da educação dos jovens, da promessa de elevação da raça.

Essa intensa frustração chega ao ápice em setembro de 1919, quando a proprietária do salão Itália Fausta – rua Florêncio de Abreu, 45 – onde o Grêmio Kosmos tinha estabelecido sua sede desde 1912, resolveu aumentar o preço do aluguel. Ademais, ela tentou impedir a realização de

⁴⁰ SOUZA, Frederico Baptista de, Ilusão, **O Alfinete**, 03/09/1919.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*

uma festa do grupo “alegando o não pagamento do aluguel”. Segundo Frederico a cobrança era indevida, e ele sentiu aquilo como um insulto racial.⁴³

(...) quando é certo que nunca o Grêmio deixou de cumprir esse dever, como se deu e ainda nessa hora malfada em que eu julguei dever salvar a honorabilidade desse Grêmio que, sendo formado por homens de cor, sempre primou no cumprimento dos seus deveres morais e sociais como jamais poderá negar a mesma proprietária, como convidados estranhos ao Grêmio.⁴⁴

O jornalista antecipou e contestou as imputações racistas, ao afirmar que sendo o clube “formado por homens de cor, sempre primou no cumprimento dos seus deveres morais e sociais”. Novamente, o ativista explicitou o medo de que os homens de cor fossem avaliados injustamente, nesse caso sob a incriminação de serem caloteiros, maus pagadores. Mais que rapidamente, fez da própria denunciante uma testemunha, e afirmou que tanto ela, quanto gente estranha – que não era associada, mas que eventualmente frequentavam o clube como convidados – não conseguiriam refutar o histórico ilibado da associação. Em resposta à atitude da proprietária, Frederico propôs que a Diretoria do Grêmio retirasse a sede daquele salão. Não foi o que aconteceu, e, drasticamente, ele se “afastou” do Kosmos.

Pensei que os meus colegas de Diretoria, atendendo ao alegado por mim, fizessem corpo com o meu modo de pensar e procurassem sanar a desinteligência havida, não comigo pessoalmente, mas que se liga diretamente com o Kosmos; no entanto, fui iludido, e os meus colegas se coligam também contra mim, obedecendo às injunções da referida proprietária, aliás em benefício dela própria, e em prejuízo do Grêmio. A vista da situação criada entre nós, resolvi, em definitivo, não mais frequentar o Grêmio em todas as suas manifestações, durante o tempo em que o mesmo persistir com sua sede no Salão Itália Fausta. Fora, porém, desse salão, os sócios como a Diretoria, sempre encontrarão em mim um amigo sincero, sempre pronto a auxiliar o Kosmos em tudo que for de seu interesse e que esteja ao meu alcance, tuto[sic] e tudo, porém, fora dessa atual sede.

O sócio benemérito,

Frederico Baptista de Souza⁴⁵.

Esse foi um ato radical, porque naquele momento Frederico era o sócio mais antigo do Grêmio, e toda a sua família participava ativamente ali. Era também uma atitude autoritária de sua parte, de quem não estava mais na diretoria, porém, sentia-se no direito de exigir que ela seguisse o seu comando. Além do problema com a proprietária do Itália Fausta, Frederico soava desgastado e cansado. É fato que esse “afastamento” não foi tão estrito quanto anunciado, ele continuou se encontrando com sócios, e frequentou atividades como bailes e ensaios. Acompanhando os jornais, é complicado ver como se deu esse afastamento, já que os Baptistas continuaram no clube; José

⁴³ SOUZA, Frederico Baptista de, Uma Explicação, **A Liberdade**, 28/09/1919.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*

Martinho, filho mais velho, fez parte da diretoria, Durvalina e Rosaura, as filhas mais novas, se apresentavam no teatro do como atrizes amadoras, dona Luiza organizava buffets e uniforme para as diretoras. O que mudou foi que Frederico não tinha mais cargo oficial na direção e organização do clube, e só seria “aceito” de volta em outubro de 1922.

Durante esse tempo, Frederico assumiu cargos no Smart, Elite e Rio Branco, frequentou bailes e ensaios em praticamente todas as sociedades de homens de cor. Foi também uma época em que ele estreitou laços com as associações negras do interior, especialmente de Campinas, onde encontrou com Lino Guedes e Benedicto Florêncio em mais de uma ocasião. E principalmente, Frederico se permitiu empunhar a pena mais livremente, fazendo as críticas que julgava necessárias, sem prestar contas a diretores que eventualmente se sentiriam pessoalmente agredidos.

Afinal, a desilusão do presente real, frente ao passado que esvaía e para o qual ele havia construído um esperançoso futuro, Frederico passa incessantemente a buscar a ordem das coisas. De 1919 até 1922, muitos dos seus artigos arrazoavam sobre regras, estatutos, finanças, e burocracia das associações negras, além de discorrer de maneira enérgica sobre a relação entre os diretores e o comportamento dos sócios. A ordem virou uma obsessão junto com as cobranças morais, o jornalista narrava a importância de feitos militares e personalidades históricas do período imperial. Nesse processo havia contradições, entretanto. Ora ele elogiava o antigo regime monárquico, ora os republicanos, e a história e a política nacionais assumiam contornos variados dependendo do momento, e de quem era o interlocutor, como é apresentado a seguir.

A palavra impressa: quando verdadeira ela nos eleva, ou nos esmaga ⁴⁶

Na primeira fase de o *Alfinete* em 1918, ainda que Frederico tenha publicado artigos de opinião, ele não fazia parte da equipe oficial do jornal, o que veio ocorrer em um segundo momento. Foi durante o ano de 1919, na folha a *Liberdade*, que passou a integrar o grupo dos editores comandado pelo redator Gastão Silva. Frederico fazia às vezes de secretário, o gerente era Joaquim Domingues. A partir de abril de 1920, a folha deixou de explicitar os nomes dos membros da redação, mas esses três jornalistas permaneceram no corpo editorial. Já no primeiro número, Frederico abriu o artigo de fundo explicando qual era a proposta de Gastão Silva para aquele periódico. O autor teceu muitos elogios ao amigo, que raramente escrevia artigos de próprio punho,

⁴⁶ SOUZA, O Passado, **O Bandeirante**, 04/1919.

ou pelo menos não os assinava como Gastão Silva, nem com as iniciais, a exemplo do que fazia Joaquim Domingues (J. D.).

Durante o tempo em que esteve vinculado a esse jornal, Frederico escreveu três artigos assinados, ou seja, sem o uso de pseudônimos. No primeiro deles explicava o seu afastamento do Kosmos⁴⁷. No seguinte, agradecia as homenagens que havia recebido ao ser promovido para o cargo de amanuense na Faculdade de Direito.⁴⁸ O terceiro foi publicado em 1920, intitulado *Representações*⁴⁹, e discorria sobre as frustradas possibilidades de “aliança” entre sociedades irmãs, o que de acordo com o autor, se fazia inviável devido a má gestão de associações, onde os diretores não controlavam os sócios que faltavam com o respeito; sua pauta recorrente.

É em *A Liberdade* que aparece um autor sob o pseudônimo de “Matuto”, que escrevia uma coluna fixa chamada “Vagando”, publicada em doze dos treze números conhecidos dessa folha. A primeira vez que o Matuto expressou suas opiniões coincidiu com o número em que Frederico anunciou sua saída do Kosmos. Mas além desse, há outros fatores que sugerem que Matuto tenha sido um dos pseudônimos utilizados por Frederico.

Primeiramente, nesse período, o nome Matuto faz uma referência a Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato, que como Frederico, também tinha o passado vinculado ao interior, mais especificamente a Taubaté. Jeca Tatu nasceu como um caipira ignorante, mas sobrepunha a falta de saber, de saúde e higiene; tomando biotônico Fontoura⁵⁰, usando botinas, e desse modo, se adaptando à modernidade. O Matuto do jornal *A Liberdade* foi um personagem que vindo da roça para São Paulo, relembra sutis nostalgias do tempo no interior. Ele se apresentava de maneira humilde, como um recém-chegado que necessitava de convite para entrar nas agremiações. Todavia, desde o começo da coluna “Vagando”, ficava evidente que, apesar de Matuto se posicionar como alguém novo no meio, ele conhecia, e muito bem, o Grêmio Kosmos, bem como as regras dessas agremiações. Sob sua suposta simplicidade, Matuto dava lições aos leitores; não iria “cavar entrada na porta do salão”, ou seja, entrar em baile sem pagar utilizando de sua influência como escritor da imprensa negra, denunciava que, embora essa fosse atitude comum, era moralmente desprezível.

⁴⁷ SOUZA, Uma Explicação, **A Liberdade**, 28/09/1919.

⁴⁸ SOUZA, Frederico Baptista de, A Meus Amigos, **A Liberdade**, 11/09/1919.

⁴⁹ SOUZA, Frederico Baptista de, Representações, **A Liberdade**, 04/04/1920.

⁵⁰ PARK, Margareth Brandini, De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira*, **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, p. 143–150, 1999; CAROLA, Carlos Renato, Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004, v. 8.

A personagem, que apresentava argumentos típicos de Frederico, dava ao autor uma nova pertença: como estava afastado do clube Kosmos, na condição de repórter, Matuto chegava aonde o Frederico não poderia estar. O caipira Matuto, era um sujeito conservador nos costumes e na política, mas propiciava ao criador por detrás do apelido a liberdade do anonimato. Não se tratava mais do “velho Baptista” reclamando do comportamento dos jovens. Matuto podia exercer o papel de observador neutro, de fora dos clubes, coisa que Frederico nunca seria.

Matuto mencionava com frequência os nomes de Frederico, Gastão Silva, Joaquim Domingues, e Pedro Cherico, todos ligados à folha, contudo, conhecia melhor o primeiro. Prova disso é que ele já sabia da saída de Frederico do Kosmos antes mesmo de ser anunciada publicamente. Referenciar a si próprio na terceira pessoa tinha a função de despistar o leitor da verdadeira identidade do escritor. É difícil confirmar com exatidão quem estava por trás dos muitos codinomes utilizados na imprensa negra, a não ser que o camarada resolvesse se identificar por alguma razão. A coluna “Vagando”, nesse caso, poderia ter sido escrita por qualquer outro sujeito de origem caipira, afinal, Matuto não foi o único personagem roceiro que escreveu para o jornal *A Liberdade*. Depois dele, vez ou outra, apareceu artigo de um “Caminheiro”, também um homem vindo do interior. Caminheiro escrevia com sotaque mais acentuado que Matuto ao repetir as expressões típicas da fala caipira.⁵¹ Caminheiro, ao contrário de Matuto que veio do interior para morar na capital, estava de passagem pela cidade. Mas também ele conhecia os sujeitos do jornal, do tempo em que viviam na roça. No poema abaixo, Caminheiro questionava a mudança de lugar social de Frederico, Gastão, Joaquim e Pedro Cherico, homem de cor proprietário do salão Internacional, e habitué das sociedades negras:

Quando cheguei em S. Paulo,
Com grande satisfação,
Campiei nho Fredirico,
Nhô Pedrinho e nhô Gastão.

Depois que eu achei eles [sic]
Dissem que eu estava inganado
Que o grupo dos três agora
Estava tudo trocado.

Nhô Baptista na Cadmia
Na prefeitura nhô Gastão
Nhô Pedrinho é capitalista
Sustenda a nota no salão

⁵¹ Vale a pena notar o quanto a escrita de Caminheiro se aproxima da fala das canções do Jongo de Taubaté. Associação Cultural Cachuera!, **Inventário Jongo no Sudeste**, São Paulo: IPHAN, 2005, p. 100–128.

Não querem com isso agora
 Pensarem que é cavação
 Pra vance ve que a coisa é sério [sic]
 Inté mandaram fazer cartão

Agora já vo mimbora
 Vo levar esta novidade
 Que os preto aqui de S. Paulo
 Tem jorná da Liberdade.

Vo conta pr'a tudo lá
 O que eu vi aqui de bão
 Agradeço nhô Fredirico
 Nhô Joaquim e nhô Gastão⁵²

Caminheiro poderia ser ele próprio um dos citados no verso. Como o personagem, apareceu poucas vezes, sendo difícil adivinhar quem foi o autor. No caso de Matuto, a situação foi diferente, pois seus textos seguiam um padrão tanto nas ideias quanto na escrita, como por exemplo, começavam sempre com um ditado popular. O título “Vagando” sugere a ideia que o autor passearia por vários assuntos, e de fato, apesar de corriqueiramente fazer comentários críticos sobre as associações, ele não se ateve apenas a isso.

Matuto falou também sobre o preço dos aluguéis e a ganância dos proprietários dos cortiços, que depois de encherem os bolsos com as rendas das cozinheiras que ali moravam, queriam “banir dali o elemento de cor”.⁵³ Criticou ferozmente um grupo de indivíduos de pele clara que queria instituir uma sociedade apenas de “mulatos”, excluindo negros de pele escura do convívio social.⁵⁴ Comentou sobre a audiência que deu a um jogo de futebol de várzea, quando apostou dinheiro e perdeu, deixando uma lição aos leitores.⁵⁵ Cedeu sua coluna para reproduzir o discurso de um crítico do jornal a *Liberdade*, expondo que o indivíduo o fez por despeito, em “troco de uma dúzia de cervejas”.⁵⁶

O personagem também ponderou sobre as várias nacionalidades daqueles que frequentavam as sociedades dos homens de cor. Afirmava que no Brasil só se exprimia orgulho pelo estrangeiro, frente a falta de patriotismo do “brasileiro nato”, que só “não negam a cor, porque isso é impossível.” Nesse mesmo artigo, fez uma descrição, entre a ironia e o civismo, das

⁵² CAMINHEIRO, Chegando, **A Liberdade**, 23/11/1919.

⁵³ MATUTO, Vagando - problema de aluguel a homens de cor, **A Liberdade**, 05/09/1920.

⁵⁴ MATUTO, Vagando - (colorismo), **A Liberdade**, 28/12/1919.

⁵⁵ MATUTO, Vagando - (Festival de Várzea), **A Liberdade**, 01/02/1920.

⁵⁶ MATUTO, Vagando - (em troca de cerveja), **A Liberdade**, 07/03/1920.

autoidentificações nacionalistas dos principais diretores de associações negras. Entre tantos que admiravam italianos, alemães e japoneses, Frederico – que nessa época era diretor no Smart – pertencia ao grupo do Gastão, Joaquim Domingues, Luiz Henrique e Pedro Cherico que “faz questão em provar que é bom brasileiro nascido em São Paulo”. Matuto não falou sobre a sua nacionalidade, mas é óbvio que vindo do interior, tal qual os homens de cor do Smart, não se identificava apenas como brasileiro, mas também como paulista. Matuto compartilhava do orgulho bandeirante desses homens de cor, e era impossível que não fosse um deles.⁵⁷

São sobretudo as suas colunas sobre movimento associativo que mostram que esse caipira já estava bem acostumado aos bailes da cidade. Para pleitear convite para o Kosmos, Matuto informou aos leitores que o único jeito era se tornar sócio do clube, mas como não podia garantir o pagamento das mensalidades, prefira declinar da filiação, já que o Grêmio possuía um livro com registro de todos os maus pagadores desde sua fundação em 1908.⁵⁸

Em outra ocasião, Matuto explicou que não poderia falar mal dos salões, porque já havia dançado “no terreiro em frente uma fogueira”. Ainda que a intenção do personagem seja contrapor a sofisticação da dança de salão em comparação as danças rurais, Matuto acaba por nos fornecer uma pista sobre suas raízes, que se localizavam no Vale do Paraíba, quiçá em Taubaté. Afinal, dançar em frente a fogueira é sem dúvida uma referência ao Jongo, expressão de origem banto bastante popular na região.⁵⁹

Se dançar no terreiro não era uma prática refinada, de acordo com Matuto, tampouco eram os bailes da cidade, já que todos os salões “eram defeituosos, porém, é preciso notar que defeituosos somos nós, – a humanidade, que não presa as personagens que a compõe, enfim, a coletividade social”.⁶⁰ O argumento bem peculiar, era bastante condizente com as ideias de Frederico. Vagando pelos clubes sem muito dinheiro e nem amigos importantes, Matuto relatou que Frederico o salvou de muitas enrascadas. Isso não era de se estranhar, pois, se não fossem a mesma pessoa, tinham a mesma origem no Vale no Paraíba, e compartilhavam das mesmas ideias.⁶¹

⁵⁷ MATUTO, Vagando, **A Liberdade**, 14/12/1919.

⁵⁸ MATUTO, Vagando, **A Liberdade**, 28/12/1919.

⁵⁹ LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Orgs.), **Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949**, Campinas: Folha Seca, 2007, p. 72–113.

⁶⁰ MATUTO, **A Liberdade**, 12/10/1919.

⁶¹ MATUTO, **A Liberdade**, 09/11/1919.

Em 1927, Frederico fez uma crítica a dança negra originária da Carolina do Sul, o *Charleston*, que virou um frisson, mas recebeu críticas mundo afora. A censura de Frederico foi replicada na historiografia como exemplo de controle excessivo sobre a comunidade negra.⁶² Antes disso, entretanto, em 1919, Matuto foi inquirido a dar sua opinião acerca de outra dança da moda, o *ragtime*. Numa postura de veterano, o caipira afirmou que o problema não eram as danças, já que anteriormente, o “picadinho” também tinha sido alvo de julgamentos. Segundo Matuto, a questão era a falta de pulso dos diretores que não mantinham as regras sociais, o que prejudicava qualquer tipo de dança. Matuto, conhecedor de um passado partilhado por gente da geração de Frederico – o último dos veteranos – citou que diversos exemplos do passado do Grêmio:

O que precisamos era de uns diretores da tempera de Joaquim Rosa, José Domingues, Pedro Nobre, Irineu Benedicto da Silva, Alfredo de Castro, Frederico de Souza, Marcos dos Santos, Lídio dos Anjos, estes dois de gloriosa memória e alguns mais, para que certos modernismos de hoje obedecessem a regra geral e não a vontade de cada um (...).⁶³

Para quem, como Matuto, se descrevia como um era novato que mal tinha permissão de entrar nos bailes, até que ele conhecia bem a história dos diretores de outrora.⁶⁴ Ainda sobre as danças e o comportamento social, Matuto dizia que pouco importava se fosse valsa, polca, mazurca, tango ou maxixe, desde que o mestre sala e o fiscal mantivessem a ordem e o respeito no salão⁶⁵. Nos últimos artigos, Matuto parecia menos preocupado em ocultar sua identidade. Narrou que tinha ido até o Kosmos “em companhia de nosso amigo Frederico”, e tal qual o acompanhante, concordava sobre a necessidade de manter o “cuidado em se conhecer as regras”. Nesse artigo Matuto finalizou os argumentos se postando como “o velho amigo observador”.

Na última aparição de Matuto na *Liberdade*, ele entregou sua real identidade ao escrever um artigo usando exatamente o mesmo discurso que Frederico havia feito publicamente. Tratava-

⁶² LEMAN, Marc; NAVEDA, Luiz. Basic Gestures as Spatiotemporal Reference Frames for Repetitive Dance/Music Patterns in Samba and Charleston. *Music Perception*, v. 28, n. 1, p. 71–91, 2010. Alguns vídeos de época dos Estados Unidos mostram gente negra dançando *Charleston*, e seu antecessor, o *cakewalk*. Para ver um gif de pessoas dançando o cakewalk: [Cakewalk](#). (2003) Wikipedia. 2022. Acesso em: 19 dez. 2022. Para um baile em que se dançava Charleston, no Texas em 1910, ver: [Library of Dance - Texas Tommy](#). (1910). Atenção, esse vídeo do baile no Texas começa em 0:13 min, Acesso em: 19 dez. 2022. E para ver uma sequência de casais de pessoas negras dançando o Lindy Hop, uma variação do Charleston, em 1928, ver: [Library of Dance - Early Lindy](#). (1928), Acesso em: 19 dez. 2022. Atenção, rolar a página para baixo até os vídeos aparecerem. Apesar de se tratar de um contexto norte-americano, os vídeos são ilustrativos das danças das duas primeiras décadas do século XX, e demonstram a energia dos passos e a modernidade dos movimentos.

⁶³ MATUTO, A *Liberdade*, 31/10/ 1920.

⁶⁴ MATUTO, A *Liberdade*, 23/11/ 1919.

⁶⁵ MATUTO, A *Liberdade*, 31/10/ 1920.

se de uma explicação sobre a revogação do banimento da família real. Matuto escreveu o que Frederico falou, e citou o “ofício de contentamento e regozijo” que o Grêmio Kosmos havia enviado a D. Isabel “pela justa decisão do Congresso Nacional”, em favor dos “serviços por ela prestados”. Segundo Matuto, a importância dos atos de Isabel foi reconhecida pelo “saudosos Dr. Antônio Bento”, que “em 12 de maio de 1893”, enquanto provedor da Confraria Nossa Senhora dos Remédios, deu a ela o título de Protetora da irmandade, apesar de estar exilada. Se Matuto não fosse Frederico, estava certamente tão próximo dele quanto uma sombra, porque como ele, conhecia detalhes dos fatos registrados nas Atas da Confraria dos Remédios – os quais Frederico tinha acesso e eventualmente citava na imprensa negra.⁶⁶

Nesse mesmo número do jornal, outro escritor noticiou que Frederico, em uma reunião do Centro Recreativo Smart, terminou seu discurso saudando o “Dr. Presidente da República pela revogação do decreto de banimento da família imperial brasileira (...)”.⁶⁷ Fica comprovado, que Matuto era pseudônimo de Frederico Baptista de Souza. É provável que nos números seguintes de *A Liberdade*, para o qual não há acesso hoje em dia, Frederico tenha deixado mais pistas sobre a identidade atrás do pseudônimo.

Para o ano de 1921 não há exemplares de *A Liberdade*, mas há três edições da quarta fase do jornal *O Alfinete*, momento em que teve muita evidência como autor. Além de artigos de Frederico e outros escritores negros, há também uma coluna corriqueira muito parecida com aquelas de Matuto, mas agora chamada “Reparando” e assinada pelo pseudônimo “Asuos”. Na primeira dessas crônicas, Asuos escreveu sobre o assunto preferido de Frederico; diretores que desconhecem a própria lei da sociedade que representam e o prejuízo social que isso acarretava, enfraquecendo a tão sonhada “união das nossas sociedades”.⁶⁸ Na edição seguinte, a exemplo do que outrora Matuto explanara sobre o preço dos aluguéis, Asuos recriminou uma reportagem da *Gazeta de Notícias*, que denunciava o suposto abuso de “criadas” que queriam que as patroas lhes pagassem o transporte até o trabalho. Asuos se opôs firmemente à *Gazeta*, e defendeu as necessidades das trabalhadoras domésticas.⁶⁹ No jornal seguinte, o cronista, a exemplo de Matuto e de Frederico, também discorreu sobre os modos da dança e os limites da moral.⁷⁰

⁶⁶ ASUOS, *O Alfinete*, 25/09/ 1921.

⁶⁷ SOUZA, Frederico Baptista de, *A Liberdade*, 09/12/1920.

⁶⁸ ASUOS, *O Alfinete*, 28/08/1921.

⁶⁹ SOUZA, Frederico Baptista de, *O Alfinete*, 25/09/1921.

⁷⁰ SOUZA, Frederico Baptista de, *O Alfinete*, 30/10/1921.

Se na primeira fase do *Alfinete*, Frederico mal fora reconhecido como parte da equipe, nesse quarto ano do jornal, tinha se tornado escritor ilustre. Enquanto Asuós escreveu sobre a dança e a respeitabilidade, na mesma edição de *O Alfinete*, Abílio Rodrigues publicou na primeira página um poema romântico dedicado a Frederico Baptista de Souza. Já no número anterior, de 28 de setembro de 1921, “Frederico B. de Souza” foi o único nome que recebeu destaque na primeira página, antes mesmo do editorial. E adiante, na quarta página, foi feito um reforço sobre a sua importância para a folha.

Frederico Baptista de Souza

Temos o grato prazer de tornar público, para a maior regularidade e clareza dos que se interessam pelo nosso jornal, que Frederico B. de Souza é nosso valioso e perspicaz secretário.

Cavalheiro dos mais conceituados, pai extremoso, inteligência cultivada, administrador clarividente, o nosso querido e prezado amigo vem prestando, desde há muito, inestimáveis serviços ao nosso jornal e a classe dos homens pretos de São Paulo. A sua fina delicadeza e atividade sem par é admirada por todos, daí a razão de contar com muitos amigos dedicados.⁷¹

O reconhecimento público da importância de Frederico para o jornal informava que suas contribuições já tinham ocorrido no passado. Nessa destacada posição de secretário do *Alfinete*, Frederico escreveu dois textos políticos que remetem a uma memória bastante afinada com as leis emancipacionistas do regime monarquista. Esses artigos foram intitulados respectivamente de *Lei do Ventre Livre*, publicado em 25 de setembro e, *A Princesa Imperial*, de 25 novembro, ambos de 1921.

No primeiro caso, ele apresenta a Lei do Ventre Livre, de 2.040 de 28 de setembro, que segundo seu entendimento, não era comemorada como um feriado nacional, mas deveria ser assim considerada no coração dos homens de cor, pois, implicava no princípio “de nossa emancipação,” além de restaurar a “esperança” das pessoas negras. Ponderou sobre várias de suas aplicações, tais como: a exigência de que as crianças trabalhassem a cargo dos senhores até os oito, ou 21 anos de idade dependendo da situação; expôs o funcionamento e possibilidades de auxílio do “fundo de emancipação”; detalhou o que era, como podia ser adquirido e qual a serventia do pecúlio; e, ainda deu informações sobre como eram julgados os casos especiais em que o escravo pertencia a mais de um senhor ao mesmo tempo, chamados de “condôminos”, também sobre as demais obrigações dos senhores com as crianças libertas, que não poderiam ser abandonadas.⁷²

⁷¹ *O Alfinete. Ibid.*

⁷² Lei do Ventre Livre, *O Alfinete*, 25/09/1921.

Além do exame particularizado da lei, Frederico confirmava pormenores que podiam muito bem ter vindo de sua experiência pessoal. Em sua anotação sobre a inspeção de libertos, sobressaía a coerção da vadiagem, aspecto que o inquietou a vida toda, ciente de que a imputação do ócio podia gerar embaraços para os indivíduos e para a sociedade negra. Frederico assinalava que mesmo depois de emancipados, os escravos ficavam sob observação governamental por cinco anos, e aqueles que não tivessem ocupação eram empregados pelo próprio Governo, “sob pena de serem constrangidos, se fossem vadios, a trabalharem nos estabelecimentos públicos”.⁷³ Nesse caminho, o autor também deu atenção particular ao serviço e autoridade dos juizes de órfãos. Vale lembrar que seu padrinho, Manoel de Vaz Toledo Júnior, foi um homem procurado pelas mães escravas que desejavam peticionar, por meio da Lei do Ventre Livre, tanto o direito de manter os filhos, quanto o contrário, ceder a guarda para um tutor que garantisse a educação das crianças. Foi sob supervisão de Manoel, em Taubaté, que Frederico iniciou sua vida profissional como seu auxiliar. Frederico não afirmou que seu exame da lei foi embasado em experiências pessoais, então, seria arriscado alegar que exerceu trabalho compulsório como parte das exigências do Ventre Livre. Contudo, o autor termina o artigo explicando às novas gerações o porquê de se lembrar que muitos entre eles foram beneficiados pela lei:

Eis, em resumo, o espírito da lei de 28 de setembro, de que tantas vezes falamos, sem conhecer a sua eficácia; porém, não dizendo ela respeito a atual geração, provavelmente veio beneficiar muitos dos nossos, que ainda vivem neste mundo e que não lembramos de homenagear esta lei, como igualmente ignoramos a lei de 28 de Setembro de 1885, ignorando seus efeitos, não procurando, de acordo com tantas sociedades, organizar neste dia uma conferência, onde homens habilitados viessem nos dizer o porquê destas datas.⁷⁴

Essa sentença anuncia como indivíduos de gerações diferentes buscaram estabelecer um diálogo que partia de relações distintas com o passado escravista. Se pessoas como Frederico e Luiza tinham sido beneficiadas pela Lei do Ventre Livre, para os mais jovens, ela estava atrelada à memória antiquada da monarquia. Ao contrário da percepção da geração de Frederico, que insistia que a família real tinha parte crucial na emancipação dos escravos, cerca de trinta anos após a instauração da República, as maltas de capoeiras monarquistas, a Guarda Negra, as mobilizações sociais pela abolição, tudo isso era parte de uma memória complicada de preservar. Esse conflito de opiniões entre gerações diferentes de membros da comunidade negra pautou a

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ *Ibid.*

recepção do editorial “A Princesa Imperial”, que foi rejeitado por uma parte dos leitores do *Alfinete*.⁷⁵

Ainda que essa edição esteja mutilada e incompleta, o texto de Frederico aponta um suposto paradoxo entre as festas que ocorreram quando a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, porque na mesma ocasião, o corpo da Princesa Imperial jazia em uma câmara mortuária em Paris. Seus argumentos eram firmes; além assinar a Lei do Ventre Livre, foi Isabel “mulher que ainda assumiu o governo de 1876 a 1877, e de 1887 a 1888, quando neste último ano assinou a lei de 13 de maio.” Frederico repetiu várias vezes a expressão “essa mulher”, de modo que a condição feminina da Princesa parecia sugerir algo peculiar, como se ela, ao representar o governo, tivesse se submetido a um sacrifício pela pátria que não era esperado de uma mulher, mesmo sendo parte da realeza.⁷⁶ A admiração a “Altíssima Senhora” vinha de “vosso caráter, o vosso patriotismo, a grandeza de vossa alma”. O autor lastima que o banimento da família real não tenha sido revogado em tempo de ela retornar ao Brasil em vida, pois, “nossa esperança” era rever “essa mulher Brasileira, a grande”. E, finalmente, Frederico arremata com o conceito de que a queda da monarquia era consequência da abolição, ato de Isabel que: “assina a lei de 13 de maio de 1888, assinando também o desaparecimento do trono”.⁷⁷

O argumento que a instauração da República foi uma revanche dos cafeicultores contra a abolição da escravidão sem indenização aos proprietários é hoje em dia bastante difundido e aceito, bem como, a ideia de que setores da população negra foram contrários a instauração da República.⁷⁸ Para a província do Maranhão, Matheus Gato prova que o fuzilamento de sujeitos negros monarquistas, em 17 de novembro de 1889, foi mascarado nos anais da história, e mais ainda, subjugou parte de um entendimento sobre a reação popular contra o golpe republicano.⁷⁹ O historiador Flávio Gomes destrinchou a importância de se tomar a sério o entendimento político

⁷⁵ SOUZA, Frederico Baptista de, *Princesa Imperial*, *O Alfinete*, 25/11/1921.

⁷⁶ DAIBERT JUNIOR, Robert, *Isabel, a “Redentora dos Escravos”*: um estudo das representações sobre a Princesa, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001, p. 173–188; MATTOS, Augusto Oliveira, *Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império*, Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009; ARAUJO, Ana Lucia (Org.), *African heritage and memories of slavery in Brazil and the South Atlantic world*, Amherst, New York: Cambria Press, 2015; ARAUJO, Ana Lucia, *Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abrahan Lincoln e a Princesa Isabel*, in: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (Orgs.), *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição*, São Paulo: EDUSP, 2015, p. 451–473.

⁷⁷ SOUZA, *Princesa Imperial*, *O Alfinete*, 25/11/1921.

⁷⁸ PINTO, *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*, p. 125.

⁷⁹ GATO, Matheus, *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*, São Paulo: Perspectiva, 2020, p. 3.

dos negros monarquistas.⁸⁰ A oposição à República vem da identificação política com o regime monarquista, justificada pelo fato de muitos desses indivíduos serem provenientes de maltas de capoeiras que incorporavam a Guarda Negra, aparato paramilitar que se declarava protetor da Princesa Isabel.⁸¹

Wlamyra R. de Albuquerque ao investigar a abolição e a cidadania negra no Brasil, por meio de documentações do estado da Bahia, mostrou a polarização ocorrida entre monarquistas e republicanos após a promulgação da Lei Áurea. Apesar de boa parte dos escravos já terem alcançado a liberdade antes de 1888, a historiadora avalia que em regiões rurais como do Recôncavo, a emancipação de grupos de cativos deixou proprietários e autoridades apreensivos, em uma expectativa de que ocorresse o caos⁸², especialmente, em vista das festas e sambas comemorativos que viraram o amanhecer e ameaçavam a hierarquia racial e força moral senhorial.⁸³ Considerando que o estado possuía o maior contingente de escravos do país, em Salvador as celebrações também eram assistidas de perto pela polícia, que observava particularmente os homens vinculados à Guarda Negra, que defendiam a Coroa e buscavam na Redentora a proteção e a manutenção dos direitos recém-adquiridos.

Albuquerque entende que a pressão de senhores de escravos por indenização era vista pelos libertos como uma ameaça de reescravização. Também a República, sistema político adotado por parte dos ex-proprietários, chamados de republicanos do 14 de maio, amedrontava os emancipados, na medida em que circulavam boatos de que o sistema impediria os negros de ter acesso a cargos públicos.⁸⁴ Desse modo, muitos negros defendiam a monarquia apaixonadamente, a ponto de entrarem em conflito direto com republicanos. Por outro lado, republicanos, como Rui Barbosa, passaram a racializar essa disputa política, associando aos negros monarquistas à pecha de selvagens, desordeiros e violentos, atrelando ao regime uma ideia de barbárie.⁸⁵ Como a autora

⁸⁰ GOMES, **Negros e política: 1888 - 1937**; GOMES, Afro-Brasileiros e a Construção da ideia de Democracia Racial nos Anos 1920; GOMES, Nilma Lino, O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes, **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133–154, 2011; GOMES; DOMINGUES (Orgs.), **Experiências da emancipação**.

⁸¹ MATTOS, **Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império**; MIRANDA, Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos; KRAAY, Hendrik, Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista, **Varia História**, v. 35, n. 67, p. 141–175, 2019; *Ibid.*

⁸² ALBUQUERQUE, **O jogo da dissimulação**, p. 98–99.

⁸³ *Ibid.*, p. 112–117.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 22.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 146–148.

explica, entretanto, nem todo monarquista era negro e tampouco todo republicano era branco. Contudo, analisando sujeitos negros como Macaco Beleza, personagem emblemático que personificava um líder popular fiel à Princesa, Albuquerque exemplifica como passou a existir uma simbologia de “uma espécie de pacto entre a população de cor e o poder imperial, no qual valores afetivos e pessoais era reafirmada através de concessões e deferências”.⁸⁶

Essa explicação faz melhor compreender o monarquismo de Frederico e outros homens de cor de sua geração, que viram em primeira mão a abolição, os movimentos populares em prol da emancipação, as celebrações públicas das gentes negras, e a acessão das Guardas Negras protetoras de Isabel. Considerando que tanto ele, como muitos dos homens de cor de seu meio, eram funcionários públicos, empregados muito provavelmente por indicação, antes de o regime republicano controlar as formas de contratação, fica ainda mais justificada sua afiliação política.

O esclarecimento de Albuquerque, todavia, focaliza indivíduos que tinham pouco acesso à educação, como o próprio Macaco Beleza, que era um trabalhador braçal que não hesitava em dispor da força física para fazer valer suas concepções, sujeitos que se portavam de forma bastante distante de Frederico e seus pares. A obra da historiadora nos fornece uma pista sobre a sustentação do monarquismo dos homens de cor paulistas. Como explicado, Frederico insistia na importância da lei de 1871. Pois bem, Albuquerque investiga uma carta que a Comissão dos Libertos de Paty de Alferes, de Vassouras-RJ, enviou a Rui Barbosa – presidente da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados desde 1880. Nela, os autodeclarados pretos se revelavam republicanos, e cobravam “o cumprimento do que estava previsto na lei de 1871 – educação e instrução aos filhos dos libertos”. As justificativas para a indignação da Comissão com o descaso acerca da falta de implemento dessa prerrogativa da lei do Ventre Livre, ainda que vindas de um grupo de negros republicanos, casa-se com as expectativas de Frederico. Diziam eles que urgia que o imposto criado para o Fundo de Emancipação fosse utilizado para educar os libertos, e que o descumprimento da cláusula era, em última análise, a causa dos males que atingiam os homens de cor. A Comissão de Libertos elenca a Guarda Negra como uma das más consequências.⁸⁷ Para Frederico, a falta de investimento em instrução era diretamente responsável pela incursão de pessoas negras no mundo da vadiagem e da imoralidade, afetando a respeitabilidade e sobrevivência da comunidade negra. Se a vadiagem era o impeditivo para a conquista da

⁸⁶ *Ibid.*, p. 154–155.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 185–187.

cidadania⁸⁸, o cumprimento total da lei de 1871 que garantia a instrução aos homens de cor, era o meio de efetivação direito civil em sua plenitude.

No Brasil, entretanto, a República também foi associada e propagandeada como o principal sustentáculo do progresso e da modernidade. Portanto, não é de se estranhar que houvesse no meio intelectualizado negro divergências a seu respeito. Afinal, o desenvolvimento prometido pelo novo regime gerou também otimismo, e alguns jovens republicanos compraram a briga com a velha guarda monarquista.

Frederico “Observando” o *Kosmos*

O jornal *O Kosmos* era mensal, e, portanto, seu primeiro número deve ter saído em maio, mês da abolição, em 1922, contemporâneo da semana de Arte Moderna. Desde agosto desse ano, a terceira edição – e primeira da série do ponto de vista histórico – informa em seu subtítulo que aquele era o “órgão do Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos”. Mas foi apenas depois de uma eleição conturbada para a direção do clube em 1923, que o jornal “passa a ser doravante o órgão oficial do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, ficando definitivamente a cargo da Diretoria”. Oficialmente, Frederico não fazia parte da equipe editorial, e verdade seja dita, teoricamente ele sequer fazia parte do clube. Mas nesse número de agosto de 1922, os editores encabeçaram uma campanha para que o benemérito fosse readmitido no quadro de sócios, o que ocorreu rapidamente e sem tensões no mês de outubro.⁸⁹ Cerca de dois anos depois, em março de 1924, Frederico assumiria integralmente a folha.⁹⁰

Antes disso, a redação ficava sob a responsabilidade de Abílio Rodrigues, aquele que havia escrito o hino do Grêmio, a gerência feita por Joaquim Domingues, o mesmo que tinha administrado *A Liberdade*, e o secretário era José Martinho de Moura Baptista, o Zeca, filho mais velho de Luiza e Frederico. O velho Baptista publicou treze crônicas sob o título “Observando”, sendo que foi somente na quarta que ele confirmou que era o sujeito por trás do pseudônimo “X”. Além disso, escreveu outros seis textos assinados com seu nome de batismo, e mais três sob o codinome de “Dominó”, uma fantasia de carnaval de Frederico bem conhecida no meio. Frederico não foi o único a usar pseudônimos. Além dele, contribuíram para a folha o já citado Pery-Kito,

⁸⁸ *Ibid.*, p. 122–123.

⁸⁹ *O Kosmos*, 10/1922.

⁹⁰ Juntamente com José de Moura Marcondes e Abílio Rodrigues, *O Kosmos*, 16/03/1924.

Z. K. (Zeca) apelido de José Martinho, Coronel Chichilio, Fotógrafo, Zé Trovador entre outros. Houve também artigos escritos anonimamente, com a participação de alguns autores menos usuais.

Dentre a produção desses vários colaboradores, foi repetido por muitas vezes que a folha nasceu para dar conta das demandas artísticas dos associados. Tinha o objetivo de expor as produções literárias de sócios do Grêmio e de membros de associações amigas: os poemas de Abílio Rodrigues; as denúncias de “preconceito de cor” do campineiro de Benedicto Florêncio; e produções literárias de escritores canônicos, como Cruz e Souza. Muitas das peças literárias eram sucintas, e expunham uma crônica ou paixão arrebatadora. Trovas de amor e de amizade bem como celebrações patrióticas eram recorrentes, frequentemente dedicadas a alguém da agremiação: uma moça solteira, um sócio admirado, ou a personalidades prodigiosas, como Luiz Gama e Barão do Rio Branco. Entre o fim do ano de 1923 e início de 1924, o jornal passou a publicar o “Folhetim do ‘O Kosmos’”, em que o romance original “A Família Escrava”, de Pedro Ribeiro Vianna, foi serializado.

Havia um debate intelectual contínuo e intenso sobre teatro; analisavam as peças que estavam sendo encenadas no Grêmio, e faziam críticas aos atores, atrizes e diretores. Artigos de outras folhas sobre produções e profissionais internacionais, como por exemplo, da Broadway, foram replicados.⁹¹ O intuito era, sobretudo, educar o gosto artístico dos sócios do Grêmio e de outras associações negras, e nesse sentido, comentava-se bastante sobre a recepção do público aos espetáculos. Abílio Rodrigues, por exemplo, se dedicou sobremaneira ao diálogo com os associados, ora tentando convencê-los da relevância dos recitais, ora requerendo participação efetiva no corpo cênico. Mas a impressão que fica é de que a maioria dos associados estava ali primordialmente pela dança e para os bailes.⁹²

⁹¹ Como exemplo, na reprodução o *Correio da Manhã* sobre os pretendentes da atriz Marylin Miller, que em 1920 fazia estrondoso sucesso na Broadway com a peça Sally. A menção a atriz deve ser brevemente entendida, já que, contemporaneamente, é questionável o porquê de a futura estrela no cinema americano, uma mulher branca, tenha sido retratada em uma folha negra brasileira. Reportá-la no jornal mostra o quão antenadas com as artes dramáticas essas pessoas estavam. Verificar vídeos de Marylin Miller dançando, entretanto, também nos oferece uma dimensão um pouco diferente sobre a moral e o comportamento nos 1920. Após a Primeira Guerra Mundial as pessoas estavam ávidas por uma vivência hedonista, e as danças refletem bastante esse sentimento. **Kosmos**, 12/1922, p. 2. Para um vídeo de Marylin Miller dançando, ver: [From the movie: SALLY 1929. This number featuring Broadway legend Marilyn Miller](#). Acesso em: 05/2021.

⁹² PERPENER, John O., **The Seminal Years of Black Concert Dance**, Tese de Doutorado, New York University: New York, 1992; BRASIL, Eric, CUCUMBIS CARNAVALESCOS: Áfricas, carnaval e abolição. Rio de Janeiro, década de 1880, **Afro-ASIA**, v. 49, 2014; ABREU, Martha, **Da senzala ao palco - Canções escravas e racismo nas Américas, 1870- 1930**, Campinas: E-pub da Editora da Unicamp, 2017.

Dançar era uma febre e o educativo do pasquim explorava esse desejo por lazer. Nesse caso específico, Frederico foi responsável pelo conteúdo que instruía sobre o comportamento esperado tanto dos fiscais, quanto dos dançarinos. Havia regulamentos estatutários acerca do que podia ou não ser feito no salão, e era incumbência dos fiscais advertir os dançantes que não agiam conforme esperado. Não foi fortuito que a coluna fixa de Frederico no *Kosmos* se chamasse “Observando”; como membro mais antigo do clube, seu olhar mantinha, em 1922, as normas que foram assentadas no distante ano de 1908. Portanto, havia uma disputa geracional também no salão: a velha guarda do Grêmio se preocupava com os carnês de dança, o ritmo harmonioso, a forma correta de se tirar parceiros para bailar, os tipos de movimentos corporais aceitos e aqueles considerados exagerados, o que se podia ou não fazer no carnaval etc.⁹³ Sobre a folia do momo, por exemplo, Frederico tentava conciliação: “neste tempo não há velhos nem moços, tanto é louco um como o outro”.⁹⁴ É inegável que jovens e adultos tinham interesse no convívio social e na diversão que o Grêmio promovia.

O lazer comum não dissipava desacordos, e o discurso de Frederico sobre respeitabilidade tentava restringir as roupas e maquiagem das senhoras e senhoritas. Os cabelos, as saias, e as mangas das blusas encurtavam sensivelmente na década de 1920, e seguramente além da expressão juvenil do desejo de adaptação às novas modas, esboçava que as mulheres que conviviam com esses homens de cor almejavam liberdade de expressão. Captar as mudanças de padrão de comportamento dos anos dez para os anos vinte exige atenção para com a ameaça que a queda de costumes significava para a busca da respeitabilidade, tão cara aos homens e as mulheres de cor nascidos durante a vigência da escravidão.

As críticas, todavia, saíram da categoria de mexericos individuais e deixaram de ser destinadas especificamente a esta ou aquela pessoa, para se tornarem encargo coletivo. A coluna social do *Kosmos* era bem mais austera e formal do que foram aquelas publicadas até então nos jornais negros, demonstrando que houve um deslocamento do conceito moral, e sobretudo, do método jornalístico. Por meio dessa nova diretiva, passaram a ser divulgados muitos relatórios. As narrativas das festas se juntaram aos balanços das reuniões decisórias, das ações sociais e de visitas para outras agremiações. De forma consistente, a prestação das contas do Grêmio ganhava mais atenção, e tomava cada vez mais espaço no periódico.

⁹³ RODRIGUES, Abílio, Crônica Social, *O Kosmos*, 15/03/1923.

⁹⁴ SOUZA, Observando - Carnaval - Comportamento, *O Kosmos*, 02/10/1924

As diferenças de perspectiva entre os grupos dentro do próprio Grêmio apareceram de forma mais contundente por conta da tal eleição finalizada em janeiro de 1923. O pleito foi protagonizado pela chapa oficial do Grêmio, representada por aqueles que se identificavam com os fundadores da associação, em disputa com uma “chapa divergente”, que fica subentendida como um arranjo entre sujeitos mais jovens. É difícil assegurar quais eram as propostas dos moços divergentes, ou mesmo quem eram eles, porque os editores do jornal eram declaradamente próximos da chapa oficial. Mas essa não foi a única razão que dificultou a identificação dos contrários. Como Frederico explicou, era complicado entender o que estava em disputa quando ambas as chapas apresentavam o mesmo nome, Abílio Rodrigues, para o cargo de presidente. Essa afirmação do veterano, entretanto, foi um pouco artilosa, na medida em que Frederico sabia que havia um acordo verbal que assegurava que “a escolha do presidente deve sempre recair sobre um sócio antigo”. Ou seja, mesmo que quisessem, os jovens não conseguiriam desafiar as normas estabelecidas porque tinham que indicar um sócio mais velho para o principal cargo da chapa.⁹⁵

Se não havia espaço no jornal para o grupo jovem expor suas propostas para a administração do Grêmio, ou mesmo para concorrer as eleições sem interferência dos anciãos, houve, entretanto, espaço para o debate sobre política e a história do país. Durante os meses que antecederam o pleito, monarquia versus república retornaram ao centro debate.

Os ânimos começaram a ficar exaltados já em setembro de 1922 quando o *Kosmos* dedicou a maior parte da edição à celebração da Independência do Brasil. O editorial intitulado de “Sete de Setembro” estreou ufanista, replicando as estrofes do hino nacional. Especulou os sentidos da palavra “liberdade” e concluiu com o exemplo do “grande monarca exemplar, o altivo, o modelo da democracia, D. Pedro II” – certamente, erigir um nobre como exemplo de democracia, enfurecia os republicanos do grupo.⁹⁶

No artigo seguinte ainda na primeira página, Joaquim Domingues combinava o conceito de liberdade com as personalidades de Tiradentes, Feijó e os irmãos Andrada, além do “Príncipe D. Pedro, Excelso Proclamador da Independência”. Um poema de Boaventura Campos discorria sobre protagonismo paulista na emancipação da nação, de onde sobreveio “o grito triunfal”. Luiz Gama surgiu em texto apócrifo como aquele que “batalhou pela igualdade de todos os brasileiros e pelo direito dos seus irmãos de raça”. O pequeno artigo destacou que ele agiu de acordo com

⁹⁵ O *Kosmos*, 12/1922.

⁹⁶ O *Kosmos*, 09/1922.

“um interesse vivo pelas coisas elevadas”. Na sequência, novamente, o 28 de setembro foi utilizado para insuflar a união da raça. Finalmente, o civismo foi coroado com a descrição da festa ocorrida no Grêmio Barão do Rio Branco, quando os discursos ressaltaram esse “estadista e defensor da raça preta”, ocasião em que Frederico, entre outros oradores, exaltou o “grande brasileiro”.⁹⁷

Certamente o ufanismo do *Kosmos* em setembro de 1922 foi intensificado pelo centenário da independência. Essa descrição sumária do número expõe sobreposições ideológicas. Primeiro, fica evidente que a independência foi entendida como uma ação gloriosa da monarquia. Wlamyra R. de Albuquerque aponta que na Bahia, as celebrações do 2 de julho de 1823, data em que se comemora a expulsão de tropas Portuguesas de solo baiano, “estava firmemente associada à Coroa e traduzia um senso de pertencimento nacional fundado no Império.” Depois da abolição, a figura indígena da Cabocla, que usualmente era exaltada durante a independência nacional, foi incorporada às festas das abolicionistas. A autora entende que os caboclos “personificavam um *continuum* entre a independência e a abolição”.⁹⁸ Essa associação entre a emancipação e a independência, como parte da política monarquista, também está presente na edição celebrativa do *Kosmos*.

A ideia de emancipação da pátria se estende à liberdade do povo brasileiro. Desse modo, a abolição também foi avaliada como uma consequência lógica, por dentro dessas conquistas monarquistas em favor de libertações. A memória de Luiz Gama insuflava às “coisas elevadas”, que por sua vez direcionavam a raça para o caminho da união e da ordem, já principiada pelo próprio Barão do Rio Branco. A maneira como os artigos foram apresentados na folha formava uma elipse que se iniciava e finalizava figurativamente em sujeitos representativos do período imperial.⁹⁹

Com tantos monarquistas no grupo, fica a dúvida sobre o que justificava o Grêmio Kosmos ter sido fundado justamente no dia 15 de novembro. Sob reiteradas imersões políticas, não é possível crer que houvesse coincidência entre a data de fundação do clube e aniversário da República. Além das possíveis afiliações políticas de momento, outras contradições emergem do Grêmio Kosmos, e da trajetória de Frederico. Afinal, era ele republicano, ou um monarquista convicto, tal qual seu porvindouro, o patrionovista Arlindo Veiga dos Santos? Um dos maiores

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ ALBUQUERQUE, *O jogo da dissimulação*, p. 126–130.

⁹⁹ *Kosmos*, 09/1922.

expoentes das questões negras em São Paulo, e de geração posterior a Frederico, Veiga dos Santos foi mentor, e por muitos anos o principal líder da Frente Negra Brasileira, e como não é segredo para ninguém, associado à corporação dos integralistas, grupo esse que tinha afinidades fascistas.¹⁰⁰

Assim como o monarquismo e o catolicismo, também o conservadorismo, tradicionalismo e militarismo – ideais políticos dos quais Frederico não pode ser eximido – foram aspectos que nortearam muitos indivíduos representativos do Grêmio Kosmos. Como a Frente Negra Brasileira, mas antes dela, a liderança do Kosmos desejou fortemente a união da raça, criou cartões de identificação, pautou ações educativas, exigiu comportamento exemplar e moral cristã, e agremiou um número significativo de associados. Em alguns momentos, guardadas as diferenças de tempo e alcance popular, ambas as associações parecem aglutinar o mesmo tipo de projeto social.

Diferente da Frente Negra, contudo, o Grêmio Kosmos não cedeu completamente às simpatias totalitárias. As contradições, individuais e coletivas, de Frederico e do clube, possibilitam entrever que a rigidez do Kosmos não superou o intuito democrático que ainda existia na associação. O agrupamento total das sociedades negras era o sonho dourado de Frederico e de tantos outros homens de cor que se dedicavam a esse ideal, bem antes da Frente Negra Brasileira nascer, mas a pluralidade de opiniões dos membros dessas agremiações, e contraditoriamente, o respeito a elas, figurou como um dos empecilhos para a realização da união da raça. O respeito à diversidade de ideias manteve a respeitabilidade desses homens de cor, também, no que concerne ao modo de fazer político.

O exemplo disso está justamente no debate entre monarquistas e republicanos, concebido durante a eleição do Grêmio em 1923. Na edição de novembro de 1922, primeira e segunda página trazem um artigo de Frederico, assinado como X, contando toda a história do Grêmio. Como se esclarece na edição posterior de dezembro, a intenção desse histórico era demonstrar que nos quatorze anos da agremiação, já havia acudido eleição concorrida, como a de 1912, com “ideias alteradas e partidos contrários”. Apaziguador, o editorial de dezembro expunha a consulta a “um antigo sócio”, que descreveu quais eram os nomes mais indicados para a disputa eleitoral.

Os mais cotados... em primeiro lugar está o Frederico, (o sábio), em segundo, Joaquim (o gerente), em terceiro, Mario, (o coronel), em quarto o Zeca (o viuvinho), em quinto o Euzébio (sem ser da capital Federal), em sexto, Abílio, (o autor).

— E o sétimo?...

— O sétimo... posso ser eu, creio não haver nisso inconveniente algum.

¹⁰⁰ MALATIAN, Teresa Maria, **O cavaleiro negro**, p. 71–108.

_Absolutamente nenhum!¹⁰¹

Dessa entrevista nota-se que os nomes citados eram referentes a indivíduos bem conhecidos do Grêmio, a maioria veteranos, o que evidencia que, do ponto de vista do entrevistado nenhum sócio jovem era cotado para a eleição. Exceção feita para Zeca, o primogênito de Frederico, que tinha cerca de vinte e seis anos em 1922. Também conhecido por José Baptista, de seu primeiro casamento com Maria do Carmo Amparo Baptista teve duas filhas, Celeste e Ruth, nascidas respectivamente em 1915 e 1917. Na imprensa negra não houve comentários sobre a causa da morte da jovem mãe de vinte e nove anos, que o fez “viuvinho”, ocorrida no dia três de agosto daquele ano. O *Kosmos* deu detalhes da comitiva de homens de cor presentes em seu sepultamento no Cemitério do Araçá, mas estranhamente não citou um único nome de mulher, sugerindo que o respeito era direcionado mais ao esposo do que a falecida. Entre os notórios presentes na comitiva fúnebre estava Carlos Corrêa de Toledo, provedor da Confraria dos Remédios, onde foi realizada também a missa de sétimo dia da finada.

Viúvo e pai de duas meninas, Zeca deve ter contado com o auxílio da mãe Luiza e das duas irmãs, Durvalina e Rosaura para dar conta das necessidades da família, pelo menos até se casar novamente em 1924. Foi no ano de seu segundo casamento inclusive, que toda a família Baptista se mudou para a Penha de França. Aliás, o nome José Martinho batizou a viela particular aberta por entre os terrenos adquiridos pelos Baptistas naquela época, e onde seus descendentes até hoje possuem algumas dessas propriedades. A rua José Martinho de Moura Baptista é uma travessa da avenida Vera Cruz, onde após 1924, Luzia e Frederico residiram em um grande sobrado até o final de suas vidas.

Zeca era tido como o sucessor de Frederico, mas notoriamente não contava com o carisma do pai, mesmo assumindo funções mais populares no Grêmio, como maestro da orquestra.¹⁰² Depois do falecimento da primeira esposa, José Martinho se aproximou mais da associação e da folha *Kosmos*, e passou a acompanhar o progenitor nas visitas a outras agremiações do interior de São Paulo. Ele também começou a escrever nos jornais negros, mas tinha um estilo mordaz que não agradava muito, vindo a ser pivô de dissentimentos, como esse durante a eleição, em que seu oponente foi Theóphilo F. Camargo.

¹⁰¹ *O Kosmos*, 09/1922.

¹⁰² Todos os filhos e netos de Frederico tinham formação musical, incluindo as mulheres.

Na disputa política que tomou o Grêmio em 1923, surgiu o nome desse outro jovem, Theóphilo Fortunato de Camargo, para quem José Martinho dirigiu uma “Carta Aberta”, a que se seguiu algumas réplicas e tréplicas. Theóphilo F. Camargo, como costumava assinar, era um sargento que ao longo dos anos viria a colaborar em diversos jornais da imprensa negra, especialmente no campineiro *Getulino*. Em 1923, relatou para essa folha que também tinha tentado criar um jornal dedicado aos homens de cor na capital, chamado de *Nosso jornal*¹⁰³, cuja duração não extrapolou os três primeiros números.

No *Getulino*, o militar apresentou suas qualidades de romancista policial. O conto “Romualdo”, que foi serializado no jornal, era parte de um projeto de livro intitulado de “Máscaras”, aparentemente nunca lançado por Theóphilo F. Camargo, que o assinaria com o pseudônimo de Cláudio Guerra. O “Romualdo” do conto era um homem negro, caipira e humilde que o autor compara a Jeca Tatu, e que foi convidado a visitar a casa de um senhor de terras chamado Nhô Juca. Na ocasião, o anfitrião desdenhou de sua cor de pele e cabelo, e o chamou de “bode macho” criado no “bacaiau [bacalhau]”, ou seja, ofendeu racialmente o visitante. Certo tempo depois, o protagonista planejou e executou uma vingança: na presença da esposa de Nhô Juca, ele estuprou a filha do casal, depois matou a moça e o filho mais novo do inimigo. Após a chacina, Romualdo quis se entregar à polícia, mas acabou sendo ferozmente linchado por populares na frente da delegacia. As cenas descritas eram repletas de detalhes horripilantes, e não deixa de surpreender que o conto tenha sido publicado no *Getulino*, mas, seguramente não teria o mesmo espaço no jornal *Kosmos*. Afinal, esse jornal primava por um conteúdo orientado às famílias e, certamente, era mais conservador do ponto de vista estético e moral.

A historiografia brasileira informa que houve linchamentos de gente negra no interior de São Paulo¹⁰⁴, assim a história contada por Theóphilo F. Camargo se torna ainda mais perturbadora quando o autor sugere que isso possa ter de fato acontecido, ao afirmar que ocorrera em “sua cidade”, provavelmente, São Paulo.¹⁰⁵ Fictícia ou não, essa narrativa remete às descrições de linchamentos de homens negros no Sul dos Estados Unidos, que foram indiscriminadamente

¹⁰³ *Getulino*, 17/02/1924.

¹⁰⁴ PIROLA, Ricardo F., A Lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888), in: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.), **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**, São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 454–480; MONSMA, Karl, Linchamentos raciais no pós-abolição: alguns casos excepcionais do oeste paulista, in: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.), **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**, São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 195–210.

¹⁰⁵ *Getulino*, 17/12/1924; 24/02/1924 e 02/03/1924.

acusados de estupro de mulheres brancas. Falsas delações de violência sexual se tornaram uma justificativa frequente para o linchamento de gente negra, uma situação que mobilizou o ativismo de jornalistas afro-americanos, especialmente da escritora Ida B. Wells. É possível especular que ao narrar essa história lúgubre, Theóphilo F. Camargo estivesse buscando despertar um ativismo mais incisivo por parte dos homens de cor paulistas.

De qualquer maneira, é inegável que Theóphilo tinha uma personalidade intensa, e em 17 de novembro de 1922, em uma festa ocorrida no Grêmio “Elite da Liberdade”, ele se dispôs a corrigir publicamente os erros factuais e as análises políticas dos oradores que tinham acabado de discursar sobre a Proclamação da República¹⁰⁶, e é de se supor, defendido a monarquia. O espetáculo foi particularmente desastroso porque os palestrantes censurados eram todos senhores de idade, e como já apontado, os anciãos figuravam como os patronos da respeitabilidade dos clubes. Entre os envergonhados pela corretiva dada pelo jovem Theóphilo, estava o velho Frederico, e seu filho Zeca não deixou barato.

Após citar o episódio ocorrido, a “Carta Aberta” José Martinho se dirigiu ao “Exmo. Sr. Sargento Theóphilo de Camargo” bradando que errado estava ele, pois os oradores não desejaram historicizar a República, mesmo que tivessem mencionado alguns republicanos. Ele propôs, então, retificar as falhas de Theóphilo. O artigo de Zeca é irônico, dizia que sendo o oponente um militar deveria ter se dado ao trabalho de conhecer melhor o alferes Tiradentes, “e sendo católico (segundo penso)”, deveria referir-se a Frei Caneca. Inferir dúvida sobre a religião de Theóphilo era uma tentativa de desaboná-lo no meio dos homens de cor, pois a maior parte deles se declarava sob a fé católica.¹⁰⁷ Sobre as declarações feitas por Theóphilo de que a monarquia era uma “forma de governo imprestável, escravizadora”, Zeca argumentou que países bem-sucedidos como Inglaterra e Itália eram governados por esse regime. Segundo o autor, a forma de governo não importava desde que fossem respeitados “os direitos e liberdade de todos”.

Na edição seguinte, em um longo texto, Theóphilo responde a José Martinho, a quem chama de “enigmático indivíduo que se me dirigiu por carta neste conceituado órgão, e que se oculta sob o pseudônimo de Z.K.” Em vistas da ironia de um, vem a descompostura do outro, que

¹⁰⁶ Z. K., Carta Aberta, **Kosmos**, 21/02/1922.

¹⁰⁷ Em 1906, a revista espiritualista *Verdade e Luz* mencionou, entre outras, a doação pecuniária de um Theóphilo C. Camargo. Não caberia ao escopo dessa pesquisa verificar se ambos os homônimos eram parentes, mas é interessante notar que a dúvida posta o por José Martinho sobre o catolicismo de Theóphilo F. Camargo pode estar relacionada a uma espiritualidade dissidente. **Verdade e Luz**, ano XVII, 31/07/1906, n. 387, p. 16.

lhe chama de “cérebro doentio – vitimado por paixões banais”, além de acusá-lo de monstrosidade, estupidez, idiotice, mentira, e falsa interpretação. Por fim, Theóphilo aconselha Z. K. a procurar um “menino de grupo escolar para lhe ensinar as regras de concordância”. José Martinho, bem como Frederico, escreviam seus textos dirigindo-se à terceira pessoa do plural, vós, um uso do pronome que se tornava arcaico, e talvez pedante. Theóphilo respondeu a cada sentença da correspondência de José Martinho apontando erros de estilo e gramática, como escrever “alferes” com letra minúscula, o que ele considerava era uma verdadeira falta de patriotismo. Sobre as alusões de imprecisão factual, perguntou quem havia lhe “metido na cachola que Tiradentes fora propulsor do atual sistema de governo?”, e insistiu em ofensas para expor suas ideias sobre história brasileira, como verifica-se no trecho a seguir:

Frei Caneca teve ideias republicanas no tempo que o bisavô do missivista tinha-o no calcanhar. Falar desse nome brilhante, incluindo-o ao rol dos paladinos da manhã de 15 de novembro de 1889, é diminuir-lhe o valor – Ele que foi enforcado sacrificando ao seu ideal a preciosidade de sua vida. Diga-me uma coisa: o senhor já foleou algum compendio de história do Brasil?¹⁰⁸

Theóphilo atualizou o glossário de Zeca, mas foi um pouco mais vago quanto aos historicismos, que em verdade, eram o pano de fundo de uma disputa maior. Pelo menos é o que parece quando se lê o artigo de Frederico publicado na mesma edição da resposta. Em “Um apelo aos associados do Grêmio”, o veterano se ressentiu das “calúnias” e ofensas, e citou nominalmente “o distinto moço o Sr. Theóphilo Fortunato de Camargo”, questionando quando foi que dirigiram a palavra com a mesma falta de educação.

Frederico expôs que o “entusiasmo ardente” das ocasiões políticas não poderia dar lugar a intrigas, pancadarias e desmoralizações. Relembrou novamente que depois de forte oposição durante a eleição para mandato de 1912, tanto vencidos como vencedores foram confraternizar juntos no antigo café Girondino – cafeteria que ficava no centro da cidade e era ponto de encontro dos homens de cor. Nitidamente aborrecido, esclareceu que acertos feitos em reuniões da Diretoria tinham vazado para o conhecimento de pessoas que não eram associadas, além disso, assuntos íntimos de família, entre revezes de má sorte, estavam sendo usados para se fazer injúrias publicamente. Talvez essa fosse uma resposta nas entrelinhas sobre a afirmação feita por Theóphilo, de que Zeca, o viuvinho, era “vitimado por paixões banais”.

¹⁰⁸ BAPTISTA, José Martinho de Moura, Carta Aberta, **O Kosmos**, 21/02/ 1923.

Finalmente, Frederico descreveu que no dia 17 de novembro, além de Abílio Rodrigues, ele próprio tinha feito um discurso que “não vinha saudar a República, mas sim o Exmo. Sr. Dr. Epitácio Pessoa, relembrando ao começo, do nosso velho Imperador, sem com isso trazer ofensa às ideias políticas de quem quer que fosse”. Entre os nomes históricos esquecidos involuntariamente e aqueles que foram excluídos de propósito, veio à tona que o verdadeiro mote era a “intriga entre um grupo de sócios e a Diretoria do Grêmio, por ocasião das eleições”. A razão para a briga, de acordo com Frederico, não era nova.

Falava-se que todos os anos da Diretoria era a mesma e que se deveria banir essa oligarquia! Não acredito; pois tendo nas mãos a chapa oficial e a da oposição, apenas vimos três nomes diferentes; quanto aos demais, embora para cargos diversos são as mesmas pessoas que figuram como candidatos. Agora por exemplo, fala-se em um novo Grêmio ou coisa que valha, para a derrota do “Kosmos”, ora isto é matéria muito antiga e que não assusta ninguém e depois nós não somos infalíveis, um dia temos que desaparecer, porém, não é ameaças que derrubam ideias.¹⁰⁹

Um desses “nomes diferentes” da chapa talvez fosse o de Theóphilo. Recado dado, chapa oficial eleita, e a certeza de que o modo de proceder do Grêmio não modificaria tão cedo, o expediente da edição seguinte abriu esclarecendo para Theóphilo ou quem quer que fosse, que os textos ofensivos não seriam mais aceitos. Não obstante, a ironia de José Martinho passou pelo crivo do jornal – o que não era uma surpresa, considerando que ele fazia parte do corpo editorial. A José Martinho foi garantido o revide, de maneira que pôde mostrar a Theóphilo F. Camargo que tinha se dado ao trabalho de fazer uma pesquisa nos compêndios de história como lhe sugeriu o oponente. Arguindo com sarcasmo que lhe era característico, Zeca discorreu sobre Tiradentes e Frei Caneca, perguntando ao interlocutor se era possível enforcar à bala, já o padre teria sido executado a tiros. Com falsa modéstia, afirmou que nada sabia de gramática, pedindo ajuda a seu crítico, para então sentenciar que “estou certo de que mesmo desta forma, melhor que o Sr. não há, mas pior... eu duvido.” Por fim, José Martinho deu a Theóphilo Camargo um conselho que de fato lhe seria bem útil se quisesse permanecer entre os homens de cor do Grêmio Kosmos:

– Quando ouvir alguém discursar, esteja ele certo ou não fique quieto em seu canto: seja tolerante (é até uma virtude) que os demais também serão. Não alvore-se a sábio sem o ser, e se nesses fatos que para aqui transcrevo, ei-lo livros, páginas, etc. é para que o Sr. possa fazer uns pequenos estudos sem muita perda de tempo.¹¹⁰

¹⁰⁹ SOUZA, Frederico Baptista de, Um Apelo aos Associados do Grêmio, **O Kosmos**, 01/1923.

¹¹⁰ **O Kosmos**, 21/02/1923.

É certo que José Martinho não utilizou de adjetivos chulos com Theóphilo, mas não dá para dizer que tenha sido polido em sua argumentação. Depois do bate-boca, os poucos números do jornal *Kosmos* que restaram para 1923 seguem relativamente mais pacíficos, com Frederico insistindo nas regras sociais. Entretanto, esse também é o momento em que o jornalista afro-americano Robert S. Abbott veio ao Brasil e fez a famigerada conferência no Rio de Janeiro¹¹¹, o que levou o *Kosmos* a tomar o rumo dos debates sobre democracia e igualdade racial, no Brasil e nos Estados Unidos, e, de certa forma, dissipar os sabores entre os sócios.

Como apontado pela bibliografia, o editor do *Chicago Defender* tinha a ideia de comprar terras no Brasil e estabelecer aqui uma colônia para afro-americanos. Para tanto, Abbott expressava sua admiração pela suposta “igualdade de raças” reinante no país. No jornal o *Kosmos*, como apontado no capítulo anterior, Abílio Rodrigues fez crítica contumaz às ideias de Abbott sobre o Brasil.¹¹² Para o autor, ao propalar inverdades sobre o tratamento igualitário no Brasil, Abbott criava uma ilusão de paridade entre negros e brancos, que só se confirmava na aparência. Prova disso, definia Abílio Rodrigues, era que o líder afro-americano tinha sido convidado a se retirar do Palace Hotel onde estava hospedado, para que não desagradasse outros hóspedes, brancos americanos. Abbott acreditava que a injúria havia sido provocada pela postura dos americanos¹¹³, mas Abílio justificava que essa forma de agir era a verdadeira face do preconceito brasileiro.¹¹⁴

Kim Butler já havia afirmado que, desde o seu início, a imprensa negra paulista mantinha diálogo intelectual com jornais negros internacionais. Posteriormente, historiadores como Amílcar Araújo Pereira, Petrônio Domingues, Tiago de Melo Gomes e Flávio Thales Francisco Ribeiro confirmaram a hipótese e, demonstraram que houve um vínculo consolidado entre o periódico *Clarim da Alvorada* e a folha *Chicago Defender*.¹¹⁵ Mas além dessa conexão, os artigos no jornal

¹¹¹ Para entender mais sobre Robert Abbott e sua relação com o Brasil, ver: FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro, **O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.10-45.

¹¹² FRANCISCO, Um olhar sobre a “América”: Experiências afro-americanas nas páginas de O Clarim da Alvorada; CASTRO, Cristián, The Transnational Imagined Community of the Black Press of São Paulo and Chicago, 1900-1940s, **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, n. 60, p. 71–92, 2017; FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro, O Império da Supremacia Branca e a Frente Negra Brasileira as Representações Sobre as Relações Raciais da América Latina no Jornal Afro-Americano Chicago Defender (1916-1940), **Afro-Ásia**, v. 60, p. 187–211, 2019.

¹¹³ Robert S. Abbott, “My trip Through South America” IN: David J. Hellwig (edited by). **African American reflections on Brazil’s racial paradise**. Philadelphia: Temple University Press, p. 65-66.

¹¹⁴ RODRIGUES, Abílio. Preto e Branco, **Kosmos**, 18/04/1923.

¹¹⁵ PEREIRA, “O mundo negro; GOMES, Afro-Brasileiros e a Construção da ideia de Democracia Racial nos Anos 1920; DOMINGUES, A visita de um afro-americano ao paraíso racial; FRANCISCO, Um olhar sobre a “América”.

Kosmos, demonstram que, também os líderes do movimento negro precedente, como Frederico Baptista de Souza e seu amigo Abílio Rodrigues, não apenas conheciam os argumentos dos jornalistas afro-americanos, como se contrapunham a eles naquilo que dizia respeito a suas próprias experiências quanto às facetas do racismo brasileiro, conforme afirmei em pesquisa monográfica.¹¹⁶

Abílio Rodrigues sabia que o destaque dado à palestra de Robert Abbott dificultaria ainda mais a união dos homens de cor em torno da luta contra os dissimulados confrontos raciais brasileiros. Se Abbott conquistava espaço nos jornais e revistas daqui, como em uma matéria elogiosa na *Revista da Semana*, isso não ocorria porque a democracia brasileira conferia espaço aos negros em geral.¹¹⁷ Para Abílio, Abbott minimizava os desafios raciais dos negros nacionais, e dessa maneira, prestava um desserviço, haja vista que, atenção tal qual ele teve, dificilmente seria dada aos jornalistas da imprensa negra brasileira.

Junto de Frederico, Abílio Rodrigues era dos escritores mais dedicados à causa da cidadania negra em São Paulo, e entendia que o racializado jogo político das elites não criava condições para o “levantamento da classe dos homens de cor”. Era preciso, reforçavam, que a união da raça fosse prioridade. Por esse motivo, suponho, que mesmo os desafetos retornavam à casa, para que a soma de esforços fosse maior que a divisão social e racial que subjugava os negros após a abolição.

Desse modo, Theóphilo F. Camargo, mesmo depois da troca de ofensas com José Martinho, não foi excluído desse grupo da imprensa negra paulistana. Em janeiro 1924, Frederico se tornou redator-chefe do jornal *Elite* – órgão oficial do Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite Flor da Liberdade” – uma empreitada assumida em mais uma parceira com Abílio Rodrigues, e Alfredo Eugênio da Silva, o Alfredinho, diretor desse mesmo grêmio. Já no primeiro número dessa folha, Theóphilo F. Camargo assinou um texto na primeira página – e que foi replicado em outros jornais da imprensa negra – sobre o projeto do deputado Fidélis Reis¹¹⁸, que buscava impedir a imigração de negros para o Brasil.¹¹⁹ Novamente, a pauta e as conexões internacionais apareciam nos artigos dos jornais negros paulistanos. A colaboração de Theóphilo, jovem articulado e atento

¹¹⁶ TIEDE, *Imprensa negra*.

¹¹⁷ *Revista da Semana*, 1923.

¹¹⁸ [Fidelis Reis, verbete CPDOC, FGV, acesso em maio de 2021](#)

¹¹⁹ A questão da proibição da imigração de gente de cor ao Brasil vira e mexe voltava a entrar nos debates nacionais e provinciais, antes e depois da abolição. Verificar, em: ALBUQUERQUE, *O jogo da dissimulação*, p. 47–80.

à política, poderia ser crucial para o jornal, até porque, durante o primeiro semestre de 1924, Frederico se dividia entre os periódicos *Elite* e *Kosmos*, e a tarefa se mostrava excessiva.

Esse é um momento em que floresceram diversas folhas de homens de cor na capital, provavelmente também impulsionadas pela visita e exemplo de Robert Abbot. Em 1924, eram recém-criados os jornais *Princesa do norte* e *Clarim*. Mas Frederico via com suspeição a repetição, como novas, de ideias e questionamentos que ele e outros jornalistas negros vinham advogando já há algum tempo. Em sua coluna “Observando” de março de 1924, o veterano das sociedades respondeu diretamente a José Correia Leite, afirmando que a ideia de união raça por meio das associações negras não era uma inovação, e que ele mesmo estava tentando desenvolvê-la, sem obter, contudo, resultados satisfatórios. A crítica de Frederico permanecia a mesma, a baixa adesão dos patrícios a atividades outras que não o lazer inviabilizava a constituição de um programa amplo de organização de agremiações negras.

O surgimento do *Clarim*, entretanto, parece ter dinamizado os debates sobre o futuro da raça, pois, Frederico publicou vários artigos no *Kosmos* apresentando opiniões para impulsionar a união, como por exemplo, a necessidade de formar um grupo para comprar um salão próprio, que seria usado coletivamente. Mesmo assim, a empolgação das ideias não garantiu sua aplicabilidade, e o jornal e o clube *Elite* iam de mal a pior. Além de editar dois periódicos, Frederico estava escrevendo muito, tentando estabelecer alianças com os novos grupos, além de gerir a liderança daqueles mais antigos. Não funcionou. Ele não conseguiu manter *Kosmos* e *Elite* ao mesmo tempo.

Foi aí que Theóphilo F. Camargo, o antigo desafeto, assumiu como seu substituto no posto de redator-chefe do *Elite*¹²⁰, em uma parceria com Dilermano Paula Rosa – outro jovem militar *habitué* do Grêmio Kosmos, que teria um papel destacado na comunidade negra ao participar da Revolta de 1924. Parece que a crise gerada durante a eleição do ano anterior, trouxera os indivíduos mais jovens para uma participação mais efetiva na imprensa negra. O jornal *Elite*, sob a direção de Theóphilo e Dilermano, entretanto, ficou no mundo da fantasia, pois apesar da boa intenção dos rapazes, não chegaram a publicar um único exemplar. De acordo com Frederico, a culpa para o fracasso do *Elite* repousava na falta de apoio da comunidade. Todavia, outros fatores, como a guerra urbana que atingiu São Paulo naquele ano, impactaram profundamente, tanto os jornais, quanto as ideias, trazendo a polarização política para um novo patamar.

¹²⁰ *Elite*, 02/03/1924.

Os homens de cor e a Revolução de 1924

Após a Primeira Guerra Mundial a colaboração dos batalhões de negros norte-americanos durante o conflito passou a ser difundida e bem-vista na imprensa em geral. Jornais e revistas brasileiras – ainda que demarcando as diferenças entre o racismo indisfarçável dos Estados Unidos frente a suposta “harmonia de raças” dos trópicos – louvavam os pretos do norte, apresentados como os exemplos de patriotismo e sugerindo que, em uma sociedade livre de preconceitos tal qual o Brasil, cabia exclusivamente aos negros brasileiros a responsabilidade pelo crescimento social. A falta de regramento, o desinteresse pela caridade, e, portanto, a baixa moralidade passou a configurar um elemento intrínseco aos homens de cor nacionais.

No entanto, os homens negros brasileiros não fugiram à luta pela pátria; desde a participação de contingentes negros na Guerra do Paraguai, passando pela Guarda Negra à atuação da Legião Negra na revolta de 1932, muitos foram os combatentes de pele escura em prol da nação.¹²¹ No Brasil, essa memória ainda não tem o peso histórico que tem, por exemplo, os “Buffalo Soldiers”¹²² para a história norte-americana, mas na década de 1920, o prestígio marcial ainda era um campo em construção, e, sobretudo, em ascendência. O Grêmio Kosmos, assim como Frederico e sua família, mantinha com orgulho o registro da participação de homens de cor nas fileiras do exército. Como um exemplo, a primeira filha do casal Baptista, Anatolina – batizada na igreja Matriz da Nossa Senhora da Penha de França em 1904, e que não sobreviveu à idade adulta – teve como padrinho o capitão Pedro Antônio Barbosa, “oficial reformado da Força Pública do Estado (...) que fez a campanha do Paraguai.” Mas ligação com os militares também excedeu o compadrio, pois, não era raro que oficiais da comunidade negra fossem exaltados nas páginas do *Kosmos*. José de Moura Marcondes, que foi presidente do clube, fez carreira na Guarda Nacional.

¹²¹ SANTOS, Orlando Bispo dos, Alistamento de escravos negros no Exército Brasileiro: Guerra do Paraguai 1864-1870, *in*: , Salvador: UCSal, 2014, v. 9, p. 96–108; TORAL, André Amaral de, A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai, **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 287–296, 1995; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.), **O Brasil imperial**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; KRAAY, Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra; MATTOS, **Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império**; MIRANDA, [Memórias e Histórias da Guarda Negra](#): verso e reverso de uma combativa organização de libertos. Acesso em: 16/06/2021. Ver também: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**, São Paulo: Editora 34, 2021, p. 48–52.

¹²² FIELD, Ron *et al*, **Buffalo soldiers: African American troops in the US forces, 1866-1945**, Oxford; New York: Osprey Pub, 2008; CASEY, John A., Racial Uplift and the Figure of the Black Soldier, *in*: **New Men**, New York: Fordham University Press, 2015, p. 130–162; VALENTIN, Edward, **Black Enlisted Men in the U.S.-Mexico Borderlands: Race, Citizenship, and Military Occupation, 1866-1930**, Tese de Doutorado, Rice University, Houston, 2020.

Outro exemplo já apontado estava na própria Confraria dos Remédios, onde o coronel Carlos Antônio Correa de Toledo foi o provedor por todo o período em que Frederico atuou como secretário.

Diretamente na família de Frederico não há registro de que tenha havido um militar de carreira. Zeca, entretanto, parece ter lutado na Revolta de 1924, pois na biografia sumária que justifica a rua com seu nome, afirma-se que José Martinho de Moura Baptista “colaborou no Movimento político do general Izidoro Dias Lopes, a favor da legalidade.” A frase é confusa, porque dá impressão de que ele teria colaborado ao lado dos revolucionários, quando na verdade, a legalidade representava o setor governista, associados a uma política conservadora de republicanos paulistas, e a Carlos de Campos. O jornal *Kosmos* confirma os indícios sobre a participação dos homens de cor ao lado do governo republicano na insurreição.

A Revolta de 1924, ou “revolução esquecida” foi um acontecimento marcante na história da cidade, pois, São Paulo foi bombardeada por aeronaves e canhões, ocasionando mais de quinhentos mortos e deixando feridos na casa dos milhares. Ela foi a segunda investida tenentista, quando militares de baixa e média patente tentaram se contrapor balisticamente à política dominante. No período, o Brasil estava sendo governado em estado de sítio pelo mineiro Artur Bernardes¹²³, que buscava manter no poder a oligarquia cafeeicultora representada pelo PRP, na era da política do “café-com-leite”. O presidente era do mesmo partido que o governador do estado de São Paulo, Carlos de Campos.¹²⁴ As forças revoltosas estavam a cargo de Izidoro Dias Lopes¹²⁵, e os militares sob seu comando se juntaram aos operários do Brás, Mooca e Belém para fazer frente aos legalistas.

É complicado decifrar o porquê de homens negros que se identificavam com a monarquia e eram próximos a militares, como os Baptistas, terem escolhido o lado do governo de Carlos de Campos, contra operários e tenentistas, na revolução de 1924. Em cartas e jornais de época foram feitas denúncias mútuas de favorecimentos em troca de lealdades. Indistintamente, revoltosos e legalistas acusaram pessoas de enriquecer da noite para o dia em troca de apoio ao governo. Mas mesmo os setores que apoiaram a revolta, como *O Estado de São Paulo*, afirmam terem sofrido represálias dos tenentes a ponto de fecharem o jornal durante os vinte e três dias de guerra. Tanto

¹²³ Artur Bernardes | Atlas Histórico do Brasil - FGV, Acesso em: 23/05/2021.

¹²⁴ RIBEIRO, Antônio Sérgio, CAMPOS, Carlos de, CPDOC/FGV, Acesso em: 23/05/2021.

¹²⁵ ABREU, Alzira Alves de, Isidoro Dias Lopes | CPDOC, in: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.**

um lado como outro asseveravam que a população estava sendo manipulada. Muita gente fugiu do combate na capital em busca de paz no interior. As ruas e avenidas foram transformadas em trincheiras, e os amplos registros fotográficos da época mostram soldados, muitos dentre eles homens negros, de ambos os lados do fronte.

Figura 2.8 – Trincheira na rua Sete de Abril



Fonte: Ilka Stern Cohen, 2007, s/n.

Figura 2.9 – Batalhão Legalista



Fonte: Ilka Stern Cohen, 2007, s/n.

O bairro da Penha de França teve um papel decisivo nessa luta ao lado dos legalistas. Quando o Palácio dos Campos Elíseos, que era a sede do governo do estado, foi atacado pelos revolucionários, foi na Penha que Carlos de Campos se refugiou, na estação ferroviária de Guaiaúna. Um governo provisório foi instalado na praça do Rosário da Penha. Canhões foram

estrategicamente alocados nas colinas do bairro com as miras voltadas para os bairros operários, e “Frederico nos dias de revolta andou triste, porque só olhava a realidade por dois óculos.” De binóculo, ele tinha uma vista privilegiada da batalha. A sua casa na rua Vera Cruz estava a poucos metros da estação Guaiaúna, e seu lar estava seguro ao lado dos legalistas, que impingiam aos moradores das regiões centrais um “bombardeio terrificante”.

Figura 3 – Mapa detalhe em Penha



Fonte: GeoSampa.

Legendas:

- 1 – Largo do Rosário da Penha de França, sede do governo provisório do Estado de São Paulo durante a Revolução de 1924;
- 2 – Rua Vera Cruz, onde ficava a moradia de Frederico e Luiza na Penha de França;
- 3 – Lotes da família Baptista, onde hoje fica a viela José Martinho de Moura Baptista;
- 4 – Rua Guaiaúna, onde ficava a Estação de mesmo nome, que foi utilizada como esconderijo pelas tropas de Carlos de Campos.

Outros homens de cor, próximos ao Grêmio Kosmos, tomaram parte no conflito de forma menos contemplativa que Frederico, e foram recompensados por seus feitos durante a guerra:

Foram promovidos, pelos bons serviços prestados à causa do governo legal, durante a revolução do mês de julho: a 2º. Tenente o nosso amigo e ex-sócio desse Grêmio, o senhor Cherubin Chagas, que desempenhava como 1º. Sargento, as funções de contador no 4º. Batalhão de Caçadores, e, a Sargentos Ajudantes, os nossos prezados diretores Antônio Pedro Rocha e Dilermando de Paula Rosa.
Nossos Parabéns.¹²⁶

A edição de vinte de setembro de 1924 do jornal *Kosmos* saiu atrasada devido aos “dias de tormenta” dos acontecimentos de julho, que forçaram uma paralização completa da cidade. Mas ao contrário das edições anteriores que traziam um clima de tensão, prenúncio talvez da guerra que eclodiria, a folha de setembro chegou vencedora. Nela, um texto apócrifo, ou ainda, amplamente baseado nas ideias de Frederico, trouxe mais uma vez a lembrança do jovem militar Joaquim Cambará. Depois da revolta, entretanto, Cambará não reapareceu como uma memória triste e de luto, mas sim de vitória.

A união da raça, para Cambará e para Frederico, era a união das associações já existentes, fossem elas dançantes, recreativas, dramáticas, beneficentes, religiosas, operárias, militares ou mutualistas, em uma ideia comum de que todas elas eram feitas, principalmente, de gente de cor. Mas essa reunião passava por reconhecimento oficial, do poder. É notório que muitos homens negros, no Brasil e nos Estados Unidos, procuraram as fileiras militares como forma de sobrevivência, representatividade e respeito. Na busca por respeitabilidade, as forças armadas configuravam um poder inquestionável, patriótico e permanente. Essa segurança afiançava que aqueles, outrora diaspóricos, tinham no Brasil um lugar de estabilidade adquiridos com suor, mas sobretudo, com sangue dos soldados negros. Se a Confraria dos Remédios era o berço espiritual dos abolicionistas, as forças armadas eram a garantia do pertencimento à pátria.

¹²⁶ **O Kosmos**, 20/09/1924.

Os irmãos da Confraria estavam do lado da ordem vigente.¹²⁷ O coronel Carlos de Toledo, provedor da Confraria dos Remédios, prestou as últimas homenagens a Carlos de Campos – o presidente de São Paulo, um dos líderes do Partido Republicano Paulista, aquele que se refugiou na Penha sob os binóculos de Frederico. Se o provedor da irmandade – e comandante da memória dos abolicionistas paulistas – estava ao lado do PRP, é seguro que os irmãos da Confraria dos Remédios, também deveriam estar.

Um mês antes da revolução de 1924, quando os homens de cor de grupos como o Kosmos lutaram em favor do governo, Frederico escreveu na sua coluna “Observando” um artigo enaltecendo o SOLDADO PAULISTANO, assim mesmo, em caixa alta.¹²⁸ Ele fez uma genealogia dos leais paulistas, que em 1822 marcharam para o Rio de Janeiro em defesa da pátria. Para Frederico, o soldado paulistano, quando escrevia em 1924, era “uma velharia”, que defendia apesar de seus defeitos, porque tocava o “patriotismo de cada um”. E então o veterano Sr. Ico, sábio na velhice de seus quarenta e nove anos de idade, afirmou que “unidos”, os homens de cor buscavam “não o impossível, mas aquilo que temos direito pelas nossas leis.” Recorrer ao “direito pelas nossas leis” configurava, mais que sabedoria de um “ancião”, em um conhecimento sobre uma partilha prometida. Da mesma maneira que Frederico e dona Luiza escolheram um soldado da Guerra do Paraguai para batizar sua filha, eles reconheciam que, no colaboracionismo havia um pacto, do qual eles não apenas ofertavam lealdade, mas aguardavam a recíproca.

Frederico, beirando os cinquenta anos de idade, funcionário público da Faculdade de Direito, certamente manteve sua família mais segura durante a guerra paulista alocada no distrito da Penha de França, do que no centro, onde ficava o Grêmio Kosmos. O endereço da sede do clube, a rua Florêncio de Abreu, foi transformado em território de fronteira.¹²⁹ A região era estratégica porque dava acesso às forças rebeldes para Estação da Luz, onde ficam os legalistas. Por esse motivo, a rua foi completamente alvejada durante a revolta, como é possível verificar pelas marcas de balas cravejadas nas paredes, registradas nas fotografias a seguir.

¹²⁷ GATO, **O massacre dos libertos**, p. 24.

¹²⁸ SOUZA, Frederico Baptista de, Observando - Soldados, **O Kosmos**, 18/05/1924.

¹²⁹ COHEN, Ilka Stern, **Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924**, São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 34-35.

Figura 3.1 – Florêncio de Abreu, Bombas (a)



Fonte: Ilka Stern Cohen, 2007, s/n.

Figura 3.2 – Florêncio de Abreu, Bombas (b)



Fonte: Ilka Stern Cohen, 2007, s/n.

Frederico Baptista de Souza, nascido em 1875, filho de uma escrava, esperava que em 1924 os esforços da retidão e evidente colaboracionismo com o poder vigente trouxessem bons frutos. Uma vida dentro dos padrões deveria compensar. Essa estratégia, presumivelmente, buscava enaltecer alianças dos homens de cor aos comandos do poder público. Porém a tática, que não deixa de ser uma conduta dúbia, reforça uma ideia recorrente do pensamento negro brasileiro; a afirmação de que, antes de apoiar partido de direita ou de esquerda, o negro deveria ser aliado de sua própria causa.¹³⁰ Frederico advogou essa ideia até 1929. Depois disso, ele mudou esse

¹³⁰ Recentemente, Daniela Vieira e Mariléa de Almeida entrevistaram a ativista e intelectual Sueli Carneiro, em que ela expressa uma ideia bastante similar, no que diz respeito a como o conceito de raça determina classe no Brasil. Obviamente Sueli Carneiro não é a única a expressar essa ideia, e como pode se verificar a partir da própria ação de Frederico, essa ideia é muito antiga. E é importante reafirmar que em um país racista como o Brasil ser negro é ser político. Conferir especialmente p. 188-189. VIEIRA, Daniela; DE ALMEIDA, Mariléa; CARNEIRO, Sueli, *Between Left and Right, I Remain Black: Interview with Sueli Carneiro*, **Transition**, n. 130, p. 173–189, 2020.

posicionamento, e rompeu com o antigo liberalismo, escrevendo nas páginas do *Clarim d'Alvorada* que o negro deveria ser, sobretudo, político.¹³¹

¹³¹ SOUZA, Frederico Baptista de, O Negro deve ser político?, **O Clarim d'Alvorada**, 27/10/1929.

Capítulo 4 – Mulheres negras sob o olhar de um homem de cor

As filhas do ventre livre

A esposa de Frederico Baptista de Souza, que solteira chamava-se Luiza de Moura, nasceu na cidade de São Luís do Paraitinga, no vale do Paraíba Paulista, no dia quatorze de novembro de 1873, e era dois anos mais velha que o esposo. Tal qual a mãe de Frederico, a sua também fora escravizada. Luiza era “filha da escrava Benedicta, como está assentando no livro de nascimentos.” Junto da mãe, ainda criança Luiza mudou-se para Taubaté, mais foi apenas mais tarde, aos vinte e dois anos, em 1895, que conheceu Frederico “em um baile em uma fazenda.” “Começamos a dançar...” [e] “a ganhar dezenas de prêmios do tipo ‘Ao melhor par de dançarino[s] da noite’.”¹

No mesmo ano de 1895, quando dançaram juntos pela primeira vez, Luiza e Frederico contraíram matrimônio, e tiveram o primeiro filho, José Martinho de Moura Baptista. Cerca de cinco anos após o casamento, houve a mudança para São Paulo – que a luz do encontro inicial e da subsequente história de amor – parece também ter sido motivada também pelo prazer da dança. O gosto dos jovens pelos bailes na roça veio a ser parte crucial da vida social do casal quando na capital.

Como o esposo, Luiza participou ativamente e por décadas a fio da Confraria Nossa Senhora dos Remédios e do Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, além de ter feito parte de quadros femininos de outros clubes da capital. Ao contrário do marido, entretanto, ela não escreveu artigos de próprio punho na imprensa negra.² As suas opiniões e ações, bem como de outras mulheres do meio, precisam ser lidas através de outros tipos de registro. Não ter deixado testemunho escrito, obviamente, não implica que ela não fosse ciente, ou não estivesse à altura dos ideais do Frederico. Ao contrário, a dedicação intensa ao coletivo faz entender que Luiza, bem

¹ Luiza, filha da escrava Benedicta, fez ontem um século, **O Estado de São Paulo - Suplemento: Gente**, 15/11/1973.

² Segundo relatos de familiares Luiza não sabia ler e escrever, no entanto, há uma nota da imprensa negra em que ela foi citada como 1^a. secretária do Grêmio Kosmos, função em que se entende que a leitura e escrita seria necessária. Grêmio “Kosmos” (D. Luiza de Moura Baptista 1a. secretária), **Elite**, 20/01/1942. Na entrevista que deu aos cem anos de idade, Luiza comentava que depois que Frederico faleceu, pedia que as netas lessem para ela as cartas e poemas de amor que ele havia escrito para ela durante o tempo de casados. Nesse caso, a vista cansada pode ter sido o motivo do pedido, ou ainda, o carinho e desejo de que as netas conhecessem a história do casal. Infelizmente, nenhuma dessas cartas restou para a posteridade. Luiza, filha da escrava Benedicta, fez ontem um século, *idem*.

como outras mulheres a sua volta, estavam de acordo e militando em favor da respeitabilidade e elevação³, conceitos que orientavam os homens de cor da imprensa negra paulistana.

Na historiografia brasileira Giovana Xavier inovou ao investigar questões de gênero e a imagem feminina nas páginas do jornal *O Menelik* (1916), fazendo uma leitura a contrapelo dos escritos de homens de cor, para ajustar a ideia então corrente de que as mulheres não eram intelectualmente ativas nas comunidades negras letradas do início do século XX⁴. Ao contrário do que propôs Giovana Xavier, em boa parte das pesquisas sobre a imprensa negra paulistana, permanece ainda a visão de que as mulheres destes coletivos eram silenciadas pela ação masculina dos jornalistas negros⁵.

O objetivo deste capítulo é interpelar, por meio de fontes escritas e imagéticas, o que significaria esse silêncio feminino, como ele se deu, e se de fato existiu, porque se consolidou. Em uma leitura também a contrapelo, busco nos jornais em que Frederico e sua família eram atuantes, os diálogos em que as mulheres de cor eram sujeitas da narrativa. Trata-se de artigos em que elas estiveram envolvidas, fosse pela temática eminentemente feminina, ou porque elas se posicionaram e tiveram suas opiniões comentadas nos textos. Esses artigos e debates mostram indiretamente como as mulheres deveriam ser compreendidas e como deveriam se portar para serem consideradas a base de sustentação do programa de elevação da raça. É preciso afirmar que

³ Como apresentado nos capítulos anteriores, a “elevação” foi um termo que apareceu com frequência na imprensa negra paulista, especialmente até meados dos anos de 1920. Ele se traduz diretamente do inglês *uplifting*, que foi utilizado por várias gerações de negros norte americanos para descrever um programa moral e prático, que buscava “elevar” a raça por meio do estudo, trabalho e comportamento ilibado. A ideia era que através dessas ações os negros ascenderiam socialmente e economicamente, e seus exemplos levariam a raça como um todo a buscar por elevação também. Derivado desse conceito é a concepção de respeitabilidade negra. Aplicada para ambos os gêneros, mas especialmente para as mulheres, a respeitabilidade implicava em utilizar da prática do decoro como escudo moral contra as ações discriminatórias e abusivas sexualmente. HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks, **Righteous Discontent**; GAINES, Kevin Kelly, **Uplifting the Race: Black Leadership, Politics, and Culture in the Twentieth Century**, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995; CASEY, John A., Racial Uplift and the Figure of the Black Soldier, in: **New Men**, Nova Iorque: Fordham University Press, 2015, p. 130–162; CANTON, David, Review of RACIAL UPLIFT AND AMERICAN MUSIC, 1878-1943, **Louisiana History: The Journal of the Louisiana Historical Association**, v. 57, n. 1, p. 119–121, 2016; BROOKS, Clayton McClure, **The Uplift Generation: Cooperation across the Color Line in Early Twentieth-Century Virginia**, Charlottesville: University of Virginia Press, 2017; COOPER, Brittney C., **Beyond Respectability: The Intellectual Thought of Race Women**, Urbana: University of Illinois Press, 2017. Ver também: BUTLER, Kim, **Freedoms Given, Freedoms Won**, p. 94–95. ALBERTO, Paulina L., **Terms of Inclusion**, p. 38.

⁴ XAVIER, Giovana. “Leitoras:” Gênero, Raça, Imagem e Discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916), **Afro-Ásia**, n. 46, 2012.

⁵ MELLO, Marina Pereira de Almeida, O lugar da mulher na Imprensa Negra paulistana (1915-1924), **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 1, n. 2, p. 130–151, 2013, p. 141–149. ALBERTO, **Terms of Inclusion**, p. 38. BUTLER, **Freedoms Given, Freedoms Won**, p. 83. DOMINGUES, Petrônio José; PEREIRA, Ana Cláudia, Elite da Liberdade: a contribution to the history of black clubs in Brazil, **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 9, n. 1, p. 396–411, 2020.

a elevação e a respeitabilidade, mesmo que narradas por vozes majoritariamente masculinas, não eram reflexo de ações exclusivamente masculinas. Que se diga o óbvio: as mulheres dos clubes e dos jornais corroboravam, refutavam, debatiam e inovavam no que concerne aos conceitos que circulavam em suas próprias casas e clubes.

O capítulo seleciona os artigos da imprensa negra sobre a condição feminina, e dá especial destaque àqueles escritos por Frederico, compreendendo que eles eram consequência direta da agência e da trajetória das mulheres que estavam a sua volta. Apresento senhoras que como Luiza, prezavam pela respeitabilidade e se faziam presentes no associativismo negro, e, àquelas que na contramão do programa da imprensa negra, exerciam seus desejos de forma autônoma muitas vezes colocando-se na mira de críticas e controvérsias. As mulheres próximas aos clubes negros, mesmo sem escrever pelos próprios punhos, deixaram pistas sobre seus acordos e desacordos com os homens de cor e com a sociedade paulistana, sem passar a largo de suas próprias histórias, como é de se esperar.⁶

Guardadas as diferenças econômicas e educacionais entre as mulheres negras norte-americanas e as brasileiras, no que diz respeito às expectativas quanto ao futuro da raça, há semelhanças importantes que indicam um caminho de análise. Por esse motivo, ao longo desse capítulo há uma inegável influência das pesquisas da historiadora norte americana Brittney Cooper.⁷ Os diagnósticos da autora sobre a importância da respeitabilidade para as mulheres negras após a emancipação e durante o século XX, e os meios utilizados por elas para influenciar a opinião pública acerca da sexualidade feminina negra, encontram ressonância, a meu ver, em solo paulistano. Cooper assume que o feminismo contemporâneo, pelo qual ela também é influenciada, faz críticas ao elitismo da respeitabilidade negra, muitas vezes, sem notar o que de fato estava em jogo para as “mulheres da raça”: evitar a situação de extrema vulnerabilidade sexual em que viviam.⁸

A autora argumenta que ao longo da história, o comércio de escravos, a vida dentro dos tumbeiros, e a agressão sexual durante a escravidão forçaram uma conceitualização própria da

⁶ Esse capítulo não trata de biografias de mulheres, ainda que esse seja um campo em ascensão historiográfica. Para compreendê-lo, ver, entre outros: BALL, Erica; SEIJAS, Tatiana; SNYDER, Terri L. (Orgs.), **As if she were free: a collective biography of women and emancipation in the Americas**, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2020. O objetivo maior é trazer a discussão sobre mulheres em uma área da história em que se costuma valorizar mais agência masculina.

⁷ COOPER, **Beyond Respectability: The Intellectual Thought of Race Women**.

⁸ *Ibid.*, p. 11–31.

feminilidade para as mulheres negras. Com isso, ela constrói a seguinte lógica: como as mulheres negras eram entendidas como “brinquedo sexual” de proprietários de escravos e, ao mesmo tempo, “destituídas de sua feminilidade” para a justificativa do exercício do trabalho pesado, durante a liberdade, elas estabeleceram a virtude como a principal forma de apropriar-se da dignidade, e é esse o processo que busco observar ao longo deste capítulo. Cooper afirma que, para a comunidade negra, a respeitabilidade era muito mais do que conquistas morais e econômicas: era a restituição da própria humanidade.⁹

O quadro de vulnerabilidade sexual das mulheres negras criou uma base para o sistema racial e racista, e por esse motivo, proponho que as mulheres negras dos clubes e dos jornais paulistanos, a exemplo de suas correspondentes norte-americanas, estavam cientes do que a retórica e prática do decoro poderia oferecer em termos de proteção contra o racismo, para elas e para suas famílias. Com base nas leituras que cruzam experiências afro-diaspóricas de constituição de pensadores e pensadoras negras¹⁰, proponho que essas senhoras e mocinhas não apenas oprimidas pelos sujeitos masculinos, mas também eram agentes da política de respeitabilidade.

Ao exigir determinada compostura, elas orientavam debates sociais, demandavam direitos, e criavam mecanismos de proteção contra o racismo sistêmico.¹¹ Afinal, eram os corpos delas os primeiros a serem flagrados na mira eugenista. Como afirma Britney Cooper é no corpo que a existência da mulher negra se faz inquestionável, pois, despida da respeitabilidade inerente ao papel social da mulher branca, o corpo negro é o alvo do empreendimento e da contraposição ao racismo. É no corpo que está a materialidade da epiderme negra, e, é nele que a luta racial e a memória escravista são indissolúveis.

Por esse motivo também, a observação de imagens produzidas após a abolição¹², como caricaturas e fotografias contidas em jornais e revistas, tem o potencial de trazer à tona visões que

⁹ *Idem.*

¹⁰ BAIROS, Luisa, *Orfeu e Poder: uma perspectiva Afro-Americana sobre a política racial no Brasil*, Princeton University Press, 1994; FAGUNDES, Ana Maria; GOMES, Flávio dos Santos, *Por uma “Anthologia dos Negros Modernos”*, p. 72–88, 2007.

¹¹ BONILLA-SILVA, Eduardo, *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in the United States*, Lanham, Md: Rowman & Littlefield, 2003.

¹² Há muitos trabalhos que se dedicaram a analisar as imagens de gentes de cor produzidas durante a escravidão. São bastantes conhecidas as pinturas, ilustrações, cartões postais e fotografias que representam mulheres escravizadas ou libertas. Christiano Júnior, Auguste Stahl, Marc Ferrez, Alberto Henschel foram alguns dos artistas que retrataram mulheres negras no final do século XIX. Em São Paulo, importantes retratos de pessoas negras foram produzidos por Militão Azevedo, e por vezes acabaram por ilustrar a imaginação sobre como teriam sido os cidadãos de cor, também no início do século XX. Não há dúvidas de que tais imagens são muito importantes e auxiliam a criar o repertório sobre o passado não apenas de escravos, mas também de gente livre de cor. Entretanto, para o escopo

são opacas à palavra escrita. Isto é, as imagens proporcionam outra lente para se ver o racismo. Muito popularizadas nas publicações das primeiras décadas do século vinte, as fotografias e litografias compõem um cenário de representação imediata e moderna do vivido. Essas imagens carregam ideias estéticas sobre os corpos das pessoas; as fotografias e caricaturas muitas vezes desenham com luz e carvão aquilo que não podia ser dito. Registraram o desejo de aceitação daqueles que buscavam por respeito, e, gravaram a discriminação rotineira nas ruas paulistanas. Em conjunto com as fontes escritas, essas imagens auxiliam a formar um quadro mais ordenado dos limites raciais que comprimiam os sujeitos de cor no início do século XX. Desse modo, por meio de textos e imagens, de jornais e revistas, se busca aqui verificar o desenvolvimento e as mudanças sobre a prática da respeitabilidade entre as mulheres de cor.¹³

Uma busca por respeito: a mulher de cor nas páginas, nos salões e nas ruas

Uma advertência foi publicada no dia 9 de maio de 1920 no jornal *A Liberdade*, intitulada de “Em represália”. Nela os descontentamentos entre homens e mulheres se apresentavam por meio da dicotomia entre uma sociedade de *homens* de cor em que as *senhoras* tomavam a iniciativa de repreender o jornal. Declaravam que não comprariam a *Liberdade* e foram ouvidas. Ainda que os jornalistas tenham sido irônicos, pois, lamentavam o prejuízo que a refuta causaria ao jornal, deram os parabéns as mulheres pela ousadia. De fato, a partir da segunda década do século XX, elas passam a confrontar a expectativa que seus companheiros tinham sobre o lugar do feminino na sociedade dos homens de cor.

deste estudo, o foco maior é na primeira metade do século XX, e desse modo, foram descartadas as imagens anteriores a esse período. A escolha por se analisar imagens vem do fato que há poucos registros escritos produzidos pelas mulheres paulistanas que frequentavam os clubes e associações negras logo no início do século. Desse modo, a primeira pergunta que orientou esse capítulo era sobre onde poderia haver registros dessas mulheres. Sobre raça e fotografia no Brasil, ver, entre outros: AZEVEDO, Militão Augusto de *et al*, **Militão Augusto de Azevedo**, São Paulo: Cosac Naify, 2012; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de, **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil, 1637-1899**, São Paulo: Imprensa Oficial SP: Edusp, 2000, p. 627–646; KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado, **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**, Campinas: Editora Unicamp, 2010, p. 31–45.

¹³ No início do século XX, não era raro que a imprensa hegemônica se referisse as mulheres negras de forma degradante, tanto por meio de palavras, quanto por meio de fotografias e caricaturas. Desse modo, busco contrapor as críticas presentes na imprensa negra com imagens de mulheres negras da mesma época, para compreender mais amplamente a quê serviam essas críticas, e o que elas poderiam oferecer em termos de respeitabilidade frente a sociedade racista.

Brevemente, temos uma “matinée” chic [sic], de elementos descontentes de uma sociedade de homens de cor, porém a matinée é iniciativa de senhoras, impondo ainda que as mesmas não comprarão o número atual de *A Liberdade*. Ainda que, tocando de perto o nosso prejuízo, não deixamos de enviar à distintas damas que iniciaram a represália, os nossos parabéns. Agora, as mulheres.¹⁴

A represália feita por mulheres consumidoras da folha era uma reação contra as críticas e os mexericos que as estava atingindo indistintamente naquele momento. Mesmo que as senhoras e as moças também fossem promotoras dessa prática de coerção, muitas vezes as sentenças eram dirigidas de forma anônima, e podiam ser compreendidas como uma reprimenda em conjunto, a todas as integrantes da comunidade. Essas fofocas expunham os sujeitos, e criavam desconfortos variados. Para o leitor de hoje, contudo, esses fragmentos têm o potencial de mostrar o que estava em jogo em termos morais dentro dos clubes dos homens de cor.

Vítimas e algozes dos mexericos se confundiam, pois raramente as críticas eram feitas pelos próprios redatores do jornal: leitoras e leitores enviavam suas reclamações aos editores, que as publicavam a preços módicos. Flertes, desabafos, lamentos, romance, e algum texto de autoria eram também divulgados nessas seções, que funcionavam como uma espécie de correspondência entre o público de leitores. As seções críticas tinham, portanto, diversas funções para além do criticismo propriamente dito; elas serviam para se procurar parceiros românticos, chorar amores desafetos, expor desejos literários, e para resolver conflitos internos da comunidade.¹⁵

As críticas chamavam atenção pela exposição do ridículo ou inadequado. Muitas vezes, descortinavam indivíduos cujo comportamento era entendido como passível de trazer descrédito para o grupo. Eram descomposturas que questionavam a moral exigida durante a participação em bailes e danças. Ser flagrado em brigas ou desordens, namorar mais de uma pessoa ao mesmo tempo, se relacionar com alguém do mesmo sexo, e estabelecer troca afetiva fora da raça, por exemplo, faziam com que o nome, e mais comumente o apelido do culpado viesse à tona. De fato, muitas censuras faziam o papel de cercear as liberdades individuais e coletivas, e esse tipo de

¹⁴ Em represália, *A Liberdade*, 09/05/920.

¹⁵ É importante de se notar, contudo, que esse tipo de correspondência também foi muito comum em outras publicações da época, especialmente jornais orientados ao público feminino. Isso significa que a seção crítica da imprensa negra não pode e nem deve ser lida como um elemento distinto apenas das comunidades de cor. Isso deve ser ressaltado como contraposição a ideia de que os mexericos definiam a orientação dos jornais negros, quando, de fato, trata-se mais de um artifício recorrente de relação social do período. Ver, por exemplo, Jardim Fechado, *Revista Feminina*, 61. ed. 1919; LEITORAS, Bilhetes Postais, Correspondência do “Jornal das Moças”, *Jornal das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada*, (1914-1919).

controle aparecia nos jornais em que a família Baptista era atuante, como fica evidente na passagem abaixo, veiculada em *A Liberdade*, em setembro de 1919.

Com Isaura do Carmo no sábado, passeando de braço com um neve pela rua Tamandaré. Com a mesma no domingo a noite pela rua da Glória com um rapaz de cor. Com certas moças que trabalham na rua Conselheiro Furtado 56, são muito namoradeiras. [Feira]¹⁶

O domínio sobre a conduta tida como inadequada da mulher que ora foi vista com um homem branco (neve) e ora com um rapaz de cor, pode incidir em condenações múltiplas: libertinagem, imoderação sexual, relacionamentos inter-raciais e licenciosidade de costume.¹⁷ Sobretudo, as críticas buscam enfrentar uma situação mais ampla de como as mulheres negras eram entendidas pela sociedade paulistana em geral. Cruzando o conteúdo dessas acusações com publicações de outros tipos de imprensa, se pode entrever que havia uma imagem cristalizada sobre a mulher negra no início do século XX – que as duras penas, mulheres e homens de cor tentavam modificar.

Nesse mesmo período, a popularização da técnica fotográfica fez com jornais e revistas usassem e abusassem das imagens em suas publicações. Esse vasto material visual convém como fonte de observação de questões sociais e raciais pertinentes. Especialmente entre os anos de 1910 até a década de quarenta, os periódicos eram fartos de fotografias que expunham mulheres, especialmente, as negras e as imigrantes. Muitas dessas imagens traziam mulheres agredidas e agressoras, delituosas de todos os tipos.¹⁸ Mas o tipo criminal, em voga nas fotografias da imprensa não condiz com o que se busca nesta tese. Para a entender a respeitabilidade negra, é importante perceber como as mulheres de cor se afastavam intencionalmente da imagem de violência que lhes eram impostas.¹⁹ Por isso, excluí desta investigação as imagens de corpos negros vilipendiados, privilegiando aquelas que se correspondem com as conquistas de representatividade das mulheres negras. Na prática isso significa que dei atenção a imagens que registram mulheres para além do estereótipo criminal.

¹⁶ Críticas, *A Liberdade*, 28/09/1919.

¹⁷ Sobre críticas a relacionamentos inter-raciais no mesmo período, ver: LUCINDO, William Robson Soares, *Comemorações, cidadania e festas*, p. 60–61.

¹⁸ Ver entre outros; CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁹ Ou nas palavras da historiadora Deirdre Cooper Owens, perceber que desempoderamento não significa degradação, e por isso há que se ter o cuidado de não recriar o trauma. COOPER OWENS, Deirdre, *Medical Bondage: Race, Gender, and the Origins of American Gynecology*, Athens: University of Georgia Press, 2018, p. 6.

No primeiro quartel do século XX, era muito comum que senhoritas, especialmente as jovens e solteiras, enviassem os seus retratos para revistas femininas. Desse contingente, a maioria indiscutível retratava mulheres brancas. Contrariando essa premissa²⁰, foram publicados dois retratos de moças que fornecem bons exemplos de como mulheres negras comunicavam visualmente a respeitabilidade. Enviados para a *Revista Feminina* e para o *Jornal das Moças*, ambas publicações que tinham alcance nacional, essas fotografias quebram, em preto e branco, o panorama “monocromático” de se publicar apenas figuras de gente branca.

Figura 3.3 – Mariquinhas Silva



Fonte: *Revista Feminina*, janeiro de 1917

Sentada em uma namoradeira, Mariquinhas Silva posava segurando um exemplar da *Revista Feminina*, magazine para a qual enviou seu retrato. A escolha de estar com a revista no colo carrega alguns símbolos. Quando Mariquinhas se deixou retratar tinha o propósito inequívoco de ser vista como leitora, detentora de capital cultural, e pertencente a uma classe social intelectualizada. A revista feminina no colo da moça também deixa evidente que ela conhecia os códigos de conduta harmônicos ao seu sexo e os articulava de maneira apropriada. Também os elementos do vestuário e do cenário corroboram seu lugar de respeito, como o braço repousa em uma almofada de tecido sofisticado, veludo talvez, peça que seguramente atribuía elegância à

²⁰ O mesmo ocorria com os “instantâneos”, imagens – muitas vezes posadas – que captavam senhoras e senhoritas flanando pelas ruas e avenidas da Paulicéia, a desfilarem trajes e adereços da moda. Raríssimas das retratadas eram mulheres de cor. Assim, trabalho aqui com a exceção e não com a regra.

composição. Ela vestia roupas claras e usava uma blusa de mangas longas.²¹ Nada em sua vestimenta é vulgar ou casual, tudo se compõe com esmero, do detalhe bordado no peito à saia plissada ajustada na cintura. O cabelo partido ao meio, bem penteado e aplainado também era um marcador social que indicava que a jovem era comprometida com uma aparência de respeito.²² A única joia visível é um crucifixo bem delicado que ela carregava no peito, e assim, Mariquinhas se mostrava singela, mas não desprovida, apresentação ideal para uma moça solteira. As feições daquela que era moradora do Goiás eram plácidas, mas por traz dessa aparente tranquilidade havia uma mulher de cheia de atitude: Mariquinhas tinha conseguido mais de cem assinaturas para a *Revista Feminina* em seu estado natal, um número muito expressivo, como declarava a própria publicação.²³

O ato voluntário da leitora, que convenceu uma centena de mulheres a assinar a revista, pode ter motivado os editores a publicar sua foto, como uma forma de reconhecimento de sua empreitada. Diferentemente dela, centenas de jovens brancas foram retratadas na folha sem apresentarem mérito ou justificativa. É possível que Mariquinhas, que branca não era, já tivesse tentado anteriormente publicar seu retrato, o enviando à revista como faria uma leitora qualquer. Se a moça não obteve sucesso, o que é de se pressupor, ela pode ter intencionalmente buscado fazer algo para chamar a atenção dos editores, afinal, tamanho comprometimento não poderia ser desmerecido. Essa conjectura é importante porque entre os vinte e oito exemplares da *Revista Feminina* que existem hoje em dia – que foram publicados entre em 1917, 1919 e 1920 – a fotografia de Mariquinhas é a única de uma mulher de cor.²⁴ Ela, como as mulheres negras que frequentavam clubes e sociedades negras de São Paulo, e liam a imprensa negra, se cansaram de aparecerem apenas nas seções críticas dos jornais, escritos por homens de cor ou não, e insistiram para que suas imagens representassem, de fato, o que elas tinham de expectativa sobre si mesmas.

²¹ Em *História social da beleza negra*, Giovana Xavier atenta para o fato de mulheres negras usarem roupas claras, e especialmente mangas longas como forma de reforçar a ideia de limpeza e branquitude, como meio de protegerem do racismo. XAVIER, Giovana, **História social da beleza negra**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 85.

²² Giovana Xavier ao investigar a história social a beleza a partir de documentos escritos e imagens de norte americanas, afirma que alisar o cabelo era “um investimento na feminilidade ‘respeitável’, associada a uma imagem livre, urbana e moderna.” Penso que essa mesma hipótese serve ao contexto de respeitabilidade das mulheres de cor brasileiras de São Paulo. Ver a propaganda do produto “Crimp = Less”, na parte de fotografias. *Ibid.*, p. 116–117.

²³ Pontos nos iis, **Revista Feminina**, 32. ed. p. 22–24, 01/1917.

²⁴ Não é possível dizer se Mariquinhas era descendente de indígenas ou de negros de origem africana, mas certamente, independente de sua origem étnica, ela não estava nos padrões das mulheres brancas retratadas na revista.

Figura 3.4 – Abigail N. do Valle



Fonte: *Jornal das Moças*, 15 de setembro de 1921.

O *Jornal das Moças* foi uma publicação do Rio de Janeiro, que também tinha alcance nacional e internacional, já que se vendiam assinaturas também para outros países. A revista se manteve firme nas bancas brasileiras entre os anos de 1914 e 1961. Como é de se esperar, suas características mudaram bastante ao longo desses anos, mas até o final da década de 1920, o único retrato publicado de uma mulher negra é esse acima, de Abigail N. do Valle, de 1921.

Abigail N. do Valle também passa uma imagem de decoro, porém, suas roupas eram mais ousadas do que aquelas utilizadas por Mariquinhas. Isso poderia ser um reflexo de uma diferença sensível na moda após a primeira grande guerra.²⁵ Abigail usa um chapéu de abas amplas, bem moderno. Veste traje com babados nas mangas e recorte no colo, que dá destaque a essa região sem expor seu busto. Apenas os antebraços estão aparentes e a roupa é ajustada à cintura da jovem. A moça estava de brincos e tinha um longo cordão no pescoço. Ela posou segurando algo que poderiam ser luvas ou um ramalhete de flores. Suas roupas são vistosas, e Abigail prova riqueza e refinamento²⁶, o que era condizente com a descrição da fotografia, que a nomeava como uma

²⁵ REIS, Philippe Arthur Dos, O fio e os rastros da moda: comércio e sociabilidade em São Paulo no começo do século XX, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 26, 2018; BONADIO, Maria Claudia, *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007, p. 196.

²⁶ COOPER, *Beyond Respectability*, p. 15.

“exímia pianista”.²⁷ Além de se expor como uma moça de respeito, a intenção do retrato enviado pela própria jovem parece combinar-se com a ideia de uma artista em ascensão.

Para as mulheres de cor que se apresentavam de acordo com signos do decoro e bom gosto, as fotografias podiam se converter de algozes – como nos retratos criminais – para aliadas, já que expunham com *status* de verdade inegável a condição de respeito das retratadas. No entanto, os instantâneos de moças de cor, especialmente como esse de Abigail, eram tão raros nas revistas femininas que circulavam em São Paulo, que é até possível questionar a nacionalidade da jovem.

O retrato de Abigail, a exemplo do que ocorreu com Mariquinhas na *Revista Feminina*, também apareceu na seção de leitoras com a seguinte legenda: “As queridas senhoritas Nair de Oliveira Vianna, nossa colaboradora, e Abigail N. do Valle, exímia pianista, que faz anos hoje, devendo receber grande número de felicitações.” Nair de Oliveira era uma moça branca cuja imagem que estava posicionada na coluna acima de Abigail. Seus trajes eram muito despretensiosos e contrastavam com a riqueza da composição da moça negra. Não fica evidente de onde Abigail enviou sua correspondência, mas, como no caso de Mariquinhas há uma explicação junto a fotografia: ser pianista e fazer aniversário pareciam justificar sua presença na página de leitoras do *Jornal das Moças*.

Fotografias de gente negra ostentando respeito e riqueza eram muito comuns em publicações de outras partes do continente americano.²⁸ Especialmente nos Estados Unidos o movimento cultural inaugurado após a primeira guerra em Nova Iorque, o *Harlem Renaissance*, popularizou muitas imagens de artistas negros de sucesso.²⁹ Na historiografia norte-americana há muitos trabalhos que exploram como indivíduos negros, especialmente aqueles comprometidos com o *uplifting* (elevação), fizeram uso intencional das fotografias como meio de veicular imagens positivas de si e de comunidades negras. Não são raras as fotos de Frederick Douglass, W.E.B. Du

²⁷ As nossas leitoras, *Jornal das Moças*, 15/09/1921.

²⁸ XAVIER, *História social da beleza negra*; XAVIER, Giovana, *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1880-1930)*, Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2012; XAVIER, Giovana, Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA, *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 26, n. 52, p. 429–450, 2013.

²⁹ WINTZ, Cary D. (Org.), *The Harlem Renaissance, 1920-1940*, New York: Garland Pub, 1996; JARRETT, Gene Andrew, New Negro Politics from Reconstruction to the Harlem Renaissance, in: *Representing the Race*, New York: NYU Press, 2011, p. 73–100; BYNUM, Cornelius L., The New Negro and Social Democracy during the Harlem Renaissance, 1917–37, *The Journal of the Gilded Age and Progressive Era*, v. 10, n. 1, p. 89–112, 2011; WALL, Cheryl A., *The Harlem Renaissance: a very short introduction*, New York, NY: Oxford University Press, 2016.

Bois, Booker T. Washington, Mary Church Terrell, Ida B. Wells e Anna J. Cooper, entre outros notórios, que muitas vezes relataram a intenção de serem fotografados para quebrar com a opinião usual de como negros eram vistos, ou seja, como espoliados e empobrecidos.³⁰

Os jornais negros paulistas também publicavam fotografias de indivíduos da comunidade, entretanto, comparativamente os registros são bem mais escassos, e a qualidade das reproduções é muitas vezes precária. Questões econômicas, acessibilidade técnica, desinteresse e racismo de profissionais da fotografia são alguns dos muitos elementos que podem ter influenciado na menor quantidade de fotografias de gente negra no Brasil do primeiro vinteno do século XX. Como exemplo, segue essa fotografia de Luiza e Frederico, publicada no jornal *O Clarim d'Alvorada* em vinte e seis de julho de 1931, ocasião de comemoração do 36º. aniversário de matrimônio do casal.

Figura 3.5 – Um tronco bem-aventurado



Fonte: *Clarim d'Alvorada*, 26 de julho de 1931.

³⁰ WALLACE, Maurice O.; SMITH, Shawn Michelle (Orgs.), **Pictures and progress: early photography and the making of African American identity**, Durham: Duke University Press, 2012; WILSON, Jackie Napoleon, **Hidden witness: African-American images from the birth of photography to the Civil War**, New York: St. Martin's Press, 1999; CAMPT, Tina, **Image matters: archive, photography, and the African diaspora in Europe**, Durham: Duke University Press, 2012; WILLIS-THOMAS, Deborah, **Reflections in black: a history of black photographers, 1840 to the present**, New York London: W.W. Norton & Company, 2002; ABEL, Elizabeth, **Signs of the times: the visual politics of Jim Crow**, Berkeley: University of California Press, 2010; COLLINS, Lisa Gail; CRAWFORD, Margo Natalie (Orgs.), **New thoughts on the Black arts movement**, New Brunswick: Rutgers University Press, 2006; MASSOOD, Paula J., **Making a promised land: Harlem in twentieth-century photography and film**, New Brunswick: Rutgers University Press, 2013; MELLINGER, Wayne Martin, Postcards from the Edge of the Color Line: Images of African Americans in Popular Culture, 1893–1917, **Symbolic Interaction**, v. 15, n. 4, p. 413–433, 1992; **Remarkable photos of Black America 100 years ago**, Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/pictures/black-america-100-years-ago/>>. Acesso em: 16/03/ 2022.

A reprodução do retrato é tão frustrante que pouco se vê do rosto ou vestimenta de Luiza. Contudo, mesmo se tratando uma qualidade ruim, alguns elementos reafirmam sinais de respeito alcançado e emitido pelo do casal, a ver, a vestimenta formal de Frederico e o texto que acompanha a fotografia, que está a seguir:

O Sr. Frederico Baptista de Souza e sua exma. consorte D. Luiza de Moura Baptista, festejaram ontem a passagem do 36º. aniversário de matrimônio. Para o justo contentamento de seus filhos e netos, essa data tão significativa, no meio da numerosa família do nosso velho amigo e companheiro de trabalhos – é o elo centralizador que incentiva cada vez mais a solidificação desse tronco abençoado, na formação de uma Genesis modesta e honrada. O *Clarim d'Alvorada*, aliando-se as ufanações [sic] dessa consagração tão merecida, cumprimenta a família Baptista de Souza, nas pessoas do feliz casal pelo acontecimento notável e exemplificativo ao meio, fazendo votos de prosperidades crescentes aos seus homenageados de hoje.³¹

A família nuclear heteronormativa é, seguramente, um dos pilares da respeitabilidade negra no início do século XX. Frederico e Luiza, seus filhos e netos foram diversas vezes exaltados na imprensa negra como um exemplo de estirpe, que dava o tom de como outras famílias deveriam proceder. E ao investigar os feitos e artigos dos Baptistas tem-se a sensação de que o cultivo de um “tronco bem-aventurado” foi algo construído também para dar força a esse modelo.

Além dos benefícios ordinários da vida familiar, para as mulheres de cor a família também poderia configurar uma camada extra de proteção contra abusos. Afinal, após a abolição, elas passaram a encarar, juntamente com o estigma da raça sofrido pelos homens, também o preconceito de gênero. Este era manifesto por meio da objetificação sexual vinda especialmente de homens brancos acostumados a se entender, e serem entendidos, como detentores de livre acesso ao corpo das pessoas negras. Há a seguir uma caricatura que foi publicada no jornal paulistano *A Gazeta* no ano de 1914 – vinte e seis anos após a emancipação formal dos escravos no Brasil – que literalmente desenha estereótipos raciais sobre o corpo da mulher de cor, em relação as agressões naturalizadas de homens brancos.

³¹ Vida Social - Um tronco Bem-aventurado, *Clarim d'Alvorada*, 26/07/1931.

Figura 3.6 – Mulher urbana e racismo



Fonte: *A Gazeta*, 14 de abril de 1914.

A caricatura de Voltolino³², trata de uma “cena da crise”, como se lê no título da imagem, retrato da tensão que se conjecturava internacionalmente com a iminência da Primeira Guerra Mundial. Nessa representação, o brasileiro é projetado como um homem e, notoriamente branco, onde aponta o nariz arrebitado, alegórico do tipo caucasiano. O sujeito espreita uma mulher. As feições femininas são evidentemente racistas e até mesmo lembram retratos de menestrel³³, pois os traços fisionômicos são exageradamente proeminentes. Nariz, boca, maxilar e cabelo são os componentes que racializam o rosto de maneira inequívoca.

³² Voltolino, pseudônimo do artista italiano Lemmo Lemmi (1884-1926), produziu inúmeras caricaturas para jornais e revistas brasileiros no primeiro vinteno do século XX. Abordava questões políticas e sociais, mas ficou mais conhecido por ter criado o personagem Juó Bananére, que trazia ao público a tipificação do “caipira” paulista, meio italianado. Aqui interessa pensar como suas caricaturas de pessoas negras eram marcadas por assunções racistas evidentes. Outro fato importante é que, em 1920, o artista ilustrou o primeiro livro infantil de Monteiro Lobato, *A Menina do Narizinho Arrebitado*, . BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, **Voltolino e as raízes do modernismo**, São Paulo: Editora Marco Zero, 1992; LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida, **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista, 1900-1920**, São Paulo: Editora UNESP, 1996, p. 145–146.

³³ SILVA, Alexandre Rocha da, **Os homens do futuro - as crianças de hoje! Debates sobre infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019, p. 197–205; ABREU, Martha, **Da senzala ao palco - Canções escravas e racismo nas Américas, 1870- 1930**, Campinas: E-pub da Editora da Unicamp, 2017; SOPER, Kerry, From Swarthy Ape to Sympathetic Everyman and Subversive Trickster: The Development of Irish Caricature in American Comic Strips between 1890 and 1920, *Journal of American Studies*, v. 39, n. 2, p. 257–296, 2005.

Essa caricatura representa, portanto, uma mulher negra. Essa sujeita é também uma figura feminina típica da urbanidade do início do século XX: ela usa vestido longo e ajustado ao corpo, calça sapatos de salto alto que deixam entrever meias listradas, carrega uma carteira de mão, e está adornada com um laço de fita na cabeça. Vestimentas e adereços que transmitem modernidade e urbanismo, e eram sinais articulados por aquelas que precisavam impor um determinado tipo de respeito. O desenho poderia simplesmente representar uma mulher de cor bem-vestida, como foi Luiza, suas filhas e suas companheiras de associativismo. Para além dos traços racistas, é possível ler a imagem como um perfil de senhoras e senhoritas negras que, por exemplo, frequentariam clubes de homens de cor.

Contudo, mesmo se tratando de uma mulher dita “respeitável”, o escárnio se faz presente; o homem de nariz arrebitado olha para o corpo da figura e aponta uma bengala em direção à suas nádegas. O corpo negro feminino ainda é passível de mais uma ridicularização: o título e a legenda fazem entender que essa mulher só poderia ser valorizada – por um homem branco – quando em meio a uma crise mundial. A dignidade da mulher negra, ainda que dentro dos padrões de representatividade urbana, é absolutamente zombada por motivo nenhum que não fosse o riso e o desprezo dos leitores, pressupõe-se brancos, e confirma o quanto eles se sentiam à vontade para dispor desses corpos sem consentimento.³⁴

Essa imagem deixa entrever que as mulheres de cor não eram entendidas como dignas de deferência em quaisquer circunstâncias. As caricaturas e fotografias de mulheres negras em jornais e revistas hegemônicas do início do século XX fazem pensar sobre a necessidade de se entender que a respeitabilidade – e sendo um de seus resultados a repressão moral que aparece nos jornais negros – foi uma resposta intelectual e prática criada pelas mulheres de cor contra a vulnerabilidade sexual de que eram sujeitas. Para aquelas que cresceram vendo as mães serem escravizadas, articular e dispor do recato e decoro, mais do que opressão, significava a expressão de direito a um certo tipo feminilidade até então negado, para poder assim exercer e exigir as prerrogativas que eram exclusivas de mulheres brancas, como por exemplo, a restrição a seus corpos.

Gente de cor que agia fora dos padrões de decoro podia ser entendida como colaboradores da lógica de opressão sexual vivida pelas mulheres negras nos espaços públicos, mesmo que essa

³⁴ Sobre essa questão, Lélia Gonzalez faz uma reflexão importante sobre as mulatas vistas como objetos de entretenimento. GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia, **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**, Rio de Janeiro: Zahar: Editora Schwarcz, 2020, p. 164–170.

cooperação não fosse voluntária. Quando pessoas negras, especialmente mulheres, associadas ou próximas aos clubes de cor agiam fora das regras, sinalizavam aos racistas que todas as mulheres negras eram sexualmente acessíveis a homens brancos. O estigma racial, nesse caso, vem justamente da associação generalizada de que mulher negra tinha obrigação de se comprazer do assédio.³⁵ Isso também é enunciado na caricatura da *Gazeta*. A personagem feminina tem uma expressão de satisfação na face, como se estivesse sinalizando positivamente para o cerco do homem branco.

Nas folhas da imprensa negra os comportamentos ditos “indecentes” por um lado expressam o descrédito com determinados tipos sociais, mas por outro, abrem uma janela para o passado, deixando entrever que pessoas de classes sociais diferentes, que possuíam condições econômicas e entendimentos sociais as vezes divergentes, partilhavam os mesmo espaços de sociabilidade.³⁶ Mesmo que existentes, as cisões ideológicas e práticas não eram suficientes para uma censura ao pertencimento, e sujeitos em desalinho também frequentavam os clubes e a associações dos homens de cor. Como se vê no exemplo abaixo, a crítica era primeiramente com a difamação, e só a partir dela, é que se recorre a segregação como possibilidade de proteção.

Com certos moços brancos frequentarem as sociedades de homens de cor, e aqui na rua andam difamando as próprias raparigas. Brancos com brancos e pretos com pretos.³⁷

A censura aos relacionamentos inter-raciais, como presente nesse trecho, além denunciar a traição de homens brancos para com as consortes de cor, também recomendava que os afetos fossem mantidos dentro da raça, porque dessa forma, fica sugerido que as mulheres negras seriam poupadas da humilhação difamatória. Surge o atributo óbvio de que homens brancos buscavam as mulheres negras como parceiras em espaços como o de associações negras, ainda que isso não implicasse necessariamente em solidariedade inter-racial ou envolvimento afetivo. Em especial, a afirmação de que as raparigas negras acabavam caluniadas pelos homens brancos insinua que esse tipo de relacionamento – entre mulheres negras e homens brancos – tinha potencial de ferir a

³⁵ *Ibid.*, p. 70.

³⁶ DOMINGUES, Petrônio, “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição, **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 23, p. 118–139, 2011. COOPER, **Beyond Respectability**, p. 19.

³⁷ Críticas, **A Liberdade**, 09/11/1919.

respeitabilidade da comunidade de cor.³⁸ Fica evidente a vulnerabilidade sexual das mulheres negras que, ao cederem a afetos de brancos, encontravam, descrédito e decepção.

A má fama que homens brancos podiam espalhar sobre o comportamento das mulheres negras, de certo, não ajudava a impulsionar as comunidades de cor e principalmente quebravam respeitabilidade feminina, necessária para a proteção física das mulheres. Assim, há que se dar crédito a orientação dos afetos entre pessoas da mesma raça como uma das estratégias de mulheres negras para proteção e elevação racial.³⁹

Críticos da elevação no contexto norte americano, como o historiador afro-americano Kevin Gaines, afirmam que quando as comunidades de cor criticavam e denunciavam os elementos negros divergentes, repetiam o ciclo de violência que sofriam dos brancos, só que para com sujeitos ainda mais desprotegidos.⁴⁰ Especialmente, Gaines aponta que a busca por respeitabilidade muitas vezes significava denunciar outras conformações não tradicionais de gênero.⁴¹ A passagem a seguir é ilustrativa desse tipo de reprimenda, que vê, anota e expõe o erro. No entanto, a coerção da comunidade negra para com sujeitos internos, que faziam parte do meio social, por mais agressiva que seja, não buscava aniquilar o indivíduo, mas adequá-lo às regras de manutenção da vida em tempos de extremismo racial – como o pós-abolição brasileiro.

A notícia condenava o comportamento de alguém a quem se chamava de “Cutuba” e aponta silêncios intencionais e segredos comungados por integrantes das sociedades negras paulistas. O comportamento de Cutuba abre brechas que possibilitam a visualização de uma questão delicada para a comunidade; a sexualidade não normativa. Suas atitudes infringiam o código de postura, e desse modo, fazem ver sujeitos que destoavam da proposta de elevação e respeitabilidade. Certamente, Cutuba era audaciosa em suas ações, que na ausência de relato em primeira pessoa, ficam aqui interpretadas por meio das opiniões a seu respeito.

Com a Cutuba no ensaio do Brinco andar engrossando com o neve Pedro Ribeiro.
Com a mesma a uma hora da madrugada dando o jeito na praça da República.

³⁸ Para uma abordagem psicanalítica sobre o desejo individual, entre brancos e negros, ver: FANON, Frantz, **Pele negra, máscaras brancas**, São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 57–121.

³⁹ E ainda que essa não seja a estratégia encontrada nos jornais negros, o oposto também era verdade: a busca por parceiros e parceiras brancas possibilitava que os descendentes desses relacionamentos inter-raciais encontrassem um futuro menos severo por dentro dos privilégios raciais da passibilidade. Sobre como uma elite “mulata” se desenvolveu nos Estados Unidos e suas implicações, verificar; XAVIER, **História social da beleza negra**, p. 39–40.

⁴⁰ GAINES, **Uplifting the Race**, p. 13–17.

⁴¹ *Ibid.*, p. 5–6.

Com o Dorival Guimarães, na rua Albuquerque Lins, em certa hora da madrugada, com a Cutuba, foi surpreendido por um guarda noturno, no jardim de uma casa de família. Que vergonha para ambos.⁴²

Cutuba é um adjetivo que significa inteligente, valente e poderoso.⁴³ Nesse fragmento, aparece no gênero feminino, o que pode significar que se referisse a homem cuja sexualidade não era normativa. Poderia se reportar também a uma mulher – valente e poderosa – cujas práticas sexuais desestabilizavam as regras das sociedades de cor. Como exemplo, o romance *Jubiabá* escrito por Jorge Amado em 1935, traça um contexto baiano das grandes greves de 1919, em que o adjetivo cutuba vem associado a figura de uma “mulata” sensual. Ela, como a Cutuba do jornal negro paulistano, frequentava bailes, e dançava maxixe. A liberdade sexual de cutuba pode ser aferida no romance quando ela propositalmente roçou os seios no braço do personagem principal, o ogã e grevista Antônio Balduino.⁴⁴

No jornal *Liberdade* de quatorze de dezembro de 1919, as denúncias sobre a Cutuba eram de que no baile do Brinco, ela “engrossava” – brigava, quem sabe — com um sujeito branco. Ainda na mesma noite, provavelmente em busca de dinheiro ou diversão, Cutuba “dava jeito” na Praça da República. Delito final, durante a madrugada, ela foi pega em flagrante com um homem conhecido, “o Dorival Guimarães”, em situação vexaminosa para ambos, denúncia em que fica implicado que Dorival e Cutuba estavam fazendo sexo, ou quase, no jardim de uma casa qualquer.⁴⁵

Cutuba foi apresentada como uma valentona e briguenta, que mantinha relações íntimas em locais impróprios. Quando os delatores usavam a palavra cutuba, poderiam estar conjecturando uma identificação sobre a atuação profissional da pessoa, talvez insinuando que cutuba era profissional do sexo, afinal ela “dava jeito” na praça da República. Mas, por outro lado, chamá-la por um apelido poderia ser um meio de proteger o nome civil do indivíduo, que não foi citado, indicando talvez prática ainda menos compreendida que a prostituição. Dorival foi mencionado pelo nome e sobrenome, deixando o sujeito masculino diretamente responsável pelo caso frente os leitores do jornal. Esse sujeito faz refletir sobre outras contravenções que tinham o poder de desmoralizar os homens de cor:

Com a mania do Dorival, quando vai os ensaios, vai dormir junto com o Prates no 58 da rua... serão irmãos?⁴⁶

⁴² Críticas, **A Liberdade**, 23/11/1919.

⁴³ Verbete: cutuba (1898 cf. RCorVoc), tupi ku'tu bae no sentido de 'o que fere, valente'.
https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1

⁴⁴ AMADO, Jorge, **Jubiabá**, Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁴⁵ Críticas, **A Liberdade**, 14/12/1919.

⁴⁶ Críticas, **A Liberdade**, 23/11/1919.

Dorival Guimarães, sair do ensaio do *Smart* no dia 12, e começar a passear de bonde a meia noite.
Com certas meninas da Liberdade (bairro) fazerem ajuntamento num chalé de jogo de bichos “A Favorita” da rua Liberdade, tudo por causa do querido Dorival. Borboleta
Ainda o Dorival, receber uma flor dado por uma Gelba. Olho Vivo
Com o Frederico gostar de parar no chalé da rua Liberdade as 11h/12h da manhã, procura o Dorival?
Morena⁴⁷

Tanto quanto Cutuba, Dorival parecia encrencado. Ele facilitava o acesso de membros das sociedades de cor ao jogo do bicho, afinal até Frederico gostava de parar em seu chalé, denunciava Morena. Muitas vezes a forma como o delator assinava também continha ironia contra o acusado, como no caso de “Borboleta”, que reafirmava insinuações sobre o jogo de azar, mas sugeria algo mais, como talvez um comportamento afeminado do indiciado. A sexualidade não normativa de Dorival fica mais implicada quando ele é acusado de “dormir junto com o Prates”, aludindo que, mais que irmãos, eles fossem amantes.⁴⁸

A homossexualidade presumível de Dorival que dormia com o Prates, foi flagrado com Cutuba em atos libidinosos, e recebeu flores de um Gelba, servia de advertência, mas indicava alguma tolerância para com sujeitos tidos como desviantes sexualmente. Nesse universo de homens de cor, foram poucas as afirmativas mais contundentes à homossexualidade masculina, e a feminina foi sequer mencionada. Isso faz refletir que as expectativas quanto aos comportamentos a partir do gênero também impactavam mais lésbicas que homens homossexuais. No entanto, em espaços como das revistas eróticas, não eram raras essas referências, que não eram apenas sugeridas, mas entendidas como uma maneira de estimular a imaginação sexual.

Na revista *O Riso*⁴⁹ publicava-se contos eróticos e principalmente fotografias de mulheres nuas, em especial daquelas muito jovens – com certeza pedófilas para os padrões atuais – e muitas vezes surgiam referências ao lesbianismo.⁵⁰ Obviamente, as imagens de amor entre mulheres visavam estimular os olhares masculinos, mas a publicação se declarava como um meio de apimentar as relações entre cônjuges heterossexuais. *O Riso* era uma revista paulistana, e a maioria das fotografias eram de mulheres muito brancas, senão europeias de nascimento, caucasianas.

⁴⁷ Críticas, **A Liberdade**, 09/11/1919.

⁴⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira, **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 156–157.

⁴⁹ AZEVEDO, Natanael Duarte de, Para além do pornográfico: uma história dos jornais eróticos brasileiros do grande século XIX, **Revista Letras Raras**, 2019. PEREIRA, Cristiana Schettini, **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

⁵⁰ MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

Divergência a esse modelo, foram publicadas duas fotografias de mulheres negras. A primeira era de uma garota muito jovem, em pose helenista, do mesmo tipo das demais modelos brancas. A segunda fotografia, intitulada de “São Paulo Alegre”, faz ver uma interação entre mulheres de cor que dificilmente seria exposta de maneira entusiástica nas folhas da imprensa negra.

Figura 3.7 – Nair e Mariquinhas



Fonte: *O Riso*, 11 de janeiro de 1912.

Neste retrato observa-se duas mulheres, “Nair e Mariquinhas”, e o segundo nome podia remeter a “maricas” um adjetivo que pelo menos desde o século XIX remetia a homossexual.⁵¹ Sobre Mariquinhas, vê-se pela largura e volume do tórax que se tratava de indivíduo com busto feminino. Suas vestimentas, entretanto, são tipicamente masculinas: usa botas, calças longas, camisa, casaca, chapéu e segura instrumento curvo, que poderia ser um chicote. Suas roupas remetem ao traje de fazendeiros, e mais especificamente a senhores de escravos. A mulher sentada tem o rosto direcionado para aquela que está em pé, Nair. Ela veste saia estampada e blusa clara de renda, e sobre o farto decote descansam longos colares de contas. Ela traz no corpo outras joias como correntes e brincos, e seus cabelos estão presos e bem arrumados. Suas roupas e adornos eram menos comuns nos idos de 1910, e fazem pensar que, assim como a mulher que representa um fazendeiro, ela representasse uma “baiana”, ou ainda, uma escrava ou liberta, em suma, uma

⁵¹ Verbete: maricas, adj. Diz se do homem afeminado. Pinto, Luiz Maria da Silva, [Dicionário da língua brasileira](#), 1832.

figura que certamente remetia ao período da escravidão. Antes de qualquer engano, note-se que essa não é uma fotografia antiga, pois há um gramofone moderno no segundo plano, objeto que se popularizou no Brasil no século XX⁵², confirmado que o retrato foi pensado para representar um período anterior, mas muito provavelmente executado em data próxima a sua publicação, em 1912.

O afeto entre as duas senhoras fica subentendido porque Nair acaricia o rosto de Mariquinhas: há cumplicidade nos sorrisos e na troca de olhares. Não há nudez que conote explicitamente a intenção erótica, mas o fato dessa imagem estar em uma revista de nudismo indica que aquela composição servia de estímulo aos leitores e leitoras. Pode ser que a fotografia tivesse intenção de provocar o riso, e a inversão que traveste Mariquinhas de senhor – de escravos – fizesse parte da graça, consolidando o racismo recreativo dos editores e leitores. Mas é certo que a homossexualidade está ali presumida e, risível ou não, àquela época a transexualidade também é parte dos códigos eróticos que serviam ao deleite sexual.

Pode parecer anacrônico conjecturar lesbianismo e transexualidade nas primeiras décadas do século XX, em especial tratando-se de um homem transexual. Para ajudar nessa questão, tome-se como exemplo aspectos biográficos de Pauli Murray's, apresentados por Brittney C. Cooper no terceiro capítulo de sua obra.⁵³ Murray's viveu em um momento mais adiantado das lutas por direitos civis, sendo muito ativa entre as décadas de 1930 e 1940.⁵⁴ Mas é justamente seu deslocamento temporal que nos interessa, pois sua existência e questionamento da condição intersexual auxilia a pensar sobre a experiência de não lugar das mulheres negras não normativas nas sociedades dos homens de cor.

Além de ter sido uma ativista negra e antirracista pelos direitos civis, Murray's foi advogada, poeta, escritora, feminista, reverenda, e era considerada uma importante líder da raça negra. Seu comportamento era direto e firme, e não demonstrava arrependimentos apologéticos e condescendentes. Segundo Cooper, Murray precocemente compreendeu e preconizou as bases do que hoje é entendido como feminismo interseccional.⁵⁵ Antes de 1940, Murray explorou os limites acerca dos debates e das práticas antirracistas e percebeu que a categoria não era analiticamente

⁵² Para entender um pouco mais sobre a popularização do gramofone, ver: JONES, Geoffrey, *The Gramophone Company: An Anglo-American Multinational, 1898-1931*, *The Business History Review*, v. 59, n. 1, p. 76–100, 1985.

⁵³ COOPER, *Beyond Respectability*, p. 85–113.

⁵⁴ Para uma visão inicial sobre a vida e obra de Pauli Murray: **Documentário resgata ativismo de Pauli Murray pela igualdade de gênero e racial**, CLAUDIA, disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/cultura/pauli-murray-documentario/>>. Acesso em: 31/01/2022.

⁵⁵ COOPER, *Beyond Respectability*, p. 88.

suficiente para enfrentar as questões específicas de mulheres negras, que entrecruzavam, ou interseccionavam, com aquelas típicas da condição feminina.

Mas para efeitos específicos de uma compreensão mais ampla da fotografia paulistana de Nair e da Mariquinhas, e do que ela representa no universo de luta por emancipação das comunidades de cor – e das acrobacias feitas por homens e mulheres de cor para garantir o direito de existir por meio da elevação – há mais a ser dito sobre Pauli Murray. Nascida biologicamente como uma mulher, fruto de miscigenação racial, Murray se entendia como um homem, e não como homossexual. A rejeição a sua condição feminina era tão exasperadora de sua saúde mental que a levou a internações voluntárias em instituições psiquiátricas. Como afirma Cooper, obviamente pessoas transgêneras sempre existiram, mas Murray teorizava sobre o que vivia, e usava o próprio corpo como veículo de conhecimento científico acerca de uma situação que era, sobretudo, um tabu. Tudo isso ocorreu antes mesmo do termo *trans* ou *transgender* existir nos debates médicos da década de 1940, e por meio de suas pesquisas científicas e sociológicas, Murray chegou a implorar para obter tratamento em que lhe fossem aplicados hormônios masculinos.

O sofrimento genuíno de Pauli Murray, certamente apavorante tanto fisicamente quanto emocionalmente, gerou frutos intelectuais admiráveis, todavia. Quando jovem, Murray foi educada por dentro do programa de elevação americano, e teve como mentora ninguém menos que Mary Church Terrell⁵⁶, talvez a maior voz feminina em favor da promoção da raça. Do comprometimento com a elevação, somado às suas traumáticas experiências pessoais, Murray foi capaz de articular uma compreensão sobre a heterossexualidade compulsória que era exigida de mulheres negras como ela, prometidas à liderança do movimento negro. Brittney Cooper entende que Pauli Murray fez contribuições inestimáveis a história intelectual do feminismo negro ao destrinchar que a respeitabilidade, que mais do que moldar o que deveria ser entendido como comportamento de sexual de mulheres negras, na verdade, produziu as próprias concepções de gênero que ditariam as regras para as afro-americanas por muitas décadas a fio. Nesse caso, afirma Cooper, as políticas de respeitabilidade não eram apenas reguladas por determinações de gênero e sexualidade; as ações para o enfretamento da violência racial criaram elas próprias pressuposições

⁵⁶ *Ibid.*; XAVIER, **História social da beleza negra**, p. 160–161.

inabaláveis quanto a sexualidade dos sujeitos negros, que, doravante, não eram apenas disciplinados por essas sujeições, mas também as produziam.⁵⁷

Considerando que a elevação racial era determinada por uma performance de gênero exclusivamente normativa, para as mulheres negras o peso da heterossexualidade compulsória seguramente era dobrado. Se ao homem de cor era permitido “deslizes” como “dormir com o Prates”, ou consumir serviços eróticos profissionais, como veremos adiante, à mulher de cor tais comportamentos seriam inconcebíveis.⁵⁸ Da mesma forma que a maior vulnerabilidade era da mulher, pelos estupros e assédios em potencial, também a manutenção da família, da ordem, da imagem e da sexualidade femininas garantiam a própria existência de uma prática de respeitabilidade negra.

No contexto de erotismo e do submundo paulistano, as protagonistas da fotografia são pessoas negras que retratam uma composição que não é heteronormativa. Quando se observa a imagem de Nair e Mariquinhas, pode-se conjecturar que muitos indivíduos como elas escolhiam não viver sob os limites impostos pelas comunidades organizadas pelos signos do decoro. Quando uma mulher negra se entendia lésbica ou transexual, sua orientação rompia, em alguma medida, com a vulnerabilidade feminina, condição essencial para a reprodução da respeitabilidade negra.

Por outro lado, há também nessa fotografia uma memória do passado escravista revisitado pelas possibilidades libertinas que os observadores podiam fantasiar. Não é de se estranhar que homens e mulheres brancos do século XX se refestelassem no passado sexual de senhores e escravas, imbuído aí certo caráter sadomasoquista identificado pelo objeto pontiagudo, espécie de chicote na mão do “senhor” simulado por Mariquinhas. Fato é que essas duas mulheres, parte da “São Paulo Alegre” do primeiro vinteno, tiveram os corpos retratados por uma revista que não era orientada exclusivamente a sujeitos de cor. Não se deve presumir, portanto, que a alegria da representação delas em troca de carícias fosse fruto apenas de suas agências; é muito possível que elas tenham sido contratadas para executar uma performance e que essa interação visasse apenas

⁵⁷ *Because of Murray's complicated relationship to existing conceptions of gender, within both in American context and as African American one, her story demonstrates the ways that respectability operated both as a system of gender disciplining and as a system of gender production within Black communities still working out their notion of manhood and womanhood.* [“Por causa da complicada relação de Murray com as concepções de gênero existentes, tanto no contexto americano quanto no afro-americano, sua história demonstra as maneiras pelas quais a respeitabilidade operou tanto como um sistema de disciplina de gênero quanto como um sistema de produção de gênero nas comunidades negras ainda em funcionamento por dentro da noção de masculinidade e feminilidade.”] COOPER, **Beyond Respectability**, p. 90.

⁵⁸ CUNHA, **O espelho do mundo: Juquery**, p. 155.

satisfazer o propósito da publicação. Mas no mínimo, a fotografia demonstra o interesse público em um tipo específico de sexualidade dos corpos negros, que nesse caso estavam impregnados de duplo exotismo; por serem mulheres negras em uma revista de fotografias de mulheres brancas, e por retratarem uma cena homoerótica.

Lésbicas ou atrizes representando uma cena, Nair e Mariquinhas fazem refletir sobre a possibilidade de existência de mulheres negras homossexuais no início do século XX. Por serem indivíduos desviantes da norma sexual, tinham suas vidas proibidas, mascaradas ou criticadas na presença de quem presava pela respeitabilidade por meio da orientação heterossexual, como no caso dos jornais e clubes negros. É, portanto, plausível que elas não estivessem apenas interpretando mulheres negras que se amavam, mas que inequivocamente fossem mulheres negras que se amavam, e que buscaram outros espaços de sociabilidade, onde seus desejos não fossem considerados inadequados. Quiçá, ainda que hiperssexualizadas, elas descobrissem algum conforto na aceitação, mesmo que precária, no mundo do entretenimento adulto, tal qual na revista *O Riso*.

Na imprensa negra da qual a família Baptista fazia parte não foi encontrada menção ou sugestão de que mulheres do meio se dedicassem publicamente aos amores de safo, silêncio que não implica em inexistência, mas cuja aceitação poderia ser ainda menor do que aquela direcionada a homens homossexuais. Pois que lésbicas e transexuais possivelmente eram menos risíveis aos leitores que as presepadas de Doviral ao buscar companhia nos lençóis de Prates. Afinal, nem todas as denúncias sobre afetos podiam ser interpretadas de maneira cômica, aliviando a tensão sobre a presença de sujeitos de sexualidade desviante dentro do grupo dos homens de cor. Ao contrário, mulheres como Nair e Mariquinhas ameaçavam de forma mais contundente a respeitabilidade, na medida em que esta era condicionante e condicionador, ou seja, mulheres que ousavam agir fora do decoro, automaticamente questionavam a necessidade dessa prática.

Mulheres e homens negros que tentavam se firmar numa sociedade racista como a paulistana, e mantinham um código restrito de conduta, podiam se sentir ameaçados pela atuação de gente de cor que precisava ou queria fugir dessa ordem. As denúncias na imprensa negra, portanto, firmavam contrato de que parte da comunidade negra não comungava os hábitos tidos como corrompidos. Mas, se as delações contra homossexuais poderiam assumir um caráter cômico, profissionais do sexo, por sua vez, caíam em um lugar ainda mais delicado dentro do pacto de respeitabilidade. Se por um lado, a existência delas era uma afronta ao recato, por outro, elas cumpriam o que se entendia como uma função, ao facilitar a recreação masculina.

Eventualmente, mulheres que se prostituíam eram identificadas na imprensa negra, e muitas vezes as indicações traziam pistas para a atuação policial. As famílias denunciavam mais do que a quebra da respeitabilidade, pois que viam perigo na presença de profissionais do sexo perto de seus lares. É o que ocorre na passagem a seguir, publicada no jornal *Liberdade*:

Na rua Maria Paula, n 8-A existe um cortiço habitado por vagabundas mulheres de cor, que dormem o dia inteiro para à noite estacionarem naquela via pública e na esquina da avenida Brigadeiro Luiz Antônio com cigarros acesos para dizer gracejos e palavras obscenas em altas vozes, que os próprios moradores não podem dormir e transitar por ali, são obrigados a transitarem no passeio fronteiro e para que a polícia queira certificar o que há de verdade poderá mandar um agente de polícia naquele cortiço para ver o formigueiro e ainda mais as reuniões são sempre das 22 horas até as duas da madrugada.⁵⁹

Não há como se ter certeza de que o denunciante era alguém negro, ou mesmo da comunidade dos homens de cor, mas não era comum que a imprensa negra desse espaço para julgamentos de gente branca. Se a cor do denunciante poderia ser uma dúvida, o tom da revelação não deixa espaço para questões: a raiva transparece no vocabulário, que as trata por “vagabundas”. A nota é também irritadiça para com o barulho, a algazarra e o avançado da hora em que as diversões ocorriam. Vizinhos barulhentos, de fato, atrapalham o sono de quem tem que acordar cedo, e gente embriagada no meio da rua costuma perturbar o tráfego.

A indignação excedida, contudo, deixa escapar o julgo moral, e fica a alusão de que as mulheres de cor do cortiço eram prostitutas. Dessa nota, somada as demais críticas, pode se inferir que os leitores do jornal a *Liberdade* partilhavam de algum mal-estar em relação às mulheres negras que ficavam paradas, a espera de cliente se supõe, entre a rua Maria Paula e a avenida Brigadeiro Luiz Antônio. Esses leitores negros não eram os únicos a se incomodar com a presença de mulheres estacionadas nas ruas do centro de São Paulo. Há menos de dois quilômetros dali, perto do Mosteiro São Bento, outras mulheres de cor incomodavam o tráfego e a moral paulistana – de negros e brancos.

⁵⁹ Noticiário, **A Liberdade**, 14/12/1919.

Figura 3.8 – No Largo S. Bento



Fonte: *Vida Paulista*, 1922.

Esta é outra caricatura racista de Voltolino, que neste caso, corrobora o incômodo dos jornais negros com mulheres “negras estacionadas” em vias públicas. Dessa vez, a arte foi publicada na *Vida Paulista*, revista orientada para a classe abastada e branca de São Paulo. No anúncio que segue a caricatura, afirma-se que as mulheres “esperam” por trabalho, uma posição passiva de quem e não “buscava” ativamente por emprego. Além do *black face*, que exagera no tamanho dos lábios e narizes, vê-se outro elemento que será cada vez mais associado às imagens racistas que se criavam das mulheres de cor, a bebida. Todas as figuras aparecem de olhos semicerrados, com a coluna arcada, e duas delas, as personagens centrais, apresentam um sorriso frouxo. A primeira e a terceira carregam garrafas com rótulos, que somadas as outras características compõe a ironia do quadro: as mulheres negras que estacionavam no Largo São Bento não procuravam emprego de fato, e se embriagavam sem possuir ocupação fixa.⁶⁰

Na imagem, segundo informa a legenda, as mulheres estariam “à espera de emprego” em uma das principais regiões centrais da cidade, o Largo São Bento. O local é muito próximo do café Girondino – famoso no século passado por abrigar jornalistas e boêmios – e da rua Florêncio de Abreu, onde ficava o Grêmio Kosmos. Nesses espaços circulavam jornalistas negros, como Frederico Baptista de Souza, bem como as mulheres da comunidade dos homens de cor, como sua

⁶⁰ BALABAN, Marcelo, “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Ilustrada, *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, n. 31, p. 418–441, 2015.

esposa Luiza, e suas filhas Durvalina e Rosaura. Era, portanto, uma região onde se revelavam os códigos de respeitabilidade negra cotidianamente. Um local que comungava duas partes de um mesmo mundo complexo, pois, se ali as senhoras e moças negras de respeito andavam em seus trajes elegantes rumo a bailes e festas, também, acabavam por se embaralhar com senhoras e moças negras que trabalhavam, ou buscavam por trabalho, em um compasso diferente daquele da respeitabilidade.

Os grupos que compunham as comunidades letradas de cor eram bem variados de ações e sentimentos, mesmo entre os sujeitos engajados sob uma mesma bandeira. “Vagando”, coluna jornalística já apresentada, que era redigida por Matuto – pseudônimo de Frederico Baptista de Souza – incendiou as folhas da *Liberdade*, ao avalizar que às mulheres de cor, respeitadas frequentadoras dos clubes negros, deveria caber mais entendimento sobre a condição das consortes meretrizes.⁶¹

Em artigo de doze de outubro de 1919, Matuto lança a polêmica sem delongas: “Quem mora em casa de palha não põe fogo na do vizinho.” Seu argumento buscava nivelar a moral feminina das frequentadoras dos espaços da dita boa sociedade, com aquela das “mulheres suspeitas”, e assim afirmava que a respeitabilidade deveria caber a todas as mulheres negras:

Numa outra rodinha muito impressionou, discussão de crítica de que na sociedade tal e tal, dançam mulheres suspeitas; os deveres sociais impõem respeito; realmente, teriam imensas razões, se não fossem os erros e enganos que estamos sujeitos.

As pobres mulheres que as vezes são apontadas como suspeitas, na sua maioria procedem acima das que apontam com desprezo. O Matuto conhece algumas e que nos salões, procedem com o maior respeito causando admiração a outras que deveriam ser mais exemplares, sem talvez pensarem que, muitas vezes são umas EVAS [grifo do autor] sem pecados e que são encontradas altas horas nas ruas desertas, ou nas ruas arborizadas encostadas as árvores, embaladas nas asas de Cupido, chorando seus amores a seus pares indiscretos as observam nesse passatempo inocentes, como anjos das ilusões fagueiras.⁶²

O autor revelava que tinha escutado a conversa de um grupo de jovens que criticavam os salões onde frequentavam “mulheres suspeitas”. Matuto pôs em xeque a versão dos moços, e se colocou próximo das suspeitas dizendo que as conhecia. Sem negar ou confirmar suspeições a seu próprio respeito – que bem poderia ser um cliente –, afirmou que tais senhoras procediam com a maior deferência dentro dos salões, deixando subentendido que pouco importava o que elas faziam

⁶¹ O capítulo “Africanos, meretrizes e mulatas”, do e-book *De que lado você samba?* mostra as relações entre medicina, o meretrício e o fascínio exercido pelas “mulatas” no contexto baiano do século dezenove. Ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de, **De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição**, Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

⁶² MATUTO, Vagando, *A Liberdade*, 12/10/1919.

fora dele. O jornalista desconfiava dos delatores, e insinuava que eram hipócritas, pois muitos deles se comportavam bem dentro dos salões, mas nas ruas desertas e escuras tinham o seu quinhão de culpa. Importante, sendo Matuto identificado como um homem – Frederico – ele acusa o pecado dos moços sem diferenciar o desejo privado dos jovens, da prática profissional das senhoras “suspeitas”. Argumenta ainda que era a dura condição econômica dessas mulheres que as empurrava para o trabalho sexual, como alternativa à pobreza. O autor chamou as falas moralistas dos jovens de “preconceitos de honestidade” e orientou que eles deveriam se retirar dos salões quando não se sentissem à vontade, e acabar de vez com as calúnias. O mais velho do clube deixava evidente que os jovens não sabiam muito bem do que estavam falando, e de forma arguta, faz uma sugestão para que eles compreendessem melhor o porquê daquelas senhoras fazerem parte do meio:

E se alguma das leitoras desejarem conhecer a verdade, peça a seus irmãos ou seus pais, para darem um passeio noturno acompanhada deles, que não são suspeitos, por essas ruas dos arrabaldes e digam depois se não há razão para defender os fracos - o abelhudo. Matuto⁶³

Matuto alinhou a existência do mercado do sexo ao interesse masculino, e propôs que as mocinhas convidassem seus pais e irmãos, homens de suas famílias, para durante a noite dar uma volta onde perambulavam essas mesmas mulheres suspeitas. As leitoras e seus pais devem ter se surpreendido com um conselho tão avançado. Com diplomacia, e um pouco de deboche, Matuto afirma que os pais e irmãos não eram suspeitos – de contratar tais profissionais, supõe-se – mas, insinuava o contrário, apontando que as ditas mulheres não pecavam sozinhas. Na última sentença do texto, dá para pensar que ele tinha lido Evaristo de Moraes, rábula negro defensor das trabalhadoras da noite⁶⁴, porque Matuto insiste na ideia de que as meretrizes negras eram “os fracos” em necessidade de defesa, implicando na vulnerabilidade econômica delas.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ CARDOSO, Lenise Lantelme, Discursos sobre a Prostituição Feminina em Jornais Diários do Rio de Janeiro (1890 a 1920), *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 20, n. 2, 1997; CREMASCO, Karine P., Estudo Teórico Sobre Prostituição e Casas de Prostituição, *ETIC - Encontro De Iniciação Científica - ISSN 21-76-8498*, v. 2, n. 2, 2006; NASCIMENTO PRECHET, Beatriz do, *Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no rio de janeiro (1871-1909)*, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019; MAZZIEIRO, João Batista, Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920, *Revista Brasileira de História*, v. 18, p. 247–285, 1998. PEREIRA, Cristiana Schettini, *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*, Rio de Janeiro: Presidência da República, Arquivo Nacional, 2006.

Esse artigo de Matuto ressignifica muito do que já foi dito sobre a presunção masculina dos homens que escreviam os jornais negros do período. Pois o autor traz para as leitoras e leitores, conceitos cruciais para a manutenção da solidariedade racial entre classes econômicas diferentes, algo que deveria ser alcançado para a realização da ampla união da raça, seu objetivo maior. Mais do que defender as meretrizes, ele assegura o lugar de respeito delas dentro dos clubes e da comunidade negra, e aponta para a fragilidade de suas vidas.

De suas palavras, fica para a compreensão contemporânea, ainda que seja a opinião de um indivíduo e não do grupo todo, que de fato, as profissionais do sexo frequentaram os bailes e os clubes dos homens de cor ditos de respeito. Mais ainda, isso era sabido e, de certo modo, consentido. A prostituição poderia ser avaliada como mais um componente da exploração racializada da fragilidade feminina negra. Sem descartar que os principais beneficiados pelo meretrício são homens heterossexuais, vale reforçar que Matuto insinua que são os pais e os irmãos, membros das sociedades de cor, que consumiam os serviços providos por mulheres desamparadas. Quiçá, o próprio Matuto fosse cliente dessas senhoras, da mesma maneira que, como destacado pela delação de Morena, ele fazia apostas no jogo do bicho.

Portanto, proteger as mulheres suspeitas não incide em menor machismo dos jornalistas de cor, e defender o trabalho sexual ou ignorar a sexualidade não normativa é uma estratégia complexa de entendimento das condições femininas e análogas, haja vista que o principal beneficiado é o homem. Mas em princípio da década de 1920, a sociedade brasileira ainda se via engatinhando no que diz respeito aos debates feministas, e o mais urgente deles ainda era o voto.⁶⁵ Antes de chegar no fim da década e a um debate mais incisivo sobre a condição política feminina, porém, outras disputas de gênero perseveraram na imprensa negra. Há variados exemplos delas nas folhas, tais como as reverberações da sociedade machista por meio de piadas e gracejos que certamente inferiorizavam as mulheres: “Só há duas mulheres boas neste mundo: uma morreu e a outra ninguém sabe onde vive”.⁶⁶ É necessário afirmar que esse tipo de humor que se vale da inferiorização feminina estava longe de ser exclusividade da comunidade de cor e não seria difícil ainda hoje encontrar quem se ria desse tipo de avacalhção. Da mesma forma que o racismo

⁶⁵ BRASIL, CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do, **Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino**, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>>. Acesso em: 17/03/2022.

⁶⁶ Provérbios Alemães, **O Kosmos**, 08/1922.

recreativo empolga brancos acríticos, a esculhambação do feminino serve a seus propósitos de determinação do local social das mulheres.

No entanto, as respostas femininas passam a ser menos apologéticas, e o respeito que era exigido delas, para a ser demandado por elas, tal como fez a leitora Tita: “Se falarem de mim no *Alfinete*, vou dar parte à Polícia”.⁶⁷ Com o passar do tempo, possivelmente por conta das reações do mulheril, esse tipo de crítica se esvaiu. Porque as mulheres negras conquistaram espaços de educação e capital cultural que fomentaram a contraposição a seus pares, e também, porque a sociedade brasileira foi forçada a dar atenção às exigências sociais femininas.⁶⁸ Essas mudanças não minimizaram as diferenças sociais entre mulheres negras e brancas e, em parte, a própria luta pela equidade feminina pode ser entendida como privilégio racial determinado historicamente.⁶⁹ E as diferenças de percurso e de necessidades das mulheres negras foram objeto dos jornalistas de cor.

Valorização das patrícias de cor e a beleza dentro da raça

Anteriormente, esta tese apresentou os desentendimentos políticos entre os jovens e a velha guarda do Grêmio Kosmos sobre os apoios à monarquia ou ao regime republicano. Há diferença entre a crítica direta, que especula intimidades e inferioriza condições supostamente inerentes aos sexos e gêneros, das divergências geracionais. Na década de 1920 a moda feminina mudou drasticamente e isso gerou comoções e conflitos. As saias e os cabelos encurtaram, a cintura dos vestidos ficou mais solta, e nitidamente passa a existir uma diferença entre o modo de vestir e portar das senhoras nascidas no século XIX e das mocinhas que se identificavam com um visual mais ousado, à *garçoniére*.⁷⁰ Essa divergência entre o novo e o antigo, bem como o consumo de

⁶⁷ Frases soltas, *O Alfinete*, 77. ed. (sem data) 1921.

⁶⁸ DUARTE, Constância Lima, *Imprensa feminina e feminista no Brasil: dicionário ilustrado*, Belo Horizonte: Autêntica, 2016. PINTO, Céli Regina J., *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 15–23.

⁶⁹ HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma, *Interseccionalidade*, São Paulo: Boitempo, 2021, p. 41–44; HOOKS, bell, *Teoria feminista: da margem ao centro*, São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 63–66.

⁷⁰ Também chamadas de *flappers*, cocota ou melindrosas em português, o termo vem do francês *garçon*, implicava em uma imagem “de menino” pelos cabelos muito curtos. Há registros na imprensa negra de que as moças cortavam seus cabelos de acordo com essa moda, como pode ser conferido em: FERRAZ, Ba-ta-clan, *O Kosmos*, 18/05/1924.

roupas prontas, maquiagens e demais itens de cuidado e aparência pessoal, que circulavam nas revistas femininas, foi alvo de notação na comunidade dos homens de cor.⁷¹

Em novembro de 1922, Frederico expôs sua opinião retrógrada sobre o que considerava como “os exageros da moda”. Para o jornalista, os decotes descomunais, braços nus e “demasiada pintura” estragavam a beleza feminina e danificavam a moral. Para ele, a corrida pela beleza tinha o propósito único de chamar a atenção dos homens, o que fazia das mulheres “bonecas, um objeto de luxo”. Certamente, Frederico se incomodava com a objetificação que entendia que o engajamento à moda poderia acarretar. Pode parecer contraditório que ele defendesse as mulheres que eram suspeitas de prostituição, e ao mesmo tempo, criticasse as moças que exibiam um visual mais arrojado. Mas se trata de dois lados de uma mesma moeda. As prostitutas, caso fossem discretas, receberiam o mesmo respeito dado as demais mulheres de cor. Enquanto as seguidoras da moda, com saias curtas e lábios carmim, seriam vistas como disponíveis sexualmente, independente do comportamento apresentado. A imagem era, portanto, fator determinante, pois é a partir da aparência que os sinais de respeito seriam lidos. Os exageros da moda se convertiam em apreensão, porque no novo visual *à la garçonne* estava imbuída também a ideia de uma sexualidade masculina, despojada e desbravadora, que rejeitava a atitude submissa e a proteção ensejada pela respeitabilidade negra.

Se todas refletissem, não adotando trajes berrantes e os gestos desabridos, haveria do sexo forte mais respeito e os seus encantos não seriam severamente ultrajados pela crítica. A mulher só por si, predomina o homem, com a estética da sua beleza!⁷²

O desdém pelo “respeito do sexo forte” que as mocinhas maquiadas pareciam postular indica novamente uma cisão geracional no seio do Grêmio Kosmos, e da família Baptista. O controle dos gestos e dos trajes, além da respeitabilidade, trazia no bojo a divisão sexual do trabalho, absolutamente crucial para o bom desempenho não apenas das tarefas do lar, mas para o funcionamento das atividades recreativas nos clubes e associações. Como contrapartida ao desejo feminino de liberdade, os jornais passam a dar mais crédito a participação e ao trabalho desempenhado por sócias e diretoras. No fragmento a seguir, observa-se que a decisão quanto as cores das roupas para o baile, por exemplo, faziam parte das atribuições femininas. As diretoras também se encarregavam de receber os convivas, e se as mesas eram decoradas com toalhas

⁷¹ XAVIER, **História social da beleza negra**, p. 70–90.

⁷² SOUZA, Frederico Baptista, Observando (Exageros da moda), **O Kosmos**, 11/1922.

bordadas e ramalhetes de flores, ainda que fosse dito que esse era o gosto e o capricho dos dirigentes, é de se pensar que às mulheres ficava todo o encargo das tarefas para compor o recinto.

Aspecto do salão, belíssimo, ornamentado com as cores sociais no palco, para a sessão solene, mesas ornamentadas de flores e cobertas com lindas toalhas bordadas, notando-se o com gosto e capricho dos dignos dirigentes que procuram o progresso e nome da digna sociedade. (...) começaram a chegar as famílias (...) recebidas por uma comissão composta de diretores e diretoras, estas ostentando tolete cor de rosa, sapatos brancos e fitão, onde se lia os dizeres dos cargos que ocupavam.⁷³

As mulheres negras que compunham o quadro das damas desempenhavam diversas funções tanto em festas próprias, quanto em piqueniques, viagens coletivas e visitas a sociedades amigas.⁷⁴ Elas decidiam os temas e cores, preparavam buffet, serviam comidas e bebidas, e assim cuidavam de parte essencial da organização das principais atividades de lazer comunitário, como pode ser notado em diferentes passagens da imprensa negra.

As principais promotoras do piquenique, as senhoras Martinha de Freitas (presidente, Aurora da Silva, vice) foram de uma gentileza sem par para com os presentes, não se notando o menor descontentamento da parte dos concorrentes: sendo nos servidos café em abundância e um apetitoso almoço, acompanhado de cerveja e doces.⁷⁵

O buffet esteve a cargo das Sras. diretoras, que foram gentis e amáveis com todas. Afirmamos que a festa das damas, alcançou mais uma vitória para o progresso associativo do “Grêmio Barão do Rio Branco”.⁷⁶

A família Baptista, que se formou ainda no século XIX, prezava pela delimitação da divisão sexual do trabalho. Se Frederico trabalhava na Faculdade de Direito e escrevia em jornais, cabia a Luiza o cuidado com os filhos e netos, o trabalho no lar e, especialmente, uma série de afazeres que garantiam o bom funcionamento dos clubes que frequentavam.⁷⁷ Luiza era responsável pelas festas “íntimas” que os Baptistas ofereciam na casa da Penha em época de comemorações de aniversário e na data de seu casamento. Sua vida parecia carregada de muitas tarefas não remuneradas, que possibilitavam a manutenção do núcleo familiar, e que acima de tudo, corroboraram a união raça, na medida em que organizava todos os ambientes de sociabilidade negra.

⁷³ Centro Recreativo 6 de maio, *Elite*, 20/01/1924.

⁷⁴ RIBEIRO, Jonatas Roque, *Escritos da liberdade*, p. 74–85.

⁷⁵ SOUZA, Frederico Baptista, Pic Nic em Campinas, *O Kosmos*, 11/1922.

⁷⁶ Sócias - Festa das damas do Grêmio Dramático e Recreativo “Barão do Rio Branco”, *O Kosmos*, 08/1923.

⁷⁷ Segundo relatos das descendentes, Luiza também fazia doces e biscoitos de polvilho para vender, e acumulou capital suficiente para comprar a o sobrado da Penha, que estava registrado em nome de Frederico, mas segundo as memórias familiares, foi pago por ela.

Realizou-se no dia 14 de novembro p.p. o aniversário natalício da Exma. dra. D. Luiza de Moura Baptista, digníssima esposa do Sr. Frederico Baptista de Souza nosso auxiliar de redação: por este motivo reuniram-se em sua residência elevado número de pessoas amigas, sendo oferecido aos mesmo muitos doces e chopes, decorrendo a festa animadíssima até o dia seguinte.⁷⁸

Ao realizar tais serviços, as mulheres como Luiza estavam impondo suas escolhas estéticas, de alimentação e de cuidados com a comunidade. Tais atividades não ameaçavam a direção masculina dos clubes e jornais, mas caso as mulheres deixassem de fazer esse trabalho, esse seria um problema para a liderança. Assim, se anteriormente esses afazeres mereciam quase nenhum destaque na narrativa dos jornais, pode-se pensar que a maior liberdade social das mulheres estava alterando a compreensão sobre o papel feminino no ativismo. O conflito começa a aparecer porque os homens de cor buscavam nas companheiras sujeitas cuja concordância fosse imperativa.

Ainda que se reconhecesse a importância da presença e trabalho feminino, à mulher ainda cabia um lugar passivo de assentimento e contemplação das diretrizes masculinas. De acordo com as práticas de elevação e a respeitabilidade, o papel das mulheres de cor permanecia quase inalterado quanto ao casamento, a beleza e a juventude. O espaço do galanteio e da exaltação da formosura, dentro de um padrão recatado de conduta, atribuía dignidade e reverência ao segundo sexo, valorizado como arte e subentendido como adereço, como pode ser observado nos trechos da composição chamada de “A Mulher e a música”, que já começa dando o tom: “A mulher tem que concordar com o homem, para haver harmonia. A falta de concordância dá em resultado a desafinação”.⁷⁹

A mulher cabia transportar o homem a terra do sol sem lembrar de si, certamente, em vista dos cuidados obrigatórios para com os inaptos. “Também tem prelúdios que faz transportar o homem da terra ao sol, sem se lembrar de si.” A vocação feminina era o casamento, momento de realização pessoal seguido da viuvez e morte. “O tempo que a mulher era solteira são compasso de espera para entrar no conjunto. Quando enviúva entra em suspensão.” As variações de humor compunham parte dos predicados feminis, sem os quais elas se perdiam em pancadarias, já que ainda que seus corpos se prestassem aos serviços da terra, suas mentes eram volúveis. “O tom da mulher é relativo com o seu bom ou mau humor: quando sofre alteração no tom primitivo passa de maior a menor, são pizzicatos que vibram nas cordas do coração enquanto as pouco meigas são sons de pancadaria.”

⁷⁸ Diretoras do Grêmio “Kosmos”, **O Kosmos**, 21/02/1923.

⁷⁹ A Mulher e a Música, **O Kosmos**, 09/1922.

Mesmo com a cabeça nos ares, as mulheres eram responsáveis pela harmonia social, tanto pela beleza quanto pelos serviços prestados. Nota-se que o falar devia ser pouco e ser breve, a custo de serem flautins desafinados, parte indissociável da feminilidade. “Quando fala mais do que deve mete [sic] apogiatura no discurso e mostra não querer se breve. A mulher faladora é um flautim desafinado. A que fala pouco, aumenta de seu valor (...).”

Dessas passagens o machismo é óbvio. E, sem contradição, “A mulher e a música” reafirma a respeitabilidade feminina negra. A mulher negra ao ser comparada com a música, por mais passiva que possa ser entendida, têm a admiração masculina. Isso reforça que no meio negro ela era alvo de deleite e contemplação. Essa prosa musical, difícil de se ler contemporaneamente, demonstra, sobretudo, que a comunidade dos homens de cor conquistara para a mulher negra uma categoria diferente daquela atribuída pela sociedade racista após a abolição: nem objeto puramente sexual, nem de trabalhadora incansável. O amor romântico e os cuidados com a própria família eram, enfim, vitórias. Se apenas às brancas era reservado o espaço de formosura e fragilidade, nesse momento, homens e mulheres de cor encontravam a expressão da doçura e beleza que lhes era corriqueiramente negada, deslocando os atributos positivos da feminilidade negra para a própria comunidade. Logo, os trabalhos femininos e a apreciação das vulnerabilidades como expressa em “A mulher e a música”, tinham seu quinhão na respeitabilidade e na exaltação da mulher negra.

Fato é que ainda havia muitas barreiras a serem rompidas por mulheres e homens, e, pode-se dizer que em meados de 1920 o reconhecimento da beleza das mulheres de cor pouco saía do exotismo racializado. Por essa chave interpretativa, é compreensível que os concursos de beleza dentro do meio negro tivessem um papel importante de acolhimento das mulheres negras dentro da sociabilidade.

Os concursos de beleza feminina eram comuns nas revistas de grande e média circulação, que indefectivelmente classificavam apenas as mulheres muito brancas como dignas de apreciação estética. O concurso de beleza da revista *Vida Paulista*, por exemplo, fazia diversas demandas para aceitar as concorrentes, como enviar foto de profissional reconhecido, e por vezes determinavam qual ateliê era indicado para a melhor avaliação dos jurados. O jornal negro *Getulino* compreendeu rapidamente que os concursos de beleza das grandes publicações não saberiam apreciar as qualidades estéticas das mulheres de cor, e foi prodígio em lançar um certame próprio na cidade

de Campinas. Laís de Moraes sobrinha do jornalista Lino Guedes⁸⁰, venceu a concorrência. Além de inegável beleza, a moça era muito articulada e capaz de dar entrevistas “com nobreza de caráter e modéstia”, demonstrando que havia outros atributos femininos desejados para a vencedora, além do encanto das formas.

Figura 3.9 – Formosura Getulina



Fonte: *Revista da Semana*, 27 de outubro de 1923.

O concurso do *Getulino* chamou atenção da sociedade paulista e a *Revista da Semana* deu destaque as vencedoras, publicando essa página inteira com as fotografias das primeiras colocadas. Não era comum que a imprensa desse espaço aos jornais de cor em São Paulo. Como uma espécie de justificativa pela notoriedade dada ao concurso campineiro, a *Revista da Semana* explicava a seu público como a sociedade norte-americana estava reconhecendo o valor dos homens negros,

⁸⁰ DOMINGUES, Petrônio, Lino Guedes: de filho de ex-escravo à “elite de cor”, *Afro-Ásia*, n. 41, 2010; SILVA, Mário Augusto Medeiros da, Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969), *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 30, n. 62, p. 597–622, 2017.

que haviam lutado na guerra então há pouco finda. Ficava evidente que a ideia dos editores era mostrar que, mesmo em uma sociedade abertamente racista como a americana, havia quem valorizasse os feitos dos sujeitos de cor, logo, em uma sociedade como a brasileira – que se supunha menos racista, senão totalmente igualitária – havia por obrigação de se dar espaço a ações como o concurso de beleza do *Getulino*. A revista afirmava que onde se deu “odienta escravidão” era crucial se reconhecer a beleza negra. A simpatia atribuída ao concurso era importante. O jornal *Kosmos* comentou que *Revista da Semana* tinha dado destaque ao *Getulino*. Ficou subentendido que a ação dos confrades do interior tinha potencial de estabelecer uma imagem mais positiva das comunidades de cor. A edição parabenizava os campineiros, e questionava a ausência de ação similar na capital do estado. Ademais, sugeria que se aproveitasse o bom momento e a visibilidade para concretizar a união entre as sociedades da capital e do interior.⁸¹

Mais do que dar subsídios para coligação da raça, intenção declarada de Frederico, o feito do *Getulino* estimulou os pares de São Paulo a lançarem um concurso próprio. O Alfredinho (Alfredo Eugenio da Silva), presidente do Grêmio Dramático e Literário Elite da Liberdade, organizou um concurso de beleza entre as patricias da capital, e foi firmemente apoiado por Frederico que também era o gerente do jornal desse clube.

Direcionar o olhar dos jovens negros para além do que era ditado e imposto esteticamente era uma estratégia importante e necessária de valorização da mulher negra. Mas de acordo com Frederico, os rapazes negros se recusavam a reconhecer a beleza das companheiras de cor, e o resultado do concurso paulistano trouxe frustração. Os jovens homens negros que frequentavam o Grêmio Elite, além de se omitirem e não votarem para suas preferidas no concurso, também questionavam a própria existência de beleza entre as compartes negras.

Frederico não escondeu a insatisfação e escreveu um artigo em que criticava o pouco caso dos rapazes. Ele tinha ouvido um jovem negro perguntar ironicamente: “Onde se poderia encontrar beleza para concurso?”. A afirmação evidentemente desprezava as mulheres do clube, e Frederico foi taxativo ao responder que para ele, que a beleza que o jovem não via, se encontrava inequivocamente “Na nossa raça”.⁸² Era inegável que “as morenas” e “as pretinhas” tinham “modos galantes”, chamavam a atenção, e eram dignas de elogios, apreço e afeto.

⁸¹ Visita Concurso de Beleza, **O Kosmos**, 20/01/1924.

⁸² SOUZA, Frederico Baptista de, É Assim..., **Elite**, 17/02/1924.

Segundo Frederico as mulheres eram sempre belas, e dependiam apenas dos observadores (homens) para terem essa aprovação. Frederico finalizou a discordância de forma superficial e defensiva, quando assegurou que “para mulher e chita, não há feia nem bonita”. Apesar da infelicidade dessa sentença, que não condiz com a indignação de quem replicava que a beleza estava na própria raça, ficava evidente o aborrecimento do homem, marido, pai e consorte de mulheres negras, e acima de tudo promotor da raça:

O “Elite” organizou o concurso de beleza, e quais foram as apreensões resultantes dessa missão, desde o início até hoje? Que nos cause admiração, nenhuma! Votação fraquíssima, notando-se mesmo, má vontade por parte dos nossos rapazes, que deviam gloriar-se de entusiasmo, porque se trata de colocar as nossas patrícias no grau de superioridade de que são merecedoras; confirmando assim, que, entre elas, existem muitas que realmente são bonitas.⁸³

Para Frederico o concurso de beleza era mais do que a legítima aferição das qualidades estéticas das mulheres negras: era uma questão de elevação da raça em que os princípios de igualdade e fraternidade deviam ser determinantes. Além de merecedoras de tal reconhecimento, as patrícias negras eram parte da comunidade e da união, e deviam ser entendidas como tais. O prestígio das qualidades físicas das mulheres implicava em aceitação da própria raça. De acordo com seu artigo, o futuro, a civilização, a inteligência, e o progresso dependiam da capacidade intelectual de, para além dos ditames dos padrões brancos de beleza, distinguir a parceiras como detentoras de atributos intrínsecos à feminilidade, recorrentemente negadas às mulheres de cor.

O concurso de beleza buscava mostrar que as mulheres de pele escura poderiam ocupar outros lugares sociais do que aqueles delegados pela sociedade branca. Promover o olhar sobre o belo para dentro da raça era uma forma de tentar romper com a visão calcificada de que às mulheres de cor sobravam apenas a limpeza, o cuidado doméstico e os pesados afazeres, que as destituía da possibilidade de terem a feminilidade agraciada. Dentro dessas possibilidades, não há complacência, ele sabia que para as mulheres negras o espaço do reconhecimento da beleza ainda era raro, conquanto o espaço do trabalho era assertivo como uma via de mão única.

⁸³ *Ibid.*

A mulher de cor e imagem de trabalhadora doméstica

As fotografias e caricaturas desenham o senso comum, e no caso de jornais e revistas, a aparição das mulheres negras muitas vezes acontecia porque elas estavam a serviço de mulheres e famílias brancas. A investigação sobre imagens de mulheres negras no primeiro vinteno do século faz perceber que a frequência ainda era muito restrita às brechas, especialmente, como cuidadoras e empregadas domésticas. Nessas aparições não intencionais existe a possibilidade de se vislumbrar no não dito porque se trata de uma comunicação que prescinde a fala – e, portanto, a escrita – que carrega certa corporeidade impraticável pela palavra. As imagens a seguir são exemplares dessa revelação não intencional.

Figura 4 – Jockey Clube



Fonte: *A Vida Moderna*, 1918.

A fotografia apresenta uma arquibancada onde ficavam os sócios do Jockey Clube de São Paulo. Dedicado aos esportes equestres, como a corrida de cavalos, a associação tem como próprio de sua condição que os sócios sejam financeiramente abastados o suficiente para manter os animais como atletas de alto rendimento. Nesse retrato publicado em 1918 na revista *A Vida Moderna*, vê-se um grupo de mulheres brancas muito bem-vestidas e compostas. À direita do grupo há dois sujeitos: atrás um homem branco, portando gravata e chapéu, e à frente dele uma jovem mulher negra.

A jovem mulher de cor escura contrasta em ornamentos com as madames à direita. Ela sorri, talvez da graça da menina em pé sobre a cadeira a seu lado, que põe o dedo no nariz. Mesmo assim, seu olhar não estava direcionado apenas para a garota peralta, outra criança a sua frente estava debruçada sobre a grade de madeira da arquibancada. A mulher trazia as mãos entrelaçadas, e assim protegia o corpo de um bebê. Todas as crianças eram brancas, muito mais claras que a jovem que as cuidava. Ela usava um vestido longo e chapeuzinho, além de trazer a frente do corpo alças escuras, que pareciam ser de um avental. É latente que a mulher negra era a cuidadora das crianças. Note que ela não está no centro da fotografia, o foco do olhar está nas mulheres brancas. Mas, talvez pela graça do sorriso que escapa, ou pelas brincadeiras das crianças, o fotógrafo desviou um pouco o olhar, e captou a babá.⁸⁴

Registro similar ocorreu na *Jornal das Moças* do dia 16 de maio de 1914, na fotografia que retrata a “felicidade” do casal Luiz Brum e Almerida Brum, ele um famoso ilustrador, antigo soldado republicano, que se retirou para sua fazenda em Taubaté junto da esposa e de oito filhos.

Figura 4.1 – Família Brum



Fonte: *Jornal das Moças*, 16 de maio de 1914.

⁸⁴ Para uma análise sobre o caso de retrato de uma ama e as possíveis relações de afeto com as crianças durante o final do século XIX, ver: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado, *À vovó Vitorina, com afeto*. Rio de Janeiro, cerca de 1870, in: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**, São Paulo: Selo Negro, 2012, p. capítulo 12.

O homem a direta encara a câmera, e parece à vontade com ela. Atrás dele está possivelmente sua esposa e uma mulher um pouco mais velha, talvez sua sogra ou mãe. Do lado esquerdo das senhoras estavam quatro indivíduos, sendo que dois eram meninos em idade escolar. Um pouco abaixo há uma jovem mulher negra acompanhada de seis crianças menores. A moça de cor escura não encarava a câmera, ao contrário, manteve-se com a cabeça baixa, mantendo o rosto em perfil. Ela podia estar tímida ou aborrecida. Suas feições, seu descontentamento ou seriedade para exercício da função, faz com que fique evidente que ela estava ali a trabalho, e não alegremente se deixando posar para uma recordação. De roupas claras, e repousando a mão direita sobre o ombro de uma das crianças, seu semblante disperso faz pensar quantas agruras ela passava sob o emprego de cuidadora de tantas crianças em uma família branca na cidade de Taubaté. Como na primeira imagem, a moça negra não estava no centro da fotografia, e talvez sua função, tal qual no Jockey Clube, fosse manter as crianças comportadas para o registro. Há ainda um componente escravocrata de manter a babá na foto: retrato social do poder senhorial que senhoras e senhores brancos mantinham após a abolição, por meio da sujeição dos sujeitos de cor ao trabalho doméstico. Se a mocinha negra que pousava a mão sob a criança branca, era parte da família – ou quase – a observação da foto não transparece essa condição.

Ainda assim, com toda a opressão que se infere das duas imagens, é inegável que as mulheres negras traziam no corpo os códigos de respeitabilidade muito típicos do trabalho doméstico, também exigido por famílias brancas em condição econômica de frequentar Jockey Clube ou de proprietários de fazenda no interior de São Paulo. Essas senhoritas estavam cobertas com vestidos longos, claros, provavelmente uniformes, e uma delas estava de avental. Os cabelos eram presos, não carregavam bolsas ou ornamentos, tudo ali se direcionava ao trato com as crianças. Tanto a mulher séria da última foto, quanto aquela que sorri, mostram em seus olhares o préstimo para com o serviço.

As duas imagens contrariam a ideia recorrente sobre as trabalhadoras domésticas negras presentes nas caricaturas do período. Em 1924, os trinta e seis anos que separavam a escravidão do momento presente eram insuficientes para que as práticas senhoriais sumissem do cotidiano de empregadas negras e patroas brancas. As trabalhadoras domésticas de cor apesar de suma importância para o funcionamento das casas abastadas, passavam a ser desdenhadas frente as mulheres brancas que exerciam as mesmas funções. Para as mulheres negras sobrava o estigma, como pode-se comparar nos desenhos a seguir.

Figura 4.2 – Criada Negra



Fonte: *A Gazeta*, 1 de janeiro de 1914.

Figura 4.3 – Criada Branca



Fonte: *A Gazeta*, 7 de fevereiro de 1914.

Ao comparar as figuras femininas, que apresentam estereótipos de cuidadoras domésticas, observa-se que de ambas se exhibe o perfil, usando brincos de argola, vestidos e tamancos, além de aventais. É evidente que na primeira imagem, a criada que representa a crise, e que carrega o futuro para um destino pauperizado, retrata uma mulher negra. Enquanto a criada que é associada a esperteza traz o nariz arrebitado, bochechas coradas por hachuras, e uma cabelo ajeitado. A crise, negra, por sua vez, tem semblante cansado, a testa cheia de marcas de expressão, os olhos enrugados e semiabertos, e tanto nariz quanto a boca são desproporcionais a figura, mas uma vez remetendo a imagens de menestrel. O penteado dela talvez procurasse representar um cabelo

“afro”, preso por adereço em torno da cabeça, deixando o volume solto para trás. No entanto, a falta de profundidade e dimensão do crânio – uma referência racista que visa resumir negros como menos dotados de inteligência – faz com que as madeixas mais se pareçam com um estranho moicano.

Ambas as charges foram publicadas no jornal *A Gazeta* de 1914, com cerca de um mês de diferença e assinada pelo mesmo cartunista já citado, Voltolino. A primeira, de janeiro, novamente associa traços fisionômicos racistas à ideia de crise. Nesse caso, a crise é a ama que cuida do raquítico ano novo, recém-nascido e assustado com a imagem de seu predecessor. Na segunda, há a descrição de uma “criada inteligente”, que, sugere o jornal, deveria comprar a *Gazeta* porque era mais barata que o concorrente, e assim, arriscar o troco no jogo do bicho. A criada branca, fica subentendido, deve enganar a patroa e apostar no jogo ilegal, mas, sua moral não ficaria em dúvida, ao contrário, sua infração denotava esperteza.

As caricaturas, pode-se pensar, pelo elemento cômico, forçam os traços físicos, e evidenciam as atitudes impróprias como meio de causar o riso. Ainda assim, como fica tácito na caricatura “Entre pretas minas”, há uma representação que imbuía mais que o riso circunstancial, atingindo, outrossim, o racismo recreativo.

Figura 4.4 – Entre Pretas Minas



Fonte: A Gazeta, 12 de Janeiro de 1914.

Em “Entre pretas minas” o ilustrador representa duas criadas idosas. Na primeira figura as rugas de sua testa são tantas que cobrem os olhos. Ela fuma um cachimbo, fumígenos que na boca de gente negra não tinha o mesmo *status* elegante do que teria se estivesse nos lábios de um homem branco. Na segunda figura lhe faltam dentes, e os olhos esbugalhados acirram a bestialidade. Tal composição só pode ser compreendida por completo por meio da legenda. Nela, o leitor vem a saber que entre as “pretas minas”, há uma que apesar do português ruim conseguiu um emprego, façanha que deixava a colega visivelmente pasmada, e que foi alcançada através dos classificados do jornal. Ou seja, utiliza-se do racismo para chegar a um senso comum, entre jornal e leitor, sobre a inferioridade da empregada negra, e desse modo, fazer uma propaganda positiva do jornal, que era capaz de dar colocação ao mais incapaz dos seres; uma mulher, preta e velha, que mal falava português.

Acepções negativas sobre as empregadas negras se intensificaram após a abolição e durante primeiras décadas do século.⁸⁵ Em 1924, o jornal *O Kosmos* publicou uma longa notícia, assinada por Souza⁸⁶, em que, sob o título de “Não querem trabalhar”, o autor se contrapunha a ideia de que as empregadas domésticas se recusavam ao serviço. Souza faz cálculos em que contesta o salário das empregadas frente as tarefas realizadas, e compara com o pagamento que deveria ser realizado caso os patrões contratassem uma profissional para cada uma das funções desempenhadas pelas domésticas.

Ironizando uma citação entre aspas, “Se elas não querem trabalhar, são umas vagabundas”, Souza aponta que na realidade elas eram desprovidas de alternativa para a sobrevivência, por isso se sujeitavam a exercer tantas ocupações sob uma mesma função mal paga.⁸⁷ Ele explica que “as pobres empregadas” recebiam 100\$000 por mês, mas faziam as vezes de lavadeira (80\$000);

⁸⁵ Como afirma Sandra Graham, no geral a preferência das famílias cariocas eram por empregadas brancas, com algumas exceções. A autora também discorre sobre o excesso de trabalho imposto as empregadas no ambiente do lar, em contrapartida ao cenário da rua, que apesar não prover proteção, acena para possibilidades de Liberdade. LAUDERDALE GRAHAM, Sandra, **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Para o caso específico de São Paulo, ver: TELLES, Lorena Féres da Silva, **Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 36–46. Para um balanço da historiografia sobre o trabalho doméstico, ver: SILVA, Lúcia Helena Oliveira, “Quase da família”: a longa luta das empregadas domésticas pela cidadania, **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**. CUNHA, Olivia Maria Gomes da, Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição, in: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.), **Quase-cidadão**, p. 377–471.

⁸⁶ Poderia se tratar de Luís de Souza, secretário menos participativo dos clubes e imprensa negra que Frederico Baptista de Souza, que rubricou seus escritos de formas variadas ao longo da vida.

⁸⁷ TELLES, **Libertas entre sobrados**, p. 77–79.

cozinheira (100\$000), enceradeira (80\$000), mensageira (60\$000); arrumadeira de quartos (80\$000), copeira (80\$000) e que ainda realizam “serviços extraordinários” (60\$000). Nesse caso, afirma o autor, deveriam ser pagas por todas essas tarefas, e receber um total de 540\$000 mensais. Souza então, presumiu o quanto essa economia rendia aos patrões, e chegou ao veredito de que em onze anos – de acordo com ele, esse era o tempo médio que uma empregada ficava na casa de uma família abastada – o lucro dos contratantes seria de 58:080\$000.⁸⁸ Esse prejuízo que recaia sobre as domésticas, explicava Souza, as impedia de ter uma vida minimamente confortável, porque além de os 100\$000 mensais não serem suficientes para custear a subsistência, no decorrer dos anos, a falta das economias ainda impedia as trabalhadoras de comprar propriedades.⁸⁹

Ele refletia que caso às empregadas fosse pago o equivalente aos serviços prestados, elas teriam condições de comprar casas pequenas para alugar a outros membros da comunidade, e desse modo, poderiam se sustentar durante a velhice e a doença. Souza conclui que as senhoras, que estavam sendo chamadas de vagabundas, terminavam a vida sem socorro, criando dívidas aos demais familiares. Quando ocorria de patrões serem “muito bons”, zombava o autor, enviavam a infeliz para a Santa Casa de Misericórdia ou para São José dos Campos, cidade longe da capital, e evitavam assim que elas fossem as vistas desvalidas. Concluía que até a saúde das trabalhadoras era consumida pelos patrões. Ele dizia que havia muitos exemplos de empregadas que ao fim da vida não tinham condições financeiras sequer para pagar o próprio caixão e enterro.

Quem sabe se, a estas horas, a empregada tivesse algumas casas, por pequenas que fossem dando alguns rendimentos para sua subsistência na velhice sem a necessidade de precisar estar a trabalhar matando-se para comer o pão e cada de dia, ou implorando a caridade pública; pois o que tinha que lhes pertencer, até mesmo a saúde, pertence ao seu patrão, que cada dia lucra mais, a mais a custa da empregada para todos os serviços.

As presentes linhas, não tem em vista perturbar os interesses de cada um, mas sim “Se elas não querem trabalhar, são umas vagabundas”, mostrar que na Verdade, nem os irracionais podem tomar sobre seu lombo, peso superior a suas forças. Souza.⁹⁰

⁸⁸ Sandra Graham apresenta uma atualização sobre a moeda brasileira do final do século XIX e início do XX, em comparação ao dólar americano, que auxilia a compreender melhor esses valores. “Durante o século XIX e parte do século XX, a moeda brasileira era o mil-réis, grafado 1\$000. O conto, correspondente a mil mil-réis, era grafado 1:000\$000. Entre 1860 e 1910, a cotação do mil-réis relativa à moeda americana variou de 0,55 no ponto mais alto (1863 e 1875) a 0,15 dólar no ponto mais baixo (1898 e 1899); em 1910, o mil-réis valia 0,33 dólar.” LAUDERDALE GRAHAM, **Proteção e obediência**, p. 10.

⁸⁹ SOUZA, Não Querem Trabalhar, **O Kosmos**, 11/16/1924.

⁹⁰ *Ibid.*

Nos jornais negros do primeiro vinteno do século vinte são raras as menções diretas à escravidão. Motivos para isso estão presentes na leitura a contrapelo, quando há certa familiaridade com a linguagem, temas e ideologias do período. Quando Souza termina o artigo afirmando que “nem os irracionais podem tomar sobre seu lombo, peso superior a suas forças” ele está se referindo ao trabalho dos animais de carga, e a comparação com as empregadas domésticas não visa destituir-lhes de racionalidade, mas, desmistificar que elas poderiam trabalhar como mulas, recebendo muito pouco e exercendo muitas de funções. O comparativo com os animais é importante para relembrar aos patrões que, ao contrário do que a prática escravista alicerçou, essas mulheres não eram nem vagabundas, nem mulas, e que pela função que desempenhavam deveriam, ao contrário, ser como eles próprios, proprietárias.⁹¹ Souza afirmava que a proximidade que tinha com as senhoras que trabalhavam como domésticas dava-lhe condições de fazer essas observações. Portanto, agregava os balanços financeiros à lembrança, ainda necessária, de que essas mulheres negras e empregadas domésticas mereciam tratamento e recursos de acordo com a condição de trabalhadoras livres.

A junção da experiência das domésticas com a advertência de Souza, mais do que um lembrete aos empregadores, fornecia recursos linguísticos e matemáticos para que as trabalhadoras dialogassem de igual para igual com os patrões. Ao requisitar aumento de salário e justeza de funções, sem que saíssem humilhadas por alcunhas racistas e escravagistas – de vagabundas ou mulas – as domésticas podiam rebater os argumentos dos patrões com lógica econômica e presunção de direitos, tais como saúde e auxílio funeral. Assim, pode-se inferir que a experiência dos homens negros como funcionários públicos, trabalhadores liberais, e ativistas em associações de ajuda mútua acarretava oportunidades de trocas de saberes que agregavam conhecimento coletivo e partilhado entre homens e mulheres.

Os homens e mulheres de cor, evidentemente, estavam cientes das reminiscências escravistas no trabalho. As escutas que Souza descreveu mostram que essas trabalhadoras se queixaram publicamente das injustiças e dos maltratos que sofriam. Vê-se que havia concordâncias e afinidades entre trabalhadoras domésticas e homens de cor. A luta delas por melhores condições de trabalho e respeitabilidade no ambiente de serviço, poderia não estar sendo expressa por artigos próprios na imprensa negra daquele momento, mas, o relato de Souza faz ver que estratégias de

⁹¹ Sobre a ideia de coisificação do escravo, ver: CHALHOUB, Sidney, **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

resistência à opressão vivida no trabalho eram comungadas dentro da raça por ambos os gêneros. No caso das domésticas, bem como no artigo sobre as mulheres de cor suspeitas de prostituição, a pena do jornalista da imprensa negra foi empregada para dar apoio, reverberar e fazer valer o pensamento das mulheres negras da comunidade.

Durvalina: a filha do homem de cor e os limites da respeitabilidade

A partir da certeza de que a educação proporcionava um novo caminho, as mulheres de cor passaram a fazer ainda mais do que planejar, organizar e executar eventos, e romperam com o silêncio tornando-se oradoras. O apontamento é importante porque faz compreender que seus argumentos além de escutados, começavam a ser registrados. O conteúdo dos relatos sobre esses discursos, é verdade, ainda recebia menor atenção do que as falas masculinas. Mas é certo que jovens e senhoras negras tinham a voz cada vez mais ouvida nos espaços de sociabilidade.

Em seguida falaram as senhoritas Pedrina de Souza, Eliza de Aguiar, D. Domingas de Campos, Anadaria de Moraes, a menina Lourdes de Souza. Pelos convidados falou a senhorita Josephina Domingues, fazendo uma empolgante saudação à rainha da beleza campineira, orgulho da nossa raça, Lais de Moraes (...) resolveram premiar o trabalho de 3 incansáveis diretoras, as quais não medem esforços para a prosperidade social, e para entregar os prêmios convidou as três senhoritas campineiras para a entrega que consistia em 3 medalhas de ouro. A senhorita Lais de Moares fez entrega a de D. Augusta Lopes; a senhorita Alice Campos, a de D. Manoela Reginaldo e senhorita Luiza de Andrade a D. Aurora da Conceição.⁹²

A popularização de oradoras nos coletivos negros evidencia que estava aceita a prática intelectual entre as patricias negras, e a fala deixava de ser um atributo exclusivamente masculino. Se no começo elas faziam alocações curtas, aos poucos, discursos completos feitos por mulheres passaram a compor a nova dinâmica social nos clubes. Esses exercícios de oratória eram fundamentais para estimular a intelectualidade formal das mulheres.⁹³ E de fato, também começam a aparecer nos jornais negros as conquistas acadêmicas das senhoritas de cor.

A Exma. srta. D. Benedita Izabel, por motivo de sua formatura pela escola Normal desta Capital, no dia 7 do corrente, no Grêmio Barão do Rio Branco, foi surpreendida com uma manifestação espontânea promovida pelo Sr. Adolpho Lima, que, usando da palavra expôs o motivo da mesma.⁹⁴

⁹² Centro Recreativo 6 de maio. *Elite*, 20/01/1924.

⁹³ Giovana Xavier comenta sobre os investimentos em oratória de sujeitos negros, especialmente mulheres, comprometidos com a elevação racial. XAVIER, **História social da beleza negra**, p. 127–128. Sobre a importância da oratória para as mulheres da elevação racial, nos Estados Unidos, ver também; COOPER, **Beyond Respectability**, p. 17.

⁹⁴ Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” - Festa das Damas, *O Kosmos*, 08/1922.

Pela Escola de Comércio e Preparatórios foi aprovada com distinção em português, Datilografia, Correspondência, inglês e francês, a senhorita Durvalina de Moura Baptista, é diplomada em português, Datilografia e Correspondência.⁹⁵

Dentre as narrativas sobre as conquistas acadêmicas, como da D. Benedicta Izabel, destacava-se também a filha mais velha de Luiza e Frederico, Durvalina Leonarda de Moura Baptista. A garota nascida em seis de novembro 1910, se formava em 1924, e assim estava preparada para o trabalho como datilógrafa antes de completar quatorze anos de idade. Havia estudado inglês e francês, inaugurando uma nova era em que o trabalho doméstico deixava de ser o principal ganha pão feminino em sua geração.⁹⁶ Durvalina fez outros usos do conhecimento que adquiriu. Ainda aos doze anos, seguindo o gosto de seu pai que tinha grande apreço pelo teatro, e passou a se sobressair como atriz amadora nos dramas encenados no Grêmio Kosmos.

Todos os amadores que tomaram parte no drama, deram um certo realce no desempenho, que é merecedor de elogios, sendo, porém, necessário destacarmos a Srta. Durvalina Baptista, que se encarregou do papel de Maria Soledade. Soube essa amadora com inteligência aproveitar as cenas mais dramáticas, emprestando todo o brilho e sentimento que a sua parte exigia, sendo esta a primeira vez que desempenhava um papel de responsabilidade, era justo que se lhe prestasse homenagem, aconselhando prosseguir com amor e lealdade, a arte que imortalizou Talma e João Caetano.⁹⁷

Várias notas como essa, que ressaltavam o talento de Durvalina surgem no *Kosmos* a partir de então. Era notável que apesar da pouca idade, Durvalina estava interpretando uma mulher adulta. Como exposto nos capítulos anteriores, o teatro era caro aos diretores do Grêmio Kosmos, e havia bastante dificuldade de se encontrar amadores de qualidade. A exposição e prestígio que Durvalina passa a ter como intérprete faz perceber que se tratava de uma jovem com potencial artístico. A sua perspicácia criava cenas xistosas e dramáticas, que exigiam, além de leitura fluente e memória capacitada, dedicação e vontade para ensaiar as cenas.

Nos idos dos anos 1920, o teatro e o cinema faziam a juventude paulistana delirar. A cidade de São Paulo era lugar privilegiado para as produções nacionais e pela quantidade salas de exibição. Surgiram revistas especializadas para divulgar e criticar as artes cênicas, e as incontáveis fotografias incitavam o culto às celebridades. Sem surpresa, essas publicações mostravam atrizes

⁹⁵ Exames, **O Kosmos**, 20/01/1924.

⁹⁶ As fontes escritas não comentam essa questão, mas os familiares contam que Luiza fazia doces e especialmente, biscoitos de polvilho para vender. Sua irmã trabalhou como doméstica por muitos anos em uma casa de família rica em São Paulo. Durvalina foi a primeira geração de mulheres dos Baptistas a estudar. Depois dela, outras se formaram professoras, e sua bisneta Nancy Baptista Andrade Ramos estudou Direito na década de 1970.

⁹⁷ Grêmio Dramático e Recreativo “Kosmos” - Festa das Damas, **O Kosmos**, 08/1922.

e atores brancos de traços europeus. Mas artistas negros furavam o bloqueio racial, fazendo valer o esforço e o talento. É nessa década que *De Chocolat* criou a Companhia Negra de Revistas, primeira trupe teatral formada exclusivamente por gente de cor.⁹⁸ A Companhia desvendou o talento de Albertina Nunes Pereira, conhecida como Jandyra Aymoré,⁹⁹ e que depois deixou a carreira para se dedicar a acompanhar o marido Pixinguinha em seus concertos. Por meio dessa empresa que Grande Otelo daria os primeiros passos rumo a excepcionalidade artística.¹⁰⁰ Foi também nos anos vinte que Ascendina dos Santos fez bastante sucesso no teatro de revista carioca, apesar do racismo abismal que enfrentou.¹⁰¹ Já no final a década, em 1929, foi finalizada a versão filmográfica do romance clássico “Escrava Isaura”, escrito em 1875 por Bernardo Guimarães, em que a atriz Jacy Torres, uma mulher de cor – e não uma branca usando *black face* – interpretou a mãe da protagonista.¹⁰²

Figura 4.5 – Jacy Torres, mãe de Isaura



Fonte: *A Cigarra*, agosto de 1929.

Embora sensivelmente menores do que as oportunidades disponíveis para as mulheres brancas, a década de 1920 proporcionou perspectivas artísticas um pouco mais amplas para as mulheres negras. E seguramente, Josephine Baker foi a maior estrela a incentivar esse crescimento. Aclamada por jornais e revistas do mundo todo, a atriz, cantora e dançarina se tornou uma verdadeira febre. Como já explorado pela historiografia nacional, Baker esteve no Brasil em mais de uma ocasião, e foi reverenciada pelos homens de cor de São Paulo, de quem recebeu uma placa

⁹⁸ BACELAR, Jeferson, Corações de Chocolat: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-27), *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 1, p. 437–443, 2007; PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira, *De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

⁹⁹ GOMES, Tiago de Melo, Negros contando (e fazendo) sua história: alguns significados da trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926), *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 53–83, 2001.

¹⁰⁰ CABRAL, Sérgio, *Grande Otelo: uma biografia*, São Paulo: Editora 34, 2007, p. 31–33.

¹⁰¹ ALMEIDA, Paulo, *A Presença negra no Teatro de Revista dos anos 1920*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, p. 93–108.

¹⁰² SILVA NETO, Antônio Leão da, *Dicionário de filmes brasileiros*, São Paulo: Futuro Mundo Gráfica & Editora, 2002, p. 310.

de homenagem. Mas, como bem assinalado por Petrônio Domingues, Josephine Baker não foi uma unanimidade, e suas performances ousadas e sensuais escandalizavam os conservadores.¹⁰³ A alternativa da imprensa negra paulistana foi desviar dos aspectos mais insinuantes de sua atuação, e exaltar aquilo que convinha dentro das amarras raciais e de gênero do período.¹⁰⁴

Figura 4.6 – Josephine Baker em pessoa



Fonte: *O Estado de São Paulo*, 21 de novembro de 1929.

A necessidade de se impor como mulheres dignas de respeito também trazia limites para a atuação feminina. Mesmo que comungada por mulheres e homens para proteger àquelas que historicamente tinham sido tratadas apenas como trabalhadoras e “objetos sexuais”, a prática do decoro tinha contradições, que através de um manto de moralismo, encobriam os próprios desejos e receios masculinos. Das mulheres de respeito da imprensa e dos clubes negros se esperava que cumprissem os papéis tradicionais de gênero, como casar e ter filhos. Se não fosse por sua astúcia, carisma e habilidade, talvez Durvalina nunca tivesse sido notada como atriz, como ocorreu com

¹⁰³ DOMINGUES, Petrônio, A “Vênus negra”: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica, *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 23, n. 45, p. 95–124, 2010.

¹⁰⁴ Um pouco antes de sua vinda a São Paulo, Josephine Baker fez espetáculos em Buenos Aires. Na ocasião a revista paulista *A Cigarra* apostou as críticas de um jornalista argentino que afirmava a consagração da “vênus de ébano” era um absurdo, já que a “a pobre negra ignorante, [era] um instrumento nas mãos de charlatães”. A revista ainda afirmava que Josephine Baker era um “símbolo de degenerescência mental”. Por esse tipo de recepção como da *Cigarra*, entende-se que os homens de cor buscassem defender a artista e, suprimir comentários sobre os aspectos mais sensuais da apresentação de Baker. *Crônica, A Cigarra*, 21/11/1929.

sua irmã Rosaura, que passou quase despercebida nas páginas da imprensa negra. Se ao contrário ela fosse um homem, é possível que tivesse alçado voos mais altos do que seu irmão mais velho, José Martinho, que como visto, foi alguém que angariou mais antipatias que sagrações.

Uma jovem mulher negra, educada e talentosa como Durvalina inspirava muitas esperanças próprias e familiares. No meio negro paulistano, ela não era “qualquer uma”, mas sim a primogênita do jornalista Frederico Baptista de Souza, funcionário da Faculdade de Direito. Ela era responsável pelo nome daquele que carregou a bandeira do Grêmio Kosmos por mais de trinta anos, e que herdou o legado dos caifazes na Confraria Nossa Senhora dos Remédios. A herança materna não era mais leve de se suportar. Luiza de Moura Baptista foi uma mulher venerada no associativismo pela extrema religiosidade, austeridade e moral ilibada. Nascida de ventre livre, Luiza, que viveu até os cem anos de idade, e conhecia a vida de escrava. Memórias e vivências herdadas da mãe Benedicta a orientavam a dizer às filhas, netas e bisnetas: “Nunca aconteceu comigo, mas quando a gente era escrava os homens da fazenda forçavam a gente.”¹⁰⁵ A escolha pela respeitabilidade foi uma necessidade, e Luiza sabia que mais que corroborar as ações e ideias de marido, era o corpo das suas que ela ensinava a proteger.

Figura 4.7 – Frederico e Daisy, 1940



Fonte: Acervo de Glauber Ramalho Baptista.

Como descendente de uma mulher e um homem nascidos sob a égide da escravidão, Durvalina cumpriu o papel social que lhe foi determinado: muito jovem, aos dezessete anos de

¹⁰⁵ Depoimentos de Dona Nancy Baptista Andrade Ramos. Entrevista, 2021.

idade (1927), se tornou esposa de Elugardo Ramalho. Ele era um “negro de salão”, frequentador assíduo do Grêmio Kosmos. Politicamente, se aproximava de Frederico, pois foi chegado dos soldados legalistas durante a Revolta 1924. Assim que se casou, Durvalina se tornou mãe pela primeira e única vez, e trouxe ao mundo Daisy, que aparece na fotografia acima junto do “vô Frederico”. Durvalina deu ao “tronco bem-aventurado” dos Baptistas a sua contribuição como sexo feminino. Sua filha Daisy também se casou com um homem negro, e seu neto Glauber ainda é o proprietário da casa que foi comprada pela avó, localizada no bairro da Penha.

Muitas memórias contadas pela família Baptista reforçam a personalidade independente e ousada da “tia Dudu”, como Durvalina ficou conhecida entre os membros mais novos da família. Segundo dizem, ela se recusou terminantemente a assumir cargo como professora normalista, preferindo outrossim dar aulas de piano em casa.¹⁰⁶ Os parentes contam, meio que entre risos, que ela era “uma mulher de calças”. Além de abolir os vestidos, tia Dudu bebia cerveja, fumava muitos cigarros, e jogava tarô para as mulheres do clã. Não sem críticas, os descendentes comentam que Durvalina “largava a filha com o marido” para sair às escondidas em busca de boemia. Já idosa, passando dos noventa anos, Dudu orgulhava-se de pular carnaval na Penha até o amanhecer. Mas essas são histórias cuja oralidade, infelizmente, não deveriam sequer fazer parte desta tese.¹⁰⁷ São linhas breves para ajudar a pensar os prováveis motivos que fizeram ela, e outras mulheres de sua condição, se adaptarem às necessidades de dois mundos: da incipiente liberdade feminina e das memórias da escravidão, passadas adiante pela dor e pelo racismo sofridos por seus ancestrais, e, por elas também.¹⁰⁸

A personalidade autônoma de Durvalina poderia ter agregado bons debates à imprensa negra, já que ela ensaiou como escritora, e publicou um artigo no jornal *Kosmos* em 1924, ainda aos quatorze anos. Nele, a artista mostrou seu lado melancólico, e talvez ainda nutrida por sonhos teatrais, expressou condolências dramáticas. Mais do que luto hipotético, como apresentando no

¹⁰⁶ Mesmo que com um desfecho diferente, a trajetória de Coema Hemérito dos Santos lembra em muitos aspectos a de Durvalina. Além de contemporâneas, tinha em comum o fato de que Coema também era filha de um importante líder negro carioca, Hemérito José dos Santos, que partilhava muito da ideológica expressa de Frederico Baptista de Souza. Coema também foi silenciada por brancos e negros, tal qual afirma Luara dos Santos Silva, no entanto, levou adianta a carreira como professora. SILVA, Luara dos Santos, Coema Hemetério dos Santos: a “flor de beleza” e “luz de amor”. Trajetória de uma intelectual negra no pós- abolição carioca, **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 6, n. 2, p. 28–50, 2019; SANTOS SILVA, Luara dos, ‘**Etymologias Preto**’: **Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)**, Dissertação de Mestrado, CEFET, Rio de Janeiro, 2015.

¹⁰⁷ Depoimentos de Dona Nancy Baptista. Entrevista, 2021.

¹⁰⁸ Sobre a mulher desviante como uma ameaça, ver também, CUNHA, **O espelho do mundo**, p. 151.

primeiro capítulo, Luiza e Frederico tiveram outra filha antes de Durvalina, que faleceu ainda criança, e a experiência com a morte da irmã em tenra idade pode ter subsidiado a tristeza das palavras escritas. Infelizmente, o texto que era sobre finados, também enterrou sua tentativa como cronista nos jornais negros, sendo o primeiro e o último que Durvalina publicou.¹⁰⁹

Vamos ao cemitério, depositamos flores sobre a tumba de nossa obrigação; rezemos ainda por aqueles que amamos em vida e que amamos na morte e ali perto, olhos fitos, tentamos o impenetrável; o pensamento revolve aquela terra, para se encontrarmos o rosto benigno de nossa mãe, o rosto belo de nossa amada, o olhar alegre de nossa irmã, e saímos iludidos sem que possamos desvendar o segredo de Deus. (...) ¹¹⁰

Dotada de inteligência e cheia de talentos artísticos, Durvalina poderia ter sido o sonho encarnado de Frederico. Como apresentando anteriormente, o jornalista ansiava que jovens negros, especialmente do Grêmio Kosmos, alcançassem excelência e levassem adiante a bandeira da elevação da raça. Mesmo com tantas qualidades, Durvalina se calou para o público e para os leitores. Escolha ou dever, essa parte da sua história deixa entrever que a necessidade proteção sobre os corpos das mulheres de cor também as tolhia de explorar a potencialidade de suas mentes de maneira irrestrita.

Frederico e a patrícia Jacinta, a “múmia da Faculdade de Direito”

Sugiro nas páginas anteriores que motivados pela busca por respeito, Frederico e sua família impediram, ou pelo menos desmotivaram Durvalina a tentar uma carreira artística de maior visibilidade.¹¹¹ Uma derradeira história, todavia, mostra que a proteção dos corpos das mulheres negras também estava alicerçada em traumas coletivos oriundos não apenas da escravidão, mas da própria experiência vivida no período após a abolição.

¹⁰⁹ O bisneto Glauber desconhece que Durvalina tenha deixado diários, cartas ou outros escritos corriqueiros no “mundo feminino letrado”, se ela produziu mais, esses textos não foram guardados pela família Baptista.

¹¹⁰ BAPTISTA, Durvalina, *Finados*, **O Kosmos**, 16/11/1924.

¹¹¹ Essa hipótese se torna mais forte quando se observa a trajetória da filha de Booker T. Washington, Portia Washington Pittman, que como Durvalina era filha de um líder negro comprometido com a elevação da raça. Os aspectos ideológicos similares entre Booker T. Washington e Frederico Baptista de Souza foram apresentados no segundo capítulo. Além de oradora em clubes negros, Portia levou adiante o trabalho no Instituto Tuskegee, e, como Durvalina era professora de música. Portia suportou por anos as malezas advindas da fama controversa de seu pai. Sua biografia apresenta diversas passagens em que Portia se viu forçada a seguir um caminho que não era de sua escolha, para manter a respeitabilidade e o legado de seu pai. Um fato curioso sobre sua vida, seu filho, o saxofonista Booker Pittman, mudou-se para o Brasil em 1937, e se tornou padraсто de Eliana Pittman cantora brasileira de jazz, hoje septuagenária. STEWART, Ruth Ann, **Portia: the life of Portia Washington Pittman, the daughter of Booker T. Washington**, Garden City: Doubleday, 1977.

Como já foi outrora exposto, desde que chegou à cidade de São Paulo em 1900, Frederico trabalhou da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde manteve-se como funcionário por mais de quarenta anos. No início ele foi contratado como guarda e era responsável pelas rondas nos corredores e nas salas de aula do prédio. Logo após o seu primeiro ano de trabalho, pelas mãos do médico e professor Amâncio de Carvalho¹¹², chegou à instituição um cadáver de uma mulher negra, que a partir de então ficaria exposto na sala de medicina legal até 1929.¹¹³

Há muitas questões que ainda hoje circundam a história de Jacinta, que ficou notória como a “múmia da faculdade”. De sua vida sabe-se muito pouco, apesar dos recentes esforços de acadêmicos, estudantes, militantes e jornalistas em buscar decifrar sua identidade.¹¹⁴ Certo é que depois de morta, a defunta foi fornecida pela polícia paulistana para o médico legista, que realizou

¹¹² Dr. Amâncio de Carvalho, Documentos de Aposentadoria, Museu e Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo. Veja também: “Dr. Amâncio de Carvalho”, **O Arquivo Ilustrado**, 04, 1900. Sobre a produção acadêmica de Amâncio, ver: Amâncio de Carvalho. Medicina Pública: Docimasia femuro-epifisaria. **Revista da Faculdade de Direito**. 02/08/1901, p.41-47; “Medicina Pública: Afogamento”. **Revista da Faculdade de Direito**. 01/05/1907, p.83-86; “O crime de Sorocaba.” **Revista da Faculdade de Direito**. 21/10/1899. p. 38-63; “Medicina Pública: A morte súbita.” **Revista da Faculdade de Direito**. 04 /07/1902, p.7-11; “Medicina Pública: Ligeira contribuição para a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, elaborada em homenagem à Comemoração do centenário da Independência do Brasil.” **Revista da Faculdade de Direito**. 22/02/1922, p.112-127.

¹¹³ No prólogo do livro *Zoológicos Humanos*, Sandra Sofia Machado Koutsoukos apresenta um histórico das teorias poligenistas que fundamentaram exposições humanas. A autora também aponta para as relações entre imperialismo, racismo e exibição de pessoas que saíam for a do padrão branco europeu, fosse por uma questão de etnia, doença ou deficiência. Ao trabalhar com os registros fotográficos, Koutsoukos divide seus capítulos conforme os sujeitos apresentados, e faz um panorama completo dos casos mais famosos de indivíduos que eram exibidos nos *freakshows*, incluindo tanto exemplos mais conhecidos como o de Sara Baartman, quanto estudos sobre brasileiros expostos, como o caso das gêmeas xifópagas Maria e Rosalina. KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado, **Zoológicos Humanos: gente em exibição na era do imperialismo**. Campinas: Editor da Universidade Estadual de Campinas, 2020. Para um exame mais detalhado da vida de Sarah Baartman, ver: CRAIS, Clifton C.; SCULLY, Pamela, **Sara Baartman and the Hottentot Venus: a ghost story and a biography**, Princeton: Princeton Univ. Press, 2009.

¹¹⁴ A historiadora, mestranda em ciências humanas e sociais da UFABC, Suzane Jardim, e o jornalista Daniel Salomão Roque publicaram em 2021 uma matéria no portal *Ponte* apresentando a história da exposição e mumificação do corpo. Foram eles que descobriram que entre Raimunda, Benedita e Jacinta, o último condiz com uma pessoa falecida e levada para Santa Casa de Misericórdia, em data próxima a doação do cadáver. Tentei várias vezes, sem sucesso, conseguir acesso aos mesmos documentos na Santa Casa Misericórdia, mas devido a pandemia de Covid-19, o museu da instituição, até o presente momento mantém-se fechado, e me foi reiteradamente dito que documentos não estão lá. A matéria de Daniel Salomão Roque e Suzane Jardim geraram uma série de reportagens sobre o tema, e os alunos da universidade passaram a pressionar a direção da Faculdade do Largo São Francisco para que as homenagens a Amâncio de Carvalho fossem retiradas da universidade, e que, ao contrário, Jacinta fosse lembrada com honrarias. Para auxiliar nesse intuito, contribuí com uma entrevista para o mesmo jornalista, demonstrando minhas considerações a respeito do caso. Também auxiliei como pesquisadora uma Comissão de apuração da FDUSP que foi formada para apurar o caso dentro da universidade. ROQUE, Daniel Salomão; especial para a Ponte, **Como a principal faculdade de direito do país violou o corpo de uma mulher negra por 30 anos**, Ponte Jornalismo, disponível em: <<https://ponte.org/principal-faculdade-direito-pais-usp-sao-francisco-violou-corpo-mulher-negra-30-anos-jacinta/>>. Acesso em: 21 mar. 2022; ROQUE, Daniel Salomão e TIEDE, Lívia; especial para a Ponte, **Memória de Jacinta deve se sobrepor à de Amâncio, diz pesquisadora**, Ponte Jornalismo, disponível em: <<https://ponte.org/memoria-de-jacinta-deve-se-sobrepor-a-de-amancio-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 21/03/2022.

um experimento que almejava aperfeiçoar a conservação cadavérica.¹¹⁵ Exibida primeiro na vitrine da tabacaria Gomes¹¹⁶, na região central do triângulo de São Paulo, a mostra foi alvo de críticas e apreensões, científicas e sociais.¹¹⁷ Em 1901, já na sala de aula número sete do Largo São Francisco – que presentemente homenageia Amâncio de Carvalho –, o cadáver foi alvo de sátiras e abusos constantes dos estudantes, alguns dos quais com implicações de necrofilia.¹¹⁸

Nos quase trinta anos em que o corpo permaneceu exposto, São Paulo cresceu de uma pequena vila à uma das maiores cidades do mundo, e Frederico também subiu de cargos no trabalho. Durante esse tempo, romancistas e cronistas especularam sobre como teria sido a vida da mulher embalsamada.¹¹⁹ As narrativas invariavelmente a associavam com embriaguez e promiscuidade sexual, senão dipsomania e meretrício, propriamente. Tanto as prosas ficcionais quanto aquelas que se presumiam verídicas não dispunham de comprovação, mas isso não impediu que ao longo dos anos se estabelecesse uma fábula de que Jacinta, a partir de então também conhecida por Raimunda, era “simplesmente a carcaça de uma negrinha” cujo abuso do álcool tinha levado a conservação cadavérica.¹²⁰

Ao fazer a ronda na escola, Frederico foi testemunha ocular das agressões – físicas e escritas – que obviamente não alcançaram a pessoa que Jacinta foi em vida, mas que ofenderam sua memória e daqueles que por motivos de raça, gênero ou sensibilidade, se identificavam com a pobre mulher. Quando os alunos Centro Acadêmico XI de Agosto resolveram enterrar ao corpo, e

¹¹⁵ Um caso importante que indica reflexões sobre o uso de corpos negros como veículo para descobertas médicas e farmacêuticas, já no século XX diz respeito a história de Henrietta Lacks. Nascida livre, e descendentes de escravos, em idade adulta Henrietta Lacks teve um câncer ginecológico fulminante nos anos 1940. O médico que acompanhava seu caso, percebeu que as células cancerígenas da mulher eram capazes de se multiplicar *in vitro*, algo que os cientistas estavam almejando sem sucesso havia tempo. As células de Henrietta passaram a ser amplamente utilizadas e comercializadas, e deram origem a praticamente todos os experimentos farmacêuticos modernos. Entretanto, a “doadora” – ainda que nunca tenha havido seu consentimento – permaneceu desconhecida até a pesquisa realizada por Skloot. A autora entrou em contato com os descendentes de Henrietta e descobriu, ademais, que apesar do uso e abuso na reprodução não consensual das células de sua progenitora, seus filhos e netos estavam acometidos por doenças e vivendo na pobreza. Mesmo com a “contribuição” de Henrietta para a humanidade, seus descendentes não conseguiam obter nenhum cuidado médico, especialmente em um país como os Estados Unidos em que não há nenhum tipo de serviço público de saúde. Depois da publicação do livro e popularização da história de Henrietta Lacks, existe hoje uma fundação com seu nome que fornece amparo para pessoas que foram utilizadas como cobaias humanas sem consentimento. SKLOOT, Rebecca, **The immortal life of Henrietta Lacks**, New York: Broadway Paperbacks, 2011.

¹¹⁶ Telegramas (à última hora), **Gazeta de Notícias**, 03/12/1901.

¹¹⁷ SILVEIRA, Xavier da, A Múmia, **Comércio de S. Paulo**, 12/12/1901.

¹¹⁸ A múmia da Faculdade de Direito: A estudantada de 1900, **Diário Nacional**, 31/07/1928.

¹¹⁹ MIRANDA, Veiga, **A serpente que dança**, São Paulo: Nova Era, 1924; LEITE, Aureliano, **Escritos à pena: galeria de homens de minha admiração**, São Paulo: Primeira Série, 1929. A múmia da Faculdade de Direito: A estudantada de 1900.

¹²⁰ LEITE, **Escritos à pena: galeria de homens de minha admiração**, p. 26.

dar término ao ciclo de permanência, ele e outros jornalistas, da imprensa negra e hegemônica, enfim se pronunciaram.

Figura 4.8 – Jacinta no caixão



Fonte: *Diário Nacional*, 06 de julho de 1919.

As notícias da grande imprensa eram voyeurísticas e reproduziam sem reservas as bestialidades cometidas contra o cadáver, nitidamente enfatizando a cor da pele dela como um elemento distintivo para justificar gozações. Os juízos racistas intensificaram as conjecturas de que Jacinta teria sido indigente, desvirtuada e depravada, de modo que a apropriação de seu corpo foi considerada permissível, como uma espécie de penitência para compensar a sua suposta existência desviante.¹²¹

Nos jornais negros o tom foi diferente, pois não foram replicadas as insinuações sobre desvios de comportamento. O *Progresso*, editado por Lino Guedes, enfatizou o sepultamento propriamente dito, e o *Clarim d'Alvorada* trouxe um artigo em que Frederico chamava a atenção da comunidade negra, que em seu entendimento, tinha desprezado Jacinta.¹²² Nenhuma das duas matérias da imprensa negra, contudo, denunciavam o racismo da mumificação e da subsequente exposição. Tanto o *Progresso* quanto o *Clarim d'Alvorada* deram espaço na primeira página, mas não criticaram o procedimento “científico” de Amâncio de Carvalho, nem ao mesmo mencionaram que ele não foi bem-sucedido, fazendo a defunta apodrecer aos poucos e em público. Quando os

¹²¹ Foi Enterrada a Múmia da Faculdade: o seu passado e... Cousas da Academia, **Diário Nacional**, 07/07/1929.

¹²² RAYMUNDA: Em homenagem aos pretos de S. Paulo, o Dr. J. Pires do Rio, prefeito da Capital, concedeu à múmia da Faculdade, sepultura perpétua, no Cemitério S. Paulo, **Progresso**, Lino Guedes. 23/07/1929; SOUZA, Frederico Baptista de, A Jacinta – Especial para “O Clarim”, **O Clarim d'Alvorada**, 14/07/1929.

escritores negros silenciaram sobre as violências sofridas por Jacinta, talvez eles também acreditassem que ela as provocou, na medida em que tudo que se especulou sobre a sua existência em vida buscava justificar a exposição de seu corpo depois de morta.

O sigilo de Lino Guedes e Frederico Baptista de Souza sobre as selvagerias médicas¹²³, raciais e de gênero imputadas à Jacinta incomodam no presente, mas as perguntas que eles enfrentaram no passado foram outras. A história desse corpo faz pensar sobre como a medicina, a eugenia, a higiene e a polícia podem ter influenciado na compreensão do que era considerado um comportamento aceitável dentro do próprio meio negro. Sobretudo, leva à hipótese desconfortável de que certos julgamentos, baseados em uma noção particular de ciência, recaíam especialmente sobre os corpos das mulheres negras. Essa afirmativa condiz com uma das críticas que se faz a elevação racial, de que ao insistir na moral e no bom comportamento, a prática gerava desconfiança entre iguais. De acordo com essa análise, a respeitabilidade fazia com que negros assumissem contra os seus pares os preconceitos típicos de brancos, repetindo classificações de superioridade, e circunscrevendo o racismo a um problema de negros e causados apenas por negros, o chamado *negro problem*.

Por outro lado, é difícil acreditar que jornalistas que se mantinham economicamente como funcionários públicos de baixo e médio escalão – como Frederico – conseguiriam se impor contra médicos, policiais e uma das instituições mais fortes da cidade, como Faculdade de Direito. O sigilo sobre a violência sofrida por Jacinta é também revelador. As possibilidades de agência dos jornalistas negros em uma sociedade fortemente racista, que entendia a todos como mais propensos a comportamentos inadequados, eram restritas. Não só Jacinta, mas também outras mulheres e homens de cor eram suscetíveis a serem violados por experimentos científicos. O racismo os desprotegia, e retirava-lhes a mínima cobertura que o mérito poderia atribuir. A chamada dos

¹²³ A história da medicina relacionada às questões raciais vem crescendo bastante nas últimas décadas. Para um panorama do campo de estudos, ver: SMITH, Sean Morey; WILLOUGHBY, Christopher D. E. (Orgs.), **Medicine and healing in the age of slavery**, Baton Rouge: Louisiana State University, 2021. Dentre esses estudos é impactante e revelador o livro *Medical Bondage*, de Deidre Cooper Owens. Nele a autora encara os mitos sobre o nascimento da ginecologia moderna, localizando as mulheres negras, escravas e livres, e imigrantes irlandesas como produtoras das conquistas científicas, na medida em que auxiliaram os médicos como enfermeiras, e sobretudo, tiveram seus corpos violados para dar origem aos experimentos que resultaram no progresso da prática ginecológica. COOPER OWENS, **Medical Bondage**, p. 1–41. Para a medicalização da negritude durante a escravidão, especialmente nos séculos XVIII e XIX, ver: HOGARTH, Rana A., **Medicalizing blackness: making racial difference in the Atlantic world, 1780-1840**, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017. Especificamente sobre o Brasil, ver o capítulo "A República dos médicos", em: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de, **De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição**, Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

jornais negros para homenagear Jacinta, sem entrar em conflito com o poder vigente, era uma forma de garantir a pouca dignidade que ainda não tinha sido usurpada daquela mulher.

Esse raciocínio ajuda compreender a indignação que transparece no artigo que Frederico escreveu para o *Clarim*, porque ele apresenta uma redação encolerizada que também é fruto desse silêncio forçado, cultivado por anos a fio nos corredores do Direito. Ele direcionou a sua frustração para os colegas negros, e reclamava especificamente sobre parca presença de gente da sua comunidade no sepultamento. A despeito dos esforços dos “dois jornais defensores da classe”, Frederico acusou os companheiros de terem pouco compromisso com o “progresso da raça”. A razão por trás da pequena assistência dos homens de cor nas últimas homenagens para “uma patricia”, segundo ele, jazia no fato de ela não ser ela alguém importante:

O Grêmio Kosmos e o Clube 13 de Maio, possuem estandartes e, no entanto, no enterro dessa esquecida patricia, sem uma lágrima de um parente, não se viu esses estandartes, é que Jacinta, não tinha posto elevado no convívio social, para tão altas homenagens e fosse a uma manifestação de grandeza e tocado a “Badalo” talvez fosse numerosa a representação da nossa gente, e dizem que estamos progredindo.¹²⁴

Frederico foi categórico: Jacinta era uma patricia, uma igual, digna do mesmo respeito que as demais mulheres negras mereciam. Ao invés de se centrar nas especulações sobre os possíveis descaminhos de Jacinta, ele insistiu na importância que teria o comparecimento da comunidade em sua despedida fúnebre. Àquele corpo que foi destituído de todo respeito, o autor conclamava clubes e associações negras a atribuir-lhe honrarias e estandartes. A respeitabilidade de Jacinta não estava em atos, fatos ou indagações; era inerente a sua condição de mulher negra.

A impaciência de Frederico quanto a ausência de homenagens para Jacinta talvez encobrisse uma dor mais profunda: como outras mulheres de cor, ela morreu – e talvez tenha vivido – sem o amor de uma família que chorasse a sua perda, nem o carinho de amigos e colegas, e em última instância, ela sequer teve amplo respeito da comunidade de cor. Sobretudo, Frederico narra Jacinta como uma mulher absolutamente sozinha. A tristeza, tão contida quanto ele próprio, relembra seu artigo sob pseudônimo de Matuto, quando defendeu as mulheres suspeitas de prostituição contra companheiros da própria raça; Jacinta não contava com proteção ou acolhimento, e parecia lhe afligir, especialmente, a falta de benevolência entre os seus.

¹²⁴ SOUZA, A Jacinta, *O Clarim d'Alvorada*, 14/07/1929.

As palavras severas de Frederico para com os homens e mulheres de cor descortinam traumas individuais e coletivos. Em um nível pessoal, sua própria mãe foi uma mulher negra só e desamparada, massacrada pelo cativo e violência de gênero, e pelo apartamento das relações sociais e familiares. No aspecto comunitário, o racismo cotidiano, as práticas médicas e policiais, a falta de oportunidades econômicas e educacionais fazia de toda mulher negra uma Jacinta em potencial. Daí pode-se deduzir de onde vem o resguardo para com a filha Durvalina, a demasiada insistência em uma moral impoluta, e o amparo irrestrito a todas as mulheres de cor, incluindo aquelas que não dispunham de meios para protegerem a si mesmas.

A alternativa para evitar o impacto das mazelas discriminatórias, insistia repetidas vezes o velho militante, estava na união da raça, na busca pela elevação, no fortalecimento intelectual, no investimento coletivo, e na procura por informação, conforme se extrai da passagem a seguir, do mesmo artigo:

O Congresso da Mocidade Negra, talvez possa incutir na ideia do preto, mais um pouco de amor e carinho para seus iguais, é preciso que esta raça desunida, se torne mais coesa e propugne muito e muito para a sua elevação, será possível que os negros de São Paulo, não leem jornais? Será possível que os negros do Brasil desconheçam tantos fatos que oprimem a raça? E se conhecem, porque não demonstrar, como sinal de protesto, a união, a solidariedade da classe em tudo e por tudo?¹²⁵

Já quase nos anos de 1930, Frederico abandona o tom conciliador, e como veterano que era, passa assumir uma voz mais combativa, inaugurando em seus escritos o uso do termo “preto” ao invés do datado “homem de cor”. Ele conclama os pretos a fazerem da elevação protesto, e da solidariedade uma arma. A batalha contra o individualismo reincide como flâmula, pois para Frederico a elevação era um projeto coletivo de enfrentamento do racismo. Ele termina o artigo convocando os pretos da cidade a não procurarem o “preconceito dentro de nosso arraial”, talvez antecipando casos de colorismo, ainda que nesse momento ele não tenha se dedicado ao assunto. Manteve o foco na união da raça, e deixava um visgo para outra concorrência, aquela com o estrangeiro: “sejamos unidos; mostremos que possuímos coração e que somos patriotas,” afirmando a prioridade do negro na sociedade brasileira.¹²⁶

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Idem.*

Capítulo 5 – De homem de cor a negro

Frederico e a união com a mocidade negra

Não se sabe ao certo quando o jornal *Kosmos* deixou de ser publicado, mas restou materialmente como seu último número a edição do dia 25 de Janeiro de 1925. Nessa ocasião, o *Clarim da Alvorada*, aquele que seria um dos mais influentes jornais da imprensa negra do Brasil, completava um ano de existência. Quando o *Clarim* foi inaugurado, tendo a frente José Correia Leite e Jayme de Aguiar (codinome Jim de Araguay), em seis de janeiro de 1924, o jornal *Kosmos* não dava sinais de que interromperia suas funções, assim como o Grêmio Kosmos, ativo até a década de 1930. Na época que o *Clarim* foi lançado, é bem provável que o *Alfinete* e a *Liberdade* ainda estivessem na ativa, e fizessem parte da narrativa da vida social, e das questões raciais, em que se envolviam os homens de cor da imprensa negra. Além desses dois títulos, o *Elite* e o *Princesa do Norte* circulavam. Essa conjuntura mostra que o surgimento do *Clarim* não se deu em um hiato de produção, muito pelo contrário, este era um momento de otimismo.

O fato diferenciador é que o *Clarim* trazia a mocidade negra para o centro do debate. Eram os dois editores jovens, ainda pouco experientes no mundo social negro, e ávidos por pautar as suas próprias ideias de combate ao racismo e de união da raça. No primeiro número, Leite assinou um pequeno artigo em que fazia uma convocação à organização social em benefício da aliança, de combate à miséria e luta por desenvolvimento intelectual, ações que deveriam ser realizadas por meio da fundação de um centro beneficente.

A União faz a força

A desorganização social que existe entre nós, devia findar-se nestes belos tempos. Centenas de homens de cor se debatem contra misérias, porque não tem uma associação puramente nossa que nos preste auxílio. A fundação de um centro beneficente entre nós, seria mais uma prova que somos dignos de usar o nome de homens civilizados. Para isso seria preciso que um punhado de homens de nobres ideias assumissem essa santa cruzada.

Entrelacemos nossas mãos, assim conseguiremos uma só força, lutando para o mesmo ideal. Hoje um punhado, amanhã uma multidão unida combateremos todos os vícios: arrancando da lama os fracos de espírito socorrendo os desprotegidos da sorte, indicando o verdadeiro caminho do bem à mocidade.

Ajudando o nosso governo combater o analfabetismo. Aqui ficam os sonhos do primeiro pastor, esperando que se realize daqui algum tempo embora que tarde.¹

¹ LEITE, José Correia, A União faz a força, **O Clarim**, 26/01/1924.

Frederico recebeu as palavras de Leite com surpresa e otimismo. Surpresa porque o Sr. Baptista, entre outros indivíduos, associações e jornais, já proclamava essa mesma bandeira de união e desenvolvimento há algumas décadas. O otimismo vinha do fato de verificar que a mocidade negra, expressa na figura de Leite, estava em prontidão para assumir a mesma batalha. Em sua coluna *Observando*, de março de 1924, Frederico responde o artigo de Leite. Primeiro, ele saúda o novo jornal e o jovem escritor, destacando a “boa vontade” e a “verdade” das ideias expressas pelo jornalista. Frederico então o adverte de que o desejo de união não era algo novo no meio negro, e faz um retrospecto de agremiações e de ações, coletivas e individuais, que tinham buscado nos últimos anos atingir esse mesmo ideal de união e solidariedade proclamados pelo *Clarim*. Frederico recorda que ele mesmo tinha publicado um artigo chamado “Ilusão”, com teor semelhante, no *Alfinete* de março de 1919.²

A lembrança, mais que alertar sobre o equívoco de se “reinventar a roda”, trazia duas mensagens cruciais; a primeira de que a luta não estava começando, mas continuando – algo como a frase de José do Patrocínio, “Não Principiamos. Continuamos...” – que mais adiante, na década de 1930, viria a ser o jargão do jornal *Clarim da Alvorada*, quando sob presidência do próprio Frederico. Ainda na década de vinte, entretanto, além do veterano Frederico lembrar o jovem Leite sobre a anterioridade e continuidade do combate, ele também recepcionava e abraçava a iniciativa, e demonstrava que estava aberto ao diálogo com aqueles que chegavam agora. A atitude sinalizava que contribuições poderiam surgir de ambos os lados, evidenciando que o ideal era comum aos mais velhos e aos jovens.

De fato, um diálogo e uma parceria entre Frederico e Leite teve início a partir daí. Notadamente, em 1931, quando o velho militante Frederico assumiu a presidência da Sociedade Cooperadora “*Clarim da Alvorada*”, que foi a tentativa de coordenar um grupo em prol da raça. Antes disso, entretanto, os principais artigos que Frederico escreveu entre os anos de 1927 e 1932 saíram no jornal de Leite. Além do debate sobre o enterro de Jacinta, publicado no *Clarim* em 1929 – tratado no quarto capítulo desta tese – Frederico assumiu um posicionamento racial diverso do que apresentara até então, ao sintetizar a importância e mudança no uso do termo “negro”.

No artigo intitulado “Na Penha”, Frederico conta que um homem, que como ele morava naquele bairro, “useiro e vezeiro em falar mal de todo”, tinha o chamado de “negro”. Ele expôs como a alcunha era entendida: era uma falta de educação chamar alguém assim, pois aquela era

² SOUZA, Frederico Baptista de, Ilusão, *O Alfinete*, 03/09/1919.

uma forma de externalizar desprezo, indicando um teor racista no uso da expressão. Como já explorado historiograficamente³, os descendentes de escravizados, livres e libertos, após a abolição, se sentiam mais confortáveis com o uso do termo “homem de cor”, e Frederico se referiu a si próprio e aos seus iguais dessa maneira por décadas a fio.⁴

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, por meio de dados recolhidos na década de noventa do século vinte, explora os significados dos insultos raciais como meio de construção de uma “identidade social estigmatizada”. Ainda que sobre um período diverso, o estudo pode ser entendido como um “guia para a investigação do insulto racial”, e nesse caso, as conclusões encontradas pelo autor, corroboram aspectos do que Frederico vivenciou e narrou em “Na Penha”, ainda na primeira metade do século. Primeiramente, é importante notar que o xingamento ocorreu no bairro de moradia de Frederico, o que, como apontado por Guimarães, se trata do segundo maior âmbito de registros de injúria. Isso ocorre porque no espaço doméstico há usualmente um histórico de desavenças e proximidade física e emocional, no sentido de intimidade, entre moradores.⁵ Ainda de acordo com o sociólogo, o insulto racial tem a função de legitimação e manutenção de hierarquias raciais. Ele visa lembrar a condição de ex-escravo ao elemento de cor, e por meio da humilhação, ensinar subordinação.⁶ O artigo de Frederico, “Na Penha”, confirma e exemplifica essa questão abordada pela sociologia. Fica evidente que o lugar social de Frederico, que era um membro comunitário respeitável, funcionário público e chefe familiar desestabilizava as hierarquias raciais assumidas pelo morador branco da Penha.

A mudança de perspectiva, vem na afirmação de que, ao contrário da intenção do morador fofoqueiro, o jornalista não se sentia (mais) ofendido ao ser chamado de negro. Explica que, primeiramente, ele era negro, e por isso não teria cabimento entender o fato como insulto. Mas também entende a subjetividade da tentativa de ultraje: por negro, o sujeito – pressupõe-se branco – entendia alguém inculto, desonrado e desonesto. No texto, Frederico responde a ofensa e elucida que homens de cor como ele davam provas de ser o contrário do que os termos racistas pressupunham: “porque desde a minha infância, fui me habituando aos homens de talento,

³ MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio**; ANDREWS, George Reid, **Blacks & whites in São Paulo**; ALBERTO, Paulina L., **Terms of Inclusion**. Ver também: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**, São Paulo: Editora 34, 2021, p. 84.

⁴ SOUZA, Frederico Baptista de, Na Penha - Chamaram me Negro, **O Clarim d'Alvorada**, 28/09/1929.

⁵ GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., **Classes, raças e democracia**, São Paulo: UFSP: Editora 34, 2002, p. 191.

⁶ *Idem*, p.169-185

probidade e honradez, apreendendo assim a cumprir os meus deveres e sabendo educar os meus filhos com o mesmo fim.” Ainda, Frederico apresenta suas credenciais ao dizer que se o ofensor quisesse confirmar o seu bom proceder poderia falar com um dos seus chefes na Faculdade de Direito. Frederico indicou ao interlocutor da Penha, que sujeitos brancos ou de pele clara que tinham postos de trabalho de prestígio, o referendavam como homem negro respeitado. Frederico parece se defender daquilo que Antônio Sérgio Alfredo Guimarães encontra em seu estudo; a afirmação de que os insultos raciais também buscam a estigmatização por meio de imputações de anomia e delinquência⁷. Nesse caso, a referência a sujeitos brancos que o avaliassem era importante para se contrapor a acusação racista – de que por ser negro, ele era desonesto. A resposta aos insultos raciais, no entanto, veio por meio de exemplos positivos de gente negra brasileira, ou nas palavras de Frederico: “‘NEGROS’[sic], foram Henrique Dias, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Monteiro Lopes, Nilo Peçanha e tanto outros, que deram provas de saber e honradez.”⁸

Além de responder ao insulto racial, o artigo de Frederico tinha uma função pedagógica: ele explicava para a mocidade do *Clarim* porque os mais velhos como Frederico optaram por se identificarem como “homens de cor”, já que se tratava de uma estratégia de proteção ao racismo vinda dos tempos da abolição.⁹ Por outro lado, também contempla a contenda de que, como os jovens, a partir de então, os veteranos compreendiam o esforço de tomar o termo negro para si, sem deixar a definição do que era ser negro a cargo de racistas. Desse modo, Frederico buscava assegurar a continuidade de ideias de ativismo do qual era parte desde fins do século XIX, e ao mesmo tempo, estabelecer entrosamento entre as concepções que estavam sendo forjadas no presente, pela mocidade.

A colaboração com o *Clarim*, e com José Correia Leite, mais que acentuar o combate contra o racismo, trazia a esperança de que sonhos alentados há muito tempo poderiam finalmente se concretizar. É um período de breve otimismo, que pode ser conferido por atuações que englobam diferentes ações políticas do movimento negro paulistano; tais como, a construção da herma em homenagem a Luiz Gama, a campanha em prol do monumento à Mãe Negra, e a tentativa de realização do Congresso da Mocidade Negra.

⁷ *Idem*, p.172

⁸ *Ibid.*

⁹ Ver entre outros: ALBERTO, Paulina L., Of sentiment, science and myth: shifting metaphors of racial inclusion in twentieth-century Brazil, *Social History*, v. 37, n. 3, p. 261–296, 2012, p. 270.

Segundo Petrônio Domingues, menções à construção da herma a Luiz Gama apareceram na imprensa brasileira já em 1909. De fato, quando os redatores da folha *Progresso* encamparam essa ideia em 1929, ela já era corrente no meio negro, tendo sido veiculada por jornais do interior como o *Getulino*, de Campinas, e o *Patrocínio* de Piracicaba. Como demonstrado por Domingues, a campanha para o levantamento da herma, contou com o apoio de mais de uma dezena de cidades do interior de São Paulo e de outros estados, além de um auxílio direto vindo de Salvador.¹⁰

Na capital, houve um contestável apoio da câmara dos vereadores – cujo dinheiro prometido, efetivamente não foi doado. É importante notar que a busca para angariar fundos financeiros e apoios políticos para a ereção da herma ocorreu em meio a “Revolução de 1930”.¹¹ As intervenções no governo do estado justificaram a perda dos recursos prometidos, mas que por fim chegaram na forma da liberação do Teatro Municipal para festivais de cultura negra que ajudaram a angariar os fundos necessários. Em contrapartida às dificuldades que se colocavam, jornais importantes como a *Folha da Noite*, o *Diário Nacional* e a *Gazeta* fizeram campanhas intensas em prol da herma Luiz Gama. A *Gazeta* até mesmo se responsabilizou por receber as doações em dinheiro feitas do interior, e entregá-las aos responsáveis pela condução das obras. Mesmo assim, o projeto demorou três anos para se concretizar.

No *Progresso*, a campanha pela homenagem a Luiz Gama se iniciou em setembro de 1929, até novembro de 1931. Os editores publicaram pelo menos quatorze notícias sobre a herma, e quando a inauguração foi finalmente realizada, o balanço dos gastos foi noticiado. Ainda no primeiro ano, sob a liderança de Lino Guedes, foi criada uma Comissão Pró-Herma Luiz Gama, assumindo Frederico a posição de secretário, com direito a foto estampada no jornal de 31 de dezembro de 1929.¹² Nesse momento, o grupo foi descrito como a “A Voz do Bronze”, e em janeiro seguinte, divulgou os locais onde se encontravam as listas para os apoiadores assinarem. Foram vinte e nove organizações que se prontificaram a receber os abaixo-assinados. Figuraram no topo da listagem a Confraria Nossa Senhora dos Remédios, e o Grêmio Kosmos.¹³

¹⁰ DOMINGUES, Petrônio, A “aurora de um grande feito”: a herma a Luiz Gama, *Anos 90*, v. 23, n. 43, p. 389–416, 2016.

¹¹ BRASIL, CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do, **Revolução de 1930**, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acesso em: 12/06/2022.

¹² A Voz do Bronze, **Progresso**, 31/12/1929.

¹³ A Voz do Bronze, **Progresso**, 31/01/1930.

Como explanado pelo *Progresso*, fica notório que a herma era mais do que uma construção exclusiva de indivíduos vinculados ao jornal¹⁴. A homenagem a Luiz Gama edificada em São Paulo foi um projeto cultivado por vários segmentos do movimento negro paulistano, que demonstrou o potencial desses grupos para atingir o cenário nacional. Isso criou uma perspectiva concreta de que a união de associações negras diversas em prol de um bem comum – uma herma, um monumento, um congresso etc. – poderia não apenas ser bem-sucedida, mas ainda permitir uma coalizão nacional. No jornal *Clarim d’Alvorada*, na edição de 27 de outubro de 1929, José Correia Leite resume esse sentimento que se confere nas páginas dos demais jornais negros do período:

Felizmente estamos em uma época onde [sic] todos procuram trazer para o cenário as suas afirmações de atividades com relação ao tempo e ao progresso: agora, patrocinado pelos nossos colegas do “O Progresso”, tendo Lino Guedes, o cantor do “O Canto do Cisne Preto” a sua frente, vem a ideia da ereção de uma Herma a aquele que, Sylvio Romeiro em poucas linhas disse – o mais antigo, o mais apaixonado, o mais sincero abolicionista brasileiro – Luiz Gama.¹⁵

Nesse mesmo intuito de aproveitar a mobilização incitada pela construção da herma a Luiz Gama, Frederico avigora as palavras de Leite, em um artigo em que dá diversas respostas à pergunta: “O negro deve ser político?”. Um ano antes da Revolução de 1930, e da mudança no cenário político brasileiro, e notadamente paulistano, Frederico traz à tona conceitos que novamente buscam conciliar práticas e ideias passadas, com o presente. Ele explica que a princípio, considerando a “colocação social” do negro, se responderia pela negativa à pergunta. Provavelmente, ele estava se referindo a ideia de que antes de se tornar um político de carreira, era preciso alcançar um bom nível educacional, e trabalhar a solidariedade de grupo, seus argumentos perenes. Contudo, o jornalista entende que o momento era outro, e que se abster do debate político por suposta falta de preparo acabaria criando o efeito contrário do desejado, na medida em que “demonstraria o nosso nenhum valor, e nada poderíamos colher para benefício da raça negra”. Ele prossegue com a afirmação de que o negro não deveria apenas se inserir nas conversas políticas, mas ocupar os cargos representativos, já que historicamente havia sido alijado desse lugar social:

¹⁴ No entanto, segundo as memórias de José Correia Leite, Lino Guedes foi até a redação do *Clarim*, e eles determinaram que o *Progresso* cuidaria da herma, enquanto o jornal de Leite ficaria responsável pela realização do Congresso da Mocidade Negra. LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 86.

¹⁵ Mais uma confirmação das nossas inspirações patrióticas vem nobremente, para o julgamento dos negros brasileiros - aventada pelo “O Progresso” - surge a ideia da ereção de uma Herma, ao grande Luiz Gama - é mister o concurso da raça, uma junção de esforços, sem exceção, como prova de um sentimento nobre que possuímos, como brasileiros que somos, **O Clarim d’Alvorada**, 13/05/1929.

O negro, até a presente data, não teve conhecimento de um só Governador, que, em suas plataformas políticas tivesse colocado uma só linha ao interesse do negro, para que este tenha algum merecimento, além dos que lhes são dispensados nas ocasiões tão somente de eleições.¹⁶

Ser procurado apenas para votar durante as eleições obviamente não era suficiente, considerando que os interesses da camada de cor não eram abordados nos programas ou campanhas políticas. Para Frederico, a participação política também tinha a função de “proteção ao negro”, o que ele entendia como a garantia de um futuro melhor para as gerações vindouras. Essa assistência se tratava especificamente de garantir que escolas – para o desenvolvimento e proveito dos filhos de gente negra – não padecessem de recursos, como havia ocorrido com projetos “abolicionistas” de ensino. Como exemplo ele menciona dois casos, da sociedade Amigos da Pátria, coordenada pelo “velho abolicionista, o Sr. Salvador Luís de Paula”, e do Asilo D. João Nery, ambas instituições educacionais que, segundo Frederico, faliram por falta de suporte político.¹⁷

Receoso de que ao apontar os erros do passado ele causasse desânimo no presente, Frederico afirma que era inútil indagar os porquês dessa falta de apoio à essas instituições de ensino, e volta-se novamente para a educação de “futuros negros”. Para ele era importante que o negro fosse “útil a sociedade”, como meio de refutar concepções racistas de que “o negro não tem habilitação, nem capacidade”. Frederico retoma a velha argumentação sobre a necessidade de se criar “uma organização, com programa definido, organização esta que possa produzir interesses a raça negra”.

Se conseguíssemos agremiar um só bloco, então o negro veria mudada a sua posição, sem precisar curvar-se, a cada passo, a mando e vontade dos outros.¹⁸

Mas dessa vez agrega que votar em candidatos negros era motivo de honra e de orgulho pois “acima de tudo, também o negro é brasileiro.” Como investigado por Paulina Alberto, esse é um momento em que a forte presença de gente europeia nas camadas sociais paulistas força os negros para fora do sentimento de pertença nacional, logo, os jornais reerguem a bandeira do nacionalismo, e a brasilidade do negro no país.¹⁹ A reafirmação da primazia do pertencimento do negro em comparação ao imigrante vem da percepção de que os negros estavam sendo preteridos frente aos europeus para as posições de trabalho, o que seguramente inviabilizava materialmente

¹⁶ SOUZA, Frederico Baptista de, O Negro deve ser político?, **O Clarim d’Alvorada**, 27/10/ 1929.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ ALBERTO, **Terms of Inclusion**.

o crescimento econômico e social da raça, retroalimentando conceitos de superioridade racial. Frederico expõe essa ideia, ao retomar o nacionalismo como uma bandeira dos sujeitos de cor por direito:

É verdade que, brasileiros que somos, estamos igualados pelas leis, mas... esse direito é quase espezinhado, especialmente em relação ao negro, e isto porque, o negro, ainda nada conseguiu para a sua formação. O negro não procura unir-se.²⁰

Frederico afirma que a lei não era suficiente para trazer igualdade, e que mesmo o negro sendo detentor de direitos, isso não era suficiente para que ele usufruísse dos benefícios. A união era o meio de fortalecimento essencial para que a lei fosse cumprida e a posição de subalternidade racial fosse desmantelada. Ele prossegue avaliando que bons projetos foram criados, mas que a falta de apoio da comunidade minava a efetivação das ideias. Essa carência de união, segundo o jornalista, dava margem para ataques racistas. Frederico cita que notícias preconceituosas veiculadas pelo jornal italiano *Fanfulla* e pelo *Diário Nacional* geraram indignação nos jovens estudantes de Direito, que reclamaram por meio do Centro XI de Agosto. Mas, segundo ele, esses insultos não motivaram a comunidade negra a fazer um protesto, justamente pela falta de coesão.

Seria preciso formar um grande bloco e na ocasião precisa ele desabasse, firmando a solidariedade do negro, não derruindo quase sempre as nossas próprias aspirações, formamos projetos e encontramos sempre a dificuldade para a sua realização, exemplo: "O CONGRESSO DA MOCIDADE NEGRA" que, apesar da boa vontade de alguns, continua como em letargo, esmorecido, porque não encontrou o verdadeiro apoio que lhe deve prestar o elemento negro.²¹

É por meio da tentativa de organizar esse congresso que se pode observar a coesão e o amadurecimento de ideias que estavam circulando em um mundo negro formado por jovens e anciãos. É um momento crucial, onde ideias há muito alimentadas passam a avançar. Isso não significa que elas não encontrassem empecilhos. A comissão da herma Luiz Gama, por exemplo, viu patrocinadores do festival no Teatro Municipal retirarem seus apoios faltando menos de um mês para o evento²². O monumento a Mãe Negra, dentro todas as críticas raciais e de gênero justificadamente apontadas pela historiadora Paulina Alberto, foi um projeto que só se materializou apenas em 1955.²³ E o Congresso da Mocidade Negra, apesar de árduo empenho de José Correia Leite, Luís Sousa e da redação do *Clarim da Alvorada*, nunca se concretizou. Apesar disso, como

²⁰ SOUZA, O Negro deve ser político?

²¹ *O Clarim d'Alvorada*, 27/10/ 1929.

²² *Progresso*, 03/1931.

²³ ALBERTO, Of sentiment, science and myth.

afirmado pelo historiador Amílcar Araújo Pereira, o fato de ter havido a tentativa de organizar o Congresso da Mocidade Negra abriu as portas para que nas décadas seguintes, outros líderes negros, como Abdias do Nascimento, organizassem outros congressos de negros. Para ficar em um único exemplo, em 1950 o Teatro Experimental do Negro (TEN) realizou o I Congresso do Negro Brasileiro.²⁴

O Congresso da Mocidade Negra e o racismo da *Folha da Manhã*

No artigo em que respondeu à pergunta sobre a inserção do negro na política, o velho Baptista retoma um antigo hábito; ele aproveita as linhas para chamar atenção para um projeto que acreditava viável, o Congresso da Mocidade Negra.²⁵ Entre fevereiro de 1929 e outubro de 1930, o *Clarim* publicou em nove edições diferentes, pelo menos vinte notícias que apresentavam, criticavam, debatiam e clamavam a comunidade de cor a participar e financiar o evento, o que expressa que grande comprometimento foi dedicado para aprovar o intento.²⁶ José Correia Leite há algum tempo²⁷ alimentava o sonho de compor uma conferência com especialistas que

²⁴ PEREIRA, Amílcar Araújo, “O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p.88.

²⁵ Ver: FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso, Negros clarins: flashes da militância negra e um periódico paulista (1928-1930), *Revista Dia-Logos*, p. 85–91, 2004. FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso, **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1929-1937)**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2005. Ver também: PEREIRA, Amílcar Araújo, “O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

²⁶ Congresso da Mocidade Negra de S. Paulo. **O Clarim d’Alvorada**, 03/02/1929, LEITE, José Correia. A Mocidade negra, **O Clarim d’Alvorada**, 13/05/1929, CASTALDI, João. O Congresso da Mocidade Negra e a “A Capital”. **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929. CASTRO, Sebastião Gentil de. Carta Aberta ao Sr. Augusto Euzébio de Oliveira. **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929. LEITE, Benedicta Correia. A mulher negra e o nosso Congresso. **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929. Comissão do Primeiro Congresso da Mocidade Negra de Botucatu. **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929. SÃO PAULO JORNAL. A Raça Negra em face do século individualista. **O Clarim d’Alvorada**, 18/08/1929, À Mocidade Negra. **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929. À Mocidade Negra. **O Clarim d’Alvorada**, 09/06/1929, LEITE, José Correia. A Mocidade Negra. **O Clarim d’Alvorada**, 18/08/1929. SANTOS, Arlindo Veiga dos. Congresso da Mocidade Negra Brasileira: Mensagem aos Negros Brasileiros. **O Clarim d’Alvorada**, 09/06/1929. CUNHA, Horácio. Congresso da Mocidade Negra. **O Clarim d’Alvorada**, 28/09/1929. Aos nossos adversários. **O Clarim d’Alvorada**, 24/11/1929. Carta aberta aos aristocratas das senzalas de Botucatu. **Clarim d’Alvorada**, 25/01/1930. Os adversários de si mesmo e do nosso Congresso. **Clarim d’Alvorada**, 25/01/1930. CASTRO, Tito Livio de. Dar tempo ao Tempo. **Clarim d’Alvorada**, 13/04/1930. MARQUES, Hugo. Os negros de Botucatu. **Clarim d’Alvorada**, 13/05/1930. Eduquemos Nossas Massas. **O Clarim da Alvorada**, 07/12/1930. Os grilhões da Covardia. **Clarim d’Alvorada**, 29/09/1930. AGUIAR, Jayme. Faremos o Congresso. **O Clarim d’Alvorada**, 27/10/1930.

²⁷ Em 15 de novembro de 1925, ele publicou no *Clarim* uma nota chamada “Congresso da mocidade dos homens de cor”, que orientava a formação de um partido político. Mas as bases de um congresso, nos moldes que se buscava quatro anos depois, já estavam presentes nessa primeira ideia. **Clarim**, 15/11/1925.

debatessem o futuro da raça. Além de Leite, outro jornalista do meio, Luís de Sousa, publicou no editorial do *Clarim* do dia sete de abril de 1929, o texto “1º. Congresso da Mocidade Negra do Brasil”. Nos números seguintes do jornal, ele usou de sua coluna fixa chamada “O Momento”, para apresentar os termos do congresso, e responder as eventuais dúvidas que se levantava sobre a proposta.²⁸ Sebastião Gentil de Castro, também conhecido das agremiações, publicou uma carta respondendo às críticas que Euzébio Oliveira fizera à suposta segregação da ação, que não incluiria brancos, e João Castaldi divulgou uma notícia especificamente sobre o congresso na capital do estado.²⁹ Fazia sentido, pois a ideia do projeto prosperava, e repercutiu nas cidades de Botucatu e Piracicaba, que por meio do jornal *O Patrocínio*, e do jornalista Alberto Almeida, ecoaram artigos de José Correia Leite, e de Luís de Sousa.

Frederico Baptista de Souza reafirmou o suporte ao congresso na edição do *Clarim* de abril de 1929. Ele brincou que apesar de não fazer parte da “mocidade” – Frederico tinha então 54 anos de idade – faria parte da iniciativa sob o título de negro. Nesse texto, ele ressalta como o *Clarim* vinha seguindo seu programa “em trabalhar para o engrandecimento da raça negra”. Afirma que os moços, mesmo lutando com inúmeras dificuldades, expunham uma ideia arrojada, pois o Congresso da Mocidade Negra tinha o potencial de ficar “conhecido em todos os recantos do nosso Brasil, concorrendo para o nome do preto em São Paulo, desta terra que apresenta os maiores feitos na história pátria, contribuindo para a grande epopeia desta raça, uma vez realizado esse ideal.”³⁰

Figura 4.9 – Anúncio do Congresso



Fonte: *O Clarim d'Alvorada*, 13 de maio de 1929.

No entanto, como experiente militante que era, Frederico se pergunta como que entrevedo futuros agouros: “Veremos essa realização? Por que não?”. Ele discorre sobre a necessidade

²⁸ Artigos de Luís de Sousa na coluna “O Momento” que falam sobre o Congresso: SOUSA, Luís de. O Momento. *O Clarim d'Alvorada*, 03/02/1929, O Momento. *O Clarim d'Alvorada*, 13/05/1929, O Momento. *O Clarim d'Alvorada*, 08/06/1929, O Momento. *O Clarim d'Alvorada*, 18/08/1929, O Momento. *Clarim d'Alvorada*, 13/05/1930.

²⁹ CASTRO, Sebastião Gentil de, Carta Aberta ao Sr. Augusto Euzébio de Oliveira, *O Clarim d'Alvorada*, 14/07/1929; CASTALDI, João, O Congresso da Mocidade Negra e a “A Capital”, *O Clarim d'Alvorada*, 14/07/1929.

³⁰ SOUZA, Frederico Baptista de, O Congresso, *O Clarim d'Alvorada*, 27/09/1929.

prática de doação em dinheiro de “uns simples mil réis” para as comissões das sociedades. Frederico afirma que mesmo que doar dinheiro significasse um sacrifício, ele evitaria a “punição de nosso futuro” ao contribuir para a educação, objetivo do encontro, como exposto por José Correia Leite na primeira página do *Clarim*.³¹ Frederico também afirma que realizar a conferência enfraqueceria os racistas, na medida em que calaria aqueles que maldiziam as capacidades intelectuais dos negros, como se pode aferir na passagem seguinte.

Concorramos, pois, para a realização desse Congresso, de onde partirá o gigantesco passo para demonstrar que a raça negra não é tão ignorante, como infelizmente há quem assim pense, porque a raça não regimenta forças para esmagar e demonstrar esta sã e pura verdade que, uma vez reconhecida, não é nenhum favor, mas sim uma justiça, e para adquiri-la é necessário que o preto se compenetre dos seus direitos, dos seus deveres de cidadão brasileiro.³²

Aos esforços de Frederico, e dos jovens José Correia Leite e Luís de Sousa, que anunciaram a proposta e o programa para a realização do Congresso da Mocidade Negra, juntou-se mais um nome de peso: Dr. Arlindo Veiga dos Santos. Cerca de três anos antes da fundação da Frente Negra Brasileira, o professor publicou o Manifesto do Congresso da Mocidade Negra no *Clarim* do dia nove de junho de 1929. Veiga dos Santos iniciou esse que era um editorial de página inteira, fazendo citações de trechos escritos por pensadores diversos, que poderia se chamar de formadores de opinião, tais como Armando Prado, Silvio Romero, e Assis Chateaubriand.³³ São citações que refletem conceitos sobre a escravidão, a imigração europeia, e o papel do negro na sociedade brasileira. Os trechos convergem para a ideia de que a mestiçagem era a fonte para a preponderância da “raça brasileira” ideal. Esse argumento viria a ser cada vez mais caro para Veiga dos Santos, e para a própria formação da FNB em setembro de 1931. Chama a atenção um dos trechos por ele citado, é de um jornalista do *O Jornal*, chamado Basílio de Magalhães, que faz uma

³¹ Infelizmente a cópia desse exemplar do *Clarim* de sete de abril de 1929 está prejudicada pela ação do tempo, não possibilitando a leitura do artigo de José Correia Leite. Essa edição sequer consta nos fundos eletrônicos da Biblioteca Nacional, provavelmente devido a seu estado de conservação. A digitalização que foi utilizada para fazer essas averiguações, é da edição que pertence ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, série que está atualmente indisponível para passar por manutenções. A cópia que tive acesso foi feita em 2002, quando durante a graduação eu pesquisava a imprensa negra paulistana.

³² SOUZA, O Congresso, **O Clarim d'Alvorada**, 27/09/1929.

³³ Nessa lista de referências ele inclui uma citação do grupo Ação Social Nacionalista, e outra do *Jornal Gil Blas*, ambas de cunho nacionalista e xenófobo. BRASIL, CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do, **Ação Social Nacionalista**, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, acesso em: 16 set. 2022; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de [UNESP, Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923), **Aleph**, p. 203, 2011; JESUS, Carlos Gustavo Nobrega de, O movimento operário carioca em perspectiva nas páginas da revista Gil Blas (1919-1920), **Tempos Históricos**, v. 21, n. 2, p. 18–51, 2017.

comparação entre os negros do Brasil e Booker T. Washington, mais de quatro anos após a morte do americano:

Se é de lamentar que a nossa pátria mantivesse mais tempo que qualquer outro país civilizado a escravidão dos africanos, – mais ainda é de lamentar que não houvesse surgido aqui a benefício dos descendentes atuais dos míseros cativos a alma sobre humana de um Booker Washington³⁴.

Essa comparação que desvaloriza o negro brasileiro frente a um modelo de liderança norte-americano, não considera as questões e acusações que o próprio Booker T. Washington enfrentara em seu país, como foi explanado no segundo capítulo. Mas a retomada do exemplo agora, em 1929, tem uma função a mais. Ao citar Basílio Magalhães em *O Jornal*, Veiga corrobora as ideias de que era preciso ainda lançar uma liderança negra a altura do americano no Brasil. A citação, também faz entender que Veiga concordava havia um embaraço de não se criar comandos tão potentes no Brasil, como foi Booker T. Washington nos Estados Unidos. Como é possível capturar desse trecho, Booker T. Washington foi utilizado por diversos setores da imprensa negra e hegemônica para assegurar diferentes papéis ao negro do Brasil, em momentos distintos.

É sólido nas palavras de Veiga dos Santos, que a “raça brasileira” fora construída pelo esforço e trabalho dos negros durante a escravidão, e que se essa tinha sido um “mal necessário” – dizia ele ao citar Plínio dos Santos – era o negro quem havia garantido os aspectos de força física e talento do país. Apesar desse sacrifício, encontrava-se em uma “posição horrível de inferioridade e desprestígio perante o branco nacional, e o que mais revolta[va], perante o estrangeiro.” Veiga dos Santos é persuasivo em aglutinar os sentimentos nacionalistas e colocar o imigrante branco europeu no lugar de estrangeiro, e mais significativo, às margens da história nacional. O autor recorda que o negro ocupava um lugar primordial tanto pelo desempenho de funções essenciais à economia, quanto como militar em guerras pela defesa da pátria, que acima de tudo, era legitimamente sua.³⁵

Mas essas “glórias passadas”, afirmava Veiga dos Santos, de nada valiam quando no presente o negro era abominado. O professor explica que o negro não era reconhecido nos quadros de formação intelectual, e, acima de tudo, estava alijado dos espaços de acolhimento social, como orfanatos e hospitais. A retórica do autor atacava ao mesmo tempo o orgulho da raça, a pertença

³⁴ SANTOS, Arlindo Veiga dos, Congresso da Mocidade Negra Brasileira: Mensagem aos Negros Brasileiros, **O Clarim d’Alvorada**, 09/06/1929.

³⁵ *Ibid.*

histórica, o discurso contra o estrangeiro, e consequentemente o racismo imprecado por eles, e os sentimentos de compaixão e piedade que a condição precária de muitos brasileiros de cor poderia infligir.

Arlindo Veiga dos Santos chama “os moços patricios cheios de boa vontade” para “pregar o congresso”, a “chamar vossos filhos” para serem ativos no Congresso da Mocidade Negra Brasileira. A despeito da calorosa convocatória de Veiga dos Santos, dos artigos de José Correia Leite, dos debates de Luís de Sousa e do apoio explícito do veterano Frederico Baptista de Souza, o Congresso da Mocidade Negra Brasileira não ocorreu. Pode-se pensar que foi a famigerada falta de união, ou a ausência de “uns simples mil réis” no bolso das pessoas que tenha atrapalhado os esforços desses líderes, tão diversos, na efetivação do congresso, mas há mais razões para o fracasso da empreitada.

A historiadora Maria Cláudia Cardoso Ferreira aponta o cenário político das divergências entre Getúlio Vargas e políticos paulistas, bem como a própria dedicação a construção da herma Luís Gama, como aspectos que inviabilizaram o Congresso da Mocidade Negra. Ela também verifica, que no caso específico da tentativa de construção de um monumento a Mãe Negra, o jornal *Gazeta* divulgou relatos de gente que era contrária ao marco.³⁶ É relevante que a imprensa hegemônica tenha criticado ações de militantes negros do período. Ajuda a pensar, para o caso do Congresso da Mocidade Negra, que ainda que os jornalistas do *Clarim* fossem jovens, eles já contavam com inimigos antigos, mais fortes e mais poderosos do que seus jornais.

Nesse sentido, apresento como o jornal *A Folha da Manhã* – que em 1929 era defensor da ideologia do Partido Republicano Paulista (PRP) – declarou guerra ao Congresso da Mocidade Negra. José Correia Leite, em seu livro de memórias compilado em 1998, não cita o nome do jornal, mas ao falar do Congresso da Mocidade Negra, relembra que muita gente havia se espantado com a iniciativa, e que a imprensa hegemônica não tinha encarado com bons olhos a ação.³⁷ De fato, como se lê no primeiro parágrafo de uma série de três reportagens apócrifas, intituladas de “A ironia de um Congresso”, a reação contra a intenção dos jovens do *Clarim* de criar um âmbito de discussão intelectual sobre a condição dos negros no Brasil, causou extremo mal-estar na imprensa:

³⁶ FERREIRA, **Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1929-1937)**, p. 174.

³⁷ LEITE, José Correia, **...E disse o velho militante José Correia Leite...**, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 18, 83.

Há questão de um ano, precisamente, surgiram nos postes da Light, espalhafatosos cartazes representando um negro com as algemas do cativo partidas, encimados pelo rótulo “Congresso da Mocidade Negra” – e com uma legenda poetizada num apelo a todos os homens de cor para que se unissem e formassem uma frente única a reivindicação de seus direitos, que diziam postergados pelos brancos, e a uma reação pacífica contra a asfixiante miséria que os negros sofriam.

Toda a gente que deparava os citados cartazes sorria piedosamente e passava, olvidando, ao depois, aquele grito uníssono a Liberdade... Ninguém, porém, se lembrava de um ligeiro confronto da realidade com a pseudá [sic] legenda, constatando a sua improcedência e inverdade. Tanto assim que o movimento não despertou sequer um comentário da Imprensa [sic] e permanecerá longo tempo ignorado. Atualmente, opera-se, à surdina, um movimento hostil ao “Congresso”. Vários negros, desconfiados da lisura que a ele preside e compreendendo a sua ação infrutífera e impatriótica, estão decididos a desmascará-lo.³⁸

A imagem que foi pregada nos postes de energia elétrica é bem conhecida e foi publicada diversas vezes do *Clarim*³⁹, e é de se pensar que a força que apresenta, de um homem preto quebrando algemas, tenha despertado a cólera dos antigos escravagistas do país, que entendiam o processo abolicionista de forma bastante diversa daquela dos jornalistas da imprensa negra. Por esse motivo, descrevem o sentimento que intuem o cartaz ter causado nos brancos transeuntes, de piedade e desdém. Mas quando se observa a figura, é evidente que as feições retratam um escravizado autoconfiante na conquista da liberdade, que ao contrário de piedade, em alguns, poderia despertar medo.⁴⁰

A princípio, em 1930, passados 42 anos da abolição, pode-se pensar que o fantasma da Revolução do Haiti⁴¹, que assolou a elite brasileira desde fins do século XVIII, não fizesse mais sentido para a imagem de República racialmente harmônica que Brasil inspirava. Nesse contexto, noto que as críticas da *Folha da Manhã*, começaram em janeiro de 1930, cerca de um ano após o *Clarim* pautar o tema do congresso. O que havia mudado era a situação política. Em janeiro de 1930, Getúlio Vargas e seu vice João Pessoa estavam em plena campanha presidencial, viajando pelo Brasil e angariando apoio popular.⁴² Getúlio Vargas ainda buscava apoio em Luiz Carlos Prestes, para se contrapor a política paulista de Washington Luiz, que apoiava Júlio Prestes.⁴³

³⁸ A ironia de um Congresso - “A mocidade negra - disse-nos um dos ex-batalhadores da causa - pretende realizar um congresso sem programa definido”, **Folha da Manhã**, 12/01/1930.

³⁹ Essa mesma imagem está na capa da edição norte-americana do livro de Kim Butler, **Freedoms given, Freedoms Won**, de 1998.

⁴⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho, **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

⁴¹ JAMES, C. L. R.; WALVIN, James, **The black Jacobins: Toussaint L’Ouverture and the San Domingo revolution**, [New edition], published with an introduction in Penguin Books 2001. London New York Camberwell: Penguin Book, 2001.

⁴² BRASIL, **Revolução de 1930**.

⁴³ *Ibid.*

Observando as edições do *Clarim* entre 1929 e 1930, se tem a impressão de que o jornal apoiava Júlio Prestes, considerando os vários artigos condecorando esse político.⁴⁴ Na *Folha da Manhã*, entre outros argumentos a favor de Júlio Prestes, se dizia que Getúlio Vargas era “partidário da abertura da fronteira e dos portos do Brasil a toda e qualquer imigração”, liberalismo, afirmava o jornal, que ia contra os princípios patrióticos.⁴⁵ Entretanto, nesse momento, não era certo de que lado a imprensa negra, e, portanto, a comunidade dos homens negros paulistanos, se posicionava quanto ao jogo político. De fato, essa era situação da maior parte dos paulistas. Se por um lado, o *bandeirantismo*, e o orgulho dito patriótico, os levava a apoiar o candidato paulista Júlio Prestes, por outro, a falta de participação política e a recessão econômica – resultado da queda do valor do café na bolsa de Nova Iorque – assinalava Getúlio Vargas como uma nova possibilidade de acerto da união nacional.

Figura 5 – Getúlio Prestes



Fonte: *Folha da Manhã*, 12 de janeiro de 1930.

⁴⁴ Dr. Lazary Guedes, e Governar São Paulo é governar uma nação; Tópicos da Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo Dr. Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo; Dr. Granadeiro Junior, *O Clarim da Alvorada*, 19/08/1929.

⁴⁵ O problema imigratório, *Folha da Manhã*, 12/01/1930. José Correia Leite também comenta sobre a divisão política das lideranças negras paulistanas no período. Para entender as memórias de José Correia Leite sobre a divergência política entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, e o sentimento da população negra paulistana sobre a questão, ver: LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, p. 89–91.

Apesar de alguns homens negros proeminentes, como Vicente Ferreira⁴⁶ apoiarem Júlio Prestes e a candidatura paulista, esse posicionamento não era unanimidade, e pode-se ver pelas entrelinhas que as críticas ao candidato passavam a ser interpretadas como uma traição a paulistanidade. Duas ações de Júlio Prestes dividiram os ânimos da comunidade de cor. A primeira dizia respeito a uma circular sobre o alistamento para a Guarda Civil que exigia epiderme branca para candidatura de soldados. O jornal *Clarim d'Alvorada* replicou notícia do *Diário Nacional*, e questionou a falta de intervenção de Júlio Prestes sobre essa decisão excludente do governo federal. Para o jornal, o candidato paulista falhou em não apoiar os negros patriotas que desejavam se alistar.⁴⁷

A outra polêmica em que se envolveu Júlio Prestes foi quando ao apresentar sua plataforma política, ele afirmou que do passado não se deveria ter saudades, mas sim consciência. Essa frase ecoou de diversas maneiras pejorativas na imprensa negra. Foi entendida como uma crítica a manifestações de manutenção da memória antiescravista, como o Monumento à mãe negra. Ademais, incitava uma ideia de que aqueles que buscavam no passado respostas para o futuro, não eram significativamente conscientes. José Correia Leite interpretou a fala como uma insinuação de que os negros não tinham consciência racial, e que se apegavam demais ao passado, e por esse motivo, se impediam uns aos outros de avançar socialmente. Dessa maneira, José Correia Leite lançou o Congresso da Mocidade Negra também como uma resposta intelectual à acusação de que faltava consciência política à classe de cor.⁴⁸ O Congresso da Mocidade Negra teria, portanto, a função de reinterpretar o passado, gerenciando intelectualmente um novo protagonismo negro à nação. Assim, com os ânimos políticos extremamente exaltados, o Congresso da Mocidade Negra passou a ser entendido como uma ação política contrária a manutenção dos paulistas no governo federal. Mais ainda, poderia ser interpretada como uma possibilidade de a comunidade negra somar forças aos comandos de Getúlio Vargas, e em último caso, incentivar jovens negros a engrossar as trincheiras militares ao lado da Aliança Liberal.

José Correia Leite passa a responder a ideia de que “os remanescentes dos ex-escravos” ficaram a própria sorte depois da abolição, aludindo que também o governo republicano da política

⁴⁶ Vicente Ferreira o tribuno negro, apoia a candidatura de Prestes e Vital Soares, *O Clarim da Alvorada*, 19/08/1929. José Correia Leite também comenta sobre a divisão política das lideranças negras paulistanas no período. Ele narra uma passagem em especial sobre sua divergência e troca de conhecimentos políticos com Vicente Ferreira, que era apoiador de Júlio Prestes. LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, p. 68.

⁴⁷ A cor e a Guarda Civil, *O Clarim d'Alvorada*, 14/07/1929.

⁴⁸ LEITE, José Correia, A Mocidade negra, *O Clarim d'Alvorada*, 14/07/1929.

paulista não tinha dado atenção a situação social e econômica do negro no Brasil: “do negro ninguém cuidou, ele que fora a verdadeira máquina de trabalho”.⁴⁹ As palavras de Leite, em meio a disputa política pelo governo federal, entre São Paulo de Júlio Prestes e Rio Grande do Sul – com apoio de demais estados brasileiros, como Paraíba no nordeste – de Getúlio Vargas, não passaram despercebidas. Sem citar os nomes ou as causas, a *Folha da Manhã* afirmou que o Congresso da Mocidade Negra era uma extensão da mentira de que a abolição havia sido feita de forma injusta para os ex-escravos. Passam a afirmar que a condição de miséria dos negros era fruto de sua própria incapacidade moral, um argumento deveras racista.

Figura 5.1 – A ironia de um Congresso



Fonte: Folha da Manhã, 1930.

Prosseguem disparando que a “imprensa negra” deveria se manter elegante, desempenhando “ação social entre os negros”, ao invés de estruturar “simulacros de Congresso”. Essa explicação é importante já que reflete, primeiramente, que esses jornalistas conheciam os conteúdos da imprensa negra. Ainda mais relevante, a *Folha da Manhã* via-se no direito de determinar o que poderia ser publicado ou não pela imprensa negra, e quais os limites do radicalismo aceito para as manifestações dos negros paulistanos. O desconforto com pautas assertivas, os faz afirmar que narrativas sociais eram aceitas, mas qualquer reivindicação para

⁴⁹ *Ibid.*

além disso sofreria represálias. Contraditoriamente, o Congresso da Mocidade Negra, que tinha em seu programa o desenvolvimento educacional, não foi aceito como um meio de se expandir a cultura e a educação. Para comprovar a improcedência dos argumentos para a realização do Congresso, alegam que um informante, homem de cor, lhes assegurava que a causa da desigualdade social entre negros e brancos era fruto da indolência, e não resultado da abolição sem reparação ao ex-escravo. Os jornalistas dão voz a esse suposto homem negro “ex-batalhador da causa”, que afirma falta de procedência e de programa para a realização do Congresso da Mocidade Negra. “Congressos falidos no seu nascedouro” eram, nas palavras do informante, tão somente “arruaças”, “vãs e improfícuas”.

A miséria do cortiço, ao som do violão, dos pandeiros e dos cavaquinhos na execução dos sambas e cateretês, que constituem as danças exóticas preferidas, acompanhados das cantigas dolentes de uma rapariguinha de voz rouquenha e desafinada, preocupa-os mais, talvez por trazer à sua mente as recordações dos únicos dias felizes do cativo.

O futuro para o negro, não existe. Ele cogita, tão somente, do presente.⁵⁰

A preferência pela esbórnica ao trabalho, explanada por meio da apreciação por músicas e danças “exóticas” é condizente com os argumentos de inferioridade racial, alegadamente corroborados por um homem negro. Sob esse aval, os jornalistas se sentem à vontade para afirmar que a solução para a desigualdade dos negros era se aproximarem de brancos, já que tudo que possuíam, em termos físicos e morais, havia sido fornecido por eles. Sobretudo, o negro tinha recebido a abolição da escravidão da “mão do branco que odiavam”. Afirmavam que a prova disso era que as tentativas de luta por liberdade impetradas pelos negros tinham sido todas malogradas. Dessa maneira, os jornalistas somam ideias eugênicas à incapacidade e ingratidão, e deliberaram o lugar submisso por excelência onde o negro deveria permanecer. Logo, alegavam que a busca por uma “segunda liberdade” era uma “mistificação” e um disparate, visto que os negros tinham todas as mesmas condições que os brancos para prosperar socialmente no Brasil. Para rechaçar de vez o Congresso da Mocidade Negra, fazem uma lista dos privilégios recebidos, e ignorados, pela população negra:

- a) Gozam de todos os direitos políticos;
- b) Gozam das mesmas prerrogativas dos homens brancos;
- c) Têm entrada livre em todas as Faculdades e Escolas superiores;
- d) Tem direitos, enfim, iguais aos homens brancos.

⁵⁰ A ironia de um Congresso - “A mocidade negra - disse-nos um dos ex-batalhadores da causa - pretende realizar um congresso sem programa definido”. **Folha da Manhã**, 12/01/1930.

Visto isto, continua o nosso entrevistado, que motivo os inspirou à cogitação do Congresso? Creio, sem medo de errar, que mais um pretexto de exibição. Ou, ainda, uma mistificação à boa fé dos incautos. Em suma, a Mocidade Negra pretende realizar um Congresso sem um programa definido! SOB O PONTO DE VISTA SOCIAL

Os negros, debaixo do ponto de vista social, estão muito atrasados. A culpa desse atraso, – assegura-nos o nosso informante – cabe-lhes unicamente. Raramente se vê um preto de destaque. Consequência, talvez, da inércia que os caracteriza, arrastando a miséria duma vida por não saber enfrentá-la com impavidez.⁵¹

Percebe-se que o argumento é fundado na ideia de a própria liberdade já seria uma garantia de direitos.⁵² Além das acepções racistas, há uma não declarada comparação com os Estados Unidos, pois, se os negros do Brasil não tivessem direitos políticos, nem pudessem frequentar instituições de ensino – como alegadamente no caso americano – aí sim, poderiam reclamar de algo. As condições sociais precárias advindas de séculos de espoliação, e que impediam o gozo desses direitos, são consideradas absolutamente irrelevantes, ou pior, consequência de um atraso e inércia inerente de quem supostamente não sabia enfrentar as adversidades da vida. Vaidade e mendicância são utilizadas para representar os homens e as mulheres negras avessos ao progresso próprio e da raça. As duas imagens a seguir, que foram publicadas junto ao artigo, representam a imagem que o jornalismo branco atribuíria aos negros paulistanos:

Figura 5.2 – Mania de discurso



Fonte: Folha da Manhã, 1930

⁵¹ *Ibid.*

⁵² GUIMARÃES, Antônio Sérgio A., **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**, São Paulo: Editora 34, 2021, p. 46.

Figura 5.3 – Faquirizada pela indolência



Fonte: Folha da Manhã, 1930

A vaidade, segundo os escritores, era resultado de um “pretexto de exibição”, como se infere a partir da legenda abaixo da figura em pé, “...contagiados pela mania dos discursos...”. Nesse caso, o impulso de constranger a comunidade negra não vem da pobreza: mas sim do reconhecimento de que, qualquer orgulho vindo de um homem de cor seria visto não como amor-próprio e dedicação à comunidade, mas ao contrário, como arrogância e frivolidade. A mendicância por sua vez, seria fruto da lassidão inerente ao negro. O exemplo vem de uma caricatura de uma anciã negra sentada em um banco, com feições de dor e sofrimento que não inspiram compaixão. Diversamente, a legenda afirma que aquela mulher estava “faquirizada na indolência”, ou seja, sua magreza e pobreza eram frutos de sua negligência e inaptidão para o trabalho. Essas representações publicadas pelo jornal apresentam sujeitos fracos e desolados, sem brio ou coragem. Elas contrastam acentuadamente com o forte homem negro, de feições sérias e quebrando correntes, veiculado pelo Congresso da Mocidade Negra, deixando evidente qual o lugar do negro na concepção imagética racista do jornal a *Folha da Manhã*.⁵³

É evidente que para além dos insultos racistas, há um enorme incomodo com a proposta radical do Congresso da Mocidade Negra. As matérias do jornal paulistano não disfarçavam a tentativa de aniquilá-lo ainda no berço. Pensando que a *Folha da Manhã* evocava a ideologia do governo de situação, do Partido Republicano Paulista (PRP), assumir a responsabilidade sobre uma abolição feita sem reparações aos ex-escravos era uma ameaça real ao poder dessa elite. Aos quarenta e dois anos da Lei áurea, os ataques às memórias da escravidão tinham a função de manter a hierarquia de raças⁵⁴, e garantir que os negros não argumentassem que a condição de miséria era

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra, **O jogo da dissimulação**.

consequência da espoliação do cativo. Como uma autoridade máxima, o artigo *Folha da Manhã* ainda concede aos negros que “relembrem do passado como dias de martírio e sofrimento”, advertindo, entretanto, que “essas expansões esquisitas de entusiasmo”, como o Congresso da Mocidade Negra, não seriam aceitas. Essa fúria indisfarçável, que buscava manter uma hierarquia racial entre negros e brancos, contrasta fortemente com a convocação que José Correia Leite fazia aos jovens da comunidade negra:

À Mocidade negra

Quarenta e um anos faz hoje que os nossos maiores deixaram de ser chicoteados. Por esta razão, comemora-se hoje, mais uma passagem da Lei Áurea que veio redimir os padecimentos de uma raça forte e dedicada; raça heroica e amargurada, que, apesar de espoliadas, venceu sacrificada como fora, o calvário ininterrupto de doloroso que ter de atravessar sob os céus e as terras de Santa Cruz. Sofreu tudo para dar tudo, e, nunca a alma não do negro africano, cansou-se de dar toda a sua amizade e dedicação, porque, incontestavelmente, os fundadores de toda a prosperidade e do poder econômico, desta grande pátria, deve-se a eles, aos negros, aos épicos filhos das solidões da África.⁵⁵

Na ânsia de se provar como uma nação racialmente harmônica – ainda que sobretudo branca – os elementos do passado da cultura negra eram assumidos pelos donos do poder como uma memória indesejável para a construção de um futuro progressista. Em paralelo a esse processo de busca por elevar monumentos e ações raciais de valorização do negro como elemento nacional, há uma crescente pressão pelo apagamento das memórias da escravidão. O anulamento que se tentava impor a existência das pessoas de cor, também se sobrepunha aos ícones de memória desse passado.

Dessa maneira, pode-se pensar que a insistência de jornais negros em lembrar a data do 13 de maio, e os protagonistas negros e brancos da abolição – como Luiz Gama, José do Patrocínio, Henrique Dias, e mesmo Antônio Bento, Princesa Isabel e o Visconde do Rio Branco – tinha a função de impedir o apagamento das memórias de lutas pela liberdade realizadas por sujeitos de cor e seus aliados. Reverenciar a data da abolição, e seus heróis – em maior ou menor grau, questionáveis ou não – era um afronte ao apagamento das injustiças sofridas durante a escravidão. Ao falar do passado escravista, a comunidade negra trazia lembranças indigestas para a sociedade brasileira que se propunha a esquecer seus erros. A motivação alegada era que para que o Brasil evoluísse era irmanação das raças, às custas mais uma vez de perdas para a população negra, nesse caso, perde de memória. Então, buscar impedir o esquecimento de datas comemorativas, e de seus

⁵⁵ LEITE, A Mocidade negra. A série de artigos publicados por José Correia Leite com o nome de “À Mocidade” está disponível a partir da página 222 do livro **...E disse o velho militante José Correia Leite**.

sujeitos “heroicos” era um jeito de garantir que não se passasse uma borracha no passado.⁵⁶ Porque essa memória de que havia ocorrido uma abolição, justificava a luta para que ela se completasse no presente. Isto é, sem nenhuma memória da escravidão, seria muito difícil se garantir a luta por direitos, ainda mais em uma sociedade que impunha o branco europeu como futuro da nação, e o negro como retrocesso.

Os jornais da imprensa negra, desde os primeiros exemplares, sempre enfrentaram a tentativa de apagamento das memórias da história de luta antirracista. Na década de 1930, o *Progresso* e o *Clarim* mantiveram essa recordação da luta contra a escravidão, ao mesmo tempo que criavam tradições sobre o então recente passado, após a abolição. Ambos os jornais traziam colunas com fotografias e descrições de sujeitos proeminentes do ativismo negro daquele momento, honrando também sujeitos que estavam vivos e atuantes. Frederico, por exemplo, foi contemplado no *Progresso*, em 1928, na seção “Álbum”, que desde a primeira edição do jornal, recolhia os nomes e o histórico de ativismo de personalidades importantes para o meio negro. O *Clarim* na edição de comemoração de dois anos do periódico, em 24 de janeiro de 1926, trouxe notas de autoria e sobre os indivíduos que estamparam cinco páginas de fotografias daqueles que eram assíduos do movimento negro, tanto em clubes, como na imprensa negra. Na primeira página estavam os dois editores, José Correia Leite e Jayme Aguiar. Aparecem em sequência: Luís de Sousa, Benedicto Florêncio, Lino Guedes, D. Benta de Oliveira, João Baptista Ramos, José de Freitas, Cyro de Toledo, Vitaliano Silva, Lavinia Horta, Luiz Mendes Filho, Frederico Baptista de Souza, Deocleciano Nascimento, juntos os senhores Benedicto Ribas da Fonseca e Benedicto Vaz de Arruda, Alfredo Eugênio da Silva, Astolpho da Silva, Gervasio Moraes, Horácio da Cunha, além de mencionar Argentino C. Wanderley.

Registro esses nomes para que se verifique a criação de memórias e genealogias do movimento idealizadas pelos próprios ativistas. Elas imortalizavam os sujeitos que trabalharam em prol da raça, e apresentavam e lembravam à comunidade os nomes dos indivíduos diretamente ligados à construção de ideias e de práticas. Sobretudo, esse reconhecimento mútuo convocava os membros citados a permanecer na lide e não esmorecer. Indivíduos como Frederico, veteranos do movimento, eram cruciais porque davam a dimensão temporal da tradição das lutas

⁵⁶ LUCINDO, William Robson Soares, **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

negras no presente. A figura do velho militante acarretava confiança e assegurava a legitimidade do movimento. A partir de então, e cada vez mais, o nome de Frederico aparece nos exemplares como uma forma de afiançar que as proposições dos mais jovens eram validadas por esses precursores. Para defender conceitos e manifestações contra a investidas racistas de setores majoritariamente brancos da sociedade, como no caso da *Folha da Manhã* contra o Congresso da Mocidade Negra, esses arautos da raça desempenhavam um papel ativo de representantes da tradição negra do pós-abolição.

Os disparates da *Folha da Manhã*, obviamente, não passaram despercebidos e houve reações da comunidade negra às matérias contra do Congresso da Mocidade. Vicente Ferreira enviou um artigo contestando a redação da *Folha da Manhã*. Mesmo sendo abertamente apoiador de Júlio Prestes, ele foi ridicularizado por apoiar o congresso. De forma desonesta, o periódico sugeriu que Vicente Ferreira também era contrário ao evento por meio do subtítulo da segunda matéria da série: “Ironia de um Congresso: Reconstituição de fatos e de fins – O Professor Vicente Ferreira mostra-se pessimista”. O pessimismo de Vicente Ferreira não era relacionado com o Congresso da Mocidade Negra, mas o jornal simplesmente deixa de publicar o texto dele na íntegra, alegam falta de espaço. Os jornalistas da *Folha da Manhã* classificam o artigo de Vicente Ferreira como “curioso”, sem dúvida uma forma adjetivação pejorativa que tinha a intenção de criar uma atmosfera de exotismo e assim, caçoar da resposta do tribuno negro. Apesar do desdém, fazem uso das frases de Ferreira para achincalhar o Congresso da Mocidade Negra. A folha publica um trecho do artigo dele, que propõe: “dizer que o negro goza das prerrogativas do homem branco, é uma verdade relativa...”. E sem dar espaço para os argumentos do orador sobre o que seria essa relativa verdade, o jornal apenas replica protestando que não havia relatividade alguma. Reafirmam que o negro “goza[va] de todas as regalias”, pois, tinham possibilidades de estudo e trabalho, teoricamente iguais àquelas dos cidadãos brancos.

Por fim, a notícia expõe que eram exemplos da igualdade entre raças o desempenho de gente como Evaristo de Moraes, e um médico residente em São Carlos do Pinhal de nome Álvaro Magalhães.⁵⁷ Citar o nome de Evaristo de Moraes, como se ele fosse um exemplo do sucesso liberal tinha a intenção de polarizar as concepções sobre como os homens de negros de sucesso viam-se em relação ao passado escravista. Em suas memórias, José Correia Leite afirma que desde o

⁵⁷ A ironia de um Congresso Reconstituição de fatos e de fins - O Professor Vicente Ferreira mostra-se pessimista, **Folha da Manhã**, 16/01/1930.

princípio da organização do Congresso, eles já tinham convidado o Dr. Evaristo de Moraes que “se propôs a apresentar uma tese”.⁵⁸ A disputa simbólica sobre um intelectual negro respeitado, e a apropriação que a *Folha* fez dessa figura, reforça a concepção de que os negros de sucesso não corroboravam a tese de que eram necessárias reparações históricas, mas apenas esforço e boa vontade.

Desse modo, a folha recorre a ideia de que o “problema do negro” era o próprio negro⁵⁹. Aqui vale lembrar algo crucial: as ideias sobre o levantamento racial (*uplifting*), presentes desde os primórdios da imprensa negra, e ainda muito fortes na década de 1930, eram uma resposta a essa certeza de que o problema do negro era causado por ele próprio. Quando Frederico Baptista de Souza, e outros jornalistas, reforçavam as pressões morais sobre trabalho e conduta, estavam fazendo mais do que coagir seus patrícios. Há uma intenção de provar que os negros eram cientes de sua parte no contrato social, ou seja, de que desempenhavam com presteza e excelência seus afazeres, a despeito da insistência na tese de que não faziam o mínimo para evoluir socialmente. Afora que, na década de 1930, há uma pressão constante para que as diversas populações que habitavam a cidade de São Paulo acompanhassem socialmente o desenvolvimento industrial do qual o estado se orgulhava ser propulsor.

Depois de usarem o texto de Vicente Ferreira contra a própria comunidade negra, uma terceira nota sob o mesmo título das anteriores, “Ironia de um Congresso”, foi noticiada. Dessa vez, reproduzia “na íntegra” a carta de outro leitor negro, identificado com nome e sobrenome, ao contrário do suposto informante anônimo da primeira notícia, que foi preservado. O jornal pode ter sido acusado de forjar um informante fantasma, que convinha apenas para silenciar o Congresso da Mocidade Negra. Para acabar com a suspeita, apresentam o Sr. Alexandre Vieira, da “pele cor de azeitona portuguesa”. O artigo do leitor negro, que vem muito a calhar para a folha, tenta amenizar os ânimos, ao afirmar-se nem contra, nem a favor do Congresso da Mocidade Negra. Alexandre Vieira declarava que a iniciativa não traria melhora ou piora para a situação social dos negros no país. De forma muito conveniente para o jornal, Vieira dava os mesmos exemplos liberais de como negros podiam chegar a cargos públicos, se fossem esforçados o bastante,

⁵⁸ LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 19.

⁵⁹ FORTUNE, Timothy Thomas *et al*, *Negro Problem*, Project Guttenberg, 2005; GAINES, Kevin Kelly, *Racial Uplift Ideology in the Era of “The Negro Problem”*, TeacherServe.

confirmando a tese de igualdade de condições entre as raças no Brasil. Segue um fragmento de seus argumentos:

Facultam-lhe as leis o acesso de quaisquer cargos públicos e políticos e a própria presidência da República já foi ocupada e honrada várias vezes por cidadãos da minha cor, muito embora nem todos eles gostassem de se olhar no espelho. Pretos e brancos, o que nos estraga a todos é a vaidade. No preto essa vaidade chega ao ponto de fazer que ele se esqueça de sua cor. Então o Sr. acredita que o Dr. ... (a carta cita um nome) gostou que a “Folha”, apesar dos elogios que lhe fez, o incluísse entre os azeitonados? Duvido. A carne é fraca, Sr. Redator, somos todos do mesmo barro. Qualquer movimento de reivindicação social para o preto será inútil enquanto não tivermos formado, para os homens de nossa raça, a consciência da cor, além da consciência da nacionalidade, que esta não tem cor. Poderia formá-la o Congresso da Mocidade Negra? Duvido de novo. Sou capaz de apostar que para presidir a esse certamente acabaria sendo convidado um branco...
Com os protestos da minha estima, etc.⁶⁰

A resposta sobre “consciência da cor” tinha José Correia Leite como alvo certo. Essas críticas abalaram a organização do Congresso da Mocidade Negra. As matérias da *Folha da Manhã* dividiram as opiniões. Lideranças de agremiações negras paulistas e paulistanas conjecturaram que os debates políticos, e as inclinações radicais expressas no *Clarim* poderiam causar perdas para as comunidades. José Correia Leite, Horácio Cunha, Luís de Sousa e outros jornalistas e organizadores do Congresso tiveram de dedicar tempo e esforço para as críticas, mas inevitavelmente perderam o pouco apoio financeiro que esperavam conseguir. Essa dedicação para tentar levar a comunidade a investir no Congresso, acabou faltando para a própria organização do encontro. Foram um ano e meio de debates, trocas de acusações, e respostas, tanto para “adversários de si e do nosso congresso”⁶¹, quanto para os inimigos “aristocratas das senzalas de Botucatu”⁶², por exemplo. Ao fim e ao cabo, o Congresso perdeu as forças e borrou a imagens dos jornalistas do *Clarim* também entre os membros da comunidade negra paulistana.

Mesmo assim, ressalto que essas acusações não traziam especificamente os nomes dos algozes, eram genéricas, as vezes cifradas de ambos os lados. Textos da imprensa negra delatavam que negros protegidos não queriam arriscar perder seus patronos brancos. Por outro lado, havia entre as pessoas de cor uma desconfiança com relação ao que seria debatido, e por quem, no Congresso da Mocidade Negra. As inferências racistas da *Folha da Manhã* também amplificaram chamadas patrióticas e pelas famílias, acompanhados de críticas generalizadas as noitadas em

⁶⁰ VIEIRA, Alexandre, A ironia de um Congresso, **Folha da Manhã**, 18/01/1930.

⁶¹ Aos nossos adversários, **O Clarim d’Alvorada**, 24/11/1929; Os adversários de si mesmo e do nosso Congresso, **Clarim d’Alvorada**, 25/01/1930.

⁶² Carta aberta aos aristocratas das senzalas de Botucatu, **Clarim d’Alvorada**, 25/01/1930.

bailes e botequins. Em se tratando de moral, as mulheres também entraram no debate, e Benedicta Correia Leite publicou um artigo em que sinalizava que como “mulher e mãe”, esperava que o Congresso da Mocidade Negra fosse realizado justamente para moralizar a frequência nos salões de baile, onde as filhas da comunidade pudessem ter garantias de proteção. Horácio Cunha, Luís de Sousa e José Correia Leite insistiam em divulgar artigos sobre a necessidade de união e de investimento em conhecimento intelectual, como justificativas para o encontro. Escreviam que formar “negros instruídos” para acompanhar o progresso de São Paulo e a grandeza do Brasil era crucial. Luís de Sousa replicava a ideia de uma ressurreição negra, de Marcus Garvey, para afirmar que a elevação do negro dependia do comprometimento com a educação.⁶³

Jayme Aguiar tenta minimizar as contentas, e publica um artigo de primeira página chamado “Maldade ou mal-entendido” em que certificava que o congresso “Não se trata de uma reunião de propriedade de nosso amigo Leite”.⁶⁴ Comprova, assim, que o constrangimento estava justamente orientado contra o radicalismo de José Correia Leite, tornado bode expiatório do caso. O artigo de Jayme Aguiar não surtiu o efeito esperado, e as tensões se tornaram insustentáveis. Por mais que os jovens tivessem apoio de algumas lideranças negras, o congresso virou uma polêmica irreparável. Os termos dos artigos que antes pautavam a luta pela realização do evento, se voltaram para explicações sobre o despreparo do Brasil, em termos sociais e raciais, de apoiar uma ação intelectual feita por negros e para negros. Essa derrota recaiu novamente na ideia da falta de união entre as lideranças negras. Segue abaixo a explicação de Horácio Cunha:

A ideia lançada pela mocidade negra desta capital, para realizar o congresso da mocidade negra, deveria ser bem acolhida pelos nossos irmãos de cor; porém, não aconteceu, pois, a falta de comunhão de pensamento entre os nossos patrícios.

Há quem diga essa dura verdade; que, - o negro não faz união nem depois de morto – E depois gritam: Somos brasileiros e não temos nada.

A culpa é nossa.

O principal assunto do congresso que, deveria ser ventilado é incutir no espírito dos nossos irmãos, que devemos, abster-se do álcool; educar nossos filhos; amar nossa família, o trabalho; a nossa religião e a nossa pátria.

Eis que nós queremos tratar no Congresso da raça; e não de assuntos políticos porque para nós esse assunto nada adianta, até serve de perseguição para a nossa raça.

Mário Pinto Serva publica há tempos em um dos órgãos da capital. O jornalista em questão é um velho e grande amigo de nossa raça; e por aí os nossos patrícios ficarão cientes qual foi o motivo de querermos reunir os nossos irmãos do interior - conhecidos e desconhecidos - na época presente; se não for possível, para o futuro hão de vir os nossos irmãos mais luzidos que farão o que nós não pudemos fazer.⁶⁵

⁶³ LEITE, Benedicta Correia, A mulher negra e o nosso Congresso, **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929.

⁶⁴ AGUIAR, Jayme, Maldade ou mal-entendido, **O Clarim d’Alvorada**, 14/07/1929.

⁶⁵ CUNHA, Horácio, Congresso da Mocidade Negra, **O Clarim d’Alvorada**, 28/09/1929.

Jayme Aguiar ainda tentou mais uma vez angariar esperanças, e em 27 de outubro de 1930, escreveu “Faremos o Congresso”, que a essa altura soava como o último suspiro de uma ação malograda. Apesar de afirmar que da primeira reunião do Congresso colhia-se “esperanças benfazejas”, ele mesmo se pergunta se deveriam insistir na iniciativa.⁶⁶ Em julho do ano seguinte, era mais que evidente que o Congresso não aconteceria. O revide, contudo, era insurrecto. A primeira página do *Clarim da Alvorada* estampava novamente o homem negro quebrando correntes que tanto incomodou os jornalistas da *Folha da Manhã*. Dessa vez, sob o impactante título de “É com pulso de ferro que romperemos os grilhões da covardia”, trazia uma chamada em que se lia uma resposta monetária para toda a crise ensejada pela experiência:

Parodiando as outras classes mais infelizes, devemos nos reunir num congresso que, muito embora, não tenha o faustoso engajamento do argentarismo, tenha, pelo menos a nossa boa vontade de adquirir direitos.⁶⁷

A resposta é quase vertiginosa porque depois de quase dois anos se debatendo a necessidade de metaforicamente se arrebentar as correntes para fazer o Congresso da Mocidade Negra, assume-se que o obstáculo apenas era financeiro. Claro que a falta de investimento capital, a ausência de “engajamento do argentarismo”, em última análise, é proibitiva. Mas o apoio financeiro não veio depois de muitas desventuras. Mesmo que um pouco cifrada, a missiva tinha o objetivo de primeiro, manter aceso o desejo de realizar o congresso em algum momento futuro. Sobretudo, mudando o foco, e assinalando o problema como meramente econômico, se buscava desvincular a imagem do *Clarim*, e de José Correia Leite, do enfrentamento mais direto com as estruturas raciais mais arcaicas do país, expressas pela *Folha da Manhã*. A falta de recursos financeiros toma a frente nas eventuais notícias sobre o congresso. Logo, se o engajamento financeiro não era eficiente para solidificar o Congresso da Mocidade Negra, esse deveria ser o próximo: criar condições econômicas para financiar as empreitadas da comunidade negra.

No fim, é nesse clima de insatisfação, de “mal-entendido” político, de falta de recursos, de engajamentos parciais, e de intensa discriminação racial que são lançadas as plataformas políticas para duas associações negras, a Sociedade Cooperativa *Clarim da Alvorada* e Frente Negra Brasileira. A primeira, criada em vinte de janeiro de 1931, e a segunda em dezesseis de setembro do mesmo ano. Historiograficamente há várias contribuições pertinentes sobre a criação e o

⁶⁶ AGUIAR, Jayme, Faremos o Congresso, *O Clarim d’Alvorada*, 27/10/1930.

⁶⁷ É com pulso de ferro que romperemos os Grilhões da Covardia, *Clarim d’Alvorada*, 26/07/1931.

desenvolvimento da Frente Negra Brasileira.⁶⁸ O objetivo nesta tese não é retomá-los; a proposta é fazer uma leitura da edificação dessas organizações por meio do olhar de Frederico Baptista de Souza e seus companheiros. Como ele foi escolhido para ser presidente da Sociedade Cooperadora, e esse foi seu último papel de influência na comunidade negra paulistana, essa é a escolha metodológica que norteia as páginas seguintes.

Frederico, silencioso presidente da Sociedade Cooperadora “O Clarim da Alvorada”

No dia vinte de janeiro de 1931, na sede da redação do jornal *Clarim da Alvorada*, se juntaram um grupo de homens negros, participantes de diversas associações dançantes, dramáticas e recreativas da cidade de São Paulo, que eram escritores, leitores e apoiadores do jornal. Eles foram convidados para essa reunião, presumivelmente, pelo Sr. José Correia Leite. A ocasião era para se “assentar as bases para a formação da Sociedade Cooperadora “Clarim da Alvorada” (doravante, Sociedade Cooperadora). Segundo as palavras de sua primeira ata o objetivo era “a integralidade do negro na comunhão nacional”.⁶⁹

Esse conjunto de Atas é extremamente rico do ponto de vista da história do movimento negro paulistano. É um manuscrito que se encontra no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), no fundo Clóvis Moura, e que ficou por bastante tempo indisponível, por isso pode ser considerado inédito do ponto de vista acadêmico.⁷⁰ Por esse motivo, nessa parte do capítulo dou atenção quase exclusiva a esse conjunto de fontes. A razão para isso, repousa no fato de Frederico ter assinado todas essas atas, e ser o presidente responsável pela Cooperadora, ainda

⁶⁸ BARBOSA, Márcio, **Frente Negra Brasileira: Depoimentos/Entrevistas e Textos**, São Paulo: Quilombhoje, 1998; DOMINGUES, Petrônio, Como se fosse bumerangue Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico*, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 155–256, 2013; DOMINGUES, Petrônio, “Tudo pelo Brasil; Tudo pela Raça”: A Frente Negra Carioca, **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, n. 65, p. 327–348, 2018; DOMINGUES, Petrônio, Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação, **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, 2008; FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro, O Império da Supremacia Branca e a Frente Negra Brasileira as Representações Sobre as Relações Raciais da América Latina no Jornal Afro-Americano Chicago Defender (1916-1940), **Afro-Ásia**, v. 60, p. 187–211, 2019; MALATIAN, Teresa Maria, **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**, São Paulo: Alameda, 2015; OLIVEIRA, Andre Cortes de, **Quem é a “Gente Negra Nacional”? : Frente Negra brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)**, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2005; SANTOS, Lucas Andrade dos, **“Em que a raça precisa de defesa?” A Frente Negra da Bahia (1932-1934)**, Dissertação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

⁶⁹ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata Inaugural, 20 de janeiro de 1931.

⁷⁰ <https://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/>

que ele tenha se mostrado bastante calado durante as reuniões, se expressando mais abertamente depois que ela foi fechada.

Esse material é composto por cerca de dezoito transcrições de reuniões da cúpula intelectual do movimento negro paulistano da década de 1930. Pelo fato de se tratar de um tipo de documento burocrático, é repleto de contexto cifrado e diálogos internos hea muito perdidos. Sua interpretação depende de conhecimento sobre as relações interpessoais dos integrantes das assembleias. Quero dizer que, as estruturas de como as ações seriam organizadas não estão contidas nesses documentos. Logo, é preciso fazer um certo trabalho “imaginativo” de interpretar o que foi escrito no momento das conversas.

Isso porque os estatutos da Sociedade Cooperadora não fazem parte dessa coleção. A razão pode estar no fato de que, depois de prontos, esses documentos passaram pelas mãos de todos os cooperadores e apoiadores, para dar ciência e retornar. Entre as narrativas se percebe que esse movimento dependia de os cooperadores irem até os lares ou locais de trabalho dos associados. Isso nem sempre era uma situação fácil, haja vista que assinar os estatutos implicava em amortizar as cotas de ações da Sociedade Cooperadora. Provavelmente, o primeiro esboço desse estatuto foi criado nesse mesmo vinte de janeiro, e reelaborado nas reuniões seguintes. No dia em questão, estavam presentes na rua Major Diogo, número 131, sede do *Clarim da Alvorada*, os seguintes cooperados:

Levy A. Santos
Vitaliano Carvalho Silva
Joaquim Rosa
Henrique A. Cunha
José C. Leite
Sebastião G. Castro
Luís de Souza⁷¹

José Correia Leite presidiu esse primeiro encontro, e foi secretariado por Luís de Sousa. É relevante pensar que os dois jovens, envolvidos com o Congresso da Mocidade, foram as mentes arregimentadoras da tarefa de formar a Sociedade Cooperativa. Fazia sentido, ambos foram os escritores que mais publicaram em favor da realização do congresso, e também aqueles que mais sofreram as retaliações advindas dos seus detratores. Essas tensões também transparecem, ainda que matizadas por silêncios e delicadezas, nas declarações registradas em atas. O mal-entendido,

⁷¹ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata Inaugural de 20 de Janeiro de 1931.

ou ainda, o racismo da *Folha da Manhã*, que interpretou o Congresso da Mocidade Negra como uma ameaça de José Correia Leite, também acirrou posicionamentos. Em janeiro de 1931 o jogo político nacional não estava definido. O suporte dos homens negros paulistanos era de grande valia, e ainda seria disputado tanto pelo PRP, quanto por Getúlio Vargas. Ressalto que nessa primeira reunião, entretanto, nem Frederico, nem outros militantes da velha guarda estavam presentes.

Antes tomar decisões sobre o Congresso, e consequentemente sobre os posicionamentos políticos por ele ensejados, era preciso fortalecer o jornal, meio pelo qual as ideias eram dialogadas. As condições precárias do *Clarim da Alvorada*, que tinha sua sede em um quarto na casa de José Correia Leite, eram inegáveis.⁷² Era necessário comprar toda sorte de material tipográfico, incluindo os tipos: precisavam fazer um investimento em dinheiro no futuro da raça. Por esse motivo, se optou por criar uma cooperativa com “ações, até então de quinze mil réis cada uma, sendo as mesmas intransferíveis”.⁷³ Sete dias depois da primeira reunião, compareceram à sede do jornal aqueles que formaram a “chapa da diretoria provisória”. Esse grupo inicial debateu se deveria subir o valor das cotas para vinte mil. Ainda presidida por José Correia Leite, a reunião discutiu os projetos para os estatutos, a quantidade de ações que cada cooperado poderia adquirir, e qual seria o “dividendo” de cada membro, provavelmente prevendo-se lucro. A primeira chapa foi constituída por:

Presidente: Frederico Baptista de Souza
 Redator chefe: Levy H. dos Santos
 Secretario Geral: Jayme Aguiar
 Editor: Henrique A. Cunha
 Auxiliares
 Secretario: Luís de Sousa
 1º. Procurador: Mario Vaz da Costa
 Gerente: José Correia Leite
 Arquivista: Benedicto Vaz Costa.⁷⁴

Aqui é preciso notar que o nome de Frederico para a presidência não era o esperado. Frederico escrevia com certa regularidade para o jornal, mas até então não tinha assumido cargo na redação do *Clarim*. Certamente, seu apoio, tanto ao jornal, quanto ao Congresso, é inquestionável, mas a liderança de ambos estava nas mãos de José Correia Leite e Luís de Sousa.

⁷² LEITE, José Correia, ...E disse o velho militante José Correia Leite.

⁷³ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 27 de janeiro de 1931.

⁷⁴ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 27 de janeiro de 1931.

Pode-se ver uma pista do porquê dessa escolha na fala de Levy H. dos Santos, posteriormente considerada um pouco demagógica pelos membros do grupo. Levy participou muito ativamente no debate dos ditames financeiros da cooperativa durante esse encontro, e ao final, depois da indicação de Frederico para presidência, pediu a palavra e propôs que José Correia Leite a assumisse. Leite agradeceu “deferência”, mas recusou a indicação, alegando “motivos pessoais e coletivos”.⁷⁵ A recomendação foi descrita como uma “homenagem ao orientador da mocidade negra”, palavras que deixaram Leite bastante comovido, não pela rejeição ao nome de Frederico para a presidência, mas principalmente pelo reconhecimento de sua trajetória como líder da mocidade negra. Desses comentários, pode-se inferir que Leite tinha ficado exposto socialmente - e desprotegido, talvez - depois da contenda pelo Congresso da Mocidade Negra, mas teve seus esforços reconhecidos pelos companheiros de batalha.⁷⁶

O debate com um veículo da imprensa hegemônica pode ter insuflado uma relação difícil, tanto no plano pessoal, quanto ocasionando perdas coletivas, talvez menos em termos de apoios, e mais em relação a proteção do grupo contra-ataques da imprensa, por exemplo. É o que se depreende da fala de Leite, que finalizou sua intervenção se posicionando de “modo a servir em todos os pontos de vistas as iniciativas de caráter puramente racial em benefício desta grande raça”. Frederico assinou essa ata, mas nada que tenha falado foi registrado.⁷⁷

Na reunião seguinte, que ocorreu apenas em dez de fevereiro, o senhor Levy dos Santos, autor da homenagem, foi exonerado por falta de participação nas reuniões. Isso indica que outros encontros aconteceram, sem gerar registro, ou foram desviados. Esse momento, em especial, contou com a participação de quatro membros cooperados: Vitaliano C. Silva, Benedicto Vaz Costa, José Correia Leite e Frederico Baptista de Souza. E esse foi de fato o início de uma grande batalha pelos pagamentos em prol da Sociedade Cooperativa. Apesar de contar com apenas quatro membros presentes, eles estabelecem as terças-feiras como os dias de encontro, decidiram a pauta da próxima reunião, fizeram a verificação do balancete e deliberaram como as primeiras verbas

⁷⁵ José Correia Leite não andava bem de saúde. É possível que o stress emocional, junto as decepções políticas, e aflições da vida em geral tenham o deixado fisicamente abalado, já que, segundo seus próprios relatos não havia uma razão específica para seu mal-estar. Ele relembra que amigos dessa época chegaram a cogitar que ele estivesse com tuberculose, devido sua magreza. LEITE, José Correia, **...E disse o velho militante José Correia Leite...**, p. 112.

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ *Ibid.*, p. 27.

que entrassem seriam gastas. 500 mil réis serviriam como sinal para a compra de material tipográfico, e 800 mil réis seriam letras de crédito depositadas em banco.⁷⁸

Mas o dinheiro ainda não apareceu. No encontro seguinte, em vinte de fevereiro, foi colocado em pauta a ausência de membros que assinaram o estatuto, mas não cumpriram com seus deveres financeiros. Foi proposto escrever cartas enérgicas, e a utilização do livro “conta corrente” para que se cobrasse os devedores. José Correia Leite, em vistas do carnaval, sugeriu que fosse feito um baile em prol da Sociedade Cooperadora.⁷⁹

O senhor José Correia Leite propõe a realização de um festival dançante que possa trazer alguns benefícios materiais a cooperadora, e para a elevação moral dessa festa objeta o mesmo, que se officie o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos e o Zuavos Paulista, neste ponto surgem vários apartes, e o senhor Luís de Souza discorda com o convite do ultimo Grêmio, o senhor Manoel da Conceição, afirma que este não é registrado, “e o senhor Frederico Baptista de Souza, cientifica as condições em que o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, poderá aceitar este convite lendo alguns pontos dos estatutos daquela agremiação, que tinha em mãos, e o senhor Jayme de Aguiar opina que a festa deverá ser realizada em nome do jornal, sendo que o patrocínio desta ou qualquer sociedade seja essa secundaria.⁸⁰

Frederico tirou o estatuto do Kosmos do bolso, sempre a postos pelo Grêmio do coração, e finalmente se posicionou.⁸¹ Mas nesse momento, o jornal *Clarim* estava com as atividades interrompidas justamente para que se oficializasse a Sociedade Cooperativa. Logo, não se deixa saber se o baile em prol da cooperativa de fato aconteceu. A ata do primeiro encontro de março sugere que a festa deveras não ocorreu, haja vista que nenhum dinheiro entrou e os ânimos encontravam-se ainda mais aborrecidos. A ata é farta de queixas, faltas, exonerações e discordâncias. Há registro da ausência de diretores e fundadores nas reuniões, e pior, os cooperadores não conseguiam receber os pagamentos prometidos.⁸²

Durante esse período, desde a fundação da Sociedade Cooperadora, o *Clarim da Alvorada* ficou inativo. Seu último número tinha sido em sete de dezembro de 1930, e a folha permaneceria

⁷⁸ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 10 de fevereiro de 1931.

⁷⁹ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 20 de fevereiro de 1931, parte 1, p. 20. Há um registro das visitas dos cordões carnavalescos feita a sede da Sociedade Cooperativa “O Clarim da Alvorada”. No domingo de carnaval foi o Grupo dos Desprezados, na terça-feira o Grupo de Veteranos do Lavapés, o Grupo Cai-cai e Grupo Vai-Vai, a todos esses foliões fora oferecido pela gerência um cálice de licor. Dionísio Barbosa, famoso organizador de carnavais paulistanos era uma dos cooperados da Sociedade.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ É importante mencionar, que quando relatou suas memórias, José Correia Leite afirmou que na ocasião da fundação da Cooperadora, o Grêmio Kosmos não existia mais. Lendo-se as atas da Sociedade, é possível verificar que o Grêmio Kosmos estava em funcionamento, e foi responsável por sediar o baile em prol da cooperadora. São os equívocos que a memória cria ao longo do tempo que faz com que José Correia Leite tenha algumas imprecisões em seus relatos. LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, p. 33.

⁸² SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 3 de março de 1931.

em silêncio, em meio aos arranjos internos para funcionamento da sociedade, até o 13 de maio de 1931. Nesse interim também ocorrem desavenças entre o grupo e Vicente Ferreira, que publicou um artigo no jornal carioca *Crítica*, onde dava a entender haver problemas entre a Sociedade Cooperadora e a comissão da Herma Luís Gama. Isso interferiu na opinião de membros que iriam pagar a cota, mas ficaram ressabiados. A falta do jornal começa a ser sentida, e, especialmente os cooperados, entendem que a compra dos materiais precisa ser resolvida com urgência para que saísse um número comemorativo da abolição.⁸³

No final do mês de março os cooperados finalmente decidiram comprar os equipamentos tipográficos, pois conseguiram juntar um saldo de 2 mil réis. Foram atribuídos plenos poderes ao editor, José Correia Leite para efetuar a compra⁸⁴, e ficou decidido que não seria necessário apresentar balancetes em todas as reuniões. Ainda assim, nas reuniões seguintes, pairava uma desconfiança quanto ao uso dos recursos. Consequentemente, houve questionamentos sobre a compra, mas também reclamações pela morosidade de se efetuar-la. José Correia Leite, se defendeu, e alegou agir em interesse dos seus próprios escrúpulos, provavelmente, prevendo acusações de má gestão dos recursos financeiros.⁸⁵

O senhor Gentil de Castro refere-se da morosidade do Sr. Editor quanto a escolha e compra dos tipos rebatendo decididamente a leitura de qualquer correspondência em sessões visto não haver precisão, uma vez que o Sr. Editor tem amplos poderes para solucionar sem consulta alguma da diretoria. Rebate essa argumentação o Sr. José Correia Leite, salientando a necessidade de se lavar em ata o presente caso que é justamente uma espécie de escrúpulo do Sr. Editor em dar satisfação dos seus atos a Cooperado.⁸⁶

O vagar para se resolver as coisas parecia estar em todos os lugares, os cooperados não conseguiam cobrar os títulos, e pareciam acabrunhados em cumprir esse papel. Por outro lado, a cooperativa também não dava resultados, não mostrava um programa para aqueles que já tinham feito suas contribuições. O impasse ficou cada vez maior porque existia uma expectativa de que o jornal e José Correia Leite se posicionassem, deixando nítido se a Sociedade Cooperativa teria um plano político, e qual seria ele. Leite manteve, entretanto, as palavras que outrora afirmava no mesmo jornal: “(...) diz que o programa do jornal é o mesmo que o *Clarim* tem sustentado, lutar

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 20 de março de 1931.

⁸⁵ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 31 de março de 1931.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 31.

pela integridade e emancipação do negro em todo hemisfério, com especialidade no negro brasileiro”.⁸⁷

A resposta não foi suficiente para acalmar os ânimos, e possivelmente os cooperados insistiram na apresentação de um programa completo para conseguir pressionar os demais membros a pagar suas cotas da cooperativa. Jayme Aguiar decidiu que o antigo corpo editorial do jornal iria elaborar um novo programa e enviá-lo aos cooperados. Isso ficou aceito desde que, novamente, passasse pela direção da Sociedade Cooperativa. Havia aqueles que consideravam o processo todo um “melindre”, mesmo assim, fica decidido que esse seria o proceder. Finalmente em quatorze de abril de 1931 o programa do jornal, bem como, um programa para o Congresso da Mocidade Negra foi oferecido na reunião dos cooperadores. Depois de um tanto debate se decidiu publicar ambos em uma edição especial do *Clarim da Alvorada*, no dia 13 de maio de 1931.⁸⁸

Sobre a mesa encontra-se dois memoriais, um deles sobre o programa do jornal e outra sobre o Congresso da Mocidade Negra do Brasil, apresentados pelos ex-dirigentes do *Clarim da Alvorada*. Pede o Sr. presidente para Srs. Gentil de Castro ler um dos memoriais, o que se refere ao Congresso da Mocidade Negra, a ser enviado aos nossos cooperadores, contestando o Sr. Luís de Sousa a ideia de se enviar a cada cooperado copia desse memorial, propondo para se publicar em 13 de maio.⁸⁹

José Correia Leite, apesar de não criticar o conteúdo direito dos programas se mostrou apreensivo com a manutenção do que chama de: “as tradições combativas do órgão ‘sustentadas há oito (8) anos’, assegurando que o motivo para tal era ‘para evitar futuras divergências.’” Ainda muito consternado pela rejeição que tinha sofrido com a proposta do Congresso da Mocidade Negra, ele parecia não acreditar que a liberdade de expressão ficaria garantida. Nesse momento, nada havia sido veiculado sobre a Frente Negra, afinal ela não tinha sido fundada. As divergências entre Leite e Veiga também não estavam postas. Mas é importante notar que, Arlindo Veiga dos Santos, que havia escrito o manifesto do Congresso da Mocidade Negra, não tinha participado de nenhuma reunião da Sociedade Cooperadora. Paralelamente, Leite manteve o discurso de que protegia o *Clarim* do extremismo, que poderia os atingir diretamente na redação. Disse em ata: “não devemos consentir que os membros da nossa sociedade além ao assunto racial outros temas que não nos diz respeito, como sejam: crenças religiosas, credos políticos, sociologias extremadas e o bairrismo próprio do negro brasileiro”. A ressalva de Leite visava manter a integridade das

⁸⁷ *Ibid.*

⁸⁸ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 14 de abril de 1931.

⁸⁹ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 14 de abril de 1931.

publicações sem que fossem avalizadas por um censor: “a redação poderá publicar quaisquer naturezas de trabalho sob responsabilidade do autor substituindo esta ideia a aprovação. Aprovou-se plenamente.”⁹⁰

Infelizmente os problemas não pararam por aí, e aparentemente a compra dos tipos não era mais possível, pois faltava dinheiro. Os membros cooperados, contudo, assumiram fazer um rateio para financiar a saída da edição especial do dia de 13 de maio do *Clarim*. Leite, então fez uma longa acusação aos cooperados, dizendo que estavam sendo moles, que trabalhavam “sem entusiasmo”, e que se desobrigavam das responsabilidades que tinham assumido, incluindo as financeiras. Ele sequer aceitou uma justificativa de Luís de Sousa, que se expunha “sem recursos pecuniários”. Para Leite, naquele ponto, era inaceitável se desculpar usando “dificuldades pecuniárias” como argumento. Todos esses problemas, tolhiam a manutenção da Sociedade e a publicação do jornal. Por fim, Mario Vaz Costa, um dos primeiros associados, apresentou uma proposta de se convocar os cooperadores para as festas comemorativas do 13 maio. Certamente, esse seria um bom período para se cobrar os valores. O grupo viu a oportunidade como benéfica. Optaram por não fazer alarde, e nem uma comemoração muito ostensiva para que não se chamasse demais atenção: seria apenas a tradicional romaria aos túmulos e uma edição especial do *Clarim*. Ofertariam um trabalho artístico a honra de José do Patrocínio e protestariam contra a extinção do feriado de 13 maio. Também, usariam do certo comparecimento de diversos homens negros, que outrora se comprometeram com a Sociedade, mas que escapavam ao pagamento, para assim fazerem as cobranças.⁹¹

A decisão sobre as comemorações do 13 de maio gerou frutos, e em cinco de maio de 1931, a reunião da Sociedade Cooperadora contou com treze militantes, quase o dobro da participação usual. Entre eles estavam Justiniano Costa, Rufino Santos Filho, que em questão de pouco tempo se tornariam membros reconhecidos da Frente Negra Brasileira.⁹² A razão para o quórum era a de que os membros da Sociedade Cooperadora abriam inscrições para oradores públicos, e tinham decidido mandar um telegrama para o presidente Getúlio Vargas, reclamando da revogação do

⁹⁰ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 14 de abril de 1931.

⁹¹ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 14 de abril de 1931.

⁹² No dia cinco de maio de 1931, reuniram-se Justiniano Costa, Rufino Santos Filho, Ignácio Braga, Cesarino A. Santos, Alfredo Rodrigues, Frederico Baptista de Souza, Augusto E. Oliveira, Israel Camargo, Antunes Cunha, Gentil de Castro, Jayme Aguiar, Luís Sousa, José Margarido, Vitaliano C. Silva, Mario Vaz Costa e José Correia Leite. SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 5 de maio de 1931. Para mais informações sobre Justiniano Costa, Rufino Santos Filho, ver: BARBOSA, **Frente Negra Brasileira**.

feriado de 13 de maio. A esse ponto, já está muito presente a ideia de que há um conflito sobre as memórias escravistas, com parte da comunidade negra querendo manter as lembranças do passado, como estratégia de luta para a conquista de direitos, e outra parte, disposta a sacrificar as memórias com vistas a construir a nação em comunhão com aqueles para quem o progresso não implicava em perdas imateriais e materiais.

A presença de outros indivíduos que até então não tinham aparecido também se dava porque havia certo questionamento se a fala dos oradores seria controlada, porque quem havia proposto a romaria era a Sociedade Cooperadora, que, presume-se, teria a prioridade da fala. Mas a Cooperadora optou por não se responsabilizar pela fala dos oradores. No entanto, definiram imediatamente qual seria o conteúdo do telegrama enviado ao presidente da nação:

Sr. Chefe do Governo Provisório - Palácio Catete - Rio - Sociedade Cooperadora *Clarim a Alvorada* órgão da Raça Negra, protesta perante V. Ex. extinção feriado 13 maio, porque é contra tradições históricas do país e sentimentalismo nacional. Saudações Frederico Baptista – presidente – Luís Sousa secretario.⁹³

Como a reunião estava cheia, José Correia Leite aproveitou a presença de outros interessados e passou a questionar imediatamente a insuficiência de recursos financeiros. Pediu, especificamente, que os senhores Rufino Santos, Justiniano Costa e Eusébio Oliveira verificassem o livro e a receita, para saberem que dos 693\$500 em caixa, 561\$000 estavam comprometidos com essas despesas da publicação da edição especial do *Clarim*, do envio do telegrama para o presidente, e da romaria ao túmulo dos abolicionistas. Os outros companheiros pareciam um pouco encabulados de trazer o assunto à tona na primeira visita dos novatos. Frederico, na figura do presidente, interrompeu, agradeceu a presença deles, e marcou uma assembleia especial, para que o assunto fosse tratado em outro momento. Ele ainda assinalou para José Correia Leite que ainda cedo para tratar de negócios, e muito tarde para continuar a reunião, que passava das onze horas da noite. Acredito que esse é um momento único em que Frederico efetivamente utiliza as prerrogativas de presidente para abrandar José Correia Leite e refrear possíveis exaltações de humor.⁹⁴

O resultado dos festejos do dia 13 de maio, a princípio, foi animador, e uma verdadeira vitória para a Sociedade Cooperadora. Haja vista que a romaria aos túmulos dos abolicionistas que era uma tradição até então, também passava por pressões e questionamentos como toda memória

⁹³ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 5 de maio de 1931.

⁹⁴ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 5 de maio de 1931.

abolicionista. Homens e mulheres negras foram oradores nesse dia treze de maio de 1931. O nome da Sociedade Cooperadora “Clarim da Alvorada” repercutiu. A comissão foi recebida pelo Dr. Castello Branco⁹⁵ que no ato inaugural, agradeceu aos trabalhadores e mentores da Sociedade Cooperadora “O Clarim da Alvorada”.

A sessão foi presidida pelo Sr. Frederico Baptista de Souza e secretariado pelo Sr. Luís de Sousa, tendo sr. Presidente ao abri-la, convidado o Dr. Castello Branco para correr a velaria, usando nessa ocasião da palavra o Sr. Gervasio de Moraes em nome da Mocidade Negra do Brasil, pronunciando vibrante discurso.⁹⁶

Nesse dia muita gente pode expor suas ideias: Dr. A. G. Santana, Dr. A. Veiga dos Santos, Prof. Vicente Ferreira, Augusto Eusébio Oliveira, Gervasio de Moraes e Senhorita Laura de Brito Santiago, todos eles foram oradores. A emoção foi intensa também porque, além de ser o dia treze de maio, se compreendia que era o fim de uma era. Quarenta e dois anos não configuram sequer meio século, mas era tempo suficiente para tentar se impor silêncio as mais variadas formas de associativismo negro que remontava aos abolicionistas. Negacionistas, pessoas que negam a história e o passado, bem como a ciência, negariam até a matemática se pudessem, creio, estão presentes em todos os lugares e em muitas épocas.⁹⁷ Se existe alguma memória sobre os abolicionistas no Brasil, isso é resultado do esforço de homens e mulheres que não aceitavam que suas tradições fossem obliteradas, pouco a pouco. O pacto que vinha sendo empurrado para a comunidade negra organizada era de que renunciassem a sua história em prol de se construir um futuro “com todas as raças”. Mas a igualdade jurídica no Brasil dificilmente acompanha a realidade da experiência vivida.

Talvez mais importante do que alguns nomes mais conhecidos dos circuitos dos homens de cor, como Vicente Ferreira, Guaraná Santana ou Gervásio de Moraes, seja a presença da senhorita Laura de Brito Santiago, que homenageou Luís Gama. Como apresentado no capítulo passado, no início da década de 1930, as mulheres dessa comunidade paulistana passam a assumir com mais ênfase o papel de vozes da raça, que sempre lhes pertenceu.

As manifestações de ontem forem algo tocantes que bem sintetizaram o sentir da mocidade negra pela abolição do feriado nacional de 13 de maio. Nos túmulos dos abolicionistas, falaram vários oradores, tendo discursado os Sr. Dr. Ernesto Alves Bagdocimo, Prof. Vicente Ferreira, Srta. Laura de Brito Santiago, no

⁹⁵ Não há uma evidência concreta de quem se tratava, mas é provável que fosse Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967), que viria a ser um dos articuladores do golpe militar de 1964, já que o militar também participou da Revolução de 1930 em São Paulo.

⁹⁶ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 13 de maio de 1931.

⁹⁷ LIPSTADT, Deborah E., **History on trial: my day in court with a Holocaust denier**, New York: Harper Perennial, 2006.

túmulo de LUIZ GAMA. Os Srs. Dr. Veiga dos Santos, Dr. Guaraná Santana e Prof. Ulisses A. Rosa, no túmulo de ANTONIO BENTO, no túmulo de José Bonifácio, Sr. Gervasio de Moraes, e Dr. Veiga dos Santos e finalmente no túmulo de JULIO DE MESQUITA, os Srs. Professor Vicente Ferreira e Paulo Marinho.⁹⁸

Figura 5.4 – Romaria de 13 de maio



Fonte: *...E disse o velho militante José Correia Leite*, p. 60.

Na fotografia acima, vê-se que a quantidade de pessoas que participou do festejo foi respeitável. Nota-se entre a pequena multidão, algumas mulheres, em especial na primeira fileira à esquerda, uma jovem senhorita de roupas muito claras. Possivelmente, se tratava de Laura de Brito Santiago, já que ela foi um dos indivíduos entre os principais oradores da ocasião. No livro de memórias de José Correia Leite, de onde essa imagem foi replicada, há uma indicação de que o homem em pé na primeira fila, à direita, era Vicente Ferreira. A qualidade da imagem não é suficientemente boa para se fazer uma aferição, mas acredito que, ainda na primeira fila, da direita para a esquerda, o terceiro senhor após Vicente Ferreira, de gravata, terno e sobretudo, pode ser Frederico, pois este é o mesmo vestuário ele aparece na fotografia de família junto com a neta Daisy, replicada no quarto capítulo. Além disso, Frederico, como presidente da Cooperadora, certamente teve um lugar de destaque na fotografia da romaria.⁹⁹

O sucesso da romaria foi um passo fundamental para que a Sociedade Cooperadora assumir seu papel de orientadora das manifestações negras por direitos, o que deveria fazer por meio do jornal *Clarim da Alvorada*. O jornal entrava em uma nova fase, e na edição de treze de maio de 1931, a Sociedade Cooperadora assumiu definitivamente a redação do *Clarim*. Na última edição

⁹⁸ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 13 de maio de 1931.

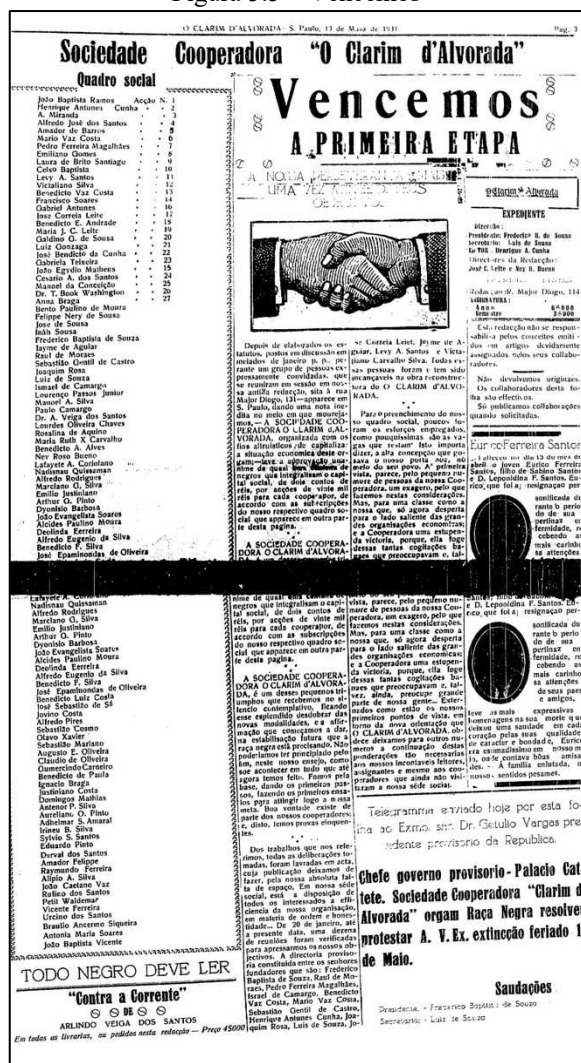
⁹⁹ LEITE, José Correia, *...E disse o velho militante José Correia Leite...*, p. 60.

antes dessa, de sete de dezembro de 1930, o redator chefe era Jayme de Aguiar, e o secretário, Luís de Sousa. Por motivos pessoais, José Correia Leite se manteve afastado da redação desde que fora constrangido pela *Folha da Manhã*. Em treze de maio de 1931, o *Clarim da Alvorada* saiu editado pela Sociedade Cooperadora *O Clarim da Alvorada*.

Como editora, a Cooperadora manteve o estilo do jornal, inclusive dando continuidade à numeração anterior. O número trinta e dois conclamava os dirigentes da raça negra a uma comunhão social brasileira. No dia de fé da raça negra, depois de nove reuniões longas, com poucos participantes, dinheiro curto, e raiva das injustiças provocadas pela sociedade brasileira contra os homens e as mulheres de cor, estava ali, mais um número do legítimo órgão da mocidade negra, como era autorreferenciado. Como sempre, mas talvez mais do que nunca, foram estampadas as imagens de Luís Gama, Castro Alves, até a pálida senhora “Redentora”. Senhorita Laura e Brito Santiago, que fez o discurso no túmulo de Luís Gama, também publicou um texto curto sobre o treze de maio nessa edição do *Clarim*. E Jayme Aguiar escreveu sobre a “Elevação da raça.” Seu artigo finalizava com uma sentença importante, que refletia a visão desses ativistas negros, sobre o que significava a elevação para os brasileiros: “O triunfo virá, seremos mais respeitados e a nossa elevação será a ascensão dos nossos direitos.” A página seguinte do jornal foi inteira dedicada a Sociedade Cooperativa. Publicou-se uma gigantesca lista daqueles que se comprometiam com o quadro de cooperador, conforme se vê na imagem abaixo.

O artigo era acompanhado de uma listagem de aproximadamente cem nomes de apoiadores, e pode se entendido como as bases estatutárias da cooperadora. Ela era uma instituição intelectual e financeira, na mesma medida. Dentro dos moldes do Booker T. Washington, aos olhos do Brasil, implicava em uma organização liberal. Assim, ela previa intenções de se acumular e investir capital para fomentar o projeto de elevação por meio da educação. A ideia da união da raça, sempre desejada parecia dar mais um passo, ao sonho da respeitabilidade negra em uma sociedade racista, branca, dos anos de 1930 em São Paulo. O racismo dos paulistas e paulistanos não é, exatamente, uma novidade. Mas vencer pelo caminho moderado, do diálogo com essa branquitude estúpida, era contumaz. Há um jogo de etiquetas a ser seguido, dentro e fora da comunidade de cor. No entanto, o homem negro da dita era da modernidade não iria se expor às subjetividades alheias, tudo era feito a evitar rachar os tratados, e para manter as ideias em comum. Estabelecer a união, entre tantas classes raciais e sociais no Brasil, era uma tarefa extenuante das forças de todo o tipo de mobilização social.

Figura 5.5 – Vencemos



Fonte: *O Clarim da Alvorada*, 13 de maio de 1931.

De volta às vacas magras, apesar do sucesso da romaria e do otimismo que ela trouxe, as reuniões da Sociedade Cooperadora não ficaram tranquilas depois do 13 de maio, e nem sequer depois do retorno da publicação do *Clarim da Alvorada*. Na assembleia seguinte de junho de 1931, os cooperados pediam a cabeça de Luís Sousa, exonerado por não participar dos encontros anteriores, que novamente não deixaram registros. O clima era ruim, e José Correia Leite apontou o nome de Luiz Gonzaga Braga para substituir o secretário interino da Cooperadora. Luís de Sousa tinha enviado uma carta à sede, mas a assembleia julgou seus argumentos como contraditórios. No meio desse falatório, Luís de Sousa chegou à reunião e imediatamente pediu demissão do cargo, o que foi feito por escrito.¹⁰⁰ Considerando-se que Luís de Sousa era escritor assíduo do *Clarim*, parte

¹⁰⁰ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 5 de junho de 1931.

do corpo editorial, e esteve desde o princípio da organização do Congresso da Mocidade Negra, sua exoneração implicava na perda de um membro ativo. Indicava também conflitos contundentes no interior da Cooperadora. Na sequência da caça às bruxas, o grupo decide enviar um bilhete azul para Jayme Aguiar e Mario Vaz Costa. Mas ambos estavam faltando nas assembleias porque tinham perdido irmã e sogra, se comenta. O luto, infelizmente, que dói em todos nós, ponderaram os cooperados, tinha prioridades a serem respeitadas, e por esse motivo, o grupo dispensou os dois ativistas. Mas isso significava que mais dois integrantes relevantes permaneceriam ausentes das decisões. Pareciam tempo urgentes. As três reuniões seguintes, em vinte e oito de julho, primeiro e dez de setembro trataram quase que exclusivamente de questões financeiras, falta de verbas, e cobranças de débitos.

Faltava dinheiro para rodar e pôr na rua o jornal do dia 28 de setembro, uma edição tradicional, que se converteu na campanha pelo dia da Mãe Preta, fruto da memória sobre a Lei do Ventre Livre¹⁰¹. Títulos monetários estavam prestes a vencer, e “há diversos que assinaram os estatutos, e não tendo cumprido com a obrigação propõe que fossem intimados apagarem”. Sugeriu-se fazer um baile novamente, depois um rateio, comprar uma máquina de escrever talvez? Nomeiou-se uma comissão para liquidar o título e custear o jornal, em dez de setembro. No meio desse turbilhão de incertezas que cercavam a Cooperadora, a Frente Negra Brasileira foi fundada, em dezesseis de setembro. Sem dinheiro, e com dívidas a vencer, estava muito difícil de conseguir produzir a edição especial do jornal. Mas, como que por milagre divino, a edição de 28 de setembro de 1931 do *Clarim da Alvorada* aconteceu. Fica evidente que houve ajuda da Frente Negra para pagar a confecção dos exemplares. Essa edição do jornal estampava o que parecia ser, finalmente, uma união geral dos negros paulistanos. Era a associação da Frente Negra Brasileira com a Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*.

As preliminares: que foram levantadas para a organização da FRENTE NEGRA BRASILEIRA. Focalizadores [sic] nesta grande das nossas precisões urgentes. Devem nesta grande hora de transformismo político-social. Merecer a nossa atenção coadjuvadora [sic]. Proveitosa. Para que os ânimos de seus idealizadores, não se desfaçam diante das incoerências, e as controvérsias antecipadas.¹⁰²

¹⁰¹ ALBERTO, Paulina L., Of sentiment, science and myth: shifting metaphors of racial inclusion in twentieth-century Brazil, *Social History*, v. 37, n. 3, p. 261–296, 2012; FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro, Um novo abolicionismo para a ascensão na nação da Mãe Preta: discursos sobre a fraternidade racial no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932), *Antíteses*, v. 10, n. 19, p. 376–396, 2017.

¹⁰² *O Clarim da Alvorada*, 28/09/1931.

A lua de mel não durou muito, e a história que se sucede meses depois é bastante conhecida: a sede do jornal *Clarim da Alvorada*, e consequentemente, a casa da família de José Correia Leite, foi vandalizada por alguns indivíduos a mando das lideranças da Frente Negra Brasileira. O episódio ficou notório como o empastelamento do jornal *Clarim*.¹⁰³ Na assembleia do dia seis de outubro de 1931, cerca de dois meses antes do empastelamento, além dos nomes recorrentes – como José Correia Leite, Frederico Baptista de Souza, Sebastião Gentil de Castro¹⁰⁴ – estiveram também presentes na sede da Cooperadora os senhores Isaltino Veiga dos Santos e Francisco Costa, fundadores da Frente Negra. A conversa que ocorreu entre eles naquele dia, indica o motivo para a cisão que aconteceu entre os dois grupos.¹⁰⁵ Nesse encontro houve uma proposta que, quiçá, traria uma solução para todos, fretenegrinos e cooperadores.

Fazendo uso da palavra o Sr. Sebastião Gentil de Castro, pede constar em ata a presença dos Srs. Isaltino Veiga dos Santos e Francisco Costa. O Sr. Isaltino Veiga dos Santos, expõe que os Irmãos Esterlitas [sic], tendo que receber herança avultada e, como os mesmos senhores haviam oferecido um auxílio à Frente Negra, o Sr. Isaltino vem pedir por escrito autorização para interessar-se em angariar parte para o “Clarim da Alvorada”; Em vista dos herdeiros serem negros, e quererem prestar apoio a raça, a mesa aprovou a autorizar o Sr. Isaltino V. dos Santos a interessar-se a respeito¹⁰⁶.

Como se vê desse fragmento da Ata da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada* do dia seis de outubro de 1931, Isaltino Veiga dos Santos, secretário da Frente Negra – e irmão de Arlindo Veiga dos Santos, quem por muitos anos foi presidente da associação – procurou os dirigentes da Cooperadora para ofertar um auxílio financeiro. Segundo ele, os Irmãos Esterlitas¹⁰⁷ tinham recebido uma grande herança, e como eram negros, desejavam fazer doações a grupos comprometidos com a causa da raça. Isaltino se ofereceu para fazer a ponte entre os herdeiros e a Cooperadora, e pediu aos cooperados uma carta lhe dando poderes para requisitar os recursos em nome deles. É de se pensar que a própria fundação da Frente Negra Brasileira ocorreu quase que em paralelo a doação dos Irmãos Esterlitas. Provavelmente, a parte da “herança avultada” auxiliou a instituição a alugar o salão das Classes Laboriosas para suas primeiras reuniões, bem como deu

¹⁰³ LEITE, José Correia, **...E disse o velho militante José Correia Leite...**, p. 100.

¹⁰⁴ As 20 horas do dia 6 de outubro de 1931, com a presença dos srs. Gonzaga Braga, Galdino Goulart de Souza, Frederico Baptista de Souza, Sebastião Gentil de Castro, Domingos Mathias, Raymundo Ferreira, José Correia Leite, teve lugar mais uma sessão ordinária da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*.

¹⁰⁵ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 6 de outubro de 1931.

¹⁰⁶ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 6 de outubro de 1931.

¹⁰⁷ Realizei uma intensa pesquisa para tentar desvendar quem seriam os Irmãos Esterlitas, sem obter sucesso. Obtive algumas pistas, com a possibilidade de serem referentes a uma irmandade de homens negros do Rio de Janeiro, ou ainda, um grupo de homens negros que possuía terrenos na antiga cadeia pública de São Paulo, mas nada concreto. A pesquisa bibliográfica também não foi mais frutífera. Especialistas em irmandades negras com os quais mantive contato também desconhecem esses irmãos.

o suporte financeiro imprescindível para se assentar as suas bases organizativas. O espólio certamente chegava em boa hora, e poderia ajudar a promover diversas das causas dos homens negros do período. A oportunidade de se conseguir recursos financeiros era bem-vinda tanto pela Frente Negra quanto pela Sociedade Cooperadora. Para o grupo do *Clarim*, além do pagamento dos títulos da Cooperadora, essa herança poderia significar a independência física e intelectual: era a possibilidade da realização do sonho de se montar uma tipografia e escritório próprios, e, finalmente, constituir o Congresso da Mocidade Negra.

A divisão da avultada herança, como era de se esperar, não vinha sem compromissos. Ficou evidente que a Frente esperava fazer um acordo com a Cooperadora. Na realidade, esse trato parecia já ter começado na edição de 28 de setembro do jornal, quando o *Clarim* sinalizou a possibilidade de atuar como coadjuvante. A ideia era que o jornal, que já tinha público e notoriedade, se tornasse o órgão oficial da Frente Negra Brasileira, publicando artigos que convinhassem à instituição, dando as notas sociais, e obviamente, divulgando as ideologias da agremiação. Em troca, a Sociedade Cooperadora teria o apoio institucional e, principalmente, financeiro que tanto precisava.

O acordo, na verdade, parecia já ter sido firmado antes dessa assembleia, pois a segunda página da edição do especial do 28 de setembro dava grande destaque a Frente Negra, e convocava todos “os elementos da raça” para uma reunião no salão das Classes Laboriosas. Na mesma página, a Sociedade Cooperadora informava que já estava em posse dos primeiros materiais tipográficos, a despeito das dificuldades enfrentadas até então. Na página seguinte dessa edição, há um pequeno artigo que novamente traz a imagem, ainda que reduzida, do homem forte quebrando as correntes da escravidão: dessa vez a mensagem é de coragem, sinalizando que havia esperança no futuro, prevendo-se a formação do Congresso da Mocidade Negra em breve.

Apesar do jornal ter saído com uma perspectiva otimista, e praticamente antecipando a coalisão da Sociedade Cooperadora com a Frente Negra Brasileira, na prática, as coisas pareciam mais morosas por se definirem. Na mesma assembleia do dia seis de outubro, em que Isaltino se ofereceu para resgatar o aporte financeiro, houve uma confusão quanto ao papel de Luís de Sousa como representante da Cooperadora. Lembre-se que Luís de Sousa havia sido exonerado da Cooperativa. Pois bem, os representantes da Frente questionaram a Sociedade Cooperadora se Luís de Sousa tinha autorização para falar em nome da equipe do jornal. Ao que tudo indica, ele tinha comparecido na primeira reunião da Frente e comprometido o *Clarim* a se tornar o órgão oficial

da instituição. Definitivamente, isso não tinha passado por deliberação prévia, e os cooperadores não ficaram satisfeitos com a ousadia de Luís de Sousa em manifestar-se em nome do grupo. Provavelmente, Luís de Sousa procedeu dessa forma para garantir que os fundos da herança fossem repartidos também com a Cooperadora. Mesmo assim, ele seria chamado para dar explicações:

Pede a palavra o Sr. Francisco Costa, membro da Frente Negra, pedindo a mesa esclarecimento, se o que o Sr. Luís de Sousa na primeira sessão da Frente Negra falou com autorização da Diretoria, hipotecando solidariedade do *Clarim da Alvorada* como órgão oficial da Frente Negra. A mesa responde ao Sr. Francisco Costa (Chico), que o Sr. Luís de Sousa não teve autorização alguma para falar em nome do *Clarim*, e, que o mesmo seria convidado a comparecer na próxima sessão para esclarecer esse fato até então estranho a Diretoria. Sr. Presidente manda convidar os Sr. Luís de Sousa a comparecer a próxima reunião afim de prestar alguns esclarecimentos sobre o seu discurso em nome da Cooperadora, na primeira sessão da Frente Negra. Nada mais havendo a tratar.¹⁰⁸

Depois disso, esclarecimentos devem ter sido feitos, e a princípio, os grupos devem ter se acertado, pois a edição do *Clarim* de vinte de dezembro de 1931 sai um novo editorial da Frente Negra Brasileira, de página inteira, e ainda estampado junto com uma propaganda da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*. Esse editorial fornecia o ponto da situação da Frente em várias cidades do Brasil, e elencava no texto inicial os nomes dos membros do Conselho Soberano, que dentre os quais figurava o de José Correia Leite. No entanto, não é isso que José Correia Leite reporta em suas memórias. Segundo Leite, seu nome foi colocado no conselho da Frente antes mesmo dos Estatutos serem aprovados, mas quando ele chegou na reunião, foi barrado logo na entrada. O motivo seria o fato deles preverem que Leite não concordaria com as regras propostas, em que o presidente da instituição figuraria como autoridade soberana. Os estatutos, entretanto, foram registrados no dia quatro de novembro.¹⁰⁹ Isso significa que o editorial do jornal *Clarim* de dezembro, que sacramentava a relação entre a Sociedade Cooperadora e a Frente Negra, provavelmente já estava pronto antes de José Correia Leite questionar a ideologia da organização e decidir romper com ela.

O caos estava feito. Seria improvável que o *Clarim* permanecesse como o órgão oficial da Frente Negra, após José Correia Leite, fundador e maior nome por detrás da folha haver rompido com a associação. Como é possível de se imaginar, a sequência de fatos não foi nada boa. Nove dias depois da publicação do jornal, uma nova assembleia da Sociedade Cooperadora ocorreu. Em suas atas se reafirmava que eles tinham dado a Isaltino Veiga dos Santos, por escrito, cuja cópia estava arquivada, uma autorização para que ele resgatasse a parte da herança destinada à

¹⁰⁸ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 6 de outubro de 1931.

¹⁰⁹ LEITE, José Correia, **...E disse o velho militante José Correia Leite...**, p. 93–95.

cooperativa. Entretanto, Isaltino não deu retorno aos cooperados; “nada nos comunicou até a presente data”. Desse modo, Frederico, como presidente da Cooperadora, pediu que fosse enviado um ofício a Isaltino, requisitando que ele devolvesse a autorização concedida. Evidentemente, todos concordaram em cobrar o secretario da Frente Negra, ainda que já fosse nítido que a Sociedade Cooperadora não iria ver centavo algum da dita herança dos Irmãos Esterlitas. José Correia Leite, certamente consternado, pediu que a Frente Negra fosse cobrada também pelo “dinheiro proveniente da vendagem do jornal em reunião daquela sociedade em 28 de setembro de 1931”, buscando recuperar parte dos prejuízos.¹¹⁰

Em trinta e um de janeiro de 1932, saiu um novo exemplar do *Clarim*. Nele, nada se comentou sobre essas disputas políticas e questões financeiras, que eram internas. Mas seguramente, houve divergências outras dentro do grupo, pois Frederico, até então calado, soltou uma nota. Se ele tinha a esperança de conciliar a situação entre a Frente Negra e José Correia Leite, certamente, isso não ocorreu. Nesse momento, nem mesmo os seus trinta e sete anos de experiência no associativismo negro daria conta de pôr um ponto final na disputa entre os militantes discordantes.

Aos elementos da Raça Negra

Na qualidade de presidente da Sociedade Cooperadora “Clarim a Alvorada” e diante de algum mal-entendido, vendo declarar que o deferido jornal não é de propriedade do Sr. José Correia Leite, apensar do mesmo ser um dos seus fundadores, ter prestado e continuar a prestar seus valiosos e irremuneráveis serviços, mas sim propriedade atualmente dos cooperadores, de posse de suas ações.

Quanto aos artigos inseridos, nada tem de responsabilidades o Sr. Correia Leite porque os de responsabilidade tem assumido os próprios com assinatura e reconhecimento da firma.

Em referência a ser o jornal órgão de associações, é tão somente em matéria de publicações, reservando a diretoria o direito de crítica. Portanto toda e qualquer reclamação deve ser dirigida a diretoria da cooperadora a quem compete resolver o caso como é de direito; e sobre as muitas exigências, sempre em todas as sociedades desde 1895 onde tenho tomado parte ativa, não só em São Paulo desde 1900, como no interior, nunca o deixei de ser, mormente, quando investido de um cargo de responsabilidade, salvaguardando os meus interesses e os da coletividade que represento para que possa defendê-la quando preciso¹¹¹.

Como se pode observar nessa nota, Frederico tentou arrefecer os ânimos de todos os lados. Talvez, como presidente da Sociedade Cooperadora estivesse sendo inquirido se, afinal, era o *Clarim* um jornal a serviço da Frente Negra Brasileira, ou se ao contrário, pertencia a José Correia Leite. Frederico, em seu velho estilo diplomático, afirmou que apesar de ser o fundador, e das contribuições escritas efetuadas por Leite, ele não era o dono do periódico. O jornal pertencia aos

¹¹⁰ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 29 de dezembro de 1931.

¹¹¹ SOUZA, Frederico Baptista, Aos elementos da raça negra, **O Clarim da Alvorada**, 31/01/1932.

membros cooperados da Sociedade *Clarim da Alvorada*. Por outro lado, Frederico também ressaltou que a folha publicava matérias de associações diversas, como faria para qualquer indivíduo, deixando entrever que poderia publicar até mesmo artigos da Frente Negra, se fosse de comum acordo. Garantia-se assim, o direito de o jornal escolher o que publicar, e ainda, criticar os textos, caso achasse necessário.

A essa altura, nenhuma aliança parecia viável e o sonho da união da raça, outrora tão próximo, se esvaia completamente. Entre fevereiro e março de 1932, José Correia Leite publicou o jornal *Chibata*, onde escancarou os problemas com a Frente Negra de forma jocosa e sarcástica. A provocação correu solta, e o jornal não poupou ninguém. O motivo principal da publicação era denunciar a hipocrisia do secretário da Frente, Isaltino Veiga dos Santos. Apesar da pregação de moralidade, ele tinha se envolvido de forma inadequada com uma moça solteira na cidade de Sebastião do Paraíso, município de Minas Gerais.¹¹² Depois de iludir a jovem, ele desapareceu deixando a família e a moça desmoralizada.¹¹³ Dessas acusações de Leite para o empastelamento da tipografia foi um passo curto. Capangas foram enviados à casa de José Correia Leite. Eles assustaram as mulheres e as crianças, derrubaram estantes, destruíram material tipográfico, e inclusive, desapareceram com a cópia da carta que a Sociedade Cooperadora tinha dado a Isaltino para a parte do resgate da fortuna dos Irmãos Esterlitas. Era o fim. Senão para a Frente Negra, ou para o *Clarim da Alvorada*, para Frederico Baptista de Souza os projetos com a mocidade negra tinham chegado ao limite. Sobre sua decepção ficou o registro de seu último artigo publicado no *Clarim da Alvorada*, cerca de um ano após o empastelamento, em 13 de maio de 1932, intitulado de “Peço a palavra”.

Nele, Frederico falou da “tentativa de empastelamento” na primeira linha. Como era de costume, ele mostrou alguma esperança de que o trabalho tivesse continuidade, afirmando que a violência não tinha feito o corpo editorial esmorecer, e que prova disso, era o número que tinha acabado de sair. Tinha apenas duas páginas, mas era, segundo o veterano, a prova de que o *Clarim* “tinha vida e não morte”. Mas o tom não era de alegria ou perspectiva. Ele lamentou que o “incidente” tivesse sido causado por pessoas, que como todos na Sociedade Cooperadora, também trabalhavam para o “progresso da raça”. Então, Frederico deixou os sentimentos fluírem um pouco

¹¹² Conferir também em: FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro, **Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal Clarim da Alvorada (1924-1932)**, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.35-39.

¹¹³ Um caso sério, *Chibata*, 03/1932; Um caso anormal, *Chibata*, 02/1932.

mais e desabafou: dizia ser incompreensível que a instituição da qual eles mais tinham depositado confiança de que trabalharia para “o levantamento moral da raça”, tivesse cometido aquele ato. Explanou ainda que não tinha obrigação, nem devia favores a ninguém. Mas admitiu que tinha feito “a maior propaganda” da Frente Negra que esteve a seu alcance. Apesar disso, informava que, pessoalmente, ele não havia se alistado na Frente Negra Brasileira. O velho Ico devia estar arrependido de ter depositado esperanças e se comprometido em produzir jornais para a Frente Negra.

Para Frederico, o *Clarim* merecia o respeito reservado a um órgão que se dedicava há oito anos à causa das pessoas negras. Ele afirmava que algumas tradições importantes tinham sido criadas pelo *Clarim*, como os festejos do 13 de maio. Não era exatamente uma verdade, mas valia a intenção de marcar o lado do jornal na disputa ideológica. O velho Ico lembrou que doze meses antes do empastelamento, todos esses homens, da Frente e da Cooperativa, tinham se juntado em uma bela romaria ao túmulo dos abolicionistas. Narrou que o Congresso da Mocidade, mesmo que não tenha sido realizado, era um intuito nobre da Sociedade Cooperadora, e que também merecia respeito. E deixou evidente que seus trabalhos para a Frente terminavam com o número de exemplares prometidos pela Cooperadora, como segue no trecho abaixo:

Pela “Frente Negra” como sua propaganda pelo material do negro, aí estão os números 36, 37, e 38 de nossas coleções. Em tempos idos, fui taxado de impertinente, e no entanto, não procurei prejudicar corporação alguma, porque entendi e entendo que essas palavras (que muito me lisonjearam) não prejudicava a corporação que nesse momento eu estava representando o –“*Clarim*”, ufana-se de ter passado por essa tentativa que maiores merecimentos lhes proporcionou, pois que, o *Clarim*, ou a cooperadora, resolve seus interesses sociais por meio de reuniões e discutindo os seus atos com discernimento, respeito e ampla liberdade, dando ingresso até a pessoas estranhas; foi assim que fui taxado de impertinente, porque defendia os interesses da Cooperadora e fiquei envaidecido com a pecha, porque ficou patente que ali é feito tudo com conhecimento de todos ou da maioria depois de discutido e aprovado.¹¹⁴

Suas palavras indicavam que ele enfrentou conflitos para editar os jornais acertados com a Frente Negra. Talvez, ele já tivesse recebido críticas a seu posicionamento enquanto presidente, quando a Cooperadora recebeu Isaltino em assembleia da Sociedade. Chamado de impertinente, Frederico não se defendeu e assumiu a alcunha, que não era nova. Aqui, depois de visitarmos toda a trajetória do Frederico, percebe-se que uma mudança no cenário do movimento negro paulistano afetou o velho militante. Penso na diferença de sua percepção política entre os anos de 1930 e de seus artigos escritos no final da década de 1910. Naquela época, ela ainda tentava defender as ações monarquistas, que entendia terem sido orientadas a libertar as pessoas de cor. Cerca de vinte

¹¹⁴ SOUZA, Frederico Baptista de, Peço a Palavra, **O Clarim d’Alvorada**, 13/05/1932.

anos antes, Frederico impunha um posicionamento rígido ao Grêmio Kosmos. Criticava o excesso de bailes e o pouco comprometimento com a elevação racial. Foi entendido como ranzinza e mandão. Naqueles tempos idos, em que ele lamentava a ausência de seu jovem amigo Joaquim Cambará, Frederico tinha esperanças de que fossem somados esforços para fomentar a união raça, a congregação de todas as associações negras sob uma só ideia. Agora, na década de trinta, ele via esse sonho tomar forma sob uma ideologia antidemocrática. Para contrapor essas orientações políticas, da Frente Negra e dos grupos em que esteve, Frederico confirmou que tudo que se fazia na Sociedade Cooperadora era debatido por todos e decidido por voto majoritário. Nos clubes onde Frederico assumiu posição, havia a certeza da importância de que as decisões fossem acolhidas pela maioria. A sensação de que o artigo “Peço a palavra” transmite é de que Frederico estava fraco e decepcionado. Ao fim, ele havia trabalhado pelas bases do movimento, e lutado para manter um ideal liberal, que como ele tinha percebido não era perfeito. Mas, creio que o velho Baptista não imaginava que a famigerada união da raça chegasse por meio de truculência, fraude e autoritarismo. Finalmente, ele exaltou a família e a pessoa de José Correia Leite, que foram os mais prejudicados pelo empastelamento.

Deploramos que, uma iniciativa como o “*Clarim*” que tanto trabalhos tem dado a sua diretoria, sacrifícios de Correia Leite, tivéssemos de um momento para outro, quase inutilizado o nosso material que representa uma parte do sangue dos cooperadores, duas dos diretores e três da família Correia Leite que muito tem se esforçado para a manutenção do jornal. Nestas colunas, deixo os agradecimentos aos que, pessoalmente e por cartas, apresentaram as suas solidariedades ao *Clarim* e, especialmente ao jornal “*Progresso*” pedindo vênias, para fazer minhas, as palavras do artigo “Agitação no seio da família negra” do seu n. 47 de 31 de Março findo.¹¹⁵

Depois disso, a Cooperadora se encontrou em assembleia novamente em vinte e quatro de novembro de 1933, mas não teve quórum suficiente para votar. Em quinze de dezembro do mesmo ano, houve uma segunda convocação dos membros cooperados. O motivo era um só: a liquidação da sociedade.¹¹⁶ Frederico mostrava sinais de fadiga, mas presidiu a última reunião da organização. A descrição tem ares de um funeral: ninguém queria acreditar, mas não havia nada para ser salvo. A pergunta mais importante era se as dívidas tinham sido salgadas. Frederico confirmou que sim, sem dizer com que dinheiro, nem por quem. O clima era triste para se adentrar em detalhes.

O Sr. Presidente inicia com uma preleção da vida geral da Soc. Cooperadora, desde sua fundação. De furo de expor claramente as dificuldades da continuação da mesma, termina, entregando a palavra a quem quiser fazer uso. Fazendo uso da palavra o Sr. Amador de Barros, pede esclarecimentos a mesa, se as

¹¹⁵ SOUZA, Frederico Baptista de, Peço a Palavra, **O Clarim d’Alvorada**, 13/05/1932.

¹¹⁶ SOCIEDADE COOPERADORA “O CLARIM D’ ALVORADA”, Ata do dia 15 de dezembro de 1933.

responsabilidades pela sociedade, haviam sido pagas, que é satisfeito com afirmativa do presidente, continuando ainda ao Sr. Armador em relação ao desinteresse da maioria dos Srs. Cooperadores, **opinião pela liquidação da Sociedade**, confirmando o parecer do presidente.¹¹⁷

Benedicto de Vaz da Costa ainda tentou argumentar que era preciso arregimentar forças e fazer sair um último número do jornal, e pelo menos, deixar um voto para ele fosse reorganizado e algum dia voltasse a circular. Negativo, mesmo com alguns pequenos debates, os membros optaram por liquidar tudo e não se falar mais sobre o assunto. Até mesmo José Correia Leite estava mais calado. Ele pediu somente que seus pertences pessoais, outrora emprestados ao escritório da Sociedade Cooperadora, fossem devolvidos, e ninguém discordou ou reclamou: tudo foi aceito por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou dissolvida a Sociedade Cooperadora O Clarim da Alvorada e convoca os senhores Cooperadores para assembleia a realizar-se no dia 22 do corrente, na qual será liquidado o patrimônio da sociedade. Foi encerrada a seção as 11 horas e meia e eu secretario dou fê e assino a presente ata.¹¹⁸

Não há registros de como a dívida da Cooperadora foi resolvida. Pode ser que Frente Negra tenha fornecido pagamentos pelos números de jornais em que sua propaganda foi veiculada. É possível que os membros da cooperadora tenham feito mais um rateio, e dividido os prejuízos entre eles. As memórias de José Correia Leite afirmam que Frederico um dia vendeu uma propriedade sua para manter uma sociedade negra. É comum entendermos que isso ocorreu para manter o Grêmio Kosmos. Mas não há dados além das recordações de Leite. Frederico por sua vez, mantendo a velha modéstia, nunca divulgou qual foi o montante aplicado diretamente no sonho da união da raça, e nem qual foi a agremiação que recebeu a ajuda vital. Fato é que novamente o Baptista deve ter colocado algum recurso próprio para saldar a dívida da Cooperadora. O silêncio durante a última assembleia fez pairar um clima de que seria amoral tentar prosseguir depois de tamanha derrota.

O Grêmio Kosmos, depois da morte da Cooperadora, também desapareceu sem deixar vestígios. O Estado Novo ainda não tinha sido implementado, mas nem o Kosmos, ou a Sociedade Cooperadora, viveram o bastante para serem fechados por Getúlio Vargas, como aconteceu com a Frente Negra. O silêncio da ruína era visível, a imprensa negra tinha se calado. O golpe tinha os atravessado muito forte. Até mesmo aquela velha força, de não se deixar esmorecer, e lavar votos

¹¹⁷ SOUZA, Frederico Baptista de, Peço a Palavra, **O Clarim d'Alvorada**, 13/05/1932.

¹¹⁸ SOCIEDADE COOPERADORA "O CLARIM D' ALVORADA", Ata do dia 15 de dezembro de 1933.

para o futuro tinha se esvaído. Era hora de apagar a luz e fechar as cortinas, e para a mobilização negra, esse foi o último ato efetivo de Frederico Baptista de Souza.

Nos corredores da Arcádia: o conturbado processo de aposentadoria de Frederico

A decepção e o cansaço certamente foram elementos que desanimaram Frederico em sua busca pela união da raça. Além disso, ainda que não tenha resultado da forma democrática que se almejava até então, a Frente Negra Brasileira se apresentava como a organização que buscava suprir as necessidades coletivas dos negros brasileiros, e ele escolheu não fazer parte dela. Mais adiante, durante o Estado Novo (1937-1945), quando Getúlio Vargas fechou todos os clubes e associações, o silêncio foi geral. Na década de 1940, José Correia Leite fundou a Associação dos Negros Brasileiros (ANB), e Frederico até apareceu em uma coluna do *Alvorada* como membro associado. Mas não produziu nenhum artigo, nem editou ou dirigiu jornais, e também não esteve no comando de clubes.

Nesse período, contudo, Frederico tinha preocupações maiores que a militância, e, visto todas as décadas de dedicação ao movimento, pode-se dizer que esse foi o único impedimento que realmente parou seu ativismo. Frederico e sua família foram submetidos a restrições econômicas significativas, especialmente na década de quarenta. Mas o problema econômico começou antes, em 1934, quando a Faculdade de Direito foi integrada à Universidade de São Paulo USP, tornando-se parte de um órgão estadual.¹¹⁹ Anteriormente, ela era parte do governo federal, e seus funcionários eram pagos e tinham os benefícios provenientes da União, como se lê nesse trecho dos documentos trabalhistas de Frederico:

Em 10/4/34, o Decreto federal n.24 102 transferiu da União para o Estado de São Paulo, para efeito de sua incorporação à Universidade, a Faculdade de Direito. Como resultado dessa transferência, perderam os servidores dessa casa de ensino a qualidade de funcionários públicos federais, adquirindo, por outro lado, o status de funcionário estadual, uma vez que os cargos de que eram titulares passaram a integrar o conjunto administrativo estadual.¹²⁰

¹¹⁹ ESTÚDIO, Famigerado, **Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo**, Manesco, disponível em: <<https://direito.usp.br/historia>>. acesso em: 3/12/2022.

¹²⁰ Todos os documentos relativos a essa seção constam na pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Seção do Museu da Faculdade de Direito. São manuscritos e alguns documentos datilografados, com paginação e datas diferentes entre si. As datas serão incluídas no corpo do texto. Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

Em princípio essa mudança não parecia ter afetado sua carreira, ou contrário, em maio de 1934 Frederico foi nomeado 2º. escriturário da Faculdade, e um ano depois, ele ascendeu ao cargo de primeiro escriturário da instituição. A rápida promoção, entretanto, escondia o fato de que antes disso, em trinta e quatro anos de serviço, Frederico “não foi comissionado nem executou serviços especiais, nem elogiado nem sofreu qualquer penalidade”, mesmo nunca tendo tirado nenhuma licença, e faltado apenas duas vezes, em todos esses anos. Isso não significa que ele tenha ficado no mesmo cargo esse tempo todo. Algum reconhecimento ele teve, apesar de nunca ter sido “elogiado ou comissionado”.

Seus documentos trabalhistas, compilados apenas na década de quarenta, afirmavam que Frederico foi contratado pelo diretor Dr. Barão de Ramalho em 28 de março de 1900, como guarda. Nota-se neles que Frederico até então, não tinha carteira de identidade, nem carteira profissional ou documento equivalente. Seus registros pessoais se resumiam a uma carteira eleitoral de 1933, e um certificado de que estava quite com o serviço militar, emitido em 1939 quando ele tinha 54 anos de idade.

Depois de ingressar na Faculdade, em 1919 ele teve uma primeira promoção significativa e foi nomeado amanuense. Nessa época, o diretor-interino da Faculdade de Direito era Amâncio de Carvalho, o mesmo que embalsamou o corpo de Jacinta em 1929. As anotações sobre sua carreira foram feitas a partir das memórias de Frederico, e ele afirmava que foi com essa posição que passou a ganhar 300\$000 réis mensais, quase o dobro do que recebia quando guarda. O funcionário ainda contou que depois disso “teve sucessivos aumentos dos quais não se lembra”, e em 1934 ele ganhava um salário 600\$000 réis, que era significativamente melhor, ainda que contemplasse as diferenças monetárias e inflacionárias do período. Em 1937, quando a Faculdade de Direito já integrava à USP, é que ele foi reconhecido como escriturário, provavelmente uma função que já vinha desempenhando havia algum tempo. Quando o governo do estado assumiu a direção da faculdade, contudo, aparentemente a função de escriturário significava ser “encarregado do expediente da Biblioteca da Faculdade de Direito”.

Todas essas informações foram recolhidas no sentido de compreender melhor o regime de trabalho de Frederico, em um momento em que o Estado passava por mudanças trabalhistas importantes realizadas ainda durante do governo provisório de Getúlio Vargas, que havia anulado a Constituição de 1891, promulgada pela Primeira República. O governo Vargas buscava racionalizar a administração pública, inclusive criando o ministério do Trabalho, Indústria e

Comércio. Essas mudanças atingiram em cheio a progressão de Frederico, mas infelizmente, isso lhe trouxe mais prejuízos do que conquistas econômicas.

Acontece, porém, que certos cargos existentes na Faculdade foram suprimidos pelo Decreto n.º 6 429, de 9/5/34, que aprovou o seu Regulamento, cujo artigo 4º, § 1º., previu o “aproveitamento” de alguns dos respectivos titulares em outros cargos criados por esse ato legislativo, passando esses funcionários a receber pelo Estado a diferença entre os vencimentos do cargo novo, e os do anterior pela União, na forma do disposto no artigo transcrito.¹²¹

Apesar de Frederico ser “reaproveitado”, não estava evidente como seu pagamento seria calculado. Nesse acordo, ele receberia seus proventos do governo do federal, mas havia uma diferença entre o seu salário prévio, e aquele que seria pago a partir da reestruturação. Na ocasião ficou acertado que Frederico receberia a quantia determinada pelo poder federal, e que a diferença de abono seria complementada pelo governo estadual. Não houve, entretanto, registro do acordo, ou ele não ficou arquivado apropriadamente. Apenas em 1944, quando Frederico viria a ser aposentado compulsoriamente, a Faculdade finalmente revisou seus contratos. A princípio tudo estava dentro da ordem:

Com a transferência daquela escola superior para o Estado, nos termos e condições do Decreto federal n.º 24 102, de 10/04/34, o interessado, do mesmo modo que outros funcionários daquela casa de ensino, passou a ocupar cargo estadual, sem prejuízo, entretanto, dos direitos e vantagens, inclusive dos vencimentos que lhe asseguravam as leis federais, e, ainda, com direito às vantagens resultantes do seu aproveitamento como funcionário estadual, inclusive diferença de vencimentos.¹²²

No entanto, em 1943, a instituição decidiu retrogradamente que Frederico estava em acúmulo de funções, registrado como empregado em ambos os governos estadual e federal, o que é proibido. Dessa forma, Frederico foi pressionado a pedir exoneração do cargo.

Nessas condições – acrescenta o interessado – quando exercia naquela faculdade, já incorporada à Universidade de São Paulo pelo decreto estadual n.º 6 429, de 9/5/34, o cargo de 1º escrivão, continuando a perceber os vencimentos federais e mais uma diferença pelos cofres estaduais, acrescida de sua quarta parte, foi surpreendido por uma comunicação do Ministério da Educação e Saúde Pública, através do ofício n.º 1 390, de 11/3/43, em que afirmava estar o requerente incidindo em acumulação proibida e, conseqüentemente, se exigia que optasse ele por um dos vencimentos, estaduais ou federais.¹²³

Em vista da ilegalidade de se acumular ambos os cargos, foi entendido que Frederico deveria pedir exoneração de um deles. Compreensivelmente, Frederico não queria, aquela altura

¹²¹ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

¹²² Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

¹²³ *Idem*.

da vida, diminuir seus próprios vencimentos. Ele se recusou a pedir exoneração. Diante disso, ele foi forçado a pedir demissão, “para evitar maiores dificuldades” não sem primeiro ressaltar “que o fazia forçado pela determinação que lhe era dada.” Não bastasse passar a receber menos, o pior ainda estava por vir, pois não se sabia quem deveria pagar a aposentadoria de Frederico. Em 1943, quando estava com 68 de idade, Frederico foi então aposentado de forma compulsória por idade. Nesse momento começou outra batalha em sua vida, dessa vez para receber a aposentadoria. Durante toda sua vida, ele havia trabalhado para a União, contudo, seu salário não acompanhava sua progressão profissional pelas perdas sofridas com a mudança de autoridade responsável pela instituição. Frederico entrou com um processo contra o Ministério da Educação, responsável pela Faculdade de Direito, para receber os proventos retroativos de sua exoneração forçada, e assim, receber os recursos da União acrescidos de 350 cruzeiros mensais, referente aos pagamentos estaduais.

Acontece, todavia, aduz ainda o mesmo servidor, que essa exoneração não pode prevalecer, e, portanto, ele, que está aposentado compulsoriamente pela União, deve obtê-la pelo Estado, com a respectiva diferença de proventos. (...) Ainda sendo, solicita o pagamento da importância mensal de trezentos e cinquenta cruzeiros, que seria a diferença a ser paga pelo Estado, a contar da data de sua exoneração, até a data da sua aposentadoria pela União, protestando, também, pelo recebimento a partir daí, dos proventos da aposentadoria pelo Estado, o que pleiteará a quem de direito.¹²⁴

Esse imbróglio com a Faculdade congelou seus pagamentos. O governo estadual reiterou diversas vezes que a acumulação era uma “proibição radical” vedada inclusive em casos de exercício gratuito de cargo ou função. Novamente, a defesa de Frederico informava que não se tratava de acúmulo de cargos, já que a União lhe pagava os proventos, e o governo do estado apenas arcava com a diferença.

Na espécie dos autos, nem mesmo acumulação de estipêndio pode haver, pois o funcionário percebe pelo Estado tão somente a diferença de vencimentos entre o cargo novo e suprimido pelo Decreto nº 6 429; e não seria de justiça que o Governo estadual deixasse de atribuir essa diferença só porque a União assegurou ao funcionário a percepção dos vencimentos correspondentes ao cargo antigo.¹²⁵

Em 1943, Frederico, a Faculdade de Direito e a União e o governo do estado de São Paulo trocaram diversos documentos. São mapas de contagem de tempo de serviço, nomeações, abonos e o pedido de exoneração de 1934. Justiça seja feita, a Faculdade e Direito confirmou por diversas vezes o teor das palavras de Frederico. Afirmava que ele era um funcionário exemplar, sem faltas

¹²⁴ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

¹²⁵ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

ou licenças, que havia prestado excelentes serviços ao longo de 43 anos, e que não tinha acumulado funções. O trâmite administrativo e as provas de ausência de malícia por parte do funcionário, além da exoneração forçada em 1934, não garantiram maior agilidade ao processo. Em vinte de junho de 1944, Frederico enviou um telegrama ao Ministério da Educação, pedindo transferências de seus créditos previdenciários. Em agosto, o ministério respondeu que necessitava de nova contagem do tempo de serviço. Logo, outra correspondência foi enviada pela faculdade, afirmando que Frederico estava há vários meses sem receber nenhum provento, e exigindo o pagamento de sua aposentadoria. Justificaram que, em 1934, a Diretoria da Divisão do Ministério da Educação entendeu, e “entendeu muito mal”, que Frederico havia acumulado funções e o forçaram a pedir exoneração, sob pena de perder seus vencimentos. Foi argumentado que “para que os cofres federais não suspendessem seus pagamentos, que o colocaria, velho e pobre funcionário que ele é, na maior dificuldade”. Toda a situação era uma vergonha para a Faculdade, e um constrangimento real para Frederico.

Informaram que era em vista disso que Frederico requeria a soma de seus vencimentos retroativos, e a Faculdade ratificou a posição do antigo funcionário. Citaram outro caso idêntico em outra instituição, e pediam o arquivamento da exoneração forçada, para que o aposentado pudesse receber os vencimentos relativos à realidade do cargo e função que desempenhou por quatro décadas. E reafirmam que Frederico recebeu proventos relativos a um só cargo durante o tempo de serviço, e que corroboravam ser justo que esse salário fosse mantido também durante sua aposentadoria. O processo de Frederico abriu precedentes, e outros funcionários da Faculdade, que passaram pelo constrangimento de uma exoneração forçada também processaram a União.

Em novembro de 1944, o processo foi reconsiderado, e Frederico, teoricamente iria finalmente voltar a receber seus proventos de aposentado. Mas ele não recebeu nada, e as narrativas são entristecedoras. Narra-se que Frederico dirigia-se todos os dias a Delegacia Fiscal do Estado, repetidamente, implorando para receber seu dinheiro. Em quatro de dezembro, ele enviou outro telegrama, mas a delegacia alegou que ainda aguardava os documentos necessários para aprovar o pagamento.

Figura 5.6 – Telegrama

The Western Telegraph Company, Limited.
THE WEST COAST OF AMERICA TELEGRAPH COMPANY, LIMITED.
FILIADAS A
CABLE & WIRELESS LTD
EM LIGAÇÃO COM A WESTERN UNION PARA A AMERICA DO NORTE



COMMUNICAÇÕES MUNDIAIS
"Via Imperial" e "Via Western Union"

Nº	S. Paulo, 4-dezembro- 19 44			TAXA
RESERVADO PARA INDICAÇÕES DE SERVIÇO	PALAVRAS	HORA	INDICAÇÕES	
			nº 31/20	

TELEGRAMMA DE TARIFA INTEGRAL OU CDE

DIRETOR DEPARTAMENTO DE EMPRESA
MINISTERIO FAZENDA
RIO

Referência vosso telegrama 18 novembro comunico
Delegacia Fiscal ainda não recebeu processo relativo ao
funcionario desta Faculdade FREDERICO BAPTISTA DE SOUZA
QUE CONTINUA SEM RECEBER PROVENTOS APOSENTADORIA DECETE
JUNHO DOUTE ADO. ATENCIONAL SAUDAÇÕES

FLAVIO MENDES
Secretario Faculdade Direito SPaulo

Fonte: Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

Em 1945 decide-se voltar a pagar os proventos da aposentadoria, mas os retroativos relativos à exoneração forçada não ocorrem. Foram anos de tentativas de receber os direitos, e até 1962 o processo ainda ocorria. Em 23 de julho de 1960, após a morte de Frederico, o processo permanecia em trâmite, para que a viúva, Luiza Baptista de Moura, pudesse receber a pensão de seu marido, o que também não ocorreu.¹²⁶

Outros sujeitos negros e o racismo na Faculdade de Direito

Essas trocas de mensagens entre Frederico e o poder público, juntamente a faculdade, incidem em enorme fadiga, e mostram a impotência e abandono que o antigo funcionário se encontrava em sua velhice. Ao todo, parece que a Faculdade de Direito oscilou: em alguns momentos esteve próxima do funcionário e ativa, realmente auxiliando Frederico e se colocando

¹²⁶ Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu. Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza.

ao lado dele. Em outros, esteve mais distante, deixando o processo acontecer. É notório que nesse período, não houve nenhuma menção direta ou indireta que se possa inferir racismo ou preconceito por parte da instituição. Mas é importante entender como as pessoas pretas e negras que andavam pelos corredores das arcádias eram tratadas por estudantes e professores, no sentido de se criar um quadro mais amplo da experiência negra na universidade. Apresento a dois exemplos, mas tenho certeza de que outros poderiam ser somados a esses.

Para tanto, trago a história de Clemente Antônio Pereira, conhecido como preto Leôncio. Ainda na primeira década do século XX, quando Frederico era guarda da Faculdade, é possível ler notas de jornal em que se tem a falsa ideia de que o preto Leôncio teria sido um funcionário da Faculdade de Direito, afinal, muitas vezes ele foi mencionado dessa maneira. Mas, na verdade, isso se tratava de zombaria. As fontes não são muito seguras sobre esse aspecto, mas é possível que Clemente tenha sido escravo do advogado, professor e político Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847-1912). Ele teria ficado conhecido como “preto Leôncio” enquanto o bacharel era estudante das Arcadas, e por isso Clemente recebeu a alcunha, em referência ao nome de seu proprietário. Ainda é preciso mais investigação para se saber como Clemente se tornou livre, se foi apenas a partir da abolição, ou se foi liberto de outra forma. No geral, após 1888, parece que ele ficou sem função, circulando pela capital e fazendo pequenos trabalhos como cozinheiro para os estudantes. Fato, é que ele se dissociou do advogado e se tornou uma figura célebre por auxiliar os estudantes em traquinagens, e também “filosofar” junto deles.

Figura 5.7 – O popular preto Leôncio



Fonte: *Vida Paulista*, setembro de 1908.

Apesar dos sapatos lustrosos e das roupas finas¹²⁷, que davam a respeitabilidade a Leôncio, ele era entendido como um bufão, cuja função era entreter os estudantes, sendo chamado de “boêmio inofensivo”, e acometido por “alcoolismo prosaico”.¹²⁸ Como aconteceu no caso de Jacinta, circulavam boatos sobre Clemente ser vagabundo e bêbado, sem muita explicação sobre sua vida, como se fosse natural associar alcoolismo às pessoas negras. Diversas menções em jornais entre 1908 e 1909, especialmente publicadas por estudantes ou advogados formados, usavam a figura do “preto Leôncio” para ridicularizar argumentos de adversários, comparando-o por exemplo, ao filósofo Renan, seguindo da palavra “risos”, entre parênteses.¹²⁹ Na figura acima publicada pela revista “Vida Paulista” em 1908, as legendas dizem: “Tipos populares” e “O popular preto Leôncio, falecido no último dia seis”. A existência de Leôncio ainda é um mistério a ser descoberto, mas José Correia Leite o mencionou brevemente em suas memórias:

Ele era conhecido. E com ele, existiam alguns outros tipos, sobretudo ali na Faculdade de Direito. Houve negros que ficaram figuras típicas no meio dos estudantes. Um deles se chamava Leôncio. Era um orador de que os estudantes gostavam muito. Uns zombavam, outros gostavam dele...¹³⁰

Para se ter uma ideia da fama de Leôncio, ele apareceu em alguns retratos do importante fotógrafo Vincenzo Pastore. Fabiana Beltramim identifica Leôncio no *Caderno de Recortes da coleção Dante Pastore*, onde há outras duas outras fotografias de Clemente, registrado sempre como “preto Leôncio”, e nunca por seu nome de batismo.¹³¹ Segundo os comentários de Pastore, a autora afirma que Clemente foi “turista, orador e fotógrafo”, e conjectura que ele tenha sido também ajudante no estúdio fotográfico, pois, aparece ele em uma das cenas, que é evidentemente posada, segurando parte do equipamento fotográfico.¹³²

¹²⁷ Tratando de Antônio Ferreira Cesarino Junior (1906-1992), professor de Direito em Legislação Social, Franco Della Valle também comenta sobre a importância da vestimenta para a respeitabilidade do educador negro. VALLE, Franco Della, **A construção da autoridade de jurista: Cesarino Junior, a Faculdade de Direito da USP e o Direito do Trabalho (1938-1976)**, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, p. 39.

¹²⁸ Fatos Diversos, **Correio Paulistano**, 07/01/1908.

¹²⁹ CRUZ, Paulo. O Problema da tuberculose. **O Comércio de S. Paulo**, 28/09/1909 e 25/12/1909.

¹³⁰ LEITE, José Correia, ...**E disse o velho militante José Correia Leite...**, p.44.

¹³¹ Essa é a única nota que encontrei que menciona seu nome de batismo, três anos após sua morte. **Correio Paulistano**, 05/04/1911.

¹³² BELTRAMIM, Fabiana Marcelli da Silva, **Entre o estúdio e a rua: a trajetória de Vincenzo Pastore, fotógrafo do cotidiano**, Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 84-86. Ver também figuras 43-45.

Ainda que muito conhecido na cidade, Leôncio foi brutalmente assassinado durante uma briga entre imigrantes italianos que parecia não ter relação alguma com ele.¹³³ “Morto por engano” em 1909, a história do preto Leôncio foi se desvanecendo até desaparecer, como ocorreu com outros sujeitos negros da faculdade.¹³⁴ Antes disso, contudo, os estudantes de Direito requisitaram que a prefeitura desse ao túmulo de Clemente uma sepultura perpétua. Ele foi enterrado no cemitério da Penha, mas a lápide de mármore e a eterna homenagem não foi aprovada pelo governo municipal e, portanto, não ocorreu.¹³⁵

Mesmo que alguns estudantes tenham tido boas intenções em buscar fazer uma homenagem e dar túmulo perpétuo para Clemente, percebe-se que as pessoas negras que circulavam entre os estudantes não eram vistas com dignidade e respeito. Ainda que essa seja uma breve narrativa, faltando informações mais certeiras, alguns memorialistas, como Jorge Americano¹³⁶ descreveram Clemente como alguém que impressionava os estudantes de Direito com seus discursos, oratória e bons conhecimentos gerais e de direito. Embora, se afirmasse que era impossível que um homem preto e simples pudesse ser um filósofo de fato.

Essa breve história do preto Leôncio serve para articularmos um paralelo sobre como eram tratados os funcionários negros da Faculdade logo após o cativeiro. Mesmo que Clemente não tenha trabalhado de fato na instituição, é importante perceber que uma forma de zombar de sua figura era lhe atribuir título de funcionário e de intelectual, por chacota. O exemplo de Clemente, e mesmo de Jacinta, faz pensar que Frederico deve ter passado por muitas situações constrangedoras, de humilhação e racismo, nos corredores da faculdade. Reincide também na ideia do porquê de Frederico ter sido tão focado na respeitabilidade e na rigidez de costumes, pois, mesmo sendo funcionário da instituição mais respeitada da cidade, sua cor poderia fazer com que fosse visto como um palhaço ao serviço do riso maledicente de estudantes e professores. Pode-se

¹³³ Aparentemente, Clemente já havia sido baleado em 1896, mas não fica evidente se foi esse ou outro tiroteio em 1909 que finalmente arrebatou sua vida. **O Comércio de S. Paulo**, 24/08/1896.

¹³⁴ Preto Leôncio. *Vida Paulista*, 13/09/1908. Preto Leôncio. *O Comércio*, 24/08/1893. Para a questão sobre sujeitos negros na Faculdade de Direito, e a pouca informação sobre eles, ver a parte “As muitas evidências de José Ferreira de Menezes” (1845-1881), da obra de Ana Flávia Magalhães Pinto. PINTO, Ana Flávia Magalhães, **Escritos de liberdade**, p. 37-84.

¹³⁵ Mocidade e Poesia. **Correio Paulistano**. 15/01/1906, Centro Acadêmico Onze de Agosto. **O Comércio de São Paulo**, 13/11/1909; Centro Acadêmico Onze de Agosto. **O Comércio de São Paulo**, 08/12/1909. Atualidades, **Correio Paulistano**. 07/08/1904, Seção Livre, **Correio Paulistano**. 06/12/1905. Pai João, Brás. **Correio Paulistano**. 03/03/1906.

¹³⁶ AMERICANO, Jorge, **São Paulo naquele tempo**, São Paulo: Edição Saraiva, 1957.

pensar que essas violências raciais em forma de humor fossem exclusivas do período imediatamente após a abolição, mas esse não é o caso.

Mais tarde, já adiante no século vinte, Franco Della Valle encontra situações explícitas de racismo contra o professor Antônio Ferreira Cesarino Junior (1906-1992), titular em Legislação Social na faculdade de Direito da USP entre 1938 e 1976. A tese de doutoramento de Valle aponta pelo menos três outros professores negros na faculdade antes de Cesarino, foram eles: José Rubino de Oliveira (1837-1891), Pedro Lessa (1859-1921) – ainda que seja controverso se ele se assumia como negro ou não –, e Manuel Francisco Pinto Pereira (1889-1956). Todos, em maior ou menor grau, sofreram pressões racistas de colegas e alunos devido a cor da pele. No caso de Cesarino é importante notar que o racismo muitas vezes vinha travestido de críticas a sua rigidez ao ensinar.¹³⁷ Acertadamente, Valle aponta que o fato de Cesarino estar em lugar de poder, em que corrigia e dava lições a alunos brancos, e assim desestabilizava a hierarquia de raças.

Ao longo dos anos o professor Cesarino angariou algumas simpatias também, chegando a ser paraninfo de uma turma em 1968. Isso não o blindou do racismo, e em 1973 ele enfrentou uma greve de alunos. As greves de alunos contra professores não eram incomuns, e o autor cita o exemplo de Miguel Reale, que sofreu represálias dos estudantes por ter sido integralista na juventude.¹³⁸ Contudo, a greve contra Reale não culminou em sua retirada da faculdade, como em último caso ocorreu com Cesarino. Aconteceu que os alunos perderam um exame porque estavam em uma palestra de outro professor, e Cesarino optou por não os deixar entrar atrasados na sala de aula. Cesarino conta em suas memórias que os alunos poderiam ter feito um exame final de recuperação, mas ao invés disso, optaram por criar uma situação de conflito na instituição. A ocorrência foi tão grave que o professor não foi aceito nem mesmo na banca de avaliação para estabelecer seu sucessor, e mesmo sua orientanda, Marly Cardone, que trabalhou com ele por mais de 30 anos, não foi nomeada como professora da instituição, como era de se esperar.¹³⁹ Por fim, Cesarino foi afastado da instituição três anos antes do previsto para sua aposentadoria, o que certamente, é uma perda em termos de prestígio e de reconhecimento institucional, ainda que não fique evidente, se como no caso de Frederico, o professor também teve perdas econômicas diretas.

¹³⁷ VALLE, Franco Della, **A construção da autoridade de jurista**, p. 240.

¹³⁸ VALLE, Franco Della, **A construção da autoridade de jurista**, p.43.

¹³⁹ VALLE, Franco Della, **A construção da autoridade de jurista**, p. 231-240.

A história do professor Antônio Ferreira Cesarino Junior certamente não foi a única dentro da instituição. Ela é, contudo, um contraponto importante àquela vivida por Frederico, por três razões que explico a seguir. A primeira, é que se um professor titular foi acossado por alunos dentro da faculdade, cuja razões menos explícitas dizem respeito a um racismo não declarado, seguramente, Frederico, que tinha menor poder e prestígio, esteve mais exposto ao racismo institucional e cotidiano. A outra questão que se suscita, é que, mesmo Cesarino sendo professor titular e tendo sido autoridade em Legislação Social (antiga atribuição da Legislação do Trabalho) ele não consta dos processos de aposentadoria de Frederico de nenhuma forma, e fica subentendido que ele não quis, ou não pode auxiliar o velho Baptista. Isso pode ter ocorrido por vários motivos como não se conhecerem, ou por causa de Cesarino ter sido contratado apenas em 1938. Nessa época, Frederico já tinha começado a sofrer as malezas do processo desde pelo menos 1934. É de se pensar que talvez não houvesse segurança trabalhista suficiente para que Cesarino o auxiliasse, sendo tão novo de casa. Mas é possível também que a situação de preconceito e discriminação dentro da instituição fosse tão acintosa que impedisse colaborações mais efetivas entre os indivíduos de cor. Isso não é um fato, é apenas uma suposição, mas complexifica o entendimento sobre a situação dos sujeitos negros dentro da faculdade durante o século vinte. A famosa escola de direito de São Paulo tem buscado rever seus posicionamentos quanto aos sujeitos negros nos recentes anos, e a história de Frederico, espero, deve auxiliar nesse sentido. Afinal, é ultrajante que um homem que tenha se dedicado por mais de quarenta anos à instituição tenha morrido empobrecido, humilhado e sem receber seus direitos, dentro da escola de direito mais famosa do Brasil.

Mesmo assim, as notícias do falecimento de Frederico não deixam de notar que o finado era funcionário aposentado da Faculdade de Direito de São Paulo. Sem dúvida, ter trabalhado no “templo do direito”, ou no “largo do capim” como Frederico preferia dizer, era algo de que o velho Baptista se orgulhava. As duas notas que saíram sobre seu falecimento, ocorrido em 23 de julho de 1960, frisaram a dedicação dele por décadas à faculdade. O jornal *O Estado de São Paulo* ainda dizia que, além de prestar serviços, Frederico recebeu “carinhosas manifestações de mestres e alunos.”¹⁴⁰ A notícia dava o nome de sua esposa, filhos e netos, e para nossa surpresa, apontava que Frederico tinha um filho adotivo chamado Jacy Cardoso Alves, que era funcionário do jornal. Os descendentes do Baptista confirmaram que o rapaz era mesmo filho adotivo de Frederico, e

¹⁴⁰ Falecimentos, *O Estado de S. Paulo*, 24/07/1960.

que jogava futebol na Penha. Faz sentido, pois, depois de se aposentar da militância, o inquieto Baptista começou a acompanhar o futebol de várzea do bairro.¹⁴¹ E segundo a nota, foi também no cemitério da Penha que Frederico foi sepultado. Infelizmente, quando visitei a necrópole em 2021, fui informada de que todos os registros de falecimento ocorridos entre 1960 e 1961 foram perdidos durante uma enchente, e que não é possível encontrar os referentes sepulcros.

Não é um problema, pois o legado de Frederico, de fato, foi deixado em vida, como bem apontou José Correia Leite. O companheiro do extinto *Clarim* escreveu uma nota na revista *Níger*, que foi, provavelmente, o último registro de um militante sobre a morte do octogenário. Na coluna da revista, aparece aquela mesma fotografia tirada na década de vinte, com Frederico ainda jovem, vestindo fraque e gravata borboleta, com a cabeça levemente inclinada para a sua direita. Leite relembra que Frederico “deu, de sua vida, uma larga soma de energia, dedicação e desprendimento, à frente de movimentos sociais.” Menciona as conhecidas qualidades de “fibra de lutador infatigável e intransigente nas normas de sua orientação.” Recorda que ele foi diretor-fundador dos jornais *Kosmos*, *Elite*, e presidente da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*, além de principal agente do grêmio Kosmos. Por último, afirma que Frederico era um homem “de boa formação”, e que pertenceu até o final da vida à “Veneranda Irmandade de N. S. dos Remédios”, segundo Leite, chegando a ser provedor. Além das palavras de José Correia Leite, nada comprova que Frederico tenha sido provedor, mas certamente, seu *status* e dedicação à confraria devia fazer com que fosse entendido desse modo. Com carinho, Leite se despede do velho amigo em nome da revista *Níger*, fazendo uma singela homenagem “ao vulto que desaparece”. Nada mais justo que a derradeira aparição de Frederico fosse em uma publicação de gente negra, seu espaço conquistado e mantido por excelência.¹⁴²

¹⁴¹ Na Penha, *A Gazeta*, 11/01/1930.

¹⁴² Frederico Baptista de Souza, *Níger*, 02/08/1960.

Figura 5.8 – Frederico Baptista de Souza



Fonte: *O Clarim d'Alvorada*, 15 de janeiro de 1927.

Conclusão

Como inúmeros de seus contemporâneos, a vida de Frederico foi definida por uma luta pela sobrevivência diante de forças sociais e econômicas poderosas e muitas vezes malévolas. Ele nasceu de uma mãe escravizada, depois, atingiu a maioridade em meio a intensa desigualdade social e depressão econômica; quando jovem, ele fez parte de uma difícil onda de migração urbana definida tanto pela esperança quanto pela incerteza; já adulto, estabeleceu família e carreira em uma sociedade dominada pelo intenso racismo científico. Apesar desses desafios, ele se estabeleceu como chefe de família, profissional respeitado e líder comunitário. Embora seu sucesso tenha sido modesto em comparação com alguns dos seus contemporâneos brancos, não foi em nada desprezível, ao contrário, foi notável como mostrou esta tese. Contudo, Frederico não deixou que as conquistas e privilégios modestos o levassem à complacência. Ele alavancou seu capital intelectual, social e econômico para enfrentar a desigualdade racial no Brasil. Como líder intelectual, ele contribuiu para várias publicações negras que desempenharam um papel fundamental na luta da comunidade por justiça. Ativista social, ele fundou, administrou e frequentou vários clubes negros. Ao avaliar sua longa carreira e vida, e sua evolução do liberalismo ao ativismo conscientemente antirracista, ganha-se uma maior compreensão da trajetória e das consequências do associativismo negro no início do movimento negro de São Paulo.

Fundado em 1908 por Frederico e seus colegas, o grêmio Kosmos foi um clube negro por excelência em São Paulo. Inicialmente, buscou uma plataforma política liberal, muito próxima das ideias de elevação predominantes nos Estados Unidos entre os afro-americanos. O liberalismo, que herdaram do movimento abolicionista brasileiro, alimentou seus sonhos de bem-estar na sociedade. Eles expressaram preocupação com respeitabilidade, comportamento moral, bem como desenvolvimento econômico e educacional. Essas questões se estendiam não apenas ao seu próprio grupo social, mas a toda a “raça”. Acreditava-se aqui, em um ambiente supostamente menos racista do que nos Estados Unidos, no qual a ascensão racial poderia florescer sem obstáculos. Durante sua primeira década, o Kosmos trabalhou duro para ajudar a elevar a comunidade negra da cidade, projetando uma imagem de seus membros como prósperos e distintos.

Consequentemente, as publicações do jornal *Kosmos* apresentaram – ao lado de outros jornais negros – uma comunidade negra industriosa que não tinha relação com o quadro de gentes negras “excepcionais” do século anterior. Eles também sinalizavam uma independência

desconectada tanto do legado da escravidão quanto da noção de que a comunidade dependia da caridade branca. Ao fazer isso, o Kosmos e outros clubes negros desempenharam um papel crucial no desenvolvimento de uma imprensa negra em São Paulo. Mais tarde, Frederico dirigiu algumas dessas publicações, escreveu artigos e emergiu como uma figura importante na comunidade negra da cidade. Por sua vez, esses jornais ofereceram um espaço para os intelectuais formularem e debaterem políticas raciais. Foi na imprensa negra inicial que o potencial para elevar uma raça unida foi expressamente articulado.

Embora subscrevessem essa perspectiva liberal, as pessoas que compareceriam aos eventos do grêmio Kosmos estavam longe de serem ricas. Eram principalmente famílias da classe trabalhadora que lutavam para sobreviver economicamente. Mesmo Frederico, que conseguiu se firmar como funcionário público e tinha um salário maior que o de um operário fabril, estava longe de pertencer a uma elite no sentido econômico. Sua perspectiva liberal inicial – dele e do grêmio Kosmos – sobre a política racial operava dentro de um ambiente incontestavelmente da classe trabalhadora. Embora não fossem ricos, os membros do Kosmos estavam empenhados em apresentar uma visão de si mesmos diferente da imagem de escravidão comumente associada aos negros no Brasil. Relatos de seus eventos enfatizavam a elegância e a abundância. Pode parecer contraditório que pessoas que davam festas elegantes também enfrentassem limitações socioeconômicas. No entanto, na realidade, esse senso de incongruência destaca a especificidade da versão brasileira da ideia de elevação racial. Os grupos brasileiros de *uplift* tinham semelhanças com os americanos, mas clubes como o Kosmos demonstram que surgiram de tradições diferentes. As aspirações ideológicas e econômicas de Frederico em oposição à realidade financeira de sua família questionam suposições sobre como as pessoas que fundaram jornais e clubes negros logo após a abolição, viveram no Brasil.

Frederico defendia uma ideologia que se baseava nas conexões transatlânticas, embora permanecesse enraizada nas particularidades de uma sociedade que se acreditava, e que tinha esperanças de fomentar uma ostensiva “democracia racial”. Ele acreditava que demonstrar seu sucesso e respeitabilidade forneceria um modelo que poderia ser replicado por outros na comunidade, e muitas de suas publicações faziam referências explícitas a ideias de autoria de escritores do Atlântico Norte, como Booker T. Washington e a “geração do uplifting”.¹⁴³ Como parte de sua “estratégia de respeitabilidade”, a imprensa negra brasileira denunciou o

¹⁴³ Norrell, *Up from History*, 214–222.

comportamento indesejável dentro dos espaços negros. Em vez de expressar fanatismo, esses jornalistas negros brasileiros demonstraram o desejo de se proteger de uma ameaça mais assustadora, um tratamento semelhante à brutalidade do sul dos Estados Unidos. Como a ideologia do *uplift*, esses usos da respeitabilidade no Brasil ofereceram aos sujeitos negros uma maneira de mostrar que eles mereciam direitos civis iguais. Teoricamente, eles demonstraram às elites brancas que os homens e mulheres negros estavam prontos e aptos a fazerem parte da política nacional. Na realidade, suas políticas raciais eram relativamente otimistas em relação ao futuro do Brasil. E esse tom de otimismo era ainda mais evidenciado quando comparado aos seus contemporâneos americanos.

A existência da crença genuína dessa classe de homens e mulheres de cor no liberalismo e na elevação racial como meios para minimizar as desigualdades sociais não significava que, de fato, as portas estivessem abertas para que eles alcançassem a paridade social. Na realidade, as elites brasileiras viam a retórica e a prática da respeitabilidade como evidência de que os negros brasileiros poderiam progredir sem plena participação política. A estratégia de elevação foi frustrada ao longo das décadas porque se chocou com o racismo de uma sociedade onde as comunidades negras eram responsabilizadas pelas consequências de sua própria opressão. Suposições otimistas e meritocráticas em relação ao futuro desmoronaram nos anos seguintes, e os principais clubes negros, como o Kosmos, lutaram para manter a linha. Os bailes ficaram mais simples, a biblioteca fechou, o clube enfrentou dificuldades financeiras e seus membros pelearam contra a polícia racista. O trabalho árduo e a dedicação liberal não os isentaram dos problemas enfrentados por todos os sujeitos negros brasileiros: restrição econômica e racismo. A realidade forçou o grêmio Kosmos e Frederico a alterar seu projeto político para longe do liberalismo econômico estrito. Eles continuaram a abraçar a ênfase educacional de Booker T. Washington, mas adotaram cada vez mais uma plataforma antirracista como forma de melhorar sua situação. Não foi a incapacidade – como alegavam os eugenistas – que levou à desvantagem social dos homens de cor, mas sim a consequência da cidadania desigual que acompanhou a abolição. A história de vida de Frederico mostra, em última análise, como o modelo de Booker T. Washington foi insuficiente para um progresso duradouro ou significativo. Desamparado financeiramente e politicamente obscuro, apesar de uma vida de trabalho incansável, os últimos anos de Frederico incorporaram o fato de que, a despeito da igualdade legal, os indivíduos negros brasileiros não gozavam de justiça social.

Minha tese sobre São Paulo durante o pós-abolição demonstra que homens e mulheres negros e negras não se contentavam apenas com a liberdade jurídica; os militantes rapidamente passaram a lutar pela plena realização dos direitos civis. Esses esforços refletiram as influências internacionais enquanto acomodavam as condições locais. *Uplifting* foi uma vertente que ligou os primeiros movimentos pelos direitos civis do Brasil e dos Estados Unidos. Assim como nos Estados Unidos, as limitações dessa ideologia tornaram-se evidentes para os ativistas negros brasileiros porque ela falhou em abordar fundamentalmente a opressão imposta pela sociedade brasileira. Esse reconhecimento levou ao surgimento de movimentos negros progressistas que buscavam atacar as causas profundas do racismo sistêmico. Em última análise, a trajetória de Frederico, a adaptação interna e a eventual alienação da ideologia de elevação evidenciam a natureza pluralista e dinâmica do ativismo negro brasileiro no século XX.

Referências

Fontes de Arquivo

Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP)
Estatutos e licenças de clubes e associações

Centro de Documentação e Memória da UNESP
Fundo Clóvis Moura: Atas da Sociedade Cooperadora *Clarim da Alvorada*

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM)
Documentos da Secretaria de Justiça e Segurança Pública

Cartório da Penha de França
Documentos Variados

Manuscritos

Arquivo Municipal Washington Luís
Coleção da Prefeitura de São Paulo
Secretaria de Justiça e Segurança Pública

Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho (Taubaté)
Inventário de Manoel Vaz de Toledo Jr.

Faculdade de Direito/USP, Seção de Arquivo e Museu

Pasta do funcionário Frederico Baptista de Souza. Documentação para fins de contagem do tempo de serviço.

Dr. Amâncio de Carvalho, Documentos de Aposentadoria.

Database *FamilySearch*, Registros de Batismo

Anatolina Baptista de Souza, “Brazil Baptisms, 1688-1935”.

Durvalina Moura Baptista, “Brazil Baptisms, 1688-1935”.

Microfilmes

Benson Latin American Collection, University of Texas (Austin)

Micheal Mitchel. *Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil* (1977).

O Café em São Paulo Notas Históricas (1927).

Library of Congress

Racial groups in Brazil (1987 – 1989).

Coleções de Periódicos

Hemeroteca Digital – BNDigital – Biblioteca Nacional

Almanach da Província de São Paulo (1892)

Almanak Laemmert (1905-1911).

Almanaque Brasileiro Garnier (1905)

Apóstolo (1888)

Brazilian Review (1909)

Cachoeirano, O (1902)

Combate, O (1922 – 1925)

Comércio de São Paulo, O (1893 – 1909)

Comércio do Espírito Santo (1902)

Constitucional, O (1861)

Correio Paulistano (1870 – 1940)

Diário da Tarde (1963)

Diário de Pernambuco (1902)

Diário do Maranhão (1902)

Diário Nacional (1925)

Diário Oficial (1905)

Estado do Espírito Santo (1902)

Federação, A (1903)

Fon Fon (1916)

Industrial, O (1902)

Jornal do Brasil (1901)

Jornal do Comércio (1904)

Jornal do Recife (1904 – 1911)

Norte, O (1912)

Pacotilha, (1901)

Farol, O (1922)

República (1899)

República, A (1901)

Acervo da Folha de São Paulo

Folha da Manhã (1921 – 1992)

Acervo do Acervo Estadão – O Estado de S. Paulo

O Estado de São Paulo (1875 – 1960)

Arquivo Histórico Municipal Felix Guisard Filho (Taubaté)

Cidade de Taubaté, A (1895)

Liberal Taubateense, O (1888)

O Liberal Taubateense (1887)

O Constitucional (1861)

A Cidade de Taubaté (1895)

O Apóstolo (1888)

Imprensa Negra Paulista

Hemeroteca Digital - BNDigital - Biblioteca Nacional

Alfinete, O (1918 – 1921)
Baluarte, O (1903)
Bandeirante, O (1918 – 1919)
Chibata (1932)
Clarim, e Clarim d'Alvorada, O (1924 – 1930)
Elite (1924)
Kosmos, O (1922 – 1925)
Liberdade, A (1919)
Menelik (1915 – 1917)
Xauter, O (1916)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).

Baluarte, O (1903)
Bandeirante, O (1918 – 1919)
Clarim d'Alvorada, O (1924 – 1940)
Progresso (1928-1932)
Propugnador, O (1907)

Benson Latin American Collection, University of Texas (Austin),

Jornais da Imprensa Negra – Michael Mitchel Collection.
Niger (1960)

Library of Congress

The Black press of Brazil: a collection of 31 titles spanning 1916-1969.
Alvorada (1940)

Acervo privado da família Baptista

Fotografias variadas (1840 – 1960)

Vídeos de época em acervos digitais

Vídeo da atriz Marilyn Miller dançando e cantando em película. [From the movie: SALLY 1929. This number featuring Broadway legend Marilyn Miller.](#) (1929).

Vídeo de parada após Primeira Guerra Mundial em São Francisco, durante a epidemia de *Hespanhola*. [\[Gould can 5314 -- Extra.5\]](#), (1918).

[Cakewalk](#). Gif, (1903).

Baile de Charleston, Texas, [Library of Dance - Texas Tommy](#). (1910).

Concurso de casais dançando o *Lindy Hop*, uma variação do Charleston: [Library of Dance - Early Lindy](#). (1928).

Livros, Artigos, Teses e Dissertações

- ABEL, Elizabeth. **Signs of the times: the visual politics of Jim Crow**. Berkeley: University of California Press, 2010.
- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora: FGV CPDOC, 2001.
- ABREU, Martha. **Da senzala ao palco - Canções escravas e racismo nas Américas, 1870- 1930**. Campinas: E-pub da Editora da Unicamp, 2017.
- _____. Histórias musicais da Primeira República. v. 13, n. 22, p. 13, 2011.
- ABREU, Martha, Charlotte Castelnau-L'Estoile, COTTIAS, Myriam, MENDES, Antônio de Almeida, Céline FLORY, Céline, GENESTE, Elsa, GRINBERG, Keila, *et al.* **Escravidão e subjetividades**. OpenEdition Press, 2016.
- AGUIAR, Aline do Nascimento. ZAMI: Notas sobre lesbianidade negra na diáspora. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, p. 129–135, 2019.
- ALBERTO, Paulina L. “Racial Democracy” and Racial Inclusion: Hemispheric Histories. *In*: DE _____ . **Black legend: the many lives of Raúl Grigera and the power of racial storytelling in Argentina**. New York: Cambridge University Press, 2022.
- _____. **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.
- ALBERTO, Paulina L.; ANDREWS, George Reid; HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse (Orgs.). **Voices of the race: Black newspapers in Latin America, 1870-1960**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social**, n. 19, 2010: 91-108.
- ALEX, Pedro; SANCHES, Re. **A inclassificável Eliana Pittman (da Silva)**. Farofafá.
- ALMEIDA, Juliana Barbosa Lins de. Black women against the land grab: the fight for racial justice in Brazil. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 8, p. 1425–1427, 2015.
- ALMEIDA, Paulo. **A Presença negra no Teatro de Revista dos anos 1920**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- ALMEIDA, Rodolfo Rodrigues. (2018). Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França em São Paulo 1801-1863, século XIX: história e óbitos de escravos. *Escrita Da História*, (10), 108–207
- ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 166–199, 2011.
- _____. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- _____. **The last abolition: the Brazilian antislavery movement, 1868-1888**. New York: Cambridge University Press, 2021. (Afro-Latin America).
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo**. São Paulo: Edição Saraiva, 1957.
- AMÂNCIO, Kleber. **Pós-Abolição e cotidiano: ex-escravos, ex-liberto e seus descendentes em Campinas (1888-1926)**. São Paulo: Alameda, 2013.
- AMARAL, Pedro Ferraz do Amaral. **Celso Garcia**. São Paulo, Brasil: Editora Martins, 1973.
- AMARAL, Raul Joviano do. **Os pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos**. São Paulo: Edições Alarico, 1953.
- ANDRADA e SILVA, Raul; MATOS, Odilon Nogueira de; PETRONE, Pasquale. **A Evolução Urbana de São Paulo**. São Paulo: Coleção da “Revista de História”, 1955.
- ANDREWS, George Reid. Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888–1928. **Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 3, p. 491–524, 1988.
- _____. **Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988**. Bauru: EDUSC, 1998.

- _____. “Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888–1928.” *Hispanic American Historical Review* 68, no. 3 (August 1, 1988): 491–524.
- _____. “Brazilian Racial Democracy, 1900–90: An American Counterpoint.” *Journal of Contemporary History* 31, no. 3 (1996): 483–507.
- _____. *Los Afroargentines de Buenos Aires*. Colección Aquí mismo y hace tiempo. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.
- _____. *Negros en la Nación Blanca: Historia de los Afro-uruguayos, 1830–2010*; tradução de Betina González Azcárate. Montevideo: Linardi y Risso, 2011.
- ANONYMOUS. W.E.B. Du Bois Papers. *The Journal of Pan African Studies (Online)*, v. 10, n. 9, p. 395–399, 2017.
- AQUINO, Mauricio. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Horizonte*, v. 11, n. 32, p. 1485–1505, 2013.
- ARAUJO, Ana Lucia. Enjeux politiques de la mémoire de l’esclavage dans l’Atlantique Sud: La reconstruction de la biographie de Francisco Félix de Souza. *Lusotopie*, v. 16, n. 2, p. 105–132, 2009.
- ARAÚJO, Marcia Luiza Pires de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920–1940)**. Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo: Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- ASSOCIAÇÃO CULTURAL CACHUERA! **Inventário Jongo no Sudeste**. São Paulo: IPHAN, 2005. (Livro das Formas de Expressão).
- AUTRAN, Arthur. O personagem negro no cinema silencioso brasileiro: estudo de caso sobre A filha do advogado. *Sessões do Imaginário*, v. 6, n. 7, 2001.
- AZEVEDO, Elciene, **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- AZEVEDO, Elciene (Org.). **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Unicamp, 2009.
- AZEVEDO, Militão Augusto de; FERNANDES JR., Rubens; BARBUY, Heloísa; *et al.* **Militão Augusto de Azevedo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- AZEVEDO, Natanael Duarte de. Para além do pornográfico: uma história dos jornais eróticos brasileiros do grande século XIX. *Revista Letras Raras*, 2019
- AZEVEDO, P. V.; SÃO PAULO (BRASIL: ESTADO). **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo. São Paulo**. São Paulo: Typ. a Vapor de J. Seckler., 1899.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Nacional, 1955.
- BACELAR, Jeferson. A Frente Negra Brasileira na Bahia. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996
- _____. A história da Companhia Negra de Revistas (1926–1927). *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 1, p. 437–443, 2007.
- _____. Corações de Chocolate: a história da Companhia Negra de Revistas (1926–27). *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 1, p. 437–443, 2007.
- BAIROS, Luisa. “Orpheus and Poder: An African–American Perspective on Racial Politics in Brazil,” Princeton University Press, 1994.
- BALABAN, Marcelo. “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista Ilustrada. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, n. 31, p. 418–441, 2015.
- BALL, Erica; SEIJAS, Tatiana; SNYDER, Terri L. (Orgs.). **As if she were free: a collective biography of women and emancipation in the Americas**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2020.
- BARBOSA RIBEIRO, Fábila. Entre o campo e a vila: devoção e sociabilidade de escravizados e libertos na Irmandade do Rosário dos Pretos de Taubaté - século XIX. *História (São Paulo)*, v. 37, 2018.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 80, p. 91–106, 2008.

- BARBUY, Heloísa, **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**, São Paulo: EDUSP, 2006.
- BARONE, Ana Claudia Castilho. Estratégias de aquisição da casa própria: a trajetória de algumas famílias negras paulistanas nas décadas de 1920 a 1940. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, p. d1e8, 2020.
- BASS-KRUEGER, Maude; EDWARDS-DUJARDIN, Hayley; KURKDJIAN, Sophie (Orgs.). **Fashion, society and the First World War: international perspectives**. New York: Bloomsbury Publishing (UK), 2021.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- BATALHA, Claudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.
- BAUMANN, Timothy; HURLEY, Andrew; ALTIZER, Valerie; *et al.* Interpreting Uncomfortable History at the Scott Joplin House State Historic Site in St. Louis, Missouri. **The Public Historian**, v. 33, n. 2, p. 37–66, 2011.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **Voltolino e as raízes do modernismo**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1992.
- BELTRAMIM, Fabiana Marcelli da Silva. **Entre o estúdio e a rua: a trajetória de Vincenzo Pastore, fotógrafo do cotidiano**. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- BENTO, Asia; BROWN, Tony N. Belief in systemic racism and self-employment among working blacks. **Ethnic and Racial Studies**, v. 44, n. 1, p. 21–38, 2021.
- BERTUCCI, Liane Maria. **Influenza, a Medicina Enferma: Ciência e Práticas de Cura na Época da Gripe Espanhola em São Paulo**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- BILAC, Olavo; SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. **Registro: crônicas da Belle Époque carioca**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BLACKBURN, Simon. **The Oxford Dictionary of Philosophy**. 2ª. edição. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BONADIO, Maria Claudia. **Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.
- BORGES, Roberto. O Movimento Negro Educador. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.
- BRADFORD, Richard. **A Companion to Literary Biography**. Hoboken, New Jersey: Wiley Blackwell, 2019.
- BRAGA-PINTO, César. The Honor of the Abolitionist and the Shamefulness of Slavery: Raul Pompeia, Luiz Cama, and Joaquim Nabuco. **Luso-Brazilian Review**, v. 51, n. 2, p. 170–199, 2014.
- BRAGA, Amanda. Discursos sobre uma preferência nacional: o corpo negro nas entrelinhas da história. **Anais do SILEL**, v. 2, n. 2, p. 8, 2011.
- BRASIL, Eric. Cucumbis Carnavalescos: Africas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880). **Afro-ASIA**, v. 49, 2014.
- BRITO, Luciana da Cruz. “Mr. Perpetual Motion” Enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 241–266, 2019.
- _____. O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 199–222, 2019.
- BRITT, Andrew G. Spatial Projects of Forgetting: Razing the Remedies Church and Museum to the Enslaved in São Paulo’s ‘Black Zone’, 1930s–1940s. **Journal of Latin American Studies**, p. 1–32, 2022.
- BROOKS, Clayton McClure. **The Uplift Generation: Cooperation across the Color Line in Early Twentieth-Century Virginia**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2017.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.

- BURROWS, John Howard. **The Necessity of Myth: A History of the National Negro Business League, 1900-1945**. Tese de Doutorado, Alabama: Auburn University, 1977.
- BUTLER, Kim D. Up from Slavery: Afro-Brazilian Activism in São Paulo, 1888-1938. **The Americas**, v. 49, n. 2, p. 179-206, 1992.
- BUTLER, Kim. **Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- _____. "Up from Slavery: Afro-Brazilian Activism in São Paulo, 1888-1938." **The Americas** 49, no. 2 (1992): 179-206.
- BYNUM, Cornelius L. The New Negro and Social Democracy during the Harlem Renaissance, 1917-37. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 10, n. 1, p. 89-112, 2011.
- CABRAL, Sérgio. **Grande Otelo: uma biografia**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- CACCAVELLI, Bruno. Associações de trabalhadores no bairro paulistano da Mooca entre 1900 e 1920. **Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 145-166, 2015.
- CAMARGO, Daisy de. Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910). **Antíteses**, v. 3, n. 5, p. 419-438, 2010.
- CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. As enfermeiras da Legião Negra: representações da enfermagem na revolução constitucionalista de 1932. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**, v. 33, p. 53-65, 2015.
- CAMPOS, Rodrigo Mello. A apropriação da escola italiana de antropologia criminal na obra de Nina Rodrigues: ativismo por uma nova sensibilidade sobre crime e raça (1894-1906). **Temporalidades**, v. 10, n. 2, p. 365-386, 2018.
- CAMPT, Tina. **Image matters: archive, photography, and the African diaspora in Europe**. Durham: Duke University Press, 2012.
- CARDOSO, Lenise Lantelme. Discursos sobre a Prostituição Feminina em Jornais Diários do Rio de Janeiro (1890 a 1920). **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 20, n. 2, 1997.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)**. Itajaí: Casa Aberta, 2012.
- CARLTON-LANEY, Iris. 'Doing the Lord's Work': African American Elders' Civic Engagement. **Generations: Journal of the American Society on Aging**, v. 30, n. 4, p. 47-50, 2006.
- CAROLA, Carlos Renato. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. **Letrônica**. jul-set 2021, Vol. 14, n. 3, p1-15.
- CARVALHO, Marizilda. Carnaval e samba na terra da garoa. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 6, n. 1, 2009.
- CARVALHO, Noel dos Santos. O negro no cinema brasileiro: O período silencioso. **Plural**, v. 10, p. 155-179, 2003.
- CARVALHO, Noel; DOMINGUES, Petrônio. Dogma Feijoada a invenção do Cinema Negro Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 2018.
- CASEY, John A. Racial Uplift and the Figure of the Black Soldier. In: **New Men**. Nova Iorque: Fordham University Press, 2015, p. 130-162.
- CASTILLO, L. E. The Alaketu Temple and its Founders Portrait of an Afro-Brazilian Dynasty. **Luso-Brazilian Review**, v. 50, n. 1, p. 83-112, 2013.
- CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio de. História de Negros, Memória de Mulheres: narrativas sobre o espaço urbano. **Espaço e Cultura**, n. 36, p. 203-216, 2014.
- CASTRO, Cristian. **White Paper, Black Ink: The Black Press of São Paulo and Chicago, 1900-1950**. ProQuest Dissertations Publishing, 2013.
- GARRIGUS, John D.; MORRIS, Christopher; KNIGHT, Franklin W.; *et al* (Orgs.). **Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World**. College Station: Texas A&M University Press, 2010.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Artur Guimarães de Araújo Jorge. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. The Great Fear of 1852: Riots against Enslavement in the Brazilian Empire. **The Lifework of a Labor Historian**, 35:115–135, 2018.
- CHAPEAUX, Pedro Dechamps. **El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX** Deschamps Chapeaux. Havana: Ediciones Revolución, 1963.
- CHOPRA, Ruma; CHOPRA, Ruma. Os Quilombolas Monarquistas da Jamaica no Mundo Atlântico Britânico, 1740-1800. **Varia Historia**, v. 35, n. 67, p. 209–240, 2019.
- COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 2, p. 51–91, 2015.
- COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: a Revolução de 1924**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- COLLINS, Lisa Gail; CRAWFORD, Margo Natalie (Orgs.). **New thoughts on the Black arts movement**. New Brunswick, N.J: Rutgers University Press, 2006.
- COOPER OWENS, Deirdre. **Medical Bondage: Race, Gender, and the Origins of American Gynecology**. Athens: University of Georgia Press, 2018.
- COOPER, Brittney C. **Beyond Respectability: The Intellectual Thought of Race Women**. Urbana: University of Illinois Press, 2017.
- CORRÊA, Felipe Botelho. The readership of caricatures in the Brazilian Belle Époque: the case of the illustrated magazine *Careta* (1908-1922). **Patrimônio e Memória**, v. 8, n. 1, p. 71–97, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- COSTA, Iraci del Nero da; MARCONDES, Renato Leite. A Moeda No Brasil. **Boletim de História Demográfica**, v. 3, n. 10, 1996.
- COWLING, Camillia. **Conceiving freedom: women of color, gender, and the abolition of slavery in Havana and Rio de Janeiro**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.
- CRUSE, Harold. **The crisis of the Negro intellectual: a historical analysis of the failure of Black leadership**. New York: New York Review Books, 2005.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, n. 20, p. 114–135, 2010.
- CRUZ, Ricardo Alexandre. A Trajetória Social e Educacional do Abolicionista Luís Gama: Notas e Anotações para a história da educação brasileira. **Travessias**, v. 8, n. 2, 2014.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da UNICAMP: CECULT; FAPESP, 2002. (Coleção Várias histórias, 13).
- CUNHA, Maria Clementina Pereira **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. **Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **“Não Tá Sopá”: Sambas e Sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930**. Históri@ Ilustrada. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- CUNHA, Tiago Donizette da; GONÇALVES, Mauro Castilho. A (des)organização da educação primária no Vale do Paraíba paulista: entre escolas isoladas e grupos escolares (1893-1908). **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 1, p. 29–39, 2017.
- DAGBOVIE, Pero Gaglo. Reflections on Conventional Portrayals of the African American Experience during the Progressive Era or “the Nadir”. **The Journal of the Gilded Age and Progressive Era**, v. 13, n. 1, p. 4–27, 2014.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora dos Escravos”: um estudo das representações sobre a Princesa**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 2001.
- DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República. **Afro-Ásia**, n. 41, p. 167–209, 2010.
- DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite: debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. **Tempo**, v. 13, n. 26, p. 56–79, 2009.
- DE LA FUENTE, Alejandro, e George Reid ANDREWS, eds. **Afro-Latin American Studies: an Introduction**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2018.

- DE LA FUENTE, Alejandro. Slaves and the Creation of Legal Rights in Cuba: Coartación and Papel. **Hispanic American Historical Review**, v. 87, n. 4, p. 659–692, 2007.
- DE LA FUENTE, Alejandro. **A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth-Century Cuba**. Envisioning Cuba. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- DE SANT’ANNA MACHADO, Taís; PERRY, Keisha-Khan Y. Translation of “The Black Woman: A Portrait”. **Feminist Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 38–49, 2021.
- DO NASCIMENTO PRECHET, Beatriz. **Enegrecendo O Meretrício: Experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil, 2019.
- DOMINGUES, Petrônio José; PEREIRA, Ana Cláudia. Elite da Liberdade: a contribution to the history of black clubs in Brazil. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 9, n. 1, p. 396–411, 2020.
- _____. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 19–48, 2011.
- _____. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930*. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 3, p. 563–599, 2002.
- _____. “Constantemente derrubo lágrimas”: o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 8, p. 146–171, 2007.
- _____. “Em Defesa da Humanidade”: A Associação Cultural do Negro. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 171–211, 2018.
- _____. “Este samba selvagem”: O “charleston” na arena afro-atlântica. **Afro-Hispanic Review**, v. 29, n. 2, p. 161–174, 2010.
- _____. “Paladinos da liberdade”: A experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). **Revista de História**, n. 150, p. 57–79, 2004.
- _____. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 95, p. 59–81, 2013.
- _____. A “aurora de um grande feito”: a herma a Luiz Gama. **Anos 90**, v. 23, n. 43, p. 389–416, 2016.
- _____. A “Vênus negra”: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 23, n. 45, p. 95–124, 2010.
- _____. A Cidadania Negra. **Projeto História**, v. Viagens, Viajantes e Deslocamentos, n. 42, 2011.
- _____. De Nova Orleans ao Brasil: o jazz no Mundo Atlântico. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 85, p. 171–192, 2020.
- _____. Esta “magnânima volição”: a Federação dos Homens de Cor. **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1–29, 2018.
- _____. Lino Guedes: de filho de ex-escravo à “elite de cor”. **Afro-Ásia**, n. 41, 2010.
- _____. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !” **Varia Historia**, v. 22, p. 517–536, 2006.
- _____. O “tríduo da loucura”: Campos Elyseos e o carnaval afro-diaspórico. **Tempo**, v. 19, n. 35, p. 117–142, 2013.
- _____. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica. **Revista de História**, n. 151, p. 241–246, 2004.
- _____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, 2008.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO (Org.). **Memória urbana: a grande São Paulo até 1940**. São Paulo: EMPLASA: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.
- ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flavia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.
- EUGENIO, Cesar Augusto. **A Infância e sua educação nas tramas de uma história do município de Taubaté (1870 -1920)**. Tese de Doutorado, Itatiba: Universidade São Francisco, 2018.

- FAGUNDES, Ana Maria, e GOMES, Flávio dos Santos. “Por uma ‘Anthologia dos Negros Modernos:’ Notas sobre Cultura Política e Memória nas Primeiras Décadas Republicanas.” **Revista Universidade Rural** 29, no. 2 (2007): 72–88.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3rd ed. Vol. II. São Paulo: Dominus; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- FERNANDES, Florestan, **The Negro in Brazilian society**, New York: Columbia University Press, 1969.
- FERRARA, Mirian Nicolau. **Imprensa Negra Paulista (1915–1960)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, e Janaina de Amado, eds. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **Teresa: revista de Literatura Brasileira**, n. 8–9, p. 300–321, 2008.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 271–288, 2007.
- FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. Espaços de sociabilidade e ações anti-racismo no cotidiano das elites negras na cidade de São Paulo: busca por projeção individual e legitimidade de grupo (1900-1940). **Mosaico**, v. 2, n. 3, 2010.
- _____. Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937).
- FIELD, Ron; BIELAKOWSKI, Alexander M.; FIELD, Ron; *et al.* **Buffalo soldiers: African American troops in the US forces, 1866-1945**. Oxford; New York: Osprey Pub, 2008.
- FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **Raízes Africanas**. Rio de Janeiro: Editor Sabin, 2009.
- FLAHERTY-ECHEVERRÍA, Satty. **Black Intellectual Thought on the Margins: Race, Citizenship and Knowledge Production in Brazil, Cuba and Portugal**. Tese de Doutorado, University of Minnesota, 2016.
- FLETCHER, Rev. James C. **Brazil and The Brazilians: Portrayed in Historical and Descriptive Sketches**. 17^a ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1867.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, Universidade São Francisco, 2002.
- FORRET, Jeff. **Race relations at the margins: slaves and poor whites in the antebellum Southern countryside**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.
- FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. Por uma cidadania de primeira classe: supremacia racial e o debate sobre integração na imprensa afro-americana na Primeira Guerra Mundial (1917- 1919). **Sankofa (São Paulo)**, v. 9, n. 18, p. 67–85, 2016.
- _____. Um novo abolicionismo para a ascensão na nação da Mãe Preta: discursos sobre a fraternidade racial no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). **Antíteses**, v. 10, n. 19, p. 376–396, 2017.
- GAINES, Kevin Kelly. **Racial Uplift Ideology in the Era of “The Negro Problem”**. TeacherServe.
- _____. **Uplifting the Race: Black Leadership, Politics, and Culture in the Twentieth Century**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.
- GAMBLE, Vanessa Northington. “There Wasn’t a Lot of Comforts in Those Days:” African Americans, Public Health, and the 1918 Influenza Epidemic. **Public Health Reports**, v. 125, n. Suppl 3, p. 114–122, 2010.
- GARFIELD, Gail. **Through our eyes: African American men’s experiences of race, gender, and violence**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.
- GARRIGUS, John D.; MORRIS, Christopher; KNIGHT, Franklin W.; *et al.* **Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World**. College Station: Texas A&M University Press, 2010.
- GATES MORESI, Michèle; COYLE, Laura (Orgs.). **Pictures with purpose: early photographs from the National Museum of African American History and Culture**. Lewes: Giles, 2019.
- GATEWOOD, Willard B. **Aristocrats of color: the Black Elite, 1880-1920**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

- GATO, Matheus. **O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)**. São Paulo, SP, Brasil: Perspectiva, 2020.
- GEENEN, Henrique. **A Aventuras de uma família Durante a Revolução de 1924**. São Paulo: Romero & Comp, 1925.
- GILLAM, Reighan. Latent Blackness: Afro-Brazilian People, History, and Culture in São Paulo, Brazil. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 26, n. 3–4, p. 451–467, 2021.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo; *et al.* **A micro-historia e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo, Conjunctive Anomalies: A Reflection on Werewolves, **Revista de Estudios Sociales**, n. 60, p. 110–118, 2017.
- GLEDHILL, Sabrina; BACELAR, Jeferson Afonso. **Travessias no Atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- _____. “Expandindo as Margens do Atlântico Negro: Leituras sobre Booker T. Washington no Brasil.” *Revista de História Comparada* 7, no. 2 (2013): 122–48.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. **Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)**. São Paulo: Edusp, 2016.
- GÓES, Juliana. Du Bois and Brazil: Reflections on Black Transnationalism and African Diaspora. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 19, n. 2, p. 293–308, 2022.
- GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.
- GOMES, Janaina Damasceno. **Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- GOMES, Tiago de Melo. Negros contando (e fazendo) sua história: alguns significados da trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 53–83, 2001.
- GONÇALVES, Cristiane Souza; ATIQUÊ, Fernando. Igreja Nossa Senhora dos Remédios: Protagonismo e invisibilidades no centro de São Paulo. **3o Simpósio Científico do ICOMOS Brasil**. Belo Horizonte: 3o Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, 2019, p. 11.
- GONÇALVES, Edilaine Correa. Cagnin e as narrativas gráficas: histórias em quadrinhos como objeto de pesquisa. **Galáxia (São Paulo)**, n. 32, p. 213–215, 2016.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar: Editora Schwarcz, 2020.
- GOURAUD, Clara. Uma infância que liberta? Estratégias de emancipação das mães de ingênuos nos tempos da Lei do Ventre Livre. São Paulo, 1871-18881*. **Revista do Arquivo**, v. II, n. 7, p. 43–54, 2018.
- GOUVÊA, José Paulo Neves. **A presença e a ausência dos rios de São Paulo: acumulação primitiva e valorização da água**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.
- GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 122, p. 99–120, 2013.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. **A black jurist in a slave society: Antonio Pereira Rebouças and the trials of Brazilian citizenship**. Trad. Kristin M. McGuire. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 2019.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: UFSP: Editora 34, 2002.
- _____. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

- GUIRRO, Leandro Antonio. **Intelectualidade e imprensa negra paulista os casos do Getulino e Progresso (1923-1931)**. Dissertação de Mestrado: Assis, 2013.
- HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Eis o Mundo Encantado que Monteiro Lobato criou: Raça, Eugenia e Nação**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.
- HANCHARD, Michael G. Into the Tempest: Essays on the New Global Capitalism. **Journal of World-Systems Research**, v. 25, n. 2, p. 475–483, 2019.
- HANCHARD, Michael George. **The spectre of race: how discrimination haunts western democracy**. 1st edition. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- HANCHARD, Michael. Contours of Black Political Thought: An Introduction and Perspective. **Political Theory**, v. 38, n. 4, p. 510–536, 2010.
- HANCHARD, Michael. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 1, p. 63–96, 2002.
- HANLEY, Anne G. **Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920**. Stanford, California: Stanford University Press, 2005.
- HANSEN, Patrícia Santos. Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 61, p. 122, 2015.
- HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks. **Righteous Discontent: the Women's Movement in the Black Baptist Church, 1880 - 1920**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- HOGARTH, Rana A. **Medicalizing blackness: making racial difference in the Atlantic world, 1780-1840**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017.
- HOLT, Thomas. **Black over White: Negro Political Leadership in South Carolina During Reconstruction**. Urbana: University of Illinois Press, 1977.
- HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 7ª ed., 2019.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HORTON, James Oliver. Freedom's Yoke: Gender Conventions among Antebellum Free Blacks. **Feminist Studies**, v. 12, n. 1, p. 51–76, 1986.
- HOSKINS, Tansy E. **Stitched Up: The Anti-Capitalist Book of Fashion**. London: Pluto Press, 2014.
- HOWARTH, Glennys; LEAMAN, Oliver (Orgs.). **Encyclopedia of death and dying**. London; New York: Routledge, 2002.
- HUMPHRIES, Mark Osborne. Paths of Infection: The First World War and the Origins of the 1918 Influenza Pandemic. **War in History**, v. 21, n. 1, p. 55–81, 2014.
- JARRETT, Gene Andrew. **Representing the Race: A New Political History of African American Literature**. New York: New York University Press, 2011.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. O movimento operário carioca em perspectiva nas páginas da revista Gil Blas (1919-1920). **Tempos históricos** 21, no. 2 (2017): 18–51.
- JESUS, Edson Penha. **Penha: de bairro rural a bairro paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço penhense**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- JOHNSON, James Wesley. **The Associated Negro Press: A Medium of International News and Information, 1919-1967**. Tese de Doutorado, Ann Arbor, ProQuest Dissertations Publishing, 1976.
- JOHNSON, Walter. **River of dark dreams: slavery and empire in the cotton kingdom**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.
- JONES-DE OLIVEIRA, Kimberly F. The Politics of Culture or The Culture of Politics: Afro-Brazilian Mobilization, 1920-1968. **Journal of Third World Studies**, v. 20, n. 1, p. 103–120, 2003.
- JONES, Esyllt Wynne. **Influenza 1918: disease, death, and struggle in Winnipeg**. Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 2007.
- JONES, Geoffrey. The Gramophone Company: An Anglo-American Multinational, 1898-1931. **The Business History Review**, v. 59, n. 1, p. 76–100, 1985.

- JOYCE, Christopher; STOVER, Eric. **Witnesses from the grave: the stories bones tell**. New York: Ballantine Books, 1992.
- JOYNER, Charles W. **Shared traditions: Southern history and folk culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1999.
- JURKEVICS, Vera Irene. As Irmandades negras: “Locus” de religiosidade popular. **revista tecnologia e sociedade**, v. 2, n. Curitiba, 2006.
- KEISHA-KHAN, Y. Perry. The Roots of Black Resistance: Race, Gender and the Struggle for Urban Land Rights in Salvador, Bahia, Brazil. **Social Identities**, v. 10, n. 6, p. 811–831, 2004.
- KELLEY, Robin D. G. **Race rebels: culture, politics, and the Black working class**. New York: Toronto: New York: Free Press; Maxwell Macmillan Canada; Maxwell Macmillan International, 1994.
- KENNEDY, James H. Luiz Gama: Pioneer of Abolition in Brazil. **The Journal of Negro History**, v. 59, n. 3, p. 255–267, 1974.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Zoológicos Humanos: gente em exibição na era do imperialismo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Editora, 2020.
- KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia Historia**, v. 35, n. 67, p. 141–175, 2019.
- KUVASNEY, Eliane. Uso de mapas históricos na pesquisa sobre a cidade de São Paulo. Predominância de mapas disponíveis digitalmente e mapas autorreferenciais. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, n. 48, 2020.
- LARA, Silvia Hunold; PACHECO, Gustavo (Orgs.). **Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949**. Rio de Janeiro: CECULT; Folha Seca, 2007.
- LAUDERDALE GRAHAM, Sandra, **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. **House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- LEITE, Aureliano. **Escritos à pena: galeria de homens de minha admiração**. São Paulo: Primeira Série, 1929.
- LEITE, José Correia, **...E disse o velho militante José Correia Leite...**, São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista, 1900-1920**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- LEMAN, Marc; NAVEDA, Luiz. Basic Gestures as Spatiotemporal Reference Frames for Repetitive Dance/Music Patterns in Samba and Charleston. **Music Perception**, v. 28, n. 1, p. 71–91, 2010.
- LEVINE, Lawrence W. **Black culture and black consciousness: Afro-American folk thought from slavery to freedom**. 30^a ed. Oxford: Oxford Univ. Press, 2007.
- LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Ingleses Pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos? Identidades e Memórias (Belém, séculos XX e XXI)**. Dissertação de Mestrado, Belém do Pará: Universidade Federal do Pará, 2006.
- LINDSAY, Lisa A.; SWEET, John Wood (Orgs.). **Biography and the Black Atlantic**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.
- LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas**. 9. ed. São Paulo, Brasil: Editora brasiliense, 1959.
- LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- LOPES, João Paulo. Nota de Pesquisa: Clio Negra para uma Nação Multicor: A Escrita da História na Imprensa Negra 1926–1937. **Transversos: Revista de História**, no. 8 (2016): 1–16.
- LOPES, Maria Aparecida Oliveira. **Beleza e ascensão na imprensa negra paulistana**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- LORIGA, Sabina; SCHEIBE, Fernando. **O pequeno x: da biografia a história**. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

- LUCINDO, William Robson Soares. **Comemorações, cidadania e festas: o associativismo negro em Piracicaba e Campinas nas três primeiras décadas do século XX**. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. Rio de Janeiro: FAPERJ: 7Letras, 2017.
- MACHADO, Maria Helena P.T. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2010.
- _____. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do si mesmo. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 91–108, 2019.
- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, p. 141–158, 1999.
- MALATIAN, Teresa. **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.
- _____. Pátria Nova: Por Deus, Pelo Brasil e Pelo Imperador. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 1, 1981.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARIN, Jéri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, n. 30, p. 149–169, 2001.
- MASSOOD, Paula J. **Making a promised land: Harlem in twentieth-century photography and film**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.
- MATTOS, Augusto Oliveira. **Guarda Negra: a Redemptora e o ocaso do Império**. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, v. 18, p. 247–285, 1998.
- MEIER, August; RUDWICK, Elliott M; BRODERICK, Francis L. **Black Protest Thought in the Twentieth Century**. New York: Macmillan Pub. Co., 1985.
- MELLINGER, Wayne Martin. Postcards from the Edge of the Color Line: Images of African Americans in Popular Culture, 1893–1917. **Symbolic Interaction**, v. 15, n. 4, p. 413–433, 1992.
- MELLO, Marina Pereira de Almeida. O lugar da mulher na Imprensa Negra paulistana (1915-1924). **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 1, n. 2, p. 130–151, 2013.
- _____. Raça, Nação e Identidade – Transnacionalismo Negro e Disputas por Brasilidade e Paulistanidade nos Jornais de Negros e Imigrantes em São Paulo no Início do Século XX. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 755–783, 2020.
- MELO, Berta de Oliveira. **Águas errantes: uma narrativa sobre o rio Tamanduateí, a cidade e a arte**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Evaristo de Moraes, tribuno da República**, Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 40, 2010.
- MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e Histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- MIRANDA, Veiga. **A serpente que dança**. São Paulo: Nova Era, 1924.
- MONROE, Alicia L. To Govern the Church: Autonomy and the Consequences of Self-Determination for the Brotherhood of Saint Efigênia and Saint Elesbão of Black Men of São Paulo, Brazil, 1888–1890. **Hispanic American Historical Review**, v. 97, n. 1, p. 63–94, 2017.

- MONTEJO ARRECHEA, Carmen V. **Sociedades negras en Cuba: 1878-1960**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales; Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2004.
- MOORE, Jacqueline M. **Booker T. Washington, W.E.B. Du Bois, and the struggle for racial uplift**. Wilmington, Del: Scholarly Resources, 2003.
- MOREIRA, Paulo Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 85, 2014.
- MORESI, Michèle Gates. A Selective Annotated Bibliography of African-American Historical and Cultural Studies. **American Studies International**, v. 36, n. 1, p. 6–25, 1998.
- MOSES, Wilson Jeremiah. **Creative conflict in African American thought: Frederick Douglass, Alexander Crummell, Booker T. Washington, W.E.B. Du Bois, and Marcus Garvey**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- MOSES, Wilson Jeremiah. **The golden age of black nationalism, 1850 - 1925**. 5^a. ed. New York: Oxford University Press, 1988.
- MOSS, Alfred A. **The American Negro Academy: voice of the talented tenth**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1981.
- MOSTERN, Kenneth. **Autobiography and Black identity politics: racialization in twentieth-century America**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil, 1637-1899**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp, 2000.
- MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora: evocações da metrópole**. São Paulo: Melhoramentos de São Paulo, 1932.
- MULLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Dissertação de mestrado em História, Porto Alegre: PUCRS, 1999.
- NEEDEL, JEFFREY D. Brazilian Abolitionism, Its Historiography, and the Uses of Political History. **Journal of Latin American Studies**, v. 42, n. 2, p. 231–261, 2010.
- NORRELL, Robert J. **Up from history: the life of Booker T. Washington**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- OCHOA, Laura Correa. Afro--Latin America Rising Afrolatinoamerica en marcha Afro-Latino-America em Movimento. **Transition: An International Review**, n. 127, p. 1–30, 2019.
- OCHOA, Laura Correa. Manuel Zapata Olivella, Racial Politics and Pan-Africanism in Colombia in the 1970s. **The Americas**, v. 79, n. 3, p. 457–489, 2022.
- ØKLAND, Helene; MAMELUND, Svenn-Erik. Race and 1918 Influenza Pandemic in the United States: A Review of the Literature. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 14, 2019.
- OLIVEIRA, Andre Cortes de. **Quem é a “Gente Negra Nacional”? : Frente Negra brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2005.
- OLIVEIRA, Nathalia Paulino; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-Fon e Jornal das Moças. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 33–60, 2016.
- OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. **Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (Orgs.). **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.
- PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. **Escravos, Libertos e Órfãos: a Construção da Liberdade em Taubaté**. São Paulo: Annablume, 2003.
- PALMER, Colin A. (Org.). **Encyclopedia of African-American Culture and History**. 2^aed. Detroit: Macmillan, 2006, v. 1, p. 272–275

- PAQUETTE, Robert L., SMITH, Mark M. **The Oxford Handbook of Slavery in the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- PARK, Margareth Brandini. De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, p. 143–150, 1999.
- PASCHEL, Tianna S. Statecraft, capital and the politics of difference. **Ethnic and Racial Studies**, v. 42, n. 8, p. 1327–1332, 2019.
- PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs.). **O Movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- PEREIRA, Amílcar Araújo, “**O mundo negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- _____. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, 2011.
- _____. On Afro-Latin American Studies, Especially About Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 61, n. 4, p. 135–143, 2019.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Tempo**, v. 19, n. 35, p. 97–116, 2013.
- PERPENER, John O. **The Seminal Years of Black Concert Dance**. Tese de Doutorado, New York: New York University, 1992.
- PERRY, Keisha-Khan Y. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians: feminism, race, transnationalism**, v. 14, n. 16, p. 94–120.
- _____. The Resurgent Far Right and the Black Feminist Struggle for Social Democracy in Brazil. **American Anthropologist**, v. 122, n. 1, p. 157–162, 2020.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- PINHEIRO, Geraldo. **Histórias do Centro Velho**. Campinas: Editora Atomo, 2004.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.
- _____. **Imprensa Negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (História do povo brasileiro).
- PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. **De Chocolat: identidade negra, teatro e educação no Rio de Janeiro da Primeira República**. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, Raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 307–328, 2019.
- PORTA, Paula, PRADO Antonio Arnoni, CAMPOS, Alzira e DUARTE, Adriano Luiz. **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, n. 19, p. 7–16, 2009.
- QUINN Kelley, Don. “Ideology and Education: Uplifting the Masses in Nineteenth Century Alabama.” **Phylon** 40, no. 2 (1979): 147–158.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (1870-1890)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- RAMOS, Artur. O Espírito Associativo do Negro Brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, v. XLVII, p. 105–126, 1938.
- RAMOS, Paula da Silva. DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX – Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- REGINALDO, Lucilene. **O Rosário dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

- _____. “André do Couto Godinho: Homem Preto, Formado em Coimbra, Missionário no Congo em Fins do Século XVIII.” *Rev. hist.* (São Paulo), n. 173, p. 141–174.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- REIS, Philippe Arthur Dos. O fio e os rastros da moda: comércio e sociabilidade em São Paulo no começo do século XX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 26, 2018.
- RENDERS, Hans. **Theoretical discussions of biography: approaches from history, microhistory and life writing**. Leiden - Boston: Brill, 2020.
- RIBEIRO, Fabia Barbosa. **Caminho da piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista - século XIX**. Tese de Doutorado, , São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- RIBEIRO, Jonatas Roque. **A classe de cor: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)**. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.
- RIVERA-RIDEAU, Petra R.; JONES, Jennifer A.; PASCHEL, Tianna S. **Afro-Latin@s in Movement: Critical Approaches to Blackness and Transnationalism in the Americas**. New York: Palgrave Macmillan US, 2016
- ROCHA, Solange Pereira da; DOMINGUES, Petrônio; FLORES, Elio Chaves. As Artes e os Ofícios de um Letrado Afro-Diaspórico: Eliseu César (1871-1923). *Afro-Ásia*, v. 60, p. 105–147, 2019.
- RODGERS, Michael. A Theory of Genre Formation in the Twentieth Century. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, v. 17, n. 4, 2015.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. **The city and the law: Legislation, urban policy and territories in the city of Sao Paulo (1886-1936)**. Tesde de Doutorado, New York: New York University, 1995.
- ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 12, n. 23, p. 161–178, 2011.
- ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2088.
- ROOKS, Noliwe M. **Ladies’ Pages: African American Women’s Magazines and the Culture That Made Them**. *Ladies’ Pages: African American Women’s Magazines and the Culture That Made Them*. Piscataway: Rutgers University Press, 2004.
- ROQUE, R. **Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- ROSA, Jéssica Cristina. **Entre as promessas da República e a imposição do Império: Projetos, Disputas, Sujeitos e Identidades no A Liberdade, de São Tomé e Príncipe (1920-1923)**. Monografia de conclusão de graduação, Campinas: Unicamp, 2020.
- ROSA, Margarita. Filial freedoms, ambiguous wombs: Partus Sequitur Ventrem and the 1871 Brazilian free womb law. *Slavery & Abolition*, v. 41, n. 2, p. 377–394, 2020.
- ROSSI, Luiz Gustavo Freitas; PONTES, Heloisa. **O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- ROTH, Cassia. From free womb to criminalized woman: fertility control in Brazilian slavery and freedom. *Slavery & Abolition*, v. 38, n. 2, p. 269–286, 2017.
- SAES, Flávio A. M. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SALZMAN, Jack., David L. Smith, e Cornel. West. **Encyclopedia of African-American Culture and History**. New York: Macmillan Library Reference, 1996.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo. **Marcadores da diferença raça e racismo na história do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950**. Dissertação de Mestrado, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

- SANTANA, Bianca; CARNEIRO, Natália (Orgs.). **Insumos para ancoragem de memórias negras**. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- SANTANA PINHO, Patricia de. That's My Face: African American Reflections on Brazil. In: **Mapping Diaspora**. [s.l.]: University of North Carolina Press, 2018, p. 23–65. (African American Roots Tourism in Brazil).
- SANTOS SILVA, Luara dos. **'Etimologias Preto': Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920)**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: CEFET, 2015.
- SANTOS, Fabrício Forganés. Lugares do Catolicismo Negro na São Paulo do século XIX. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 102, p. 279–294, 2021.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. “Negros bem-sucedidos”: identidades (racial, social, de classe) e racismo. **Afro-Ásia**, n. 64, p. 705–710, 2021.
- SANTOS, José Maria dos. **Os Republicanos Paulistas e a Abolição**. São Paulo: Martins Fontes, 1942.
- SANTOS, Jucimar Cerqueira dos; SILVA, Fabiano Moreira da; SANTOS, Sivaldo dos Reis. Agueridos Professores Políticos e Abolicionistas: Educação, Docência e Sociabilidades no Imediato Pós-Abolição. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 591–612, 2020.
- SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Lucas Andrade dos. **“Em que a raça precisa de defesa?” A Frente Negra da Bahia (1932-1934)**. Dissertação de Mestrado, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.
- SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Páginas da vida: experiências maternas de mães negras antes e no pós Lei do Ventre Livre. Rio de Janeiro, 1869-1888. **Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade**. Porto Alegre, 2017.
- SANTOS, Maria da Conceição dos. **Festa de Preto da São Paulo Antiga: um exemplo de resiliência na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1887-1907)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- SÃO PAULO, Assembléia. **Os Deputados Republicanos na Assembleia Provincial de São Paulo: sessão de 1888**. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1888.
- SAXTON, Laura. A true story: defining accuracy and authenticity in historical fiction. **Rethinking History**, p. 1–18, 2020.
- SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna. **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p. 131–154, 2015.
- SCHENBECK, Lawrence. **Racial Uplift and American Music**. Jackson: University of Mississippi Press, 2012.
- SCHERER, Marta Eymael Garcia. **Bilac - sem poesia Crônicas de um jornalista da Belle Époque**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 2008.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Séries Fotográficas narram um evento: 1924/ São Paulo. **Studium**, v. 8, 2022.
- SCHMALENBERGER, Sarah. Shaping Uplift through Music. **Black Music Research Journal**, v. 28, n. 2, p. 57–83, 2008.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “A ‘Infância Desamparada’ no Asilo Agrícola de Santa Isabel: Instrução Rural e Infantil (1880–1886).” **Educação e Pesquisa** 26, no. 1 (Janeiro, 2000): 119–33.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- _____. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225–242, 2011.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **São Paulo onde está sua história**. São Paulo: Museu de Artes de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981.
- SECRETO, María Verónica. Novas perspectivas na história da escravidão. **Tempo**, v. 22, n. 41, p. 442–450, 2016.

- SEIGEL, Micol. **Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States**. Durham: Duke University Press, 2009.
- SHANNON, Alexander Harvey. **Racial integrity and other features of the Negro problem**. Nashville: Publishing house of the MEchurch, South, 1907.
- SILVA NETO, Antonio Leão da. **Dicionário de filmes brasileiros**. São Paulo: Futuro Mundo Gráfica & Editora, 2002.
- SILVA, Alexandre Rocha da. **Os homens do futuro - as crianças de hoje! Debates sobre infância nos quadrinhos de Luís Loureiro (1907-1919)**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; SCHEER, Micaele Irene. Apresentação do dossiê Beatriz Ana Loner: Mundos do Trabalho e Pós-Abolição. **Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1–4, 2019.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Mestrado, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.
- _____. A racialização observada pela ótica da experiência dos Clubes e Centros Culturais Negros na Diáspora Negra ao Sul do Atlântico (Brasil-Uruguai) – notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XI, n. 22, p. 527–533, 2014.
- _____. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- _____. Hombres de Color and the Meanings of Black Freedom: Contributions to the History of Post-Abolition in Uruguay (1872). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 32, n. 66, p. 195–216, 2019.
- SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 2, p. 215–235, 2003.
- SILVA, Luara dos Santos. Coema Hemetério dos Santos: a “flor de beleza” e “luz de amor”. Trajetória de uma intelectual negra no pós- abolição carioca. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, v. 6, n. 2, p. 28–50, 2019.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira; CASALI, Rodrigo. Caboclos, pretos velhos: experiências e memória da religiosidade afrobrasileira. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**, v. 5, n. 1, p. 64–81, 2014.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Mundos do Trabalho**, v. 11, n. 0, p. 1–15, 2019.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Pensando a Diáspora Atlântica. **História (São Paulo)**, v. 37, p. e2018020, 2018.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Quase da família”: a longa luta das empregadas domésticas pela cidadania. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, (Asociativismo y experiencias negras en las luchas por derechos en los mundos del trabajo).
- _____. Diásporas internas depois da emancipação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, 2011.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Trabalho, Luta e Lazer: Aspectos do cotidiano de emancipados em São Paulo (1888- 19280). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2013.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da; LARA, Sílvia Hunold; REGINALDO, Lucilene. **As Cores da Cidadania: Os Clubes Negros do Estado de São Paulo (1897-1952)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, 2017.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da; UNGARETTI, Adda Alessandra Piva; CAPORRINO, Amanda Walter. **Parecer técnico GEI no. 272-2013 – Clubes Sociais Negros de São Paulo**. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo: [s.n.], 2017.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo. In: **ST 22 Pensamento Social no Brasil: novos debates teórico-metodológicos**. Caxambu, 2016, p. 1–27.
- _____. Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). **Lua Nova**, n. 85, p. 227–273, 2012.

- _____. Rastros do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 30, n. 62, p. 597–622, 2017.
- SILVA, Paulo Santos. O “verdadeiro” Marx como desafio biográfico. **Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1–8, 2020.
- SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, p. 8–15, 2000.
- SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Mulheres e moda em São Paulo: das vitrines iluminadas às sombrias salas de costura. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 565–572, 2008.
- SIMSON, Olga R. de Moraes von. **Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano, 1914-1988**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- SINGH, Nikhil Pal. **Black is a country race and the unfinished struggle for democracy**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes e Sociedade dos Trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro Paulistano (1915-1924)**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2002.
- _____. **Entre Sindicatos, Clubes e Botequins: Identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)**. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2008.
- SILVERIA, Luiz de Souza da. Anotações a Lei, n. 2040, de 28 de Setembro de 1871: Seguidas de todas as Leis e Decretos Relativos a Escravidão, Tráfico de Africanos, Locação de Serviços, Avisos e Decisões dos Tribunaes, e de um Formulário de todas as Acções (1876).
- SKIDMORE, Thomas E. **Black into White; race and nationality in Brazilian thought**. New York: Oxford University Press, 1974.
- SKOCPOL, Theda; LIAZOS, Ariane; GANZ, Marshall. **What a mighty power we can be: African American fraternal groups and the struggle for racial equality**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- SLAUGHTER-ACEY, Jaime C.; BROWN, Tony N.; KEITH, Verna M.; *et al.* A tale of two generations: Maternal skin color and adverse birth outcomes in Black/African American women. **Social Science & Medicine**, v. 265, p. 113552, 2020.
- SMITH, Christen Anne. Towards a Black Feminist Model of Black Atlantic Liberation: Remembering Beatriz Nascimento. **Meridians**, v. 14, n. 2, p. 71–87, 2016.
- SMITH, Sean Morey; WILLOUGHBY, Christopher D. E. (Orgs.). **Medicine and healing in the age of slavery**. Baton Rouge: Louisiana State University, 2021.
- SOARES, Reinaldo da Silva. **Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra**. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- SOPER, Kerry. From Swarthy Ape to Sympathetic Everyman and Subversive Trickster: The Development of Irish Caricature in American Comic Strips between 1890 and 1920. **Journal of American Studies**, v. 39, n. 2, p. 257–296, 2005.
- SOTO, María Cristina Martínez. **Pobreza e conflito: Taubaté, 1860-1935**. São Paulo: Annablume, 2000.
- SOUZA, Ione Celeste Jesus de. “Escolas ao Povo: Experiências de Escolarização de Pobres na Bahia - 1870 a 1890.” Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- SOUZA, Karen Fernanda Rodrigues de. **As cores do traço: paternalismo, raça e identidade nacional na Semana Ilustrada (1860-1876)**. Dissertação de mestrado Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- SOUZA, T. Oscar Marcondes. **O Estado de São Paulo: Physico, Político, Economico e Administrativo**. São Paulo: Estabelecimento Graphico Universal, 1913.
- STEIN, Judith. “Of Mr. Booker T. Washington and Others”: The Political Economy of Racism in the United States. **Science & Society**, v. 38, n. 4, p. 422–463, 1974.
- STEIN, Stanley J. “The Passing of the Coffee Plantation in the Paraíba Valley.” **Hispanic American Historical Review** 33, no. 3, Agosto, 1953: 331–64.

- STERN, Alexandra Minna. Buildings, Boundaries, and Blood: Medicalization and Nation-Building on the U.S.-Mexico Border, 1910-1930. **Hispanic American Historical Review**, v. 79, n. 1, p. 41–81, 1999.
- STEWART, Ruth Ann. **Portia: the life of Portia Washington Pittman, the daughter of Booker T. Washington**. Garden City: Doubleday, 1977.
- STUMPF, Lúcia Klück; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. “Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 167–191, 2018.
- TAYLOR, Clarence. Review of Uplifting the Race: Black Leadership, Politics, and Culture in the Twentieth Century. **The American Historical Review**, v. 104, n. 2, p. 599–600, 1999.
- TAYLOR, Ula Y. **The veiled Garvey: the life & times of Amy Jacques Garvey**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.
- TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O traço como texto: A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Casa de Rui Barbosa em 2001, na coleção Papéis Avulsos, n. 38.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- TELLES, Edward E; HANCHARD, Michael; LOVELL, Peggy A; *et al.* **Racial Politics in Contemporary Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999.
- TELLES, Lorena F eres da Silva. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.
- TENORIO, Valquiria Pereira. **Baile do carmo: festa, movimento negro e política das identidades negras em Araraquara**. Tese de Doutorado, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- TENORIO-TRILLO, Mauricio, **I speak of the city: Mexico City at the turn of the twentieth century**, Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- THEOHARIS, Jeanne. **The rebellious life of Mrs. Rosa Parks**. Paperback edition. Boston: Beacon Press, 2015.
- THOMPSON, E. P. **William Morris: romantic to revolutionary**. Oakland: PM Press, 2011.
- TOLEDO, Francisco de Paula. **História do Município de Taubaté: pelo Bacharel Formado Francisco de Paula Toledo**. São Paulo: Tip. da Província, 1877.
- TOMICH, Dale W. **Atlantic Transformations: Empire, Politics, and Slavery during the Nineteenth Century**. Albany: State University of New York Press, 2020.
- TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 287–296, 1995.
- UKPOKODU, I. Peter. African American Males in Dance, Music, Theater, and Film. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 569, p. 71–85, 2000.
- VALENTIN, Agnaldo. O registro de batismo de ingênuos no Vale do Paraíba paulista (1871-1888). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 25, n. 2, p. 123–144, 2017.
- VALLE, Franco Della. **A construção da autoridade de jurista: Cesarino Junior, a Faculdade de Direito da USP e o Direito do Trabalho (1938-1976)**. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.
- VERMES, M nica. Música e músicos nos teatros do Rio de Janeiro (1890-1920): tr nsitos entre o erudito e o popular*. **Música Popular em Revista**, v. 2, n. 3, p. 7–31, 2015.
- WALL, Cheryl A. **The Harlem Renaissance: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2016.
- WALLACE, Maurice O.; SMITH, Shawn Michelle (Orgs.). **Pictures and progress: early photography and the making of African American identity**. Durham: Duke University Press, 2012.
- WASHINGTON, Booker T. **Memórias de um negro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- WASHINGTON, Booker T. **Up from Slavery: An Autobiography**. Auckland: Floating Press, 2009.
- WASHINGTON, Booker T.; VALENZA, Susan; BLASSINGAME, John W; *et al.* **The Booker T. Washington Papers Collection: Volumes 1-14**. Champaign: University of Illinois Press, 2015.
- WEINSTEIN, Barbara. **The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.

- WEST, MICHAEL O. The Tuskegee Model of Development in Africa: Another Dimension of the African/African-American Connection. **Diplomatic History**, v. 16, n. 3, p. 371–387, 1992.
- WEST, Michael Rudolph. **The education of Booker T. Washington: American democracy and the idea of race relations**. New York: Columbia University Press, 2006.
- WHALAN, Mark. **The Great War and the culture of the new negro**. Gainesville: University Press of Florida, 2008.
- WHITE, Shirley A. Waters. A Consideration of African-American Christianity as a Manifestation of Du Boisian Double-Consciousness. **Phylon (1960-)**, v. 51, n. 1, p. 30–41, 2014.
- WILLIAMS, Eric Eustace. **Capitalism & slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944.
- WILLIS-THOMAS, Deborah. **Reflections in black: a history of black photographers, 1840 to the present**. New York London: W.W. Norton & company, 2002.
- WILSON, Jackie Napoleon. **Hidden witness: African-American images from the birth of photography to the Civil War**. New York: St. Martin's Press, 1999.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- XAVIER, Giovana. **História social da beleza negra**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- _____. Os mistérios do “empório da beleza”: gênero, raça, cosmética e transnacionalismo no pós-abolição (Brasil e EUA, anos 1920). **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal: 2013.
- _____. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 26, n. 52, p. 429–450, 2013.
- XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição**. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- _____. **Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- YAO, Jean-Arsène. La prensa afroporteña y el pensamiento afroargentino a finales del siglo XIX. **Historia y Comunicación Social**, v. 20, n. 1, p. 137,157, 2015.
- ZIMMERMAN, Andrew. A German Alabama in Africa: The Tuskegee Expedition to German Togo and the Transnational Origins of West African Cotton Growers. **The American Historical Review**, v. 110, n. 5, p. 1362–1398, 2005.
- ZIMMERMAN, Andrew. **Alabama in Africa: Booker T. Washington, the German empire, and the globalization of the new South**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

ANEXO A- ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA BAPTISTA

